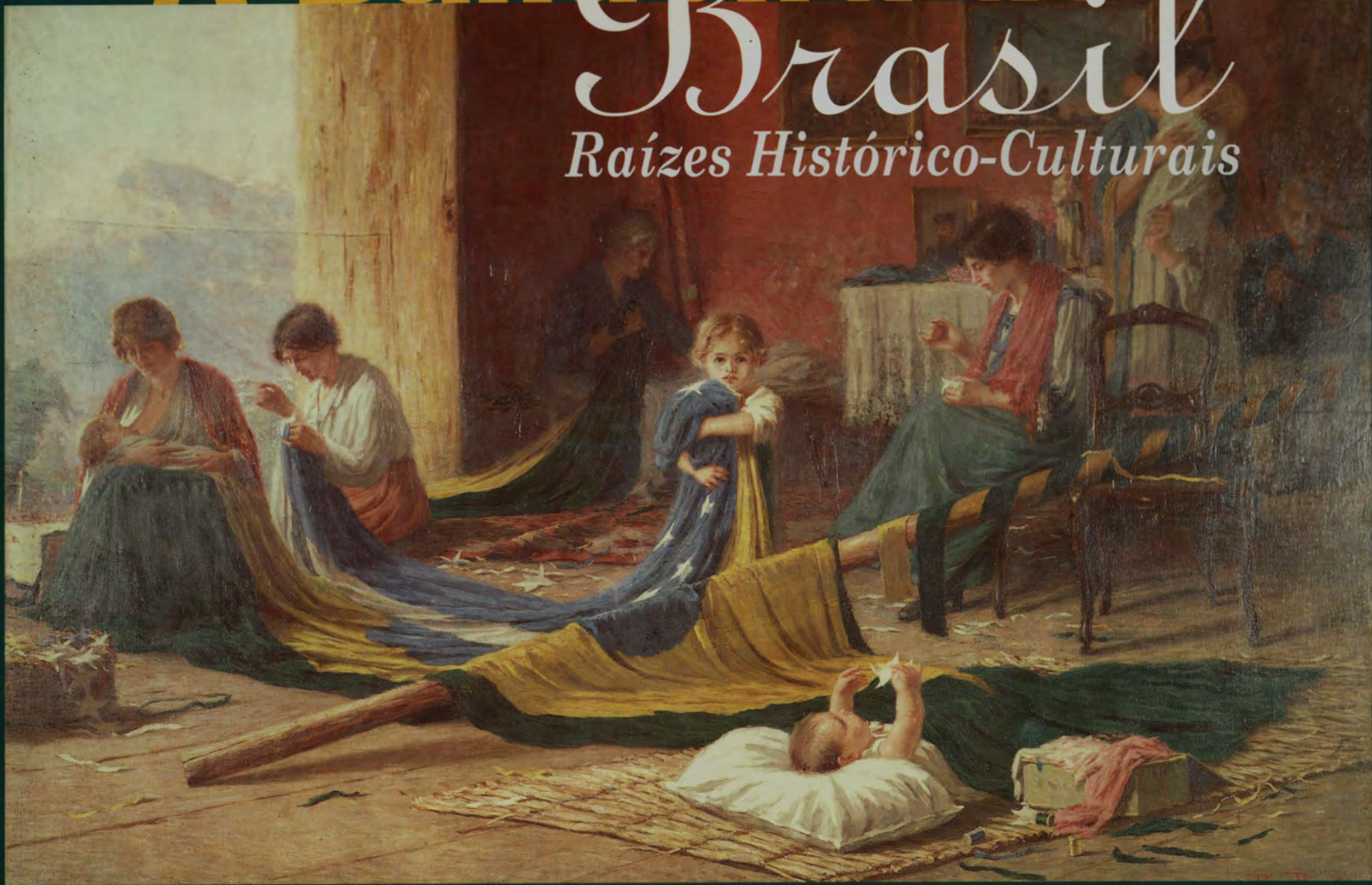


A Bandeira do Brasil

Raízes Histórico-Culturais



Raimundo Olavo Coimbra

3ª edição





A Bandeira do Brasil

Raízes Histórico-Culturais

3ª edição
revista e atualizada

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Martus Antônio Rodrigues Tavares

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Sérgio Besserman Vianna

Diretor Executivo

Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências

Trento Natali Filho

Diretoria de Informática

Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

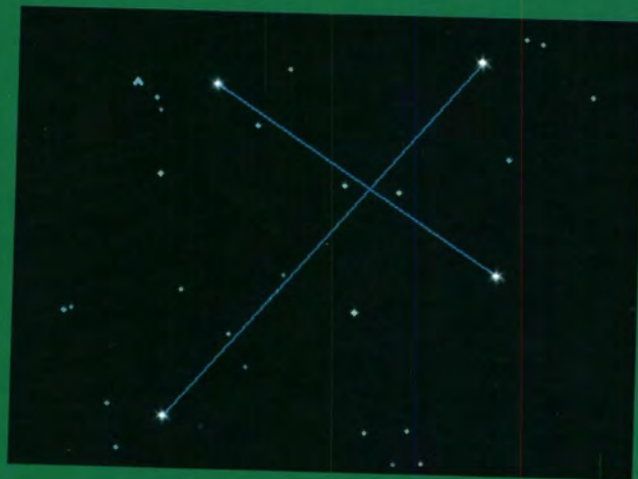
Kaizô Iwakami Beltrão

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A Bandeira do Brasil

Raízes Histórico-Culturais

Raimundo Olavo Coimbra
3ª edição



O Cruzeiro que os portugueses vêem nas Quinas e as Quinas que os brasileiros vêem nas estrelas daquela constelação são os mais sagrados motivos de união moral e mental, que, desde sempre e para sempre, ligam simbolicamente as pátrias portuguesa e brasileira, num mesmo sonho de grandeza de uma grande civilização.

Armando de Matos

Rio de Janeiro
2000

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-0733-8 Bandeira do Brasil

© IBGE, 2000

Projeto Editorial

Gerência de Editoração/Departamento de Produção -
DEPRO/CDDI

Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina Ramos Carlos de Carvalho
Maria de Lourdes Amorim
Sueli Alves de Amorim

Diagramação Textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Normalização Bibliográfica

Gerência de Documentação/CDDI

Diva de Assis Moreira
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Impressão

Gerência Gráfica/Centro de Documentação e
Disseminação de Informações - CDD/IBGE, em 2000.

Capa

Gerência de Criação/CDDI
Ubiratã O. dos Santos

Cromo

BRUNO, Pedro. A Pátria. Séc. XX. 1 original de arte, óleo
sobre tela. Coleção do Museu da República, Rio de Janeiro.

Foto

EDUARDO, Jorge. Bandeira do Brasil. Palácio do Planalto,
Sala de Briefing. Foto de Domingos Tadeu, 2000. Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação,
Setor de Documentos.

Coimbra, Raimundo Olavo

A Bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais / Raimundo Olavo Coimbra.
- 3. ed. rev. atual. e aum. - Rio de Janeiro : IBGE, 2000

496 p. : il.

Inclui bibliografia e textos literários.

ISBN 85-240-0733-8

1. Bandeira brasileira. I. IBGE. II. Título.

IBGE.CDDI. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 929.9(81)
RJ/IBGE 99-09 HIST

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Apresentação

Como contribuição às comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - reedita esta obra, que descreve as raízes histórico-culturais das bandeiras do Brasil, desde o descobrimento até os nossos dias.

A BANDEIRA DO BRASIL - *Raízes Histórico-Culturais*, de autoria de Raimundo Olavo Coimbra, estudioso da cultura humanística e dos conhecimentos lingüísticos, foi editada anteriormente, por este Instituto, em ocasião do Sesquicentenário da Independência do Brasil e dos 90 anos da bandeira republicana, nos anos de 1972 e 1979, respectivamente.

A publicação descreve três grandes temas: o surgimento das bandeiras como produção instintiva da alma humana em anseios de comunicação e de ação; as bandeiras históricas luso-brasileiras começando pela de Viriato até a bandeira provisória da República brasileira; e o atual pavilhão brasileiro.

Com prefácio de Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB -, a terceira edição de A BANDEIRA DO BRASIL - *Raízes Histórico-Culturais*, revista, atualizada e ampliada, chega ao público em formato impresso e em CD-ROM. Um registro histórico acerca das origens e evolução das bandeiras do Brasil, que marca as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e exalta o sentimento de brasilidade.

Sérgio Besserman Vianna
Presidente do IBGE

Prefácio da primeira edição

Somente um estudioso de qualidades marcantes nos campos da cultura humanística e dos conhecimentos linguísticos, como se nos apresenta Raimundo Olavo Coimbra no trato cotidiano e nos lides profissionais, poderia abalancar-se e realizar com êxito a presente obra, *A BANDEIRA DO BRASIL*, que de muito se espalhou do belo título para abranger a universalidade histórica, sociológica, psicológica e, até mesmo, material das bandeiras, ao mesmo tempo envolver o nosso pano pátrio na aura permanente da cultura milenar que dimana desses símbolos.

O autor, aprofundado na filosofia, na teologia e na sociologia, no grego, no latim e na literatura, manipulando oito línguas de variadas raízes, teria, como teve, plenitude de condições para escrever um verdadeiro tratado de bandeirologia, a partir dos primórdios da história, continuando ao correr dos tempos, e, em apoteose, particularizar-se no bem-amado pendão da nossa terra.

A dissertação é erudita e fácil, e a trabalhosa pesquisa que embasou a obra acha-se muito bem escondida na fluência da linguagem e na variedade dos temas que constroem as explicações e os comentários do autor. Este, parece que escreve contente, o homem integrado no livro que produz, pondo no papel a estuante emoção e dela haurindo muitas outras no burilar da frase e no aprimorar do sentido. O escritor realizando-se no trabalho que faz.

As múltiplas facetas integram-se e sintetizam-se, assim, no entusiasmo do escritor, na profundidade do tema, na extensão da pesquisa e no estilo do escrito, e vão reunir-se, ao final, por sua vez, integrados na emoção do leitor. Tal é o encanto da obra que certa-

mente conduzi-lo-á a deter-se em vários trechos para melhor saborear o conteúdo, a erudição e a forma.

O tema é a Bandeira do Brasil, mas não apenas na engenharia dos desenhos, das dimensões e dos símbolos, nem no jurisdicismo das leis que lhe deram ou dão validade. Ele é ampla e cuidadosamente tratado a partir da gênese mais remota, contando o desenvolvimento das bandeiras ao perpassar das culturas e civilizações, para ir paulatinamente restringindo-se aos pavilhões que assistiram ao evoluir e ao solidificar-se da nacionalidade portuguesa e depois, sem solução de continuidade, do Brasil.

Se, na primeira parte do livro, as bandeiras são tratadas como expressão permanente de cultura, em todos os povos, que se reflete nos étimos existentes em antigas línguas e na vasta sinonímia, no segundo, aquela dedicada às antigas bandeiras históricas luso-brasileiras, são mostradas como substrato da alma do povo português e o mais representativo resumo de sua história. Assim sendo, mister se fez ambientá-las com a própria época em que drapejaram, descrevê-las com as cores e os símbolos que as ligaram ao seu tempo e mostrá-las na universalidade da cultura em que se achavam imersas.

O luso-brasileirismo de que trata esta parte diz respeito aos vínculos de paternidade, parentesco e afinidade entre as bandeiras lusas e brasileiras. Paternidade, cronologicamente distante mas político-culturalmente direta. Parentesco, nos pavilhões pessoais ou semi-oficiais que subsistiram paralelamente às bandeiras representativas da nacionalidade e que chegaram, algumas delas, até mesmo a emprestar, no Brasil, em atos ou nas próprias bandeiras, os seus símbolos e as suas cores. Afinidade, nos pendões que, sem representação nem reconhecimento oficiais, nem influência sobre as bandeiras nacionais, tiveram, alguma vez, importância considerável.

O termo luso-brasileiro adquire também um sentido de reciprocidade. Tanto significa bandeiras portuguesas que tremularam no Brasil colônia, principado ou reino, como as brasileiras de pós-independência, que absorveram nelas influência lusitana.

Terminadas as duas primeiras, a obra estende-se para a terceira parte, que constitui o cerne do livro por corresponder à sua real finalidade. As anteriores informaram o pensamento e a pesquisa do autor e, a bem dizer, condicionaram-no para o seguro desdobramento do assunto principal - a atual bandeira do Brasil. Esta é analisada tecnicamente, segundo o método empregado em todas as partes, isto é, sucessivamente estudados o contexto histórico, que lhe possibilitou a adoção, a descrição interpretada e a significação cultural, em amplitude universal, luso-brasileira e local. Comenta, ainda, a polêmica sobre a bandeira republicana, tra-

vada entre a forte corrente monarquista, que existia nos primeiros anos da República, e os partidários do novo sistema político, possuídos à época, como seria natural, de forte exaltação de ânimo.

O livro termina, como de fato seria necessário, numa síntese descritiva do pavilhão nacional e em páginas de exaltação ao sagrado lábaro. À técnica e ao conhecimento bandeirológico seguem-se páginas emocionadas de prosadores e poetas ilustres que traduzem, no amor deles, a afetividade individual e coletiva de todos os brasileiros pela sua bandeira.

Quanto à pesquisa e organização do texto, o autor revela-se um artífice apoiado nos sólidos instrumentos de sua cultura e erudição. Isto é provado pelo fato de possuir a obra surpreendente unidade apesar de desenvolvida sobre três temas principais, repartidos cada qual em variados subtemas. A lógica com que foram escolhidos, e com tanta coerência ordenados e dissertados, denota que o autor possui vasto cabedal de conhecimentos e, à pronta disposição, recursos de saber capazes de alimentar-lhe a imaginação. Não só bastaria a cultura nem a fértil imaginação, pois que para compor, na extensão em que foi um assunto que à primeira vista pareceria limitado, necessário se faria a agilidade mental, para comentar sucessivamente uma série de tópicos sem aparente ligação entre eles, e o embasamento de conhecimentos, para perceber nesses tópicos os elos que os ligassem uns aos outros.

Em suma, vê-se que a primeira parte procura explicar o surgimento das bandeiras como produção instintiva da alma humana em anseios de comunicação e de ação, o que a obriga a entrar nos campos da evolução biológica, psicológica e social do homem, através da história. São quatro dos mais complexos ramos do saber humano pela variedade das teorias científicas, filosóficas e, até mesmo, teológicas que lhes compõem a substância. A gênese e o desenvolvimento das bandeiras vão sendo minuciosamente desdobrados sobre esse pano de fundo, através das vivências que tiveram os povos e as civilizações a partir da antiguidade oriental, passando pela antiguidade clássica e a idade medieval, até atingir as idades moderna e contemporânea.

Dáí o termo bandeirologia, adotado pelo autor, para designar o estudo científico da bandeira, sob todos os aspectos que a pesquisa autorizar. Foi palavra tirada de outro significado, encontrado nos dicionários, o estudo do fenômeno brasileiro das "bandeiras" que penetravam os sertões. O fato é que a denominação permite a organização de um sistema racional de pensamento e pesquisa, com seus métodos próprios, inclusive os comparativos.

A esse respeito é de notar-se, como particularmente interessante, a evolução bandeirológica na idade medieval, pela força dos símbolos que traziam os mundos cristão, islâmico e bárbaro. Do lado cristão, a Cruz deixou marca profunda na história das bandeiras, assim como o Crescente marcou caracteristicamente o lado islâmico. Os bárbaros, que desde antes de Cristo possuíam bandeiras e estandartes, abdicaram deles voluntariamente diante da bandeira cristã.

A segunda parte, dedicada às bandeiras históricas luso-brasileiras começando pela de Viriato e indo até a bandeira provisória da República brasileira, segue o método de estudá-las, todas, segundo o contexto histórico, a descrição analítica e a significação cultural. O estudo, se não agrupa explicitamente as várias linhas de bandeiras conforme os grupos ou as pessoas que representa, implicitamente o faz, ao permitir verificar-se, no texto, a ordem com que se sucederam as causas culturais imediatas que as fizeram emergir e as relações crônicas e simbólicas que guardaram entre elas.

Partindo da bandeira dos antigos lusos, que o autor considera como o anteparo cultural para a primeira bandeira histórica portuguesa, podem assinalar-se as propriamente representativas da nacionalidade portuguesa, linha que começa com a bandeira do Condado Portucalense, prolongando-se até a do regime constitucional. Tais bandeiras, que, inicialmente, representam mais os príncipes que, pelas ações realizadas, estavam construindo a nacionalidade, vão paulatinamente obsorvendo, em símbolos, os fatos conjunturais ou as personalidades marcantes fazedoras de história, cujas vidas se transformam na própria história nacional da época que viveram. Assim, as bandeiras nacionais iam sendo acrescidas, alteradas e, mesmo, substituídas, de acordo com os acontecimentos, as mudanças de dinastia e as decisões dos governantes.

Daí a segunda linha de bandeiras luso-brasileiras que o autor denomina de para-históricas, ligadas a pessoas, grupos ou fatos, como a pessoal de D. Manoel, a da Ordem Militar de Cristo, a da Índia e América e a do Domínio Espanhol.

Do mesmo modo, lista o autor as bandeiras brasileiras que seguem a linha de evolução direta das bandeiras portuguesas e, separadamente, a do domínio holandês no Brasil.

Como peças valiosas de pesquisa, nesta parte do livro, são de destacar-se o conjunto dos contextos históricos, que se assemelham a uma história resumida de Portugal, organizados para cada bandeira estudada, as verdadeiras lições de armaria, ou heráldica, que o texto insere, e os comentários sobre os aspectos particulares de cada pavilhão. O livro todo é uma imensa obra de pesquisa.

Finalmente, a terceira parte de A BANDEIRA DO BRASIL dedica-se afincadamente ao atual pavilhão brasileiro, com o mesmo método de tratamento das partes anteriores, acrescido de outros comentários e discussão dos projetos de reforma. Apresenta uma coletânea de peças literárias que exaltam o nosso pavilhão pátrio, menos com a intenção de se completar numa enciclopédia sobre a bandeira do que com a de reunir, numa obra de amor, textos que a venham enaltecer.

O tema da terceira parte é trabalhado até os últimos detalhes. É o *leitmotiv* do trabalho aqui prefaciado, a fonte do entusiasmo e da dedicação de quem o compôs, da idéia original até a ida para o prelo. É também a fonte de onde o autor renovou diariamente suas forças e a determinação de levar ao término o entusiasmante porém muito árduo trabalho.

Acredito piamente que Raimundo Olavo Coimbra, cultuando nesta obra a sua vocação de homem de letras, sabe que também cultuou, com profunda veneração, a nossa querida Pátria, o Brasil. E a ela prestou assinalado serviço.

Rio de Janeiro, setembro de 1972.

Diretor da Biblioteca do Exército.
Representante do EMFA junto ao Conselho Diretor da Fundação IBGE
Membro do Instituto de Geografia e História Militar

Prefácio da terceira edição

Ao concluir o prefácio à primeira edição de *A Bandeira do Brasil*, em 1972, o então diretor da Biblioteca do Exército, Coronel Waldir da Costa Godolphim, dizia que o autor, Professor Raimundo Olavo Coimbra, prestara assinalado serviço ao Brasil com sua obra. É o maior elogio que poderia ser feito, e este segundo prefácio desde logo, por uma questão de elementar justiça, o reitera.

Bandeiras nacionais fazem parte do universo simbólico, este traço da realidade que nos envolve do modo mais profundo e que interage com os aspectos materiais de nossa existência, dando-lhes sentido e coerência. Cassier afirmava que o homem é um animal simbólico, somente por isto distinguindo-se dos outros animais. Filósofos, desde a antiguidade, e semiólogos, no Século XX, discutem as nuances semânticas e conceituais de sinais, signos e símbolos.

O que seria uma bandeira? Um sinal, ou mesmo mais restritamente um emblema, no sentido que atribui a este Umberto Eco, quando fala que a cruz, a foice e o martelo e a lua crescente constituem emblemas do cristianismo, do comunismo e do islamismo? Um signo convencional, sinônimo de símbolo, para Reichenbach, porque se articula com o objeto a que se refere mediante regras? Ou efetivamente um símbolo, porque, como este, é "uma parte do mundo humano do sentido", assumindo um caráter que Morris chamou "designador", em oposição à mera "operacionalização" dos sinais?

Aqueles que as utilizaram, em diferentes circunstâncias e épocas históricas, conforme nos demonstram os textos de investigação etimológica, alguns dos quais recuperados por nosso autor, parecem ter associado

todos esses significados. As bandeiras, também chamadas balsões ou balções no português medieval, foram antes de tudo um instrumento de afirmação de auto-identidade: *balsam*, diz Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo abonando-se na Crônica d'El Rei D. Duarte, significava "estandarte, bandeira, pendão" ("levava um balsam preto com a aste sobre o ombro"); "vão guardar e defender a bandeira da cidade de Lisboa", enuncia um texto de 1385; "tinham uma alta bandeira de São Jorge e outros balções de mistura", fala o cronista Fernão Lopes; "distintivo de uma nação, corporação, partido", segundo Moraes e Silva, já no início do Século XIX.

A passagem da auto-identidade de um grupo para a auto-identidade de uma pátria ou nação, entretanto, é dos tempos modernos. Com efeito, as bandeiras ou estandartes na antigüidade ocidental e na Idade Média estavam associadas a determinadas lideranças ou coletividades restritas. Mesmo o Império Romano, com sua presunção de universalidade, não fugiu a tal regra; o Professor Raimundo Coimbra, aliás, lembra bem que a águia simbolizava as legiões e o estandarte com a sigla SPQR - *Senatus Populusque Romanus* - limitava-se à cavalaria.

A modernidade, porém, vê surgir um novo ente político e jurídico, o estado moderno. Na sua forma inicial, correspondente ao absolutismo e à primeira definição, quinhenhista, do conceito de soberania, o estado encarna-se simbolicamente no rei, que sintetiza a *pátria*. Se ainda uma vez nos socorrermos da etimologia, veremos que seu significado atual desenha-se nessa época. Revoltavam-se em defesa da *pátria*, dizia o manifesto da insurreição pernambucana contra os holandeses, em 1645.

As bandeiras reais são, assim, a manifestação simbólica do estado e da união patriótica em torno do rei.

É preciso aguardar a "era das revoluções" para que as bandeiras de *reais* tornem-se *nacionais*. O estado moderno, na sua Segunda forma, transforma-se em nacional e a bandeira representa-o e à união do povo que o instituiu - revolucionariamente - por meio de constituições. E a simbologia da bandeira irá adquirir, a partir do nacionalismo e do romantismo, um fortíssimo tom de auto-afirmação coletiva e guerreira que se refletirá na poesia patriótica de Campbell ("a bandeira meteórica da Inglaterra / ainda queimar magnificamente") e Work ("a bandeira que o liberta / assim cantamos de Atlanta até o mar"), ou, no Brasil, na de Castro Alves ("tu que dás liberdade após a guerra / foste hasteado dos heróis na lança"). A pintura histórica oitocentista teve, ela também, nas bandeiras nacionais um elemento de forte apelo patriótico. Por todos os exemplos desta, basta lembrar a tela de Lecomte, *A batalha da rua de*

Rohan, do Museu de Carnavalet, na qual, em meio a uma intensa fuzilaria, flutua a bandeira tricolor.

No caso brasileiro, as bandeiras que se sucederam historicamente já se encontram no contexto do estado moderno. Na Colônia e no Reino Unido, os pavilhões portugueses. Após a independência, as bandeiras imperial e republicana. Dessa evolução, seus motivos e as características das diferentes bandeiras dá conta cabal o autor.

É interessante ressaltar na definição da bandeira do Império ao mesmo tempo a afirmação da independência em relação a Portugal - a ruptura portanto - e o desejo de manter uma linha de continuidade simbólica da tradição portuguesa. Essa solução de compromisso ocorreu no escudo de armas, que foi incorporado à bandeira. Basta ler o decreto de 18 de setembro de 1822, elaborado por José Bonifácio e assinado por D. Pedro:

"... desejando eu que se conservem as armas, que a este Reino foram dadas pelo senhor rei D. João VI ... e ao mesmo tempo rememorar o primeiro nome, que lhe fora imposto no seu feliz descobrimento ... hei por bem ... determinar o seguinte:

será d'ora em diante o escudo de armas deste Reino do Brasil, em campo verde uma esfera armilar de ouro atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo ... A Bandeira Nacional será composta de um paralelogramo verde e nele escrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o escudo de armas do Brasil."

A bandeira republicana, com a forte influência positivista das últimas do Século XIX, aliada à valorização do modelo político e social dos Estados Unidos por homens como Rui Barbosa, acabaria por refletir a nova conjuntura histórica. Rompeu-se com a tradição luso-brasileira, eliminando-se a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo. Se não se manteve a proposta de Júlio Ribeiro, inspirada na bandeira norte-americana, incluiu-se parte da célebre frase de Augusto Comte sobre o amor, a ordem e o progresso. Aquele e este aspectos foram, aliás, os alimentadores de longa polêmica, a partir das críticas de Eduardo Prado e Eurico de Goes ao modelo afinal aprovado.

O tema da bandeira nacional e as questões dela decorrentes foram objeto de numerosos estudos e manifestações muitas vezes apaixonadas, favoráveis ou contrárias. Houve certa concentração dessas discussões em dois momentos históricos diversos, as duas primeiras décadas republicanas e o período posterior à revolução de 1930. De 21 trabalhos específicos sobre a bandeira publicados desde 1889, 15 o foram nestas duas conjunturas (oito na primeira e sete na segunda). Os dois momentos explicam-se pelas mudanças institucionais e sociais pelas quais passa-

va o País: com maior ou menor intensidade buscava-se remodelá-lo; o plano simbólico era, consciente ou inconscientemente, reconhecido como um terreno de luta entre o antigo e novo; a bandeira nacional tornou-se, assim, também um território dessas lutas.

Estudos mais recentes, como os de Jonas Correia, *Símbolos Nacionais na Independência*, o próprio livro que temos em mãos (ambos fruto das comemorações do sesquicentenário da independência) e o de Ronaldo Rogério de Freitas Mourão sobre a *A história da bandeira da República, sob o ponto de vista da astronomia*, publicado em 1998 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, contribuíram para o melhor conhecimento do tema, que ainda permite novas investigações, sobretudo no campo da simbologia, das mentalidades e da memória social.

O livro do Professor Raimundo Olavo Coimbra tornou-se, mercedamente, uma referência no estudo da bandeira nacional. A investigação segura, a fixação das diferentes conjunturas históricas, a análise competente, o plano de trabalho equilibrado - contemplando a evolução das bandeiras, o contexto luso-brasileiro e a bandeira atual - e as ilustrações que complementam a exposição fazem do livro bela contribuição ao conhecimento de um tema importante para a história e a cultura de nosso País.

Professor universitário e pesquisador, senhor de uma exposição fluente e articulada, fez trabalho que considera a bandeira como síntese de padrões histórico-culturais. Realmente, ela traduz, no plano simbólico, valores, práticas e aspirações sociais. Mas não fez apenas isso: identificado ético e efetivamente com seu tema, reconstituiu metaforicamente o gesto de Siqueira Campos em 1922, afirmando na conclusão deste livro:

"Da autoria de todos, a todos pertence a bandeira. Cada brasileiro é detentor de um pedaço da bandeira."

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000.
500 Anos do Descobrimento do Brasil

Arno Wehling
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

À Alda, Esposa,
à Rosane e à Rose, Filhas,

Que permanentemente me dão
Novas razões de viver e esperar,
Novos modos de amar e servir,
Novas inspirações de escrever e ensinar...aos Jovens

Notas Explicativas

Em 1971, pensou o IBGE em associar a Entidade às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que se dariam no ano seguinte. Inicialmente, surgiu a idéia de se reimprimir o opúsculo do Senhor General Carlos de Meira Mattos sobre Bandeiras Históricas. A seguir, foi-nos formulado o convite para preparar um esquema de livro alternativo.

Daí nasceu e ganhou corpo esta obra. Aprovado o esquema-plano e critérios, pusemo-nos ao trabalho, com esforço e entusiasmo, no sentido de satisfazer a confiança que em nós foi depositada e de prestar nossa homenagem à Bandeira Nacional, que aprendemos a estudar e amar desde criança.

De início, surgiu-nos a dificuldade da bibliografia. Nossas bibliotecas, embora ricas de farto material em toda a gama do conhecimento humano, ainda não dispõem de serviço oportuno de indexação. Por isso, foi necessário, algumas vezes, folhear dezenas de páginas de revistas para encontrar algo que interessasse ao tema. Por outro lado, as obras, em boa parte, se dispunham logo em três categorias: livros de defesa, de ataque, ou simplesmente laudatórios. Nossa intenção era escrever uma obra que não se fixasse, de partida, em nenhum destes critérios, mas fosse um trabalho *crítico*, de análise científica, sem partido tomado, sem arroubos literários. Uma obra científica sem *ismos*.

Confessamos: lendo os autores, que afirmavam quão difícil é escrever um livro sobre bandeira, e em geral sobre qualquer tema histórico-cultural, ficamos com certo receio. O experimentado Eurico de Goes afirmou: "Aqueles que estão afeitos a certo gênero de estudos bem avaliam quanto é penoso, às vezes, recolher um pequeno fato, verificar uma simples

data". Fora de nossas fronteiras escreveu Hollander: "Insistimos sobre isso para que se possa ver quão difícil é descrever a história, em particular, a história da guerra, pois, a pequena distância, os diferentes relatos de um mesmo fato de armas escritos por vários testemunhos oculares são quase sempre contraditórios".

No caso de bandeira, a dificuldade aumenta, pois há mais de 40 anos que não se publica um livro crítico, e em época nenhuma apareceu uma obra que quisesse abranger o esquema largo que preconizamos, sem dúvida arriscando-nos muito no terreno inexplorado.

O risco maior provém da falta de documentos diretos. Um livro dessa natureza exigiria contato original com as fontes, especialmente com os documentos dos arquivos, museus e bibliotecas de Portugal. Neste sentido, o livro não é, a rigor, científico.

Científico o é, porém, na metodologia da pesquisa, na comprovação das afirmativas, na honestidade da citação, na objetividade da análise, na serenidade da crítica, na sobriedade do louvor, na independência do juízo.

Obra de pesquisa, em primeiro lugar. Quase 200 trabalhos compulsados em uma dezena de idiomas, três mil fichas levantadas, auscultação da opinião viva através dos jornais. Obra imaginativa e criadora também. Como, em algum caso, a história *ainda* não nos dizia, foi preciso imaginar *o que poderia ser*, abrindo assim novas pistas de reflexão, novas hipóteses, não contraditórias, perante a verdade já conseguida. O valor de nossas hipóteses será medido pela capacidade de se explicar certos fatos, *ainda não comprovados*, e pela utilidade de despertar novos estudos, que prosigam do ponto em que deixamos.

A natureza do estudo levou-nos a resumir, citar e interpretar doutrinas religiosas, filosóficas, sociais e políticas. É preciso que o leitor esteja bem atento para distinguir quando estamos citando ou resumindo o pensamento de crenças ideológicas de terceiros com os quais nem sempre concordamos, e quando estamos manifestando nosso pensamento próprio.

Quantitativamente, o livro não quis ser uma enciclopédia sobre bandeiras. Nosso intuito era um só: estudar a bandeira nacional. Tudo o mais concorreu funcionalmente para o efeito. Entretanto, o método analítico que adotamos expõe assuntos aproveitáveis, mesmo quando não relacionados com nosso pavilhão. Em outra oportunidade, poder-se-á escrever um livro sobre bandeiras de outros países, sobre nossas bandeiras estaduais, nosso escudo de armas e selos, bandeiras históricas dos regimentos militares e de movimentos revolucionários brasileiros. Estes e outros temas, úteis em si mesmos, fogem ao nosso esquema histórico-cultural. Quanto a

bandeiras de outras nações, estudamos aquelas mais antigas que serviam aos propósitos do livro. Em todo o caso, há ao menos uma referência a cada uma das bandeiras de todos os países do mundo. É possível aqui algum engano, pois fora impraticável consultar todas as Embaixadas sobre a exatidão do desenho de bandeiras de seus países encontrados em livros e revistas.

Nesta obra, estamos empregando pela primeira vez o termo *bandeirologia* como substitutivo de *vexiologia*, no sentido de ciência das bandeiras entendidas como *símbolos*. Os dicionários registram o vocábulo, mas o definem como o estudo sobre os movimentos de penetração de brasileiros no Oeste.

As citações foram adaptadas à ortografia vigente.

Anotamos nossos agradecimentos aos Dirigentes e Funcionários da Biblioteca Nacional, Estadual, do Exército e do Real Gabinete Português de Leitura.

Agradecimentos particulares a todos quantos se deram ao trabalho de ler os originais e apresentar sugestões, também para esta segunda edição.

Aos colegas do Centro de Serviços Gráficos e do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE que, ontem, pelos meios convencionais, e hoje, pelos meios computacionais, construíram talvez a mais bela obra artística da história gráfica do IBGE.

Last but not least, à minha esposa Alda, por ter feito o levantamento, inclusive para esta nova edição, das características das bandeiras de todos os países, compreendido minhas ausências, dispensado os lazes dos fins-de-semana, e de ter se solidarizado nas noites indormidas ao meu lado, com sua inteligência sugerindo, com seu coração amando.

R. O. C.

Rio de Janeiro, novembro de 1979
90^ª Aniversário do Bandeira Republicana.

Sumário

A Bandeira, Expressão de Cultura em todos os povos	29
História	31
Etimologia	81
Sinônimos	87
Essência - Primeiro Elemento	96
Essência - Segundo Elemento	100
Finalidades	107
Características	125
Conclusões da Primeira Parte	131
As Bandeiras Históricas Luso-Brasileiras	133
Preliminares	135
Bandeira dos Lusos	138
Bandeira do Condado Portucalense	145
Bandeira do Reino de Portugal	152
Bandeira do Reino de Portugal e Algarve	164
Bandeira de D. João I	172
Bandeira da Ordem de Cristo	178
Bandeira Real	183
Bandeira Pessoal de D. Manuel	190
Bandeira do Comércio Marítimo	195
Bandeira de D. João III	199
Bandeira do Domínio Espanhol	203
Bandeira da Revolução de 1640	209
Bandeira da Restauração	214
Bandeira do Brasil Holandês	218
Bandeira de D. Pedro II Regente	224
Bandeira de D. Pedro II Imperador	229
Bandeira Real do Século XVII	233
Bandeira para a Índia e América	237

Bandeira do Principado do Brasil _____	246
Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve _____	251
Bandeira do Regime Constitucional _____	257
Bandeira Imperial do Brasil _____	261
Bandeira Provisória da República do Brasil _____	282
Conclusões da Segunda Parte _____	287
A Atual Bandeira do Brasil _____	289
Preliminares _____	291
Contexto Histórico _____	292
Descrição Analítica _____	301
Significação Cultural _____	314
Críticas _____	365
Projetos de Reforma _____	424
Conclusões da Terceira Parte _____	441
Síntese: A Bandeira do Brasil, resumo e exaltação de história e cultura humana _____	447
Textos Literários _____	457

1



A Bandeira,
Expressão Permanente
de Cultura em todos os Povos

História

História e Arqueologia

Nada melhor do que a História para nos fazer compreender todo o conteúdo semântico e toda a extensão cultural de um conceito. Em linguagem escolástica, os fatos históricos funcionariam como imagens concretas e individualizantes, que a inteligência abstrairia para colher no âmago a idéia abstrata das coisas e das atitudes. Em termos kantianos, a história seria o fenômeno, a idéia e o númeno. Na linguagem existencialista, o ocorrido historicamente representaria a existência, com a qual construiríamos a essência dos objetos, das cren-

ças, dos valores e da moral. Afinal, antes existe o Ser, depois a Idéia. O reino da Ontologia precede o da lógica.

Mas para que a História nos apresente conceitos válidos, é necessário que se circunscreva a cânones capazes de torná-la verdadeira. Felizmente, a metodologia dos estudos históricos se vem cada vez mais aperfeiçoando nas últimas décadas, acompanhando todo o esforço moderno da aventura científica.

Um dos instrumentos mais excitantes e eficazes a serviço da História, sobretudo da referente à época anterior à escrita - que se diz Pré-História - tem sido a Arqueologia, que vai buscar em objetos e desenhos produzidos pelo homem primitivo conceitos e sentimentos, crenças e costumes, leis e instituições. Nosso conhecimento do mundo antigo muito se alargou, e em muitos casos se modificou, graças aos trabalhos, por exemplo, dos arqueólogos Schliemann, Mariette, Woolley, Breasted, Carnavon, Carter, etc. Quantos pontos bíblicos não têm sido esclarecidos pelas descobertas da Arqueologia! Que esclarecimentos felizes para as relações ciência e fé não deixaram os trabalhos de Teilhard de Chardin!

Sendo, porém, ciência nova, conforma-se em retificar sucessivamente suas teses, à proporção que ulteriores achados o exigem. O relativismo inerente a todas as ciências é muito mais sensível na Arqueologia por não dispor ainda de maior tradição metodológica e de uma gama mais extensa de princípios teóricos universalmente aceitos.

Tendo em vista estas verdades, justifica-se o nosso propósito, ao começar esta parte relacionada com o conceito de Bandeira, de entrarmos um pouco pela História, auxiliada pela Arqueologia. Mas ao mesmo tempo fica-se prevenido quanto ao caráter relativo de algumas afirmações, principalmente quando ligadas à Pré-História, porque são dependentes de eventuais pesquisas e conquistas arqueológicas.

Um dos pontos arqueológicos que nos interessa aqui é o da origem e *antiguidade* do Homem. É uma questão delicada, se não se tiver presente uma distinção epistemológica e um respaldo de autoridade religiosa, vivamente engajada no assunto.

A distinção é a seguinte. O problema da evolução das espécies é de natureza *biológica*, permanecendo no campo das aparências, dos fenômenos, sob a alçada e controle da ciência. Não envolve, em si, a discussão da existência, natureza e destino da alma - objetos da filosofia e da teologia. Já Teilhard de Chardin, sacerdote jesuíta, advertia que sua doutrina não era uma "síntese *a priori*, geométrica, a partir de qualquer definição do ser, e sim *lei* de recorrência experimental, verificável no campo fenomenal" (Centrologie apud Tresmontant, 1965, p. 14). E no início do *Fenômeno Humano*: "Para ser corretamente compreendido, o livro que aqui apresento, tem de ser lido, não como uma obra

de metafísica, muito menos ainda como uma espécie de ensaio teológico, mas única e exclusivamente como uma dissertação científica. A própria escolha do título o indica. Nada mais que o Fenômeno. Mas o Fenômeno inteiro" - (Teilhard de Chardin, 1965, p.1).

O respaldo religioso vem da parte de um Papa. De fato, Pio XII, na encíclica "Humani Generis", de 12 de agosto de 1950, disse: "O Magistério da Igreja não proíbe que, em conformidade com o atual estado das ciências e da teologia, seja objeto de pesquisa e de discussões, por parte dos competentes em ambos os campos, a doutrina do evolucionismo, enquanto investiga a origem do corpo humano, que proviria de matéria orgânica preexistente (a fé católica nos obriga a professar que as almas são criadas imediatamente por Deus)".

Posto isso, examinemos o que nos diz hoje a ciência a respeito. Sobre o momento biológico em que apareceu o Homem, a doutrina mais aceita é a do evolucionismo moderado. Afirma ela que o homem é o resultado final da fase evolutiva das coisas. Da matéria aperfeiçoada teria surgido a vida, em pequena participação. Esta se desenvolveu até às primeiras fases da vida animal, daí se adaptando para a forma mais perfeita do Homem. As formas animais que imediatamente precederam o aparecimento da espécie humana foram os antropóides, monos antropomorfos com cérebro volumoso e de porte erguido, apoiado nas extremidades inferiores. Esta opinião foi exposta pela primeira vez por Lamarck (1744-1829) e argumentada por Darwin (1809-1882). Várias descobertas de crânios vieram confirmar esta hipótese. Em 1924, por exemplo, na África do Sul, no sudeste do deserto de Kalahari, foi

achado um crânio muito antigo de um mono antropomorfo de 3 para 5 anos de idade, a que se denominou Australopithecô. Outras descobertas: em Sterkfontein (África do Sul), em Pretória, em Sivalik, perto de Delhi, em Yunam e Kuangsi (China), etc. Destes monos, então, teria vindo o *Homem Antigo*, ainda com características pronunciadas de monos, mas já elo imediato para o Homem propriamente dito. O Homem Antigo recebeu vários nomes, conforme as descobertas: Homem de Heidelberg, *Atlântropo*, *Telântropo*, *Sinântropo*, *Pitecântropo*, etc. Tinha crânio já de 900 a 1 200 g, maior do que o do antropóide, que no máximo chegava a 600 g. Já se valia de objetos naturais - pedra, pau, etc. - já fazia instrumentos, e alguns utilizavam o fogo. O Homem Antigo apareceu no princípio do período quaternário, ou seja, há um milhão de anos atrás. Dele surgiu o Homem de Neanderthal. Neanderthal é um vale de Düsseldorf, Alemanha, onde em 1856 foram descobertos restos de esqueleto humano. Embora com estrutura menos complexa, a caixa cerebral pesava 1 400 g, peso normal do homem moderno. Do Homem de Neanderthal veio o *Homem de Cro-Magnon*, aldeia francesa, onde em 1868 se encontraram restos ósseos da mesma estrutura do homem de hoje. Este Homem de Cro-Magnon, conhecido também por *Homo Sapiens*, existiu há 100 000 anos atrás nas comarcas continentais da Ásia e zonas contíguas da África e da Europa.

Para o nosso caso, interessa-nos também saber da Arqueologia as primeiras manifestações artísticas do Homem. Do Pitecântropo e do Sinântropo não constam atividades denunciadoras do início de cultura humana. Mas já a partir do quater-

nário médio, estamos diante de verdadeiras produções de nossa raça, especialmente a indústria das grutas e os indiscutíveis casos de sepulturas. Parece, no entanto, que estes primeiros rascos da inteligência humana não puderam ir muito além devido às preocupações pela sobrevivência e propagação. Com o *Homo Sapiens*, porém, "um Pensamento definitivamente liberto explode, ainda quente, nas paredes das cavernas. Os recém-chegados traziam consigo a Arte, uma arte ainda naturalista, mas prodigiosamente consumada. E, graças à linguagem desta arte, nós podemos, pela primeira vez, penetrar de repente na consciência dos seres desaparecidos, cujo esqueleto reconstituímos. Estranha proximidade espiritual, até nos pormenores! Os ritos expressos a vermelho e preto nas paredes das grutas, na Espanha, nos Pirineus, no Périgord, não se praticam ainda sob os nossos olhos, na África, na Oceania, na própria América? Que diferença existe, por exemplo, como já foi acentuado, entre o Feiticeiro dos "Três Irmãos", metido na sua pele de veado, e tal ou qual divindade da Oceania?... Mas há algo mais importante ainda. Podemos enganar-nos ao interpretar à moderna as impressões de mãos, os bisontes embruxados, os emblemas da fecundidade por meio dos quais se exprimiam as preocupações e a religião de um Aurignacense ou de um Magdalenense. Pelo contrário, não podemos errar quando, tanto pela perfeição do movimento e das silhuetas como pelo jogo imprevisível das cinzeladuras ornamentais, surpreendemos, nos artistas desta era longínqua, o sentido da observação, o gosto pela fantasia, a alegria de criar: estas flores de uma consciência, não só reflexiva mas exuberante [...] o Homem ainda não adulto, mas chegado já à "idade da razão" (Teilhard de Chardin, 1965, p. 214-215).

História e Sociologia

Outra ciência auxiliar da História e a Sociologia, também de vida recente e em contínua reformulação. Graças a ela, hoje é possível compreender melhor acontecimentos de épocas antigas, retificar dados e principalmente interpretações de historiadores, cobrir, de certo modo, algumas lacunas de achados arqueológicos ou documentos históricos. Da Sociologia, queremos levantar aqui apenas o que nos diz da *natureza e desenvolvimento social do Homem*.

Já Aristóteles havia reduzido a termos a verificação de que o homem é um animal naturalmente social. Embora as duas palavras - racional e social - não sejam sinônimas, todavia, nenhuma dessas duas características se realiza sem a outra. Há no homem uma inclinação e necessidade social, a partir mesmo do fato de ser homem. Antes de iniciar qualquer atividade social ele já é social. A vida em grupo é necessária até para o desenvolvimento psicofísico. Têm-se presentes os casos clássicos de "meninos-lobos", encontrados em alcatéias, especialmente na Índia: com dez anos de idade, não davam sinais de consciência humana, tinham reflexos de animais irracionais, corriam de quatro pés, bebiam lambendo com a língua, incapazes de emitir sons tipicamente humanos, até os membros estavam deformados.

"Não é um ser infra-humano, mas pertence a uma categoria humana excepcionalmente inferior - a dos subdesenvolvidos de espírito falto de vida social" (Fichter, 1960, p. 51).

Afora este caso raríssimo, não se pode apanhar o homem em "estado natural", não modificado ainda por algum

fator social. Assim, torna-se difícil saber quando, de fato, começou o processo de socialização do homem - questão aliás que foge aos intuitos e à competência da ciência. É campo da filosofia com suas teorias sobre a origem da sociedade.

Dado muito mais interessante para o nosso objetivo e que pode ser acompanhado mais de perto pela pesquisa científica é a pauta do desenvolvimento dos grupos humanos. Inicialmente são as *hordas*, de vida nômade, mas de espírito comunal, atenta à sobrevivência e à propagação, sem atividades bélicas e maiores definições de parentesco. Em seguida, com a descoberta do fogo, a criação de animais e sua utilização na agricultura, o cultivo mais permanente da terra, a vida em grupo se torna sedentária: surge o *dã*, ou tribo, identificado não só pelos laços reais de sangue, mas também pela crença em uma descendência ancestral comum, árvore ou animal. Com as primeiras transações de objetos, alimentos ou terras, surgem as diferenças econômicas, as ambições individuais se agravam, desmorona a ordem comunal, despontam as lutas, explodem as "guerras", fazem-se os primeiros prisioneiros como propriedade e meio de produção. Quando em hordas, o homem não possuía nem leis nem costumes propriamente ditos. O que havia era o interesse individual em imitar dos outros os meios mais práticos para a consecução de fins materiais imediatos. É na situação de *dã* que aparecem os primeiros costumes; antes em forma de *folkways*, para usar a linguagem de Sumner, com pouca sanção perante o grupo; depois, os "mores", já carregados de pressão social, ao menos negativa e informal, como o ridículo, a zombaria, a repreensão pública, etc., finalmente, as "instituições", costumes mais racionais e estruturados, sujeitos a sanções concretas citadas pelo povo ou pelo conselho do agrupamento. Quando os costumes passaram à forma de lei escrita, atingimos a terceira fase do desenvolvimento social do homem: *a cidade*.

História e Psicologia

Também da Psicologia se socorre a História para tornar-se mais completa e autêntica. Interessa-nos, aqui, os elementos sobre o desenvolvimento da linguagem humana - tomada em sentido lato - desde o seu aparecimento até a fase simbolicográfica.

Tudo que é vivo pode anunciar-nos algo de seu interior. As cores vigorosas das folhagens dizem-nos da vitalidade da árvore. Os animais superiores e sobretudo o homem dispõem de mais amplas condições para se expressarem. Numa fase bem primitiva - a chamada fase *mímico-emocional* - podem emitir sons vocais (gritos e prantos), indicadores de seu estado anímico: dor, raiva, alegria, mais diferenciáveis, é verdade, pelos gestos que os acompanham. Na fase mímico-expressiva já se selecionam,

entre os sons possíveis, aqueles que se julgam, pela experiência anterior, mais capazes de comunicar a situação interna vivida no momento. Na fase *imitativa e onomatopaica*, o homem e o animal conseguem emitir, intencionalmente, sons fora do estado emocional. Eles como que representam ou preparam uma realidade que viveram ou querem reviver. Torna-se ator, diz Mira y López, que exemplifica: "Os grunhidos do leão durante o ato sexual são idênticos aos que usa para atrair a fêmea. No princípio, os machos novos somente produzem esses grunhidos na presença das fêmeas, porém mais tarde usam-nos para *provocar* essa presença. Outro exemplo é o dos selvagens de Bornéu que rugem como diversas feras quando desejam expressar que não gostam de algo e que *começam* a encolerizar-se, ao passo que imitam o canto de alguns pássaros canoros quando desejam expressar seu agrado" (1967, p. 206). Na quarta fase, a *ideográfica*, exclusiva do homem, os sons já indicam dados abstratos ou sintéticos, mas ainda em estado pré-lógico.

Nesta fase, a comunicação se dá também em forma de *símbolos* gráficos, conduzidos inicialmente, à imitação de formas simples, como as geométricas; depois, de figuras mais complexas, como a de homem, animal, árvore, casa, barco, etc.; finalmente, desenhos a partir de um *tema* elaborado. Jung diz que há um conjunto de símbolos primitivos que ele chama de "arquétipos" pertencentes já à herança da humanidade, arraigados no inconsciente coletivo, de caráter universal, independentes de raça, credo ou cultura, e que permitem interpretar e compreender o Ser humano e seu Destino. Observe-se, por último, que, por sua natureza, o símbolo revela, além da intenção de fazer-se compreender, o desejo de agir e celebrar.

Algumas Conclusões

Da matéria até agora apresentada, podemos tirar algumas conclusões, aptas, já, a introduzir-nos no mundo íntimo do conceito de Bandeira.

O homem primitivo, alcançando a fase psicológica da linguagem ideográfica e o estágio social de horda criou vários símbolos como meio de comunicação.

Um destes símbolos pode ter sido usado para significar a união do grupo em suas atividades de caça ou eventuais comemorações festivas; a partir daí se desenvolveu, através dos séculos, tendo dado origem ao que hoje chamamos BANDEIRA.

Como não se podem datar as fases psicológicas e sociais do desenvolvimento humano, torna-se impossível, no estado atual da ciência, identificar o momento exato da primeira aparição do objeto-bandeira, como ocorre aliás também com outros símbolos anel, coroa, cetro, trono, etc.

Tendo em conta os dados da Arqueologia, pode-se pensar que o primeiro uso já terá sido feito pelo *Homo Sapiens*.

É difícil também afirmar em que lugar o objeto-bandeira surgiu pela primeira vez. Com toda a probabilidade, em algum, ou simultaneamente em alguns, dos países da antiguidade oriental. A rigor, não se poderia dizer que se trate da Ásia ou África, pois a Arqueologia revela a vida do *Homo Sapiens* simultaneamente lá e na Europa.

Pode-se adiantar que o uso surgiu *instintivamente*, e não por *convenção* explícita. Foi mais um ato à base de imitações individuais sucessivas do que por determinação única de um líder ou de uma convenção grupal. Mais das raízes da alma humana em ânsias de comunicação, de ação e de festa, do que de vontade político-administrativa.

O Documento mais Antigo sobre Bandeira

Segundo a narrativa do sacerdote babilônio Berosso, escrita no terceiro ou quarto milênio antes de Cristo, os sumerianos remontam quase ao aparecimento do homem. Chamam seus antepassados de "reis fundadores", em número de dez, o mesmo número dos antepassados do "povo de Deus", segundo a Bíblia, desde Adão até o dilúvio. Conforme a lenda, estes reis fundadores, à semelhança dos primeiros homens bíblicos, gozavam de longevidade muito ampla, cobrindo, os dez, o espaço de 241 200 anos ou mais. Depois deles, veio o dilúvio - continua Berosso - e a nova raça sumeriana, tendo à testa Ut-napisti, figura simétrica de Noé. A partir daí os reis são julgados personagens históricos pelos cronistas babilônios posteriores, que escreveram por volta de 2100 a.C. Mas como a longevidade e os atributos divinos continuam a ser-lhes concedidos, os pesquisadores ocidentais não deram valor aos trabalhos dos cronistas, do mesmo modo, aliás, como não se davam aos escritos de Homero em relação a Tróia, e que foram confirmados pelas escavações de Schliemann.

Guiado pelas relações desses cronistas, Leonard Woolley começou, em 1927, a fazer escavações no local em que se dizia ter existido a cidade de Ur, a lendária pátria de Abraão, na Caldéia, junto ao Eufrates. Na colina de El-obeid, descobriu um templo da deusa-mãe Ninursap. "Tinha escadas, terraços, vestibulos e colunas de madeira cravejadas de cobre, ricos mosaicos, esculturas de leões e gamos, e era a construção mais antiga do mundo que reunia a tal grandeza semelhan-

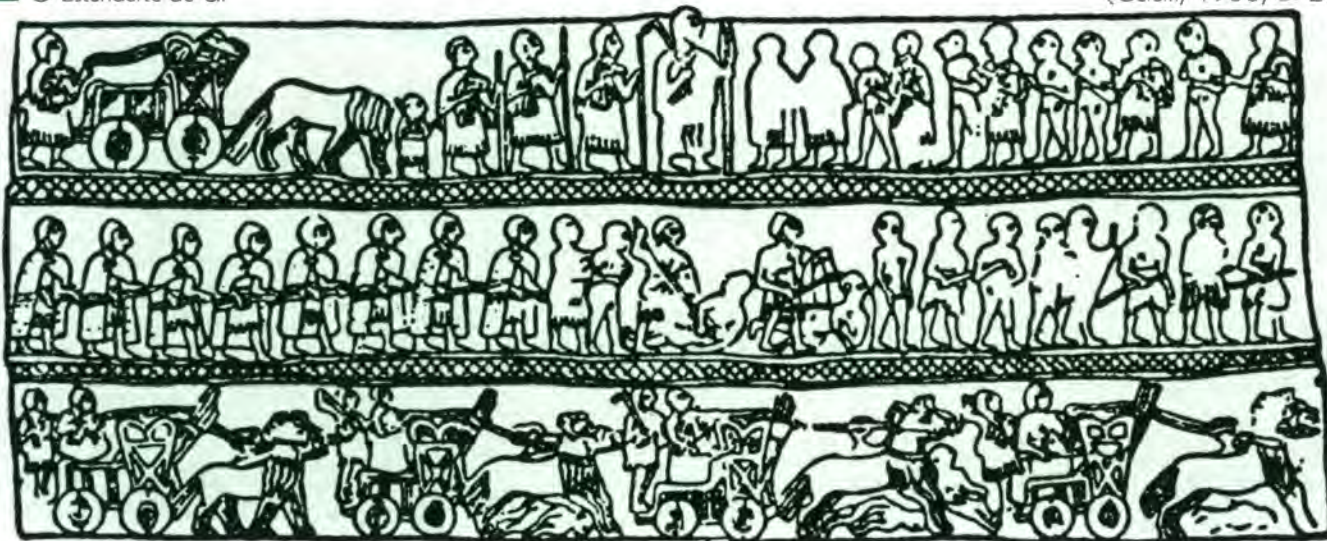
te valor artístico" (Ceram, 1956, p. 273). Entre os objetos, encontrou uma conta de ouro que informava sobre o construtor do templo: A-anni-padda. Uma laje de pedra calcária trazia a dedicação do edifício, em escritura cuneiforme, por "A-anni-padda, rei de Ur, filho de Mes-anni-padda, rei de Ur". Ora, este era um dos citados nas listas dos reis sumerianos, apresentado como fundador da terceira dinastia depois do dilúvio, a chamada Primeira Dinastia de Ur, que reinou dos fins do quarto milênio até 2930 a.C. Terminavam as dúvidas sobre a existência histórica deste personagem remotíssimo!

No entanto, Woolley achou um objeto muito mais antigo, muito mais importante para a compreensão da história antiga, e ligado diretamente aos propósitos deste livro. Trata-se do chamado "Estandarte de mosaico de Ur". ■ Woolley datou-o de 3500 a.C. "Consistia em dois painéis retangulares, de 55 centímetros de comprimento por 22,5 centímetros de largura, aos quais pertenciam ainda dois pedaços retangulares. *Supõe-se que esses painéis eram firmados a um pau e levados à frente de procissões e cortejos* [grifo nosso]. Ora,

esses painéis eram cobertos de grande número de figuras de mosaico de madrepérola e conchas sobre fundo de lápis-lazúli. Embora os painéis carecessem de profusão e do detalhe das pinturas murais egípcias do rico proprietário Ti, que tantas informações forneceu a Mariette sobre o Egito antigo, não obstante Woolley pôde ver nele, com tanta clareza como num livro de imagens, o que foi a vida cinco mil anos atrás. Dada a sua antiguidade, esse estandarte é considerado obra-chave de extraordinária importância. Nele se vê uma cena de banquete (o que nos informa sobre o traje e utensílios); a condução de animais ao sacrifício (o que nos diz quais os animais domésticos que eram criados naquele tempo); um grupo de prisioneiros e um grupo de guerreiros (o que nos fornece informações sobre armas e armaduras); e, finalmente, carros de guerra, que nos informam que foram os sumerianos que introduziram os carros na guerra no fim do quarto milênio a.C., os contingentes de carros que unificaram ou esfacelaram aqueles impérios gigantescos dos babilônios, dos assírios, dos persas, e, finalmente, dos macedônios" (ibid., p. 268-269).

(Ceram, 1956, p. 268)

■ O Estandarte de Ur



A Gênese e o Desenvolvimento da Bandeira

Embora muito antigo - o mais antigo de todos os documentos sobre Bandeira - o Estandarte de Ur já apresenta a Bandeira em estado bastante evoluído, quando o homem já havia passado para a fase de linguagem escrita, já se encontrava com uma definida organização social, já se engajava em plena atividade bélica.

Sendo certo que este Estandarte representa um ponto de chegada, teremos de admitir que entre os sumérios a necessidade e as formas de Bandeira surgiram muito tempo antes do ano 3500 a.C.

Temos de alcançar outros povos para encontrarmos, em datas posteriores, mas, em compensação, numa etapa muito mais primitiva, a gênese da Bandeira, e, a partir daí, o seu desenvolvimento até nós.

No Egito

A história do Egito se presta para este tipo de estudo, porque, devido aos progressos da egiptologia, guarda um pouco mais de unidade que a de outros povos e nos põe em contato quase direto com a fase embrionária de muitas de suas categorias e conteúdos culturais. O documento dos sumérios conservará sempre seu valor, por ser o mais recuado na ordem do tempo, mas as peças egípcias parecem superá-lo culturalmente, por serem mais expressivas na ordem das idéias.

Existiam *primitivamente* no Egito várias tribos de origem afro-asiática, que se uniram depois em nomos, e em seguida em dois reinos, o do Norte e o do Sul, com seus dois primeiros reis-deuses Hórus e Set, respectivamente. As datas para essas diversas transformações não podem ainda ser determinadas. O *primitivamente*, o *depois*, o em *seguida* esperam novos trabalhos arqueológicos para se identificarem. O certo é, porém, que o uso de um objeto como símbolo grupal, estava presente nas origens dessas tribos.

Ainda em estado de horda, para se diferenciarem na caça e em momentos de alegria, usaram estes povos primitivos, segundo Diodoro de Sicília, feixes de ervas amarrados a hastes. Era uma insígnia simples, fácil de ser confeccionada. A Bandeira nascia, assim, de um consórcio entre o homem e a terra; surgia da árvore, essência criadora e símbolo de proteção. "Desse himeneu entre a eternidade do solo e a eternidade do homem, consubstanciado na corrente social, brotaram os estandartes em sua expressão

lídima, e pode considerar-se feliz o povo que o possui nesse completo simbolismo, prendendo o passado ao presente, a raça ao território, a história ao elemento físico, onde se desenvolve. O vegetal, onde se concentram todas as belezas, todas as religiões, todos os segredos, teriam de ser o berço da bandeira" (Maia, 1926, p. 6-7). Mais tarde, vamos encontrar os soldados romanos obedecendo a este mesmo impulso telúrico, amarrando a estacas feixes de feno. Os revolucionários franceses se ornarão com folhas de árvores como símbolo do grande partido nacional. Os brasileiros de 1822 recorrerão também ao *croton variegatum*, de folhas verdes com nervuras amarelas, como estandarte popular naqueles inícios da nova nacionalidade. Este sentimento fora cristalizado oficialmente na bandeira imperial através da presença de dois produtos vegetais - fumo e café. A própria República não fugiu a esta necessidade humana, conservando no brasão nacional esses dois vegetais. Quanto à Bandeira atual: ainda que o verde possa representar um conceito histórico - a Casa de Bragança, a que pertencia D. Pedro I - todavia, popular e literariamente, é entendido como símbolo de nossas matas e florestas. Note-se, contudo, que, se para povos mais evoluídos, as plantas podiam ter e tinham algum conteúdo cultural, para os primeiros homens, hordas ainda sem tradição e sem história, estes sinais não representavam idéias, mas eram inspirados pela necessidade de distinguir os grupos, "expressando talvez a união e a disciplina através dos movimentos desordenados" (ibid., p. 6).

Num segundo momento, as ervas foram substituídas por outros objetos fixados como suporte na ponta de uma lança, algumas vezes amarrados com fitas. Certamen-

te, o primeiro objeto foi ainda de natureza vegetal: a flor de loto, símbolo do deus Nefertem. Para a deusa Heith criaram um escudo com duas flechas cruzadas. Para outros deuses era a cabeça do animal que os representava: carneiro para Chnum, falcão para Hórus, íbis para Tot, crocodilo para Suchos, gata para Bubasse, serpente para Buto. Cada animal era tido como origem primeira e protetor permanente do grupo, merecendo respeito e adoração - conceitos que se expressam pela palavra Totem. Quando já da unificação do país, surge o boi Ápis, uma espécie de símbolo nacional.

Tem-se uma idéia do apreço em que eram tidos os animais-totens pelo luxo dos cemitérios especiais em que eram sepultados. Havia, inclusive, capelas mortuárias, à semelhança dos túmulos dos

O Boi Ápis

(Ceram, 1956, p. 121)



nobres (Ceram, 1956, p. 122). Estamos muito longe, no entanto, de atitudes totêmicas de outros povos posteriores. "Há muitos anos - aliança-nos Henry Thomas - um aborígine australiano chamado Boortwa (corvo) adoeceu. Um homem branco, que vivia nas vizinhanças, matou infelizmente um corvo. Nesse mesmo dia morria Boortwa. Os nativos estavam tão certos de que o homem branco era responsável pela morte de Boortwa que o executaram imediatamente" (Thomas, 1964, p. 316-317). Ou aquela outra estória de um caçador africano morto por um tigre. "Aconteceu que um leão, que era totem, desse com o cadáver. O leão exalou sua própria alma no caçador. O caçador voltou à vida, ao passo que o leão caía morto" (ibid., p. 317). Não temos ainda hoje países modernos que adotam animais em suas Bandeiras? O leão no Irã e Ceilão, o quetzal na Guatemala, a lhama no Peru, o elefante no Laos, etc. É óbvio que a atitude interior é diversa, mas a conotação estética é a mesma. Estamos ainda - ontem e hoje - magnetizados pelo meio ambiente que nos cerca.

O egípcio antigo teve também seu olhar voltado para cima. E por isso enxergou no céu e de lá extraiu para suas insígnias o sol e a lua, símbolos ainda de divindades, que, no contexto estético e com fundo cultural novo, continuam em bandeiras modernas: por exemplo, o sol na Argentina, Uruguai e Japão, a lua em alguns países árabes, as estrelas em muitas nações, inclusive o Brasil, imperial e republicano.

Dessa maneira, desde os primórdios, a insígnia foi beber inspiração na natureza inteira: terra e céu, e na terra, planta e animais. Eram projetos ambiciosos, de grandes horizontes artísticos em seu conteúdo. Revelavam o grande anseio da alma humana



● Fachada do Templo de Edfu

de identificar-se com a natureza, numa forma pura de animismo, estranha à nossa cultura moderna, mas de alta expressão filosófica da mentalidade desses homens primitivos.

Algumas vezes as fitas que amarravam os objetos sólidos se destacavam mais que o próprio objeto, passando depois a contê-lo em forma de pintura. Em alguns casos, aparecem apenas a haste com as fitas esvoaçando. Encontraram-se, por exemplo, pinturas de cerâmica da época dos aborígenes, representando cabanas construídas com bambu, separadas por paliçadas de troncos

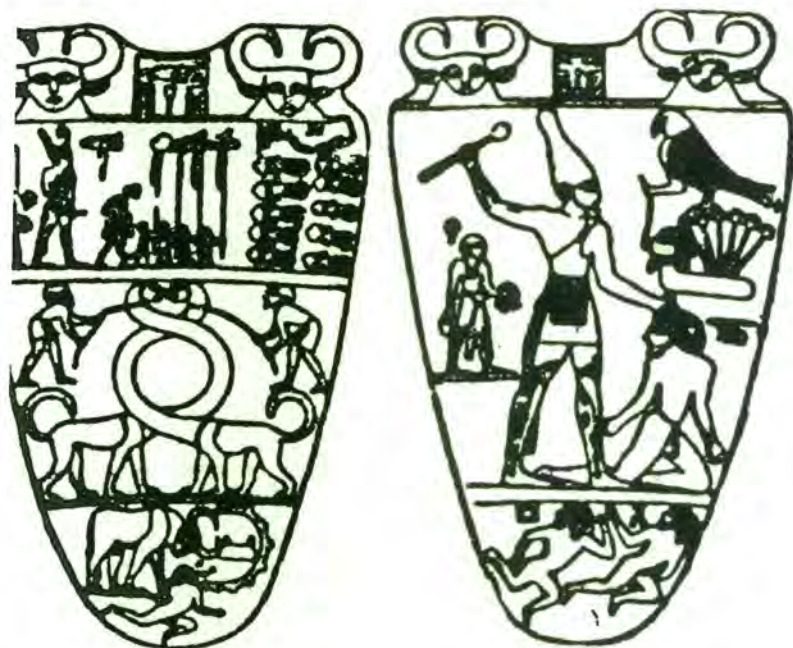


(Ceram, 1956, p. 85)

de árvores, que funcionavam como meios de proteção contra animais. Vêm-se homens, rodeados de sua família e de animais domésticos. Em cima das cabanas há insígnias flutuando ao vento, contendo imagens do Totem do grupo. Um exemplo de insígnia sem a representação de animais ou plantas encontramos na fachada do templo de Edfu, descoberto por Mariette. ● Nela se vêem quatro hastes com tiras de pano esvoaçando. No primeiro caso a Bandeira aparece em seu contexto étnico; no segundo, como expressão de festa ou de culto.

Da relação insígnia-deus foi fácil passar para a ligação insígnia-rei, uma vez que o governante era considerado como vigário da divindade, a qual era o chefe real do povo. Por isso, encontramos representações de procissões em que o estandarte sagrado é conduzido diante do rei. Através dos tempos, este caráter pessoal da Bandeira vai acentuar-se, mesmo quando as nacionalidades já estarão formadas. Assim, vemos na França e em Portugal, por exemplo, o suceder-se de vários pavilhões a cada novo governo ou regime político. Também entre os republicanos brasileiros de 89 a ligação bandeira-regime era ainda tão forte que prevaleceu sobre a outra, bandeira-pátria. De lá para cá consolidou-se esta última relação nas várias opções políticas do País.

Tudo isto aconteceu antes da unificação do Egito, ocorrida por obra de Menés, em data sobre que discordam os egiptólogos, desde Champollion que indica o ano de 5867, até Palmer no outro extremo - 2224. A tese mais aceita hoje é a do norte-americano Breasted - 3400, ou a do alemão George Steindorff - 3200, confirmada por recentes pesquisas francesas em Mâri, no médio Eufrates. Data da época da unificação a chamada "Tabuleta de Maquilagem do Rei Narmer" - frente e verso ■ Os dois conjuntos indicam com evidência cenas de guerra. No escudo da direita, a figura central mostra, possivelmente, o próprio Menés, patriarca da nacionalidade, abatendo um inimigo. No canto direito superior, simboliza-se o rei por um gavião hórus, segurando numa corda algum país vencido, e pousando sobre seis flores de loto, representativas de seis mil prisioneiros. É provável que o quadro fizesse parte do estandarte real. Neste caso, seria o primeiro documento egípcio em que a Bandeira



Tabuleta de Maquilagem de Narmar

(Ceram, 1956, p. 83)

aparece ligada à guerra, depois de tantos outros que a apresentaram em funções pacíficas. A idéia de cristalizar na Bandeira atividades bélicas bem sucedidas voltará mais tarde em outros povos. A acreditarmos numa das explicações para a Bandeira do Reino de Portugal e Algarve, Afonso III teria imortalizado em seu pendão os castelos tomados aos mouros. Napoleão fará escrever no verso dos estandartes regimentais os nomes das batalhas em que cada regimento estivera empenhado. Quanto a nós, brasileiros, apesar dos brilhantes feitos contra holandeses, franceses e paraguaios, nunca aprovou aos projetistas fixar no pavilhão cenas ou símbolos guerreiros. Bem haja a discutida legenda "Ordem e Progresso", que, ao menos, impediu aos positivistas o pensamento

de adotarem para nossa Bandeira o dístico "Independência ou Morte", de grande significado histórico para a nação, mas que, pelo sabor agressivo, estaria desatualizado hoje, quando os homens anseiam por construir uma paz planetária.

Uma descoberta notável para nosso assunto foi a realizada por Mariette em 1850: o túmulo de Ti, datado de 2600 a.C. Ti, pelos objetos encontrados, era uma espécie de ministro com várias pastas, das quais destacamos a da Indústria e dos Transportes. Figura-se a preparação do linho, o que vem apoiar a idéia das fitas como complementos e mais tarde como substitutos dos objetos sólidos na gênese da Bandeira. Observa-se também a construção de navios. Isto possibilita fazer remontar para esta época 2600 a.C. o emprego de estandartes em navios, atestado por outros documentos para datas posteriores.

Em 1914, Lorde Carnavon e Howard Carter descobriram o túmulo de Tutancâmon que reinou de 1370 a 1335 a.C. O feito representa o ponto alto de toda a história da Arqueologia referente ao Egito. Interessa-nos destacar dois pontos. O primeiro, cenas de caças pintadas em pé de igualdade com as de guerra, mostra que esta não consumia todas as preocupações dos governantes da época. O segundo vem confirmar as idéias religiosas e étnicas que aventamos para as bandeiras antigas: para cada um dos três esquifes descobertos existe um ornato de animal: cabeça de leão, cabeça de vaca e uma terceira metade hipopótamo metade crocodilo.

Já dentro do Novo Império, ao tempo da 19ª Dinastia, durante o reinado de Ramsés II (1298 - 1232), aparecem monumentos mostrando estandartes "como os reais agentes da vitória sobre os inimi-

gos". Aqui, em vez de *símbolo* da vitória, a bandeira assume a função de *fator*, de instrumento auxiliar nas batalhas. A mesma idéia guiará todos os povos mais tarde: a Bandeira será presença imprescindível nos "exércitos em ordem de batalha". O inimigo tê-la-á como alvo. O porta-bandeira morrerá antes de vê-la arrebatada pelo agressor. Caída, é mau agouro, e muitas vezes início de confusão, de derrota.

O último documento que queremos referir é a estátua de um soldado porta-bandeira. É de 671 a.C., penúltimo ano da 25ª dinastia, sob a qual o Egito caiu em mãos dos Assírios.

A história da Bandeira no Egito continuaria, mas para nossos intuítos, é o suficiente. A síntese realizada esforçou-se por ser qualitativamente completa, embora, como para outros países e para outros temas da Antiguidade, a falta de seqüência da documentação, deixe claros aqui e acolá. Procurou mostrar que em épocas remotíssimas a idéia de Bandeira já estava densa de conteúdos culturais diversos, posteriormente assumidos por povos mais adiantados.

Em 1958, o Egito e a Síria, unindo-se, criaram a República Árabe Unida, numa primeira tentativa moderna de união do mundo islâmico. Apareceu nova Bandeira, com duas estrelas, símbolo dos dois países. Três anos depois, a Síria retirou-se mas as estrelas permaneceram. Caídas do céu para a Bandeira, como já ocorrera com o sol e a lua entre os aborígenes, elas ali ficaram como desejo de unificação, que voltou a reinar a 17 de abril de 1971 com o estabelecimento da Federação das Repúblicas Árabes, congrassando Egito, Síria e Líbia, que adotaram uma **única bandeira, e hoje desfeita.**

Na Assíria e na Babilônia

Antes do começo do século passado, tudo o que se conhecia do norte e do sudoeste da Mesopotâmia eram os poucos elementos transmitidos pela Bíblia ou por escritores antigos como Flávio José, Diodoro, Ctésias, Heródoto, Estrabão e outros. Em 1802, porém, Grotenfend fez as primeiras decifrações da escritura cuneiforme, pesquisa aperfeiçoada por Burnouf e Lassen, e, independente dos três, por Rawlinson. Só a inscrição de Behistun, interpretada pelo último, forneceu mais elementos do que todos os escritores antigos juntos. A partir de 1843, Nínive, a majestosa capital assíria, veio à tona, através das escavações de Paul Emile Botta, em Corsabad e, em 1849, com os trabalhos mais bem-sucedidos de Layard nas colinas de Nemrod e Kuiundjik. O primeiro descobriu especialmente o palácio de Sargão II, mencionado em Isaías; o segundo, o de Senaquerib. Em 1899, a vez da Babilônia: as escavações de Koldewey culminaram com notáveis achados, como a Torre de Babel, os Jardins Suspensos, o Templo e a Estrada de Marduk. Alguns dos objetos se desa-

gregavam ao sopro quente do deserto; por isso, Botta chamou em auxílio Flandin que desenhou *in loco* muitas peças. Outros, carregados em balsas, naufragaram no Tigre. Os que se salvaram estão hoje no Museu de Louvre, em Paris.

Graças a todo este labor científico, hoje estamos mais informados sobre a Mesopotâmia do que os historiadores greco-romanos, que viveram dois mil anos antes de nós. Ele nos acusa civilizações tão antigas ou mais que a dos egípcios, sobrepondo-se, politicamente, numa estreita área geográfica, umas às outras, com influências recíprocas, quase sempre com independência cultural. Posteriores aos sumérios na mesma região, proporcionam-nos informes sobre a Bandeira muito mais primitivos. Contemporâneos ou quase dos egípcios, mas distantes geograficamente, repetem-nos alguns de seus conteúdos e enriquecem-nos com outros. Diremos um pouco dos assírios; depois, dos babilônios.

Pode-se pensar que já no terceiro milênio antes de Cristo, os assírios ocupavam o norte da Mesopotâmia, no curso superior do Tigre, vivendo de pastoreio. O documento mais antigo é do ano de 2225 e se refere ao príncipe Zariku de Assur. Dominados por muito tempo pelos babilônios, constituíram um estado independente com capital em Assur, quando a Babilônia caiu sob os hititas em 1758.

A documentação recolhida nada nos diz, diretamente, sobre se, à semelhança dos egípcios, os assírios primitivos tiveram como primeira insígnia ervas amarradas a hastes. Podemos apenas inferi-lo do que ocorreu mil anos depois. No palácio de Senaquerib, Layard descobriu longas filas de figuras aladas, ostentando emblemas re-

ligiosos, aparentemente em adoração, diante da Árvore da Vida.

Como os egípcios, os assírios passaram a ter, num segundo momento, como insígnias, objetos ou pinturas representativas de seus animais-totens: touro alado para Marduk, leão alado para Nugal, águia para Ninurta; para Nebo o símbolo era o próprio ser humano, o que já é uma novidade em relação aos habitantes do Nilo. Alguns relevos mostram animais com emblemas misteriosos nas mãos.

O mesmo esquema egípcio continua quanto à adoção do sol e de outros corpos celestes como deuses e como símbolos de seus grupos, e quanto à trilogia deus- rei-bandeira, inclusive o costume de levar-se o estandarte, como símbolo sagrado, diante do rei.

É a partir do Século IX antes de Cristo que a documentação se torna mais abundante e específica. Há estandartes ligados à caça, ocupação quotidiana dos nobres, mas há-os também em referência à guerra, quando a capital era ainda Assur, ao tempo de Assurnasir-pal, que reinou de 885 a 859, tendo levado seu poder contra aramaicos e armênios, sírios e fenícios. Destaca-se a estátua de um soldado com uma lança encimada por um pendão.

Segue-se uma série de outros reis, todos eles empenhados em lutas externas, projetando-se Sargão II (721-705), fundador de nova dinastia, conquistador da Samaria, donde levou para o cativo dez tribos de Israel, construtor, perto de Nínive, do palácio de Dur-charrukin, descoberto por Botta.

Nínive, levantada em honra da deusa Nin, fundada, segundo a Bíblia, por Nemrod, bisneto de Noé (Gênesis 10, 8-11), em 704 foi elevada a capital por Senaquerib (704-681), como parte do

programa em que procurou negar sua descendência de Sargão II, atribuindo-se origens pré-diluvianas, da estirpe de Gilgamés, com poderes divinos. "Nínive gravou-se na consciência dos homens quase unicamente por estar ligada a assassinato, saque, repressão, violação dos fracos, guerra e terror de toda sorte; a uma série de soberanos sanguinários que reinaram pelo terror e que raramente morreram de morte natural, sendo substituídos por outros ainda piores. Senaquerib foi o primeiro César meio louco que ocupou o trono da primeira metrópole civilizadora, tal como, muito mais tarde, Nero foi o primeiro a ocupar o trono de Roma. Nínive foi a Roma assíria, cidade fortificada, grande cidade, metrópole, cidade de palácios gigantescos, enormes praças, enormes avenidas, centro de triunfos até então desconhecidos. Era dominada por uma tênue camada privilegiada, cujo poder derivava do sangue, da raça, da nobreza, do ouro, da violência ou de uma refinada combinação de tudo isso, e povoada por uma massa amorfa de povo (*sic*) maltratado e sem direitos - escravos, cuja única função era trabalhar, embora mais de uma vez, com palavras hábeis, lhes fosse dada uma ilusão de liberdade: de que trabalhavam para o bem de todos, de que combatiam para o bem do povo. Massa em fermentação, sempre oscilando entre os extremos da revolta social e da escravidão resignada, ora transformada em multidão incontida, ora recaindo na inércia bruta como reses que seguem cega e humildemente para o matadouro. Os assírios nesse tempo adoravam diversos deuses, muitos deles estranhos, e todos eles haviam perdido a sua primitiva função criadora... Cidade do embuste, cidade da propaganda e da política como instrumento de permanente mendacidade. Assim era

Nínive" (Ceram, 1956, p. 231-232). Foi neste clima que existiram muitas bandeiras assírias, presidindo e encorajando derramamentos de sangue. Pensa-se, aqui, naturalmente nas palavras de Castro Alves, após descrever os horrores desumanos dos navios negreiros:

"E existe um povo que a bandeira empresta.

Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...

E deixa-a transformar-se nessa festa.

Em manto impuro de bacante fria!..."

É possível que a esta época, como medida de organização e de estímulo, houvesse distinção entre a bandeira principal - a nacional - e as dos diversos setores do exército: infantaria, cavalaria, carros de guerra. É certo que um dos carros levava uma bandeira, considerada, como entre os egípcios, fator de vitória, e, portanto, objeto de proteção especial.

Asarhaddon (680-669) continuou os intentos expansionistas de Senaquerib; sucedeu-lhe Assurbanipal (668-628) que, embora se tenha engajado em guerras contra o Egito e a Babilônia, era, por natureza, pacífico e com tendências para a vida contemplativa. Seu grande tento foi a criação de uma biblioteca, constituída de tabuinhas com a sabedoria da época. Superada apenas pela de Alexandria, a biblioteca de Assurbanipal é a chave de toda a civilização mesopotâmica. Aí George Smith encontrou, na segunda metade do século passado, o poema de Gilgamés, o estrangulador de leões, a primeira epopéia da humanidade, uma espécie de *Iliada*, *Eneida* ou *Lusíadas*: o poema da formação e da glorificação de uma nacionalidade.

Em 612, 92 anos após ter sido elevada a capital, Nínive foi arrasada pela ação conjunta dos medos e babilônios, sob

a chefia de Ciaxares e Nabopolassar, respectivamente, cumprindo-se a profecia da Bíblia. Assur-ubalit II consegue fugir durante a destruição. Funda em Haran um novo império assírio. Em 610 é vencido, também aí. Quatro anos depois, era o fim definitivo. Seguiram-se os domínios persa e macedônio e, já em nossa era, dos árabes, mongóis, turcos e ingleses. Em 1918, o país passou-se a chamar Iraque, adquirindo independência em 1930.

Sua bandeira, tricolor como as modernas, recorda um pouco o passado: as estrelas, símbolo dos seus deuses; a cor verde, lembrança estilizada de sua *Árvore Sagrada*.

Por volta de 2800 a.C. os *abilônios*, no sudoeste da Mesopotâmia, entre o Tigre e o Eufrates, começam a distinguir-se mais, política e culturalmente, dos sumérios, que até então dominavam toda a região do sul e do sudoeste. A capital é Lagash, o primeiro governante é Ur-Nanche, que empreendeu alguns movimentos de conquista, no que foi imitado por sucessores.

Em 2637, inicia-se o período acadiano, com Sargão I, cuja origem é cercada de lendas, mas cuja existência histórica está fora de dúvida. Com ele, o império se estende à Assíria, Elam, Síria, Palestina e Ásia Menor. Aparecem as primeiras inscrições puramente semitas, e, com Naram-Sin, monumentos e talvez estandartes, comemorativos de vitórias, como a "Estela de Naram-Sin", desenterrada em Susa, capital do império persa em seu apogeu, representando o monarca vencendo povos montanheses, especialmente os lulubas.

Já no fim do milênio, a cidade de Babilônia se torna capital do Império. Tem-

pos depois, surge Hammurabi que consegue unificar toda a Babilônia, assumindo a liderança do mundo de então. Neste aspecto, antecipa de tantos séculos o que será Chin Shih Huang-Ti para os chineses, Genghis-Kan para os mongóis e Cavour e Garibaldi para os italianos. Mas Hammurabi é mais conhecido como o primeiro legislador da história, não que tenha feito as primeiras leis, mas por ter sido o primeiro a sistematizar, para uma nação inteira, leis e preceitos locais num código jurídico, cuja influência ainda hoje persiste.

Em 1250, aproximadamente, Tukul-Ninurta vence Kachtiliash, rei da Babilônia, levando de Babel a estátua de Marduk, deus-símbolo do povo. Em 1146, Nabucodonosor I sobe ao trono da Babilônia. Seis anos depois, consegue de seu colega assírio Ninurta-Tukulti-Assur a devolução da estátua. O episódio iria repetir-se tantas vezes ao longo da história: a preocupação em tomar e retomar o pavilhão nacional.

Em 689, Senaquerib destruiu Babilônia, mas nove anos depois Asarhaddon principiou a sua reconstrução. Em 648, Assurbanipal reconquistou-a, incorporando-a ao reino assírio. Em 625, Nabopolassar retoma a ascensão da cidade e de todo o império. Aliando-se aos medos, vence a Assíria.

Seu filho Nabucodonosor II (605-562) fortificou a cidade, reconstruiu a Torre de Babel, na qual se empregaram 85 000 000 de tijolos, todos com sua marca real. Levantou os Jardins Suspensos, o Templo e a Estrada de Marduk. Os achados principais do arqueólogo Koldewey referem-se a esta época. Nabucodonosor comprazia-se em descrever a própria obra, não gostando que se

falasse de suas atividades bélicas. Uma tradição diz que o monarca preferia ver elogiadas suas realizações administrativas. Mas não deixou de fazer guerras também: venceu os egípcios e destruiu Judá e Jerusalém (587). Pode ser que, à imitação de Ecnaton (Amenófis IV), que tentou, pelo culto do sol, criado por ele, uma afirmação e garantia mágico-religiosa do império egípcio levantado sobre terras conquistadas, pode ser que Nabucodonosor quisesse criar para as vitórias suas e dos antecessores uma superestrutura mais concreta, que lhe melhorasse a imagem diante do povo, atraísse a benevolência de Marduk e defendesse o império de futuros inimigos. Qualquer que tenha sido o motivo, a preferência por publicidade de cunho administrativo e pela imagem de piedoso crente fez com que não tivéssemos nada sobre bandeira como categoria bélica. Mas em compensação o aspecto religioso ficou ressaltado, como veremos a seguir.

Construiu o Templo de Marduk dividido em duas partes: o templo baixo e o templo alto. O primeiro tinha estátuas e era de acesso ao povo. O segundo, uma espécie de *Sancta Sanctorum* dos judeus, era a morada do próprio Marduk; por isso, inacessível ao povo e desprovido de imagens, pois a presença real do deus dispensava o seu símbolo, idéia que voltará entre outros povos em que a bandeira nunca aparece simultaneamente com o monarca. Ao redor do templo, fez edificar casas para os peregrinos que vinham de longe para a procissão em louvor à divindade.

Esta procissão é um dos pontos mais altos da religiosidade dos babilônios e talvez de todos os povos anteriores ao cristianismo. Para que se realizasse com toda a pompa, Nabucodonosor mandou fazer uma

estrada especial, da entrada da cidade até o templo, com 23 metros de largura, entre muralhas, das quais, de dois a dois metros, fez esculpir 120 leões. Informa o próprio Nabucodonosor: "Enchi Aibur-schabu, a rua de Babilônia, com um elevado aterro para a procissão do grande senhor Marduk, e tornei Aibur-schabu apropriada para a procissão da divindade com pedras de Turminambanda e pedras de Schadu, desde a porta de Illu a Istarsakipat-tebischa; liguei aquela parte que meu pai havia construído e tornei o caminho esplendoroso" (apud Ceram, 1956, p. 256). A estrada era usada também como artéria popular, e, extraordinariamente, visava a servir de armadilha ao inimigo que invadissem a cidade. Mas sua finalidade primordial era ser caminho da procissão religiosa. Koldewey, entusiasmado com o que viu, através da documentação, comparou o ato religioso em homenagem a Marduk, com uma procissão de N^a Senhora a que assistira em Siracusa. "Mas esta comparação é sem dúvida fraca. A procissão de Marduk [. . .] devia ser mais grandiosa, mais pujante, mais imponente e bárbara, com o transporte dos deuses inferiores desde a "Sala do Destino" do templo de E-sagila até à margem do Eufrates, onde esses deuses eram venerados por três dias, antes do regresso triunfal!" (ibid., p. 258). Fraca ou ampla, a comparação de Koldewey coloca-nos diante de um mundo de insígnias, estandartes e flâmulas, coloridas e esvoaçantes, um dos exemplos históricos mais vivos da bandeira em seu contexto cívico-religioso.

A porta da cidade consistia em dois grandes edifícios, com 575 relevos de animais. Destacavam-se o touro, o animal sagrado de Ramman, deus do tempo, e o "Sirusch", o dragão, ou grifo, designações

"inadequadas para este ente fabuloso, sagrado até para Marduk, o chefe dos deuses. Era um quadrúpede, de pernas altas, com o corpo coberto de escamas, longo pescoço e cabeça de serpente com grandes olhos. De sua boca projetava-se a língua bipartida, e tinha um chifre no meio do crânio chatto... Era o dragão de Babilônia (Ceram, 1956, p. 257) ▶

Em 555, Nabonid, último rei babilônio, tentou restaurar o culto da lua, com templos em Ur e Haran. Em 539, a Babilônia perde definitivamente a independência para os exércitos persas de Ciro. Mas o dragão permanecerá como símbolo de povo forte. Voltará através dos séculos. Constituirá a peça única da primeira bandeira dos lusos. Estará presente nos estandartes regimentais britânicos modernos. Será titular e símbolo dos nossos "Dragões da Independência".

▶ Dragão da Babilônia, aos pés de Marduk



(Ceram, 1956, p. 257)

Na China

Segundo conquistas científicas mais recentes, os vários sistemas de escrita evoluíram internamente, aperfeiçoando-se a si mesmos, sem passagem de contribuições de um para o outro. Na evolução da Bandeira, no entanto, pode-se notar esta "passagem" de influência de um país para outro, pode-se perceber o "desenvolvimento" de um modelo primitivo para outro mais moderno. Isto será muito mais sensível em tempos tardios mas já desde a época antiga o fenômeno ocorria. E o que veremos na China e na Índia, que receberam contribuições culturais do Egito e da Mesopotâmia, e entre elas a que se refere a Bandeiras.

Os autóctones da China são os *miao*, *man* ou *mo-su*, que viveram ao longo do rio Amarelo, em data que não se pode determinar, mas anterior ao terceiro milênio antes da era cristã. Por volta dos últimos dois séculos deste milênio, a dinastia dos Hsias desenvolvia uma cultura muito ampla com centro em Shansi. Mas é com a dinastia dos Shang (1600-1030), com a capital em Anyang, que começa propriamente a história chinesa. À época, teciam já a seda, objeto de larga comercialização, e que servia para o fabrico de bandeiras.

Como no Egito, eram pintadas nas fitas as figuras que encimavam as hastes e as lanças. Foi o desenvolvimento das fitas que deram origem às primeiras bandeiras semelhantes às hodiernas.

As insígnias mais antigas apresentam pássaro vermelho, tigre branco e principalmente dragão azul ● adotado também pelos dácios e partas como estandarte militar. Eram carregadas em carros puxados a cavalo, e, por ocasião de vitórias, penduradas nos muros das cidades vencidas.

Em 1122 a.C., tem início a dinastia dos Chou, com centro em Hao (hoje Sian). É a idade clássica da China.

É a época de Lao-tsé, Confúcio e seu discípulo Mêncio. Há fausto nas cerimônias e nos ritos, em que imaginamos pletora de ornamentos e bandeiras. Multiplicam-se as pinturas e os monumentos a animais. O budismo inspira uma nova linguagem artística. "O representado nela não são propriamente figuras e objetos perfilados. Ocorre amiúde que o ocidental tem que buscar com dificuldade estes objetos e figuras. Estão como que ocultos sob um véu. O que se acha representado é o que o ocidental

chamaria de espaço, de vazio circundante. O objeto do quadro é a substância mesma da existência, o maximamente plenário, o real, o Tao, que deve fazer-se presente tão-só mediante figuras, rochas, montanhas, alusões à água" (Weber, 1965, p. 55).

No contexto desta arte, assim concebida, a própria cor branca podia representar - como plenitude das cores - a plenitude do ser e do poder. Desse modo, o imperador tinha uma bandeira branca, carregada diante de si. Ele era o ponto de união entre a totalidade do Império e o Cosmo. "Tão-somente ele podia pôr o Tao do Cosmo em comunicação e em concórdia com o Império; com este Império que é um reflexo terreno do Cosmo, e fora do qual não pode haver nada de equivalente" (ibid., p. 53).

As inscrições ebúrneas de Anyang, do ano de 1500 a.C., aproximadamente,

● Dragão da China - H. Armstrong Roberts

(Enciclopédia Barsa, 1969, v.4, p. 243)



indicam a fase adiantada da astronomia chinesa. Os corpos celestes mais importantes eram então a estrela polar e as circumpolares. A primeira era tomada como símbolo do imperador: assim como as outras estrelas giram ao redor da polar, assim também as demais autoridades e o povo se movimentam em torno do monarca. É notável que será esta a idéia orientadora dos positivistas brasileiros de 1889, que colocaram na bandeira republicana a estrela Sigma do Oitante - a nossa estrela polar - como símbolo do Distrito Federal, pivô da vida política das outras Unidades da Federação.

Os chineses prestavam aos deuses familiares um culto mais profundo que aquele encontrado entre os romanos em tempos posteriores. Mas a festa religiosa principal, simétrica da solenidade babilônica de Marduk, ocorria no solstício do inverno, quando, para saudar a luz que reaparecia e agradecer os benefícios recebidos, o imperador, acompanhado dos dignatários e do povo, se dirigia ao suntuoso templo para apresentar oferendas, num delírio de cantos e preces, a que não falecia a agitação de insígnias dos vários grupos da população. Esta solenidade nos recorda, naturalmente, a grande festa nacional dos judeus, por ocasião da Páscoa, principalmente nos faustos dias de Salomão. Recorda-nos a festa mitraica persa do *natalis invicti Solis* - "nascimento do vitorioso sol", a *Saturnalia* dos romanos e os cultos solares dos celtas e germânicos, todas decorrentes do solstício do inverno, e que foram absorvidas pela festa cristã do Natal, que celebra o nascimento de Cristo, a nova luz do mundo. Recorda-nos, finalmente, a emocionante liturgia católica da "Dedicação das Igrejas", com suas melodias gregorianas mais incisivas e com os textos

mais autenticamente humanos. Em todas estas ocasiões, nos chineses e romanos, nos pagãos e cristãos, a bandeira era mais do que ornamento: era e é meio de comunicação da coletividade alegre e agradecida diante da divindade protetora.

Este brilho religioso devia ser natural num povo cuja cultura e organização social estava fincada no matriarcado, penetrada de atmosfera democrática anti-senhorial e antiguerreira. No entanto, a guerra também lá existiu, e, ligada a ela, a bandeira. Os mais primitivos gozavam em ter como estandarte a cabeça do inimigo posta na lança, o que pode ser origem do costume grego em fazer o mesmo com o elmo ou outra peça da armadura.

A bandeira era tratada com todo respeito. Tinha os mesmos atributos do imperador. Era confiada ao general mais valoroso. Em 660 a.C., um dos áulicos foi castigado por tê-la deixado cair diante de um Superior.

A diversidade de bandeiras era muito grande na chamada "época dos reinos combatentes" (480-221), quando cada príncipe, uma espécie de senhor Feudal, era "wang" - rei - do seu pequeno estado. Só em 221 a.C. é que Ch'in Shih Huang-ti, "o César chinês", rei do estado de Ch'in (hoje Shensi) submeteu os outros governantes, fundando o Império que duraria vinte e um séculos, isto é, até 1912, ano da proclamação da República. Em 1949, a guerra civil dividiu o país em China Nacionalista e China Comunista. Ambas adotaram bandeira em que predomina o vermelho - a cor dos movimentos revolucionários, mas a Nacionalista deixou uma lembrança da antiga cor do dragão - o azul. Ambas têm símbolos do firmamento: mas o sol de Taipé parece representar melhor que as estrelas de Pequim a antiga e assombrosa civilização chinesa.

Na Índia

Talvez os hindus tenham tido conhecimento da ciência dos babilônios, especialmente no que se refere à lua. Recentes descobertas na região do Pendjab, nas adjacências do Himalaia, revelam influência suméria em ornamentos e símbolos. Do período anterior ao terceiro milênio antes de nossa era, existem restos de artefatos de pedra da pré-história. No ano 3000, os autóctones conheciam a escrita pictográfica, como os chineses, e a numeração decimal. Tribos nesta fase primitiva de cultura ainda sobrevivem nas montanhas do Decan. A primeira invasão foi de povos austro-asiáticos, principalmente os dravidianos. Dedicados à caça, ao pastoreio e à agricultura, os dravidianos eram organizados em dãs totêmicos, com seus deuses e animais sagrados, crenças e costumes, ritos e símbolos, ornamentos e insígnias grupais.

Em 1500 a.C., aproximadamente, irrompem pelo Passo de Kabul os arianos, povos pastores, iniciando o período védico. O *Rig-Veda*, um dos quatro livros vedas genuínos, se reporta às lutas dos árias contra os dravidianos, no Vale do Indo. Instala-se o hinduísmo, com a sociedade dividida em castas - capas sociais sobrepostas aos antigos dãs totêmicos. Uma dessas castas, a dos vaishias, desenvolvendo nos Séculos VIII e VII atividade comercial, alcançaram supremacia sobre os kátrias, financiando os príncipes em seus gastos bélicos, à semelhança do que ocorrerá séculos depois com as ligas Hanseáticas, com os Templários, e, em Portugal, com a Ordem Militar de Cristo.

É difícil fazer a história da bandeira na Índia primitiva, pois nem sempre se pode distinguir o que é símbolo étnico-cultural e o que representa figuras de efeito mágico-catártico. Tem-se como certo o costume de carregarem os hindus suas insígnias em carros ou elefantes. É certo também o valor da bandeira em campo de batalha: sua queda diante do inimigo significava confusão nas tropas e início da derrota. Há documentos de ban-

deiras como as nossas, feitas de algodão que, na Índia, substituíam a seda da China, ou o linho do Egito. Mais freqüentemente tinham a forma triangular, um pouco à semelhança da atual bandeira do Nepal. As cores eram de preferência escarlate ou verde, com emblemas a ouro, predominando, como já em outros povos, a figura do dragão, ou a Roda - símbolo solar e de poder real e judiciário, adotado pelo budismo, desde o primeiro sermão de Buda em Benares ■■

No final do século IV, Alexandre, o Grande, invade Gandhara, mas é dominado por Chandragupta, que funda a dinastia máuria, em meio à intriga e ao homicídio. O filho, Bindusara, será apelidado Amitraghata, "O Matador de Homens". Sucede-lhe Asoka (272-230), o reionge, o maior dos soberanos hindus. Inicia um reinado também sangrento e orgiástico. Com ele, a bandeira vai aparecer, pela primeira vez, ligada a competições esportivas: corridas de cavalo e de touros, combates de feras e gladiadores. Parece viver-se o clima dos circos de Roma ou das arenas de Espanha ou México, ou ainda nossos estádios de futebol com centenas de bandeiras desfraldadas, e, nas competições entre países, a presença de pavilhões nacionais em caráter oficial. Em 261 se deu a mais cruel das guerras de Asoka: contra Calinga, reino situado na costa oriental da Índia. Depois da vitória, que custou ao inimigo cem mil mortos e duzentos mil escravos, veio o remorso, ou aquela superestrutura de que falávamos a respeito de Amenófis IV e Nabucodonosor II: Asoka se converte ao budismo e promulga um código de leis inspirado na Regra de Ouro de Buda. Diz o primeiro artigo: "Toda vida é sagrada. De ora em diante já não haverá matanças - nem de homens pela glória militar, nem de animais para o altar dos sacrifícios ou para a mesa real. A simplicidade, baseada na brandura, será agora a regra tanto nas casas nobres como nas humildes" (apud Thomas, 1944, p. 24). Acompanhada do selo real, símbolo nacional

como a bandeira, estas tábuas foram gravadas em pilares de pedra por todo o país. O próprio homem que havia levantado bandeira para a caça e para o divertimento, para a orgia e para a guerra, levantava-a agora, em eternidade lítica, para toda a Índia e, profeticamente, para o universo em todos os tempos, à semelhança de Zoroastro, Moisés, Jesus, Maomé e Bahá Ullah, levantava-a como símbolo e aspiração, desejo e instrumento de paz e de fraternidade. "Foi um dos primeiros banqueiros internacionais no mundo da moral, pois estabeleceu uma unidade básica para o intercâmbio espiritual de todo o mundo - uma moeda corrente de amor, internacional, inter-racial e inter-religiosa" que "nunca sofrerá desvalorização" (Thomas, 1944, p. 26).

A bandeira egípcia e a dos povos mesopotômicos presidiram os inícios do calendá-

rio, da escrita, da burocracia e das técnicas artísticas, patrimônio cultural sobre que o Ocidente e parte do Oriente construiu sua civilização, mas não foram capazes de transmitir uma palavra que ajudasse a humanidade em sua vida espiritual. É na China e na Índia, é no Budismo e na mensagem religiosa hindu que vamos beber esta palavra. Da poeira levantada pelos povos jinetes, dos estamentos ensangüentados dos kátrias, da bandeira cruel que tremou contra Calinga, irrompe um pacifismo de auto-salvação de valor eminentemente humano, fadado a permanecer ainda como sustentáculo cultural dos povos nos próximos milênios. Gandhi retomará a bandeira de Asoka, e com ela instaurará uma Índia livre e não-violenta, cujo símbolo hoje é a vetusta "Roda" - solar - falando de amor universal do centro de seu pavilhão.

■ Roda da Índia - Cl. Golubew

(Brilliant, Nedoncelle, 1948, lám. 96)



Na Pérsia

No quarto milênio antes de Cristo, já existiam populações no planalto iraniano, que desapareceram sem deixar vestígios de cultura. Por volta de 1500, tribos indo-européias se espalharam pela região, dando origem, no norte, aos medas, e, no sul, aos persas. Estes, em 559, sob o comando de Ciro, dominaram toda a área, iniciando a criação de um dos maiores impérios da antiguidade: do mar Egeu ao rio Indo, com terras na Ásia Menor, Europa Meridional, Oriente Médio e Próximo. Tendo sofrido influências do Egito, da Mesopotâmia e dos próprios medos, e sendo tolerantes para com a cultura dos povos vencidos, os persas não introduziram grandes particularidades em assunto de Bandeira.

Os soldados traziam à ponta da lança uma águia; o sol, símbolo da divindade, luzia em seus estandartes. A águia de ouro e o sol eram conduzidos numa carruagem guardada por dois oficiais, escolhidos entre os mais ilustres e esforçados.

Apesar das insígnias das diversas satrápias em que Dario dividiu, administrativamente, o império, o sol ficou como símbolo nacional dos persas. Sepultavam, ou expunham, os mortos em torres funerárias para sua união com o deus-astro. O próprio Dario oficializou o culto a Ahura Mazdea (Ormazd), o deus da luz, o deus de Zoroastro, diferente das outras divindades, por ser uma pessoa, como será o Deus dos israelitas. Tinha forma alada, metade homem, metade pássaro. A ele atribuía o monarca todas as vitórias. Pela primeira vez mandou gravar-lhe o nome numa rocha a cinquenta metros de altura, na região sagrada de Bagistana, a "terra dos deuses", na antiga estrada comercial de Hamadan. Faz parte do marco, a cena em que Dario vence os "reis da mentira", os feiticeiros medas, que aparecem com as mãos atadas e presos um ao outro por uma corda. A inscrição é formal: o quadro foi gravado para memória dos feitos do Grande Rei. Era Menés que se repetia; eram Afonso III e Napoleão que se antecipavam; era a idéia dos republicanos brasileiros de 1889 ao fixarem na bandeira, pela configuração do céu, o instante da vitória do novo regime.

Em 1935, Reza Khan, iniciador da dinastia Pahlevi, mudou o nome do país para Irã, mais antigo que "Pérsia", como símbolo de ressurreição nacional. A Bandeira, mesmo após a Revolução de 1979, é verde, branca e vermelha, tendo ao centro um leão e o várias vezes milenar sol amarelo.

Entre os Judeus

As descobertas arqueológicas permitiram traçar uma seqüência maior no desenvolvimento da história civil dos povos que habitaram a Palestina e um conhecimento mais adequado da lenta gestação do Judaísmo. Por outro lado, a palavra oficial da Comissão Bíblica, órgão da Santa Sé, definiu o campo da linguagem figurada e o da mensagem religiosa dos textos bíblicos. É ortodoxa hoje a doutrina que ensina terem alguns autores da Bíblia se inspirado em relatos de outros povos para transmitir o pensamento religioso. Era uma medida didática de aproveitamento das categorias intelectuais já existentes.

O povo que mais forneceu elementos foram os babilônios. O babilônio era a língua diplomática da época, conforme se depreende da correspondência entre os monarcas. Por isso, era necessário que os demais povos a aprendessem desde os bancos de escola, à semelhança do que se faz hoje com os idiomas modernos. Para o ensino da língua, adotavam-se antologias de textos religiosos que se iam fixando no espírito da juventude e eram aproveitados nas peças literárias. O próprio relato da criação

feito pelo livro do Gênesis acusa influência da cosmogonia mesopotâmica. Lá se diz que Marduk subjugou Tiamat separando-o em firmamento e águas. O termo *Tehon* - águas, oceano - aparece entre os babilônios e no texto bíblico. Assim sendo, não é estranho que os símbolos judeus estejam impregnados de elementos babilônicos. Nós apanharemos alguns, mostrando também os que foram criados em terras palestinas.

A Árvore Sagrada, à sombra da qual Baal ditava sortes pelo farfalhar da folhagem abre as páginas do primeiro livro da Bíblia. O Capítulo 2 diz que Deus criou um jardim de delícias, centralizando-o com a Árvore da Vida, a Árvore da Ciência do Bem e do Mal, de cujo fruto o homem não devia comer. Desobedecendo a Deus, e sentindo-se nus, Adão e Eva cobriram-se com folhagens das árvores. O relato deveria ser bem estranho para os leitores e ouvintes se não houvesse uma prévia sensibilização para o mundo vegetal. Supõe-se que os primeiros habitantes da região, que não eram "judeus" ainda, se enfeitavam com folhas de árvores e as adotavam como símbolo grupal. O fato é que a Árvore continuará ao longo de toda a história do povo de Deus. É ao lado de um carvalho que Abraão amará a sua tenda, templo de orações e escritório em que formulava oráculos para os peregrinos (Gênesis 18). Mais tarde santificará a tamargueira de Berseba e o carvalho de Moré em Siquém (23, 19). Sara, sua mulher, voltará para morrer e ser enterrada junto à primeira Árvore do esposo. Já depois do êxodo de Jacó para a Palestina, Débora, ama de Rebeca, terá sepulcro sob o carvalho de Betel (35, 8). O culto se estendia ao terebinto (Livro dos Juizes 6, 11 e 19), à tamareira (ibid. 9, 5), à amoreira consultada por Davi (II Livro de

Samuel 5, 23-24), e a muitas outras árvores. Deviam ser pintadas nos estandartes das tribos, usados em ocasiões de festas e a título de identificação social. Assim se entende que as famílias fossem conhecidas pela árvore que cultuavam, como, por exemplo, o terebinto em relação a Gedeão. A crença de que a divindade habitava ocasional ou perenemente os vegetais explica o fato de ter Moisés percebido Deus na sarça ardente (Êxodo 3, 2). Para agradecer à divindade, organizavam os antigos habitantes da região uma festa agrícola anual, com a oferta do primeiro molho de cevada colhido no ano. Era uma espécie de feriado nacional, um dia de exultação do comunidade. "Entre os nossos antepassados longínquos, quando não havia calendário, o tempo, a estação, o ciclo da planta e da fecundação é que foram apazando aos poucos as quadras para a propiciação e ação de graças, para comer, beber, rir, cantar e folgar, à vista dos frutos e da messe, das crias e do colostro" (Campos, 1961, p. 65). Mesmo depois do exílio, quando já havia um povo organizado, é com ramos de oliveira que farão a procissão anual ao redor do altar do holocausto. E no fim do vida de Jesus, improvisarão bandeiras com palmas diversas para acompanhar o Mestre que entrava em Jerusalém (Mateus 21, 8).

Os primitivos cananeus deviam sofrer influência dos babilônios também quanto à representação de seus animais-totens. O "querubim" posto na entrada do Éden (Gênesis 3, 24) nada mais era do que a figura de um touro alado. A própria divindade era identificada por este animal. No Gênesis por exemplo: "Pelas mãos do touro de Jacó, pelo nome do rochedo de Israel, pelo deus do teu pai que te socorreu" (49, 25). E em *Isaias*: "Saberás que eu,

lavé, sou o teu salvador e que o touro de Jacó é o teu redentor" (60, 16).

Havia, ainda, os deuses familiares, os deuses dos astros, principalmente Sini, a deusa do lua. Eram todos representados em estatuetas e estandartes, guardados com todo respeito pelo chefe da família. Daí se entende a preocupação de Labão ao perceber o desaparecimento dos ídolos familiares, furtivamente levados pela filha Raquel quando saiu de casa em companhia de Jacó (Gênesis 31). Deus mesmo gostava de ver cada tribo com seu símbolo característico. Lemos no livro dos Números: "E o Senhor falou a Moisés e a Aarão, dizendo: Os filhos de Israel acamparão em volta do tabernáculo da aliança, cada um segundo as suas turmas, e as suas insígnias, e os seus estandartes, e as casas da sua parentela" (2, 1-2).

Vimos já diversas vezes governantes erigirem monumentos, pintarem paredes ou estandartes com cenas que fixassem suas vitórias de guerra. Aqui, a idéia volta, mas para eternizar alianças ou reconciliações. Jacó erige uma estela, a fim de recordar a nova missão recebida de Deus (Gênesis 28, 18), e Deus o lembrará disso (31, 13). Labão e Jacó, quando se reconciliam, levantam também um monumento (31, 43). No entanto, o que ficará como símbolo supremo do convênio de Israel com lavé é a Arca da Aliança, que possui todas as características culturais de uma bandeira nacional, embora sob representação de objeto. Ela é a habitação da divindade. É baliza de guerra. Os inimigos querem tomá-la. Sua perda gera confusão. Em tempo de paz é custodiada no Templo. Sua transladação se faz em meio às maiores pompas e sob os cantos mais entusiasmados. O próprio rei encabeçará a procissão que a conduz (II Livro dos Reis 6, II Livro dos Paralipômenos 5).

Ao tempo de Davi e Salomão, auge do reino de Israel, unido ao de Judá, havia bandeiras quase idênticas às nossas atuais, a julgar pelo emprego de certos verbos, como *içar*, *arvorar* e substantivos como *estandartes*, *flâmulas*. Quando a rainha de Sabá vem visitar Salomão, traz uma “brilhante comitiva ajæzada de ouro e púrpura, flâmulas vivas ao léu, cincerros de bronze...” (Campos, 1961, p.155). Os *Salmos* cantam com freqüência: “Possamos regozijar-nos com a tua vitória, e içar bandeiras em nome de nosso Deus; satisfaça o Senhor todas as tuas petições” (19, 6). “Deste aos que te temem um estandarte, para que fugissem do arco” (59, 6).

Quatro séculos depois, os Profetas em suas mensagens usarão da bandeira como imagem literária. “E Deus arvorará um estandarte para servir de sinal aos povos de longe, chamá-los-á com um assovio desde os confins da terra; e acorrerão com uma velocidade prodigiosa” (Isaías 5, 26). “Levantai o estandarte sobre esse monte coberto de trevas; levantai a voz, agitai a mão, e entrem os capitães pelas suas portas” (13, 2). “Anuncia-se desastre sobre desastre, e foi assolada toda a terra; de improviso foram derribadas as minhas tendas e os meus pavilhões abatidos” (Jeremias 4, 20).

Todo esse patrimônio cultural foi conservado através dos séculos e em meio às mais variadas vicissitudes. Quando o povo judeu conseguiu de novo ser nação, voltou-se para a época clássica do Judaísmo e de lá hauriu para a sua bandeira a Estrela de Davi, como insinuação histórica de que, à semelhança dos Magos, os povos deverão olhar para ela, a fim de reencontrar uma nova Aliança com Deus dentro de um mundo ecumênico e pluralista.

Na Grécia

Uma das tentativas de Schliemann foi demonstrar o nexo cultural, de origem asiática ou africana, entre os vários povos da costa oriental da Grécia, abrangendo a maioria das ilhas, com centro principal em Creta. De fato, o conhecimento da civilização miceno-cretense colaborou para uma compreensão maior da antiguidade grega. De tal modo que, falando da Grécia, e posteriormente de Roma, estaremos falando de todas as civilizações antigas da orla mediterrânea.

Os gregos também não resistiram ao fascínio da vegetação. Anualmente celebravam festas em honra de Dionísio, ou Baco, propagador das formas aperfeiçoadas de agricultura, horticultura, pomar, principalmente da uva. A insígnia, com o nome especial de *tirso*, consistia numa haste ornada de hera e pampanos, encimada por uma pinha. As Grandes Dionísias eram realizadas na cidade, no mês de março; as Pequenas, no campo, no mês de dezembro, após a vindima. À semelhança, havia solenidades para Deméter, etimologicamente a “mãe da terra”, deusa dos cereais.

Como em outros povos, a lança venatória ou militar era para os gregos uma haste à mão para improvisar insígnia. Assim é que encontramos lanças encimadas por cabeça de animal ou por uma peça da armadura, normalmente a couraça ou o elmo, que mais tarde aparecerá em bandeiras de outros povos na forma de barrete frígio. No Brasil houve propostas de introduzi-lo em nossa bandeira, por representar um símbolo clássico do regime republicano.

No entanto, a novidade que resalta na Grécia é o emprego de Bandeira por conjuntos populacionais já identificados como Estado, no sentido quase idêntico ao moderno. É a primeira vez que surge, bem definida, a relação *bandeira-pátria*. Cada Cidade-Estado tinha o seu pavilhão, inspirado em lendas mitológicas, mas encarnadas concretamente no relevo geográfico e na tradição histórica local, e, sobretudo, orientadas evidentemente por um sentido educativo. Exemplificaremos com quatro casos mais característicos: Atenas, Corinto, Tebas e Esparta.

Atenas tinha um duplo símbolo: o ramo de oliveira e a coruja. A oliveira prende-se à lenda da origem do nome da cidade, escolhido num concurso aberto pelos doze grandes deuses. A cidade tomaria o nome da divindade que desse aos homens a coisa mais útil. Netuno, com seu tridente, fez surgir da terra um cavalo; Palas Atenas (Minerva para os romanos), uma oliveira. Na votação olímpica, ganhou a deusa e a cidade passou-se a chamar Atenas, da raiz grega *Ath* ou *Anth*, com idéia de produzir, crescer, florir. A rejeição do produto de Netuno tinha uma conotação político-ideológica: desprezar o animal símbolo de Corinto. A coruja, por sua vez, era a ave sagrada de Palas Atenas. A deusa nascera virginalmente do cérebro de Júpiter, aberto por uma machadada de Vulcano, que viera em auxílio do Pai dos Deuses em dores de cabeça por ter devorado a primeira esposa Métis. Admitida ao ministério dos deuses, funcionava como principal conselheira do pai. Sua inteligência, que penetrava na obscuridade das coisas, deveria ser e foi simbolizada pela coruja, cujo olhar rompe a escuridão da noite. O nome Palas vem do gigante que ela matou com as pró-

prias mãos na "Guerra dos Gigantes", o que explica a sua representação com capacete e escudo ou escudo e lança, e sua invocação como deusa da guerra e da paz. O ramo de oliveira, a coruja e as peças bélicas, presentes na bandeira ou nas estátuas expostas nos lares e nas escolas, nos templos e quartéis, nas ruas e nas praças, lembravam sempre aos atenienses que deviam cultivar a terra, a inteligência e o amor pátrio, valores todos tipificados e protegidos por um representante de categoria divina. Era a bandeira realizando-se em sua alta função pedagógica. O ideal de lucidez intelectual se concretizaria em filósofos (Sócrates, Platão e Aristóteles), teatrólogos (Ésquilo, Sófocles, Eurípedes e Aristófanes), historiadores (Tucídides e Heródoto), artistas (Fídias), políticos (Solon e Péricles), oradores (Demóstenes). Embora alguns tivessem nascido em outras cidades, foi em Atenas que se fizeram e de lá transmitiram para a posteridade as grandes criações do espírito grego. A bandeira presidia tudo isso e como que unificava a cultura através das gerações sucessivas. Mais que exemplos de feitos guerreiros, a juventude lia na bandeira os ideais que se tornariam patrimônio permanente da humanidade. É uma bandeira como esta de Atenas que imaginamos ter sido criada pelos dois grandes intelectuais Assurbanipal e Hamurabi. Quando se diz que convém educar a juventude no culto à bandeira, estamos para muito além de um civismo de ocasião: imergimo-nos na própria tradição helênica que elaborou na bandeira um compêndio, visual e subliminar, de educação moral e cívica, calcado nos valores eternos do homem.

Corinto escolheu para sua bandeira o cavalo alado Pégaso, nascido do sangue brotado da Medusa quando Teseu lhe cor-

tou a cabeça. Vendo a luz do dia, dirigiu-se ao Helicão, onde, com uma patada, fez jorrar a fonte Hocrene. Uma vez domesticado, foi posto junto a outra fonte - a de Pirine, em Corinto. Belerofonte encontrou-o aí. Montou-o e dirigiu-se para a Cária, onde matou a Quimera, monstro de raça divina, leão por trás, serpente pela frente e cabra no meio do corpo. As asas em animal não eram novidade. Banhadas pelo sol oriental do Egito, da Mesopotâmia e da Palestina, vieram para a Hélade como símbolo da velocidade do corpo e da ubiquidade do espírito. Corinto, colocada entre dois mares, num cruzamento crítico de rotas terrestres, ponto estratégico para o comércio e para a guerra, devia expressar no bandeira um código prenhe de dinamismo. O cavalo, já de si veloz, potenciava-se com as asas, para vencer as distâncias das estradas e o handicap marítimo. O símbolo parece ter exercido seu mister pedagógico. Corinto tornou-se a cidade mais rica do Grécia e sede da Confederação Pan-Helênica, instaurada por Felipe.

Tebas tinha por bandeira a Esfinge. A escolha deveu-se à história de Édipo, a mais trágica lenda dos gregos. Já depois de ter ouvido o oráculo de Delfos sobre seu triste destino, o jovem Édipo chega a Tebas, na Beócia, onde se oferece para desvendar o mistério da Esfinge, monstro cruel que propunha enigmas aos transeuntes; quem não resolvia era devorado. A pergunta do monstro era a seguinte: Qual é o animal que de manhã caminha com quatro pés, ao meio dia com dois e à tarde com três?" Édipo respondeu: É o homem! - ao nascer engatinha, quando adulto caminha agilmente com dois pés, e, no ocaso da vida, apóia-se a um bordão! Estava desfeito o mistério; a esfinge jogou-se ao mar; cessava o flagelo.

A cidade, agradecida, colocou a coroa de rei no cabeça do salvador, dando-lhe por esposa Jocasta, que era, sem que ninguém o soubesse, sua mãe. A história termina trágica, mas a Esfinge permaneceu como símbolo de Tebas. Diferente da congênere do Egito, a Esfinge tebana tinha o mesmo significado cultural e educativo. Queria representar a profundidade da condição de ser Homem, a expressão antecipada da angústia humano, filosófica e literariamente descrita nos arraiais existencialistas. Desejava indicar as forças universais, as potências ocultas, as monstruosidades aparentes do natureza, o destino do trigo em viver misturado momentaneamente com o joio, o infortúnio do homem em conviver, na linguagem de Hermann Hess, com um lobo dentro de si. A esfinge significa o desafio ao homem para que transforme as forças negativas em instantes e definições de luz e calor, de eletricidade e magnetismo espiritual, auxiliando a Tribo a alcançar o estágio de Cidade, fazendo da ambição individual um fator de construção social. O contraste e o desafio humano da vida estavam ali, na Esfinge que a bandeira cristalizara. Projetava-se sobre os jovens tebanos, e aqui e acolá fazia pulular um Epaminondas ou um Pelópidas.

Esparta optou, para sua bandeira de Cidade-Estado, por Castor e Pólux, a simpática dupla de gêmeos da mitologia grega. Castor era simplesmente homem, pois nascido de um casal comum - Leda e Tíndaro. Quanto a Pólux, semideus, e, nesta condição, imortal, por ter sido gerado pela união de Leda e Júpiter transformado em cisne. Juntos exterminaram os piratas do mar Egeu; participaram, com Jasão, da aventura dos Argonautas na conquista do Velo de Ouro, ocasião em que Pólux venceu Ámico, no combate do cesto, tornando-se modelo e

protetor dos lutadores. Castor, de sua parte, especializou-se na arte de domar cavalos. Na guerra contra Atenas em que resgataram Helena, sua irmã, raptada por Teseu, Castor foi mortalmente ferido; Pólux, como semideus, não podia morrer. Chegando ao Olimpo, pediu a Júpiter que desse imortalidade também ao irmão, para que pudessem ficar juntos. A divindade, não querendo abrir exceção, mas comovida diante de amor fraterno tão grande, resolveu que os dois permanecessem alternativamente um dia com os deuses do Olimpo e outro nas trevas de Hades. Mas, enfim, transportou-os para o Céu, onde formam a constelação dos Gêmeos. Helena casou com Menelau, que herdara a coroa dos filhos dos deuses em terras da Lacônia, de que Esparta era capital. Fora a alusão política ao cavalo de Corinto, a lenda de Castor e Pólux transmite uma mensagem cultural educativa muito ampla. Ressalta com evidência a lição do amor fraterno, que causou comoção até ao Pai de todos os deuses. Em segundo lugar, Esparta precisava de um apoio teológico para sua severa disciplina militar, para a rigorosa legislação de Licurgo. O espírito destemido dos dois irmãos era um exemplo para os jovens espartanos em seu currículo educativo e mais tarde em campos de batalha. Diferentes em natureza - um mortal, outro imortal - mas idênticos em caráter e missão, os dois pareciam dizer aos jovens que a educação e o esforço próprio podem vencer os desníveis e desigualdades hereditárias.

A mesma tecla mitológico-educativa vamos encontrar nas demais cidades, em cujas bandeiras aparecerá a tartaruga, um cacho de uva, a lira, a abelha e outros. Com o advento do cristianismo, a Cruz se impôs a todos, aparecendo hoje no pavilhão alvo-anil da Grécia.

Em Roma

Os romanos não deveriam fugir à tendência natural do homem em unir-se aos seres da natureza. Por isso, usaram inicialmente como insígnias feixes de folhas de feno ou outro vegetal, como já em outros povos. Davam a estes feixes o nome de *manípulo*, etimologicamente "mãos cheias". Plínio chamará Mário de *manipularis imperator*, o imperador de muitas fortunas. O termo *manípulo* aplicado a feixe de folhas é muito antigo. O Salmo 125, por exemplo, falando da volta dos judeus depois do cativeiro babilônio, exclama: "Eles procediam com exultação, trazendo seus manípulos" (125,8). A prova de que se trata de folhagens está dois versículos antes: "Quem semeia entre lágrimas, colhe em sorrisos" (25,6). Mais tarde, os romanos utilizaram a palavra *manípulo* para indicar uma forma especial de lenço, conduzido na mão e depois pendente do braço. O imperador levava-o ao circo, jogando-o na arena como sinal de darem início ao espetáculo. O costume vinha da Síria, onde o monarca fazia o mesmo gesto com a "mappa", etimologicamente "fazer sair", "chamar para fora". É esta palavra que Horácio, Juvenal, Suetônio, Marcial e outros empregam quando falam daquele costume circense (apud Saraiva, [1881]). Foi natural que passassem a chamar de *manípulo* qualquer insígnia que precedesse um bando: a partida deste seria iniciado com a partida daquela. Mais um pouco e o vocábulo indicou o próprio bando, como no Brasil o grupo de

paulistas em busca do Oeste se chamará Bandeira. Em Virgílio, aparece às vezes com o, sentido de porta-bandeira (apud Sarai-va, [1881]). O termo emigraria para a liturgia católica para significar a peça que o sacerdote trazia à mão, e depois, no braço, por ocasião da Missa. Pelas diversas orações históricas que acompanhavam sua imposição, percebemos os vários significados assumidos ao longo dos séculos, inclusive o sentido original de feixe de folhas (Jungmann, 1953, p. 371).

Um molho de folhagens como insígnia revela um aspecto primitivo do amor à natureza viva. Este amor seria racionalizado e estilizado mais tarde nas grandes festas agrícolas celebrados em honra de Ceres e de Baco, os simétricos romanos de Deméter e Dionísio. Para a deusa, realizavam em abril as festas suburbanas (Amburbalia ou Ceref), e em maio as rurais (Ambarvalia). Para Baco, faziam em março as Liberalias. Para uma e para outro, havia procissão em que se levava o tirso, a insígnia de Baco, ou a gavela, a de Ceres.

Os animais também fizeram parte das bandeiras romanas. Foram adotados como símbolo: o cavalo, o urso, o javali, o minotauro, a loba, a águia. Cada família ou gens tinha o seu. O animal comum era a loba, amamentando Rômulo e Remo, ligados à lenda da fundação de Roma, e que inclui elementos das histórias de seus simétricos Castor e Pólux e de Palas Atenas.

Tanto os símbolos agrícolas quanto os animais, hauridos da mitologia, eram escolhidos dentro de selecionados critérios educativos, como na Grécia. Esta intenção pedagógica inspirou uma novidade: a pintura de heróis nos estandartes. É uma novidade em relação à Hélade, mas não em relação, por exemplo, aos egípcios e mesopotâmicos, cujas insígnias traziam a fi-

gura do monarca vencedor, embora como marco histórico e não como lição moral. Os portugueses criaram uma bandeira para a Índia e para a América, com a figura impessoal de um sacerdote jesuíta. No Brasil, temos efígies de nossos heróis do passado em cédulas e selos. Em moedas, só durante o Estado Novo apareceu a figura do Presidente reinante. No Bandeira, nunca, nem vivos nem mortos.

Mas a notável contribuição dos romanos para a bandeirologia foi a programação e a hierarquização das insígnias militares. Para a infantaria o tipo usado eram as signa, que variavam de acordo com a categoria do destacamento. Para uma divisão de 100 ou 200 soldados, chamada manípulo, adotou-se uma signa com este nome. Quem a conduzia era o *signifer*, o porta-signa, identificado por uma pele de lobo ou leão, colocada às costas e cruzada sobre o peito. Cada manípulo tinha seu animal, inclusive a águia, ou herói caracte-

— A Águia da 10.^a Legião



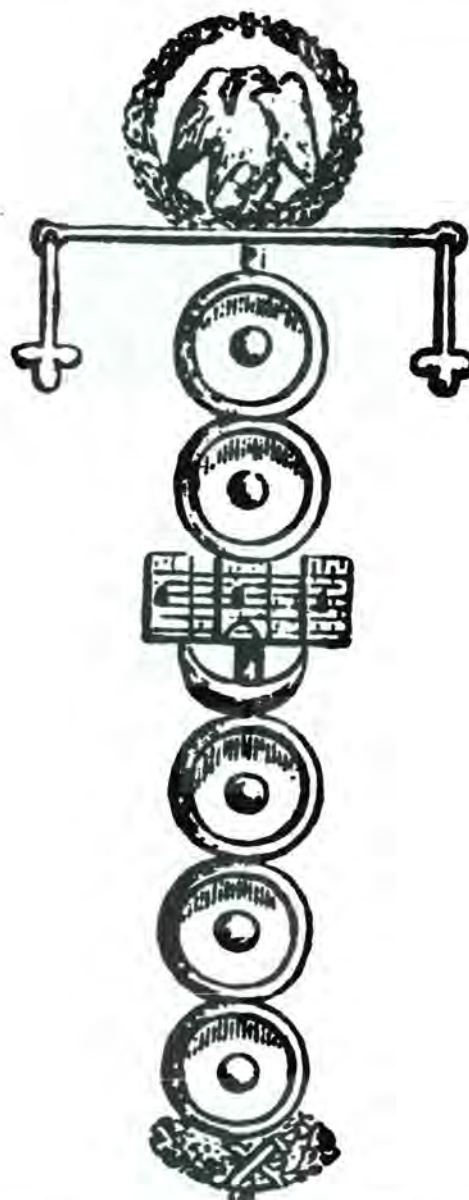
rístico. Foi Mário (156-86), segundo refere Plínio, quem decretou para a legião o uso exclusivo da águia, a princípio de madeira, depois de prata ou ouro. A principal Águia era a da Décima legião, a unidade mais preciosa de César.

Seu condutor levava o nome de "aquilifer", o porta-águia. Representando o espírito do legião, o estandarte da águia, chamado também simplesmente Águia, recebia culto religioso. Constituía suma vergonha se caísse em mãos do inimigo. Existem exemplares de signa das coortes, encimadas pela águia, o que nos diz serem anteriores ao decreto de Mário. Em tempo de paz, as signas eram guardadas no "aerarium" de Roma. Durante a guerra, usavam-se como sinal das operações estratégicas. Assim, signa ferre=partir; signa inferre=atacar; signa vertere=retroceder. Para desertar empregava-se a expressão signa relinquere.

A cavalaria usava um outro tipo de signo: o vexilo, que consistia num pano retangular, de várias cores, preso à haste ou lança por meio de uma barra transversal em forma de cruz. Normalmente, trazia a sigla SPQR - Senatus Populusque Romanus - O Senado e o Povo Romano, palavras iniciais dos textos de lei romanos. Em missões, era também usado por tropas auxiliares ou por pequenos destacamentos. Entrava ainda na estratégia militar: colocá-lo diante da tenda de campanha do general ou nave capitânia era sinal para começar a luta. O vexilo serviu de modelo para os futuros estandartes usados nas cerimônias católicas de Roma e, depois, de todo o orbe.

Em 318 depois de Cristo, o imperador Constantino, no momento de entrar em luta com Maxêncio, na Ponte Mílvia, apelou para o Deus dos cristãos e então,

em pleno dia, viu no céu, para o lado do poente, uma cruz luminosa com estas palavras em grego: "Com este sinal vencerás". Na noite seguinte, apareceu-lhe Cristo mostrando a cruz e convidando o monarca a mandar executar uma insígnia que a representasse. Essa insígnia, estandarte em forma de cruz, dali em diante, acompanhou os exércitos de Constantino. Na batalha, Maxêncio perdeu a vida, e Constantino entrou vitoriosa-



● Signa de Coorte

(Nack, Wágner, 1960, p. 278)

mente na Urbe, com o título de Augusto. Segundo Prudêncio, o lábaro continha uma coroa, uma cruz e o monograma de Cristo

A cruz de Constantino se perpetuaria em muitas bandeiras modernas por influência do cristianismo. Mas a águia de Mário atravessaria também os séculos, destacando-se a águia bicéfala, emblema da Cidade-Estado de Lubeck (Alemanha), capital da antiga liga Hanseática, da ex-monarquia dual da Áustria - Hungria; e da Casa dos Paleólogos, imperadores bizantinos. Napoleão, que reviverá outro apogeu da bandeirologia militar, restaurará, por um deliberado arcaísmo, a presença da águia. Mussolini procurará inspirar-se no antigo símbolo de seus antepassados. Hoje, a águia pagã e a cruz cristã estão ausentes da bandeira italiana, criado sob modelo da tricolor francesa.



A Trílice Ponte Bandeirológica Medieval

Em vista de nossa formação curricular, pensamos sempre que as coisas aconteceram na Europa depois do Egito, Mesopotâmia, China e Índia. Somos ainda presa do antigo esquema - Antiguidade Oriental, Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Dificilmente chegamos a imaginar que na Europa podiam estar acontecendo os mesmos fenômenos culturais que ocorriam no continente afro-asiático. Nós mesmos, neste livro, estamos seguindo a pauta clássica, embora tenhamos advertido desde o início que a Arqueologia nos revela a

■ Exilo Romano
(Nack, Wägner, 1960, p.282)

■ Lábaro de Constantino
(Lello Universal, [193-?], v.3, p.2)

existência simultânea do Homem nos vários espaços geoculturais do Universo. Agora, que passaremos a estudar bandeiras mais novas, queremos renovar a advertência. Ao começar, por exemplo, pelo Século V d.C. o estudo da bandeira em terras francesas, não estamos esquecidos da cultura pré-histórica de Cabrerets e Niaux. Ao falarmos só da atual bandeira norte-americana, temos presente que existe uma tradição iraquesa, ou esquimó, muito antigas, inclusive ricas em símbolos. Na América Latina, não estamos deslembados do porta-bandeira dos maios ou das plumas de pássaros enfeixadas nos mastaréis - insígnia dos Incas. O nosso intuito é mostrar, antes de tudo, que a idéia de bandeira existiu desde a mais remota antiguidade, e depois indicar os vários temas (caça, guerra, diversão, religião, pátria, etc.) comprometidos com a bandeira ao longo de sua história. Os exemplos antigos que demos nos pareceram suficientes para cobrir os nossos propósitos. O que desejamos agora é estudar nova fase da bandeirologia com novos fatos, que, a seu turno, não serão taxativos, e sim exemplificativos. Vamos transpor uma fase cultural e não uma ordem cronológica e muito menos uma escala geográfica.

Para este lance, vamos inicialmente usar de uma tríplice ponte medieval: o Cristianismo, o Islamismo e a Barbárie. Foram estes, entre outros, os grandes veículos do caldeamento entre os povos medievais, os grandes fatores da miscigenação bandeirológica da época. Quanto mais nos aprofundarmos nestes grandes capítulos, mais compreenderemos a evolução das categorias sociais que vivemos, entre elas, a bandeira. Forneceremos a trilha seguida por estes elementos, encontrando ao fim uma estação ornamentada de pavilhões contemporâneos.

A Cruz Cristã, Bandeira Bimilenar

Após a vitória, Constantino tomou muitas medidas a favor dos cristãos em Roma e em todo o Império. No ano 313, em fevereiro ou março, publicou o Edito de Milão, cujo texto não se conhece na íntegra e no original, mas através de cartas, e que em essência dava liberdade aos cristãos, até então perseguidos e martirizados. O fato foi tido sempre como decisivo para o triunfo do cristianismo no mundo. Realmente, ninguém nega que, após Constantino, a Igreja saiu das Catacumbas e se mostrou aos olhos do Urbe e do Orbe como religião dos novos tempos. No entanto, ultimamente, a Igreja tomou consciência maior da própria missão e percebeu a profundidade dos arranhões que a aliança com o Império causara no cerne da mensagem cristã. O Papa João XXIII teria programado pateticamente para o Concílio Vaticano II: "É preciso sacudir toda a poeira que desde Constantino se vem acumulando sobre a Cátedra de Pedra." Hoje a expressão "Igreja Constantiniana" corre como sinônimo de Igreja comprometida com os poderosos, em oposição a "Igreja do Vaticano II", voltada novamente para os pobres. Chegou-se à conclusão de que o avantajado na aliança foi o próprio Constantino que teve na Igreja um sustentáculo popular para a conservação de seu título de Augusto. Constantino repetia Amenófis, Daria e Asoka, que também entronizaram divindades após terem conquistado territórios. Foram homens que tingiram com o sangue da guerra a bandeira da pátria e quiseram lavá-la depois com a aspersão de um batismo apressado e fictício. No Brasil, ocorreu uma atitude contrária: após a vitória repu-

blicana, Igreja e Estado se separaram juridicamente, concretizando em 1889 aquilo que o Vaticano II iria sugerir 72 anos depois. Infelizmente, de roldão, se foi também a Cruz da Ordem de Cristo, mais histórica que religiosa, ficando apenas esboçado no poético Cruzeiro do Sul. Sabemos como esta separação foi útil para a Igreja e para a novel República.

Dissemos que Constantino percebeu a aceitação popular que o cristianismo vinha logrando e nele procurou apoio para o Império. Quais as causas desta aceitação? Nossa resposta, como sempre, se põe no campo estritamente cultural, sem ajuizar sobre a etiologia sobrenatural do fenômeno.

A Igreja venceu pelo fato de apresentar uma *doutrina* ansiosamente esperada e que se resumia didaticamente num *símbolo* simples, conduzido, de maneira feliz, segundo um *approach* ou via de acesso já universal e intensamente vivido. A doutrina foi a *História da Salvação*; o símbolo, a Cruz; o *approach* a *Árvore*. Examinemos cada um deles.

A *História da Salvação* é o mistério que, antecipado pela vida dos Patriarcas Abraão, Isaac e Jacó; anunciado pelos Profetas; realizado em Cristo, é continuado pela Igreja, sob a guia do Espírito Santo, até o dia de sua realização plena na Parusia, ou seja, no encontro final e eterno do Homem com o Pai, ao término da grande viagem pela Terra. Este mistério se resume na palavra *Aliança*. Aliança de Deus com o Homem, por iniciativa do primeiro e por uma necessidade do segundo. Aliança para uma finalidade definida: vencer as trevas e alcançar a luz, dobrar o poder do Espírito Maligno que atenta contra o Reino de Deus, induzindo o Homem ao Pecado. A crise surge nesta História quando o Homem peca, desobedecendo às regras do

jogo. Mas tudo se repõe quando é feita, através de Cristo, na Igreja, outra Aliança, passando o Homem a controlar novamente o próprio destino. A oposição metafísica entre o Bem e o Mal que o Homem sente dentro de si é contrabalançada pela Esperança de que a última ceifada do Agricultor Divino apanhará de surpresa o joio malsão, transportando o Homem em definitivo para os lourejantes Trigais do Amor.

Esta doutrina, aqui resumida ao máximo, respondia ao mistério do Homem sobre a Terra, e especificamente, ao problema da Dor e do Mal universal, levantado formalmente pelas religiões da China, da Índia e da Pérsia. Cristo parecia uma figura de Salvador mais real e útil do que os Heróis gregos que venceram Minotauro ou Medusa. O problema do destino do Homem que atormentava os tebanos estava agora equacionado. A insatisfação coletiva dos romanos, interpretada pelos poetas do época, encontrava uma resposta consoladora de grande alcance universal. Desfigurada de seu núcleo central, esta doutrina tomou-se estranha às novas correntes intelectuais do Humanismo e do Iluminismo. Mas apresentada em sua pureza pelo Concílio Vaticano II e, privadamente por um Teilhard de Chardin, foi capaz de sensibilizar novamente o mundo, e exemplificadamente, correntes de ateus marxistas (Garaudy, 1966, p. 23-27).

Cristo, portanto, era o centro desta História. Ora, ele se apresentou levando uma Cruz. São Paulo confessava: Meu único conhecimento é o de Cristo, e este crucificado. Assim, a Cruz seria o resumo ótico do Mistério da Salvação. Era preciso projetá-la nitidamente para que o Mistério fosse assimilado e vivido. Após ocultar a doutrina sob símbolos neutros, como Peixe, Âncora, Cordeiro, etc., o cristia-

nismo, saído para o mundo oficial de Roma, restaurava o antigo símbolo religioso de vários povos, mas agora embebido de uma nova mensagem. Para isso, locupletou a liturgia de textos de louvor à Cruz, e especialmente criou três dias a ela dedicados: A Sexta-Feira Santa, a Exaltação do Santa Cruz, a Invenção da Santa Cruz (ultimamente abolido). Mas, como dissemos, os símbolos não se impõem extrinsecamente, não são introduzidos, de repente, por uma autoridade. Há necessidade de um apoio interno, ao menos inicial e condicionadamente. Quando, nas experiências de Pavlov, o cão saliva ao ouvir a campainha é porque anteriormente associou o toque à gustação da carne.

Ora, que *approach*, que via de acesso, que ponte, que suporte psicológico deveria ser empregado para receber, inicialmente, o símbolo do Cruz? Em outras palavras, que categoria cultural preexistente poderia ser aproveitada metodologicamente no sentido de que os homens compreendessem o símbolo da cruz, e sob ele a realidade do Mistério da Salvação? Era a Árvore. A velha Árvore que conhecemos no Egito fornecendo folhas para as primeiras insígnias de uma tribo em festa humana ao redor do seu deus. A Árvore adorada pelos contemporâneos de Senaquerib. A Árvore, carvalho-templo do primitivo deus de Abraão ou sarça-altar para o de Moisés. A Árvore, produtora de vinhos e cereais, homenageada, em Baco e Ceres, por gregos e romanos.

Era preciso aproveitar o vetusto tema da Árvore, para nele enxertar a nova simbologia da Cruz. Foi o que fez a Liturgia católica associando constantemente as duas idéias. Vejamos alguns exemplos:

- No 1º Domingo da Paixão:
 - A Cruz é uma Árvore ornada e fúlgida.
 - Deus venceu através da Árvore da Cruz.
- Na Sexta-Feira Santa:
 - Eis a Árvore da Cruz da qual pendeu o Salvador do mundo.
 - Pela Árvore da Cruz veio a alegria para todo o universo.
- Na Festa da Invenção da Santa Cruz:
 - A Cruz é uma doce Árvore.
 - O Senhor reinou por meio da Árvore da Cruz.

Para que a Árvore mais se qualificasse em seu poder condicionador, de vez em quando sua imagem era reforçada, segundo as leis da psicologia, isoladamente do motivo da cruz. Veja-se exemplo no 2º Domingo da Paixão ou de Ramos, exaltação da natureza vegetativa em si, sem ligação com a Cruz. É notável, na oração do bênção dos ramos, a idéia de que estes podem ser fator de vitória, conceito já observado atrás em outras culturas. Por outro lado, o tema da Cruz era às vezes apresentado sem vínculo com o tema da Árvore, no propósito de pouco a pouco substituí-lo em definitivo. Mas neste caso, quase sempre entrava um outro suporte, como na oração "secreta" da Exaltação da Santa Cruz e no hino das vésperas do 1º Domingo da Paixão, em que a associação é feita com o vexilo, categoria viva no intelecto de todo romano da Urbe, e do imenso Império.

Firmada como símbolo, era necessário divulgá-la aos quatro ventos. Três instituições concorreram sobremaneira para isso: as *Procissões*, as *Peregrinações* e especialmente as *Cruzadas*, três responsáveis também pelo caldeamento de bandeiras entre os países do Império Romano e entre o Ocidente e o Oriente.

Vimos *procissões* em homenagem a Marduk, à Arca de Noé, à Ceres e a Baco. Era natural que o cristianismo as explorasse também. As procissões cristãs surgiram em Jerusalém aos primeiros albores da nova fé, segundo testemunho da "Peregrinatio" de Etéria (Radó, 1961, p. 493). Em Roma, logo depois da liberdade constantiniana, iniciaram-se as procissões estacionais, de grande importância na evolução da história da liturgia. O Papa, Sete Diáconos, Dignitários da Corte pontifícia, todos a cavalo, acompanhados do povo, saíam do Patriarcado de Latrão, residência do Sumo Pontífice, e se dirigiam para a "Statio", local da celebração da Missa. Trombetas, bandeiras e cantos davam a impressão de uma marcha militar para celebrar o triunfo de Cristo que, na Cruz, encabeçava o movimento. Coleando pelas vias de Roma, o cortejo - procurava superar as exterioridades coreográficas e o conteúdo cultural das Amburbálias pagãs.

Havia também procissões para outras finalidades: em homenagem a Nossa Senhora, às Relíquias dos Santos; para pedir chuva ou serenidade; para implorar a extinção da fome, peste ou guerra ●

O fausto das procissões romanas devia emigrar para além-terras. As várias igrejas

locais não só adotavam os ritos da Urbe, mas modificavam-nos e criavam outros. A Gália, tão inclinada ao dramático, haveria de potenciar até procissões internas no correr da Missa, como o cortejo em direção ao Ambon, de onde se proclamava o Evangelho. O ato convertia-se em desfile triunfal de Cristo, como se fosse manhã de Ressurreição (Jungmann, 1953, p.116, 565). Milão e parte da Espanha e da Alemanha criaram também cerimonial próprio. Áustria, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia introduziram a patética procissão da madrugada de Sábado Santo, conduzindo estandartes característicos - a figura de Cristo empunhando a Cruz, ou em sua simbolização de Cordeiro Pascal. Em 1274, a Alemanha criou a Procissão do Corpo de Deus, com insígnias vermelhas, logo estendida a toda a Igreja com tal significado que em grande parte do mundo católico, inclusive no Brasil, é feriado religioso nacional.

A princípio, as bandeiras corriam por conta do entusiasmo popular. Era natural que, por influência das Águias romanas, aparecessem estandartes de forma militar. Era natural também que, ao longo dos séculos, houvesse abusos, distorções, explorações por parte de alguns grupos. Por isso, foi necessário haver uma regulamentação.

● Grande Perdão Bretão - Júlio Breton

(Lello Universal, [193-?], v.3, p.533)



O Ritual Romano (nº 5), manda excluir bandeiras de aspecto militar ou triangular. Um decreto do Santo Ofício, de 3 de outubro de 1887, proíbe, nas procissões, bandeiras ímpias, e, quanto à nacional, só no cortejo fúnebre de altas personalidades. Ainda recentemente, 20 de março de 1947, um outro dispositivo afastava das cerimônias sagradas as bandeiras de partidos políticos (apud Radó, 1961, p. 496).

A liturgia romana não exportava apenas: recebia muitas contribuições de fora, por ocasião de uma outra instituição: a Peregrinação. Os católicos estrangeiros, do leste e Oeste, visitando os túmulos dos Fundadores da Igreja e dos grandes Mártires, traziam símbolos próprios que agradavam à sensibilidade romana.

Por sua vez, Roma e os países do Ocidente peregrinavam até à Palestina para venerar os lugares santos onde viveram e morreram Jesus, Maria e os Apóstolos. Aí o contato cultural se estendia às criações artístico-religiosas dos judeus e dos árabes. O costume se espalhou para outros lugares: Selêucia, na Ásia Menor, para visitar o sepulcro de Santa Tecla; à Sebaste, o dos Quarenta Mártires; ao Egito, o de São Menas; a Nola, o de São Félix; à Gália, o de São Martinho de Tours; a Augsburg, o de Santa Afra; à Espanha, o de São Tiago Maior. Hoje, pelas facilidades de transportes e pela promoção turística, são vivos estes movimentos, enriquecidos de novos pontos de interesse e piedade: na Europa: Assis, Lourdes, Fátima; na América: Guadalupe, Iuján; no Brasil: Aparecida, Salvador, Juazeiro do Norte, Pirapora, Canindé. São estes santos maiores ou mais populares que vão inspirar motivos para

a bandeira local, regional, ou mesmo nacional, como o caso de São Martinho de Tours para a França.

No entanto, a instituição cristã que mais contribuiu para a história da bandeira foram as *Cruzadas*, o mais espantoso acontecimento da Igreja na época medieval. Seu início e seu ideal estão na proclamação do Papa Urbano II que as criou em 1095: "Homens de Deus, homens eleitos e abençoados entre todos, uni vossas forças! Tomai o caminho do Santo Sepulcro, certos da glória imperecível que vos espera no reino de Deus. Que cada um renuncie a si mesmo e tome a Cruz". (apud Rops, 1960, v.3, p. 579). O discurso foi pronunciado no Concílio de Clermont, na França. A Assembléia cobriu as palavras pontifícias com uma aclamação geral: "Deus o quer", expressão que se tornou lema do movimento. Imediatamente foram preparadas as vestimentas e as insígnias para os que aderiam: uma Cruz vermelha ■ Em nove dias, esgotou-se o pano vermelho na cidade, havendo quem tatuasse a cruz nos ombros. As províncias da França aderiram; depois Flandres, a Itália, a Inglaterra, a Alemanha e os países escandinavos. Tradicionalmente se diz que foram oito as Cruzadas; mas o número aumenta, se se consideram as expedições menores extra-oficiais. A primeira foi de caráter popular. Godofredo de Bulhões, Duque de Lorena, dirigiu o primeiro exército formado por belgas, franceses do norte, lorenos e alemães. Após a vitória, foi fundado o Reino Franco de Jerusalém, cujo primeiro governante foi o próprio Godofredo, e que deveria durar três séculos. Para enfrentar os Sarracenos que continuavam suas investidas, foram criadas as Ordens Militares, entre as quais se destacaram a dos Hospitalari-

ros e a dos Templários que, em Portugal, se transformou na Ordem Militar de Cristo.

Os altos e baixos, as virtudes e vícios, os heroísmos e as explorações se alternaram em três séculos de Cruzadas. Entre outras coisas, elas serviram para mostrar a unidade cristã na época. "Os homens tiveram o sentimento de que, acima dos diferentes povos, existia uma realidade superior, uma espécie de etnia segundo o espírito, da qual o Papa era o único chefe e cujo minúsculo reino da Terra Santa era, ao mesmo tempo, a pátria concreta e o laço simbólico"

(Lello Universal, [193-?], v.1, p. 688)



■ Cruzado

(apud Rops, 1960, v.3, p.640). Etnicamente, houve miscigenação sociocultural. Do Oriente, recebemos o costume definitivo dos brasões hereditários. A terminologia heráldica está cheia de palavras de origem árabe. Há até quem pense que o termo *Bandeira* provenha de um vocábulo de origem persa, arabizado.

Os historiadores, mesmo entre os cristãos, não são concordes quando fazem o balanço final das Cruzadas. Como quer que seja, a Cristandade chegou à conclusão de que as finalidades da iniciativa de Urbano II podiam ter sido tentadas por caminhos menos sofridos e dispendiosos. No Século XIV, o papado induziu Rolando de Anjou a comprar os Lugares Santos, cuja guarda Clemente IV confiou aos Franciscanos em 1342. Enquanto existir uma civilização cristã, "haverá homens que conservem a memória dessas páginas de santidade e de heroísmo que os Cruzados escreveram com o seu sangue, e a memória desses dias prodigiosos em que um cavaleiro, com a bandeira vermelha e montado num corcel branco, arrastava para a batalha jovens belos como heróis da lenda, para a libertação do Santo Túmulo..." (ibid., p. 643).

Do seu património cultural restou, entre o mais, a contribuição do seu símbolo geral - a Cruz, para vários pavilhões da Europa: Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Suíça e outros. Restou a novidade dos Gonfalões e Guiões, tipos especiais de estandartes, usados pelos italianos, sobretudo os venezianos, na quarta Cruzada, em 1204, na qual se verificou a queda de Constantinopla. Restou a influência da bandeira de Godofredo de Bulhões no primeiro pavilhão da nacionalidade portuguesa. Restou a Cruz dos Templários, herdada pela Ordem Militar de Cristo, para várias bandeiras de Portugal e para a do Brasil Império.

Barbárie, um Mundo de Bandeiras Extintas

Bárbaros foi o nome que o Homem da Cidade deu com desprezo ao Homem da Tribo, e que passou para a posteridade como sinônimo de pessoa cruel, sem lei, sem sentimentos humanos, incinerador de bibliotecas e museus. Sabemos que isso constitui um grave erro da História. A imagem que se formou deles foi construída por atribuição de crimes que nem sempre existiram. Exemplificadamente, não foram os vândalos, e sim uma enchente, que destruíram Tolosa. O problema dos Bárbaros é muito mais profundo. Eles representam a crise entre um mundo decrépito que não desmoronara totalmente e um outro, que se formava, mas incapaz ainda de dirigir a nova pauta de valores que criara. "Nestas perspectivas de desequilíbrio trágico, a decadência dos civilizados e a violência dos invasores são complementares uma da outra e exercem atração entre si. É o mundo ocidental todo inteiro que está então em estado de barbárie [...] Quanto às tribos germânicas que, ao longo do Século V, se desencadeiam sobre o Impé-

rio, não são senão os instrumentos de que se serve a história para realizar a sua inevitável mudança" (Rops, 1960, v.3, p. 77).

Povos "bárbaros" existiram desde os romanos. Os germânicos no tempo de Mário, os suevos no de César, por exemplo. A partir do Século III depois de Cristo, os germânicos perdem sua unidade e se constituem em confederações militares com os nomes de francos, vândalos, alamanos, godos, saxões, etc. Há investidas passageiras sobre a Gália, Itália do Norte e Espanha.

Roma procurou integrá-los, admitindo-os no exército, antes individualmente, depois coletivamente, quando os chefes eram mantidos em sua liderança (Tácio II, 10). Alguns chegaram a governantes, como Estilicão e Aécio, futuro vencedor de Átila. No entanto, além-fronteira, do mar do Norte ao mar Cáspio, o grosso das tribos se preparava para o grande lance sobre a Cidade. No começo do Século V, era esta a distribuição geográfica: francos, ao longo do Reno; lombardos, entre o Elba e o alto Meno; borgúndios, em Mogúncia; alamanos, do Meno ao Danúbio; marcomanos, na Boemia; vândalos, sobre o Danúbio até à Áustria; godos, para além do Danúbio, divididos em ostrogodos e visigodos; anglos e jutos, na atual Dinamarca; esquinos, na Galícia; noruegueses, getas e suecos, na Escandinávia; eslavos e venedos, nas planícies russas; alanos, no mar Negro; hunos, nas estepes asiáticas.

Há uma data oficial para o começo da barbárie - 31 de dezembro de 406: vândalos, alanos e suevos apanham de surpresa a cidade de Mogúncia. Seguir-se-iam outras invasões nesse e em séculos seguintes. Surgiriam grandes líderes como Genserico, Hunerico, Átila, Ataulfo, Alarico, Teodorico, e mais.

Estava quebrada a unidade do Ocidente. Os próprios invasores chegaram à conclusão de que isso fora um mal, e tentaram uma solução. A de Genserico, chefe dos vândalos, foi desenraizar a romanização, instaurando novas trilhas culturais para o mundo. Não o conseguiu. A solução ostrogoda foi tentar realizar a síntese. Como o mundo pagão já se convertera ao cristianismo para salvar o Império, era preciso que agora o Barbárie o fizesse também. Na noite de Natal do ano 500, recebia o batismo o primeiro rei bárbaro, Clodoveu ou Clóvis, e com ele toda a Gália.

Já antes de Cristo, os bárbaros possuíam bandeiras no sentido atual da palavra. Conta Júlio César no *De Bello Galico*: "Ao raiar do dia, como o cume do monte estivesse ocupado por V. Labieno e César distasse apenas mil e quinhentos passos do acampamento dos inimigos, e a chegada ou dele próprio ou de Labieno não fosse co-

nhecida como depois soube dos prisioneiros, Consídio acorre para ele com o cavalo a toda pressa e diz a César que a colina, que ele quisera fosse ocupado por Labieno, estava segura pelos inimigos; que ele, Labieno, tinha sabido isso pelas armas e insígnias gaulesas". Todas as confederações germânicas e mais tarde outros povos se caracterizaram por insígnias particulares, geralmente constituídas por animais ferozes ou domésticos, e fabulosos — ● No dia do batismo de Clodoveu, a cidade de Reims estava toda embandeirada. A catedral cheia de símbolos cristãos. Neste campus deu entrada o rei, acompanhado de seus oficiais e soldados, portando armas à maneira legionária. Pela última vez, usavam seus estandartes bárbaros. Como sinal externo de sua conversão, abaixaram seus emblemas diante da bandeira cristã - a Cruz, que eles beijavam, na esperança de que se renovasse o sangue romano que construíra o Impé-



● Átila sendo repellido por S. Leão, vendo-se a cruz contraposta aos estandartes dos bárbaros - *Rafael*

(Lello Universal, [193-?], v.1, p.215)

- Os Hunos, vendo-se alguns de seus estandartes - *Checa*



(Lello Universal, [193-?], v. 2, p.1307)

rio que agora era deles, mas que, sozinhos, não sabiam dirigir.

Desse modo, os bárbaros passaram sem deixar marca profunda na história da Bandeira. Esta ausência, de si negativa, tem um significado positivo: não se perpetuam símbolos sem substrato cultural. Fraca ou forte, a cultura dos bárbaros inclinou-se diante da Cruz, e era preciso se inclinarem também os seus símbolos. Em todas as épocas, o vencedor toma sempre a bandeira dos vencidos. No caso, o vencido o era espontaneamente, e espontaneamente deixou cair seus estandartes. Quase 14 séculos depois, estes gauleses, agora chamados franceses, haverão de perguntar se o Brasil havia mudado de religião ao adotar, em 1889, uma bandeira de inspiração positivista. Para eles continuava de pé o princípio de que símbolo é cultura.

O Tetracromo e o Crescente na Bandeirologia Islâmica

O símbolo das Cruzadas cristãs marcou a bandeira de muitos países. Uma outra cruzada, a islâmica, percorreu também o mundo, deixando nas bandeiras a presença de alguma de suas cores históricas - o preto, o branco, o vermelho e o verde, e um novo símbolo - o Crescente.

Maomé levantara uma bandeira preta como símbolo de vingança contra os comerciantes que lhe impediam a missão sobrenatural. Após a sua morte, houve dissensão sobre quem assumiria a liderança. Surgiram várias dinastias, cada qual reivindicando o direito de ser a única legítima. Os Abássidas ficaram com a cor do Profeta, como afirmação de ortodoxia.

Os Omêiades e os Alids adotaram o branco, por influência certamente do

sufismo, misticismo árabe-persa, segundo o qual o espírito humano é uma encarnação do divino, no qual se esforça por reintegrar-se. É uma metafísica da unidade, à semelhança do Taoísmo. O Tao, aqui, chama-se Simurg, Essência Absoluta. "Ninguém pode vê-lo" - diz o poema sufista "A Linguagem dos Pássaros" (apud Dermenghem, 1957, p. 162). Repetindo a atitude taoísta do imperador Chou, que adotara a cor branca, símbolo da Totalidade, os sufistas acharam que esta cor seria a melhor para representar Simurg. Assim, os Omíades davam lastro religioso à sua opção pelo branco, imposto pela necessidade de distinguir-se das outras cores dinásticas. É notável que o oposto de Simurg fosse o Dragão que, em outros povos, apareceu como símbolo da divindade. Aqui era o contrário dela, como já em um dos livros da Bíblia, o Apocalipse (12,4-5), que fala de "um grande dragão vermelho, com sete cabeças e doze pontas", símbolo do demônio, inimigo dos homens piedosos.

Outras dinastias - Rostemidas, Ibadias, Karejistas, Kavarijes - escolheram o vermelho para suas bandeiras. Era uma cor que servia ao grito de guerra do Profeta, capaz de tornar presente de maneira mágica o sangue do inimigo.

Os Fatimidas, que se diziam descendentes diretos da filha de Maomé, optaram pelo verde, cor da palmeira sob a qual Maria recebera a anunciação do anjo, e que ficou como cor oficial do islamismo.

Este tetracromo dos sucessores de Maomé influenciou a maioria das bandeiras africanas e boa parte das asiáticas. Completo - preto, branco, vermelho e verde - está presente nos pavilhões do Quênia, Iraque, Afeganistão e Jordânia. Combi-

nando três cores: em Alto Volta, Malauí e Líbano. Vinte e um países afro-asiáticos têm cor preta entre as mais; 39, o verde.

Em contraposição, na Europa, os países que adotaram a Cruz para suas bandeiras excluíram sistematicamente o verde, cor do islamismo. Quanto ao preto, ausência total, exceto na da Bélgica. Na América católica, o verde só na do Brasil, México e Bolívia, o preto somente em Haiti, Jamaica e Trinidad-Tobago.

Mas, além das cores, o maometismo deixou na bandeira uma marca muito mais característica: o Crescente. A ligação das cores com os mouros não é muito conhecida, enquanto a Lua Crescente, como emblema islâmico, é de domínio popular.

A cultura maometana está cheia de símbolos. A Palmeira da Anunciação de Maria; o Machado Duplo das procissões de Hamadcha; diversos Animais que se tornaram sagrados nas suratas do Alcorão; e muitos outros, adotados nas Confrarias filosófico-religiosas ou nas flâmulas dos cortejos nupciais. De todos eles, encontram-se ilustrações no livro de Dermenghem.

Mas o símbolo que venceu a todos, embora tardio na história islâmica, foi o Crescente. O Quarto Crescente, fase em que a lua se encontra a igual distância do novilúnio e do plenilúnio, já fora objeto de observação e de culto, na Mesopotâmia por exemplo, como mostra um baixo relevo do fim do Século XII antes de Cristo. Grécia e Roma cultuavam Artemis ou Diana como deusa da caça por ser esta a sua ocupação habitual; mas pela sua origem era a deusa da lua, irmã de Apolo, deus do sol; para ela se levantara o Templo de Éfeso, uma das Sete Maravilhas do mundo antigo.

Lá estava o seu símbolo máximo: o Crescente.

A adoção do Crescente surgiu da necessidade de contrapor à Cruz dos cristãos, na época das Cruzadas especialmente, um símbolo simples e programático para os Cavaleiros de Alá. As lutas internas dos herdeiros espirituais do Profeta e o sentido nacionalista que logo o movimento assumiria levaram o islamismo à guerra de conquista. Maomé, para fazer vitoriosa a nova religião, já se vira obrigado a fazer guerra santa. Era a Religião tornando os homens guerreiros, em assimetria exata a Amenófis, Nabucodonosor, Dario, Asoka e Constantino, que de guerreiros passaram a religiosos. Dois anos após a morte do Profeta, começou a expansão para o norte, em direção à Mesopotâmia, e para o sul, em direção à Palestina. Seguiram-se as conquistas sobre a Pérsia, Síria, Jerusalém e Egito. Em nove anos, estava formado um império do Indo e do Cáucaso aos confins do Sudão. Sobre as capas culturais seculares de Roma e Grécia, se estendia agora a lâmina pastosa de um novo pensamento que haveria de se encrostar e anquilosar. Politicamente, era a retirada do go-

verno das mãos dos persas e bizantinos. Nos 50 anos seguintes, foi a vez dos países da África católica de Cipriano e Agostinho. Em 711, Tarik atravessa o Estreito de Gibraltar. Caía a Espanha de Santo Isidoro, fincada nos monólitos morais criados pela civilização visigótica em convênio com a cristã.

Em 719 houve algumas tentativas sobre a Gália, que se encontrava em dissensões domésticas. Mas em 732, Carlos Martel, em Poitiers, alcança vitória sobre os exércitos do emir Abd-er-Rahman, que foi morto em batalha. "Vitória criadora, que detinha nitidamente em direção do Oeste a aventura prodigiosa da guerra do Islão, como a vitória do Isauriano Leão, em 718, sob os muros de Bizâncio, a havia detido em direção do Leste" (Rops 1960, v.3, p. 443).

Em 1453, a Turquia, após a queda de Constantinopla, gravou o Crescente em sua bandeira. Posteriormente fizeram o mesmo o Paquistão, a Malásia, a Argélia, a Líbia, Maldivas, a Mauritânia, a Tunísia e outros países islâmicos, inclusive o Egito.

Após a derrota de Poitiers, os mouros começaram a perder terreno na Península Ibérica. Não tendo adotado a mesma catequese empregada no norte da África, com escolas, pregação missionária, confrarias, etc., ao perderem, em 1492, seu último reduto espanhol, Granada, não deixaram na Bandeira, sulcos profundos de sua cultura. Em vez do Crescente, a bandeira vitoriosa dos reis católicos, Fernando e Isabel, retomou os castelos dourados da dinastia de Castela, já gloriosos desde Fernando I, o Grande, e seu filho Afonso VI, vencedor dos mouros em Toledo, em 1085, castelos que, em 1250, haviam passado para a bandeira do Reino Unido de Portugal e Algarve, e daí para a bandeira do Brasil Reino.

Crescente Mesopotâmico - Museu do Louvre

■ - *Clichê Giraudon* (Brilliant, Nedoncelle, 1948, lâm. 26)



Novos Fatos, Novas Bandeiras, na Idade Moderna

A semelhança dos três acontecimentos marcantes da Idade Média - cristianismo, barbárie e islamismo, houve nos três últimos séculos quatro grandes fatos que vieram trazer novidades na história das bandeiras: a Independência dos Estados Unidos da América, a Revolução Francesa, a Comunidade Britânica das Nações e a Revolução Socialista da Rússia e da China.

A *Independência dos Estados Unidos* fez aparecer a primeira bandeira de nacionalidade no continente americano. Criada em 1775 pelos revolucionários, quando ainda em luta pela independência, foi aprovada dois anos depois pelo Congresso. Pela primeira vez se tinha a idéia de representar na bandeira símbolos das unidades federadas de uma nação: como estas eram 13, 13 foram as faixas e 13 as estrelas que compuseram inicialmente o pavilhão. Aumentando sucessivamente com os novos Estados que entram na Federação, hoje são 50 as estrelas, mas as listas permaneceram representando o número original. O novo modelo veio influenciar bandeiras na África (Libéria e Togo), na Ásia (Malásia), na Europa (Grécia), na América (Uruguai). No Brasil modelou as bandeiras dos Estados de Goiás, Maranhão e São Paulo, e especialmente a do Clube Lopes Trovão, que viria a ser, embora por quatro dias apenas, a nossa primeira bandeira republicana.

A bandeira de Porto Rico, embora Estado Associado aos EUA, afasta-se muito mais do padrão norte-americano do que as mencionadas.

A *Revolução Francesa* é marco decisivo na história moderna. Pode-se dizer que construída com idéias e sangue, foi coreografada com cortejos e bandeiras. Primeiro cortejo: a Procissão dos Estados Gerais, a 4 de maio, da igreja de S. Luís para Notre Dame, onde o rei falaria aos Estados Gerais, reunidos pela primeira vez desde 1614. "Naquela silente massa que marcha, há todo um futuro. Nenhuma arca simbólica, como os antigos hebreus, carregam estes homens, contudo, com eles também existe uma aliança, eles também presidem a uma nova era na história dos homens. Todo o futuro está ali, e o destino a gerar-se obscuramente sobre eles" palpitando nos corações, nos pensamentos "no drapejar das bandeiras de guerra, na marcha dos exércitos, no clarão de cidades incendiadas, no grito de nações estranguladas" (Carlyle, 1962, p. 124). Segundo cortejo: Procissão dos Calções Negros, a 20 de junho. Ela se abre com a grande *Árvore da Liberdade*, o álamo da Lombardia, atada a um carro. Era uma *Árvore!* Como se de repente a civilização iluminista regredisse a milênios atrás, repetindo a adoração vegetativa das populações fluviais do Egito e da Mesopotâmia. Era a França, que recusara os símbolos mais próximos da barbárie e do islamismo, era a França que ia buscar no coração da terra, que não tem ismo, uma semente em idade adulta, como representação do amadurecimento político da pátria. Sobre este símbolo tantas vezes milenar se instalou um outro, que iria inspirar dezenas de pavilhões: a Tricolor. No instante em que a procissão estava para se

iniciar, chega um munícipe carregando fitas tricolores. Diferente de outras, "esta procissão tem um caráter próprio: fitas tricolores ondeando em cima dos chuços; paus ferrados e não poucos emblemas, entre os quais nós vemos especialmente dois, do gênero trágico e não-trágico: um coração de touro trespassado com ferro e com esta epígrafe, *Coeur d'Aristocrate* e, mais impressionante ainda, verdadeiramente o estandarte da haste, um par de velhos calções negros (de seda, dizem) estendidos numa cruz, elevados muito ao alto, com estas palavras memoráveis: "Tremblez tyrans, voilà les Sans-culottes, Tremei tiranos, eis aqui os sem calções!" (Carlyle, 1962, p. 456). O coração do touro trespassado era ainda uma vez uma volta ao passado, desta vez à pré-história da própria terra em que pisavam, quando os primitivos de Niaux (Ariege) feriam a imagem de um bison com flecha para antecipar magicamente o sucesso na

caça. Terceiro cortejo: a Marcha dos Marselheses, nos primeiros dias de julho, de Marselha em direção a Paris. Entre dezenas de bandeiras, vinham cantando a Marselhesa: "a mais feliz composição musical que jamais apareceu. O seu som fará o sangue latejar nas veias dos homens; e cantá-lo-ão exércitos inteiros e vastas reuniões, de olhos em lágrimas e em fogo, de corações a desafiar a morte, os déspotas e o diabo" (ibid., p. 466). Quarto cortejo: Marcha da Vitória, a 14 de julho. As bandeiras tricolores, quais trombetas de Josué ao redor de Jericó, fizeram cair os portões da Bastilha. No ano seguinte, foi adotada oficialmente a bandeira tricolor - azul, branco e vermelho, em faixas verticais, nas proporções de 30, 33 e 37% do campo total. A bandeira da Holanda já era tricolor desde 1574, mas com listas horizontais, e, de qualquer maneira, sem todo a conotação revolucionária. A Tricolor



➤ Bison de Niaux - Cl. Mandement

(Brilliant, Nedoncelle, 1948, lám. 1)

da França iria influenciar, em linha de máxima, os pavilhões da Irlanda do Sul, Bélgica, Itália, Costa do Marfim, Chad, Camarões, Transkei. Tricolores com faixas horizontais seriam as bandeiras de Luxemburgo, Andorra, Serra Leoa, Gabão, Alto Volta, Malásia e Sudão. Tricolores - verticais ou horizontais - ornadas de algum emblema: Hungria, Bulgária, Romênia, Irã, Senegal, Afeganistão, Índia, Nigéria, Mali, República Sul-africana, Ruanda e Etiópia. Tricolores com disposição especial das faixas: Filipinas, Daomey, Madagascar, Cazaquistão, Mauritània, Formosa e Vietnam.

A *Comunidade Britânica das Nações* é a forma moderna do antigo Império Britânico. Os ingleses começaram sua expansão muito depois dos portugueses e espanhóis e alcançaram, entre os Séculos XVII e XIX o maior império da história, abrangendo a quarta parte da população mundial em todos os continentes, sendo até à Primeira Guerra Mundial a maior potência da terra. Com a difusão das idéias da Revolução Francesa e do liberalismo em geral, a Inglaterra percebeu que a situação das Colônias devia ser modificada, sem perder-lhes totalmente o controle. Deu-lhes pouco a pouco e em graus diversos independência política, conservando estreitos os laços econômicos. Da nova filosofia surgiu a *Commonwealth* ou *Comunidade Britânica das Nações*. O símbolo da união é a *Monarquia Inglesa*, cuja Rainha é considerada soberana dos países-membros, exceto na Índia. Entre as quase 40 unidades que, com o Reino Unido integram a *Comunidade*, destacam-se grandes nações como o Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Índia e Ceilão. Cada membro, mesmo os que têm ainda status de colônia, possuem bandeira própria. Alguns, porém, colocaram

nela como elemento integrante o pavilhão britânico em miniatura. São eles: Austrália, Nova Zelândia, Fiji e as Colônias Gibraltar, na Europa, Santa Helena, na África; Belize, ou Honduras Britânicos, Bermudas, Ilhas Malvinas ou Falkland (na América); Fidji (na Ásia). Jamaica, Malta e Tonga deixaram de fazê-lo por já possuir a cruz de alguma maneira. Brunei e Zâmbia não o fizeram também, embora não tenham cruz. A Malásia pertence à Organização, mas mantém na bandeira o Crescente islâmico, em vista da maioria da religião do povo; o fato de pertencer à Comunidade Inglesa é opção econômica; o Crescente é exigência cultural.

A *Revolução Russa* de 1917 e a *Chinesa* de 1949 vieram consagrar definitivamente o vermelho como cor dos movimentos revolucionários. A Rússia introduziu o duplo símbolo da foice e martelo, representativos das classes camponesa e trabalhadora, que serviram de apoio para o movimento de Lenine, e que tiveram certa divulgação menos por iniciativa soviética do que pela antipropaganda comunista ocidental. Nenhuma bandeira comunista posterior chegou a adotá-los a não ser a do Congo. Já a estrela, passou para o pavilhão da China, e daí para a Coreia do Norte, Cuba e Vietnam. É notável como os países europeus filiados ao bloco comunista tenham conservado suas bandeiras isentas da influência bandeirológica russa e chinesa. O máximo que se tem é a estrela decidida da Iugoslávia, ou reduzida na Albânia, que a sobrepôs à águia bicéfala, ou menos distinta ainda no brasão que integra a bandeira da Hungria. Quanto à cor: vermelho é campo na Albânia, mas apenas uma das três faixas na Iugoslávia, Hungria e Angola.

Oriente Médio, Novas Bandeiras no Mundo Contemporâneo

Em 1948, os israelitas se organizaram novamente em nação, quase dois milênios depois da dispersão pelo mundo. Surgiu uma nova bandeira, apoiada em símbolo clássico do judaísmo.

O país se constituía em terras da Palestina, dividindo-a então com a Jordânia. As lutas entre árabes e judeus, que vinham de tempos remotos, se agravaram com o nascimento do novo Estado. Liderado pelo Egito, o mundo árabe fez várias tentativas para unir-se em Federação. Em fevereiro de 1958, era criada a República Árabe Unida (RAU), unindo Egito e Síria. Foi adotada para os dois uma nova bandeira única. O bloco se desfez três anos depois. Também em fevereiro de 1958, Iraque e Jordânia anunciaram uma união que durou três meses. Em março, foi constituída a Confederação dos Estados Árabes Unidos, abrangendo Egito, Síria e Iêmen; desapareceu logo. Em abril de 1963, foi a vez da União Federal Árabe, com Egito, Síria e Iraque, que nem chegou a oficializar-se. Também não se oficializou a Carta de Trípoli que tencionava reunir Egito, Síria e Líbia. A 17 de abril de 1971 foi criada a Federação das Repúblicas Árabes, congregando Egito, Líbia e Síria oficializada após o referendo de setembro, com nova bandeira comum, mas hoje desaparecida.

Força Telúrica e Devoção Mariana nas Bandeiras da América Latina

A 24 de março de 1808, portanto dois anos antes do início das lutas pela independência dos países latino-americanos, Henry Clay dizia no Congresso dos Estados Unidos: "No estabelecimento da Independência da América latina, os Estados Unidos têm o mais profundo

interesse. Eu não hesito em afirmar minha convicção de que não há questão na política estrangeira deste país, que tenha surgido anteriormente ou que venha a surgir, na atualidade, na decisão da qual tivemos, tenhamos ou venhamos a ter mais interesse. Esse interesse concerne à nossa política, ao nosso comércio e à nossa navegação. Não pode existir as formas de governo, estabelecidas em várias partes, sem que esses governos se achem animados por um sentimento americano e guiados por uma política americana. Eles devem obedecer às leis do Novo Mundo, do qual formam parte. Nós somos seu grande exemplo. Em nós falam eles, constantemente, como de irmãos" (apud Freitas, 1945, p. 246-247).

A concretização destas palavras já principiara no final do século. À revelia das autoridades espanholas e portuguesas, a bandeira das listas e das estrelas singrava os mares e visitava os portos de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro. A partir de 1808, o comércio com o Brasil aumentou, graças ao decreto de D. João VI abrindo nossos Portos às Nações Amigas. Basta dizer que as exportações norte-americanas passaram de 1 401 dólares, em 1801, para 540 653, em 1809. Para as outras nações sul-americanas os contatos com o país do norte foram acrescidos a pedido dos grupos revolucionários que se formavam. Material bélico, técnicos, guerreiros e livros provenientes dos Estados Unidos entravam na América Espanhola e auxiliavam os heróis no independência de suas pátrias.

Todo este apoio político-ideológico-militar não chegou a ser consagrado nas bandeiras das novéis nações, a não ser na quadriduanado do Brasil República.

Muito mais notável, porém, é que as bandeiras do Novo Continente não se tenham deixado influenciar pela Tricolor da Revolução Francesa, cujo pensamento, mais que o da norte-americana, impregnou as gerações que prepararam, construíram e consolidaram a liberdade de nossos países.

Duas outras inspirações guariam o *layout* de nossos pavilhões: a força telúrica e a devoção mariana. A primeira se manifesta na presença dos símbolos oriundos do tradição cultural de cada país: folhas, ramos ou árvores, plumas, astros e animais. A segunda, na cor azul, completada algumas vezes pelo branco, símbolo do manto bicrômico da Imaculada Conceição, cuja devoção trouxeram os iberos para as terras de Colombo. Dois terços das bandeiras latino-americanas são marcadas pelo azul; Panamá, Cuba, Haiti, República Dominicana, Guatemala, Nicarágua, Salvador, Honduras, Costa Rica, Colômbia, Venezuela, Chile, Equador, Uruguai, Paraguai, Argentina, além da do Brasil, cujo azul se perde na tricomia, e de qualquer maneira, sem inspiração religiosa. Mais da metade das 22 bandeiras, com ou sem azul, têm emblemas: sol na Argentina e Uruguai, lembrando o deus dos quíchuas e dos incas; no Peru, o lhama, animal ligado ao quadro geoeconômico; na Guatemala, o quetzal, símbolo da liberdade, por ser ave que morre quando presa; no Haiti, palmeira; águia em diversos. São tricolores apenas a do México (a única vertical), Venezuela, Bolívia, Equador, Paraguai e Colômbia; assim mesmo o emblema que as integra, exceto a colombiana, afasta um tanto a impressão tricômica. O único fato que pode acusar influência do pensamento da Revolução Francesa é a exclusão da cruz, presente apenas na bandeira dominicana.

França, Resumo da História das Bandeiras

A história da bandeira na França parece resumir todos ou quase todos os aspectos bandeirológicos que expusemos: identificação com a natureza, magia, religião, guerra, bandeira-deus, bandeira-rei, bandeira-pátria, etc. Assim, como visão de síntese, apresentaremos, em tópicos, a evolução da bandeira naquele país:

- Dos tempos pré-históricos ao ano 470 a.C.: diversos símbolos autóctones, ateados nas grutas de Cabrerets e Niaux; diversos estandartes francos, que sabemos terem existido, mas dos quais não ficaram documentos;
- 470 - São Mameto institui nas Gálias as Rogações, festas cristãs substitutivas das Amburbálias do paganismo. Introduz vários estandartes, semelhantes aos usados na liturgia católica de Roma;
- 498 - Capa de São Martinho, parecido com o lábaro de Constantino, usada inicialmente pelos monges da abadia de Marmoutier, e adotada em batalhas como símbolo real pelo Conde de Anjou, pelo rei Clóvis e por Carlos Magno. É considerada a primeira bandeira da França;
- 741 - Du Cange nos cita a bandeira de São Marcial em referência ao rei Pepino;
- 1124 - Luís VI usa pela primeira vez a Capa de São Dionísio. A documentação a acompanha até 1415, ano da batalha de Agincourt;
- 1429 - Carlos VII adota uma bandeira azul com cruz branca após a vitória de Orleans liderada por Joana d'Arc, em nome de Deus. Era a repetição do gesto de Constantino após os episódios de Ponte Milvia, ou, em épocas mais antigas, das atitudes de Amenófis, Nabucodonosor, Dario e Asoka;
- 1574 - Henrique III opta pela bandeira branca, símbolo clássico dos reis que admitem Deus como Totalidade das coisas, consoante vimos em Chou na China, por influência do taoísmo, e no dinastia dos Omêiades e dos Alids, por inspiração sufista. Havia, porém, uma novidade: flores-de-lis sobre o branco, retrato ainda da natureza vivia;
- 1789 - O Município de Paris dá à Guarda Nacional as cores azul e vermelho, às quais, na memorável sessão do Hôtel de Ville, de que participara Luís XVI, foi acrescentada, em sinal de concórdia, a branca, cor da casa real;
- 1790 - Por sugestão de Lafayette, essas três cores passam a constituir a primeira bandeira da República Francesa;
- 1799 - Sob Napoleão e durante o Segundo Império, a Tricolor francesa recebeu abelhas em toda a sua superfície, e a águia na faixa branca. No entanto, a contribuição maior do Corso para a bandeirologia foi a criação do quadro de estandartes militares, um dos quais serviu de modelo para a bandeira imperial do Brasil;
- 1815 - A Restauração adota a bandeira branca de Henrique III como sinal da volta da realeza, apesar da reação do povo e de algumas áreas das forças armadas. Desse tempo, restam uma bandeira e um estandarte no Museu de Artilharia de Paris. Na igreja russa de Nossa Senhora de Kazan há uma dessas bandeiras, colhida pelos russos certamente quando de sua passagem por Reims, em 1815 (Hollander, 1902, p.137-144);
- 1830 - Volta-se à Tricolor, e

- 1848 - Os revolucionários tentam instalar a bandeira vermelha, mas Lamartine intervém e a idéia não é concretizada.

Por este esforço se vê:

- Embora tenha sido o primeiro país a integrar a síntese entre barbárie e cristianismo, a França nunca recebeu em sua bandeira emblemas bárbaros;
- Embora inclinada ao dramático em procissões e marchas, em bandeira prevaleceu a simplicidade: queda das flores, das abelhas, das águias e até da cruz; triunfou a Tricolor, faixas sem mais;
- Embora berço das Cruzadas, só no reinado de Carlos VII aceitou-lhes o símbolo;
- Embora chamada "Filha Predileta da Igreja", nada conservou na bandeira que recordasse os grandes dias religiosos de São Mameto, São Martinho e São Dionísio, ou a cruz; e
- Quanto ao Crescente islâmico, foi barrado em Poitiers.

Por sobre as lutas de bárbaros, mouros e cristãos se instalaria a Tricolor, brotada do intelecto dos sábios e do sangue dos revolucionários. Esta independência continua a caracterizar a conduta francesa de nossos dias, perante as várias disputas político-econômicas que dividem o mundo de hoje. Por isso mesmo, pode constituir-se em líder da idéia e do movimento pan-europeu. A autenticidade de sua bandeira tem prestígio para ditar a diagramação e a pintura espiritual de um Pavilhão que no futuro baloíce numa Comunidade Européia.

O norte-americano Thomas Jefferson disse um dia: "Todo homem possui dois países - o seu próprio e a França" (apud Lerne, 1960, p. 305). Foi esse homem francês universal que também vivia no Brasil que foi buscar na França, em 1822, o *design* de nossa bandeira imperial, e em 1889 a legenda "Ordem e Progresso".

A Panóplia Luso-Brasileira

Portugal detém uma das histórias bandeirológicas mais ricas do mundo. Como vimos, os árabes deixaram na península ibérica o gosto pelos brasões heráldicos e pelas bandeiras complexas.

De outro lado, por sua cultura romana, era levado a "marcar" as terras conquistadas com o selo real. Daí o costume de hastear nas Colônias não só a bandeira real, mas também as outras semi-oficiais, e de conceder-lhes o direito de possuir insígnias próprias usadas simultaneamente com a da Metrópole.

Estes dois aspectos explicam a verdadeira panóplia luso-brasileira que ornamenta as fases de nossos 500 anos de vida e que constitui o que se convencionou chamar BANDEIRAS HISTÓRICAS DO BRASIL, objeto da Segunda Parte deste livro.

Etimologia

Introdução

Nesta primeira parte do livro, nosso interesse é caracterizar a idéia universal de Bandeira. Os elementos históricos que precederam procuraram mostrar os diversos aspectos dessa idéia concretizada em vários povos através dos tempos. Simultaneamente mostraram alguns nomes que encarnaram a idéia, com nuances mais ou menos diferenciativas: bandeira, estandarte, vexilo, lábaro, etc.

O estudo etimológico aprofundado de cada um destes nomes indicaria novas riquezas para o assunto. No entanto, limitar-nos-emos, neste segundo capítulo, a focalizar com detalhes apenas o nome *Bandeira*, dando para os demais apenas uma pequena nota etimológica quando tratarmos dos sinônimos.

Etimologia e Etimologias

Há dois métodos para se conhecer a filiação lingüística de uma palavra: o histórico e o comparativo. O primeiro consiste em acompanhar através de documentos escritos os vários estágios da palavra na seqüência do tempo. O segundo, na falta de documentos, procura levantar a linha evolutiva através de estudos comparados. O método histórico le-

va-nos a origens mais recentes, porém com maior segurança; o comparativo vai a um passado mais distante, ainda que se sujeitando a erros. É pelo método histórico que sabemos vir o Português diretamente do Latim. É pelo método comparativo que hoje identificamos o traço comum dos vários grupos das línguas indo-européias. Em futuro, é teoricamente possível encontrar um tronco comum para a família indo-européia e, por exemplo, a família fino-úgrica (finlandês, húngaro, lapão, estoniano, etc.). Mas, no momento, fazer atribuição de paternidade entre palavras das duas famílias é prematuro, senão temerário. Há muitas dessas temeridades na história da etimologia. Verdadeiras acrobacias do espírito, jogos de paciência na solidão de um gabinete.

Mesmo dentro de construções bem sólidas há casos em que "estudos mais aprofundados, lições mais recentes, hipóteses mais verossímeis obrigam o filólogo a modificar a sua opinião, a riscar o que tenha escrito, a expor nova doutrina, e a admitir outros étimos" (Domingues, 1937, p. 17). Até sábios como Meyer-Lübke e, entre nós, Antenor Nascentes, por exemplo, não se pejam em corrigir sucessivamente seus trabalhos em decorrência das novas conquistas.

Algumas seqüências etimológicas, embora perfeitas, são muito complexas, controláveis apenas por especialistas. Exemplificadamente, a raiz última de história vem a ser o hipotético ário *Fid*, cujo sentido geral é *ver, conhecer*, como aparece no grego *oida*, no sânscrito *veda*, no inglês *to wit*, no latim *video*, no francês *voir*, etc. O digama F desapareceu cedo, compensando-se pelo *H*; o *d* transformou-se em *s* ou recebeu *tor*, nomina-

tivo singular do sufixo derivativo *tar*, idêntico ao latim *tor*, ao sânscrito *tar*, ao grego *ter*. *Lala* é o sufixo feminino dos nomes abstratos. Assim, retirando-se os sufixos *ia* e *tor*, fica *His*, transformação de *Fid*, que dá o sentido essencial do vocábulo: *História* é aquilo que foi visto e depois narrado. O velho Timbira, querendo autenticar o que dizia o herói Tupi, acrescentava: "Meninos, eu W". Aquilo que se conta depois de ser visto por si ou por outrem é história; o que se conta sem ter sido visto por alguém é estória.

Outras palavras, de etimologia certa e menos complicada, perderam a ligação semântica imediata com a raiz original. Por exemplo, a raiz CER, com pronúncia KER, por metátese KRE, transformado em KRI, vai dar o nosso vocábulo CRISE. Ora, KRI, em sua primeira acepção, indica o ato pelo qual o lavrador seleciona a semente sacudindo-a na peneira. Daí passou a significar julgamento em qualquer ocasião, e depois *juízo em ocasião difícil, perigosa*. Crise é, portanto, a situação perigosa em que o indivíduo se encontra em ter que escolher, selecionar, decidir alguma coisa entre duas possíveis, mas cujos resultados são desconhecidos.

Há casos extremos em que o significado atual contrasta com o étimo: *Quarentena*, etimologicamente, quer dizer *quarenta dias*; os cristãos antigos faziam um jejum de 40 dias, que passou a chamar-se simplesmente uma quarentena; a seguir o vocábulo indicou o próprio jejum; assim, hoje se diz: uma quarentena de três dias, o que ao pé da letra, significa: quarenta dias de três dias. Dizer hoje caligrafia ruim é dizer etimologicamente, bela grafia ruim.

O Étimo de Bandeira

Felizmente, no estudo etimológico do termo Bandeira não ocorre nenhum desses inconvenientes: sua etimologia é histórica, inconteste, simples e direta. Todos os filólogos vão buscar-lhe a origem última no gótico, a mais primitiva das línguas teutônicas conhecidas, cujos inícios se prendem ao bispo Úlfilas. Este eclesiástico, filiado ao arianismo, seita fundada pelo sacerdote Ario e que negava, entre outras coisas, a divindade de Jesus Cristo, converteu os godos à sua religião, criou um novo sistema gráfico e para ele traduziu a Bíblia, por volta de 350 d. C. O culto passou a ser celebrado em gótico. Excluiu-se a dogmática, a moral evangélica transformou-se numa ética de força, de energia, de heroísmo - ideário mais sensível aos soldados. Exaltou-se a mística guerreira. As cerimônias eram realizadas à luz de grandes tochas vermelhas.

No gótico, BANDVJA significou antes SINAL, e depois GRUPO DE PESSOAS SEGUIDORAS DE UM MESMO SINAL. Esta é a lição antiga, encontrada, por exemplo, em Du Cange, e também a lição moderna, trazida pelas maiores autoridades no assunto (Meyer-Lübke, 1968, p. 929). Este é o ensinamento de nossos filólogos portugueses e brasileiros.

A passagem de significado de "sinal" para "grupo de seguidores de um mesmo sinal" não é metafórico, isto é, não ocorre por semelhança entre os dois significados, à maneira que se verifica com a palavra *dente* aplicada, além do seu sentido comum, a

pena, serra e alho. O que se dá é uma sinédoque ou relação de *compreensão*, ou mesmo uma metonímia ou relação de *dependência*, à maneira que se verifica entre *embarcação e vela*, ou entre *velhice e cãs*, respectivamente. Quando dizemos: Levantar velas, para significar fazer partir a embarcação, estamos usando a parte pelo todo; vela é uma parte da embarcação. Quando dizemos: Respeitai as cãs, para significar Respeitai os velhos, estamos usando o efeito pela causa; as cãs são efeito da velhice. Do mesmo modo, quando denominamos de "Bandeira" um grupo de pessoas que seguem uma bandeira, é porque ocorre o mesmo: a Bandeira-sinal é parte da Bandeira-grupo; a Bandeira-sinal é efeito de uma Bandeira-grupo. Indica esta relação de compreensão, até de dependência, entre as duas acepções do termo Bandeira, um fato da Guerra do Paraguai: "No dia 21 de abril entraram as forças brasileiras, sob o mando do Coronel Camisão, no forte paraguaio de Bela Vista, que foi desamparado pela sua guarnição, à vista de nossas bandeiras (grifo nosso): feito glorioso para as nossas armas, o qual já deve estar no conhecimento do Governo Imperial, e que encheu de justo júbilo ao chefe de nossa expedição" (Taunay, 1963, p. 178). Um soldado godo entenderia a expressão grifada assim: à vista de nossos estandartes ou à vista de nossos exércitos. Nós também faríamos o mesmo se o costume não nos levasse logo a tomar a palavra Bandeira no seu sentido de estandarte.

O mesmo fenômeno lingüístico ocorreu com a palavra *manipulo*: era uma insígnia formada de feixe e feno amarrado a uma haste; passou a significar, também, o grupo que o levava, e especialmente, uma das subdivisões da legião romana.

Passagem para outras Línguas

Já nos referimos à atitude dos dirigentes romanos em tentarem a integração dos Bárbaros no Império. Isso nos explica o intercâmbio de palavras que desde cedo começou e que se havia de prolongar por muito tempo. Tácito (*Annais*, II, 10) nos informa que Armínio, chefe dos germanos, entendia o latim. De sua parte, a língua do Lácio recebia a cada momento contribuições germânicas em número muito maior do que comumente se pensa" (Bueno, 1958, p. 117). Entre elas estão sobretudo as palavras de conotação bélica: *daraiþ* = dardo; *Wera* = guerra; *helim* = elmo; *redu* = arreio; *hring* = renque; *stripu* = estribo; *spora* = espora. Era natural, portanto, que nesta linha entrasse também *Bandvja*.

O fenômeno que se operava dentro dos muros de Roma e nas cercanias, espalhou-se a partir de 376, quando os visigodos de Fritigern, fugindo ao ataque dos hunos, instalaram-se na margem direita do Danúbio, donde disseminaram a língua gótica e a religião ariana. Os missionários católicos armaram uma contra-ofensiva diante do arianismo: aprenderam o gótico e através dele distribuíram doutrina ortodoxa. E assim a língua do bispo Úlfilas cobria com sua influência toda a Europa. No particular, vejamos o itinerário da palavra *Bandvja*.

O latim adotou o termo *bandus* para indicar manipulo de soldados; e *bandum*, para vexilo, insígnia, bandeira. No latim medieval aparece *bandaria*, considerada forma hipotética por Laudelino Freire.

O franco terá *banna*, aplicado a "sinal" e ao "grupo de seguidores de um mesmo sinal".

No *De Gestis Longobardorum* (I, 20), Paulus nos diz que entre os *longobardos* a palavra indicativa de vexilo era *bandum* (apud Skeat, 1956).

Em italiano, a palavra inicial era *bandiera*. Depois surgiu *drappello*, forma antiga de *trepello*, do latim *trepellum* = multidão de homens, derivado de *tropel* ou *trepell*, e que dará *Trupp* em alemão, e *Tropa* em português. É a lição trazida por Du Cange, que indica também o cognato *Trapus* = pano. Tommaseo define *drappello* como "certa multidão de homens sob uma insígnia".

No anglo-francês temos *banere*; no antigo francês: *banniere*. Em seguida, de *drap* tivemos *drapeau* = pano, que a partir do Século XVI, por influência do italiano *drappello*, começou a significar bandeira. Na documentação sobre bandeiras regimentais do tempo de Napoleão, ao lado de *drapeau*, aparece ainda a palavra *banniere* (Hollander, 1902, *passim*).

Na Romênia, apesar da invasão de outros povos bárbaros, poderosos como os hunos, e da influência eslava e turca, tivemos também o vocábulo *bandiera* ladeado posteriormente por *steag* e *drapel*.

Na rica e efêmera língua provençal, no sul da França, penetrou o vocábulo sob a forma de *baniera*.

Na Espanha, a adoção foi mais fácil ainda: *bandera*, palavra gótica, irmanava bem com *band*, trazida pelos árabes.

Em Portugal, desde cedo, ao lado de *bandeira* - nos dois sentidos: "sinal" e "grupo de seguidores de um sinal", criou-se uma outra palavra, exclusiva para grupo: *bando*, cognata, como se vê, de *bandeira*. É o que se observa já na Demanda do Santo Graal (186d-187a, 626). "O prazer que ende havia a linhagem de rei Bam non havia par, car ti tam que haviam em seu *bando* (grifo nosso) uũ dos milhares cavaleiros do mundo" (apud Magne, 1967, p. 187).

No "Middle English" existiu *banner*, atestado em *Ancren Riwle*, 1ª edição, ano de 1230, p. 300, (apud Skeat, 1956). Em 1530, pela primeira vez, aparece no *L'esclairissement de la Langue Francoyse*, de Jean Paisgrave, a palavra *Flag*, como a forma teutônica mais antiga para indicar *bandeira* (ibid.). É oriunda do *Middie English Flakken* =flutuar. Assim, o fato extrínseco do baloiçar da *bandeira* teve influência na sua denominação. No entanto, a palavra *banner* ficou consagrada no Hino Nacional dos Estados Unidos:

"And the star-spangled banner in triumph, shall wave

O'er the land of the free and the home of the brave."

(E a *bandeira* estrelada e listrada flutuará triunfante

Sobre a terra dos livres e a pátria dos valentes.)

No alemão ocorreu o mesmo: antigamente o termo gótico *banner*, e hoje o mais usual *Flagge* ou *Fahne*. É interessante como exatamente na Alemanha, país gótico por excelência, não tenha prevalecido o vocábulo de seus ancestrais.

No russo também se deu algo de notável: as palavras principais para *bandeira* são *Flag* e *Známia*. *Drap*=pano e *Bánda*=bando não se transnominaaram para indicar *bandeira*.

A Etimologia mais Próxima

Afirmamos que a raiz *última* da palavra *bandeira* era o gótico *bandvja*, porquanto a documentação histórica nos leva até lá. No entanto, querendo encontrar uma origem mais recente, aquela em que o português hauriu imediatamente, é ao latim que recorreremos. Na prática, tivemos o seguinte: *bandvja* deu o latim

bandaria, e este o português *bandeira*. Assim expõem os melhores filólogos portugueses e brasileiros.

Registramos, contudo, a opinião de Ragy Basile. Diz ele que há grande número de vocábulos cuja origem próxima os filólogos atribuem ao latim, quando na verdade deveriam fazê-lo ao árabe (Basile, [1943?], p. 9). Estaria incluída neste caso a palavra *bandeira* que, segundo ele, seria termo arabizado oriundo do persa BaND, com os significados originais de faixa, colar, conjunto e depois, escudo, bandeira (ibid., p. 155).

Vários fatos não padecem dúvida: no persa existe realmente o termo BaND, com aqueles significados; há muitos vocábulos portugueses, provenientes do árabe, que vieram na Idade Média aumentar a riqueza herdada do latim; a palavra *bandeira* só se fixou na Península Ibérica depois da conquista dos Sarracenos, que, inclusive, trouxeram para a Europa novos modelos de insígnias recebidas da Índia. Tudo isso é verdade, mas é verdade também que "antes da invasão bárbara (antes dos mouros, pois) na Ibéria, já o latim estava cheio de [. . .] influências germânicas que lhe chegavam por meio das legiões, mercadores e burocracia" (Bueno, 1958, p. 117-118). Por outro lado, "quanto mais se aprofunda a crítica filológica tanto mais se diminui a tão falada influência árabe no português. Na fonética não há menor traço, nem na morfologia e muito menos na sintaxe. A contribuição ao vocabulário, se bem que muito maior que a germânica, ficou sempre na superfície do idioma, reconhecida imediatamente por sua forma alógena" (ibid., p. 120).

A Hipótese Sânscrita

Os estudos sobre o sânscrito começaram a tomar corpo a partir do Século XVI, com os trabalhos do italiano Sasseti. Duas centúrias depois, distinguiram-se as pesquisas do alemão Schilter e dos ingleses Hutton e William Jones. O último tentou fazer a conexão entre o sânscrito e o grego e latim, entre o sânscrito e o alemão, entre o sânscrito e céltico e persa. No século passado, Schlegel procurou demonstrar que a vetusta língua hindu, era a mãe de todas as línguas, o que hoje nos faz rir (Bodmer, 1960, p. 162).

Atualmente a posição dos filólogos sobre a relação de *fraternidade* entre o sânscrito e os demais idiomas da família indo-européia não permite *filiações* em bloco de palavras da família em relação ao sânscrito.

Entretanto, isoladamente, poder-se-ia suspeitar que algumas palavras indo-européias tenham sido recebidas diretamente do sânscrito, à semelhança do que ocorre no fenômeno de migração interna entre as línguas românicas, por exemplo, os galicismos em português.

Nesta linha de idéia, o gótico *Bandvja* pode ser pensado, teoricamente, como derivado imediato da raiz sânscrita *Bandh* que, entre outros, tem os seguintes significados: ligar, fixar, reunir, capturar, fazer prisioneiros, construir, quase todos muito próximos da idéia de *bando* - um grupo de pessoas reunidas, ligadas, etc.

Sinônimos

Introdução

Ainda no intuito de esclarecer o conceito total de *bandeira*, vamos apresentar aqui alguns elementos sobre os seus sinônimos principais.

Poucos são sinônimos perfeitos, lingüisticamente falando, com possibilidade de substituir tecnicamente a palavra padrão, a maioria é constituída de sinônimos imperfeitos, não exprimindo o sentido global e específico de *bandeira*.

Quase todos se prendem a fatos históricos de profunda significação para a humanidade.

Literariamente, sobretudo em poesia, todos podem substituir a palavra típica, com o feliz efeito de tornar sempre vivos termos de contexto histórico antigo.

De cada um daremos a etimologia e o significado, e eventualmente a figuração histórica e algum texto literário pertinente.

A série inclui apenas os sinônimos principais. São eles, em ordem alfabética: auriflama, balsa, bandeirola, emblema, estandarte, flâmula, galhardete, gonfalon, guião, insígnia, lábaro, pálio, pavilhão, pendão, signa, vexilo.

Auriflama

Vocábulo formado de dois elementos latinos: *aurum* e *flamma*, significando, etimologicamente, chama de ouro. Como palavra composta, não existia no latim. O francês formou-o por justaposição do genitivo *auri* mais o nominativo *flamma*, modificando em *oriflambe*, no Século XII, e *oriflamme*, a partir do Século XIV (Textos literários em francês, apud Robert, 1953).

Em sentido próprio descritivo, define-se como "pequeno estandarte de seda vermelha com reflexos dourados, que os antigos reis da França recebiam das mãos do abade de S. Dinis quando iam para a guerra" (Caldas Aulete, 1966).

Em sentido figurado, poético, pode ser empregado como sinônimo de *bandeira*, *lábaro*, *estandarte*, *pendão*.

No X volume da obra de Du Cange há um artigo de várias colunas dedicado à *auriflama* de S. Dinis.

Balsa ou Balsão

Laudeline Freire diz que *balsa* é grafia errônea de *balça*, cujo étimo é *baltea*, que deu também *balção*, indicando ambos a mesma coisa. Cândido de Figueiredo traz a lição *baltea*, mas registra também *balsão*. Antenor Nascentes não menciona *balça*, e sim *balsa*, sem apresentar-lhe a etimologia. Caldas Aulete depois de arrolar *balsa*, com raiz idêntica, diz: "Outras étimos têm dado a forma *balça*".

Historicamente, é o estandarte de que usavam os Templários nas suas expedições contra os mouros. "Chamou-se este estandarte *Balsa bipartida*, por constar de duas cores, branca e negra, sobre as quais se divisava a cruz vermelha, de que usava a Ordem. Na cor branca propunham a misericórdia e bom tratamento aos que se rendessem às armas da cruz; na cor preta lhes diziam que para os obstinados e rebeldes não haveria senão estrago, morte e perdição. E, finalmente, na cruz vermelha denotavam que só pelo sangue, lei e fé de Jesus Cristo se moviam a pegar nas armas" (Viterbo, 1865, p. 119).

Em seguida, passou a significar qualquer insígnia conduzida com o exército em marcha.

Poeticamente, é sinônimo de bandeira, pendão.

Latino Coelho, *in* Vasco da Gama, 1, 23, empregou o termo já em seu sentido genérico, em oposição ao sentido histórico: "Não havia já um só recanto onde se visse tremular o balção outrora triunfante do profeta" (apud Figueiredo, 1789).

Bandeirola

Do francês *banderole*, através do italiano *banderuola*.

Tecnicamente, é a "pequena bandeira empregada pelos engenheiros para marcar o ponto de um alinhamento, traçado, etc." (Caldas Aulete, 1966).

A palavra pode ser empregada também para designar a pequena flâmula usada nas cornetas de cavalaria.

Emblema

Do latim: *emblema*, já oriundo do grego *émbelma*, que indica a parte de madeira de uma lança fixada no ferro.

Seu sentido próprio é figura, símbolo; passando a significar depois insígnia, e finalmente bandeira.

Estandarte

Do provençal ou francês antigo: *estendart*. No francês moderno: *étendard*.

Sentido próprio: insígnia militar dos corpos de cavalaria.

Como sinônimo de bandeira, aparece neste trecho de Garrett, in *Discursos Parlamentários*, ed. 1882, p. 87: "São quinas portuguesas verdadeiras as que tremulam nesse pendão franco, como as que reluzem em nosso estandarte" (apud Caldas Aulete, 1966).

O termo francês ficou consagrado na *Marcha La Marseillaise*: "*l'étendard sanglant est levé*". (Levantou-se o estandarte sangrento).

Flâmula

Do latim: *flammula* = pequena chama.

Vegécio, autor latino de um tratado de estratégia, usa o vocábulo no plural - *flammulae*, para significar bandeirolas de cavalaria (apud Saraiva [1881]).

Caldas Aulete define-o como "galhardete, tira ou faixa de filete ordinariamente com a ponta farpada, que se põe no topo dos mastros das embarcações para sinais ou para simples ornato".

Mas pode estar relacionado com qualquer unidade militar, como aparece neste exemplo, onde se vê também sua diferenciação de bandeira: "O salão da Escola, onde se achava acantonado o QG, foi ornamentado com bandeiras dos países aliados, flâmulas da Divisão de Infantaria Divisionária, da Artilharia e dos Corpos de Tropa" (Campos, 1972, p. 174).

A palavra e o objeto estão popularizados, hoje, em vista de seu emprego no mundo esportivo.

Galhardete

Do italiano *gagliardetto*.

Em latim *há galla* = galha, excrescência nas folhas de algumas árvores. Com este sentido aparece nos textos bucólicos de Virgílio e na obra naturalista de Plínio (apud Saraiva, [1881]).

Sentido próprio: bandeira farpada posta como adorno ou para sinal no alto dos mastros.

Como tal, aparece neste exemplo de Frei Luís de Souza: "Oito galés [...] as quais [...] ondeando ao vento grandes estandartes, e muitas flâmulas e galhardetes estavam sobre ferro no meio do rio" (apud Caldas Aulete, 1966).

Indica também "bandeira pequena, para enfeite de ruas, etc., em ocasiões festivas" (ibid.).

Gonfalão

Do antigo germânico *Gundfano*, através do francês *gonfalon*. Em grego, há a palavra *gómphos*=cavilha de ferro ou madeira para ligar as peças de um navio; se verificada a etimologia, a intenção da escolha do vocábulo teria sido indicar o sentido de união do grupo sob o gonfalão.

Historicamente, era a "bandeira de guerra, fina e comprida, com pontas pendentes, suspensas perpendicularmente a uma haste, sob a qual se enfileiravam os vassalos chamados pelo suserano" (Nascen-tes, 1961-1966).

Como vimos, esteve muito em voga no tempo das Cruzadas, especialmente nas mãos dos venezianos.

Literariamente, emprega-se como bandeira, estandarte, pendão.

Guião

Etimologia incerta. Talvez do gótico *Wida*=guia que acompanha um estrangeiro. No baixo latim havia o verbo *guidare*.

Indica o estandarte que encabeçava as tropas ou algumas procissões: "José Francisco era farfante e encarregou-se de levar o guião de Pedrões" (Aquilino Ribeiro apud Caldas Aulete, 1966).

Insígnia

Do latim *insignia* = sinal de distinção, insígnia.

Significa, propriamente, adorno emblemático de soberanos, prelados e outras autoridades.

Emprega-se também como sinônimo de estandarte ou pendão de uma irmandade ou outra corporação.

É um dos termos mais genéricos para indicar o conjunto de símbolos de uma família, cidade ou país.

Seu caráter de nobreza manifesta-se nesta estrofe do hino das segundas vésperas da solenidade católica de Cristo-Rei:

Submissa regum fulgeant Tibi dicata insignia; Mitique sceptro patriam Domosque subde civium.

(Refulgem as insígnias dos reis a Ti dedicadas: governa com cetro suave a pátria e as famílias dos cidadãos).

Lábaro

A origem da palavra é discutível. Alguns lhe dão proveniência gaulesa, o que é viável, pois foi da Gália que partiu a ofensiva contra Maxêncio, e os gauleses estavam bem representados nos exércitos de Constantino, autor do lábaro. O grego e o latim cunharam o termo a partir deste hipotético étimo gaulês: *labarón* e *labarum*, respectivamente.

Caldas Aulete define-o simplesmente como "estandarte militar usado entre os romanos no tempo dos últimos imperadores". No entanto, o lábaro ficou historicamente ligado aos fatos relativos a Constantino, que narramos.

No sentido figurado, encontra-se, por exemplo, em Aquilino Ribeiro: "Mas como S. Tomé, cujo lábaro apostólico depusera por aquele mais aventurado, para grandes empresas, só confiava no testemunho de seus próprios olhos" (apud Caldas Aulete, 1966).

E mais poeticamente em Camilo: "Lábaro sempre ondeante aos ventos das gerações vindouras" (apud Figueiredo, 1789).

Pálio

Do latim *pallium*, proveniente de *palla*=capa sobre os vestidos das mulheres.

Muito facilmente passou a significar o ornamento constituído de "uma espécie de faixa feita de lã branca e semeada de cruces negras que o Papa concede aos patriarcas e arcebispos e que algumas vezes também envia aos bispos, como testemunho de particular distinção" (Caldas Aulete, 1966).

Dáí, para um segundo sentido: "Sobre-céu portátil feito de um quadrilongo de pano de seda e sustentado por varas para ser levado à mão, e que serve para cobrir como sinal de distinção e honra, nos cortejos ou procissões solenes, a pessoa ou o objeto que mais se pretende honrar, e é particularmente empregado nas procissões religiosas para cobrir a hóstia consagrada ou a imagem do Senhor Morto" (ibid.).

Neste significado, aparece em Rebelo da Silva: "Não podendo alcançar que a procissão não saísse, Lagarde obteve ao menos que Junot a não acompanhasse, pegando às varas do pálio, mas que se resignasse ao vê-la passar" (ibid.).

O termo conservaria a conotação de proteção, quando passasse a relacionar-se com bandeira. Em Júlia Lopes de Almeida: "A nossa bandeira é como um pálio confraternizador sobre a cabeça de todos os brasileiros" (apud Gomes, 1941, p. 52). Em D. Aquino Correia: "Pálio sagrado sob o qual palpita, A alma bendita do País da Cruz" (ibid., p. 176). Em Alípio Bandeira: "Não tremules nos campos de batalha, - Nunca sirvas a um povo de mortalha, - Mas de pálio nas festas de progresso" (ibid., p. 79).

Pavilhão

Em latim, *papilio* designa borboleta, de um lado, e de outro, barraca, tenda, tendilhão ou tenda de campanha. Com estes significados, o termo passou para o francês antigo *paveillon* e para o provençal *pabalhon*. Em francês moderno, *pavillon* é empregado para indicar o símbolo marítimo de uma nacionalidade, distinguindo-se, então, de *drapeau*, bandeira em geral. Também em português, pavilhão, do seu sentido de tenda, veio indicar bandeira, sem maiores distinções, embora guarde seu significado específico de "símbolo marítimo de uma nacionalidade" (Caldas Aulete, 1966).

O sentido marítimo aparece empregado neste trecho de Eça de Queirós: "Podiam, pois, os Estados Unidos consentir que uma frota aliada, com pavilhão apostólico, viesse desmanchar esta obra de liberdade e mesmo de Civilização de que ela fora a inspiradora e mestra" (ibid.).

O sentido genérico está neste exemplo: "Camaradas! Amanhã seguiremos para o Apa! Nas margens daquela divisa do território brasileiro flutuará pela primeira vez o Pavilhão Nacional!" (Taunay, 1963, p. 150). E no Hino à Bandeira: "Pavilhão de justiça e de amor!"

Pendão

Do antigo francês *penon* ou *pendón*, influenciado por *pender*.

Significa originariamente a inflorescência masculina do milho.

Caldas Aulete o define como “bandeira grande em cruz ou verga que se leva adiante de algumas procissões religiosas e tem como divisa as 4 letras S.P.Q.R. (*senatus populusque romanus*) ou qualquer outro emblema”. É o vexilo dos romanos, mostrado anteriormente.

Na literatura brasileira, aparece muitas vezes no seu sentido genérico de bandeira. Em Coelho Neto: “altaneiro pendão da minha terra” (apud Gomes, 1941, p. 70). Está no Hino à Bandeira: “Salve, lindo pendão da esperança”, e no mais belo verso do Brasil: “Auriverde pendão de minha terra”. Aparece também em antonomásias: o *Pendão Auriverde* = a bandeira brasileira; o *Pendão das Quinas* = a bandeira portuguesa.

Signa

Do latim *signa*. Aparece em César, Salústio e Tito Lívio (apud Saraiva, [1881]).

Sua história, forma e uso ficaram indicados quando tratamos dos romanos.

Vexilo

Do latim *vexillum*; no plural *vexilla*.

Tito Lívio, Tácito e Papínio Estácio usam o termo como destacamento militar, tropa unida, à semelhança da própria palavra bandeira que indica o grupo e o sinal do grupo (apud Saraiva, [1881]).

Suetônio traze-o para indicar bandeira de navio (ibid.).

César, Cícero, Trebélío, como bandeira de corporação, de coorte (ibid.).

A liturgia católica emprega muito o termo. Por exemplo, no Hino das Vésperas do I Domingo da Paixão:

Vexilla regis prodeunt, Fulget Crucis mysterium... (Avançam os vexilos do rei, refulge o mistério da cruz).

O vocábulo serviu para formar *vexilologia*, ciência das bandeiras entendidas como símbolos. Dissemos, nas "Notas explicativas", que sugerimos, para o caso, o termo bandeirologia.

Emprego Simultâneo

Algumas vezes temos o emprego simultâneo de vários destes sinônimos. Exemplo: "Linda e querida bandeira, lábaro que tem sido o símbolo de tanta grandeza; o guião que tem conduzido o povo em todos os momentos da vida; o estandarte de tantos triunfos; o pendão de tantas glórias; o pavilhão de mil batalhas; o vexilo de uma soberania; a flâmula dos nossos almirantes; o balsão dos nossos marechais; o pálio das nossas crenças e o protetor da nossa liberdade!" (Rocha, 1919, p. 17).

Outro exemplo: "Entrou a proteger a liberdade das nossas consciências o lábaro da nossa independência, o vexilo do nosso povo, o estandarte da nossa nacionalidade, o guião da nossa bravura, a bandeira da nossa glória, o pendão das nossas crenças, o balsão das nossas vitórias, o símbolo da nossa Pátria, a flâmula infundível da nossa honra" (ibid., p.4).

Essência: primeiro elemento

Introdução

O panorama histórico, apresentado no primeiro capítulo, forneceu-nos a origem e o desenvolvimento da idéia e do uso das bandeiras em vários povos ao longo dos séculos. O estudo etimológico, no segundo capítulo, aproximou-nos mais da realidade bandeira em seus dois aspectos de "sinal do grupo" e de "grupo seguidor de um mesmo sinal". O capítulo terceiro, por sua vez, indicou-nos os conteúdos dos diversos sinônimos de bandeira, mostrando-nos, a esta luz, a especificidade do termo padrão.

Úteis à compreensão do conceito bandeira, a história, a etimologia e a sinonímia permanecem circunscritas ao exterior sem nos fornecer a essência. Precisamos ir mais profundo, apanhar por dentro a natureza filosófica de bandeira.

A natureza de um ser se constitui ontologicamente e se conhece logicamente através do seu gênero próximo e de sua

diferença específica. Gênero próximo de uma idéia é aquele que lhe está imediatamente superior na escala lógica. Assim, *vivente* é o gênero próximo de *animal* (racional ou irracional). Diferença específica de uma idéia é a qualidade necessária e suficiente para distingui-la de outra. Assim, *sensível* é diferença específica de *animal*, pois é necessária, e já suficiente, para distinguir *animal* de *planta*. Definir *animal* como *corpo vivente* é pecar contra a boa definição lógica, uma vez que *corpo* é gênero muito afastado de *animal*, ao passo que dizer: *animal* é um *vivente sensível* é dar a *animal* o gênero que lhe é mais próximo, e a diferença específica necessária e suficiente para distingui-lo de qualquer outra idéia ou coisa.

Aplicando ao caso: para conhecermos a natureza íntima de bandeira, temos que procurar-lhe o gênero próximo e a diferença específica. Deixando o capítulo seguinte para a diferença específica, vejamos aqui o gênero próximo. Diversas são as idéias que aparentam captar a essência última de bandeira. Analisemos apenas algumas, e precisamente: *indício*, *retrato*, *sinal* e *símbolo*.

Indício

Será a bandeira um indício? Por indício se entende algo físico que nos faz conhecer normalmente a existência de algum objeto ou a realização de algum acontecimento. Assim, as pegadas na areia nos dizem que por ali passou, por exemplo, um cavalo. A fumaça é indício de fogo. O conhecimento através de indícios exige uma experiência anterior. Por outro lado, o indício guarda uma ligação *natural* com a coisa ou fato que a partir dele se conhece.

Quando a bandeira-objeto acompanhava sempre a bandeira-grupo não era o caso de falar-se em *indício*, porquanto a coisa indiciada estava ali presente, conhecida em si mesma. Quando, porém, se avistava a bandeira-objeto antes da bandeira-grupo, poder-se-ia concluir: ali vem um grupo.

Hoje que o grupo se reúne algumas vezes sem bandeira, e esta aparece freqüentemente sem aquele, não se pode dizer que a bandeira seja indício, no sentido físico.

Retrato

O retrato é um contorno físico bidimensional, geralmente em miniatura, de uma pessoa ou objeto. Através dele se conhece o que se retratou. Em termos geográficos, o retrato seria uma espécie de *mapa*.

Se a bandeira guardasse em sua forma o contorno da área geográfica ocupada pelo grupo que ela representa, então se poderia chamá-la de retrato. Mas, isto não ocorre. A única bandeira que traz "mapa" do próprio território é a de Chipre. A do Estado de São Paulo traz o do Brasil. Mas, ainda que a bandeira tivesse a forma geográfica do território pertinente, haveria na bandeira outros elementos (história, cultura, economia etc.) que a levaria para além de um simples retrato, tomado em sentido próprio. Evidentemente, em sentido figurado, pode-se definir a bandeira como retrato da pátria.

Sinal e Símbolo

Na linguagem comum, tomam-se como sinônimos os termos *sinal* e *símbolo*: fala-se, assim, indistintamente, de sinais algébricos ou símbolos algébricos. Na realidade, todo símbolo é também sinal, mas não vice-versa. O sinal substitui o objeto; em outras palavras, o "significante" substitui o "significado"; mas isso apenas no plano lógico, no plano do conhecimento teórico. O símbolo, ao invés, conservando algo físico em relação ao "significado", não só o substitui no terreno lógico, mas o *representa* também no terreno ontológico, no plano da realidade. O sinal é apenas causa instrumental - é conhecida antes e leva a conhecer o significado: uma flecha na rua me faz conhecer a direção a seguir. O símbolo é causa formal: é o significado enquanto tal e *no momento* em que conheço. O símbolo não me leva para o objeto... ele é o objeto *dentro* do meu espírito. Esta diferença só pode ser apreendida por um ato de reflexão do espírito sobre si mesmo.

O sinal pertence ao mundo matemático, das ciências exatas; o símbolo, ao da magia, da religião, da psicologia, especialmente da chamada psicologia profunda e psicanalítica. Brunshvicg louva a matemática, expressa por sinais claros, sempre sob o domínio do seu criador. "As palavras de tal linguagem não têm ancestrais. Inventados tardiamente, não têm outro sentido além do resultante de sua própria definição. Linguagem nova, abstrata, translúcida, a álgebra nos aparece despojada desta car-

ga emotiva, deste envelope de mistério que penetra de confusão os símbolos poéticos e mesmo as palavras da linguagem ordinária" (Vergez, Huisman, 1970, p.143). Já o símbolo pertence ao pensamento pré-lógico. "Não cessa de florescer nas tradições religiosas dos povos primitivos e os psicanalistas descobrem-lhe a presença nos sonhos ou nestes "arquétipos" que as épocas antigas, segundo Jung, legaram ao nosso inconsciente. O símbolo é uma imagem que se dá por uma realidade, exatamente como a magia (que só se alimenta de símbolos), é um sonho que se toma por uma ação. Enquanto o mágico confunde os gestos simbólicos com a ação real, o técnico - por meio de sinais científicos - dá uma representação adequada do mundo e chega a dominá-lo" (ibid.).

Nesta ordem de idéias, a bandeira é sinal enquanto leva a *conhecer* o grupo correspondente. É símbolo enquanto representa no espírito o grupo que se *ama* ou se *odeia*. Como foi feita mais para fins *emotivos* do que *cognitivos*, sua natureza íntima é ser, mais do que sinal, *símbolo*.

Compreenderemos melhor a natureza profunda de bandeira como símbolo, se nos recordarmos da teoria psicológica da motivação. Em nosso interior, diz a teoria, está a força de nossas ações; no entanto, precisamos de estímulos que a impulsionem. Tais estímulos chamam-se *motivos* determinantes. "O papel dos motivos é alterar o equilíbrio existencial e criar uma necessidade ou carência no seio da individualidade; para satisfazê-la, coloca-se em marcha o conjunto de dispositivos reacionais que visa a obter novamente a tranqüilidade. Assim que um estímulo ou uma situação cria uma carência, ocasiona uma inquietude e impulsiona uma tendência, pode-se afirmar que

se converte em *motivo* de conduta" (Mira y Lopez, 1967, p. 67). Os motivos podem ser primários (vitais ou básicos) e secundários (culturais ou acessórios). Os primários são comuns a todos os homens; os secundários diferem de homem para homem; aqueles são congênitos; estes são adquiridos condicionalmente. Entre as motivações primárias, algumas são de natureza fisiológica (a necessidade de ar, alimento, água e sono), outras de natureza espiritual (a ambição, o amor, a sede de liberdade, o afã de sobreviver, o desejo de gozar). As motivações secundárias se agregam a estas primárias, e como que as concretizam. Não são pré-formadas, mas surgem à proporção que ocorre uma das necessidades primárias. A cada uma das motivações primárias, "se associam diversos desejos que, aparentemente, pouco ou nada têm a ver com elas, mas que, na realidade, estão a elas vinculadas por um nexos associativo, quase sempre ignorado pelo próprio sujeito" (ibid., p. 73). Um exemplo esclarece melhor: "Ninguém nasce com a necessidade de ir ao cinema. Entretanto, há milhares de pessoas que preferem sacrificar outros desejos para poder satisfazer a este, que é, indubitavelmente, para elas, intensa necessidade secundária. Como se originou nelas essa inclinação que, às vezes, as levam a dizer que são 'apaixonadas' ou 'loucas' por cinema? Para responder a esta pergunta com precisão seria necessário conhecer as vicissitudes por que atravessaram essas pessoas em seu decorrer vital. Veríamos então como se estabeleceram nelas os nexos que ligam seu desejo de ir ao cinema com a satisfação de suas necessidades primárias vitais. Assim, veríamos que, em determinados casos, é fundamentalmente a necessidade erótico-sexual a que exerce atração pela tela (onde

se identifica com alguém amado), ou pela poltrona (ao lado pode sentar-se o ser amado); em outros casos, será a necessidade de liberdade, pois, enquanto estão no cinema vêem-se livres das amarras familiares e viajam (imaginariamente) por outras terras e épocas; em outros, será a necessidade de poder, a ambição de ser mais, pois, durante a projeção, se identificam com o herói do filme, lutam e triunfam com ele; em outros, ao contrário, será a necessidade de tranquilidade, de assumir atitude meramente contemplativa, o que levará o indivíduo a instalar-se comodamente e dar umas cochiladas durante o espetáculo. Essas e outras necessidades primárias podem encontrar-se associativamente vinculadas ao desejo de ir ao cinema, em proporções diferentes para cada espectador. Em todo caso, porém, 'o gosto' de ir ao cinema aparece em todos eles como algo espontâneo quando, na realidade, é derivado ou secundário a um processo de condicionamento de outros gostos mais fundamentais e primários" (ibid., p. 74). Deste e de outros exemplos semelhantes se conclui que a motivação secundária é um *substituto* de uma outra primária, não propriamente no plano cognitivo, mas no emotivo e volitivo. A motivação secundária, mais que conhecimento, traz uma energia, uma ação: é um símbolo, enquanto representa algo como determinante da conduta.

Aplicando ao nosso caso, o amor à Pátria seria a necessidade primária; o amor à Bandeira, a motivação secundária. A Bandeira leva o soldado, *educado para a Pátria*, a praticar atos heróicos em campo de batalha. Pátria é um conceito abstrato, difícil de absorver em si cargas energéticas. Bandeira - algo concreto - desperta o dinamismo interior. Evidentemente, é preciso que

o soldado seja *educado para a Pátria*, a fim de que surja aquela necessidade primária, do mesmo modo que a liberdade só se torna necessidade primária se houver uma educação para ela.

O símbolo tem outra função relativamente ao "significado". Vejamos o caso de um time de futebol. O torcedor não gostará do atual Dirigente ou Técnico. Ao ver um dos dois, sente até acanhamento de pertencer ao clube. No entanto, vibrará ao ver a bandeira da agremiação. A Bandeira, como o símbolo, afastando partes concretas desagradáveis do simbolizado, traz o grupo como um todo, desperta energia no agremiado.

Para novo aprofundamento do conceito de Bandeira como símbolo, podemos fazer uma última comparação, desta vez com a teoria do sonho. Enquanto se dorme, ainda se pensa, mas então o pensamento não está submetido à necessidade de uma adaptação ao real; é, na maioria das vezes, ilógico; os quadros que ocorrem, em figurações simbólicas, permeiam-se com a personalidade de quem sonha. Menos objeto de conhecimento do que impulso afetivo, o símbolo onírico é muito mais propulsor do que a própria realidade. A Bandeira é este símbolo emotivo capaz de levar o torcedor ou o soldado a determinadas ações que não realizaria em força de um discurso, mesmo inflamado, de um dirigente esportivo ou militar. A bandeira, como as imagens do sonho, pode representar tudo aquilo que se viu ou que se pensa sobre o clube ou a pátria, mesmo que alguns elementos particulares estejam esquecidos; pode levar a realizar tudo aquilo que se deseja que o clube ou pátria tenha ou seja, também porque acrescenta elementos idealizados, mas de profundo dinamismo.

Essência: segundo elemento

Introdução

O segundo elemento constitutivo da definição de uma idéia é a *diferença específica*, aquilo que, aplicado ao gênero próximo, constitui uma espécie. *Racional* é uma diferença específica que acrescentada a *animal* compõe a espécie *homem*. Se símbolo já nos informa algo sobre a natureza de *bandeira*, é preciso ainda mais alguma coisa para termos o conhecimento completo. Símbolos existem muitos. Símbolos de quantidades, símbolos de astros, símbolos de virtudes. Para que se feche o círculo cognitivo do conceito de *bandeira*, é necessário dizer de que ela é símbolo.

Arbitrariamente, os homens poderiam criar bandeiras para simbolizar quantidades, astros ou virtudes. Mas histórica, semântica e socialmente, ela é símbolo de algo definido e estratificado: *a bandeira é símbolo de um grupo de homens*. O grupo pode ser constituído de homens reunidos sem vínculo político propriamente dito, formando então agremiações socioculturais, ou com vínculo político específico, compondo então o que se chama país ou pátria. Vejamos os dois casos.

Distintivo de Grupos Socioculturais

Firmemos a idéia de que historicamente a bandeira surgiu para significar um *grupo étnico*, ainda não organizado politicamente. A primeira representação documentada de bandeira como agrupamento étnico vem do Egito, segundo descobertas de pinturas de cerâmicas pertencentes às tribos aborígenes.

Dentre as muitas bandeiras do período anterior ao surgimento das nacionalidades, recordemos os já citados distintivos dos clãs mesopotâmicos, das dinastias chinesas, das castas hindus, das 12 tribos de Israel.

Mesmo depois do aparecimento das nações e das suas respectivas bandeiras, os grupos particulares internos de cada país continuaram a adotar símbolos característicos. De acordo com as finalidades do grupo, surgem bandeiras para significar crença ou ideal, partido ou família, dignidade ou função. Tivemos e temos bandeiras de grupos religiosos, esportivos, culturais, econômicos. Até nas Forças Armadas, além da bandeira geral do País, são adotados estandartes para as diversas unidades. Exemplos plásticos de bandeiras como símbolos de grupos socioculturais temos numa tarde esportiva do Maracanã ou numa noite de desfile carnavalesco das Escolas de Samba: duas das mais célebres panóplias vivas do mundo esportivo e artístico.

Símbolo da Pátria

Embora tardiamente, porque a "cidade" foi posterior à "tribo", o conceito de bandeira como símbolo de Pátria predominou sobre o de bandeira como símbolo de grupo apolítico. As bandeiras deixaram de exprimir apenas simples emblemas de família ou de outros grupos culturais, para serem também representações vivas das nacionalidades, inclusive modificando-se em decorrência de mudanças verificadas na estrutura política do País. Passaram a concentrar "o sentimento geral dos povos; todos eles sempre ligaram às insígnias representativas de sua soberania e independência às mais elevadas idéias de honra, dignidade, melindre - as idéias que o cavaleiro medieval ligava à sua espada, as idéias que o sacerdote liga às imagens de sua religião" (*Afonso Celso*).

Do ponto de vista jurídico, a bandeira "representa essa linha invisível e imaginária, que fragmenta e divide a espécie humana, e, por milagrosa criação do direito, se converte em fronteira intransponível do ideal hegemônico e em escudo impenetrável das soberanias. A esse símbolo sagrado estão indissolavelmente associadas as grandes conquistas humanas de independência, da liberdade, da ordem e da lei, sem as quais não existiriam essas sociedades políticas, que constituem as nações soberanas e livres" (*H. Bonfils apud Maia, 1926, p. 29*). À porta das embaixadas e consulados e à popa dos navios, indica a bandeira prolongamentos do Território Nacional. Um país não pode adotar, sem licença, o pavilhão de um outro. Um navio de guerra goza das prerrogativas da extraterritorialidade. "Importa num crime, condenado pela honra militar, o hasteamento de um pavilhão diferente para enganar o inimigo" (*ibid., p. 30*). O mesmo se diria para o caso de um navio pesqueiro que, em águas territoriais de um outro país, trocasse de bandeira, para ludibriar a vigilância.

Poder-se-ia levantar uma antologia de frases sobre a bandeira em seu contexto jurídico. Vejamos algumas.

- "A personalidade de um estado exprime-se por seus emblemas, e cada estado tem o direito de exigir que eles sejam respeitados" (Bluntshli apud Goes, 1935, p. 28).
- A bandeira "é a suprema afirmação do poder político de um povo", é "a própria encarnação da pátria que ela exprime" (Goes, op. cit., p. 25).
- A bandeira é, "silenciosamente, o manto protetor da nacionalidade" (Maia, 1926, p.29).

Em particular, sobre a nossa bandeira: "Mais do que uma representação da pátria mesma, que nela vive, como em testemunho alto e sagrado que é, de todos os direitos que reivindicamos e de todas as liberdades que conquistamos em mais de um século de existência autônoma" (Arnolfo Azevedo apud Maia, op. cit., p. 35).

Nas guerras, a tomada de posições do terreno inimigo, ou nas descobertas, a posse de novas terras é assinalada pela implantação da bandeira. Pero Vaz de Caminha refere que, no momento da Primeira Missa no Brasil, "estava com o Capitão a bandeira de Cristo - semi-oficial - com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho". Por mais três vezes, nosso primeiro historiador nos fala de bandeira, a cada passo que davam os descobridores da nova terra. Em vários episódios da Guerra do Paraguai, o costume é assinalado, segundo termos da "Retirada da laguna". No Documento 7: "Camaradas! Amanhã seguiremos para o Apa! Nas Margens daquela divisa do território brasileiro flutuará pela vez primeira o Pavilhão Nacional" (1963, p. 150). No Documento 9: "As forças em operações no sul de Mato

Grosso, plantando a bandeira do Império nos domínios do Paraguai, completaram a missão que lhes estava reservada por um destino glorioso, almejando, na posição que assumiram, ao reconhecimento do país" (ibid., p. 152).

Em face dos direitos assegurados à bandeira da nação, Álvaro Maia conduziu, como primeira proposição de sua Tese sobre Bandeira, que "esta só exprime os seus fins, quando representa um estado soberano" (Maia, 1926, p. 39). A Proposição não sofreria objeção, se em lugar do "só" colocasse expressão como "por excelência", "excelentemente". Na verdade, as bandeiras das Colônias gozam também de "certos" direitos internacionais. O Brasil Colônia e Reino Unido teve as suas bandeiras. Quase todas as Colônias inglesas ainda hoje também as possuem. O que se pode dizer é que as bandeiras do período colonial são sempre abolidas quando da independência, sinal de que é realmente a bandeira nacional aquela que absorve e revela a natureza da bandeira em função política.

Outra Proposição de Álvaro Maia é a seguinte: "Sob o ponto de vista moral, os povos devem ter uma única bandeira na luta armada e na paz, sem distinção de simbologia entre as de guerra e as de comércio" (ibid.). O autor disse bem "sob o ponto de vista moral". Seria uma grande lição, dentro da pedagogia da paz, que se abolisse a tal distinção. Mas grande parte dos países adotaram historicamente, ou ainda adotam, dois tipos de pavilhão nacional: a chamada bandeira de guerra ou nacional, e a marítima ou de comércio, ou, ainda: bandeira de navios de guerra e bandeira de navios mercantes.

Uma última questão sobre o aspecto jurídico da bandeira nacional: seu lugar entre as disposições constitucionais. No pressuposto de que a bandeira "serve à integração, como

o nome mesmo do Estado, e ainda mais que certas indicações protocolares como *Reino, Império, República*", Miranda (1953, p. 267) diz que "o melhor lugar para o preceito constitucional que às bandeiras, ao escudo, às armas e ao hino se refere é, por isso mesmo, no começo das Constituições, após o Preâmbulo, o nome e indicação do poder estatal". A Constituição do Brasil de 1934 colocava o assunto no art. 174. Inspirando-se no grande jurista brasileiro, a Constituição de 1937 pôs a matéria no art. 1º. À época, havia um motivo de política interna para isso: acentuar "em plano ético, a unidade nacional, que regionalismos malsãos comprometiam com o uso e o abuso de bandeiras, de cânticos, de escudos, de emblemas, que se chocavam com a idéia de uma só pátria, de um todo, e com a história mesma da nacionalidade". Ainda por isso, a Constituição de 1937 proibia o uso de símbolos estaduais. Em 1946, a Constituição deslocou novamente o assunto para o interior, pondo-o no art. 195, e revogou aquela proibição. Novamente, em 1967, a matéria viajou para o art. 1º. Quem lê a seqüência, sente a importância da bandeira em seu papel de integração política:

Art. 1º - O Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

§ 1º - Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.

§ 2º - São símbolos nacionais a bandeira e o hino vigentes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei.

§ 3º - Os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão ter símbolos próprios.

Uma bandeira nacional, dentro do código internacional que rege a matéria, impõe sempre respeito, qualquer que seja o seu tipo, a sua forma, as suas cores, os seus emblemas, qualquer que seja a sua ligação com a história e a cultura, como quer que expresse o seu regime e suas organizações políticas. Já não se dá o mesmo, porém, para a população interna do País. A fim de que a bandeira exerça todo seu magnetismo é necessário que absorva o máximo de elementos representativos. Não significa que deve ser complexa, um amontoado de símbolos, sem estética, sem clareza. Simples cores podem ser carregadas de elementos culturais, capazes de representar a essência da nação. Vamos ver alguns desses elementos que, distributivamente, podemos encontrar em bandeiras atuais, tendo em vista principalmente a nossa.

De uma maneira geral, a bandeira deve representar do País "os seus ideais, os seus territórios, as origens das suas congregações, as suas glórias, as suas organizações políticas..." (Gonsalves, 1934, p. 1). "Seus (da pátria) fatos históricos, suas instituições, suas leis, seus costumes, seus ideais, sua vida, tudo ali se acha; ali no pedaço de pano que os ventos flagelam ou que descuidoso pende sobre a haste" (Monsabré apud Nunes, 1939, p. 115). José Feliciano de Oliveira, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tomou a bandeira como "esquema" de sua conferência "Comemoração da Pátria Brasileira" feita em Paris, em 1905, no Hôtel des Sociétés Savantes, e repetida na Escola Normal de São Paulo, em 1906. São palavras suas: "Nessa bandeira, tal como está, resumirei a Pátria Brasileira com estes três aspectos: 1º - O teatro e as fontes da civilização de nossa Pátria, 2º - A evolução da Pátria Brasileira até à República, e 3º - A instituição da República em seu aspecto mais característico.

E, como conclusão, veremos aí também o futuro do Brasil, o futuro de sua civilização (Oliveira, 1907, p. 9-11).

Geograficamente, a bandeira poderá conter, em miniatura, o *mapa* do próprio território. Temos um único exemplo: a de Chipre. Poderá indicar a posição *hemisférica*. Assim, o Cruzeiro do Sul indica a posição austral da Nova Zelândia, Austrália, Papua, Sarrícia e da quase totalidade das terras brasileiras. Quanto ao Brasil, a mesma indicação está nas estrelas postas no hemisfério sul, à exceção de uma, Prócion, que exatamente diz possuímos terras também no hemisfério Norte. A *potamografia* pode também contribuir no sentido de que a bandeira tenha maior força para representar a nação. Na faixa branca da bandeira brasileira, por exemplo, alguns querem ver, além do símbolo do zodíaco ou da eclíptica, mais consentâneo com o contexto astronômico em que se inscreve, querem ver o rio Amazonas. A *vegetação* é uma presença quase constante nas bandeiras que se não inspiraram na francesa. Grande parte dos pavilhões nacionais apresentam ou a vegetação em geral, ou uma das suas árvores características. Exemplificadamente: México, Canadá, Haiti, República Dominicana, Salvador, Venezuela, Peru, São Marinho, Líbano e Burundi. No Brasil Imperial, além do verde - "nossa eterna primavera", nas palavras de D. Pedro I - foram colocados também o fumo e o café. Desaparecidos estes da bandeira, ficou ainda o retângulo verde para indicar nossas imensas florestas. Aliás, como vimos, a vegetação forneceu a primeira matéria de bandeira, antes mesmo que fosse adotado o pano. Também a *fauna* contribuiu *in natura* para as bandeiras primitivas, e hoje está representada em desenhos em boa parte dos pavilhões nacionais. A título de exemplos: Equador, Guatemala, Bolívia, México, Venezuela, Peru, Andorra, Uganda,

Zâmbia, Butão, Etiópia, Ceilão, Laos, Tibet e Irã. Portugal, onde nunca apareceram símbolos vegetais nas bandeiras, exceção feita para a do Domínio Espanhol, só possuiu representação animal na bandeira dos antigos lusos, antes da fundação do Condado Portucalense. Quanto ao Brasil: o primeiro projeto de Silva Jardim para a Bandeira republicana incluía o boi e o cavalo. A bandeira pode ainda trazer indicação simbólica do *dima* do País. Foi o que afirmaram alguns a respeito do Cruzeiro do Sul, porque, segundo os próceres da tese, esta constelação culminaria no zênite correspondente à latitude média da região brasileira. Eurico de Goes combate esta simbologia, pois, segundo ele, não tem apoio na posição astronômica da constelação. Se tivesse razão o ilustre estudioso de nossa bandeira, restaria, como símbolo poético de nossos climas, apenas o verde do quadrilátero, imagem da imensidão clorofilada de nossas terras.

Depois da geografia, a *história*. A bandeira "nos deve recordar o Passado donde proviemos, a Posteridade por que trabalhamos, e o Presente que forma o elo movediço dessas massas indefinidas das gerações humanas" (Mendes, 1889), ou, em outra expressão, "representa as glórias do passado, as ações do presente e os ideais do futuro" (Gonsalves, 1934, p. 1). A segunda Proposição da Tese de Álvaro Maia (1926, p. 39) coloca-se nesta linha: "Na bandeira nacional, refletindo o passado, devemos rememorar os sacrifícios e os heroísmos dos brasileiros, certos de que os povos colonizadores, mais ou menos egoístas, celebram apenas os feitos dos seus maiores nas homenagens prestadas às antigas possessões, cuja história lhes é indiferente após a independência para nação livre". É o próprio autor quem explicita: "Não devemos esquecer. [...] que as bandeiras

só traduzem idéias e forças, só rememoram tradições quando coloridas e desenhadas no sofrimento e no seio do povo, cujas ambições elas consubstanciam nos símbolos. A história, com a dor e a fé, é a sua energia construtora: um povo que não sofreu, não lutou, não venceu, não pode ter bandeira em sua expressão cívica, porque as linhas traçadas no pano, os símbolos condensados na cor, o desenho no trapo flutuante devem ser inspirados por sangue e coragem nos campos de luta, onde germinam luminosamente os grandes heroísmos das raças. Dir-se-á que as cores representam elementos físicos, como a terra e a produção, e que os símbolos exprimem, em certos pendões, coisas pacíficas e inofensivas, como o céu e as estrelas. Mas, penetrando à simbologia, havemos de concluir esta verdade: a luta é sempre o requisito principal para manter a integridade e a independência daquelas coisas pacíficas, onde, rolando homens, hão de rolar também desejos e desvairamentos. Demais, só é eterna a Beleza gerada no sacrifício, a vitória conquistada na dor, nas aspersiones de sangue, ou de suor, que, vertido pelo trabalho a bem coletivo, é ainda sangue alvejando, a glorificar o organismo dinamizado em esforço" (ibid., p. 10). Devemos entender bem as palavras do ex-governador amazonense. Historicamente é verdade que há muitas bandeiras que quiseram guardar os momentos heróicos típicos do seu passado. Vimos, neste sentido, o Estandarte de Ur - 3 500 a. C., as insígnias de Menés, de Constantino, e antecipamos os exemplos da bandeira do Reino Unido de Portugal e Algarve e dos estandartes militares de Napoleão. Mas não é necessário que seja recordação de feitos bélicos. Lembramos até, e aqui o repetimos, que a atual bandeira brasileira recorda, com o "céu", o momento da Proclamação da República, que se deu sem sangue. Lembramos também que parte das

novas repúblicas afro-asiáticas obtiveram independência pacificamente, de modo especial na área da Commonwealth. Sem dúvida, do ponto de vista da motivação psicológica, a luta dos ancestrais, retratada na bandeira, carrega-se de força entusiasticamente. Mas, culturalmente, eterniza a fase histórica em que o mundo ainda não podia passar sem guerras. Por isso mesmo, dissemos já que, se a legenda "Independência ou Morte" seria mais consentânea com a nossa história do que o lema "Ordem e Progresso", criado em gabinete, do ponto de vista cultural o programa positivista tem mais de eternidade do que o "grito do Ipiranga". A aparente falta de atos historicamente importantes fez com que se substituíssem nossas bandeiras em um dos episódios da Guerra do Paraguai, precisamente a marcha contra o forte de Bela Vista. (Taunay, 1963, p. 59). Arnolfo Azevedo, em discurso na Câmara dos Deputados, em 21 de novembro de 1925, ampliou um pouco mais a conotação histórica da simbologia de nossa bandeira: "História dos nossos dias idos, mensageira de amizade a flutuar em mares longínquos à popa das nossas belonaves e das nossas naus mercantes; paladino da nossa honra, a enegrecer-se de fumarada nas pelejas que travamos e a enfestonar-se de louros nos triunfos que obtivemos - bem merece o filial carinho com que aqui a festejamos. Relíquia do nosso passado, aspergida por tanto sangue generoso; ungida pela dor, no sofrimento dos nossos mártires e nos dias de provação da pátria; santificada pelo último suspiro e pelo derradeiro olhar, que recolheu e guarda nas suas dobras, dos heróis que por ela tombaram nos campos de batalha - ganhou direito a que comovidamente diante dela nos descobramos. Essência que se corporificou, das nossas crenças e dos nossos anelos; gênio tutelar nosso e da terra, - quando se arvora ou se arria, une-se

para a formação desse outro símbolo sagrado da pátria, que é o hino nacional" (apud Maia, 1926, p. 3). Mais amplo ainda é este pensamento: "O Brasil é tu mesma, bandeira querida de um povo livre e cristão, porque dentro de ti, no calor do teu seio, na graça e na beleza das tuas cores, estão todos os teus filhos, mortos e vivos, consubstanciados na glória imorredoura dos teus Soldados, dos teus Poetas e dos teus Filósofos, velando pelo teu destino, com ternura, com respeito e com fé, para que, sempre aberta aos quatro ventos da nossa Pátria estremecida, sejas sempre tu mesma, pelos séculos afora, o mesmo símbolo, a mesma bandeira e a mesma eucaristia cívica dos brasileiros que te querem como Deus" (Silva, 1937, p. 8).

A *organização política* do País, muitas vezes, é revelada na bandeira. O regime monárquico pela coroa, como na bandeira imperial do Brasil ou na atual de Liechtenstein; o dual pela águia bicéfala, como no antigo império austríaco-húngaro; o co-domínio, por símbolos especiais, como no co-principado de Andorra; o sistema federativo por estrelas, como na bandeira dos Estados Unidos da América e na do Brasil, nesta, já desde o Império, o que fez Taunay charriá-la de "emblemática de nossa civilização, de nossa constituição política" (Taunay, 1963, p. 150).

A *constituição racial* da população criadora da nacionalidade é outro elemento rico que pode entrar na simbologia da bandeira. No Brasil, por exemplo, houve três projetos para a bandeira republicana, que incluíam as cores preto, vermelho e branco, como símbolos das três raças formadoras de nossa população. São os projetos de Silva Jardim, Júlio Ribeiro e Barão do Rio Branco.

A *juvenilidade* do Brasil, em relação a outras nações, é vista poeticamente simbolizada na cor verde. Poderíamos ir adiante e dizer que a mesma cor indica a predominância atual dos jovens no Brasil. Mas este segundo simbolismo, além de posterior à criação da bandeira, pode não ser duradouro.

A *religião* se retrata com frequência na bandeira: a cristã pela Cruz, como nas bandeiras da Suíça, Suécia, Finlândia, Dinamarca e outras; a islâmica pelo Crescente, como nas bandeiras da Turquia, do Paquistão, da Argélia, da Tunísia, da Mauritânia e outras; a budista pela Roda, como na bandeira da Índia. Em particular, a devoção à Nossa Senhora da Conceição é simbolizada, já dissemos, pelo bicromo alvo-anil, em bom número das bandeiras latino-americanas.

Também a *língua* nacional pode ser lembrada pela bandeira. Atualmente, há apenas três pavilhões com legenda em língua vernácula: Arábia Saudita, Sikkim e Brasil.

Alguns *valores éticos* são poeticamente simbolizados na bandeira, ou em sua intenção original ou posteriormente pelos intérpretes. Nosso famoso lema *Ordem e Progresso* indica um programa moral e político da aspiração nacional. O *Quetzal*, na bandeira guatemalteca, lembra que o País, à semelhança da ave, não pode viver aprisionado. O *branco*, na brasileira, recordaria nossos desejos de paz.

Elementos da *economia* nacional contribuem também para fazer da bandeira uma imagem da pátria. O fumo e o café na bandeira imperial do Brasil; a lhama na do Peru; e o cedro na do Líbano.

Finalmente, o *folclore* nacional. Algumas nações adotam hoje símbolos que, a primeira vista, chocam o observador. Mas são símbolos que vêm de épocas remotas, do folclore popular, das tradições míticas, da época medieval. Fogem ao comum os símbolos das bandeiras, por exemplo, do Laos, Butão, Mongólia, Gâmbia e Málí.

Finalidades

Introdução

Firmado o conceito intrínseco de bandeira como símbolo de um grupo étnico-cultural ou de todo um país, passemos a analisar-lhe as finalidades. A natureza de símbolo e a sua referência a um grupo constituem a entidade essencial de bandeira. Mas a finalidade ou finalidades pertencem também ao conceito, ainda que de uma maneira extrínseca ou não-constitutiva.

Assim, veremos neste capítulo algumas finalidades preenchidas pela bandeira, quer ainda vigentes quer já superadas, sistematizando e ilustrando um pouco mais o que foi aparecendo avulsamente ao longo dos capítulos anteriores.

Focalizamos de modo especial a bandeira em seu sentido estrito, mas não deixaremos de fazer algumas referências aos seus análogos. Desenvolveremos os seguintes itens: Companheiro de Caça e Festas - Baliza de Guerra - Veículo de Comunicação - Fator de Paz.

Companheiro de Caça e Festas

A bandeira surgiu na época em que os homens ainda não conheciam a guerra. Suas ocupações principais eram a caça e as celebrações festivas, especialmente as realizadas em honra de seus vários deuses. Baseados em trecho já referido de Diodoro de Sicília, podemos pensar que o primeiro agrupamento humano se reuniu sem bandeira. Ao voltar, um dia, da caça, alguém teria tido a idéia de arrancar folhas de árvores, amarrá-las à lança, em sinal de alegria. O ato teria sido imitado por outros, depois repetido em situação análoga, variando-se os objetos, que se foram tornando símbolos de cada grupo particular.

Informamos que cenas de caça fazem parte das pinturas do túmulo de Tutancâmon, do Século XVI a.C. lembramos os estandartes assírios do Século XVII a.C., ligados à caça, ocupação cotidiana dos nobres da época. Hoje a atividade venatória pode ocorrer sem bandeira, mas a caça ficará sempre na cultura humana como a mais ancestral inspiradora da idéia e do uso de bandeira.

Quanto a festas: vimos bandeiras nas procissões religiosas em honra de Marduk, deus maior dos babilônios ao tempo de Nabucodonosor; nas competições esportivas promovidas por Asoka, na Índia: corridas de cavalo e de touro, combates de feras e gladiadores, coisa que se repetirá mais tarde nas arenas de Roma, da Espanha, do México e alhures; nas procissões pagãs, cristãs e islâmicas. No mundo moderno, as bandeiras dos grupos socioculturais dominam em ocasiões de solenidades internas. Mas, em face das competições, congressos, feiras e outras iniciativas internacionais, as bandeiras nacionais voltam a presidir as festas dos homens. Mesmo no âmbito do país os pavilhões nacionais, fugindo algumas vezes ao rigor de prescrição legal, misturam-se às insígnias dos grupos particulares. Foi o que observamos, no Brasil, por exemplo, ao ensejo da conquista do tricampeonato de futebol.

No estudo dos sinônimos de bandeira, dissemos que alguns se definem, em sentido próprio, como meio de ornamentação. É o caso, exemplificando, de *flâmula* e *galhardete*. Mas as mesmas bandeiras nacionais são usadas hoje como ornato, em ocasiões especiais. Desse modo, nem sempre sabemos distinguir de que bandeira se trata em textos como este: "As fortalezas, embandeiradas, nos desejam boa viagem" (Braga, 1946, p. 13).

Baliza de Guerra

Nosso intuito de fazer o levantamento histórico de bandeira levou-nos a associá-la com freqüência às cenas de guerra. Infelizmente, é "impossível estudar a história da Humanidade desde a aparição, há cinco ou seis mil anos, de sociedades da espécie conhecida pelo nome de civilizações, sem constatar que a guerra é uma instituição que nunca anda longe do centro deste trágico assunto" (Toynbee, 1959, p. 11).

Aqui vamos sistematizar sucintamente o binômio *bandeira-guerra*, acrescentar certos dados que parecem acentuá-lo, terminando por fazer algumas observações que nos mostrarão seu verdadeiro alcance dentro da história geral de bandeira.

Embora seja verdade inconcussa que a bandeira nasceu antes da guerra, foi com a guerra que ela adquiriu mais importância. Todos os povos antigos usaram em suas proezas militares, na infantaria, na cavalaria e nos navios insígnias visíveis ao longe para distinguir suas diversas parcialidades. Al-

guns símbolos bem indicam o caráter belicoso das bandeiras: hidra, salamandra, dragão, representações das virtudes de que se devia revestir o guerreiro: guarda, vigilância, constância, coragem, resistência ao fogo e à adversidade. Não foi uma Cobra o símbolo de nossa Força Expedicionária durante a Segunda Guerra Mundial?

Um grande passo foi dado quando se começou a representar na bandeira cenas históricas de guerra. Neste sentido, citamos o Estandarte de Ur, a bandeira de Menés, e aludimos a atitudes posteriores, principalmente à de Afonso III e Napoleão. Não contente de representações em insígnias portáteis, o homem quis eternizar em monumentos as vitórias bélicas. Recordemos os baixos-relevos dos palácios assírios que nos atestam "o forte espírito inventivo e o ardente entusiasmo pelos aperfeiçoamentos que caracterizaram a última fase do *ethos* assírio na sua aplicação à arte da guerra" (Toynbee, 1959, p. 87), e pelos quais podemos acompanhar os progressos bélicos mesopotâmicos durante mais de dois séculos, a partir de 825 a.C. Lembremos a cena mandada gravar por Dario numa rocha a cinqüenta metros de altura. E no Brasil: os oficiais do exército brasileiro ofereceram a Taunay um artístico álbum de veludo verde. O desenho ornamental, que unia bandeiras a símbolos de guerra, entre outros, é assim descrito pelo filho Afonso: "Como timbre, figura um elmo medieval por sobre uma esfera armilar. Como paquífe vêem-se duas bandeiras nacionais sobre dois canhões entrelaçados, a tudo se sobrepondo uma coroa de louros atravessada pela pena antiga, simbólica dos escritores" (Taunay, 1963, p. 10).

Grande era o apreço que detinha a bandeira em campo de luta. Preocupação

primeira do inimigo era arrebatá-la; cuidado maior do porta-bandeira era defendê-la. Desde a antigüidade, sua queda significava grande confusão, e primeira etapa da derrota. Janari Nunes (1939, p. 7-9) nos traz um dos fatos em que a perda da bandeira brasileira gerou alvoroço em meio à tropa até sua reconquista. A história brasileira está cheia de episódios heróicos em defesa da bandeira. Eis alguns em ordem cronológica:

- 11.6.1865 - Batalha Naval de Riachuelo
- 10.4.1866 - Batalha da Ilha Banco Purutuê
- 24.5.1866 - Batalha de Tuiuti
- 22.9.1866 - Batalha de Curupaiti
- 2.11.1867 - Batalha de Taii

Apresentemos os detalhes de dois desses episódios. Primeiramente, o da Batalha de Riachuelo, (ibid., p. 74) e aqui resumido. Os paraguaios queriam a bandeira do Brasil. Um de seus oficiais ainda chegou a cortar a corda que a mantinha erguida no mastro. O guarda-marinha Greenhalh o matou. Aproximou-se o Capitão Pedro Afonso, para auxiliar o companheiro que tão bem soube repelir o ultraje. E ambos, unidos, sintetizando o sentimento devotado do Exército e da Marinha pelo símbolo da Pátria, morrem gloriosamente defendendo a bandeira do Brasil. O outro fato, o da Batalha de Curupaiti, foi referido pelo General Brasília Taborda (ibid., p. 96-97). Na coluna brasileira da esquerda, o 12º Batalhão de Voluntários, comandado pelo Tenente Coronel João José de Brito, tomou dianteira no assalto e conseguiu escalar a trincheira principal; "no momento em que o porta-bandeira, alferes Lopes Ferreira, a hasteava na trincheira inimiga, uma bala des-

pedaçou-lhe a mão e quebrou a haste da bandeira, caindo ao solo o oficial e o símbolo sagrado da Pátria. O comandante do Batalhão ergueu-a e a entregou ao alferes Garcia, que também caiu gravemente ferido. O inimigo observou essa devoção pelo símbolo da Pátria e concentrou um fogo terrível sobre os bravos. O sargento Perdal atirou-se ao pavilhão, ergueu-o, mas por sua vez tombou por terra ferido. Mais uma vez tombou a bandeira nacional no campo de batalha, porém agora oficiais e soldados se lançaram a ela e a levantaram crivada de balas e completamente ensangüentada. Apesar de tudo, o inimigo não lhe conseguiu por mão, e quando na retirada a bandeira do 12º não podia flutuar, era porque estava pesada de sangue dos seus heróicos defensores". Estes fatos confirmam as palavras de Monsabré: "Os sabres, as balas, a metralha disputam-lhe até os fragmentos. Já não passa de um farrapo, e, ante esse farrapo saturado de glória, rufam os tambores, soam os clarins, inclinam-se os instrumentos de comando, apresentam armas as fileiras" (apud Nunes, 1939, p. 115). Nossos grandes chefes militares se distinguiram também pela defesa do pendão pátrio. De seu pai diz Afonso Taunay: "Pertencera àquela coluna exinanida de forças, mas nunca de ânimo, obcecada por uma única idéia: a de perecer antes que abandonar as bandeiras e os canhões que o Brasil lhe confiara. E assim salvara os símbolos da Pátria superando indizíveis sofrimentos de que fora o simples tenente de artilharia de 1867 narrador exato" (Taunay, 1963, p. 10). Após a Batalha de Riachuelo, disse o Almirante Barroso: "Tratei, como Chefe desta Divisão que me tinha sido confiada, de dar um dia de glória à Nação, fazendo respeitar nosso Pavilhão" (apud Nunes, op. cit., p. 74).

Através de textos documentados, de épocas diversas, podemos ver bandeiras desfraldadas, em situações bélicas diferentes. Na Idade Média: "Pepino conduziu a bandeira áurea de São Marcial, tomada em batalha" (apud Du Cange, 1937-1938). No Brasil, no Século XVII, ao tempo das Bandeiras: os expedicionários "atacavam sempre de surpresa [...], desfraldando seus estandartes de guerra [...]" (História do exército brasileiro, 1972, p. 111). Na Guerra do Paraguai: "A 10 de abril, realizou-se a partida, bandeiras desfraldadas e música à testa, espetáculo sempre imponente em vésperas de combate" (Taunay, op. cit., p. 46). "Aos últimos clarões do dia, vimos este destacamento, que se formara a certa distância, juntar-se ao grosso dos esquadrões inimigos, que em boa ordem desfilavam bandeiras desfraldadas, ao toque dos clarins, evidentemente para nos provocar, e, apressando-se, ao que nos pareceu, em ocupar o local exatamente onde a princípio quisera Lopes acampar" (ibid., p. 94). Na Segunda Guerra Mundial: "A Comissão (brasileira) finalmente foi recebida pelo General Clark que estava acompanhado de seu Chefe de Estado-Maior, o General Grunter, mais tarde Comandante das Forças da NATO, na França. O General Mascarenhas, nesse ensejo, ofereceu ao Comandante do 5º Exército uma bandeira brasileira, em seda, que passou a figurar no QG, em lugar de destaque" (Campos, 1972, p. 52).

A ligação bandeira-tropa militar assumiu historicamente tal estreitamento que não se concebe um exército sem bandeira, mesmo em missão pacífica. Sabemos, por exemplo, que a Organização dos Estados Americanos não tem bandeira. Pois bem. Contou-nos pessoalmente o Dr. Waldemar Lopes, Diretor

do Escritório da OEA no Brasil, que, em 1965, o Exército constituído de forças de vários países americanos, em missão de paz em São Domingos, teve que criar uma insígnia especial, porque, disse-se, um exército não marcha sem bandeira. Na mesma linha, há o episódio lépido de D. Pedro I. Para justificar seu desejo de adiar a Aclamação por não estarem prontas as novas insígnias, teria dito graciosamente o Imperador: Não me ponho em frota sem bandeira.

Tudo que referimos são dados importantes que marcam, sem dúvida, a ligação bandeira-guerra através de tantos séculos de história. No entanto, se aprofundarmos alguns aspectos, veremos que esta importância se esvazia muito. É o que faremos a seguir.

A bandeira como baliza de guerra é posterior ao seu uso em caças e em festas. Assim, se não existissem as guerras, a bandeira ainda subsistiria, e subsistiria em seu contexto histórico mais afastado, aquele em que, nas palavras de Schiller, "os homens se amavam e não faziam mais que amar; tudo a terra com mãos pródigas lhes dava". A guerra propriamente dita só apareceu no cenário da história, quando os homens passaram a ter um mínimo de técnica e de organização de um lado, e de outro, um excedente de riqueza para além do necessário à subsistência - características estas que faleciam ao homem primitivo.

A ligação bandeira-caça, bandeira-festa e outras são ligações naturais, espontâneas, surgidas da alma popular, sem nenhum aprendizado. A própria caça e as festas parecem mais de acordo com a natureza humana. Já a guerra, e especialmente a ligação bandeira-guerra, necessita de uma iniciação pedagógica, de uma motivação extrínseca, de uma autoridade.

Os chefes assírios, por exemplo, tinham que manter sempre vivo o espírito guerreiro de seus soldados, com exortações como esta: "Nenhum deles se cansará, nenhum vacilará; nenhum será vencido pelo sono; nem a cintura de seus rins se desapertará, nem a correia dos seus sapatos se há de romper. Aqueles que têm flechas perfurantes e os arcos retesados, os cascos dos seus cavalos são duros como pedras, as suas rodas parecem um furacão. O seu rugido será como o dum leão, bramirão como jovens leões e apoderar-se-ão da presa e levá-la-ão para sempre" (apud Toynbee, 1959, p. 89-90). Dos Espartanos conhecemos os exemplos clássicos de coragem e heroísmo. Como Licurgo conseguiu isso? "Fê-lo garantindo uma felicidade inevitável ao bravo e um infortúnio implacável ao cobarde. Noutras comunidades, a única punição que o cobarde recebe é este epíteto injurioso. Quanto ao resto, se lhe aprouver, é livre de trabalhar e jogar ao lado de homens de valor. Em Esparta, pelo contrário, toda gente se envergonharia de se sentar à mesma mesa dum cobarde ou de tê-lo por companheiro em competições atléticas[...]" (Xenofonte apud Toynbee, 1959, p. 58). Mesmo modernamente, as corporações militares prevêm a educação do soldado para a bandeira em momentos de luta. Sem falar de outros países, vejamos algo em nossa casa. Por exemplo, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa. Art. 17: "Cada Corpo terá sob sua guarda uma bandeira nacional, destinada a simbolizar a Pátria Brasileira e a estimular nos seus defensores o elevado sentimento do sacrifício pessoal, tão necessário ao

desempenho do dever militar". Art. 251: "Para estimular nos recrutas o amor da Pátria, o sentimento de sacrifício por ela e salientar as qualidades que deve possuir o soldado para o desempenho do dever militar, os comandantes de corpo de tropa de regimento para baixo, inclusive as unidades isoladas (Cia., Bia e Esq.), devem escolher um dia, no fim do primeiro mês de instrução, para apresentar a Bandeira aos recrutas". Art. 256: Na ocasião, o comandante fará uma alocução que deverá tocar os seguintes pontos: "a) o que representa a bandeira; b) os deveres dos soldados para com ela; c) o valor de nossos soldados e marinheiros antigos, que nunca a deixaram cair em poder do inimigo; d) a unidade da Pátria; e e) o espírito de sacrifício". Também o Regulamento para o Serviço em Campanha é estimulante neste sentido. Art. 115: "A bandeira é o símbolo sagrado da Pátria; jamais deve cair nas mãos do inimigo . . . Como regra geral, durante o combate, a bandeira fica com a sua guarda junto ao trem de combate do regimento. Em certos casos, para exaltar o moral da tropa, o coronel comandante de regimento ou de grupo de caçadores pode conservá-la junto de si". Da Guerra do Paraguai temos algumas exortações pertinentes. De uma Proclamação: "Cercando a bandeira, emblema de nossa civilização, de nossa constituição política, de nossa honra, levantai-a tão alto que o Brasil em peso nos atire as bênçãos de reconhecimento e que o mundo declare haveis bem merecido de vosso país" (apud Taunay, 1963, p. 150). De Ordem do Dia: "Soldados! Honrai a vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas

bandeiras." Sem as chamadas "virtudes militares" "não se poderia empreender uma guerra nem esta instituição nefasta teria beneficiado, como até recentemente, da opinião e do sentimento públicos da maioria das sociedades civilizadas" (Toynbee, 1959, p. 15).

A ligação bandeira-guerra *tende a diminuir, até desaparecer*. A guerra é como o câncer, cujos "tecidos malsãos aprenderam a crescer mais rapidamente que os tecidos sãos de que aqueles se nutrem" (ibid., p. 13). Os tecidos bons constituem a opinião pública. A guerra teve sempre prestígio porque era considerada obra social, tão válida como a caça. Um caçador tinha que ser prestigiado, porquanto trazia alimentos para a tribo. Um guerreiro também, visto que defendia da agressão e da rapina do "bárbaro" vizinho. A guerra parecia tão inevitável como a peste. E mereciam apoio todos aqueles que se comprometessem com uma e com outra. Hoje, a mentalidade evoluiu. E evoluiu a natureza da guerra. Como falar em coragem militar bélica numa época de armas nucleares! Já não se pensa como o prussiano Heimuth von Moltke: "A paz perpétua é um sonho - que nem sequer é um belo sonho - e a guerra constitui um elemento da ordem divina do universo. A guerra põe em jogo as mais belas virtudes do homem: coragem e renúncia, fidelidade ao dever e uma abnegação que não recua perante o sacrifício da própria vida. *Sem a guerra, o mundo atolar-se-ia no materialismo*" [grifo nosso] (apud Toynbee, 1959, p. 33-34). E ainda no Século XX, Mussolini escreveu: "Só a guerra desenvolve todas as energias ao máximo e põe um selo de nobreza nos povos que têm a virtude de a olhar de frente" Hoje as "virtudes militares" perdem, pouco a pou-

co, sua ligação com a guerra e se aplicam em abrir estradas, em levantar escolas, em socorrer populações atingidas pela seca, enchente ou doença, em realizar tantas outras obras de cunho social pacífico. Tudo isso vai esvaziando a relação histórica bandeira-guerra.

Igualmente a esvazia uma outra mudança cultural. Antigamente, a guerra nascia de um *impulso*, antes que de um cálculo sobre as vantagens que dela poderiam advir. Era iniciativa de um grupo adolescente em estado emocional, do qual freqüentemente se arrependia, e não ato consciente de adulto. Hoje o grupo belicoso segue a tática do estrategista Jesus: antes de provocar uma guerra, pergunta se o inimigo não tem efetivos superiores aos seus; consulta a história e percebe que as nações provocadoras normalmente foram surpreendidas pela força de outras subestimadas. É a lição eterna de Golias e Davi. Hoje, quando há botões fatais de ambas as partes, as bandeiras, em vez de irem para os campos de batalhas, se dirigem e se saúdam com respeito mútuo nas grandes salas em que se limam as novas virtudes e em que se redigem os acordos de paz. Numa guerra, uma das duas "coragens" será vencida, uma das duas bandeiras cairá no chão. Numa Conferência de Paz, as virtudes de ambas as facções saem glorificadas, as bandeiras de ambas são desfraldadas. Quando a guerra desaparecer por completo da face da terra, acabará para a bandeira o vexame da derrota. Deixando de cobrir o féretro de guerreiros mortos em conflito, a bandeira poderá um dia envolver o corpo e a memória de ministros religiosos, de médicos, juristas e educadores, que trabalharem destacadamente em prol da Pátria.

Veículo de Comunicação

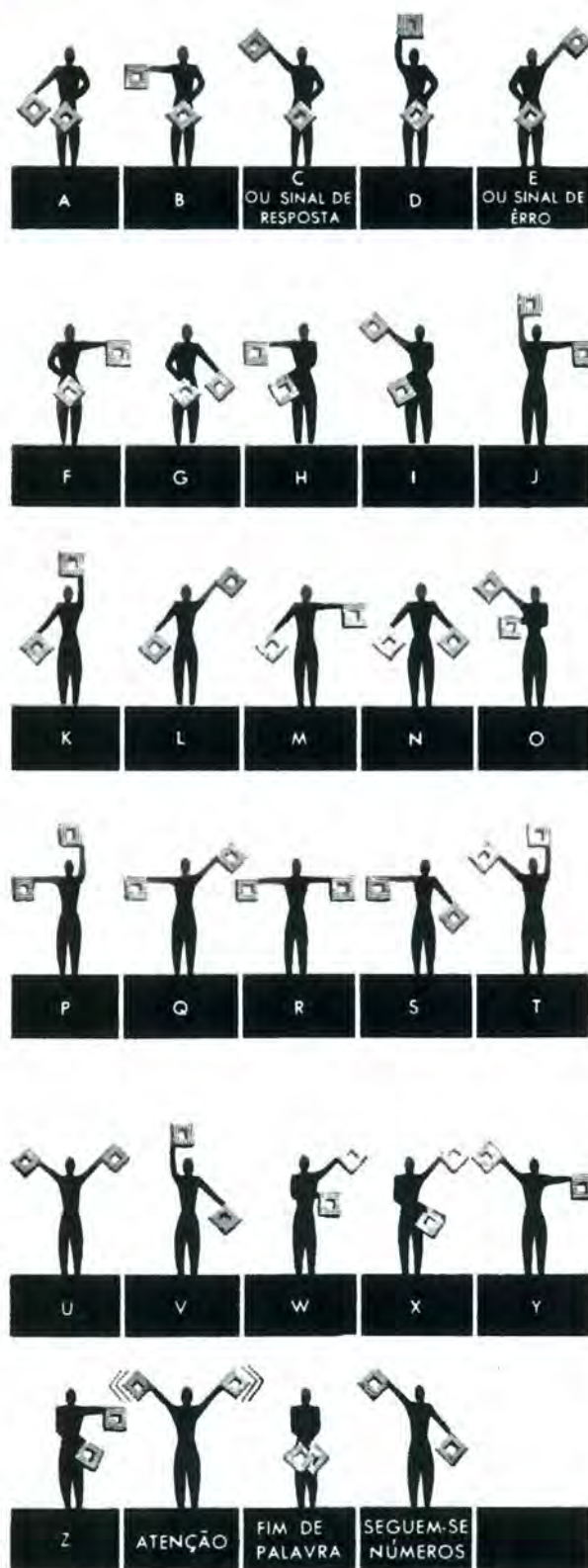
Empregado originariamente na caça e nas festas e posteriormente na guerra, a bandeira teve uma terceira finalidade ou uso histórico: servir de veículo de sinalização e comunicação em momentos especiais. Como símbolo da Pátria ou não, os homens utilizaram e ainda utilizam bandeiras para transmitir mensagens, para indicar sentimentos, para determinar atitudes.

Vários dos sinônimos de bandeira são definidos em dicionário também dentro de sua finalidade de sinalização. São os casos, por exemplo, de *bandeirola*, *flâmula*, *galhardete*. Para a bandeira propriamente dita existem em escritores antigos diversas alusões ao seu emprego como sinalização. Para não remontarmos muito sem documentação clara, citemos o caso de Leão VI (886-912), imperador bizantino, que, em sua obra legislativa, determinou, entre o mais, um sistema de sinalização na guerra naval: à noite com luzes, de dia com bandeiras (Runciman, 1961, p. 122). Depois de outras invenções, o Almirante Richard Kempenfelt idealizou uma linguagem de bandeiras muito semelhante à que ainda hoje é usada, e que se mostra em ● (Lello Universal, [193-?], v.3, p. 397).

Bandeiras comuns, mas de cores especiais, ou bandeiras nacionais em posição incomum, são utilizadas como veículo de comunicação. Deixando a bandeira branca para o próximo capítulo, vejamos outros casos. Uma bandeira *amarela*, chamada bandeira de quarentena, usada em barcos, indica que os passageiros estão incomunicáveis

por se acharem alguns ou todos com doença infecciosa. A bandeira *preta* foi sempre tida como sinal tétrico. Teseu, ao viajar para a luta contra o Minotauro, combinara com o pai que, se morresse, os marinheiros, na volta, conservariam a bandeira preta com que partia; caso contrário, hasteariam uma bandeira branca. O herói foi vitorioso, mas esqueceu de trocar a bandeira. O pai, Egeu, avistando o navio de longe, atirou-se ao mar que lhe leva o nome. A bandeira preta pode significar também perigo, ameaça. Rubem Braga (1946, p. 33-34) refere a passagem do navio de nossos Pracinhas pelo Estreito de Gibraltar, em setembro de 1944: "Logo que foi feito o lançamento das cargas, percebi que havíamos guinado para o lado oposto àquele em que estava a escolta e que este tinha uma bandeira preta içada no mastro, sinal de que estava atacando um submarino". Em dias de tristeza nacional, põe-se a bandeira da nação à meia haste, como sinal de luto. Diz-se tecnicamente: "bandeira em funeral". Para este caso e para o dia 2 de novembro, Dia de Finados, prevê o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa, art. 248, § 2º, al. 6: "a bandeira será mantida à meia haste, mas antes subirá ao topo, tanto na ocasião de ser içada como arriada, retirando-se a banda em silêncio". Na guerra, impõe-se aos vencidos a chamada "bandeira no saco", isto é, obriga-se ao inimigo dobrar a própria bandeira e colocá-la dentro de um saco como sinal de derrota. Às vezes se usa também, no caso, obrigá-lo a dobrar o pavilhão em volta do mastro ou cobri-lo de alguma forma. Finalmente, em ocasiões pacíficas, utiliza-se a bandeira nacional para saudações mútuas entre navios de nacionalidades diversas que transitam em alto-mar.

● Sinalização com bandeiras



Fator de Paz

A proporção que se vai esvaziando a ligação bandeira - guerra, vai-se enriquecendo a relação da bandeira com a paz. Qualquer movimento de luta, qualquer atividade conflitiva foi sendo identificada por algum símbolo externo, enquanto as tentativas de paz quase nunca tiveram insígnia correspondente. Daí a predominância do conceito de bandeira como baliza de guerra. Em nossos dias, a situação começa a mudar e vemos os grupos propugnadores da paz levantarem seus estandartes. No momento, estes estandartes se apresentam fundamentalmente como *sinais* de paz procurada pelo grupo. Mas sua presença vem sendo também *fator* de paz, enquanto estimula outros grupos a promovê-la. Vejamos um pouco da história da paz, ornamentada, aqui e acolá, de bandeiras.

Se aos próprios animais não interessa prolongar atritos quando cruzam suas buscas pela subsistência, pode-se pensar naturalmente que o homem primitivo desejasse a paz em situações de conflitos. O modo como concretizaram esse desejo variou muito, com resultados diversos em conteúdo e duração.

Os filósofos tentaram fazer um "plano" universal e perpétuo capaz de trazer tranqüilidade para todos. Surgiram as assim chamadas utopias de Platão, Thomas Morus, Campanella... Com certo radicalismo disse delas Bertrand Russell: "Todas

as Utopias até hoje construídas são intoleravelmente monótonas. Qualquer homem, com alguma força dentro de si, antes viveria neste mundo com todos os seus tremendos horrores, do que na República de Platão, ou entre os Houyhnhnms de Swift" (1958a, p. 66).

No plano político, falharam algumas etapas culturais ou alguns acordos jurídicos. A *pax romana*, "resultado do princípio de conquista total, complementado por uma série de vitórias totais, que tinham como resultado a subjugação dos vencidos pelos vencedores" (Nef, 1964, p. 117) não era autêntica, não podia durar por muito tempo indeterminado. Experiências semelhantes ao longo da história tiveram efeitos idênticos. Modernamente, os pactos que congelam o *status quo* internacional - cerne da questão - não acarretam também mudanças substanciais no rumo definitivo da paz. De qualquer modo, são expressões de que a paz deve ser procurada.

Na reflexão moderna há um acervo imenso de doutrina sobre a paz. Estudam-se-lhe as causas, o significado, a possibilidade, os remédios. Alguns pensadores, como Maritain, Santayana, Gandhi, são idealistas, pesquisando a natureza da guerra e da paz na força do Destino ou na ação de Providência. Outros, como Einstein, Lenin, John Dewey, são realistas, explicando a guerra e a paz no contexto de leis sociais e de processos de desenvolvimento nem sempre fáceis de serem caracterizados. Bertrand Russell pensa na criação de Estado militar único (op. cit., p. 70-74); Toynbee, numa Potência mundial, forte para repelir ataques, justa para não provocá-los (1959, p. 16). Contra um e outro, levanta-se Lipmann reagindo à "idéia de um mundo só, isto é, de uma sociedade moderna sub-

metida a um só tipo de instituições políticas" (Lima, 1964, p. 40).

Estas teorias, de certo modo, se explicam. Na realidade, a situação do mundo moderno está em impasse. De um lado existe uma comunidade economicamente interdependente; de outro, esta comunidade politicamente autônoma, sem uma autoridade comum com força decisória. A indústria, a ciência, a técnica exigem cada vez mais um relacionamento em escala mundial. Simultaneamente, conflitam nacionalismos antagônicos. O vivo sentido da solidariedade ainda é muitas vezes suplantado pelo antigo sentimento de clã. Ainda impera a visão descrita por Dostoievski, de um mundo em que cada indivíduo, cada país vê no "outro" ou alguém que subjuga ou que pode ser subjugado, quando é necessário uma nova concepção, aquela que enxerga no "outro" alguém que coopera ou que necessita de cooperação. O inferno são os "outros" - escreveu Sartre; é preciso que agora os "outros" sejam o céu, uma comunidade em que todos agem sem se conflitarem, porque todos se amam. Juridicamente, a sociedade perfeita se define pela sua auto-suficiência em atender a todas as necessidades de seus membros. É preciso que a comunidade humana que está aprendendo a fazer acordos econômicos multinacionais, dedique-se mais intensamente à redação de pactos autênticos de paz. Diversamente, estaremos sempre numa situação de inferioridade em relação à tribo que era auto-suficiente também para manter a paz.

As nações atualmente são capazes de superar o espectro do "outro", estão em condições de estabelecer métodos para resolver seus conflitos, sem recurso à guerra. Hoje já não é necessário promover Cruzadas para manter unidades de Impérios, já

não se precisa colocar mais ênfase sobre os fins da coerção do que sobre a própria coerção. A guerra já não é o único meio contra a guerra. Na própria área socialista autêntica volta-se ao pensamento originário dos fundadores, segundo os quais não se deve exportar revolução pela força, nem mesmo a revolução pela paz. Hoje já se pode crer que a mesma certeza de uma desvantagem bilateral em um acordo de paz é superior à esperança de um fruto maior que se espera unilateralmente da guerra.

Métodos que atinjam os fins que a guerra espera obter estão em nossas mãos. Há muitos métodos para a paz, "mas é importante, para que o desespero apático não paralise nossas atividades, que se tenha em mente pelo menos um método definido tendente a assegurar a paz" (Russell, 1958b, p. 215). Faremos apenas duas ordens de observações sobre aquilo que se pode fazer desde já no compromisso da paz.

Individualmente, é necessário que nos eduquemos para a paz, e, segundo nossas funções, eduquemos camadas da população a nosso alcance. Afastar o ceticismo quanto ao valor de qualquer educação pacífica. Estabelecer sistemas educacionais em seio à família, nas escolas, nas igrejas, no trabalho, nos meios de comunicação social, capazes de criar categorias mentais e atitudes práticas relativas à paz. A medida parece de longo prazo, mas de cujo resultado final não se pode duvidar. Os grandes *ismos* da História foram inculcados por uma doutrinação persistente através de todos os canais da comunicação humana.

Como toda educação, é preciso que a da paz tenha a sua motivação, uma motivação objetiva, evidente e esti-

mulante. Uma delas poderá ser o pensamento de que, *hoje*, a paz não só é possível e desejável, mas também necessária e imperativa dentro das opções culturais do mundo moderno. Pensar hoje na inevitabilidade de novas guerras é demonstrar atraso cultural, é querer frear a marcha da História. As religiões crêem na paz. Os sistemas políticos crêem na paz. Filósofos, cientistas e técnicos crêem na paz. Até a inautêntica interpretação socialista sobre a pretensa inevitabilidade da guerra se circunscreve hoje a áreas isoladas. As fontes de ontem e a quase absoluta interpretação de hoje deixam claro que a guerra será sempre um elemento *estranho* ao socialismo - mesmo que venha a fazê-la. Um cristão, um ju deu, um muçulmano, um capitalista, um socialista, um *homem*, afinal, sabe que ao se comprometer com a paz ou com a guerra, está jogando, hoje mais do que ontem, com o destino mesmo dos povos e com a própria significação histórica de sua religião ou de sua opção político-econômica.

Estes pensamentos positivos se baseiam não apenas em esperanças. Refletem, para além delas, a consciência que temos do natureza do movimento atual pela paz.

Diferente do que ocorreu sempre, ou ao menos mais intensamente, a campanha da paz se processa, inspirada em fatos científicos psicoantropológicos, econômicos, jurídicos, ou de outra natureza. Consideremos alguns.

Um dos mais eminentes cientistas de nosso tempo, Schrödinger, escreveu em seu livro "Nature and the Greeks": "A ciência representa o ponto médio a que conseguimos chegar no caminho do conhecimento garantido e indisputável [...]

no entanto eu me sinto [...] espantado em ver que o quadro científico do mundo real que nos rodeia é muito deficiente [...] É incrivelmente silencioso a respeito de tudo que está realmente dentro de nós, de nossos corações, de tudo que nos interessa de fato [...]" (apud Nef, 1964, p. 112). Com ele concordam outros cientistas como Whitehead, Sherrington, Whittaker, Hubble, e o próprio John U. Nef que diz: "Os processos racionais que emergiram da orientação da pesquisa científica durante a época de Galileu, Kepler, Harvey, Descartes e Pascal, podem, talvez, dar-nos todas as verdades prováveis relativas ao universo físico e biológico. Porém, dizem muito pouco que nos ajude com os problemas da pessoa humana misteriosa que cada um de nós é" (ibid., p. 111).

Esta era a situação até bem pouco tempo. É exatamente por isso, ou, também por isso, fracassaram as tentativas de paz. Hoje se inicia uma mudança no quadro. A invenção das armas nucleares despertaram os cientistas para os problemas humanos que elas implicam. A partir daí, não podendo controlar o uso político delas, e de modo geral o aproveitamento de suas pesquisas, os cientistas tentam introduzir categorias científicas no estudo dos problemas sociais, nomeadamente no da paz. Bertrand Russell chega mesmo a sugerir "uma declaração, por parte de um pequeno grupo de homens da mais alta projeção científica, quanto ao que se deveria esperar de uma guerra nuclear. Tal declaração, porém, não deveria dar a impressão, por mais leve que fosse, de qualquer tendência a favor de qualquer das partes. É importante que as autoridades científicas nos digam, em linguagem simples, o que se deveria esperar em vári-

os sentidos, dando-nos, sempre que possível, informações precisas, bem como as hipóteses mais prováveis nos casos em que não houvesse ainda evidências definitivas. A maior parte dos fatos já pode ser verificada, até o ponto em que o conhecimento existente torna isso possível, por aqueles que estejam dispostos a ter o grande trabalho de reunir as informações necessárias. Mas o que é necessário é que tal conhecimento seja exposto da maneira mais simples possível, sendo facilmente acessível e amplamente divulgado, e que existisse uma declaração autorizada à qual aqueles empenhados na divulgação de tal conhecimento pudessem apelar" (1958b, p. 217).

Sem dúvida, a iniciativa proposta pelo sábio inglês tem o seu peso. Mas ela se põe apenas no campo dissuasório da guerra, quando seria mais útil se a tivéssemos também na área *persuasiva* da paz. Parece que o mundo já pode contar com esta "declaração" positiva, que se encontra exemplificada e proeminentemente, no pensamento científico de Teilhard de Chardin, de autoridade mundial. Sua doutrina sobre a convergência do mundo e do homem para a Unidade traduz em termos científicos - talvez pela primeira vez na história - os grandes sonhos de paz e de união universal, expressos por fundadores de religiões, instauradores de escolas filosóficas, próceres de sistemas econômicos, líderes de impérios. Sua tese preenche um livro. Nós lhe resumimos a essência no trecho seguinte, contido em uma de suas obras-primas, *O Fenômeno Humano*: "A Evolução, como já reconhecemos e admitimos, é uma ascensão para a Consciência. E isto já não é contestado pelos mais materialistas, ou simplesmente pelos mais agnósticos, dos humanitários. Ela há de,

pois, culminar, para a frente, em alguma Consciência suprema. Mas esta Consciência, precisamente por ser suprema, não deverá levar em si mesma ao máximo grau o que constitui a perfeição da nossa: a inflexão iluminante do ser sobre si próprio? Prolongar na direção de um estado difuso a curva da Hominização é um erro evidente! É unicamente na direção de uma hiperreflexão, quer dizer, na direção de uma hiperpersonalização, que o Pensamento pode extrapolar-se. De outra maneira, como poderia ele armazenar as nossas conquistas que se realizam, todas elas, no Reflexivo? Nós recuamos, ao primeiro choque, ante a associação de um Ego com o que é Tudo. Entre os dois termos a desproporção parece-nos manifesta - quase risível. É que não meditamos suficientemente sobre a tríplice propriedade que cada consciência possui: 1) de *tudo* centrar parcialmente à sua volta; 2) de poder centrar-se cada vez mais sobre si mesma; e 3) de ser levada, por esta própria supercentração, a *reunir-se a todos os outros centros* que a rodeiam. Não vivemos nós a todo o instante a experiência de um Universo cuja Imensidade, pelo jogo dos nossos sentidos e da nossa razão, se concentra de maneira cada vez mais simples em cada um de nós? E, no estabelecimento em curso, pela Ciência e pelas Filosofias, de uma "Weltanschauung" humana coletiva, na qual cada um de nós coopera e participa, não experimentamos nós os primeiros sintomas de um ajuntamento de ordem ainda mais elevada, nascimento de algum foco único sob as luzes convergentes de milhões de focos elementares dispersas à superfície da Terra pensante? Todas as nossas dificuldades e repulsas, quanto às oposições do Todo e da Pessoa, se dissi-

pariam se tão-somente compreendêssemos que, pela sua estrutura, a Noosfera, e mais geralmente o Mundo, representam um conjunto, não apenas fechado, mas *centrado*. Porque contém e engendra a Consciência, o Espaço-Tempo é necessariamente de *natureza convergente*. Por consequência, se as seguimos no sentido conveniente, as suas camadas desmedidas devem inflectir-se algures para diante num Ponto - chamemo-lo *Ômega* - que as funda e as consoma integralmente em si mesmo. - Por imensa que seja a esfera do Mundo, ela não existe e não é apreensível senão na direção em que (seja embora para além do Tempo e do Espaço) se juntam os seus raios. Melhor ainda: quanto mais intensa é esta esfera, mais rico também, mais profundo e, portanto, mais consciente se anuncia o ponto em que se concentra o "volume do ser" que ela abarca: - pois que o Espírito, visto do nosso lado, é essencialmente potência de síntese e de organização" (Teilhard de Chardin, 1965, p. 283-285).

"Ao nosso sentido do Mundo, ao nosso sentido da Terra, ao nosso sentido humano, as descobertas realizadas desde há um século têm dado, pelas suas perspectivas unitárias, um novo e decisivo impulso. Daí o surto dos panteísmos modernos. Mas este impulso nada mais fará do que mergulhar-nos de novo na supermatéria, se não nos levar a alguém. Para que se transforme em êxito o fracasso que nos ameaça - para que se opere a conspiração das mônades humanas - é necessário e suficiente que, prolongando a nossa ciência até aos seus últimos limites, nós reconhecamos e aceitemos, como imprescindível para fechar e equilibrar o Espaço-Tempo, não só qualquer vaga existên-

cia que há de vir, mas também [...] a realidade e a irradiação *já atuais* desse misterioso Centro dos nossos centros a que eu chamei *Ômega*" (ibid., p. 294-295).

"A partir dos grãos de Pensamento que formam os verdadeiros e indestrutíveis átomos do seu Esfofo, o Universo - um Universo bem definido na sua resultante - vai-se construindo sobre as nossas cabeças, no sentido inverso de uma Matéria que se esvanece: Universo coletar e conservador, não da Energia mecânica, como o pensávamos, mas das Pessoas. Uma a uma, à nossa volta, como um contínuo eflúvio, as "almas" libertam-se, levando para o alto a sua carga incomunicável de consciência. - Uma a uma: e, no entanto, não isoladamente. Pois para cada uma delas não poderá haver, devido à própria natureza de *Ômega*, senão um único ponto possível de emersão definitiva: aquele em que a Noosfera, sob a ação sintetizante da união que personaliza, enrolando sobre si mesmo os seus elementos ao mesmo tempo que ela se enrola sobre si própria, atingirá coletivamente o seu ponto de convergência - no "Fim do Mundo" (ibid., p. 300).

A colocação de Teilhard de Chardin se faz em termos psicoantropológicos. Mas o problema de fatos científicos na busca da paz se põe também em termos econômicos. Uma das proposições, neste sentido, é a de que *a abundância fará possível a paz*. O raciocínio se constrói assim: a ciência encontrará, e já começou a fazê-lo, o caminho de tornar o mundo capaz de prover a abundância de todos; ora, quando houver abundância para todos haverá paz; logo, a ciência tornará a paz possível. Por isso, cientistas modernos insistem em apressar a atuação da ciência como instrumento de abundância para a humanidade.

Reconhece-se que grandes passos já foram dados, mas que é preciso urgi-los ainda mais. A posição dos novos próceres deu o golpe de morte no neomalthusianismo que anacronicamente vinha justificando, em termos pseudocientíficos, a guerra e até o genocídio racial e religioso como meios de reduzir as dimensões da população, esfo-meada diante da pretensa incapacidade da terra de prover o necessário à saúde e à segurança material. Dos sábios modernos que se interessaram pela nova posição da ciência destacam-se Mather, Wiener e Bernal. Os dois primeiros ainda se apegam um pouco ou muito aos imperativos da "boa vontade" dos kantianos ou dos teólogos. O último é mais decidido e se lança diretamente ao problema, amparado apenas nas categorias estritamente científicas. Crê ele que as tarefas da ciência coordenadas com as necessidades da humanidade como um todo darão como produto final uma civilização pacífica. Tudo consiste em descobrir e aceitar os fins para os quais trabalhem os avanços científicos. "Na perspectiva científica mais geral - diz Bernal - não existe nada semelhante a uma separação entre meios e fins. Há um fim comum: *a utilização ao máximo das capacidades humanas do indivíduo e da sociedade, e a condição necessária para isso é pôr ao alcance de todos os homens o melhor meio ambiente fisiológico e social.* (apud Horowitz, 1960, p. 194). A posição de Mather salvaguarda-se de implicações com o liberalismo ou com a teologia cristã; escapa também ao binômio comunismo-democracia. Qualquer que seja a própria Weltanschauung, "os habitantes humanos da terra devem organizar-se para usar e distribuir sábia e equitativamente os recursos que estão espalhados irregu-

larmente sobre a superfície do mundo. Tanto o comunismo como a democracia deveriam coordenar as atividades de cada indivíduo e comunidade com as de cada outro indivíduo e comunidade da sociedade global, para dar a todos os povos o máximo possível de prosperidade e os níveis de vida mais satisfatórios, dentro das limitações criadas pelo meio e pela herança recebida" (ibid., p. 195-196).

Estas novas idéias de há muito deixaram de ser um sonho. Qualquer crítica que se queira fazer a organismos internacionais de colaboração econômica, ninguém há de negar os frutos práticos já alcançados e os estímulos pedagógicos oriundos de iniciativas existentes. A lista é grande. A título de exemplo, citem-se as seguintes:

OCED - Organização para a Co-
operação Econômica e
Desenvolvimento.

OCEF - Organização de Coope-
ração Econômica e Fo-
mento.

FAO - Organização da ONU para
a Agricultura e Alimento.

AIF - Associação Internacional de
Fomento.

BID - Banco Interamericano de De-
senvolvimento.

Isso sem falarmos nas uniões espe-
cializadas para a educação e cultura, a ci-
ência, a técnica, a saúde, a comunicação -
todas elas envolvendo problemas e resulta-
dos econômicos.

Uma terceira ordem de fatos cien-
tíficos está operando a paz: os fatos jurí-
dicos. É multissecular o direito à vida do
parlamentário que vai negociar a paz ou o
do inimigo que pede tregua. Já tem mais
de cem anos o trânsito livre da Cruz Ver-

melha em ambos os lados beligerantes. Há muitos anos se estatuíram os direitos dos prisioneiros de guerra. Mas, sem dúvida, o fato jurídico mais importante a favor da paz foi a criação da Organização das Nações Unidas. A Carta da ONU é lei, do mesmo modo que o é a Constituição de um País. Dentro de cada nação, a lei é normalmente respeitada, e é precisamente pela observância da lei que se caracteriza o status de "cidade" que os homens lograram acima do de "tribo", quando não havia lei. Se há faixas da população que não observam a lei é outro problema. Assim também, dentro da ONU, as nações se comprometem à observância da lei e normalmente a observam na realidade. Os exemplos de violação não tolhem a importância do fato de terem já os homens chegado à construção de uma lei de valor internacional não só para o parlamentar ou para o ferido de guerra, e sim para o comportamento geral de um povo diante de um outro ou diante da comunidade mundial. Com ou sem as Nações Unidas, continuarão a existir os tradicionais canais diplomáticos através dos embaixadores e emissários especiais, mas ninguém negará o quanto a ONU pode contribuir para a consecução da paz e o quanto na realidade já contribuiu. O significado e as limitações da ONU podem estar sintetizados neste slogan: "A paz começa nas Nações Unidas, as Nações Unidas começam em você". A ONU não transforma o Índio em "cidadão", mas auxilia o relacionamento dos cidadãos" entre si. A ONU não cria boa vontade nas nações, mas abre os canais em que pode escorrer com fruto a boa vontade. Exemplificadamente: "Se, de início, os Estados Unidos e a União Soviética resolverem não concordar, não será a existência das Nações Unidas que os

fará convir. Mas se começarem logo inclinados a concordar, as Nações Unidas podem, então, facilitar a execução dessa inclinação com perfeito dignidade e honra" (Malik, 1965, p. 103).

O que se acaba de dizer neste último subtítulo é o condensado didático do que se levantou de essencial sobre a problemática da paz na cultura humana; o ideário moral dos sonhos, das esperanças e das visões proféticas de pensadores modernos; a relação histórica de fatos concretos - primeiros passos, sulcos iniciais, sendas abertas por cientistas na realidade humana de hoje - em busca da paz.

Resta-nos dizer que este complexo cultural precisou assumir formas de símbolos cada vez mais decididas, a fim de poder adejar na mente, pousar no coração, mover a vontade, instaurar a ação. Nasceram, então, as bandeiras ligadas à causa da paz. Na insuspeição de sua paisagem impessoal e na instantaneidade de sua provocação positiva, a bandeira foi eminentemente capaz, também aqui, de fazer triunfar emoções e pensamentos em condutas coletivas e instituições sociais. Observemos o que há de histórico no assunto.

Pelos documentos existentes, a insígnia mais antiga comprometida com o ideário de paz é a bandeira branca do parlamentar e a bandeira branca da rendição de um pelotão, fortaleza ou exército. Há exemplo de uma utilizada na Índia em 1542 a.C. O costume internacionalizou-se mesmo antes de tornar-se "lei" reconhecida por todos os povos cultos, inclusive o Brasil. Há um episódio concreto ocorrido na Revolta da Sabinada, na Bahia, em 1838. Sérgio Veloso, um dos líderes do movimento, não resistindo por mais tempo, mandou ao general João Crisóstomo Calado, co-

mandante das forças legais, um parlamentaríunido de bandeira branca com proposta de rendição (História do exército brasileiro, 1972, cap. 5, item 11). Da Guerra do Paraguai, há vários episódios pertinentes. A fim de convocar um oficial paraguaio a vir ao acampamento do batalhão brasileiro, o comandante de nossa expedição sugeriu que se enviasse uma proposição de acordo. "Neste pressuposto, fez partir, escoltado pelo 17º batalhão, um oficial parlamentaríu, portador de proclamação escrita em espanhol, português e francês, que se fincou, presa a uma bandeirola branca, a légua e meia do acampamento" (Taunay, 1963, p. 61). O trecho final dizia: "Apresentai-vos empunhando a bandeirola branca e sereis recebidos com todas as atenções que os povos civilizados, embora em guerra, mutuamente se devem". De um outro documento consta o seguinte: "... mandei fazer alto o Batalhão, e esforcei-me de os chamar com a bandeira branca que Vossa Excelência me havia dado, porém, não anuindo eles ao meu chamado, passei a cumprir a ordem de Vossa Excelência, fincando a bandeira no chão, e deixando ao lado dela duas proclamações, uma em português e outra em espanhol, e retirando-me com o Batalhão, coloquei duas mais em sítios, que com facilidade devem ter sido vistas" (ibid., p. 156). Entre os fatos da II Guerra Mundial, em que a FEB esteve envolvida, consta o da rendição da 148ª Divisão alemã: "Por volta das 12 horas apresentaram-se os primeiros parlamentaríus, trazendo duas bandeiras brancas, tendo à frente o Coronel Nelson de Melo e o Major Gross, Comandantes, respectivamente, do 6º RI, e do 1º Batalhão do mesmo Regimento" (Campos, 1972, p. 157). O costume multissecular foi

anexado ao direito internacional pela Convenção de Haia, em 1907.

Outra bandeira de paz é a da Cruz Vermelha, surgida em 1864. João Henrique Dunant, suíço, vira a feroz luta entre franceses e austríacos, no dia 24 de junho de 1859, em Solferino, Itália. Foi a Genebra pedir aos homens de boa vontade que alguma coisa fosse feita para as vítimas de guerra. Seu livro *Memórias de Solferino* provocou a reunião de 36 delegações de 16 países, da qual resultou, em 1864, a Cruz Vermelha, cuja finalidade era prestar socorro aos feridos de guerra e cujos membros seriam considerados neutros nas beligerâncias. Adotou-se uma bandeira, que é igual à da Suíça com as cores invertidas: cruz vermelha em fundo branco. Dois anos depois, a nova instituição já agia durante a guerra entre a Prússia e a Áustria, tendo tido fases máximas durante as duas Grandes Guerras Mundiais. Rubem Braga cita o caso - pervadido de coragem e bom humor simultaneamente - do nosso cabo Clarindo Batista dos Santos, enfermeiro de um dos Batalhões. Apesar de uma situação não muito clara, os alemães respeitaram uma bandeira de cruz vermelha que o cabo portava, em atendimento ao chamado que alguns deles teriam feito com bandeira branca e com uma outra de cruz vermelha, após o tiroteio de nossa artilharia. "De dentro de seus fox-holes nossos homens assistiram, emocionados, aos passeios do enfermeiro Clarindo. Um homem desarmado que avança pela terra de ninguém - vigiado de um lado e outro pelos olhos de amigos e inimigos - é sempre uma coisa emocionante" (Braga, 1946, p. 337). Falando de nosso pavilhão, escreveu De Roure (1907, p. 5): "Bandeira que todos os brasileiros amam e respeitam com intensidade que só deve

ser igualada ou excedida quando se trate da bandeira que é o símbolo da Humanidade - a da Cruz Vermelha, criada pela Convenção de Genebra para simbolizar os sentimentos humanitários como as outras simbolizam os sentimentos patrióticos”.

Os casos até aqui relatados não envolveram pavilhões nacionais. Mas podemos dirigir-nos também para aí. As bandeiras das nações podem, e assim o têm feito, significar e potenciar momentos, desejos e realizações de paz. Haja vista o costume da guinda-maina, “cortesia que dois navios trocavam no alto-mar quando largavam ou arriavam a bandeira ou pavilhão em demonstração de respeito ou despedida” (Caldas Aulete, 1966). O termo “guinda-maina” caiu em desuso, mas seu conteúdo ficou.

Instantes de inspiração de paz são vividos hoje intensamente quando se estreitam bandeiras nacionais por ocasião de competições esportivas, de congressos, de festivais, de salões, feiras e exposições. Não pode deixar de levar à meditação o fato de duas bandeiras que ontem estiveram uma *contra* a outra estarem hoje mais freqüentemente unidas uma ao *lado* da outra na Corrida São Silvestre, no concurso Miss Universo, nos Jogos Olímpicos, na Copa Mundial de Futebol, no Festival de Cannes, em Le Mans, em Wimbledon. Até a extinção da diferença entre bandeiras de guerra e as de comércio pode concorrer para isso, como propõe Álvaro Maia (1926, p. 39).

O Século XX se abriu com uma novidade de grande significado para a cultura humana e de alcance indubitável para a campanha da paz: a idéia de uma bandeira internacional. Foi por ocasião da Conferência de Haia, em 1907. O projeto previa um sol ao centro e os pavi-

lhões nacionais em volta. Os países eram classificados, mais ou menos, segundo o seu poder militar. O Brasil aparecia em último lugar, depois da Turquia, Romênia, Pérsia e Marrocos. Há um desenho da projetada bandeira na capa do livro de Umano “Essai de constitution internationale”, Paris, 1907. Aquela classificação, desairosa para certos países, era efêmera, dada a flutuação histórica do poderio das nações. Por isso, não agradou e a idéia foi abandonada.

Iniciada a 24 de outubro de 1945, só a 20 de setembro de 1947 veio a ONU a ter bandeira própria, aprovada pela Assembléia Geral. É constituída do emblema oficial da organização colocado sobre um campo azul-claro. O emblema fora instituído na Assembléia de 7 de setembro de 1946. Nele se vê uma projeção polar (norte) do globo terrestre, circundado por dois ramos de oliveira. É notável como os *ramos* - que serviram de primeira insígnia para o homem primitivo, ainda em seus inícios de socialização - tenham vindo integrar séculos depois o pavilhão comum dos homens cultos na maior tentativa de união humana já operada na história. Do pano alvo-anil das Nações Unidas, os verdes ramos de oliveira como que almejam de novo agitar-se sobre um mundo em que não haja guerra, repetindo o feito de quando, pela primeira vez e por algum tempo, os homens, com a bandeira, só caçavam animais e festejavam deuses.

Esta bandeira, *signal* de que os homens desejam viver harmoniosamente, tem sido *fator* de paz em acontecimentos tensos de certas áreas do mundo. Interpondo-se entre países beligerantes, supervisionando troca de prisioneiros ou o cessar-fogo, exercendo funções judiciais, mantendo a ordem - ou em outras variadas situações, a bandeira da ONU vem cumprindo positivamente

sua missão de paz. Exemplificadamente, nos fatos da Grécia, Indonésia, Caxemira, Palestina, Coréia, Suez, Líbano, Congo, Nova Guiné, Iêmen, Chipre.

Mas também em ocasiões pacíficas aparece a bandeira da organização mundial. Assim é que pode ser usada pelos Estados-membros, de acordo com os seus códigos nacionais de bandeiras. Não deixará de exercer-se, moralmente, como lição de paz, o tremular de nossa própria bandeira ao lado de uma outra que é comum a russos e chineses, gregos e turcos, árabes e judeus, indianos e paquistaneses. A presença dela em cada país poderá despertar um amor pela paz mundial comparável ao patriotismo clássico. Se o pavilhão particular lembra a fraternidade dos nacionais, a bandeira da ONU tem, e cada vez mais isso se tornará realidade, força cultural de inscrever a fraternidade universal; a bandeira da ONU congrega nações como a bandeira nacional congrega divisões regionais de um país. Foi longo e duro o processo de unificação de impérios e nações. Havia sempre regiões que resistiam, mas afinal surgiu a União. Assim também está sendo o processamento da Paz mundial: é um processo lento, mas em ascensão, e, de qualquer maneira, um movimento irreversível.

O ideário da paz, que se formalizou na Organização das Nações Unidas, vem assumindo também formas populares. Qualquer coisa que se possa dizer do movimento *hippie*, algo de essencial e positivo ressalta: a campanha da paz, coreografada em aspectos físicos estranhos a nossos usos e costumes, mas intrinsecamente idêntica a que se opera alhures. É um movimento sem institucionalização, sem carta jurídica, sem dogmas e sem metafísica, sem propriamente

uma moral adstrita a esta ou àquela cultura - e por isso mesmo censurada por todas, mas ferreamente ligada a uma ética fundamental: ter e provocar atitudes de paz. O movimento tem um símbolo que se constrói pela disposição de três dedos como que formando um Y. Os primitivos arrancaram da natureza suas primeiras insígnias. Agora, uma outra camada popular extrai do próprio corpo nova bandeira para indicar sentimentos, nova bandeira para transmitir idéias, nova bandeira para construir a paz.

Conta Tito Lívio (V, 55) que no ano de 390 a.C., depois de terem os gauleses de Breno incendiado Roma, muitos senadores queriam abandonar a velha cidade, transportando-se para Veio. Camilo, em discurso inflamado, já os havia quase persuadido a ficar onde estavam, quando, continuando os parlamentares ainda indecisos, ouviu-se a voz de um centurião, que chegava e que não assistira ao discurso, dizendo: "Porta -bandeira, arvora o estandarte, que aqui ficaremos muito bem". O senado e o povo tomaram esta ordem como augúrio e Roma foi reedificada ali. Assim, também, historiadores de amanhã haverão de dizer que, após uma segunda conflagração mundial a humanidade recebeu a ordem de arvorar a bandeira sob inspiração da qual foi reconstruído um novo mundo, um mundo de paz que eles viverão em plenitude em sua época, mas que começou a tomar formas através do esforço dos homens de hoje. Os segmentos da história e as tendências sociais garantem que isto um dia ocorrerá. Então a bandeira voltará plenamente a ser o que foi em origem: O SÍMBOLO DE UM GRUPO DE HOMENS, AGORA EM ESCALA PLANETÁRIA, SEGUIDORES DE UM MESMO IDEAL DE PAZ!

Características

Introdução

Para o filósofo a bandeira é sobretudo aquilo que foi definido nos Capítulos 4 e 5, isto é, símbolo de grupo sociocultural, ou, por excelência, símbolo da pátria. Para o historiador interessou mais ver as diversas finalidades cobertas pela bandeira ao perpassar dos tempos. O sociólogo, ao invés, embora não descuide os elementos filosóficos e históricos, focaliza aquilo que a bandeira é em sua exterioridade, aquilo que é perceptível de imediato pela massa popular que representa e a que serve. São estes elementos extrínsecos que traduzem, ao final, o conteúdo interior da bandeira. Chamá-los-emos aqui de *características da bandeira*.

Examinaremos apenas algumas, aquelas capazes de fornecer-nos o que é principal no assunto, aquelas suficientes a dar-nos, no fim, uma catalogação da panóplia mundial. São elas: *matéria, forma, cores, emblemas ou figuras, legendas*. Os comentários são interessantes também para o que se refere à bandeira brasileira.

Matéria

Vimos que a primeira matéria utilizada para construir uma bandeira foram os ramos arrancados das árvores e atados à haste ou lança. Depois, apareceram cabeças de animais. As fitas, que inicialmente serviam para amarrar tais cabeças à haste, desenvolveram-se a ponto de passarem a funcionar como bandeira, sem qualquer outro objeto concreto.

Esta sucessão operou-se com intervalos de muitos séculos, sem que se possam balizar as datas e os lugares de origem. É certo, porém, que no Egito e na Mesopotâmia, na China e na Índia, muito tempo antes que no Ocidente. Gregos e romanos já confeccionavam suas insígnias com tecido, mas este, como matéria de bandeira, só se consolidou a partir da idade média.

Quanto ao tipo de pano, não há determinações rigorosas. Tudo depende da cotação socioeconômica que no momento tiver o tecido em determinado local. De maneira genérica, o que se pode dizer é que a bandeira tem sido fabricada em tecido resistente e considerado nobre pela população. Neste sentido, é notável o zelo que tinha Napoleão no sentido de que para a bandeira fosse escolhida a melhor fazenda, sem se olhar o preço (Hollander, 1902, p. 103).

Forma

As fitas esvoaçantes dos antigos ofereciam grande diversidade em formas e tamanhos. Num trabalho de transformações operadas ao longo de muitas centúrias, chegamos, no Século XV, à forma atual universalmente usada: a forma retangular, diferente do galhardete e do estandarte, por exemplo, os quais, por definição, têm forma quadrada e triangular, respectivamente.

No Brasil, a Lei 5.700, de 1^a de setembro de 1971, em seu artigo 5^o, prevê o seguinte: "Para cálculo das dimensões, tornar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo. O comprimento será de vinte módulos (20 M)". A observância do artigo dará necessariamente uma peça retangular.

A única bandeira que hoje não tem forma retangular é a do Nepal, constituída de duas flâmulas conjugadas.

A forma triangular é tida como de sabor militar. Por isso, o Ritual Romano (n^o 5) não permite insígnias triangulares nas procissões católicas.

Cores

A princípio, o elemento representativo do grupo era um tipo de vegetal, um animal ou outro objeto *in natura* ou pinto do no tecido. Depois as cores passaram a exercer também função significativa. Após a Revolução Francesa, elas exprimem, em essência, a nacionalidade, não importando a existência ou as variações de emblemas.

A escolha das cores antes se dava arbitrariamente. Depois, estiveram e ainda estão ligadas a fatores religiosos e políticos. Um país novo pode adotar cores originais ou tomar de empréstimo de um outro com quem tenha vinculação cultural ou histórica. Exemplificadamente: as bandeiras dos países árabes extraíram uma ou mais cores do que chamamos tetracromo islâmico. A maioria dos países latino-americanos escolheram o bicromo alvo-anil em homenagem a Nossa Senhora. Muitos países optaram pela bandeira tricolor por influência da francesa. Segundo uma opinião, o nosso

auriverde teria ligação com as Casas da Áustria e Bragança.

Momentaneamente, neste ou naquele lugar, uma cor pode não ter cotação, como o verde, considerada nos meios cristãos medievais como cor islâmica, e por isso mesmo excluída das bandeiras que após as Cruzadas escolheram a Cruz como distintivo - Suíça, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Islândia.

O *vermelho* está definitivamente comprometido com os movimentos revolucionários. Apesar disso, os franceses, em sua quase totalidade, sempre o rejeitaram como substitutivo da tricolor, mesmo em épocas agitadas. Lamartine, por exemplo, no "discurso contra a bandeira vermelha", pronunciado no Hôtel-de-Ville, a 25 de fevereiro de 1848, e, posteriormente, em seu livro *Histoire de la Révolution de 1848*, fez esta confissão: "Recusarei até à morte a bandeira de sangue, e vós deveis repudiá-la mais do que eu! Pois a bandeira vermelha que nos trazeis só deu a volta ao Campo de Marte, arrastada no sangue do povo em 91 e 93, enquanto a bandeira tricolor deu a volta ao mundo com o nome, a glória e a liberdade do pátria!" (apud Dupré, 1937).

A maioria das bandeiras tem três cores. Bom número são bicolores, com estas especificações: estritamente bicolores, isto é, sem repetição de uma das cores e sem a presença de emblemas: Polônia, Mônaco, Indonésia. Sem repetir uma das cores, mas com emblema: Malta, Vaticano, São Marinho, Portugal, Argélia, Singapura, Butão, Lichtenstein, Maldivas. Repetindo uma das cores, mas sem emblema: Nigéria, Áustria. Repetindo e com emblema: Argentina, Canadá, Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, Nicarágua, Peru, Uruguai, Barbados, Espanha, Líbano.

Num balanço geral das cores, percebe-se que as dominantes na panóplia mundial são o vermelho, o verde e o branco. Mesmo na América latina, onde, como se disse, é característico o alvo-anil, o vermelho aparece em 16 bandeiras. O preto está em muitas bandeiras da África e da Ásia; na Europa, apenas na da Bélgica e nas da Alemanha Federal e Democrática; na América, nas da Jamaica, Haiti e Trinidad-Tobago. O amarelo e o verde, além do caso do Brasil, estão presentes, também, em disposições diversas nas bandeiras da Bolívia, Granada, Guiana, Jamaica, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Daomé, Etiópia, Gabão, Guiné Bissau, Mali, Maurício, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Mauritânia, Ruanda, Senegal, Sudão, Tanzânia, Togo.

Quanto à disposição das cores no campo total, predominam as bandeiras com faixas e listras. Existem quatro bandeiras de faixas horizontais para uma com faixas verticais, apesar de verticais serem as da bandeira francesa, em que muitas se inspiraram. Algumas têm as faixas cortadas por uma cantoneira ao alto (Chile, Estados Unidos, Uruguai, Grécia, Malta, Libéria, Togo, Malásia); por um triângulo lateral (Cuba, Bahamas, Filipinas, Jordânia, Guiné Equatorial, República Popular do Iêmen, Tchecoslováquia). São características as faixas ou listras das bandeiras de Costa Rica, República Centro-Africana, Gâmbia, Quênia, Suazilândia, Uganda, Coreia do Norte, Kuwait, Tailândia, Djibuti. Algumas faixas são interrompidas ou subpostas por emblema: a maioria das da América, e mais: República Democrática Alemã, Andorra, Espanha, Liechtenstein, Romênia, São Marinho, Vaticano, África do Sul, Argélia, Botswana, Gana, Malawi, Quênia, Niger,

Nigéria, Senegal, Ruanda, Tunísia, Uganda, Afeganistão, Arábia do Sul, Camboja, Coreia do Norte, Índia, Irã, Israel, Líbano, Mongólia, Síria, República Árabe do Iêmen.

As que não se distinguem por faixas ou listras, têm o campo diversamente distribuído. Há os esquartelados em cruz, em forma normal ou em diagonal: Jamaica, República Dominicana, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Burundi. Outras estão com uma única diagonal: Trinidad-Tobago, Congo Kinshasa, Congo Brazzaville, Tanzânia. Algumas bandeiras têm o campo com uma única cor de fundo, encimado por algum emblema: Albânia, Suíça, Marrocos, Mauritânia, Somália, Tunísia, Arábia Saudita, China Popular, Japão, Laos, Turquia, Vietnam, Austrália, Nova Zelândia, Samoa, Chipre.

A bandeira que mais se destaca de todas as outras no mundo inteiro é a do Nepal, pelo *design* especial de sua matéria. Entre as que têm forma retangular normal, as cinco mais características são as seguintes: Arábia Saudita, Brasil, Reino Unido, Tibete e Ruanda.

Apesar da caracterização especial de nossa bandeira imperial, na Guerra do Paraguai, quando se tratou de conquistar o forte de Bela Vista, os dirigentes brasileiros substituíram-na por outras, com esta justificativa "Como as nossas antigas bandeiras não prestigiasse ainda feito notável algum, foram substituídas por outras, cujas cores vivas se destacavam no céu formoso das campinas paraguaias" (Taunay, 1963, p. 59). O distintivo da FEB, inspirado evidentemente nos cores de nossa bandeira, também teve que receber algum destaque: "Tínhamos representado as cores de nossa Bandeira. Para que tudo sobressaísse, debruei o retângulo de vermelho, porque sempre foi a cor de minha preferência" (Campos, 1972, p. 98).

Emblemas

Após as cores, destacam-se nas bandeiras os emblemas, constituídos por animais, estrelas, algum vegetal, a cruz, o crescente ou outra figura. Há três bandeiras com emblema para uma sem ele. Alguns são levantados em forma de escudos heráldicos, outros são figuras avulsas.

A maioria dos emblemas liga-se às características intrínsecas do país: geografia, história, raça, cultura, etc. Outros revelam também o sistema político reinante, susceptíveis de mudanças. A terceira Proposição da Tese de Álvaro Maia enuncia o seguinte: "Presa à história, sem preocupações políticas inferiores, a bandeira perfeita seria aquela cujos símbolos proviessem do meio físico e rácico, gravando apenas a perpetuação da nacionalidade, sem a sucessão transitória de formas de governo (Maia, 1926, p. 39).

Uma mesma figura pode significar coisas diferentes, segundo as intenções de seu criador. Por exemplo, a estrela: está na bandeira de países de regimes diversos: Brasil, Chile, Cuba, Panamá, Estados Unidos, Venezuela, Suriname, Bulgária, Argélia, Camarões, República Centro-Africana, Gana, Nigéria, Marrocos, Mauritânia, Senegal, Somália, Togo, Tunísia, China, Filipinas, Iraque, Síria, Israel, Jordânia, Malásia, Paquistão, Turquia, Austrália, Nova Zelândia, Singapura, Benin, Camoras, Timor Leste, Micronésia, Tuvalu.

As únicas bandeiras que apresentam constelações são as do Brasil, Austrália, Nova Zelândia e Samoa. A do Brasil é a única com mais de uma constelação.

Somente nas bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos há tantas estrelas quantos são os estados federados.

A lua, que não aparece em bandeiras do América e do Europa, é característica de alguns países islâmicos da Ásia e da África.

O sol, com ou sem raios, está presente nos pavilhões da Argentina, Peru, Uruguai, Níger, China Nacionalista, Filipinas, Japão, Nepal, Tibete. No Brasil, figurou na bandeira republicana de Pernambuco (1817).

Legendas

A legenda, fora do escudo nacional, está presente apenas nas bandeiras do Brasil (em português), da Arábia Saudita (em árabe) e do Sikkim (em tibetano).

Nos antigos vexilos romanos havia a sigla SPQR (Senatus Populusque Romanus).

Na atual bandeira de Ruanda, projeta-se em grande dimensão a letra R.

Classificação das Bandeiras

Tendo em vista apenas os emblemas as bandeiras poderiam receber a seguinte classificação:

Bandeiras sem emblemas:

- Tricolores
- Outras

Bandeiras com emblemas:

- Quanto à natureza:

- Cruz
- Crescente
- Estrela
- Vegetal
- Animal
- Outros

- Quanto à distribuição:

- Heráldicas (com escudos de armas)
- Outras.

É uma classificação imperfeita, porque o fato de ser tricolor não exclui a presença de emblemas, como, exemplificadamente, as bandeiras do México, Paraguai, Venezuela, Bulgária, Romênia, Gana, Malawi, Índia, Irã, Iraque. Por outro lado, existem bandeiras que conjugam emblemas de natureza diversa, por exemplo, México, Guatemala, Albânia, Burundi, Tibete e em geral as islâmicas que associam o crescente com estrela. Mas, a classificação permite identificações como estas: o Brasil tem uma bandeira com emblemas - estrelas - distribuídos não heráldicamente; Espanha, Andorra, Portugal, São Marinho... possuem bandeiras heráldicas, etc.

Conclusões da primeira parte

1. O primeiro uso de objeto com conteúdo cultural de bandeira se terá dado a partir do *Homo Sapiens*.
2. O fato verificou-se simultaneamente em várias regiões do globo, com toda a probabilidade no Oriente.
3. A primeira matéria usada foi um feixe de ramos amarrados a uma haste.
4. O mais antigo documento de bandeira é o Estandarte de Ur, dos Sumérios, do ano 3500 a.C.
5. O pano que constitui a bandeira é a fase final do processo evolutivo das fitas que inicialmente ligavam os objetos- símbolos à haste.
6. No Oriente, a bandeira caracterizou-se como símbolo étnico- religioso.
7. Na Grécia, por seu conteúdo mitopedagógico.
8. Em Roma, como símbolo militar.
9. Desde os inícios, houve tendência em marcar na bandeira elementos que recordassem vitórias alcançadas pelo grupo.
10. Revolucionaram a bandeirologia medieval três acontecimentos: o Cristianismo, a Barbárie e o Islamismo.
11. As bandeiras dos países que participaram das Cruzadas mais diretamente se caracterizam pela Cruz.
12. As dos países islâmicos, pelo Crescente.
13. Na época moderna, novos fatos vieram modificar a panóplia mundial: a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a Comunidade Britânica das Nações e as Revoluções Russa e Chinesa.
14. Na época contemporânea, operou modificações das bandeiras a Questão do Oriente Médio.
15. Na América Latina, as bandeiras são caracterizadas pelos símbolos da cultura autóctone e pelo bicromo alvo-anil, que recorda a devoção mariana.
16. A história da bandeira na França é um resumo da história de toda a bandeirologia.
17. O étimo mais remoto que se conhece de bandeira é a palavra gótica BANDVJA, que significa *signal e grupo de pessoas seguidoras de um mesmo signal*.
18. O étimo mais próximo é a palavra latina BANDARIA.
19. Há uma série de sinônimos de bandeira, alguns perfeitos, outros imperfeitos.
20. A essência da bandeira é ser símbolo de um grupo étnico-cultural, ou, prevalentemente, símbolo da pátria.
21. Perante países estrangeiros, a bandeira goza de certos direitos internacionais, quaisquer que sejam suas características.
22. Para os habitantes do país, maior será sua força quanto mais ampla e representativa for a pauta de elementos culturais autóctones que contiver.
23. As finalidades principais da bandeira através dos séculos têm sido as seguintes: Companheiro de Caça e Festas, Baliza de Guerra, Veículo de Comunicação, Fator de Paz.
24. A bandeira, a partir de certo momento, comprometeu-se com a guerra, mas isto não corresponde à sua essência filosófica, nem à sua origem histórica.
25. Modernamente, a bandeira, como fator de paz, tende a ocupar cada vez mais o lugar da bandeira, como baliza de guerra.
26. A principal bandeira de paz no mundo atual é a da ONU.
27. Fatos de natureza vária fazem esperar que um dia a bandeira indicará a paz mundial, não já como um desejo ou uma tentativa, mas como uma realidade.

2



As Bandeiras
Históricas Luso-Brasileiras

Preliminares

Introdução

Os dados precedentes desenharam os pontos essenciais da bandeirologia: história, etimologia, sinonímia, conceito, finalidades e características. De um lado, tivemos informes absolutos que nos fizeram viver intensamente do mundo interior do homem desde seu mais primitivo estágio até os últimos padrões de sua cultura moderna. A bandeira nos apareceu como substrato da alma dos povos e resumo o mais representativo de sua história.

Tal estudo serviria, de *per si*, como base de sustentação ao quadro que desejamos levantar, na terceira parte, para a Bandeira Brasileira. No entanto, antecipamos algumas referências de amostras, que indicaram, já, a utilidade da propedêutica da primeira parte para a compreensão de nosso tema direto, trazendo o pavilhão do Brasil para o contexto da cultura universal enquanto manifestada através das bandeiras. Em revérbero, as alusões à nossa bandeira atual ilustraram aquilo que tencionou ser-lhe Introdução.

Agora, resta-nos o lance maior: distender perante nosso pendão aqueles símbolos que guardam com ele vínculo de paternidade cronologicamente distante, mas político-culturalmente direta. São as assim chamadas BANDEIRAS HISTÓRICAS LUSO-BRASILEIRAS.

Conceito e Quadro Geral

Anteriores ao Brasil, a terra lusa e Portugal - condado e nação - tiveram várias bandeiras, que, naturalmente, não foram hasteadas em nossa terra.

Descoberto o Brasil nas antevésperas do Século XVI, Portugal "crismou a nova possessão com estandartes, para conhecimento do mundo e das levas colonizadoras" (Maia, 1926, p. 11). A princípio, as bandeiras que aqui flutuavam eram exclusivamente as que tremulavam em Portugal, quer se tratasse de pavilhões oficiais quer de semi-oficiais. Depois, foi-nos permitido ter símbolo próprio, ainda que paralelo ao da Metrópole.

Por algum tempo tivemos para todo o Brasil a bandeira do Domínio Espanhol; para o Nordeste, a do Domínio Holandês; para o Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a da França Antártica.

O sentimento nativista e o inconformismo regional quiseram também sintetizar em símbolos os ideais políticos que imaginavam para um torrão livre ou para uma nação renovada. Daí, termos tido uma seqüência de bandeiras revolucionárias antes e depois da Independência, antes e depois do Proclamação da República.

Com o "Sete de Setembro" surgiu a primeira bandeira de expressão de nossa na-

cionalidade, desmembrada do "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve" poucos anos antes instaurado.

Os primeiros dias da República adotaram a bandeira de um dos "Clubes Republicanos" da época, enquanto se pensava a criação do vexilo definitivo.

Todas estas são bandeiras que se podem dizer terem pertencido à História de Portugal e/ou do Brasil. Não obstante, nem todas entram no conceito e na catalogação das chamadas Bandeiras Históricas Luso-brasileiras. Para efeito, o termo *histórico* tem aqui sentido especial, mais restrito, mas sobre cuja extensão não concordam os autores, e daí aumentarem ou diminuïrem a "lista" de acordo como compreendem a expressão bandeira *histórica*.

De um modo muito genérico, é esta a escala geral das opções:

- Dos autores consultados, nenhum inclui a da França Antártica, e somente Almeida 1961 o faz para a dos antigos lusos;
- A maioria exclui as bandeiras revolucionárias brasileiras e as pessoais dos chefes de expedição portuguesa;
- Todos começam a série com o estandarte do Condado Portucalense, anterior à independência de Portugal, por ser a gênese da bandeira real portuguesa que viria influenciar a nossa panóplia;
- Alguns não consideram a do Domínio Espanhol, por lembrar período de dependência política de Portugal;
- Poucos citam a bandeira para a Índia e América;
- Matos (1951, p. 9) exclui, entre outros, o Pavilhão de D. Pedro II Regente, a Bandeira para a Índia e América e a Bandeira Real do Século XVII, e justifica: "Estas e outras foram bandeiras expedicionárias, de vida efêmera, criadas pelas autoridades lusas para a emulação dos capitães e colonos a quem eram atribuídas

missões de colonizar novas terras e desbravar sertões bravios";

- A revista *Cultura Política*, oficiosa na época de sua publicação, só apresenta sete bandeiras: Ordem de Cristo; Portugal e Algarve; Principado do Brasil; Reino Unido Portugal, Brasil e Algarve; Imperial; Clube Republicano Lopes Trovão; a atual bandeira (A história da bandeira do Brasil, 1941, lâmina entre as páginas 352-353); e

- Álvaro Maia (1926, p. 11) em seu livro de tese, prevê apenas oito: Ordem de Cristo; a pessoal de D. Manuel; a Real; Portugal e Algarve; Reino Unido; a Imperial e as duas republicanas.

Nosso critério foi o de ampliar a perspectiva, dentro da linha histórico-cultural voltada para o nosso pavilhão vigente, que orienta, em última instância, nossas opções. Assim, incluïmos:

- A bandeira dos antigos lusos, porque possibilita construir um anteparo cultural de muita valia para a primeira bandeira histórica portuguesa propriamente dita;
- Todas as bandeiras portuguesas de *linha direta*, isto é, aquelas pertencentes ao processo evolutivo iniciado com a Bandeira do Condado Portucalense e concluído, para nós brasileiros, com a Bandeira do Regime Constitucional, a última que hasteamos aqui como parte integrante do Reino Português; são bandeiras que se foram excluindo sucessivamente na ordem do tempo;
- Algumas bandeiras portuguesas de caráter pessoal ou semi-oficial, que, fora do esquema genético geral, subsistiram paralelamente às bandeiras representativas da nacionalidade;
- As bandeiras especificamente brasileiras, mas jungidas também à evolução direta, excluindo-se, portanto, as dos movimentos revolucionários, de caráter para-históricos, que não chegaram a representar o Brasil oficial ou semi-oficialmente; e

- A do Domínio Holandês no Brasil; embora não esteja na linha direta nem tenha representado todo o Brasil, foi exclusiva para considerável área do Território Nacional, o que não ocorreu com a da França Antártica, limitada a dois pontos mínimos -Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão.

Taxativamente, esta é a nossa lista:

1. Bandeira dos Lusos
2. Bandeira do Condado Portucalense
3. Bandeira de D. Afonso Henriques
4. Bandeira do Reino de Portugal e Algarve
5. Bandeira de D. João I
6. Bandeira da Ordem de Cristo
7. Bandeira Real
8. Bandeira Pessoal de D. Manuel I
9. Bandeira do Comércio Marítimo
10. Bandeira de D. João III
11. Bandeira do Domínio Espanhol
12. Bandeira da Revolução de 1640
13. Bandeira da Restauração
14. Bandeira do Brasil Holandês
15. Bandeira de D. Pedro II Regente
16. Bandeira de D. Pedro II Imperador
17. Bandeira Real do Século XVIII
18. Bandeira para a Índia e América
19. Bandeira do Principado do Brasil
20. Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve
21. Bandeira do Regime Constitucional
22. Bandeira Imperial do Brasil
23. Bandeira Provisória da República do Brasil

De cada uma, com maiores ou menores particularidades, apresentaremos três itens: o contexto histórico; a descrição analítica; e a significação cultural. O primeiro nos ambientará no tempo e nos fornecerá as causas do aparecimento de cada bandeira. O segundo desmontará as cores e principalmente as peças componentes. O último proporá a simbologia em si, dentro do país e em relação à cultura universal, com alusões também à atual bandeira brasileira.

Os Desenhos

Cada bandeira será acompanhada do desenho correspondente. Como a análise cultural se baseia nos desenhos, é necessário defini-los bem, segundo sua exatidão histórica. E este foi o sentido de nosso esforço.

Não foi sempre fácil alcançar esse objetivo. Algumas vezes, a falta de clareza na bibliografia nos levou a fazer opções pessoais, crendo termos feito a melhor por entre o emaranhado de diferenças nas ilustrações, não acompanhadas de explicações ou de fonte. Felizmente, os maiores problemas dizem respeito a detalhes de traços ou tonalidades de cores, o que não interfere na análise simbólica.

As variações são devidas à falta de documento oficial sobre a matéria nos inícios da história de Portugal. Recordemos que, para as primeiras bandeiras, estamos antes da invenção da imprensa, quando os livros eram reproduzidos através de manuscritos, lentos e caros, e especialmente sem controle imediato. A Casa Real, até o reinado de Afonso III (1248-79), era relativamente pobre e modesta, com pouco pessoal. Só em 1418 é que, na pessoa de Fernão Lopes, foi criado o cargo de Guarda-Mor da Torre do Tombo, iniciando-se o período áureo da historiografia portuguesa.

Bandeira dos Lusos

Contexto Histórico

O que ocorreu na Lusitânia, ou mais amplamente na Península Ibérica, em sua fase pré-histórica? Arqueologia, etnologia e linguística unem-se para desvendar o que é ainda mistério. Discutem a respeito autoridades internacionais como Gomes Moreno, Pokorny, Philippon, Wolf, Schuchardt, Menendez Pidal, Caro Baroja, Fouché, Gimpera, Lapessa, Schulten, Tovar, Humboldt. Não concordam sobre os primeiros povos que habitaram a região: quem eram, donde vieram, quando chegaram? Para estas perguntas há escassos dados científicos, abrindo apenas hipóteses, objeto ainda de pesquisas. Bascos, iberos, celtas são citados nesta fase, sem que se possam, com segurança, estabelecer precedências, origens e ligações.

Como quer que tenha sido, os iberos, ainda antes da era cristã, fundiram-se com os celtas, constituindo o importante grupo conhecido pelos antigos como *celtiberos*, enquanto os bascos continuaram isolados geográfica e etnicamente, embora tenham adotado a língua dos iberos.

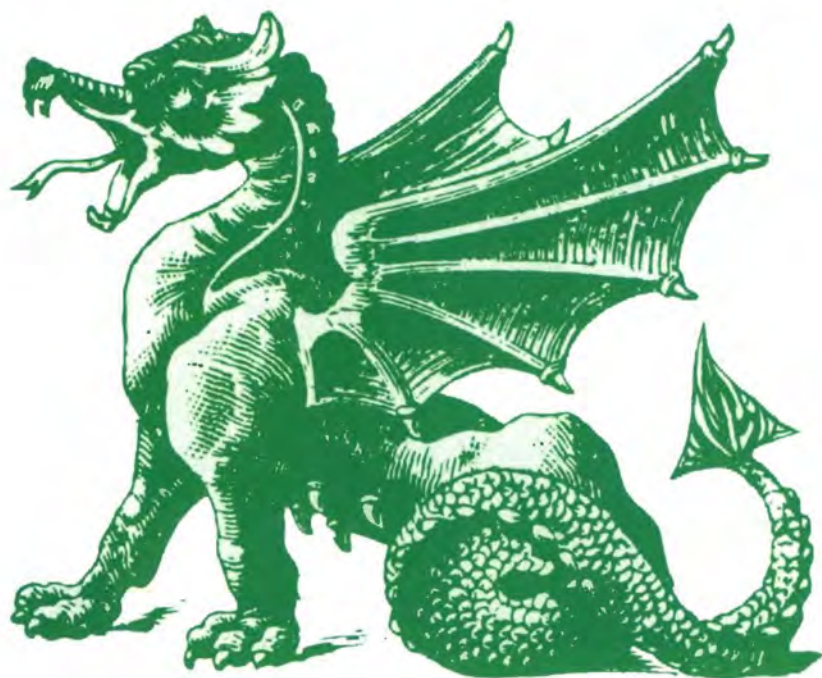
Foram os celtiberos que enfrentaram os diversos povos que ocorreram à região, em busca de riquezas, especialmente prata, ouro e marfim. Primeiro, chegaram os gregos, vencidos

depois pelos fenícios, os quais lograram fundar várias colônias como Málaga, Gadir, hoje Cadiz, Abdera, atual Abdra. A seguir, vieram os cartagineses, mais poderosos e organizados.

Roma se assustava com os progressos de Cartago no Mediterrâneo. Com maior ou menor violência, a guerra entre as duas potências se prolongou de 264 a 146 a.C., com a vitória para os romanos, que incorporaram, então, a seu império todo o território da Hispânia.

Se foi fácil às legiões romanas tomarem posse efetiva de outras partes da Península, o mesmo não ocorreu na Serra da Estrela, principal montanha de Portugal, entre os rios Mondego e Zêzere, de clima brando, onde viviam os hermínios, povos pastores, simples mas valorosos e amantes da liberdade. O nome hermínio passou até a significar áspero, intratável e bravo. Pertenciam a núcleo étnico mais amplo, denominado *lusos* ou *lusitanos*, termo derivado do pretense fundador da raça - *Luso*, filho de Baco, deus do vinho, abundante na região desde essa época.

Diodoro de Sicília chama-os de "os mais fortes entre os iberos". Estrabão descreve-os como sóbrios, frugais, bebendo apenas cerveja de cevada, leite de cabra, e nos festins, vinho. Dormiam no chão. Cabelos compridos



como o das mulheres. Untavam-se de azeite. Dedicavam-se a vários jogos de destreza física (seu próprio nome - *luso* - significa jogo, divertimento). Os barcos, antes de couro, passaram depois a ser de troncos escavados. Sacrificavam aos deuses. Consultavam as entranhas humanas em prisioneiros. Queimavam os cadáveres. Às vezes cortavam a mão direita dos criminosos condenados à morte.

O cronograma de instalação dos romanos na nova terra teve que sofrer atraso, quando se defrontaram com este povo aguerrido, chefiado então por Viriato, e, mais tarde, auxiliado por Sertório, desertor do exército romano.

Viriato, nascido na região em data ignorada, escapou ao morticínio contra os lusitanos levado a efeito por Sérvio Galba, governador da província Ulterior. Tendo-se refugiado nos montes, preparou ali a resistência. Apesar de algumas batidas, conseguiu um superávit de vitórias contra Vetílio, Caio Plâncio, Caio Nigídio, Fábio Emiliano, com penetração também na Espanha Citerior - Córdova, Granada e Múrcia. Serviliano, duas vezes vencido, assina um tratado em que reconhece o poder de Viriato. Roma não o ratifica e envia Cipião. O novo general suborna três embaixadores do chefe luso - Audax, Ditalkon e Minuros que, em 140 a.C., o assassinam enquanto dormia.

Morto Viriato, as tropas não puderam resistir, e os romanos anexaram a Lusitânia ao domínio de Roma, iniciando-se a romanização dessa parte ocidental da Península Ibérica.

Viriato ficou na memória do povo, e ainda hoje Portugal o cultua como símbolo nacional de independência e patriotismo. Há um quadro Juramento de Viriato, do pintor português Victorino Ribeiro (Lello

Universal, [193-?], v.4, p. 1323), e o poema *Viriato Trágico*, em 20 cantos, com estrofes de oitava-rima, de autoria de Braz Garcia de Mascarenhas, considerado a primeira epopéia portuguesa de segunda ordem.

Sua consagração maior está nos elogios e referências de Camões, dentro do próprio poema da nacionalidade, ao lado dos grandes heróis da terra lusa:

"Deixo, deuses, atrás a fama antiga,
Que co'a gente de Rômulo
[alcançaram,
Quando com Viriato na inimiga
Guerra Romana tanto se afamaram.
[(1, 26).

Este que vês, pastor já foi de gado,
Viriato sabemos que se chama,
Destro na lança mais que no ca-
[jado:
Injuriada tem de Roma a fama,
Vencedor invencível, afamado.
[(VIII, 6).

Sabe-se antigamente que trezentos
Já contra mil romanos pelejaram
No tempo que os viris atrevimen-
[tos
De Viriato tanto se ilustraram,
E dele alcançando vencimentos
Memoráveis, de herança nos deixa-
[ram,

Que os muitos, por ser poucos, não
[temamos
O que depois mil vezes amostramos
[(VIII, 36)."

O estandarte que Viriato usou nas batalhas contra os romanos é o conhecido sob o nome de BANDEIRA DOS LUSOS. Velhas crônicas portuguesas atestam a existência dessa insígnia nos tempos dos primitivos lusitanos.

Descrição Analítica

Segundo Camões (VIII, 5), a bandeira de Viriato expunha águias pintadas. Mas as crônicas e a tradição indicam um *dragão*. Quem está com a verdade? Sabemos que Camões, como qualquer outro poeta, na seqüência de seu veio inspirador, não iria parar a fim de verificar uma particularidade que em nada modificava seu pensamento. Uma águia ou um dragão, era, de qualquer modo, um animal que o herói apusera ao estandarte como símbolo do grupo. No contexto do início do Oitavo Canto, o que estava em jogo era mostrar os heróis lusitanos e não fazer um estudo de heráldica portuguesa. O sentido histórico pesava, mas não tanto, a ponto de Camões descrever também o símbolo do mitológico Luso - um ramo de oliveira, muito significativo, aliás, pois, a ser verdade, teríamos como insígnia nos inícios do povo lusitano aqueles ramos que por vez primeira acenou como símbolo grupal nas mãos de um homem no alvorecer da civilização egípcia. Além da lição trazida pelas crônicas, haveria outro argumento. Os romanos, embora adotassem para as coortes o dragão, tinham na águia seu símbolo máximo. Assim, custa admitir que Viriato escolhesse para seu "exército" o emblema maior do inimigo. Teria sido muita falta imaginativa!

Nessas condições, aceitamos a lição das crônicas, que nos afirmam: a bandeira dos antigos lusos era de fundo branco sob o qual se assentava um dragão verde. Como se vê, é o que há de mais simples. De certo modo reproduz a estrutura geral das bandeiras mais primitivas: um pano com o desenho do animal-símbolo.

Com quase toda a certeza, o animal não se representava aí na forma especial adotada pelos chineses, aproximando-se, ao contrário, do tipo mesopotâmico, conhecido em todo o Oriente Médio antigo: um animal com garras de leão, asas de águia e cauda de serpente, tendo a língua em forma de sagital ou bifida. O modelo teria sido trazido pelos fenícios, vizinhos das civilizações do Tigre e do Eufrates, ou pelos gregos, criadores da lenda de Jasão e o Dragão do Velo de Ouro, ou pelas coortes romanas.

Tratando-se de peça que não deixou exemplar em arquivos ou museus, é impossível reconstituir com absoluta fidelidade a forma do dragão escolhida pelos lusos e sua posição dentro do fundo do estandarte. E.P.C. de Almeida (1961) único, entre os que pesquisamos, a tentar o desenho do animal, optou por uma figura simples, cuja fonte não cita. Nós nos inclinamos pela ilustração trazida em Deberny et Peignot (5000 vignettes françaises fin-de-siècle, 1966, p. 47), por nos parecer mais próxima do modelo mesopotâmico, mais vigoroso e por isso mais indicativo da personalidade forte de Viriato e de seus companheiros da Serra da Estrela. É também a forma consagrada no Lello universal ([193-?], v. 4, p. 806). Embora já poderoso, é ainda mais simples do que o tipo descrito no Apocalipse (12, 3-4): "um grande dragão vermelho, que tinha sete cabeças e dez pontas, e nas suas cabeças sete diademas, e a sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu".

Quanto à colocação, seguimos Almeida (1961) dispomos a peça no centro da bandeira, o que parece mais natural.

Outra particularidade do dragão luso é sua cor: verde, contra o azul do congênere chinês, dácio e parta, ou o vermelho do Apocalipse. Não sendo espécimen encontrado na natureza, a cor é arbitrária em quem o adota.

Significação Cultural

A cor branca deverá ter sido escolhida por acaso, arbitrariamente, pela sua simplicidade, sem intenção expressa de querer significar algo. Para os primitivos, as cores não representavam o grupo, que era indicado, ao invés, pelo emblema - algum instrumento, vegetal, animal ou astro. É possível que tenha prevalecido o sentido estético-visual, uma vez que o branco prestava-se para realçar mais o dragão.

Sem insistir muito, poder-se-ia pensar também que o branco se prendia a alguma intuição filosófico-religiosa, semelhante à que encontramos na China, quando a filosofia taoísta do deus- plenitude teria inspirado, para a bandeira, o branco - plenitude das cores? Alguma filosofia aqueles homens deveriam ter. Tanto mais que a figura do dragão reforça a idéia de uma filosofia de plenitude, já que entre os taoístas este animal tinha presença garantida como expressão das forças da natureza. Assim, mesmo negada a influência chinesa para a *forma* do dragão luso, pode-se admitir, em tese, para a cor branca do seu estandarte, alguma insinuação de ordem metafísica, na linha da filosofia do Tao.

O dragão é que é o elemento mais rico da simbologia. Inicialmente, deve-se talvez afastar a idéia de totem. Apesar de algumas manifestações de primitivismo, os lusos de Viriato já se achavam em fase adiantada de cultura, proibitiva de substratos totêmicos. Ademais, se totem fosse o caso, teriam escolhido não o dragão, figura lendária, e sim um animal da rica fauna da Serra da Estrela, um lobo, um javali, um urso.

Poderia o dragão indicar uma fase religiosa mais adiantada, semelhante à dos gregos e

romanos da época, os quais, sem totem, representavam seus deuses também por animais? Pensamos que não. A influência romana, no caso, teria caminhado mais na linha dos cultos clássicos, de que os lusos deveriam ter conhecimento. Entre eles, o de Ísis, divindade egípcia, proibido mas depois incrementado em Roma sob os Antoninos e Severos, e espalhados pelas Províncias. Em Portugal de hoje, ainda há vestígios, como a lápide existente numa das paredes exteriores da Sé de Braga, nas proximidades dos limites da antiga Lusitânia. O caso de Ísis é tanto mais expressivo quando se pensa que a deusa oriental tinha em Roma sua festa maior na *Navigium Isidis* - o Navio de Ísis, procissão fluvial pelo Tibre até o mar. Assim, tivesse havido inspiração religiosa, Ísis, ligada às águas, teria sido proteção divina mais consentânea para os "navegantes" lusos do que o dragão, o qual, embora possa ser pensado como marinho, simboliza na tradição helênico-judaica o antideus.

Na verdade, o dragão é símbolo do mal, do medo, do terror, nas lendas do mundo clássico, exemplificadamente nas das Hespérides e de Jasão. No Antigo Testamento, *tan* e *tanin*, traduzidos por dragão e dragões, indicam seres reais: animais do deserto ou do mar. No Novo, aparece, em sentido metafórico. No Apocalipse (12 e 13), o termo indica o inimigo de Deus e dos homens bons. Esta tradição é recolhida pelo cristianismo na iconografia de S. Miguel e de São Jorge.

Entre os babilônios, no entanto, o dragão representou por algum tempo a divindade. Era, como vimos, o símbolo do poderoso Marduk, e, neste sentido, inspirador de vitórias contra os inimigos. Daí a composição somática, que para ele imaginaram, um misto de vários animais, cada um a representar um poder divino especial. Da divindade as vir-

tudes extrapolavam para os homens, especialmente em situações de guerra. Conscientemente ou inconscientemente, estavam ali com finalidade pedagógica, na linha da bandeirologia grega.

Desse modo, o dragão dos lusos poderia ter esta pauta de idéias: os pés de leão significariam a fortaleza; as asas de águia, a sabedoria, a velocidade; a cauda de serpente, a astúcia, a estratégia e a vigilância.

Este ideário poderá ter presidido também a iniciativa de Agamenon e dos Vikings em adotarem o dragão como símbolo.

Teria o mar ou o rio, tão úteis aos lusos, influenciado a escolha do dragão? Já vimos que na Bíblia o animal era considerado também como habitante do mar. São João o descreve como alado, mas dotado de grande reservatório d'água capaz de formar um rio. (Apocalipse 12, 15). Aqui voltaríamos a Ísis, como divindade mais engajada em aventuras marítimas e fluviais.

O dragão não entraria na bandeira dos futuros portugueses. Mas sua presença simbólica acompanhou, como timbre, as armas de D. João I, e alguns dos brasões do tempo de D. Manuel I. Foi insígnia e título de corpos militares nos Séculos XVII e XVIII, como Dragões de Chaves e a Companhia Franca de Dragões, esta última guarda-pessoal do Marquês de Pombal. No Século XIX tivemos dois jornais com o nome O Dragão, em Lisboa e no Porto.

Em outros países, o dragão foi adotado também em brasões e em estandartes militares. No estandarte da guarda de Luís XII havia a efígie de São Miguel dominando o dragão (Bouillé, 1872). Em 1554, Cosé-Brissac, marechal francês, criou no Piemonte, Itália, uma cavalaria, a quem deu como símbolo o dragão. Há também "dragões" entre os corpos militares da Grã-Bretanha. No Brasil,

a primeira corporação militar imperial foi a que mais tarde se transformou na dos Dragões da Independência, ainda hoje existente.

Os astrônomos, desde a mais remota antiguidade, consagraram igualmente o animal mitológico, titulando uma das constelações boreais nas proximidades do pólo, constituída de 220 estrelas, algumas duplas e triplas. Para uma delas - a Alfa - foi orientada a pirâmide de Queops. Era constelação conhecida também dos romanos, exemplificadamente, de Cícero (apud Saraiva, [1881]). Entende-se assim a hipérbole de São João: "a cauda do dragão arrastava a terça parte das estrelas do céu" (Apocalipse 12, 4).

Resta-nos a consideração sobre o verde, adotado pelos lusos para o dragão. Sinto-mático que seja verde a primeira bandeira em terra lusa, lembrança natural da cor dos ramos que por primeiro foram agitados como insígnia. Donde surgiu a idéia para os lusos? Dos majestosos carvalhos presentes nas encostas dos vales da Serra da Estrela? Dos belos lagos da região tão semelhante aos *lacs* dos Pirineus ou aos *lhos* de mar dos Cárpatos e tão inspiradores de lendas locais? Ou mesmo no mar, marcando profeticamente o destino náutico dos portugueses? O fato é que toda a exuberante natureza da Lusitânia inspirava o jovial e saudável verde para compor o primeiro guião daquela brava gente.

Após tantos séculos de colorido diverso, a última bandeira de Portugal voltará ao verde dos primeiros lusos, quase num estender de mão, para arrastá-los, redivivos e imortais agora, à unidade de um mesmo segmento humano através de fatos históricos os mais valorosos.

Nele, no verde, também se inspira a bandeira do Brasil, tomando a cor do antigo dragão lusitano como presságio e instrumento daquela Comunidade entre duas pátrias que, independentes, sempre quiseram ser uma.

Bandeira do Condado Portucalense

Contexto Histórico

Vencido Viriato, dissemos, Roma iniciou o domínio efetivo da região. Hoje nos lembramos do feito mais pela herança lingüística do que por qualquer outro elemento. Contudo, sabemos que, além da língua, a romanização atingiu todos os fundamentos culturais dos lusos, instaurando todas as pautas de comportamento da Capital do Império.

No Século V, enfraquecidos os valores da cultura latina, a Península caiu sob o poder dos bárbaros: vândalos na Galícia e Bética, suevos na Galícia e Lusitânia. Neste século já aparece o nome *Portus Cale*, derivado provavelmente de algum porto fiscal à entrada do rio Douro. No Século VI, os suevos convertem-se ao cristianismo, abrindo caminhos para novos segmentos de cultura. Por sua derrota, instala-se o reino visigótico, que iria permanecer por quase três séculos. O reino é organizado à base de compromisso político entre os vencedores e os ibero-romanos. A *Lex Romana Visigotorum* é substituída pelo "Código Visigótico".

Em 711, Tarique atravessa o Estreito de Gibraltar, vence Rodrigo, o último rei godo, iniciando a conquista árabe na Europa, que iria durar até o Século XV.

Pelágio, príncipe gado, que se havia refugiado em Covadonga, nas montanhas Astúrias, dirige em 718 os primeiros atos de reação.

Só no Século XI, porém, o movimento alcançou sua tônica maior. Foram organizadas verdadeiras Cruzadas, à semelhança das que se dirigiam ao Oriente, com iguais privilégios e indulgências. Pouco a pouco surgiram os resultados: reconquista de territórios, com a formação de Reinos: leão, Castela, Astúrias, Oviedo, Galícia, Navarra e Aragão.

A figura principal da operação é Afonso VI, que, em 1072, reúne sob seu cetro os reinos de Leão, Castela e Galícia. Quatorze anos depois é vencido em Zalaca, pelo que solicita colaboração militar aos cavaleiros cristãos de outras terras, principalmente da França, a quem declarou impossibilidade de resistir por mais tempo aos mouros, vendo-se na iminência de deixá-los passar para o território de além-Pirineus. Só em maio de 1087, sete meses depois, é que chegaram os reforços franceses. En-

tre os cavaleiros vieram Raimundo e Henrique de Borgonha, primos, que se faziam acompanhar de Rui Diaz de Vivas, autor do poema épico *Cid*, o Campeador. Quando chegaram, o perigo já havia passado; por isso, voltaram às suas terras. Mas os dois primos permaneceram.

Qual a origem de Henrique? Teses antigas faziam-no descender de imperadores do Oriente, de reis da Hungria, de duques de Lorena ou de condes de Limbourg, opiniões combatidas por Frei Antônio Brandão in *Monarquia Portuguesa*. Surgiu depois a doutrina de sua ligação direta com a Casa de Borgonha, Condado, o que também foi refutado. Em 1595, Frei Joaquim Roman defende a tese da descendência da Casa de Borgonha, *Ducado*, confirmada por um documento de 1596, impresso em Frankfurt. No fim do Século XVII o cronista espanhol Luís de Salazar e Castro volta à proposição do Condado. Frei Manuel de Figueiredo escreve um livro refutando Salazar a favor da tese do *Ducado*, que é a aceita hoje.

A genealogia imediatamente anterior de Henrique é a seguinte:

- Hugo, o Grande, morte em 950
- Hugo Capeto, chefe da dinastia dos Capetos
- Roberto II, o Piedoso
- Roberto I, duque de Borgonha
- Henrique

HENRIQUE, CONDE DE PORTUGAL

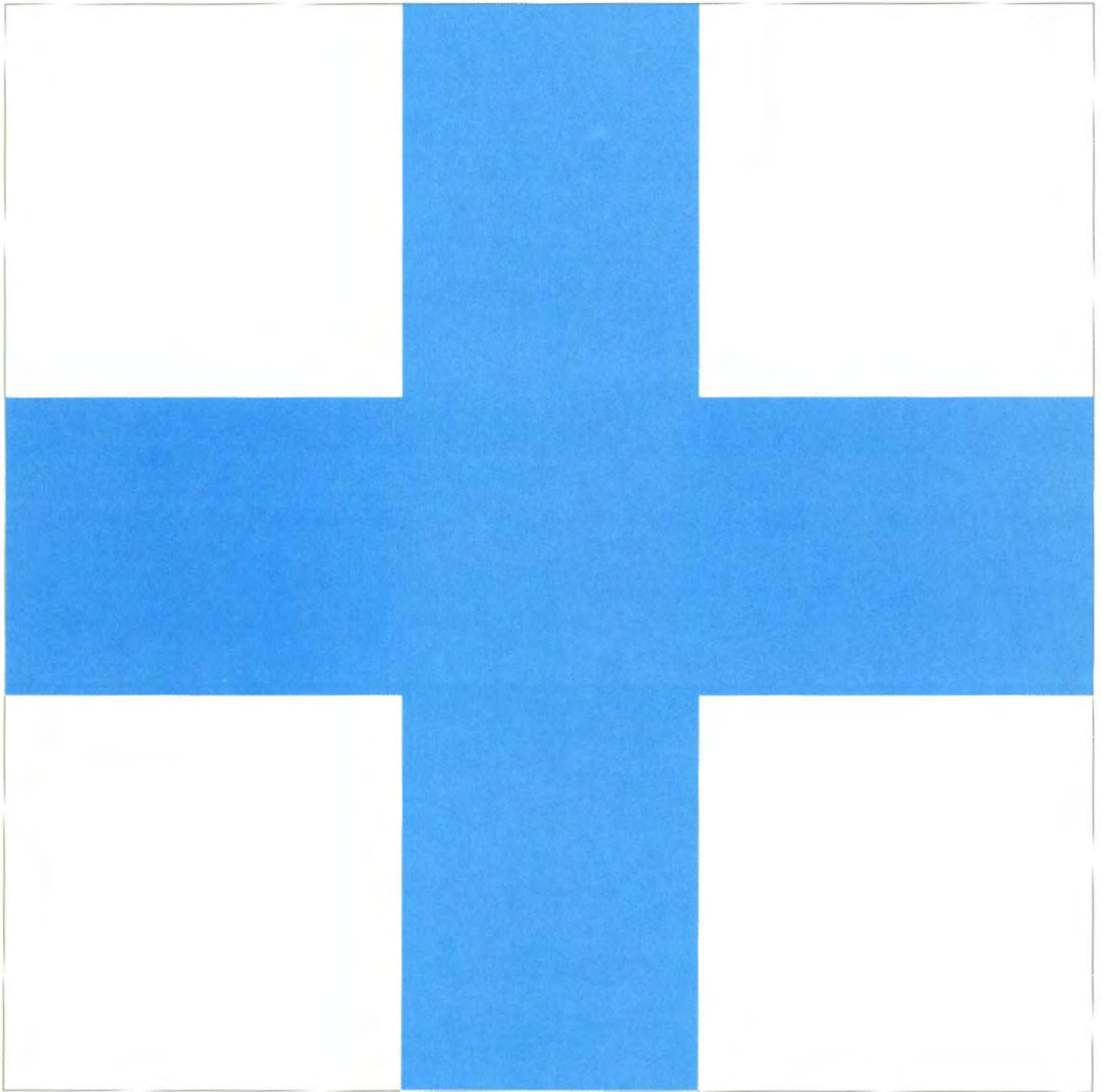
Por que vieram D. Henrique à Espanha? Segundo as *Crônicas Breves de Santa Cruz de Coimbra*, 29, "veio a S. Tiago (de Compostela) em peregrinação" (apud Dantas, 1938, p. 6). Já para Anselme, autor da *Histoire Généalogique des rois de France*, o cavaleiro francês vinha "à procura de suas aventuras" (ibid., p. 7).

Qualquer que tenha sido o motivo, o bom acolhimento que Afonso VI fez a D. Henrique, "deveu-se, sem dúvida alguma, à circunstância do grau de parentesco entre as

Casas de Borgonha e de Leão, mas acima de tudo à proteção de Hugo, abade de Cluny, também de Borgonha e poderoso parente dos príncipes franceses, pelo qual Afonso VI tinha as maiores deferências e o mais acendrado respeito[...] O fato de serem parentes de Afonso VI abria-lhes um largo caminho sem dúvida, mas o terem vindo de Borgonha, onde a Ordem de São Bento de Cluny possuía a sua sede, tinha maior importância, se nos lembrarmos da influência notável que essa mesma ordem monástica desempenhou nos destinos da Península e de toda a Cristandade em qualquer dos aspectos que a encaremos, desde o político ao espiritual e ao artístico" (Mascarenhas, 1941, p. 11-12).

Enquanto Raimundo casava com Urraca, filha de Afonso VI, e recebia o governo de partes do território, Henrique esposava outra filha do monarca, Terejia ou Teresa, sendo-lhe entregues todas as terras do Minho ao Tejo sob a denominação de *Condado Portucalense*, diretamente subordinado a Afonso VI. As disposições da lei visigótica proibiam o dote de bodas; por isso o Condado lhe passava às mãos como doação, em caráter hereditário, diferentemente dos outros Condados de então. D. Henrique ficava "senhor dum território de bastante importância estratégica, que lhe competia defender das investidas dos infiéis e dilatá-los, sempre que fosse possível, para engrandecimento da Cristandade, de que tanto ele, como os outros príncipes cristãos, andavam empenhados nessa época" (ibid., p. 15).

Ao ser criado o Condado, em 1095, 96 ou 97, Henrique de Borgonha adotou como insígnia a que se conhece como BANDEIRA DO CONDADO PORTUCALENSE, também chamada Bandeira da Fundação.



Descrição Analítica

Não há prova autêntica que ateste o verdadeiro *design* da bandeira de D. Henrique. Nada se pode induzir também da Esfragística ou da Numismática coeva. No entanto, todos os estudiosos aceitam a tradição de que o Conde adotou por insígnia uma cruz de azul esquartelando um campo branco em partes iguais. Concordam com esta lição historiadores e heraldistas como Nunes de Leão, Oliver de la Marche, Afonso de Dornelas. Enciclopédias e livros de divulgação, em Portugal e no Brasil, transmitem o modelo, sem nem mesmo levantar a questão da falta de documento histórico.

Estamos nos inícios das Cruzadas, cujos participantes escolheram por símbolo uma cruz. Supôs-se, assim, que D. Henrique, como príncipe cristão, ao vir à Espanha para um empreendimento idêntico ao que seus pares procuravam no Oriente, haja optado pela mesma insígnia. Corria entre os mouros a profecia fatídica de que seu reino começaria a cair no dia em que uma cruz dourada penetrasse nos muros de Jerusalém. Com ou sem profecia, foi de fato o que aconteceu, quando a bandeira do Duque Godofredo de Bulhões com as características do vaticínio, instaurou o Reino Franco de Jerusalém. O mesmo teria esperado fazer o bisneto de Roberto II, ao atender à convocação de Afonso VI para combater o Crescente.

Significação Cultural

Em relação às Cruzadas, que significa a bandeira de D. Henrique? Especialmente nos inícios, o símbolo dos Cruzados não tinha estilização nenhuma, não se submetia a regras heráldicas, ainda por nascerem. Era uma simples figura esquartelando o fundo em partes iguais. Quanto à cor: logo após as palavras-programa de Urbano II, criador do movimento, os Cruzados adotaram a cruz de vermelho em campo branco. A seguir, para haver distinção entre os diversos países, convencionou-se informalmente e depois oficialmente na Conferência de Gisors, em 1188, que os franceses adotariam o vermelho, os ingleses o branco, os flamengos o verde, os bretões o negro, os italianos o amarelo, e assim por diante. Com a mudança da cor da cruz, houve a necessidade estética de trocar também, conforme o caso, o campo branco. Hoje a maioria dos países participantes das Cruzadas conservou o

mesmo símbolo mas com algumas variações: todos deram outra configuração à peça, que agora divide o fundo em partes desiguais, ficando a cabeça da cruz junto à haste. Somente a Finlândia conservou o fundo branco, com a cruz azul. Apenas a Islândia tem a cruz em vermelho, com fundo azul. A Noruega e novamente a Islândia orlaram de branco a cruz de azul ou de vermelho, respectivamente, para evitar o encontro dos esmaltes vermelho e azul do fundo, rigorosamente proibido em heráldica. Dinamarca e Suíça inverteram as cores: fundo vermelho, cruz de prata. O país helvécio, além disso, pôs a cruz solta dentro do campo, ao invés de adotar a forma inscrita, isto é, com as pontas indo até às extremidades do campo.

Assim, a bandeira de D. Henrique perpetuou com exclusividade para a história a configuração original do símbolo dos Cruzados: uma cruz inscrita esquartelando o campo em partes iguais.

A segunda referência é à bandeira de *Viriato*. Geograficamente, a coincidência de Portugal com a região correspondente à Lusitânia de *Viriato*, pré-romana, é mais perfeita do que com a Lusitânia, divisão administrativa romana, que era arbitrária, com a capital em Mérida, no interior, ao passo que o Portugal subsequente, com a capital na foz do Tejo, desenha mais nitidamente a vocação atlântica da vertente ocidental da Península.

Quanto à continuidade étnica entre lusos de *Viriato* e portugueses de D. Henrique discutem os autores. Seriam os lusos do herói da Serra da Estrela os ascendentes proto-históricos dos portugueses? Não, responde Herculano e argumenta: não há coincidência de limites entre a Lusitânia e o moderno Portugal; povos estranhos "diluíram" a antiga raça lusa; a sinonímia

lusu-português foi invenção literária e não científica dos humanistas portugueses do Renascimento. Não, diz também Damião Peres, observando que a descontinuidade racial se teria dado nas épocas árabes e da Reconquista, com um "ermamento" quase total das regiões ao norte do Douro. A tese contrária é sustentada por Oliveira Martins, Leite de Vasconcelos, Alberto Sampaio, Mendes Correia. Quanto a João Ameal (1942, p. 15) não assume posição definida, concluindo: "Se os Portugueses não descendem dos Lusitanos, dir-se-á que os Lusitanos ascendem, por adoção espontânea, efetuada do Renascimento para cá".

No aspecto religioso, a mudança fora total: pagãos em origem e por educação romana, cristãos-arianos ao tempo dos bárbaros, cristãos-católicos com exclusividade nos Séculos VI e VII, em mistura com o Islão durante o domínio árabe, os habitantes da antiga Lusitânia eram, no Condado Portucalense, cristãos-católicos definidos, gozando de uma das mais clássicas organizações do cristianismo da época, fruto do trabalho pastoral de Idácio, Leandro, Bráulio e Isidoro, grandes expoentes da igreja na Península.

Culturalmente, três camadas haviam passado por sobre a escala de valores dos antigos lusos. Os romanos deixaram-nos organizados em *villae* latifundiárias contra o antigo sistema de castros serranos; acostumaram-nos às grandes instituições urbanas nos moldes municipais de Roma: tribunais, escolas, templos, teatros, banhos públicos, praças de comércio; colocaram-nos em comunicação com outros grupos humanos através de um amplo sistema rodoviário. Os germânicos trouxeram o exemplo das grandes aristocracias guerreiras e do grande senso de adaptação jurídica e flexibilidade política. A influência árabe foi mais extensa

e de cunho prático. “A aculturação foi profunda e geral: os árabes ensinaram aos cristãos desde o trato do campo até o trato do céu. A terra foi cultivada por outros processos, com sementes e plantas novas que a Europa desconhecia. Novas fibras foram introduzidas e a indústria dos tecidos, o aproveitamento artístico das madeiras, com natural reflexo nas construções das casas, no mobiliário, trouxeram conforto e luxo até então desconhecidos. Enriqueceu-se a arte culinária, tornou-se lauta a mesa, aperfeiçoou-se o paladar e até a própria neve das montanhas deu a sua contribuição às exigências do gosto oriental. Os pastoreios, a criação dos rebanhos, o aproveitamento das peles, da lã, dos couros enriqueceram as populações do sul e ministraram novos recursos ao luxo, à moda. A arte de guerra foi renovada completamente; a estratégia dos árabes ensinou o aproveitamento das alturas, das colinas, e dos obstáculos naturais da paisagem. As indústrias intimamente ligadas à vida militar tomaram incremento nunca visto: a forja do aço, do ferro, o fabrico das armas. Quando a relativa tranquilidade permitiu, floresceram as artes e as ciências, a filosofia, as matemáticas, a física, a química, a medicina, a música, as danças, a arquitetura. Até mesmo nesse terreno invencível da fé, embora o proselitismo nunca fosse característica dos semitas, até mesmo aí não foi pequena a influência árabe: muitos, por motivos certamente materiais e não espirituais, aceitaram o Alcorão” (Bueno, 1958, p. 47-48).

Pergunta-se então: A bandeira de D. Henrique vinha restaurar a honra dos antigos lusos que, desde Viriato, nunca mais tinham tido insígnia? Era uma bandeira da mesma família, lusa, que voltava a flutuar na

mesma terra após tantas bandeiras de tantos povos? Ou era a primeira bandeira estandarte de um novo povo que se formava para uma nova nação? Não aparecendo inconcussa a tese da continuidade étnica e, por outro lado, evidenciada a descontinuidade religiosa e cultural, resta a comunidade telúrica e a fraternidade por adoção para ligar as duas bandeiras: a de Viriato e a de D. Henrique.

Em termos de Ciência Política, a bandeira dos antigos lusos era mais representativa do que a do Cruzado borgonhês. De fato, ela indicava uma *tribo-nação*, independente, sem unidade política superior. A de D. Henrique indica uma *província*, parte integrante e dependente de um reino-nação.

Em termos de evolução bandeirológica, embora, como se disse, não haja nenhum documento probatório, o estandarte do Condado Portucalense representa o primeiro elo do processo genético do pavilhão português, colocando-se para muito além do alcance especificamente histórico da bandeira de Viriato.

Consideremos agora os elementos particulares da insígnia. Como para o estandarte de Viriato, o *branco* da bandeira de D. Henrique pode ter sido escolhido arbitrariamente, sem significado espiritual. Pode, porém, revelar alguma inspiração interior, embora nada o comprove. Não deixa de ser notável a persistência do branco como característica da realeza na França de tempos posteriores. Em 1574 é Henrique III que traz conscientemente esta cor para sua bandeira. É pelo fato de o branco representar a casa real que os Revolucionários, em sinal de tolerância, o adotam na Tricolor. Em 1815, a Restauração revive o branco de Henrique III, como sinal da volta da realeza. Cronologicamente impensado en-

tre este branco *político* dos reis franceses e o branco *religioso* dos taoístas e sufistas, é possível que a escolha de D. Henrique tenha sido consciente, motivada por algum princípio filosófico.

A *cruz* representa o cristianismo em seu contexto sociopolítico mais expressivo da Idade Média - as Cruzadas. Em contraposição a Viriato, D. Henrique não adota o dragão, oriundo do paganismo e sem vínculo religioso direto; adota uma cruz, procedente de uma religião revelada. Contudo, em termos políticos, ambos os emblemas incitavam uma mesma ação: luta contra o inimigo - romano ou árabe. Muito mais notável é a ausência de flores-de-lis do escudo de armas da Casa de Borgonha (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 351). É observável também a não inclusão de símbolos que recordassem seus amigos de leão e Castela, o que mostra o espírito independente do Conde.

O *azul* traduzia evidentemente a origem borgonhesa de D. Henrique. O escudo da Casa era esquartelado, com dois campos em azul. Esta fora a cor da Capa de S. Martim, considerada a primeira bandeira da França. O manto real francês, diferentemente dos congêneres, era azul na parte externa. Também o fundo do escudo abacial da Ordem de Cluny, o que terá levado Henrique a prestar uma homenagem aos seus protetores. Posteriormente, esta será a cor de muitos brasões franceses e do campo da bandeira de Carlos VII.

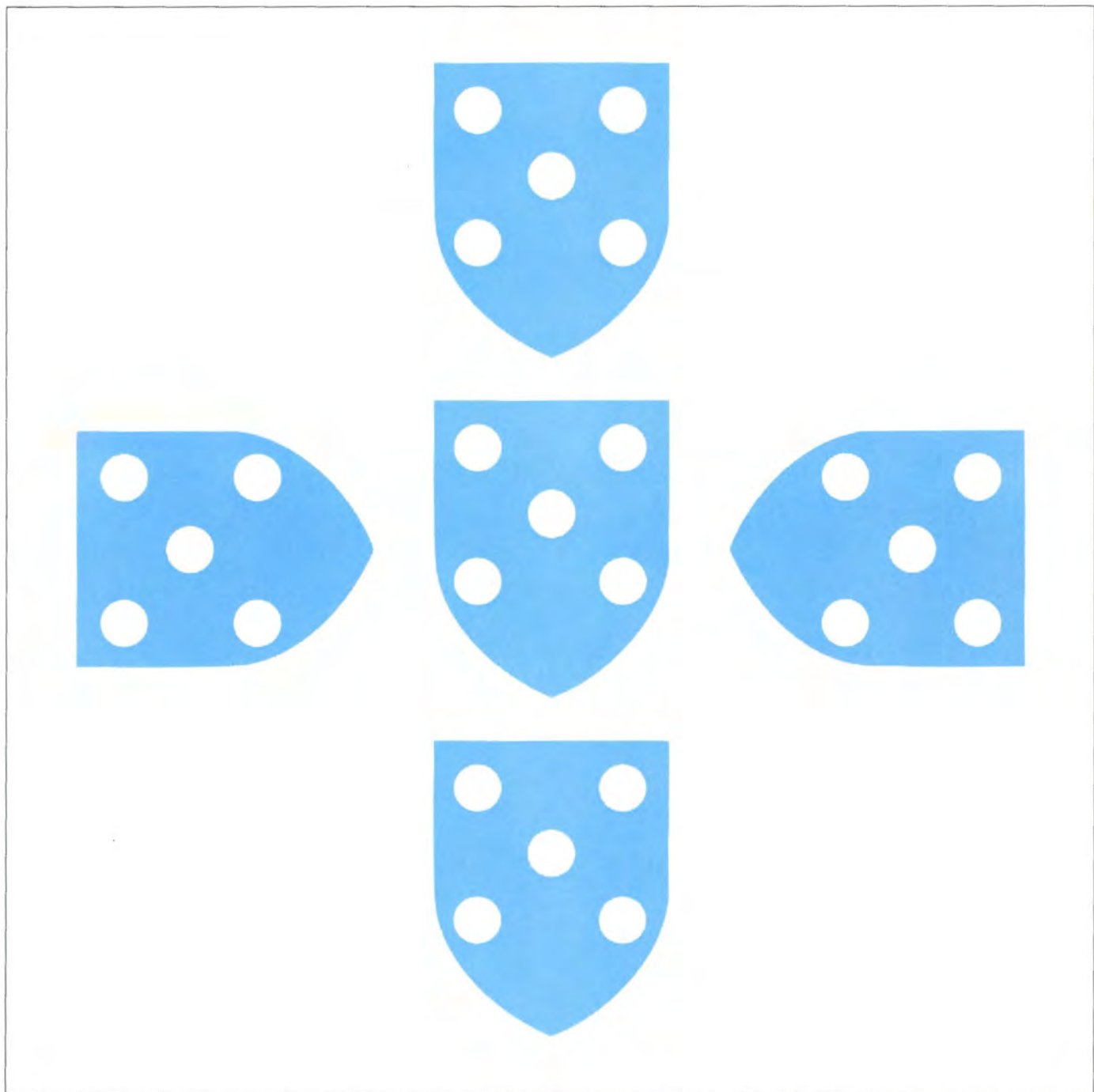
A bandeira de D. Henrique, na forma em que a descrevemos, foi incorporada oficialmente ao patrimônio cultural da Terra lusa, em 1940, quando do duplo centenário da Independência e da Restauração, e foi hasteada em meio a outros pavilhões históricos da nação.

Bandeira do Reino de Portugal

Contexto Histórico

Os principais fatos que cercam o aparecimento desta bandeira histórica de Portugal inscrevem-se no quadro abaixo:

- 1107 - Morre Raimundo, primo de D. Henrique.
- 1109 - Morre D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, a quem se submetia o Condado Portucalense. Assume Urraca, viúva de Raimundo e



- cunhada de D. Henrique. Este havia prometido fidelidade a Afonso VI, achando-se agora descomprometido. Tanto mais que Urrara não encontrava apoio nenhum entre a nobreza de Leão e Castela, em vista de sua vida licenciosa e de suas arbitrariedades no governo. A rainha foi deposta por seus concidadãos e encerrada em Castela, no Aragão, sendo substituída pelo filho, que tomou o nome de Afonso VII, o Batalhador.
- 1111 - Nasce em Guimarães Afonso Henriques, filho do Conde D. Henrique e D. Teresa. O Condado aumenta com Santarém tomada aos mouros.
- 1114 - Morre D. Henrique em Astorga, combatendo os árabes. Durante a menoridade de Afonso Henriques, governa D. Teresa. Seu turbulento reinado suscita ódio entre nobres e eclesiásticos, e até em seu próprio filho. A todos prejudicava em benefício de seu favorito Fernando Perez, conde de Trava.
- 1125 - Aos 14 anos, Afonso Henriques arma-se a si mesmo Cavaleiro na Sé de Zamora. Sintetiza em si o fosso cavado entre a regente e o povo. Preparava-se uma luta armada entre as partes antagônicas.
- 1128 - Na Batalha de S. Mamede, próximo a Guimarães, Afonso Henriques vence os exércitos da genitora, que foi exilada para o Castelo de Lanhoso, onde veio a falecer dois anos depois.
- 1139 - Após 11 anos de preparação, Afonso Henriques enfrenta o segundo obstáculo do seu sonho de ver um Condado livre: vencer os mouros. Na Batalha de Ourique, no Alentejo, sai vencedor. Os soldados aclamaram-no rei. Cauteloso e sem ambição pessoal, o herói convoca uma Assembléia de Bispos em Lamego, que confirma o título real.
- 1140 - Terceiro e último impasse vencido: em Valdevez alcança vitória sobre os lioneses. Estava proclamada a independência do novo reino.
- 1143 - Pelo Tratado de Zamora, Afonso VII reconhece a nova nação. Para assegurar-se melhor de futuras ingerências do senhor de Espanha, Afonso Henriques torna-se feudatário da Santa Sé, segundo costume da época, assumindo espontaneamente o compromisso de pagar, ele e seus sucessores, o tributo anual de quatro onças de ouro, mais tarde elevado para dois marcos.
- 1147 - Iniciando o projeto de expansão do reino, vence os mouros em Santarém, num ataque de surpresa.
- 1151 - Toma Lisboa, de excepcionais condições geográficas, de beleza e de salubridade. Sucessivamente, vão sendo incorporadas Alcácer do Sal, Évora, Beja, Serpa...
- 1179 - O Papa Alexandre II reconhece o título de rei ao fundador da nacionalidade portuguesa.
- 1185 - Morre D. Afonso Henriques, com 74 anos de idade e 57 de governo.
- Certamente, o Infante D. Afonso usou, inicialmente, a bandeira do pai, o que levou a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira ([1936-60], v. 4, lâmina entre as páginas 108 e 109) chamá-la de Bandeira de D. Afonso Henriques. Outros chegam a dizer que a primeira transformação no estandarte do Conde só veio com Sancho I, filho e sucessor de Afonso Henriques.
- No entanto, a quase totalidade dos autores atribuem a D. Afonso Henriques a criação de um novo pavilhão, cognominado BANDEIRA DO REINO DE PORTUGAL, que poderia dizer-se também Bandeira da Fundação da Nacionalidade Portuguesa. Mattos a chama de Primeira Bandeira das Quinas (p. 21).

Descrição Analítica

A bandeira de D. Henrique é constituída de fundo branco, no qual se assentam cinco escudetes de azul em forma de cruz, contendo cada um cinco *besantes* de prata.

Sobre as cores, número e distribuição dos escudetes não há controvérsia. Quanto ao número de *besantes*, porém, discutem os autores.

A rigor, não se poderia dar uma resposta de caráter absoluto, uma vez que reina a maior diversidade na documentação. Entre pequenos e grandes documen-

tos do tempo do primeiro rei de Portugal e de épocas imediatamente posteriores, o número de *besantes* oscila de três a 100. Há documentos de um mesmo rei, a começar pelo próprio D. Afonso Henriques, com número diverso de *besantes*.

Dois *Cronicões*, publicados em meados do Século XV, mas baseados em documentos mais antigos, descrevem que, na Batalha de Ourique, Cristo apareceu a Afonso mandando que pusesse no estandarte símbolos rememorativos da Paixão, que o Infante traduziu em escudetes para recordar as cinco chagas, e *besantes* para os 30 dinheiros com que Judas vendera o Mestre. Alexandre Herculano publicou os dois documentos no *Portugaliae Monumenta Historica* (Feliciano, 1907, p. 29).

Há documentos da época de Afonso Henriques, com cinco ou mais escudetes, com cinco ou mais *besantes* em cada escudete, e às vezes até sem os *besantes* (Mattos, J., 1961, p. 24-25). Há também moedas em que o único distintivo é a cruz (Mascarenhas, 1941, p. 20). Ainda: "o sinal de Afonso Henriques" ■ traz 12 escudetes, cada um com cinco *besantes*, perfazendo o total de 60. Armando de Mattos chama-o de "primeiro arranjo heráldico das armas nacionais portuguesas" (apud Mascarenhas, 1941, p. 19-20). O documento mais antigo que se conhece deste sinal rodado é de 1183. Mas não é possível que só dois anos antes de morrer o primeiro rei o tenha adotado como selo oficial. Tem que se pensar em uma data anterior. E assim teremos o número cinco para as peças internas dos escudetes, embora em forma de cruz. Posteriormente, mas ainda em tempos do fundador da nacionalidade, ter-se-ia adotado a forma de "quina", à semelhança dos dados e das cartas de baralho.

Existe também o *selo da Condessa de Flandres*, filha de Afonso Henriques: vamos encontrar aí igualmente cinco escudetes, ligados em cruz, carregados de cinco besantes (Mascarenhas, 1941, p. 23).

Como aparecem nos reinados subsequentes peças com número superior de besantes, mais comumente com 11 e 12, inferem alguns autores que, apesar da boa documentação do tempo de Afonso Henriques a favor da tese dos cinco besantes, a redução para cinco somente se deu a partir de Sancho I, segundo rei, ou, conforme outros, ainda mais tarde. Existem, de fato, documentos com 11 e 12 unidades do tempo de Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III, D. Dinis e Afonso IV. Todavia, existe também com cinco e até com quatro, consoante se pode ver em moedas de Sancho I. Não havia rigor na representação: a Pedra d'armas da Torre de Marim, mandada construir por D. Dinis, apresenta 59 besantes (em origem seriam certamente 60; um terá se deteriorado com o tem-

po) e enquanto isso, há moedas do mesmo rei-trovador com cinco besantes.

Camões aceitou a interpretação dos cinco besantes:

Três dias o grão Rei no campo fica.
Aqui pinta no branco escudo ufano;
Que agora esta vitória certifica,
Cinco escudos azuis esclarecidos,
Em sinal destes cinco reis vencidos.
[(III, 53)]

E nestes cinco escudos pinta os trinta e cinco
Dinheiros, por que Deus fora vendido;
Escrevendo a memória em vária tinta
Daquela, de quem foi favorecido;
Em cada um dos cinco, cinco pinta:
Porque assim fica o número cumprido,
Contando duas vezes o do meio
Dos cinco azuis, que em cruz pintando
[veio. (III, 4)].

Embora o Poeta não possa servir de prova histórica, sua palavra reforça a interpretação que prevê a "quina" já a partir do primeiro rei de Portugal.

Camões não fazia outra coisa senão conformar-se com a opinião popular, segundo nos diz Garcia Resende (apud Lessa, 1940, p. 16). Na verdade, no Século XVI consagrou-se a crença do milagre de Ourique, e, portanto, a tese dos cinco besantes.

No entanto, ainda hoje, cidades de Portugal guardam em suas armas escudetes com 11 besantes e na disposição antiga: 3-2-3-2-1, exemplificadamente as cidades de Guimarães, de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, e Silves, antiga capital moura do Algarve tomada por Afonso III (Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 1222; v. 4, p. 1069, 1372).

Somente um estudo específico, com acesso direto aos museus e arquivos de Por-

Selo de D. Afonso Henriques



Pedra d'armas da Torre de Marim



tugal, esclareceria melhor a questão. Para nós, a bibliografia indireta a que tivemos acesso parece encaminhar-nos mais para a lição popular. De qualquer maneira, para os efeitos maiores deste livro, qualquer das lições tem serventia. O que dissermos sobre as "quinas", na hipótese de sua existência desde D. Afonso Henriques, vale também na hipótese de seu aparecimento ter sido posterior. Trocáramos apenas a autoria: em vez de dizer "D. Afonso escolheu os cinco besantes para simbolizar" diríamos: "Sancho I, [...] D. Dinis [...] Afonso VI [...] reduziu os besantes a cinco para simbolizar [...]"

Feita esta advertência para situar bem o leitor na verdade histórica, passemos à análise propriamente dita. Fundamentalmente, observa-se que as cores do estandarte de D. Henrique foram conservadas pelo filho: o branco e o azul. Também foi deixada a cruz, se bem que sob outra forma. D. Afonso Henriques terá ponderado: não convém que represente a nação independente o símbolo que indicava um Condado submetido a Leão e Castela; por outro lado, é interessante conservar a cruz, insígnia do Cruzado - o que homenageava o pai, e, ao mesmo tempo, seu espírito inventivo - ao criar novo símbolo para o novo presente da terra que libertara.

Na bandeira aparecem cinco escudetes. *Escudete* - o nome o diz - é um pequeno escudo. Mais tarde, quando surgir a heráldica, haverá terminologia e leis próprias para ele. Por exemplo, como qualquer outra peça, só poderá constar dentro de um escudo; constando, deve assumir a mesma modalidade do escudo que o contiver: clássico, francês, lisonja, etc. Por enquanto, eles aparecem soltos dentro do campo total e não limitados por escudo. Por coincidência, apresentam-se segundo a

futura lei heráldica: quando em número de cinco, os escudetes devem se formar em cruz. Observemos ainda que as pontas dos dois escudetes laterais estão voltadas para dentro. Tempos depois, em 1485, D. João II ordená-los-á segundo a vertical.

O nome *besante* deriva da antiga moeda homônima de Bizâncio, de ouro ou prata, que se espalhou muito na Europa ao tempo das Cruzadas. Em Portugal, a moeda bizantina circulava nos primeiros dias da nacionalidade, talvez com o valor de um maravedi árabe, que corria também na terra lusa, valendo mais ou menos 27 réis, (Lello Universal [193-?], v. 3, p. 317), citado ainda por Eça de Queirós e Júlio Dantas. Coelho Neto os cita no sentido genérico de moeda; Herculano, em sinédoque, usa-o para expressar a bandeira de Portugal (Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, [1936-60], passim). Originariamente, os besantes eram moedas *in natura*, pregadas no escudo, para simbolizar o direito do Soberano de cunhar dinheiro. Mais tarde, ao sistematizarem-se os códigos da heráldica, os besantes se tornaram apreciáveis entre nobres e famílias aristocráticas, embora considerados sempre de ordem inferior. Há distinção entre besantes e arruelas: os primeiros são de "metais" (prata ou ouro, branco ou amarelo) que se assentam sobre 19 esmaltes" (as diversas cores, excluídas as anteriores); as arruelas são também círculos, mas de "esmalte" assentado sobre "metal". É uma distinção técnica, em que os não-especialistas às vezes tropeçam; Herculano, por exemplo, confunde estas duas peças heráldicas (Feliciano, 1907, p. 29-30).

Algumas famílias brasileiras - Gomes, Avelar, por exemplo - apuseram besantes em seus brasões (Mattos, A., 1936, p. 5 e 11).

Significação Cultural

A simbologia quase total da bandeira prende-se ao número dos escudetes e dos besantes. São várias as versões dos autores, todas com maior ou menor força de argumentação. Não havendo uma palavra formal de D. Afonso Henriques ou de algum seu intérprete autêntico, torna-se inviável um parecer definitivo e absoluto. Faremos a exposição e a crítica de cada uma das teses.

A primeira versão, aceitando o milagre de Ourique, diz que os escudetes representam as cinco chagas de Cristo, e os besantes ("contando duas vezes o do meio"), os 30 dinheiros da traição de Judas. J. Fernandes Mascarenhas, eximindo-se de ajuizar sobre o milagre "cheio de poesia e de unção religiosa que a tradição do povo crente da nossa terra consagrou, não obstante a falta de documentos coevos sobre o assunto" (1941, p. 24) nega o simbolismo para a época de D. Afonso Henriques, porque o primeiro rei nunca teria usado os cinco escudetes, e sim 12, como prova - diz o autor - o sinal rodado de 1183 (ibid., p. 25). A argumentação não é válida, porque, como dissemos, existem outros documentos do filho de D. Henrique com cinco escudetes, e, por outro lado, a peça aventada é muito tardia - dois anos anteriores à morte do herói - para decidir sobre os símbolos originais de D. Afonso Henriques. O segundo argumento de Mascarenhas é tirado do Dr. Armando de Mattos, o qual diz o seguinte: a admitir a influência do milagre nas armas de Portugal, "tínhamos de admitir que os besantes eram os 30 dinheiros de Judas. Ora, isto é

inconcebível, pois num escudo, onde havia a simbólica da cruz como razão de máximo orgulho, não se iam incluir os *dinheiros*, símbolos da traição e da infâmia" (apud Mascarenhas, op. cit., p. 26). Responde-se: é o que precisamente diz a versão: os escudetes para as chagas, os besantes para os dinheiros. Pode ser que esta não seja a versão verdadeira, mas não é inconcebível juntarem-se símbolos das chagas e dinheiros, se entre eles há uma ligação, qual seja: apesar da traição de Judas, as chagas de Jesus redimiram o mundo. Insiste Mascarenhas: se representassem os dinheiros, deveria haver 30 besantes, e não apenas 25 (ibid., p. 26). Replica-se: Camões já deu a resposta: são 30 "contando duas vezes o do meio". O argumento mais sério do autor parece ser este: "Estando-se numa época em que as coisas se representavam por uma forma tanto quanto possível real, em virtude do atraso em que o povo se encontrava e em que a Heráldica tinha feito a sua apresentação na Península, não era lógico e racional admitir que fossem representar as chagas de Cristo de azul. Representá-las, sim, mas de vermelho, para simbolizar o sangue precioso que o Salvador derramou pela humanidade e nunca de azul" (p. 25). De fato, o mais natural seria a cor vermelha. Mas, a prevalecer a opinião de Mascarenhas sobre a presença da Heráldica já nesta época, argumentamos *ad hominem*: como poderia assentar besante vermelho sobre azul, superpondo esmalte a esmalte, violando uma das regras fundamentais da ciência dos brasões! O simbolismo das chagas está mais no número clássico - cinco - do que na cor. Em resumo: não defendemos, em caráter absoluto, a tese do simbolismo das chagas e do dinheiro; somos contrários ao fato de a tese ser combatida com os argumentos apresentados por Armando de Mattos e J. Fernandes Mascarenhas. Julgamos muito

radical sua afirmação sobre a falta de documentos favoráveis aos cinco escudetes já à época de Afonso Henriques, base para a interpretação das cinco chagas. Não é que a crença popular deva prevalecer sobre a verdade histórica. Mas a uma crença multissecular e consagrada no poema maior da nacionalidade só se pode opor um trabalho sério, de absoluto rigor científico.

Esta primeira interpretação sobre o significado dos escudetes e dos besantes impressionou os nossos Inconfidentes. De fato, Tiradentes, “ponderando que Portugal adotara por armas cinco chagas de Jesus Cristo, propôs que se adotasse por armas da nova República um triângulo significando as três pessoas da Santíssima Trindade” (Joaquim Norberto de Souza Silva, *História da Conjuração Mineira*, p. 115, apud Araripe, 1891, p. 299-300).

Correm poesias populares por conta desta interpretação. Exemplificando, esta de J. R. da Costa Junior (1963, p. 7):

Bandeira das 5 Chagas
 A representar bravura,
 A flutuar tu propagas
 O gosto pela aventura.
 Até Silves tu chegaste
 Nas mãos de Sancho I
 E o Algarve conquistaste
 Nas mãos de Afonso III!

No caso de verdadeira esta interpretação, teríamos aqui, mais uma vez, aquela atitude de antigos guerreiros - Amenófis IV, Nabucodonosor II, Asoka, Dario, e, principalmente, Constantino - que após vitórias bélicas devotaram-se com mais piedade a seus deuses, levantando-lhes templos e símbolos. O milagre de Ourique repete, em particular, o ato providencial da Ponte Milvia: é o mesmo Cristo que aparece, promete vitória e indica um novo estandarte.

Não está em jogo negar ou afirmar o milagre, e sim saber se D. Afonso Henriques adotou cinco escudetes com cinco besantes cada um, e, no caso positivo, se tencionou simbolizar neles chagas e dinheiros da paixão de Cristo. Segundo se patenteou, não há no momento possibilidade de dar-se uma resposta absoluta para estas duas questões. O que é certo é que a partir do Século XV-XVI fixou-se popularmente a crença no milagre como verdade histórica e como inspiração para os escudetes e besantes. Mesmo que se negue isso para os primeiros tempos da nacionalidade, o que temos hoje é um escudo que se alia à corrente cultural-religiosa iniciada pelo reformador da religião egípcia e que teve seu ápice no primeiro imperador cristão de Roma.

O Brasil, embora muito religioso, nunca fez constar de seus pavilhões e estandartes símbolos ligados a fatos sobrenaturais. A Cruz que abraçava o escudo imperial era uma peça histórica, a de uma Ordem Militar, que, por sua vez, a arrancara das páginas de um livro também histórico - o Evangelho. Por outro lado, a Cruz de Constantino ou os símbolos de Afonso Henriques eram como que agradecimentos a fatos em que Cristo aparecia como protetor de *um grupo particular* contra outro. A Cruz do Império do Brasil - Cruzeiro na República - é a Árvore que se alteou, nas intenções do Mestre e segundo a doutrina de sua Igreja, para a salvação *de todos os homens*. A cruz do patriarca da independência portuguesa representa cultura *histórica*, aquela em que os deuses estavam a serviço das nações em guerra; a do Brasil projeta cultura *atual*, aquela em que as divindades querem formar um só Olimpo e as nações aspiram a se reunir numa única Fraternidade.

A primeira interpretação sobre a simbologia afonsina é a principal, mas não é a única. A *segunda* versão admite o aparecimento de Cristo ao primeiro rei, mas divide a simbologia: os besantes seriam mesmo as cinco chagas, mas os escudetes representariam os cinco reis mouros vencidos em Ourique. Esta lição aparece no último verso da Estrofe 53 do Canto III de *Os Lusíadas*, há pouco citada:

"Cinco escudos azuis esclarecidos, em sinal destes cinco reis vencidos".

Desse modo, Camões apóia a tese religiosa das chagas para os besantes (I, 7 e III, 54), mas para os escudetes introduz uma interpretação de conotação bélica.

Há um documento que dá cobertura ao poeta. É o *Cronicon de Santa Cruz*: "Por memória daquelle boo aquecimento que lhe Deus dera pos no seu pendam cinco escudos por aquelles cinco reis e pose-os em cruz por membraça da cruz de Nosso Senhor Yeshu Christo e pos em cada um dinheiros por memoria daquelles dinheiros por que ludas vendeo Yeshu Christo" (apud Mattos, J., 1961, p. 24).

Mascarenhas não aceita esta interpretação, "em virtude de o sinal de D. Afonso Henriques se apresentar com doze peças em lugar de cinco" (1941, p. 30-31). Como se vê, é a mesma base de antes. Por isso, respondemos com os mesmos termos de nossa argumentação anterior.

O autor, numa fórmula de acomodação, pensa em fazer os 12 escudetes do sinal rodado simbolizarem todas as batalhas do primeiro rei, os cinco centrais representariam Ourique "pela transcendência política e importância excepcional dessa batalha, ficando a cruz do sinal por simplificação reduzida apenas às cinco peças que El-Rei D. Sancho adotou para suas armas" (p. 31).

O *Cronicon de Santa Cruz*, embora de época posterior ao fato, pode bem inscrever uma tradição imemorial; assim, não precisaríamos recorrer à fórmula engenhosa de Mascarenhas. Hoje, a cidade de Silves traz em seu escudo as figuras de quatro reis em meio-busto, dois com coroa - simbolizando governantes cristãos, e dois sem ela - indicando chefes mouros (Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 1069).

Na hipótese de verdadeira, a interpretação se colocaria no nível de outra corrente cultural em bandeirologia: os símbolos representando homens e fatos de guerras vencidas. A corrente procede do Estandarte de Ur e do de Menés, os primeiros a fixarem vitórias em bandeiras. Um sucessor de Afonso Henriques - Afonso III - colocará na bandeira alguns castelos para corporificar, segundo uma das versões, as fortalezas árabes caídas. Napoleão inscreverá nos estandartes militares os nomes das batalhas de cada regimento.

Nesta ordem de idéias, repetamos o que dissemos na primeira parte, a bandeira do Brasil representa um progresso cultural: também ela quis cristalizar um momento de vitória, a vitória republicana. Mas, pelo fato de ela não implicar terrestres vencidos, foi necessário buscar no céu as testemunhas da ocorrência. A disposição das estrelas em nosso pendão eterniza a habilidade do *intelligentsia* brasileira de conquistar sem sangue as grandes etapas irreversíveis do progresso humano da nação.

A *terceira versão ensina*: Afonso Henriques mostrou ao Papa cinco cicatrizes em forma de cruz, efeito das feridas recebidas nas guerras contra os discípulos de Maomé, em Ourique. O Pontífice ordenou-lhe, então, que pusesse cinco chagas em cada escudete. O primeiro a trazer esta lição foi o bispo D. Martinho, numa conferência perante Carlos

V, da França, em 1380. A tese é aceita também por Olivier de la Marche em suas *Mémoires* publicadas em 1645. Mascarenhas nega a interpretação. Seu primeiro argumento é o de sempre: o sinal de D. Henrique tinha 12 e não cinco escudos. O segundo raciocínio é melhor e parece decisivo: é "pouco provável que se desse logo o caso de se saber quantas feridas o Rei Conquistador recebeu na batalha e até se algumas recebeu, além da coincidência de serem logo precisamente em número idêntico às que Cristo recebeu na sua Paixão" (1941, p. 32-33).

Esta simbologia assoma como original em toda a história das bandeiras. Implica algo de muito cruel, de conotação sádica. O que salva é a analogia que o Papa teria desejado fazer, entre as chagas de Cristo e as do monarca. Por isso, concordamos com Mascarenhas: "seria bem mais provável que D. Afonso Henriques representasse no seu sinal qualquer outro fato da sua agitada vida de batalhador do que as hipotéticas feridas recebidas numa batalha" (ibid., p. 33).

Em resumo, estas três primeiras versões ligam-se à Batalha de Ourique e à simbologia da Paixão de Cristo que teria aparecido ao rei. As próximas lições, esquecendo os escudetes, voltam-se mais para os besantes como símbolos monetários.

A quarta interpretação: os besantes significam a soberania, o direito régio de cunhar moeda. O defensor moderno desta lição foi Guerra Junqueiro, que, aliás, não afastava a possibilidade de significarem os besantes as cinco chagas, embora sem crer na lenda (O Estado de São Paulo, 24.12.1910). Esta versão, como as duas que vão seguir-se, tem a vantagem de pôr de lado a questão do número dos besantes. Por outro lado, coaduna bem com a realidade original da peça - uma moeda de valor

corrente. Teria sido também expressivo símbolo da nova soberania política da nacionalidade. No entanto, nada há em apoio.

A ser verdadeira, teríamos também, neste caso, uma originalidade de simbologia. A nova bandeira ficaria marcando o início histórico da numismática independente de Portugal.

A quinta interpretação é de Teófilo Braga: os besantes simbolizavam "o reconhecimento da pretendida soberania de Castela com o tributo de cinco maravedis, pagos ao imperador na ponta de uma lança" (ibid., 23.11.1910). A lição não deixa de ser curiosa, e nos ficaria rememorando um dos costumes da época. Sem dúvida, apesar da vitória em Valdevez (1140), o desligamento total de Leão só viria mais tarde, e, oficialmente, em 1143, com o Tratado de Zamora. É possível que aquele tributo, sem valor real, tivesse ficado por alguns anos como cordão umbilical entre os dois reinos peninsulares, e que isso fosse representado na bandeira. Mas, nada de histórico para provar esta interpretação tardia.

Se verdadeira, ainda aqui teríamos na história das insígnias o primeiro caso de um país independente continuar com símbolos indicativos de laços com a antiga Metrópole. Primeiro caso, porque, séculos depois, a Comunidade Britânica das Nações, por exemplo, comportaria alguns países que em suas bandeiras conservariam a miniatura do pavilhão do Reino Unido, mesmo depois de independentes. Notável movimento cíclico da História!

A sexta versão: D. Afonso Henriques, para afastar qualquer pretensão futura de Leão e Castela e para gozar de maior proteção política, colocou o novo reino como feudo da Santa Sé, prestando espontaneamente um preito de vassalagem; para indicar isso, inscreveu no estandarte os besantes. Mascarenhas, que não rejeita a lição anterior, inclina-se para a sexta ver-

são, e atalha uma objeção: "como podia ser possível se tão graves foram as desavenças que existiram entre o nosso primeiro rei e a Santa Sé por causa do tributo que tal vassalagem implicava? Muito simplesmente: pode-se interpretar como um ato de boa política, da melhor mesmo, para com a Instituição que nessa época exercia sobre os estados cristãos uma influência excepcional, bastando a excomunhão do Sumo Pontífice sobre qualquer monarca para desligar os seus súditos do preito de vassalagem que lhe era devido" (1941, p. 21-22). Apesar as desinteligências com Roma, os reis da primeira dinastia portuguesa consideraram sempre a Santa Sé. As últimas vontades de D. Dinis, escritas em 1322, ainda previam: "E eu como filho obediente da Santa Igreja de Deus, mando ao Papa e aos Cardeais quinhentos marcos de prata e demos meus testamenteiros aqui na terra a seu recado que eles sejam lembrados deste meu testamento fazer cumprir e aguardar assim como eu mando, e de rezar a Deus por minha alma" (apud Mascarenhas, op. cit., p. 22). "Calcula-se que no Século XIV os rendimentos totais do clero e da Coroa eram pouco mais ou menos equivalentes" (Saraiya, Lopes, [195-], p. 32).

Uma sétima versão explica apenas a presença dos escudetes: seriam eles possível deteriorização do escudo de guerra do Conde D. Henrique, que fora usado também por seu filho. Diz o *Elucidário Nobiliárquico*: "Os escudos de combate geralmente eram de madeira com um aro de ferro para os tornar resistentes. A parte exterior do escudo era forrada de couro ou de metal para maior defesa, sendo esta cobertura pintada quando de couro com qualquer distintivo especial de metal recortado e aplicado com pregos ou, sendo a cobertura de metal, os emblemas pintados eram

de couro pintado e seguros também com pregos. Quando D. Afonso Henriques morreu, o escudo de seu pai, que por este rei foi usado nas batalhas que dia-a-dia sustentou, estava naturalmente bastante deteriorado, restando da cruz azul apenas os pedaços em que se encontravam os pregos, razão por que nos aparecem neste escudo os dois pedaços laterais apontados ao centro" (apud Mascarenhas, op. cit., p. 24).

Note-se que esta lição põe de parte toda e qualquer espécie de simbologia, cifrando-se em indicar a origem dos escudetes. A explicação é engenhosa e, por outro lado, nos oferece dados interessantes das armas antigas. Mas não parece atingir a verdade. De fato, "correspondendo os cinco escudetes aos cinco pedaços da cruz do Conde D. Henrique, que estavam fixos ao escudo por meio de pregos, não faz muito sentido que o escudete inferior se apresente com a parte aguçada voltada para baixo, quando o que seria natural é que se verificasse exatamente o inverso, visto que os extremos da cruz, segundo a doutrina exposta, estavam presos pelos pregos" (ibid., p. 33-34). Pergunta-se ainda: não haveria outros "documentos" que mostrassem íntegra a cruz do pai?

A ligação da insígnia de D. Afonso Henriques com a do pai não poderia surgir por mera casualidade. A devoção que manifestava para o genitor deveria explodir em homenagem consciente, em vez de buscar símbolos na economia da época: mel, vinho, peixe; em lugar de adotar sinais náuticos, num tempo em que já se desenvolvia a navegação costeira e comercial; em vez de buscar emblemas bélicos vistosos - o primeiro rei prendeu-se à cruz do pai, estilizando-a e carregando-a de besantes - índice do Cruzado. Sob a proteção do Cruz, Portugal nasceu, expandiu-se, universalizou-se!

Bandeira do Reino de Portugal e Algarve

Contexto Histórico

Como para o caso anterior, vejamos em pequenos itens o contexto histórico em que surgiu esta nova bandeira de Portugal.

1185 - Com a morte de Afonso Henriques, subiu ao trono português seu filho *Sancho I*, que viria a governar durante 25 anos.

Destacou-se pelo trabalho com vistas à povoação do país, sendo cognominado, por isso, o *Povoador*. Atraiu colonos estrangeiros, doando-lhes terras. Especialmente beneficiou as ordens religiosas, nomeadamente os Cistercienses - os grandes colonizadores de Portugal, e os Cónegos de Santo Agostinho. Receberam terras também as ordens militares: Templários, a de Santiago de Espada e a de São Bento de Aviz. O povoamento implicou o surgimento de novas aldeias e vilas. A *Sancho I* atribuem alguns autores as alterações do escudo do pai relativas ao número de besantes. Já vimos o que, de fato, ocorreu. No entanto, pode-se dizer que a fixação posterior dos escudetes com cinco besantes muito deveu à prática de *Sancho I* de assim desenhar o próprio brasão, diferentemente do que se verificava antes, quando não havia homogeneidade de modelos.

1211 - *Afonso II*, o Gordo, inicia seu reinado de 12 anos. Reuniu pela primeira vez as Cor-



tes do reino, uma espécie de assembleia consultiva - às vezes deliberativa - constituída por representantes do clero e da nobreza, com os quais teve que sustentar muitas lutas. Questionou também com as irmãs por causa de divisão de terras: Inocêncio III foi mediador, atribuindo a propriedade ao rei, e os rendimentos às irmãs. Valente guerreiro, auxiliou, em 1212, o rei de Castela na batalha de Navas de Tolosa contra os mouros. Reconquistou Alcácer do Sal, que fora arrebatada pelos mouros a Sancho I. A não ser documentos com número variado de besantes, o que interessa de qualquer modo ao nosso tema, não houve uma contribuição maior de Afonso II para a história da bandeira de Portugal.

1223 - Sancho II, o Capelo, começa a reinar. Seu trunfo maior foi ter desbaratado os mouros do Alentejo e de parte do Algarve. Por intrigas do clero e da nobreza, foi deposto pelo Papa Inocêncio IV, passando o governo a Afonso II, irmão de Sancho, que não tinha descendentes diretos. Foi a primeira crise dinástica em Portugal, contornada pela autoridade papal, reconhecida na época pelos príncipes cristãos também nos negócios civis. Outras crises virão com influência nas armas portuguesas; esta, ocorrida em 1247, em nada modificou a bandeira de Afonso Henriques.

1248 - Assumindo o governo com experiência "internacional", obtida ao lado de Luís IX da França em luta contra Henrique III da Inglaterra, Afonso III, cognominado o *Bolonhês*, por ter casado, a primeira vez, com Matilde, condessa de Bolonha, dirigiu o país com prudência e habilidade. Internamente desenvolveu a agricultura e intensificou o povoamento. Sensibilizou a

todos, ao convocar, pela primeira vez, o "Terceiro Estado", representantes do povo, para a reunião das Cortes. Externamente, alcançou a glória que todo monarca português teria desejado: conquistou Silves, capital do Algarve, último baluarte islâmico no reino. Com isso, o território atingia quase as dimensões atuais. Algarve é a mais meridional região de Portugal, separada do Alentejo por área montanhosa e da Espanha pelo rio Guadiana. De clima e vegetação diferentes da maior parte do restante do país, guarda características mediterrâneas e norte-africanas. Célebre também por ter sido em seu território, na *Ponta de Sagres*, que o Infante D. Henrique levantou a famosa Escola, responsável, quase em absoluto, pela saga das descobertas e conquistas portuguesas. De há muito Portugal desejava alargar o território ao sul para atingir o mar. Houve conquistas e perdas alternadas. No reinado de Sancho I chegaram a correr as expressões: Reino de Portugal e Algarve - Reino de Portugal, Silves e Algarve. Sancho II apossou-se de parte da região. Mas a Afonso III coube a vitória definitiva, em 1249, auxiliado pelas Ordens Militares, especialmente as de Santiago e de Calatrava. Castela pretendeu anexar o Algarve a seu território, pretextando que a província lhe fora doada pelo último *váli*, governante mouro, que a regeu. Só em 1267 o vizinho reino reconheceu os direitos de Portugal sobre as novas terras.

Após a conquista do Algarve, Afonso III determinou um novo tipo de pavilhão, conhecido como BANDEIRA DO REINO DE PORTUGAL E ALGARVE.

Descrição Analítica

A parte central do campo é constituída pelos elementos da bandeira de Afonso Henriques, inclusive os dois escudetes laterais com as pontas voltadas para dentro. Ao redor, acrescentou-se a orla ou bordadura vermelha palmilhada de 12 castelos dourados, à exceção da porta, que é marrom.

A única controvérsia sobre a composição da insígnia diz respeito ao número de castelos, que, segundo documentos dos reinados de Afonso III a Afonso V, variam de 7 a 19, indo fixar-se em 7 a partir de D. João II. Dentro de um mesmo reinado, deixa de haver uniformidade: por exemplo, enquanto as moedas têm oito castelos, os escudos apresentam 14. Não só: até de selo para selo de um mesmo rei o número de castelos não coincide. Acionadas a Esfragística, a Numismática, a Iconografia e

a Arqueologia - nenhuma delas faz-nos definir o número exato das peças (Mascarenhas, 1941, p. 37-40). Assim, como para o número dos besantes, temos que optar por uma das versões, sem negarmos as outras. Também aqui precisaria um trabalho específico, com acesso às fontes diretas, antes de exibir uma tese de caráter absoluto. Também aqui prevaleceu a liberdade dos artistas da época em apresentarem este ou aquele número, dependendo muitas vezes do espaço à disposição. Um fator novo vem explicar também as diferenças: a crença de que os castelos da bandeira correspondiam exatamente ao número de fortalezas mouras vencidas por Afonso III. Assim, ou por desconhecimento histórico ou para avantajá-la glória do monarca, aumentavam o número de peças.

O castelo é constituído de contraforte, porta, ameias, frestas, rematado por três torres, sendo a do meio mais alta. Difere da torre, em que não há o contraforte, e o remate é único. No Século XVIII houve confusão no escudo nacional português entre as duas peças. Herculano chegou a confundi-las: Diz ele em *O Monge de Cister*: "Segundo o vento fizeres esvoaçar as bandeiras das torres e dos besantes ou a dos leões e castelos" (apud Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, [1936-60]).

A maior parte dos autores põe em marrom a porta do contraforte. Há, porém, quem lhe dá o mesmo esmalte da orla, isto é, vermelho, distinguindo o arco com o fio preto (Mattos, J., 1961, lâmina entre as páginas 28 e 29, onde aparecem apenas oito castelos e os escudetes com dez besantes cada um).

Os castelos se distribuem equidistantes, ao longo da bordadura, formando, cada um e todos, ângulo reto com ela.

Significação Cultural

Nota-se, em primeiro lugar, o caráter de continuidade entre esta bandeira e a precedente, fato que será constante no processo evolutivo do pavilhão português. Mas, ao mesmo tempo, o sentido criador de Afonso III, querendo marcar no pavilhão os fatos novos da nacionalidade.

Em segundo lugar, observa-se a preocupação em desenhar uma bandeira dentro dos padrões heráldicos. A Heráldica ou Armaria é a ciência dos brasões. Surgida no tempo das Cruzadas por influência dos Orientais, fixa-se em rigor a partir dos Séculos XII-XIII. Considera-se como primeiro escudo de armas o de Rui de Beaumont, de fins do Século XI e início do Século XII. Durante a Alta Idade Média é enorme o gosto pelos brasões. Todo castelo procurava ostentar os emblemas do seu proprietário. Acentuava-se o costume principalmente nos países em que o feudalismo assumiu suas características mais essenciais, mormente na Alemanha e na França. Portugal, que recebera príncipes franceses e que se viu sob influência árabe por tantos anos, deveria também inclinar-se à moda, depois ciência, de blasonar. Os escudos de armas surgiram cedo, mas, quanto às bandeiras, só pouco a pouco, obedecerão às novas leis. Assim é que, ainda no caso presente, as peças centrais da insígnia não estão postas dentro de um escudo comum, o que mais tarde será uma das exigências essenciais para que se possa falar em heráldica.

Depois, os escudetes, com os besantes, se confinarão a um escudo e dele nunca mais sairão. Por enquanto, estão soltos dentro do campo branco. Bandeiras de outros países deixarão, em futuro, de obedecer à lei, separando a bandeira do domínio da heráldica. Isso ocorrerá também no Brasil República em que os símbolos não se adstringirão a escudo. De qualquer maneira, a bandeira de Afonso III já sopra uma brisa heráldica!

A idéia da orla foi muito feliz. Além de seu efeito estético interessante, ressaltou o campo central constituído de escudetes e besantes. Quanto aos castelos: a escolha foi também oportuna. Condizem bem com os escudetes, para por-nos aos olhos a imagem do passado medieval, em que os nobres se defendiam de outros príncipes, também eles com escudetes e castelos. As transformações posteriores haverão de obedecer a esta criação de Afonso III, conservando a tarja vermelha e os contrafortes, definitivamente fixados no escudo e na bandeira portuguesa.

Tendo já estudado a simbologia da parte central, a mesma da bandeira de Afonso Henriques, vejamos as várias versões sobre o significado do conjunto acrescentado por seu tataraneto. Valorizamos todas as teses, já porque os documentos não são absolutamente certos, já para colhermos o máximo de dados culturais.

A *primeira* versão: o campo vermelho significa o sangue derramado pelos portugueses na conquista do Algarve; os castelos representam as fortalezas tomadas aos mouros na ocasião. É a lição mais popular e muito comum entre os autores (Mascarenhas, 1941, p. 36).

A tese se põe numa das correntes que perpassam a história da bandeirologia, aquela, já lembrada, que nos apresenta mo-

narcas, em várias épocas, fixando em seu escudo símbolos recordativos de vitórias alcançadas. Vimos Menés pintando em seis flores de loto os seis mil prisioneiros de guerra. Na época moderna, Napoleão pensou em gravar nos estandartes de regimentos nomes de batalhas: Ulm, Austerlitz, Jena, Wagram, Madri, etc. (Hollander, 1902, p. 5-6). O Documento de 1872 traz uma lista grande de regimentos com seus estandartes, contendo o nome ou os nomes das batalhas de que participaram (ibid., p. 96-103). A bandeira dada em 1813 ao 2º regimento tinha no reverso os nomes de 15 batalhas, entre elas Marengo, Austerlitz, Jena, Wagram, Veina, Moscou, Berlim, Madri (ibid., p. 83).

É mais duvidoso que os castelos simbolizem o *número exato* das fortalezas mouras tomadas, segundo alguns. O argumento contudente já foi reportado por Mascarenhas (1941, p. 37): se tal fosse o caso, por que variou tanto o seu número nos documentos? Poder-se-ia responder: é que cada autor conhecia um número diferente de castelos implicados na vitória. Parece, no entanto, que a forma radicalizada não deve ser aceita, impondo-se a conclusão de que, se ligados a tais fortalezas, os castelos da bandeira do Reino de Portugal e Algarve, representavam-nas de uma maneira genérica, sem rigor numérico.

A *segunda versão*: o conjunto acrescentado por Afonso III ao escudo português eram as armas do Algarve. Essa é a tese de Antônio Caetano de Souza. O brasão do reino mouro ao sul de Portugal era constituído de *nove* castelos em fundo vermelho (ibid., p. 39). Assim, por-se-ia a mesma argumentação: por que variou tanto o número de castelos nos documentos portugueses, se o brasão de Algarve ostentava

um número certo, nove? Mais ainda: são raros os exemplos de bandeiras com nove castelos ao tempo de Afonso III e nos próximos reinados (ibidem). Difícil acreditar que os desenhistas se tenham enganado quanto ao número dos castelos das armas do Algarve. Hoje Silves tem cinco castelos como timbre de suas armas (Lello Universal, [193-?] v. 4, p. 1069), modelo quase idêntico ao encontrado em mapas do Século XVII (Mascarenhas, op. cit., p. 39).

A ser verdadeira, esta segunda versão forneceria a antecipação da doutrina de Portugal sobre as regiões anexadas ao império luso. Segundo ela, o governo político de uma nação forte sobre outras terras não significa agressão mas fator de aglutinação e salvamento da cultura local, extingüível se isolada. O país aglutinado estabelece uma comunidade de povos em que as diversas culturas se salvam e coexistem. Um dos ideólogos máximos desta doutrina é Adriano Moreira, ex-Ministro do Ultramar de Portugal, Professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e também Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. É difícil traduzir em poucas palavras a sua tese, mas eis aquilo que nos parece um bom resumo dela: "O Estado não encontrou substituto para a sua função secular de aglutinador de culturas, nem encontrou substituto como instrumento necessário para salvar o que há de essencial no contributo de grupos, por si inviáveis, para o patrimônio comum da humanidade, e, ao mesmo tempo, impor o respeito pela dignidade humano. Por isso mesmo a nossa política de assimilação deve, antes de mais, ser entendida como situando-se no plano político da criação de uma vontade de viver em comum, e não no sentido de mutiladora da origina-

lidade cultural dos vários grupos que se uniram à sombra da mesma soberania [...] A unidade política é coerente com a diferenciação de estatutos das populações, porque só os estatutos diferenciados permitem assegurar o respeito pelas formas culturais da vida privada de cada um dos grupos que se uniram para formar o povo português" (Moreira, 1961, p. 73-74). O autor escreveu estas palavras em 1961, mais de sete séculos depois de Afonso III e após as grandes conquistas lusas em todos os Continentes. Mas elas parecem ser expressão moderna e consciente da inspiração do quinto rei de Portugal ao querer, segundo a tese de Antônio Caetano de Souza, introduzir na bandeira portuguesa as armas do Reino dominado, como sinal de que o domínio político visava à salvação de uma cultura.

A *terceira*: nega de antemão que o Algarve tenha tido escudo de armas antes da conquista portuguesa. A seguir afirma: a orla vermelha e os castelos eram símbolos de Castela, e foram adotados para perpetuar a lembrança do matrimônio de Afonso III com Beatriz, filha de Afonso X, o Sábio, de Castela. A tese é de Santos Ferreira, um dos maiores heraldistas portugueses, endossada por alguns autores (Lessa, 1940, p. 17).

A aliança das armas dos cônjuges era antiga na Península, embora na dinastia afonsina parece não ter sido obrigatória, e, por outro lado, era mais a mulher que devia receber no seu escudo o do marido, do que vice-versa. Pode ser que Afonso III tenha querido dar esta deferência para com sua segunda esposa e uma demonstração de amizade à antiga Metrópole. Não concordamos com o argumento pelo qual Mascarenhas nega esta versão. Diz ele que os castelos não podem significar o novo

matrimônio do rei, porque, neste caso, o escudo deveria ter acolhido também os leões, "porquanto desde o casamento de D. Berenguela de Castela com Afonso IX de Leão, os dois reinos se encontravam ligados, usando os reis de Castela e Leão um escudo esquartelado com as armas dos mesmos estados, ou seja, alternadamente um castelo e um leão, num total de quatro peças heráldicas" (1941, p. 40). Ora, nada se opõe a que Afonso III tenha adotado apenas os símbolos de Castela, a que a esposa estava ligada.

A *quarta* versão: Afonso III escolheu os castelos por ser filho de uma infanta de Castela - Urraca, à semelhança de Roberto I, Conde de Artois, e de Afonso, Conde de Poitou, irmãos de São Luís e filhos de Branca de Castela, que adotaram também as peças do escudo do reino hispânico. Esta tese, apoiada em um motivo genealógico, parece a Mascarenhas "a mais aceitável e objetiva" (ibid., p. 41). Acrescenta o autor: "Os castelos são de origem castelhana, como a flor-de-lis nos escudos da nobreza e da heráldica municipal representam qualquer origem francesa" (ibid.).

Ou por ter casado com uma castelhana ou por ser filho de uma infanta de Castela, D. Afonso III, ao escolher os castelos, pode ter querido dar uma prova particular de boa vontade e de política de boa vizinhança. Mais tarde, os revolucionários franceses trarão para a nova bandeira o branco da casa real, em sinal de concórdia, por ter Luís XVI participado da sessão do Hôtel-de-Ville.

Fica, no entanto, a pergunta: como o povo ligou a nova insígnia ao Algarve? Responde Mascarenhas: "O fato de a tradição dizer que os castelos das armas nacionais simbolizam o Algarve deve ter tido

qualquer origem, pois a tradição tem sempre a sua base e neste caso essa base filia-se a um acontecimento bem real e positivo: a conquista de um território que ainda hoje faz parte integrante de Portugal. Se o povo desconhecedor da verdadeira origem dos castelos, isto é, da explicação genealógica a que anteriormente nos referimos, e das mais rudimentares regras de Heráldica, considerou tais distintivos como a representação do último território conquistado aos mouros, foi, pois, sem dúvida, pela simples razão de a bordadura de castelos somente ter sido acrescentada aos escudetes das armas nacionais após a posse definitiva do Algarve, ou, possivelmente, depois de Afonso X de Castela ter reconhecido a sua conquista e cedido os seus direitos à mesma Província. A corrente de opinião que atribui a bordadura de castelos à conquista do Algarve, não sendo exata, representa nem mais nem menos do que a nacionalização dos castelos das armas nacionais tão em conformidade com o espírito do povo português, cioso da sua independência política. Em conclusão, os castelos do brasão de Portugal tiveram origem na filiação de El-Rei D. Afonso III, mas tendo sido colocados após a conquista do Algarve, fizeram crer ao povo tratar-se da representação de tão gloriosa conquista" (ibid., p. 41-42).

D. João VI, na Carta Régia, que criou a Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, oficializou a tese que liga a Bandeira de D. Afonso III à conquista do Algarve. Diz de fato o documento: "É regular e conseqüente o incorporar em um só escudo real as armas de todos os três reinos, assim e da mesma forma que o Senhor Rei D. Afonso Terceiro, de gloriosa memória, unindo outrora o Reino de Algarve ao de Portugal, uniu também as suas armas respectivas [...]"

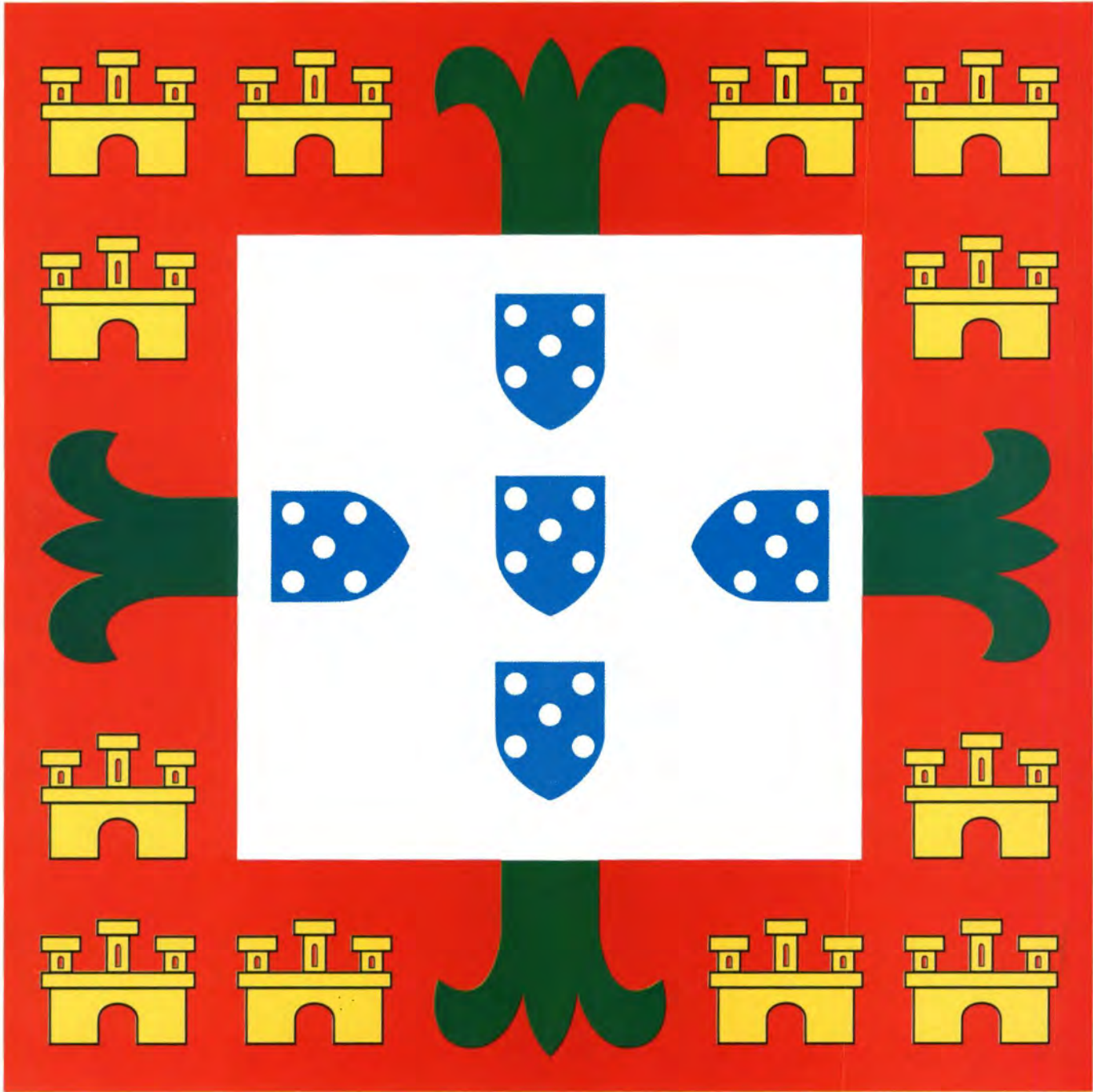
Bandeira de D. João I

Contexto Histórico

Foram os seguintes os fatos que precederam a criação da Bandeira de D. João I:

1279 - Assume o poder D. Dinis, o Lavrador, uma das maiores figuras nacionais de Portugal, com um longo reinado de 46 anos à semelhança do de Afonso Henriques. É o rei-poeta, engajado na atividade trovadoresca da época. Ativou a evolução do português, determinando que as notarias e diplomas oficiais já não fossem escritas em latim bárbaro. Fundou o *Studium Generale*, primeira escola superior, concebida por redução do modelo da de Bolonha: foi a origem da Universidade de Coimbra.

Desenvolveu proeminentemente a agricultura, mandando plantar em grande escala pinheirais que, entre o mais, vieram



fornecer madeira para a marinha nacional. Casou-se com D. Isabel de Aragão, depois Santa Isabel. Deu grande prova de sagacidade diplomática, alcançando do Papa que o ramo português da Ordem dos Templários, abolido para todo o universo, fosse transformado na Ordem Militar de Cristo, responsável em muito pelas grandes conquistas lusas no além-mar. Embora tão dinâmico em todos esses campos e apesar de sua tendência para o folclore nacional, D. Dinis não efetuou nenhuma substancial e permanente modificação no escudo e na bandeira portuguesa.

- 1325 - Começa o reinado de Afonso IV, o Bravo, que durou 32 anos, sem maiores novidades. Ainda Infante, lutou contra o pai, D. Dinis, por causa de favores concedidos ao filho ilegítimo Afonso Sanches. Auxiliou o genro Afonso XI, rei de Castela, na conquista definitiva de Salado, da qual não quis usufruir nada entre as muitas riquezas deixadas nos acampamentos mouros.
- 1357 - Com D. Pedro I, o Cru ou o Justiceiro, inicia-se um período de reforma e de poupança econômica. Apoiado pelos pobres e temido pelas classes mais favorecidas, combateu com rigor toda espécie de criminosos. Seu nome está ligado principalmente aos fatos de Inês de Castro. Era a dama que viera de Castela com Constança, primeira mulher do ainda Infante D. Pedro, e pelo qual se apaixonara. Afonso IV foi aconselhado a matar Inês para afastar a influência de Castela. Subindo ao trono, D. Pedro vingou-se dos assassinos e mandou prestar honras reais *post mortem* a Inês. O episódio é objeto de várias obras literárias em Portugal e fora, inclusive em *Os Lusíadas* (III, 119-135). Com tais problemas, não havia clima para se pensar em modificação do bandeira de Afonso III, que, assim, vinha atravessando os anos.

- 1367 - A D. Pedro sucedeu D. Fernando, o Formoso, que seria o último monarca da dinastia dos Borgonhas. Notabilizou-se pela lei das sesmarias, segundo a qual a utilização real daria fundamento efetivo à ocupação das terras. Unindo-se a Leonor Teles, que era casada, faltou ao compromisso de contrair matrimônio com a filha do rei de Castela. Incitado por Leonor, dilapidou o erário público, promovendo desastrosas guerras contra Castela, cujo cetro desejava reunir a Portugal. Em 1383 foi estabelecida a paz: D. Fernando casou sua filha Beatriz com D. João I, rei de Castela. Na ocasião foi lavrado uma Escritura em Salvaterra de Magos, cujos termos previa o seguinte: se D. Fernando morresse sem deixar filho varão legítimo, a herança do reino português passaria para D. Beatriz; mas enquanto esta não tivesse filho varão, e, tendo-o, este não atingisse 14 anos, D. Leonor, a rainha, governaria como Regente do Reino. Poucos meses depois, morre D. Fernando, assume D. Leonor. D. João I, de Castela, quer invadir Portugal. As Cortes nomeiam Regedor e Defensor do Reino a D. João, Mestre de Aviz e irmão bastardo de D. Fernando. A magna Assembléia ouvira e acatara a célebre oração do jurisconsulto João das Regras a favor dos direitos do Mestre de Aviz ao trono português (Machado, 1967, p. 684-690). Deixava de acreditar na palavra de D. Pedro I de que havia casado clandestinamente com Inês de Castro um ano antes de sua morte. Assim, nem assumiam os filhos de Inês nem a filha de Leonor. Era a primeira crise dinástica em Portugal (Saraiva, Lopes, [195-], p. 96).
- 1385 - Nessas condições, D. João, com o título de D. João I, subia ao trono português, iniciando nova dinastia, a da Casa de Aviz, que levou Portugal ao seu fastígio. D. João encarnava os anseios da geração jovem. Vi-

na aureolado com o cargo de Mestre da Ordem de S. Bento de Aviz, ou simplesmente, Ordem de Aviz, ordem portuguesa de Cavalaria, fundada no Século XII para combater os mouros, originada dos antigos "freires de Évora", a quem D. Afonso Henriques confiara a guarda da fortaleza de Aviz, conquistada aos muçulmanos no distrito de Portalegre. Nos séculos seguintes, sofreu altos e baixos, até sua última remodelação em 1918. As guerras entre D. João I, de Portugal, e seu homônimo de Castela se prolongaram por muito tempo. Após cinco meses da tomada de posse, deu-se a famosa Batalha de Aljubarrota, na qual se distinguiu o condestável Nuno Álvares Pereira. Considerada como um dos mais gloriosos acontecimentos da história portuguesa, foi imortalizada no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mais conhecido como Mosteiro da Batalha, a pequena distância do local onde se travou a luta. Somente em 1411 foi assinado o tratado de paz entre os dois monarcas. Terminada a expansão da terra, iniciava-se a aventura marítima. Para isso foi essencial o papel da Escola de Sagres, fundado pelo Infante D. Henrique, num promontório do Algarve, no extremo sul de Portugal. O primeiro passo da conquista marítima foi Ceuta, porto mediterrâneo, em frente de Gibraltar, ao norte de Marrocos. Tomada aos mouros em 1415, Ceuta representava o alvorecer do domínio português em terras africanas.

A idéia de que a bandeira é antes de tudo símbolo da Pátria mais que estandarte de dinastia fez com que se conservasse o modelo de Afonso III. Mas a influência da Ordem de Aviz e o novo estado de coisas devia operar alguma transformação. Foi o que ocorreu, surgindo daí o pavilhão conhecido como BANDEIRA DE JOÃO I, chamada também Bandeira da Consolidação da Independência.

Descrição Analítica

A Bandeira de D. João I tem todos os elementos da anterior e mais a Cruz verde florenciada, na qual se assenta o escudo central. Da Cruz aparecem apenas os extremos terminados em flor-de-lis, à semelhança das Armas de Florença (Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 1059).

Como antes, não há uniformidade de desenho dos documentos da época. há modelos de escudos, selos, moedas, etc., com número variável de castelos e besantes.

Em vista da Cruz, os castelos assumem posição diferente da anterior: estão agora em esquadria de três, junto a cada vértice da bordadura.

Ao contrário da bandeira de Afonso III, a cor da porta central dos castelos é a mesma da bordadura, isto é, vermelho. Não há discussão sobre a verdade histórica desta preferência nem indicações de algum significado particular para ela. Talvez se deva mesmo a arbitrariedades de desenhistas antigos, fixadas depois pelos autores.

Significação Cultural

O significado objetivo particular da Bandeira está na Cruz verde da Ordem de Aviz. Mascarenhas comenta: "A cruz dessa ordem, apesar de com justeza não poder considerar-se como fazendo parte integrante do escudo nacional, afigura-se-nos, no entanto, de um simbolismo grande nesse período agitado da vida portuguesa. Ela foi o símbolo do movimento jovem que uniu num mesmo ideal o Mestre de Aviz a Nuno Álvares Pereira e a toda uma plêiade de verdadeiros portugueses dispostos a defender a integridade de Portugal com entusiasmo e com fé, desde o cerco de Lisboa às Cortes de Coimbra, às gloriosas batalhas dos Atoleiros, Aljubarrota, Valverde e a toda a série de recontros militares que fizeram desaparecer por quase dois séculos o perigo castelhano, que tão iminente esteve em nos absorver" (1941, p. 42-43).

A presença da Cruz de Aviz na bandeira de D. João I abriu o precedente para a posterior influência de uma outra Ordem, a de Cristo, que fornecerá uma outra Cruz para o pavilhão português.

É interessante observar os diversos contextos em que aparece a Cruz em estandartes profanos: com Constantino era

a Cruz legítima, com características político-religiosas, inclusive ligada a um milagre; com as Cruzadas, a Cruz já se mescla com motivações políticas de alcance internacional, e sob este matiz se engasta em diversos pavilhões nacionais; agora, com D. João I, é a Cruz de uma Ordem Militar a compor a abóbada de um denso movimento político no interior de uma região geográfica onde tantas eram as aproximações de sangue e de cultura, de origem e de destino.

Os castelos introduzidos por Afonso III lembravam em sua forma externa o reino de Castela, mesmo que a intenção do monarca não tivesse sido ligá-los simbolicamente à esposa ou à mãe, oriundas daquele reino. Por isso, admira-se que D. João I os tenha conservado, tanto mais que estamos em tempos de Fernão Lopes, que invectivava tudo que tinha sabor castelhano.

É admirável também que D. João tenha adotado praticamente a mesma bandeira dos Borgonhas, após a grande crise que alterou a sucessão dinástica do país.

Sua superioridade cultural neste aspecto é tanto maior quando se considera que ele teria algum elemento simbólico pronto para a substituição. Suas armas haviam recebido a coroa e a serpente alada ou dragão, da Ordem Militar de S. Jorge, da Inglaterra, a que se ligara (Mattos, J., 1961, p. 38). Algumas vezes no seu próprio escudo apareceu o dragão como "coronel".

A crise dinástica teria sido uma boa ocasião para desvencilhar-se dos símbolos antigos. Sua resistência à tentação de inovar valeu como exemplo para outras perturbações políticas de Portugal. Assim, foi assegurada com D. João I e, posteriormente, com a permanência dos elementos essenciais do estandarte primeiro da nacionalidade.

Bandeira da Ordem de Cristo

Contexto Histórico

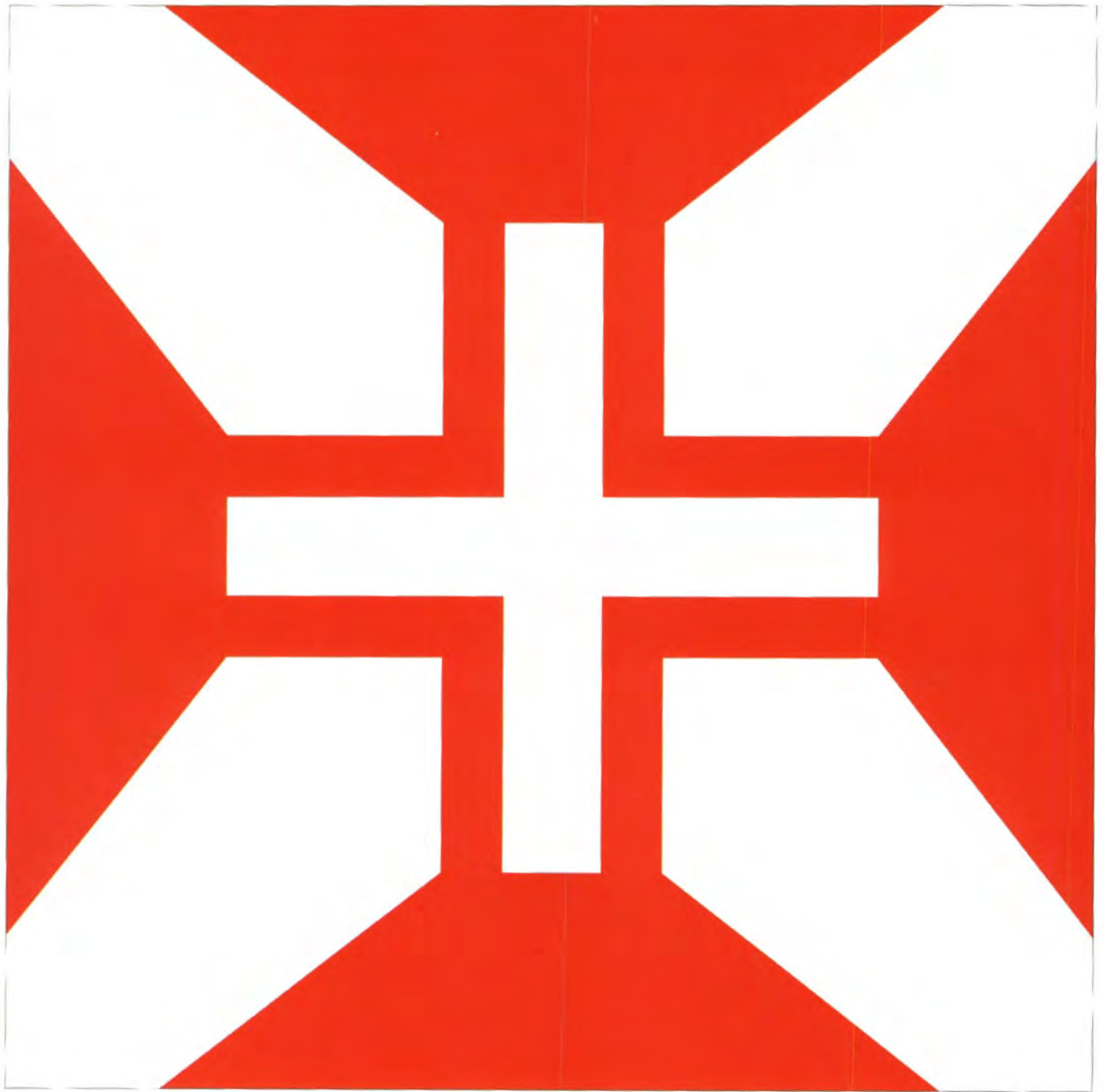
Juntamente com a bandeira de D. João I, arvoram-se nas empresas de conquista outros pavilhões não representativos da nacionalidade, mas de grande influência na vida portuguesa. Citam-se, entre as demais, a do Senado, a da Cidade de Lisboa e a da Ordem Militar de Cristo, a principal do grupo.

A Ordem Militar de Cristo é a sucessora portuguesa da Ordem dos Templários numa seqüência de fatos que aqui resumimos.

O Reino Franco de Jerusalém, cujas origens narramos ao falarmos das Cruzadas, não estava preparado para fazer frente aos ataques, aos *rezzous* dos Sarracenos. Havia diferença numérica e dificuldades para o recrutamento de novos soldados. Para suprir a isso, foram fundadas *Ordens Militares*, instituição muito original. "A idéia era organizar homens como cavaleiros de Deus, prontos a servir Cristo pelas armas até ao sacrifício da sua vida, e, ao mesmo tempo, verdadeiros monges, puros e castos, fiéis e pobres". (Rops, 1960, v. 3, p. 600). As mais importantes foram a dos Templários e a dos Hospitalários de São João. A primeira foi fundada por Hugo de Payens. Sua casa central era o antigo Templo de Salomão - a atual mesquita de El-Adsy. Tomaram o nome de Cavaleiros do Templo.

"Dentro em pouco, entre Templários e Hospitalários, a santa emulação transformou-se numa áspera inveja. Ricos, orgulhosos, os monges-soldados - sobretudo os do Templo - mostraram-se indisciplinados, arrogantes ou pior ainda; em diversos casos, o seu amor ao dinheiro devia muitas vezes estar acima dos interesses da Cristandade. E São Luís será obrigado a castigar, com humilhação pública, uma verdadeira traição" (ibid., p. 601). Sua atividade financeira era imensa. "Sabiamente administrada, conseguira, em dois séculos, amontoar enormes riquezas e, durante as últimas Cruzadas, desempenhara o papel dum banqueiro providencial. Perdida a Terra Santa, continuara as suas operações bancárias, e muitos senhores, muitos comerciantes e, até, muitos Estados eram seus devedores". (ibid., p. 770). Sobre esta atividade há páginas honestas e esclarecedoras em Laffon-Montels (1938, p. 102-104).

Tanto dinheiro, tanta ganância, aliada à cobiça dos devedores e dos reis, principalmente de Felipe, o Belo, fizeram desmorronar a instituição. Muitas foram as intrigas áulicas. Em 1307, prenderam-se todos os Templários da França, com o grão-mestre à frente. Três anos depois, alguns foram queimados vivos



por confessarem crimes não cometidos, forçados por Felipe. O Concílio de Viena, em 1311, deliberou sobre a sorte da Ordem. Na Inglaterra, Espanha, Alemanha e Portugal, os tribunais eclesiásticos concluíram pela não-culpabilidade. Mas Clemente V, por imposição de Felipe, o Belo, dissolveu o organismo com a Bula *Vox in excelsis*. O documento papal classificava a Ordem assim: "culpada de escândalos confessados, odiosa ao rei Felipe (sic) e inútil para a Terra Santa". O Pontífice, no fim, convidava os governos cristãos a suprimi-la. No entanto, os bens da instituição não passaram para a outra Ordem indicada por Felipe, mas para a dos Hospitalários, transformada depois em Ordem de Malta.

D. Dinis, usando requintes de diplomacia e com profundo senso de justiça, solicitou e obteve do Papa que o ramo português da Ordem fosse salvaguardado, embora para evitar o nome Templários, desprestigiado, tomasse um outro nome, e precisamente o de Cristo. Desse modo, surgiu a Ordem Militar de Cristo, com a bula *Ad exquibus cultus augeatur divinus*, de 14 de março de 1319.

A mudança de nome não traria novidade para as características do organismo. A Ordem continuava com a finalidade de propagar a fé cristã em expedições contra os infiéis, mantinha seu aspecto externo militar, detentora de riquezas e financiadora de empreendimentos. Juridicamente, uma única autoridade lhe era superior: a do Papa. Exercia jurisdição civil e eclesiástica, a supremacia militar e a cobrança do dízimo nas terras descobertas ou conquistadas. O Tesouro de Portugal detinha a soberania dos territórios, sem despende nada. Foi com a riqueza da Ordem de Cristo que D. Henrique, seu grão-mestre, patrocinou os argonautas portugueses, quase todos pertencentes à instituição.

Como os Templários, a Ordem tinha o seu estandarte, a BANDEIRA DA ORDEM DE CRISTO. Era ela que presidia as descobertas. Esteve hasteada nos navios, nas expedições a Cabo Não, Gran Canária, Porto Santos, Açores, Bojador, Cabo Branco, Cabo Verde, Costa dos Negros, Cabo da Boa Esperança, Índia e Brasil. "Era para estes (portugueses) um verdadeiro símbolo nacional e como tal esteve sempre em uso no Brasil, na época colonial". (A história da bandeira do Brasil, 1941, p. 348). Foi exposta no altar, em Belém, durante a missa pontifical na véspera da partida de Cabral. O Bispo de Ceuta, D. Diogo de Ortiz, a benzeu. D. Manuel entregou-a a Cabral. Em procissão, nobres, padres, freiras e povo, todos a acompanharam até à praia onde fundeavam os navios. Foi a primeira bandeira a tremular em solo brasileiro. Os primeiros passos dos navegantes tinham sempre a sua presença, segundo lemos na Carta de Caminha: - "Ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho".

- "Acabada a pregação, encaminhou-se o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta".

- "Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco".

- "E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista".

Ligada estritamente às tradições históricas do Brasil, ficou sendo hasteada no Brasil até 1649 (Prado, 1903, estampa I, figura A, entre as páginas 12 e 13). Segundo refere Taunay, usaram-na os Bandeirantes paulistas nas suas primeiras expedições.

Descrição Analítica

A Bandeira é constituída de fundo branco, no qual se assenta uma Cruz de vermelho vivo, aberta em branco. A forma é particular, aproximando-se da Cruz de Malta, da Potêntea e da Encerrada. Semelhante na forma e idêntica na cor à dos Templários. A Cruz do Clube Vasco da Gama é a da Ordem de Cristo e não a de Malta, como erradamente nos habituamos a chamar (Revista Super Vasco, n.1, p. 7).

O desenho se encontra em muitos portulanos, ou seja, manuais de navegação da Idade Média; em vários documentos contemporâneos; nas estampas da peregrinação de Linschotten (1599); e nas obras de Barloeus (1647), representando combates da guerra holandesa no Brasil (Prado, 1903, p. 13-14).

Francisco de Andrade (apud Lessa, 1934, p. 1115) em seu poema *O primeiro cerco de Diu*, episódio de 1531, faz diversas referências à Bandeira da Ordem de Cristo, descrevendo as duas cores:

- "O que a branca e vermelha cruz seguiram".
- "Já a cruz faz arvorar branca e vermelha".
- "A bandeira com cruz assinalada".
- "Vendo este posto a cruz branca e vermelha".

Significação Cultural

A presença da Cruz da Ordem de Cristo nesta Bandeira representa em primeiro lugar a plastificação da poderosa habilidade diplomática de D. Dinis. Apesar da opinião "mundial" contra a Ordem dos Templários, apesar da Bula papal que mandava suspender a instituição, o monarca português soube encontrar a fórmula exata para que os Templários da Península continuassem suas atividades.

A Cruz vermelha simbolizava as origens e os fundamentos católicos da Ordem de Cristo, substituta da dos Templários, criada inicialmente para defesa da fé cristã em terras do Oriente.

Especialmente em Portugal e na Espanha, a Cruz da Ordem era a oposição ao Crescente do Islamismo. Os dois símbolos conduziã em seu bojo a luta permanente das duas religiões da época.

Politicamente, esta Bandeira salienta o grau de influência à que chegara a Ordem de Cristo em Portugal. Pouco se diz da Bandeira de D. João I ou das seguintes neste áureo período das conquistas lusas no além-mar, em contraposição às muitas referências ao pavilhão da Ordem. Uma fração do país como que o representava todo, internamente e na atividade internacional. Uma espécie de Partido Único, como os modernos Partidos Comunistas que, em algumas nações, detêm o poder político total.

A Cruz da Ordem de Cristo atravessará muitos séculos ainda, penetrará no Pavilhão Imperial do Brasil e será causa de muito debate no momento da criação de nossa Bandeira Republicana.

Bandeira Real

Contexto Histórico

A Bandeira da Ordem de Cristo é a primeira entre aquelas que fogem à linha genética do pavilhão português, isto é, foi elaborada a partir de um esquema cultural diverso daquele que orientou o nascimento das insígnias lusas.

Enquanto o símbolo vermelho cumpria seu destino, o estandarte oficial atingia nova etapa de sua evolução, no contexto histórico que aqui resumimos:

1433 - *D. Duarte*, o Eloquentes, filho de *D. João I*, inicia seu curto reinado de cinco anos, perturbado por fomes, pestes (da qual ele mesmo foi vítima) e pelo grande desastre de Tânger, porto marroquino no Estreito de Gibraltar: a expedição organizada pelo monarca fracassou; o filho, *D. Fernando*, feito prisioneiro, morreu no cativeiro. De outro lado, distinguiu-se *D. Duarte* como o soberano mais ilustrado de seu tempo, detentor de grande biblioteca e autor de obras de filosofia moral. Promulgou a *Lei Mental* que proibia as mulheres da sucessão real e a alienação dos bens da Coroa.

1438 - Sucedeu-lhe o filho *Afonso V*, o Africano, que viria a ter um longo governo. Tinha seis anos quando morreu o pai. A mãe, *D. Leonor de Aragão*, ficara como regente. O povo não a aceitou por ser estrangeira. As Cortes confiam a Regência a *D. Pedro*, Duque de Coimbra, irmão de *Afonso*. Este assume em 1446. Três anos depois há a tragédia de Alfarrobeira: luta entre as forças do rei e as do regente, que morre na batalha. O monarca preparou várias expedições à África, conquistando Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger. Quis apossar-se de Castela, não conseguiu.

1481 - Neste ano, sobe ao trono *D. João II*, o Príncipe Perfeito, a maior figura da dinastia de Aviz. Ainda Infante, deu provas de coragem e tino. Monarca, firmou o poder real, centralizou a administração, desbaratou duas grandes conspirações de fidalgos, submetidos a inquérito por terem usurpado terras da Coroa. Organizou as viagens à Costa de Mina, ao Rio Zaire, à Angola e, destacadamente, ao Cabo da Boa Esperança, que possibilitou o caminho para as Índias. Sob seu governo foi assinado o Tratado das Tordesilhas com

os Reis Católicos, em força do qual ficavam demarcadas as terras descobertas ou que vissem a sê-lo por espanhóis e portugueses.

Para a história da heráldica em Portugal, D. João II trouxe duas contribuições. Foi o primeiro a adotar uma divisa de caráter político-administrativa: *Polla ley e polla grey* (a de Afonso IV, por exemplo, era de inspiração éticometafísica: *Altiora peto* - procuro as coisas mais elevadas). Depois, fez desenhar um novo pavilhão, conhecido por BANDEIRA REAL.

Embora oficial, esta bandeira cedia lugar à da Ordem de Cristo na maior parte da atividade das expedições. Parece - conclui um dos estudiosos do assunto - que o estandarte real só era arvorado, no mar, nas embarcações, batéis etc. (Lessa, 1940, p. 15). Em *Lendas da Índia* refere Gaspar Soares: "Ao soltar em Cananor seu batel estava ornado com um toldo de damasco branco e vermelho e a bandeira real na proa" (apud Lessa, *ibid.*).

Em 1484, Diogo Cão fez gravar as armas de Portugal numa rocha situada em ponto quase inacessível, a 185 quilômetros da costa das célebres quedas de Ielala. Uma inscrição dizia: "Aqui chegaram os navios do esclarecido rei D. João o segundo de Portugal" (Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 1422).

Na suposição de que era esta a bandeira mais proeminente das descobertas, o poeta J. R. da Costa Júnior (1963, p. 8) saudou-a assim:

Portugueses animados
Sem temor pelos azares,
levaram-te pelos mares
Nunca dantes navegados!
No longínquo Oriente,
Colheste muitos troféus
E levaste a muita gente
A Fé no Filho de Deus!

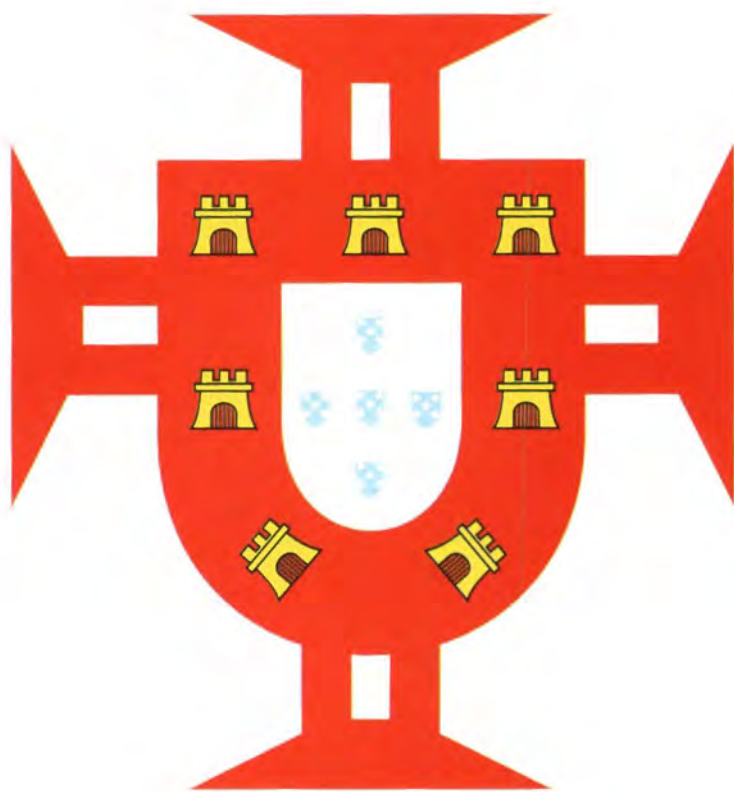
Descrição Analítica

Em primeiro lugar, nota-se a introdução da Cruz da Ordem de Cristo no lugar da de Aviz. Antes, a Cruz da Ordem sucessora da dos Templários constituía à parte uma bandeira, muito importante mas sempre não representativa da nacionalidade lusa como um todo. Agora, ela passa a compor o quadro do próprio pavilhão oficial, imergindo-se por entre os elementos originais do escudo que batizou Portugal como nação. A Cruz se acha na mesma situação da sua congênere de Aviz, isto é, servindo de base para o restante das peças, aparecendo, assim, apenas as extremidades.

Em segundo lugar, percebe-se que, à exceção da Cruz de Aviz, foram conservados, com ou sem redução de número, todas as peças da Bandeira anterior: escudetes, besantes e castelos.

Em terceiro lugar, os elementos, ainda que conservados, sofreram alteração assim discriminada: os campos branco e vermelho, antes quadrados e em forma de orla, respectivamente, assumiram a configuração de um escudo; os castelos, de 12 passaram a sete; os dois escudetes laterais tiveram as pontas voltadas para baixo e não para dentro do escudete central. Comentemos cada uma destas modificações.

Pela primeira vez, aparece o escudo na bandeira portuguesa. É ele uma das formas mais importantes em heráldica, pois nele se inscrevem a maior parte das peças criadas pela ciência dos brasões. Os tipos mais simples provêm do antigo escudo de guerra, usado desde os tempos mais antigos. Posteriormente, a fantasia projetou mode-



los estilizados, aceitos universalmente ou por alguns países apenas: em amêndoa, boleado antigo, de espigão, lanceolado, boleado de bico, boleado com chefe de linha côncava, em lisonja, ovado, português, francês, alemão, etc. (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 371-372; Horning, 1946, p. 216). O escudo perfeito tem proporção arbitrada: um múltiplo ou submúltiplo da razão 8/7 para altura e largura. Dividindo-o horizontalmente em três partes, a superior chama-se *chefe*, a central *faixa*, a inferior *ponta*. Das peças colocadas nestas partes diz-se que estão em *chefe*, em *faixa*, em *ponta*, respectivamente. Das que se põem ao longo da área central que parte do chefe e vai até à ponta diz-se *em pala*; das que se põem em diagonal simples, *em bandas*; em diagonal dupla: *em aspás*; *em cruz*, diz-se das que assumem esta forma; *em bordos*: das que ficam na linha de contorno.

Na história da heráldica portuguesa aparecem várias espécies de escudo com disposição diversificada das peças ou figuras. Documenta-se isso com moedas, medalhas, selos, estampas e bandeiras (para moedas ver Lello Universal, [193-?], v. 3, p. 3117-3118). O tipo que aparece aqui, na Bandeira Real, arredondado em semicírculo, à maneira do escudo espanhol e flamengo, é por excelência chamado "escudo português".

Embora se encontrem ainda documentos com número diversificado de castelos em data posterior a D. João II, deve-se dizer que a partir deste monarca o número estava praticamente fixado em sete. Independente de motivos históricos, houve a necessidade de reduzi-los, visto que o campo vermelho fora diminuído. Sem dúvida, ganhou a estética sem prejuízo da simbologia.

Segundo Garcia Resende, na *Crônica de D. João II*, o rei decidiu modificar a posi-

ção dos escudetes laterais durante uma reunião do Conselho em Beja sobre algumas moedas a serem cunhadas. Como estavam dirigidos para o interior do escudo, os escudetes pareciam algo estranho no conjunto, ainda que esta fosse a forma originária desde Afonso Henriques, conservada ainda hoje nas armas de Vila Nova de Ourém, distrito de Santarém, nas de Maurão, distrito de Évora, e nas de Silves (Lello Universal, [193-?], v. 3, p. 357; v.4, p. 1064, 1372).

Note-se, no entanto, que os escudetes, segundo as regras heráldicas, deveriam terminar como o escudo que os contêm, isto é, no caso, arredondados, e não em ponta. A regra, porém, sofria e sofre exceções. Por exemplo, nas armas de Caldas da Rainha, distrito de Leiria, há escudetes "clássicos" dentro de escudo "francês" (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 425). Caso notável, são as armas de Funchal, ilha da Madeira: os escudetes, sem besantes, apontam para cima. (Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 1111). Vários brasões com as modificações introduzidas por D. João II encontram-se no Museu do Carmo (Mattos, J., 1961, p. 40-41).

A partir de Afonso V se acentua a tendência de fixar em cinco o número de besantes em todos os tipos de documentos oficiais. Com D. João II, consagrando-se a restauração e suprema exaltação do "Milagre de Ourique", havia este número de definir-se como o mais historicamente válido e o mais emocionalmente sugestivo para a bandeira.

Heraldicamente, os castelos estão colocados *em bordos*, os escudetes *em cruz*, os besantes *em aspa*.

Que estas modificações da bandeira real tenham sido realizadas por D. João II, e não por D. Manuel, provam textos de Rui de Pina, Garcia de Resende e Herculano (apud Goes, 1935, p. 135-136).

O inverso da operação, isto é, a presença de *bandeira* dentro de escudo, nunca ocorreu na história do Pavilhão português. O fato se daria apenas em brasões municipais, como os de Benavente (Santarém), Marialva (Guarda), Monforte (Portalegre), Óbidos (Leiria), Serpa (Beja), (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 306; v. 3, p. 204, 329, 446; v. 4, p. 1049.

Com D. João II, atingimos também o ápice de influência das Ordens Militares na bandeirologia portuguesa. D. Afonso III, que tivera auxílio de alguns desses organismos na conquista do Algarve, não adotou para o pavilhão do Reino Unido de Portugal e Algarve nem a Cruz nem qualquer outro símbolo que lhes pertencesse. A Cruz de Aviz entrou para a Bandeira de D. João I, mais em força do grão-mestrado do rei na ocasião do que por prestígio da Ordem. D. Duarte e D. Afonso V, preocupados com outros problemas, não tiveram disponibilidade para uma reflexão sobre o assunto. Vem D. João II, retira a Cruz de Aviz e, conscientemente, por imposição do momento histórico, avança a Cruz da poderosa Ordem de Cristo. Era como que a oficialização do organismo e do símbolo pelo governo luso e dentro de sua representação maior.

A partir daí, a Cruz da Ordem se abstergia de sua aparência como símbolo de um organismo financeiro militar, para voltar às suas fulgurações originais de sinal de uma religião. A Cruz passaria a indicar as intenções religiosas do reino, os propósitos lusesos de catequizar os povos de outros credos. O símbolo cristão conduziria as levas de navegadores mais como missionários do que como soldados, convictos de que a religião cristã salvaria muitas culturas isola-

Significação Cultural

Difícil talvez dizer quais os elementos mínimos necessários para caracterizar como heráldico um conjunto de figuras ou símbolos. O certo é, porém, que não existe heráldica propriamente dita onde não há *escudo*. A presença do escudo, como campo de um complexo de peças, é suficiente para denotar ambiência heráldica. Desse modo, a iniciativa de D. João II levou Portugal a ingressar de pleno na era da ciência dos brasões.

das e efetivaria o destino do gênero humano para a unidade. A filosofia subjacente à aventura ultramarina portuguesa parece resumida nestas palavras de Adriano Moreira, ex-Ministro do Ultramar, Professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa: "Na data em que se iniciou o movimento da expansão pode dizer-se que, do ponto de vista da ciência política, havia correspondência absoluta entre a estrutura cultural do povo e a estrutura do Estado. Época predominantemente católica, os valores culturais que integraram o programa do Estado eram hierarquizados em função da confissão religiosa do povo, visto que não tinham significado político apreciável as minorias religiosas culturais a que as Ordenações dedicavam uma distraída atenção. Mas, ao decidir-se pela expansão ultramarina, sob o signo da igualdade do gênero humano, o Estado iniciou um processo novo de integração cultural, pela simples razão de que deixou de verificar-se a correspondência inicial entre a estrutura cultural do povo e a estrutura do Estado. Milhões de homens das mais diversas confissões religiosas se integraram ao povo português, como o teor cultural de vida funcionalmente dependente dessa premissa fundamental, mas todos portugueses, segundo a definição deste Estado de tipo universal a que hoje pertencemos. Muitos fatos da história da nossa administração ultramarina devem ser politicamente entendidos como fenômenos de acomodação do Estado à nova estrutura cultural do seu povo" (Moreira, 1961, p. 64-65). Certa ou falha, coerente ou não, esta filosofia retirava a Cruz de Cristo do restrito campo de interesses da Ordem para servir de símbolo às aspirações de um povo ao reinado universal da fraternidade.

A fixação definitiva dos besantes em número de cinco indicava a consagração última da crença no "Milagre de Ourique". Com esta promoção, a bandeira chegou mais perto da massa que, sem dificuldade, batizou o conjunto das cinco peças de *Quinas*, pela semelhança com a face dos dados marcada com cinco pontos. O mais antigo documento que refere o apelido é de 1435, numa doação feita pelo Infante D. Henrique a Rui de Melo (Mattos, J., 1961, p. 87). A expressão se contém em *Os Lusíadas*, por exemplo, em IV, 5:

Logo na retaguarda não se esconde
Das quinas e dos castelos o pendão
Com Joane, Rei forte em toda a
[parte,
Que escurecendo o preço vai de
[Marte.

Na Biblioteca de Madri, existe o manuscrito único da comédia *As Quinas de Portugal*, datada de 8 de março de 1638, de autoria de Tirso de Molina, pseudônimo de Frei Gabriel Telles. Garrett, em *Dona Branca*, X, 183, emprega também o termo:

De novo as quinas nos torreões
[tremulam,
E no Algarve daquém Afonso
[impera.

Uma última palavra seja de admiração para D. João II que, à esteira dos antecessores, soube respeitar os símbolos primeiros da nacionalidade. Apesar de tantas lutas em que muitas vezes esteve em jogo a honra pessoal, prevaleceu sempre o pensamento superior da pátria quando se tratava das insígnias. Parecia dominar o perfeito equilíbrio entre a necessidade de mudar e a devoção aos antigos emblemas.

Bandeira Pessoal de D. Manuel

Contexto Histórico

Alguns reis de Portugal, além da bandeira representativa da nacionalidade, quiseram adotar uma outra, de uso e simbolismo pessoal. Um deles, e talvez o primeiro, foi D. Manuel I.

Este monarca subiu ao trono português em 1495 quando menos esperava: era filho de D. Fernando, Duque de Viseu, que, casado com Beatriz, tivera, além de D. Manuel, outros dois filhos - Leonor e Diogo. D. João II desposou Leonor, de quem teve o filho Afonso. Tendo este morrido em desastre e Diogo sido assassinado pelo cunhado, a coroa passou a D. Manuel.

Estamos no auge da aventura marítima: descoberta do caminho para as Índias em 1498 e do Brasil dois anos depois. O feito de Vasco da Gama deslocou o eixo do comércio internacional da época, das cidades italianas para Lisboa. Portugal detinha a maior frota marítima e o maior empório comercial.

A fim de cumprir uma promessa pelo êxito das Índias, D. Manuel fez construir o Mosteiro de Nossa Senhora de Belém, mais conhecido como Mosteiro dos Jerônimos, que, com outros monumentos - a Torre de Belém e o Convento



de Tomar - constituem a grande contribuição arquitetônica manuelina para Portugal.

Foram tantos os acontecimentos felizes e gloriosos para o país durante este reinado que D. Manuel recebeu a alcunha de *Venturoso*.

Decretou as Ordenações, que, ao lado do mérito intrínseco, fixou a terminologia jurídica em faixa muito ampla. Sobretudo foi ordenador da heráldica. "D. Manuel resolveu acabar com a desordem que encontrou na descurada heráldica da fidalguia portuguesa" (Camilo, *A Formosa Lusitânia*, p. 240, apud Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, [1936-60]). Ele, e, posteriormente D. João III e D. Sebastião, ocuparam os nobres na investigação de sua genealogia, das tradições da família e no estudo da heráldica.

Sua atividade neste campo foi tanta que há autores que lhe atribuem as mudanças na Bandeira indicadas tradicionalmente para D. João II. Não se deve ir tão longe assim. O que é certo é que o monarca, conservando o pavilhão real, criou para si um tipo especial e exclusivo de insígnia, conhecida como BANDEIRA PESSOAL DE D. MANUEL I, nome mais comum do que "Bandeira das Naus do Brasil", dado por Armando de Mattos (1939, lâmina entre as páginas 44 e 45).

Nos marcos de posse das novas terras estavam gravados o pavilhão das Quinas e as armas pessoais manuelinas. No Brasil, à proporção que a Metrópole foi efetivando a colonização (Capitanias Hereditárias, Governo-Geral, etc.), mais e mais se projetava o estandarte de D. Manuel. Sobre a cerimônia da primeira missa em terra firme escreveu Caminha: "Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela".

Descrição Analítica

Constitui-se de um campo esquartejado em aspa, formando quatro triângulos - dois de branco, horizontalmente, e dois de vermelho, no sentido do eixo vertical; no centro, uma esfera armilar de ouro.

O conjunto é estético, as cores harmoniosas. Tudo concorre para ressaltar a esfera, que exaure o conteúdo e fundamenta o simbolismo. É sobre ela que nos detemos.

Diz-se comumente que a invenção da esfera armilar se deve a Anaximandro, filósofo grego do VI século a.C., que a imaginara para dar uma idéia dos movimen-

tos aparentes dos astros. A terra era figurada no centro, circundada por dez círculos ou *armilas* representando:

- o meridiano;
- o horizonte;
- os dois coluros;
- a eclíptica com o zodíaco;
- os dois trópicos; e
- os dois círculos polares.

É possível que o filósofo de Mileto tenha apenas aperfeiçoado e divulgado no mundo grego uma invenção egípcia, mesopotâmica ou hindu, como é provável que nem todas as armilas já existissem ao seu tempo (Goes, 1935, p. 59). Como quer que seja, a esfera era empregada nas escolas gregas onde se ensinava a arte de navegação.

Em Portugal, aparece pela primeira vez por escolha de D. João II para D. Manuel, quando lhe ordenara casa em 1491 (Gois, 1749, cap. 5, Martins, 1913, v. 2, apênd. 3). Passará depois a figurar oficialmente na bandeira portuguesa.

Durante a resistência contra os holandeses foi símbolo dos luso-brasileiros.

Tornou-se elemento fundamental do pavilhão comercial do Brasil durante dois séculos.

Em 1565, Estácio de Sá deu-a por armas à cidade do Rio de Janeiro, com as três setas de S. Sebastião (Oliveira, 1907, p. 35-36), que ainda hoje permanece.

A esfera não é propriamente peça heráldica, embora de muito realce. Aqui aparece isolada, sem locação própria. Quando há escudo, aparece normalmente fora dele, como na atual bandeira lusa. Mas às vezes surge em seu interior, como nas armas de Idanha-a-Nova (Castelo Branco), de Machico (Funchal), de Maçambique, de Trevões (Viseu), de Almeida (Guarda), (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 82; v. 2, p. 1317; v. 3, p. 136, 312; v. 4, p. 1259).

Significação Cultural

Verneuil (apud Goes, 1908, p. 59-60) discrimina por ordem alfabética os significados da esfera:

- Domínio científico da astronomia
- Autoridade
- Clio, a musa da história, porque essa matéria abrange todos os tempos e todos os países
- Deus, por ser ele o criador e senhor do universo
- Domínio
- Império
- Peregrinação (lembrada pelo globo terrestre)
- Poder
- Soberania
- Terra

Dentro da história de Portugal, a esfera significa o destacado papel que teve D. Manuel nas descobertas e conquistas portuguesas. Damião de Gois (1749, cap. 5) escreve que foi providencial augúrio haver-se dado tal símbolo para insígnia do então príncipe D. Manuel, em vista dos grandes feitos mundiais que, mais tarde, durante o reinado, operaria "com muito louvor seu, e honra destes Reinos". Por sua vez, D. Antônio Caetano de Souza, referindo-se a uma moeda que D. Manuel, já rei, mandara cunhar, a qual tinha, de um lado, a esfera, e, do outro, uma coroa com a palavra *Mea* (=minha), diz que o monarca "parece quis denotar que a Esfera, que el-Rei D. João lhe dera por empresa, alcançou ele por obra, descobrindo e conquistando a Índia e o Brasil: de maneira que ficarão sendo sua coroa as quatro partes do Mundo que compreende a Esfera" (Sousa, 1735-1749, v. 4, p. 193-194).

É notável o próprio fato de D. Manuel ter se decidido por uma bandeira pessoal. Na antiguidade, a bandeira guardava íntima ligação com o governante; posteriormente, o eixo se foi deslocando para o Estado ou Nação, até chegarmos ao conceito moderno. A iniciativa de D. Manuel, portanto, repunha uma atitude cultural do passado que parecia adormecida. Que esta atitude seja válida ainda, vê-se no fato de quase todos os países adotarem uma bandeira especial para o Presidente. No Brasil, há até uma bandeira particular para o Vice-Presidente, em força do decreto nº 69 026, de 06.08.1971, do Presidente Médici. A bandeira pessoal do governante destaca-o entre a multidão de concidadãos de uma mesma Pátria. É como que lembrança externa daquele que, embora limitado pelos outros poderes previstos em Constituição, representa, amplia e dinamiza a unidade da Nação.

Bandeira do Comércio Marítimo

Contexto Histórico

Nos Séculos XV e XVI proliferaram, ao lado da bandeira oficial, muitas outras de caráter mais restrito, engajadas nas grandes viagens marítimas. Além das Bandeiras da Ordem de

Cristo, do Senado e da Cidade de Lisboa, tivemos:

- Bandeiras azuis com a cruz branca e as quinas;
- Guiões e pendões farpados, brancos, com a Cruz de Cristo;
- Pendões farpados amarelos, verdes, vermelhos;
- Flâmulas verdes e vermelhas; e
- Insígnias especiais de cada capitão, especialmente de Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Bartolomeu Dias e Pedro Álvares Cabral.

Excetuando a da Ordem de Cristo, a mais importante foi a que se conhece sob o nome de BANDEIRA DO COMÉRCIO MARÍTIMO. Aparece no Mapa do Brasil, de autoria de Gaspar Viegas - 1534 (Enciclopédia Barsa, 1969, v. 3, p. 283). Era emblema particular do donatário Vasco Fernandes Coutinho.

Estes pavilhões eram arvorados juntamente com a bandeira oficial e/ou com a da Ordem de Cristo, e, a seu tempo, com o emblema pessoal de D. Manuel (Gois, 1749, parte 1, cap. 5; Prado, 1903, p. 14). Na obra muito rara - *Ho Preste loam das Índias. Verdadeira informação das terras do Preste loam, segundo vio e escreveo oh padre Francisco Alvarez, capellã del Rey Nosso Senhor*, Coimbra, 1549 - vemos uma gravura representando a entrada do embaixador do rei de Portugal, D. Rodrigo de Lima, na corte da Etiópia, em 1520. Aparecem os arneses do cavalo do diplomata com a esfera armilar, vista também no chapéu do escudeiro que o acompanha e empunha o pendão das quinas, tendo na armadura a cruz de Cristo (Prado, 1903, p. 14-15, nota 3).

Descrição Analítica

A bandeira consta de um campo de azul, com cinco besantes de branco. É evidentemente uma simplificação, a máxima de todas, do escudo nacional: o conjunto é ampliação de um dos escudetes, modificado para a forma de quadrado, com o conseqüente aumento também dos besantes.

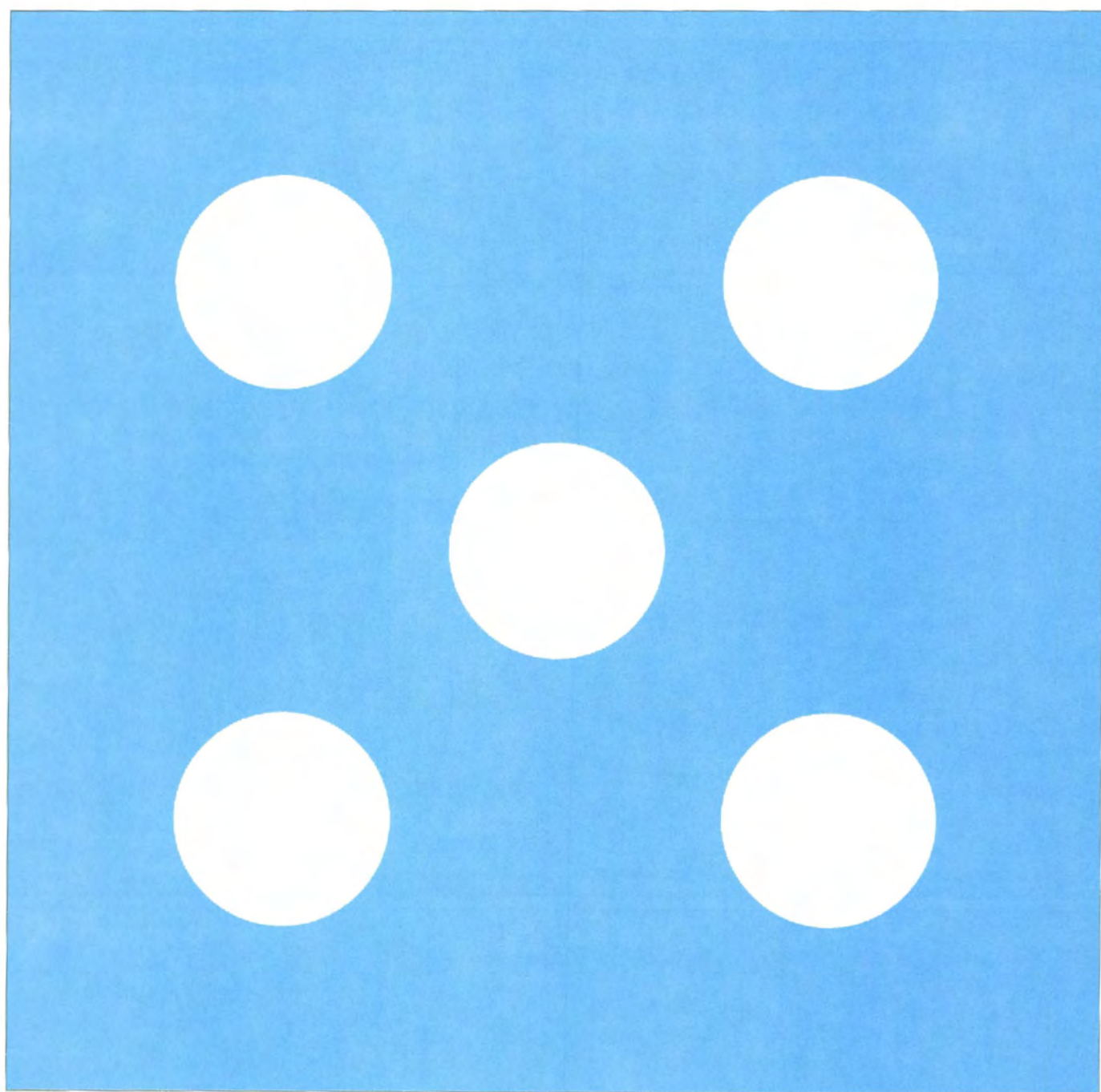
Ocorrem desenhos com a inversão das cores: o campo branco e os besantes azuis. Neste caso, não seriam besantes - que só podem aparecer em "metal" (branco ou amarelo) e nunca em "esmalte" (as demais cores); tomariam, então o nome de *arruelas*, que, às vezes, vêm debruadas a vermelho.

As armas de Elvas, cidade do distrito de Portalegre, trazem um cavaleiro agitando uma bandeira idêntica à do Comércio Marítimo (Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 841).

Também nas armas de Vila do Rei, no distrito de Castelo Branco, vemos, entre outras peças, o escudete único com os cinco besantes, à semelhança da bandeira em pauta (Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 1371).

Vila Viçosa, do distrito de Évora, tem em seu escudo, entre o mais, dois escudetes, cada um com os cinco besantes (Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 1374).

Notável é o caso de Macau: além dos cinco escudetes em cruz, como nas armas nacionais, após em uma das divisões do escudo um animal centralizando um outro escudete com cinco besantes, como a representar ou recordar a época de prestígio da Bandeira do Comércio Marítimo (Lello Universal, [193-?], v. 3, p. 133).



Significação Cultural

Intrinsecamente, esta bandeira, ao lado da Real, acusa a época em que ressuscitou e se consagrou a crença no Milagre de Ourique. O escudo nacional já concretizava os elementos daquele fato; contudo, foi sentida talvez a necessidade de uma ampliação dos besantes para que se evidenciasse mais a simbologia das "cinco chagas", isolando e até anulando a outra dos "trinta dinheiros". O escudo nacional, embora mais rico, não tinha força de impacto para o momento psicossocial ao redor do acontecimento sobrenatural. Uma insígnia com cinco besantes apenas parecia detentora de maior representatividade para o caso, porque aparentemente criada *ad hoc*.

Na história da bandeirologia portuguesa, o emblema representa uma novidade: nem é um desenvolvimento da bandeira oficial como o foi a de Afonso III, D. João I, D. João II, etc., mas por outro lado, não apresenta um *tema* totalmente diferente dela, como a da Ordem de Cristo e a de D. Manuel. Houve redução na estrutura, e por isso mesmo na simbologia. Mas o que ficou brota do original e sustenta uma das linhas temáticas anteriores.

Pode-se pensar que, mesmo sem a intenção de fazer ressaltar o Milagre de Ourique, os autores da Bandeira do Comércio Marítimo tenham desejado apenas deter um resumo, sem mais, da bandeira completa, como hoje o fazemos em relação às "cores nacionais" que representam toda a bandeira.

Bandeira de D. João III

Contexto Histórico

D. João III, o Piedoso, filho de D. Manuel I, recebeu o poder em 1521. Intellectualmente medíocre. De grande fanatismo religioso. Julgava o catolicismo fator de unidade nacional. São reflexos dessa atitude: a introdução em Portugal da Companhia de Jesus e do Tribunal da Inquisição, à maneira espanhola, para combater os "hereges" - protestantes e judeus. O império colonial entra em decadência, com perda de possessões africanas. Em compensação, foi desenvolvido o trabalho colonizador do Brasil.

O monarca contribuiu para a história da bandeirologia portuguesa com um novo pavilhão conhecido como BANDEIRA DE D. JOÃO III.

Sob a égide desta Bandeira, o Brasil atravessou o período das experiências colonizadoras, como a Expedição de Martim Afonso (1530), as Capitânicas Hereditárias (1534), a instituição dos Governadores-Gerais (1549), e a divisão do nosso território em dois governos (1572).

Descrição Analítica

A Bandeira é fundamentalmente constituída dos elementos históricos do escudo português: escudetes, besantes e castelos. Em referência à bandeira de D. João II, fez desaparecer a Cruz da Ordem de Cristo e introduziu sobre o escudo a coroa real de ouro.

A coroa ou coronel é um dos elementos externos do escudo. Outros são o elmo, o lambrequim, o paquife, o listel e a divisa (Enciclopédia Barsa, 1969, v. 7, p. 282).

Existem diversos tipos de coroa heráldica: antiga, mural, imperial, real dos Príncipes de França, de duque, de marquês, de conde, de visconde, de barão, de cavaleiro, papal ou tiara (Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 653).

A coroa real pode ser *aberta* ou *fechada*. A primeira é encimada por oito florões, dos quais cinco visíveis. A segunda apresenta alguns diademas de pérolas que ligam os florões e se reúnem em cima por uma cruz sobreposta a um globo.

Com D. João III, a coroa é *real aberta*; D. Sebastião, seu sucessor, mudá-la-á para *fechada*.

Em alguns desenhos, os frisos variam de cores nesta seqüência: azul-vermelho-azul-vermelho-azul (Mattos, J., 1961, lâmina entre as páginas 40 e 41).

Significação Cultural

De D. João I (1385) até o final do governo de D. Manuel I (1521) o reino de Portugal projetou-se no cenário internacional da época como um dos mais vigorosos, senão o mais vigoroso. Pois bem, durante todo este período de fastígio, de afirmação do poder, e apesar de modificações na bandeira, nenhum dos monarcas pensou em introduzir nas armas portuguesas a coroa real. Agora, com D. João III, que o reino está em decadência, é que a novidade foi pensada, como se o símbolo pudesse suprir a falta do simbolizado. Mesmo nos sonhos, as imagens dinâmicas têm que apoiar-se de alguma forma num mínimo de realidade. Tanto no plano individual quanto no coletivo, os símbolos podem produzir força e nova vida, mas é necessário que sejam anteriormente *sinais* representativos. A alma humana e os grupos sociais não se deixam enlevar por muito tempo com aparências plan-



tadas no vazio. A coroa no escudo português, nesta fase, tinha a missão de salvar, com sua mística simbólica, a decadência do império colonial. A missão falhou, porque os símbolos só potencializam partículas, que sejam de verdade. D. Sebastião apressará o desenlace: fechará a coroa como símbolo de suas tentativas de alargar mais ainda o reino pela conquista do Marrocos. Era o fim. Morreu o monarca, caiu a coroa em mãos dos espanhóis.

Dentro deste mesmo espírito operou-se também o desaparecimento da Cruz da Ordem de Cristo. Não é de supor-se que D. João III tivesse ordenado a modificação por falta de fé, exatamente ele alcunhado de *Piedoso* e introdutor de medidas favoráveis ao catolicismo. O que orientou a iniciativa foi o desejo de afastar a presença de um símbolo da *Ordem* que detinha um para-poder dentro da Península e sobretudo nos domínios portugueses de além-mar. E aqui outra fraqueza. Os grandes monarcas anteriores da dinastia de Aviz não temeram a poderosa influência da *Ordem*. Permitiram que a Cruz - a verde ou a vermelha - integrasse ou representasse sozinho a nação, oficial ou oficiosamente. Do ponto de vista histórico, a retirada da Cruz da Ordem de Cristo não representava nenhum atentado à tradição do escudo, ao qual se incorporara só em época tardia. Mas, retirá-la logo nesta época refletia, talvez, impetuosa tenção do monarca de reunir em si, sem dispersão de centros de comandos, as forças do reino que desfaleciam. A decisão do rei no campo heráldico coincidia, afinal, com seu ato político que incorporara à coroa real os mestrados da Ordem de Aviz e de Cristo e o Priorado de Crato, que viriam a se tornar honoríficos, no Século XVIII, com D. Maria I.

Bandeira do Domínio Espanhol

Contexto Histórico

Nenhum dos filhos de D. João III lhe sobreviveu, passando o trono, assim, para o neto, D. Sebastião, que na menoridade, foi substituído pelos regentes a rainha Catarina e o Cardeal D. Henrique.

Era D. Sebastião, de temperamento impulsivo e de rígida educação religiosa. Julgou-se com vocação de realizar uma missão sagrada: conquistar um grande império para a fé cristã. A ocasião de iniciar o sonho foi o pedido de auxílio do imperador de Marrocos, Muley-Hamet, destronado por Muley-Muluk. A 4 de agosto de 1578, deu-se a Batalha de Alcácer-Kibir, uma das mais célebres do mundo ocidental, em que o exército português foi desbaratado, tendo o rei sido morto pelos mouros, que devolveram o cadáver. Mas ninguém acreditou em sua morte: todos ficaram esperando a volta do monarca, originando-se daí a crença que se denominou *sebastianismo*.

Sucedeu-lhe o Cardeal D. Henrique, agora como rei. Filho de D. Manuel e neto de D. João III, ingressara na vida eclesiástica, alcançando o elevado posto de arcebispo de Braga e Évora. Embora detentor do poder, o cardeal-rei favorecia às pretensões de Filipe II

da Espanha, I de Portugal, neto de D. Manuel por via de sua mãe, a imperatriz D. Isabel. Havendo dúvida sobre a sucessão dinástica, as cortes portuguesas, em 1579, deixaram que o Cardeal escolhesse livremente o rei. A preferência foi para o dirigente espanhol. Mas, antes que a questão tivesse sido resolvida, D. Henrique veio a falecer, sendo substituído por uma regência, de quem o povo desconfiava por ser partidária de Filipe. Neste ínterim, o Duque de Alba, em nome do monarca espanhol, invade Portugal. Os procuradores do povo nomeiam rei D. Antônio, Prior da Ordem de Crato, também ele neto de D. Manuel por via paterna, bastardo do Infante D. Luís. Lutam as duas facções. Em dezembro de 1580, Filipe entra em Portugal e as cortes em Tomar o aclamam rei com o nome de Filipe I. Era o início de uma nova dinastia em terra lusa - a dinastia filipina. Era sobretudo o princípio de 60 anos de domínio espanhol nas terras de Viriato e de Afonso Henriques.

Embora D. Henrique tivesse morrido antes da consumação dos fatos, o povo não lhe perdoou as intenções e cantava nas proximidades do paço de Almeirim, onde agonizava o último representante da dinastia de Aviz:

Que viva el-rei D. Henrique

No inferno muitos anos,

Pois deixou, em testamento,

Portugal aos castelhanos

(apud Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 1258).

A atitude de D. Henrique se entende até certo ponto, se pensarmos que a união de Portugal com os reinos peninsulares parecia favorecer aos interesses lusos, como já parecera a Afonso IV, no Século XIV. O monarca borgonhês, de fato, vendo unidos os reinos de Leão e Castela, pensara em

levar Portugal a fazer parte do que chamaríamos hoje confederação. Chegou mesmo a cunhar moedas em Toro, com o escudo português em uma das faces, e o de Leão e Castela na outra.

Mas as duas iniciativas guardavam uma diferença: além do caráter de confederação, a união planejada por Afonso IV era voluntária e bilateral; agora, ainda que houvesse aprovação de D. Henrique com o apoio de muitos nobres, a união fora operada à força e incondicionadamente.

Entretanto, não se deve urgir negativamente este período da história lusa. Houve, sem dúvida, uma vitória de Filipe contra a reação das forças populares legítimas da nação portuguesa. A aclamação para rei implicava situação de domínio. Foi, porém, um domínio *sui generis*. Era mais união pessoal do monarca, *um pouco* à semelhança da Comunidade Britânica das Nações, em que os países-membros, politicamente independentes, reconhecem como rainha a soberana da Inglaterra.

Na verdade, apesar da vitória espanhola, Portugal conservou as características de soberania: governo, leis, administração da justiça, direito de cunhar moedas, e, naturalmente, a língua. O monarca espanhol foi mais além: escolheu portugueses para compor a Comissão de juristas que preparou a nova codificação das leis, publicada no reinado seguinte sob o nome de *Ordenações Filipinas*.

Era natural que neste espírito entrasse o assunto da bandeira nacional. Nas colônias portuguesas continuou a flutuar a bandeira de D. João III, com a coroa fechada, como ordenara D. Sebastião. No continente, foi permitida a conservação do escudo em vigor, com um leve acréscimo. Ao novo conjunto é que se dá o nome de BANDEIRA DO DOMÍNIO ESPANHOL.



Descrição Analítica

A bandeira se põe na linha da anterior com duas modificações: em vez da coroa aberta, a fechada; em vez de escudo solto no campo, serve-lhe de fundo um conjunto de oito ramos de oliveira. Sem dúvida, temos aqui um belo arranjo artístico, em que o escudo recebe maior realce.

A modificação da coroa não foi obra de Filipe, e sim, como dissemos já, de D. Sebastião.

Diferentemente da posição ocupada na bandeira até então, os dois castelos inferiores se acham um pouco inclinados, como que em intenção de acompanhar a curvatura do escudo nesta altura. A diferença é apenas acidental, uma opção de desenhista. Inclusive, há documentos idênticos para escudos e bandeiras anteriores a este período.

Os ramos são em número de 16: dez têm pés visíveis; seis, ocultos. Estes últimos podem ser ramos oriundos de outros, e não provenientes do caule como os primeiros.

Como na realidade, as folhas são opostas e inteiras.

Significação Cultural

Alguns autores não incluem esta bandeira entre as históricas, porque, segundo eles, ela lembraria um período que os historiadores lusos chamam de "cativeiro de Portugal" (Mattos, C., 1951, p. 4).

Embora respeitemos o ângulo a partir do qual se constrói esta posição, pensamos que a peça deve ser considerada histórica, porque se põe na linha de evolução direta da bandeira portuguesa e representa com exclusividade uma faixa temporal da história lusa. Por outro lado, muito menos que cativeiro este pavilhão recorda momento viril de Portugal: apesar da decadência do reino, da atitude de D. Henrique e da violência das tropas espanholas, o país soube se manter de pé, na posse de suas instituições políticas maiores, ainda que unidas à pessoa de um rei estrangeiro. Filipe tomou todas as medidas para que os portugueses se sentissem à vontade sob a nova situação. Sua atitude, manifesta em casos já apontados, cristalizou-se para a posteridade na adoção da nova bandeira. Observando alguns de seus aspectos, veremos que ela se constitui em mais um troféu de glória para Portugal. Analisemos um pouco.

A conservação do escudo em sua inteireza é argumento fundamental para mostrar as boas disposições do primeiro monarca filipino em terra lusa. Repetia a iniciativa de Afonso III em aproveitar, segundo uma das teorias estudadas, símbolos do Algarve conquistado. Antecipava-se a D. João VI que elaborará a bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve com elemen-

tos heráldicos dos três conjuntos regionais. Se outras tivessem sido as disposições de Filipe, a ocasião teria sido ótima para *vingar-se* de Afonso Henriques que separara o Condado Portucalense da matriz espanhola da época, e para apagar de vez a mística das cinco chagas".

Filipe fez mais. Conservou até a coroa *fechada*, símbolo das recentes pretensões expansionistas de D. Sebastião. Quando os ânimos estavam tão vivos, Filipe se conteve e deixou intacta a simbologia da nação que avocara à unidade espanhola em sistema que aqui chamamos de "confederação".

Isto quanto à porte conservada. Com respeito ao único elemento novo introduzido por Filipe - os ramos - as considerações se colocam também em contexto positivo.

São ramos, em primeiro lugar. Ramos verdes arrancados do natureza viva de Portugal. Ramos, primeira matéria que o homem usou como símbolo grupal. Ramos, sinal de alegria. Um elemento indistinto, não característico desta ou daquela nação. Politicamente inofensivo ainda hoje, elevado a símbolo oficial da paz na bandeira das Nações Unidas.

Símbolo também de vitória, poderiam os ramos ser apontados como opção de Filipe para indicar sua conquista sobre Portugal. Dentro do contexto histórico, porém, se Filipe pensou em representar vitória, esta era de ambas as partes - Portugal e Espanha - que haviam encontrado um meio de suplantarem o impasse da sucessão no reino.

Outra reflexão ainda positiva. Numa árvore, temos, entre o mais, o caule e os ramos. Estes participam vitalmente da existência daquele, guardando, embora, posição de menor destaque e importância. A Bandeira de Filipe quis reproduzir talvez esta idéia. Portugal e Espanha formavam ali,

naquele momento, um único ciclo vital. E atentemos bem: o caule aqui é representado pelos próprios símbolos de Portugal, restando os ramos para indicarem a nova situação. Filipe como que deixava Portugal predominar no conjunto, anexando apenas a lembrança de sua união agora com a Espanha.

Teria havido também da parte de Filipe intenção pedagógica quando pensou na introdução dos ramos?

Uma intenção como aquela, já lembrada, dos antigos atenienses? Seriam os ramos de oliveira ali permanentes alerta aos portugueses para se dedicarem com afinco ao trabalho, especialmente ao agrícola, que já havia caracterizado o reinado de D. Dinis? É apenas hipótese suscitada pela coincidência de ter Filipe entrado em Portugal em dezembro, quando os campos se apresentavam em festa pelo início da colheita das olivas.

Sabendo-se que nenhuma outra bandeira lusa adotou símbolos vegetais, pode-se conjecturar que foi a novidade dos ramos trazida por Filipe que veio determinar a presença de, por exemplo, trigo e uva em brasões de muitas localidades portuguesas - Nelas (Viseu), Sandomil (Guarda), Saltam (Viseu), Vila Nova de Gaia (Porto), Vila Verde (Braga), Vinhais (Bragança), (Lello Universal, [193-?], v. 3, p. 404; v.4, p. 982, 1010, 1372, 1374, 1377).

Adequadas ou não estas reflexões, uma coisa é certa: constituiu-se em caso raro, senão único, na história da bandeirologia, o fato de uma nação "vencedora" permitir o uso de uma bandeira "vencida". Tudo parece indicar a força do gigante Portugal, que, abalado por crise interna, soube encontrar uma fórmula dignificante de saída. Fórmula, diga-se logo, reveladora do espírito característico com que os iberos sabem resolver seus problemas.

Bandeira da Revolução de 1640

Contexto Histórico

A atenuação feita anteriormente sobre a presença espanhola em Portugal refere-se somente aos primeiros tempos de Filipe II. As intenções do rei eram boas, dissemos. Muitas eram as características de soberania conservadas para a terra lusa.

A seguir, a situação modificou-se. O status de nação "confederada" foi transformado em quase colônia. Aumentaram os impostos diante da necessidade de cobrir os gastos de guerras em que a Espanha se engajava. Os validos do rei dissipavam o erário público. A expulsão dos judeus e mouros ocasionara a diminuição da riqueza nacional. O povo marchava para um estado de pobreza aguda.

O ódio aos espanhóis despontava mesmo naqueles que antes viam com alegria a união das duas coroas. As reclamações populares se tornaram mais freqüentes e profundas a partir de 1619. No ano seguinte, Filipe, não suportando a onda de insatisfação, regressou a Madri, onde veio a falecer em 1621.

Sucedeu-lhe Filipe III, que viria a ser Filipe II em Portugal. O novo titular fixou residência na Espanha, nomeando Regente D. Margarida da Áus-

tria, viúva do duque de Mântua, e como Secretário de Estado, pleni-potenciário, Miguel de Vasconcelos. Avolumaram-se mais ainda os impostos. A liberdade cerceada pelo auge da atividade inquisitorial, tropas portuguesas obrigadas a servir fora do país, as possessões marítimas usurpadas por companhias comerciais estrangeiras e, por outro lado, insinuações do governo francês e o exemplo da Catalunha que se revoltara contra a Espanha e lutava pela independência, tudo isso, amalgamado, devia fazer renascer o espírito de Viriato, Afonso Henriques e D. João I. O novo fervor patriótico refletiu-se de imediato nas sucessivas edições de *Os Lusíadas*, com 36 reimpressões nos 60 anos do reinado espanhol. Tomou corpo o *sebastianismo*, a crença na volta de D. Sebastião, que não teria morrido, para reerguer a pujança do império.

O movimento revolucionário organizado pró-restauração da independência devia iniciar-se em Évora. A ocasião foi o aumento dos tributos exigidos pelo conde-duque de Olivares, valido do monarca espanhol. Em Évora estava uma Universidade dirigida exclusivamente pelos jesuítas e que à época captava os privilégios que a partir de D. João III vinha perdendo a de Coimbra. Aos filhos de Santo Inácio interessava a revolução que se preparava em Évora, porque, entre outras razões, a incúria dos Filipes estava deixando as colônias caírem em poder dos protestantes ingleses e holandeses. Assim, passaram os teólogos, *suarezianos*, a defender a tese *tomista* de que todo poder vem de Deus, mas por intermé-

dio do consentimento popular; alguns chegaram mesmo a sancionar a tirania e o regicídio (Saraiva, Lopes, [195-], p. 524).

No plano literário erudito a revolução não se refletiu de imediato, porque os Literatos portugueses continuavam a tradição de procurar seus modelos na poesia da corte filipina, no conceptismo de Quevedo e Gracián, nos temas líricos de Lope, na ênfase de Herrera ou de Salinas, e sobretudo no gongorismo.

Das camadas populares, surgia clandestinamente a literatura planfletária antifilipina, e especialmente contra as novas imposições fiscais, o abandono das colônias e a proibição de comercializar com os inimigos de Castela. A crítica se dirigia também aos nobres que se acomodavam às injunções do estrangeiro.

D. Francisco Manuel de Melo, escritor português da época, inclusive enviado das cortes espanholas numa espécie de missão mediadora, escreveu *Epanáfora Política*, relato histórico daqueles tumultuados dias de Évora (ibid., p. 435-436).

O "Motim de Évora", sentindo chegada a hora, lançou-se à aventura final: a 1 de dezembro de 1640, invadiu o Paço de Lisboa, matou Miguel Vasconcelos e aclamou rei ao filho de Teodósio II, que tomou o nome de D. João IV, iniciando a dinastia de Bragança.

Durante o período de preparação revolucionária, os portugueses usaram o pavilhão conhecido como **BANDEIRA DA REVOLUÇÃO DE 1640**.



Significação Cultural

O fato de se adotar uma cruz sem a presença de nenhum outro símbolo leva-nos a pensar que os revolucionários de Évora quiseram dar ao seu movimento caráter de Cruzada, embora não se tratasse de enfrentar exércitos mouros. Se não havia fé a defender, porque os espanhóis também eram cristãos, estava em jogo todo um território a salvaguardar. A cruz rememoraria o ardor de Henrique de Borgonha e as lutas de Afonso Henriques. É o único caso da história da bandeirologia em que uma nação cristã toma como símbolo o sinal máximo da fé para combater outro povo da mesma crença religiosa. Temos aqui, talvez, o momento máximo em que a cruz cristã serviu de símbolo para um movimento essencialmente político.

As cores e as extremidades da cruz parece indicarem que os revolucionários quiseram fazer reviver também o espírito dinâmico dos cavaleiros da Ordem de Cristo. Para os lusos do Século XVI não sorria bem que Portugal perdesse terras continentais, quando os soldados-monges da Ordem tanto haviam lutado antes para conquistá-las no além-mar.

É notável que aqui apareça de novo o verde, cor característica de D. João I, exatamente no instante de mudança de dinastia, como agora.

Descrição Analítica

A bandeira é constituída de um campo verde sobre o qual se assenta uma cruz de vermelho aberta em branco. Esmalte sobre esmalte: contra a regra da heráldica.

A cruz é *latina*, isto é, com uma das partes maior que as demais. As extremidades são idênticas às da cruz da Ordem Militar de Cristo, fato que se repetirá, por exemplo, nas armas de Calheta (Ilha da Madeira), apresentadas em Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 427.

Bandeira da Restauração

Contexto Histórico

A vitória de 1.^º de dezembro não pôs fim às pretensões da Espanha. As lutas pelo restabelecimento completo da independência haveriam de durar 28 anos, cobrindo todo o reinado de D. João IV e de Afonso VI e parte do de Pedro II. Deviam brilhar nomes como o de Matias de Albuquerque, na Batalha de Montijo, e o do Conde de Cantanhede, na de Alvas. Só em 1668 a Espanha reconheceu a independência de Portugal.

Internamente, teve D. João IV de abafar uma conspiração de fidalgos portugueses que desejavam a volta do país ao domínio da Espanha.

Os fidalgos de certo modo eram auxiliados por concidadãos que, de boa-fé, não acreditavam fosse D. João IV o legítimo restaurador da nação, uma vez que, segundo a profecia de Bandarra, D. Sebastião devia voltar ao trono. Até o padre Antônio Vieira, antes de aderir a D. João IV, foi forte propagador do sebastianismo. Dois textos do profeta foram aproveitados

para apontar em D. João IV o realizador da profecia. O primeiro continha a expressão *Dom Foão*, que apareceu como forma oculta de Dom João; o segundo trazia a indicação do tempo: os anos 40 (Ferreira, [194-], p. 477-478).

O novo monarca deparou-se com grandes dificuldades de ordem social, fáceis de entender numa época de crise como esta. O retrato desses dias está no livro, de autoria incerta, *Arte de Furtar*, "depoimento literário muito completo e variado acerca da realidade social do tempo de D. João IV; nela se espelham ao vivo todos os principais problemas em que se debatia a administração interna e todo o jogo das forças sociais. Trata-se, em grande parte, de um panfleto desmascarador dos vários tipos de logro e irregularidade, **ao longo dos diversos escalões da sociedade**, desde os mendigos artificialmente chagados e das pequenas trapaças de artífice "mecânico" ou de regateira, até às grandes roubalheiras e compadrios do alto funcionalismo" (Saraiva, Lopes, [195-], p. 519). O livro procurava ser útil a D. João IV, também sob o aspecto jurídico, discutindo os direitos di-



násticos dos Filipes e da Casa de Bragança à Coroa portuguesa, as normas de direito natural e internacional referentes à guerra, etc.

Outro tipo de atividade de D. João IV, que lhe é mais um título de glória, foram as lutas contra os invasores estrangeiros nas colônias do reino. Como dissemos, a incúria da dinastia dos Filipes favoreceu navegadores, ingleses e holandeses principalmente, as investidas, tomadas de posse e até o estabelecimento de colonização em territórios pertencentes a Portugal. Desraizá-los era trabalho difícil. Mas também aqui brilhou o gênio português, auxiliado pelos próprios povos autóctones. No Brasil, por exemplo, antes que terminasse o reinado do primeiro rei bragantino, os holandeses tinham sido definitivamente vencidos.

No campo especificamente religioso, D. João IV trouxe também uma novidade: por decreto de 25 de março de 1646, proclamou N^ª Senhora da Conceição padroeira de Portugal, fato notável, pois somente mais de 200 anos depois haveria Pio IX de declarar dogma de fé esta verdade do título mariano.

Subindo ao trono, D. João IV adotou um novo pavilhão conhecido como *BANDEIRA DA RESTAURAÇÃO*. Juntamente com a de Afonso Henriques, esteve hasteada durante as comemorações duplamente centenárias de 1940: o 8^º Centenário da Independência e o 3^º da Restauração.

Um poeta a exaltou nestes versos:
Nossa Pátria não salvaste
Em 1580,
Mas de novo a restauraste
Em 1640!
E, num esforço insano
Que te cobriu de glória,
Tu conseguiste a vitória,
Sobre o exército castelhano!
(Costa Júnior, 1963, p. 9)

Descrição Analítica

O campo é branco, orlado de azul. No centro, o escudo simplificado de D. João II, encimado com a coroa real fechada.

É possível que a bordadura azul tenha sido introduzida em 1646, quando da consagração do reino à Imaculada Conceição.

Em alguns desenhos, o fundo da coroa aparece em esmalte, e não em branco, como aqui.

Significação Cultural

Embora chegasse ao trono na crista da bandeira vitoriosa da Revolução, D. João IV não quis adotá-la como símbolo do seu reinado. Entendeu que a cruz dos revolucionários de Évora representava apenas um momento passageiro na história da bandeira da nação. Era uma injunção das circunstâncias, para diferenciar, na luta, os portugueses dos espanhóis. Uma vez alcançado o objetivo, a restauração da pátria, era preciso que se restaurasse também o seu símbolo. Mais uma vez predominou a idéia de que a bandeira é permanente em meio às diversas vicissitudes do país.

Retirados os ramos verdes, sinais do domínio espanhol, restava o escudo nacional em sua essência. Para colocá-lo em realce e indicar a iniciativa religiosa do monarca, apôs-se a orla azul, para lembrar o manto de Nossa Senhora. Esta é a interpretação oficial da parte da Comissão que elaborou o projeto da República portuguesa em 1910. Fazendo referência à bandeira de D. João IV, escreveu: "Não se quis simbolizar nessa nova cor (azul) um heróico movimento de revolta, mas aliar à idéia de pátria o culto da Senhora da Conceição. Era um preito ao carinho católico da padroeira oficial do reino". Antecipava-se a tendência das futuras nações latino-americanas que, na sua grande maioria, indicarão no azul de suas bandeiras a devoção por Nossa Senhora.

Note-se que a bordadura fez aumentar a área de azul, aproximando opticamente esta bandeira das de D. Henrique e de Afonso Henriques.

Bandeira do Brasil Holandês

Contexto Histórico

O Século XVII trouxe para o mundo o triunfo do grande capitalismo mercantilista, manifestado, em linha de máxima, nas companhias de acionistas particulares, cujo monopólio tinha a garantia dos Estados nacionais. A idéia se iniciara na Holanda. Os armadores, associados a capitais internacionais, criaram, a partir dos fins do Século XVI, as famosas Companhias Comerciais das Índias. Das Índias, por causa do engano inicial de Colombo em relação à nova terra descoberta. Os Países Baixos se tornaram o líder na evolução do novo estado de coisas. Amsterdã foi, na época, o



maior centro comercial e bancário da Europa. O protestantismo liberou os fiéis para as atividades de juro e especulação financeira.

A necessidade holandesa de expansão encontrou facilidades nas colônias portuguesas, especialmente no Brasil, durante o domínio espanhol em Portugal, quando então ficaram sem o devido apoio militar da Metrópole.

No Brasil, os armadores flamengos estavam interessados principalmente no comércio do açúcar. Por isso, foi para o nordeste que se dirigiram. Intermediários do produto, compravam-no em portos lusos e revendiam-no, com grandes lucros pelo norte da Europa.

Com o domínio espanhol, Portugal e suas colônias foram proibidos de comercializar com a Holanda, então em luta contra as pretensões castelhanas.

A proibição só acendeu a coragem dos flamengos que pensaram em estabelecer-se no Brasil. Em 1624, aportaram à Bahia, sendo de lá expulsos no ano seguinte. Em 1630, invadiram Olinda e Recife, iniciando o domínio propriamente dito em terras brasileiras. Mas só em 1637 haveria a configuração oficial de soberania com a chegada de João Maurício de Nassau, da nobre família de Orange-Nassau, filho de Guilherme I, o Taciturno, proclamador da independência dos Países Baixos. Com ele se verifica a idade de ouro da ocupação batava. Seu ideal estava para além de garantir um simples entreposto comercial. Maurício de Nassau desejava fundar verdadeiro império, anexado à coroa da Holanda. Suas medidas administrativas e suas intenções democráticas cativaram inicialmente os próprios brasileiros. Tanto assim que vindo ao

Brasil por delegação da Companhia das Índias Ocidentais para um quinquênio, aqui ficou sete anos e quatro meses.

A admiração pelo príncipe flamengo não significava para os nordestinos propósitos de ver perpetuada a situação de conquista. No mesmo ano da chegada de Nassau, houve a resistência de Porto Calvo, sem resultado feliz para os nossos. No ano seguinte, 1638, os baianos repeliram as tropas invasoras. Em 1640, reacenderam-se os ânimos com a Restauração de Portugal. Dois anos depois, o Maranhão conseguiu expulsar o inimigo. Em 1644, Nassau, desgostoso por falta de apoio a seus planos, retornou à pátria.

Neste ínterim, Portugal pensava em entregar definitivamente Pernambuco aos holandeses. Não interessava a Lisboa contrariar a Holanda, no momento em que este país auxiliava D. João IV nas lutas contra a Espanha. Até o próprio padre Antônio Vieira partilhava da idéia, conforme sua exposição conhecida como *Papel Forte*.

Os brasileiros, percebendo a manobra política de Portugal, resolveram tomar nas próprias mãos a sorte da região dominada. Pela primeira vez fizeram prevalecer o novo contexto político da colônia sobre os interesses imediatos da Metrópole. Era como que um primeiro grito de independência. As raízes da civilização luso-brasileira já estavam muito profundas para que se permitisse a instauração de uma cultura de coordenadas diversas das da latino-católicas.

Imanados num todo, portugueses (João Fernandes Vieira), brasileiros filhos de portugueses (André Vidal de Negreiros), índios (Felipe Camarão) e negros (Henrique Dias) partiram para uma ação

conjunta e heróica contra os invasores. Auxiliados afinal pela Metrópole, os nordestinos venceram a Primeira Batalha dos Guararapes em 1647, e dois anos depois a Segunda, encurralando os holandeses nos estreitos limites de Recife, donde saíram definitivamente em 1654, após 24 anos de domínio. Só em 1661 é que foi assinado oficialmente o tratado de paz.

Durante sua permanência no Brasil, Maurício de Nassau criou brasões para as capitanias, cidades e vilas, do norte, conforme se vê nas estampas e se lê no texto da página 100 da obra *Gasparis Barlaei rerum per octennium in Brazilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura Illus comitis 1, Mavritii Nassoviae, & comitis...* história, Amstelodami, ex Typographico Ioannis Blave, 1647, in folio: "Para cada capitania engenhou (1639) o Conde João Maurício de Nassau o seu brasão, e compreendendo-os todos em um só escudo, fez um que indicava os limites do Brasil holandês, para uso do conselho supremo. Por cima deste brasão levantava-se o das Províncias Unidas da Holanda, e na parte inferior ocorria o símbolo da Companhia das Índias Ocidentais. Os mesmos brasões das quatro capitanias, contidos em um escudo semelhante, formaram o brasão do conselho político, tendo por cima a figura da virgem Astréia, segurando com uma das mãos a espada vingadora dos crimes e com a outra a balança reguladora das transações comerciais" (apud Araripe, 1891, p. 1891-1892).

Entretanto, o pavilhão oficial desta época nas terras brasileiras sob domínio da Holanda é conhecido como

BANDEIRA DO BRASIL HOLANDÊS.

Aqui se colocaria a mesma pergunta introduzida para a Bandeira do Domínio Espanhol em Portugal: Pode ser "histórica" uma bandeira que lembra um período de dependência política? Já manifestamos nosso pensamento quanto à presença espanhola em terras lusas. Agora diríamos o mesmo em relação ao caso do Brasil. Disse Rathenau que "mesmo as épocas de opressão são dignas de respeito, pois são a obra, não dos homens, mas da humanidade, e portanto da natureza criadora, que pode ser dura, mas nunca absurda" (apud O Despertar dos Mágicos, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, p. 8). No momento em que Portugal e Espanha falhavam no cuidado nas terras da América era necessário que surgisse outra liderança para sustar o desaparecimento da vida cultural nascente. Por outro lado, a conjuntura revelou um novo dado para a história: o despertar do espírito nativista do brasileiro, combinado com outro elemento, também notável, o da miscigenação política das raças em defesa do patrimônio territorial comum. Uma bandeira que recorde tudo isso bem merece constar de uma galeria de bandeiras históricas.

Histórica nesta ordem de idéias, não o é se a considerarmos sob o aspecto da evolução da bandeira portuguesa e da nossa. Neste contexto, de fato, a Bandeira do Brasil Holandês faz parte daquele conjunto de pavilhões que chamamos de para-históricas, isto é, bandeiras que, comprometidas com certos segmentos da história luso-brasileira, afastaram-se da linha evolutiva da bandeira portuguesa e brasileira iniciada com Afonso Henriques.

Descrição Analítica

A bandeira nada mais é do que o pavilhão das Províncias Unidas da Holanda, com suas três faixas, vermelha, branca e azul, acrescidas de dois símbolos: na lista vermelha a coroa de conde, na cor amarela e no centro parte do monograma da Companhia das Índias Ocidentais combinado com letras ligadas ao nome de Maurício de Nassau.

O monograma da Companhia era constituído das letras W - I - C - iniciais de *West Indische Compagnie*, ou seja, Companhia das Índias Ocidentais. Às vezes se acrescentava a letra G, inicial de *Geoctroyeerde*, isto é, licenciada, outorgada. É isto o que nos informa a Enciclopédia Holandesa, coisa confirmada oralmente pelo Departamento Cultural da Embaixada.

Pela Enciclopédia e pelo auxílio do Departamento, não nos foi possível identificar o significado das letras D e M. Pode-se pensar que o M seja a inicial de Maurício. Quanto ao D, só uma longínqua suposição: seria a inicial de *Datus*, ou, no feminino, *Data*, participio latino de *Dare* = dar, outorgar. Neste caso, teríamos a tradução completa: Companhia das Índias dada a Maurício. Ou ainda, o D seria *Dominus* = senhor. Teríamos, então: Companhia das Índias e Senhor Maurício, em dois conjuntos fraseológicos independentes.

É uma interpretação arbitrária, que representa apenas o esforço de não transmitir a lição tradicional errônea de que as quatro letras da bandeira são o monograma da Companhia das Índias Ocidentais. Somos os primeiros a ver a deficiência da nossa descrição inclusive no que tange à mistura de idiomas - holandês para o C e I, e latim para o M e D.

Significação Cultural

A bandeira representa, em primeiro lugar, um período especial da história do Brasil, em íntima ligação com um segmento da situação política de parte da Europa. Holanda, Espanha e Portugal eram alguns dos grandes líderes europeus da época. A geografia do mundo de hoje tem muitos de seus contornos ligados a acontecimentos históricos daquelas três potências antigas. De tal modo que, olhando para a Bandeira do Domínio Holandês no Brasil, só nos podemos orgulhar de ver como foram lúcidos e corajosos os brasileiros do Século XVII, em se saírem do torvelinho político que envolvia poderosas nações de então. Bandeira do Domínio Holandês, certo, mas sobretudo Bandeira que atrás das suas cores projeta Tabocas, Arraial de Bom Jesus e Guararapes, bandeira cujo monograma invisivelmente descreve os nomes de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Poti e Felipe Camarão.

Ainda em relação ao Brasil, a Bandeira do Domínio Holandês tem outro sentido positivo. Acostumados a pavilhões lusos, fomos defrontados com outro arranjo bandeirológico, três faixas de cores diversas, além da presença de um monograma, algo totalmente insólito, abrindo um precedente para as tricolores preconizadas em projetos de bandeiras republicanas, e, o que é mais, para a legenda da bandeira de 1889.

Considerada em si mesma, a bandeira representa o controle que o governo holandês detinha sobre as Companhias comerciais. Em Portugal, a Ordem Militar de Cristo, por exemplo, mesmo em missão oficial em nome da Coroa, não apunha à sua insígnia nada que lembrasse o rei ou a nação donde provinha. Aqui o que temos são as cores da nação patrocinadora, e apenas o monograma - parcial, como vimos - da Companhia.

Muito mais notável é a representatividade de Maurício de Nassau. Mesmo não sendo verdadeira a interpretação que fizemos para as letras M e D, há ainda a coroa de conde a fixar a presença do valoroso soldado e competente administrador holandês. A Holanda tinha a sua bandeira; também a Companhia das Índias Ocidentais possuía seu pavilhão, diferente do da Holanda e deste que estamos estudando, utilizado em outras sedes de suas conquistas. Mas aqui, no Brasil, o hasteado foi o pavilhão marcado com a personalidade do nobre Príncipe. Louve-se, porém, Maurício, pela discrição: uma simples coroa de conde e duas simples letras, quando poderia ter adotado o leão e o dístico *Je Maintiendrai*, ligados à heráldica da Casa de Orange-Nassau (Lello Universal, [193-?], v.1, p. 619).

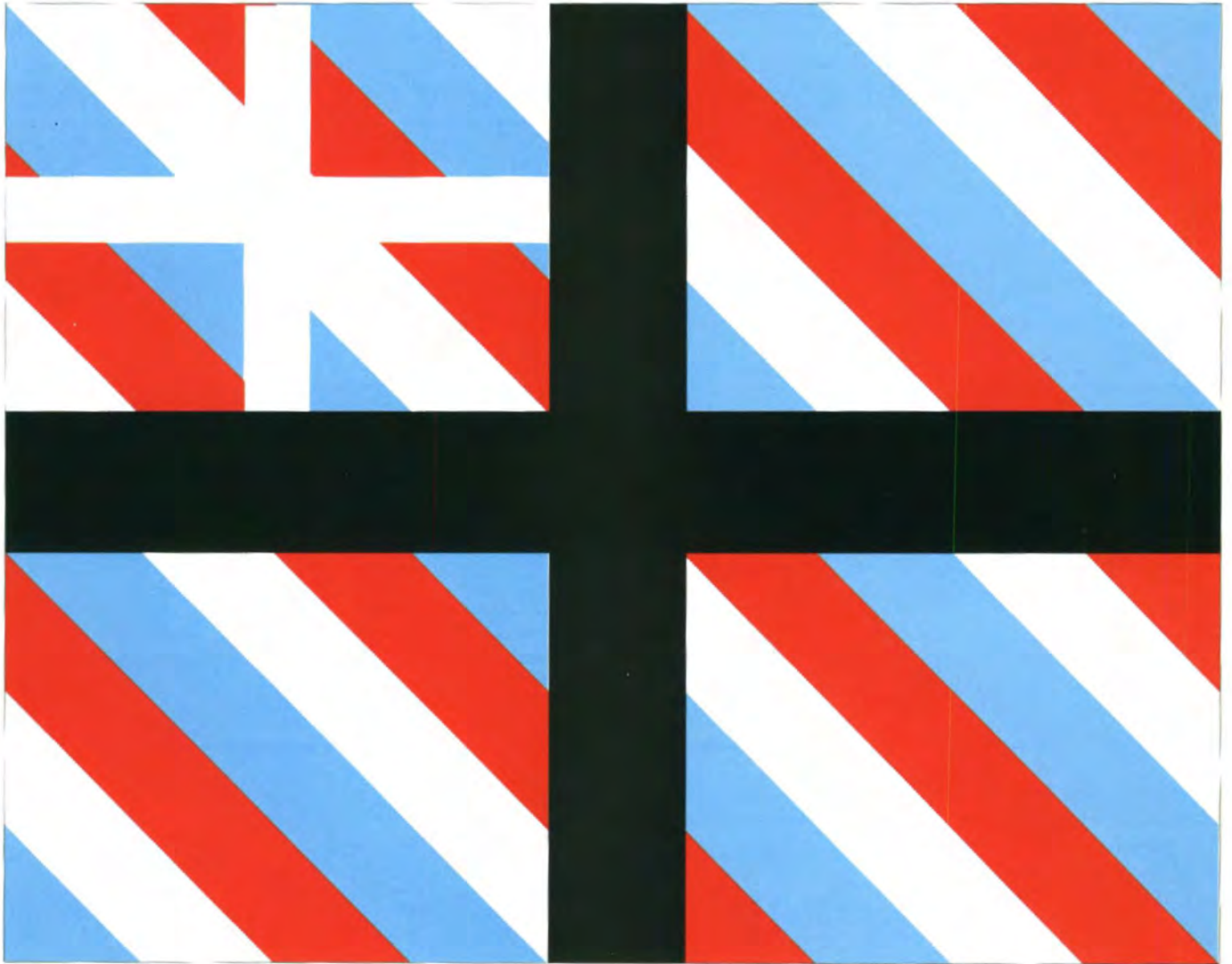
Bandeira de D. Pedro II Regente

Contexto Histórico

Pela morte de D. João IV, em 1656, a coroa cabia a seu filho Afonso VI, o qual, durante a menoridade, foi substituído pela mãe, D. Luísa Francisca de Gusmão. Afonso, criança, fora atacado de meningoencefalite, que o deixou hemiplégico e débil mental; jovem, comprazia-se na convivência com aventureiros devassos, armando confusões e escândalos pelas ruas de Lisboa.

Em 1661, Afonso completou 18 anos, idade que legalmente o capacitava para assumir o poder; mas a rainha hesitou em efetivá-lo no trono, dada sua saúde física, mental e moral.

Em 1662, porém, a Regente entregou o poder ao filho, que fora instigado por Luís de Vasconcelos e Souza, Conde de Castelo-Melhor, nomeado então Primeiro-Ministro. Grande estadista e organizador, venceu as últimas resistências da Espanha, o que valeu para o monarca o título de *Vitorioso*.



Em 1666, Afonso VI casou-se com a princesa francesa D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. A nova rainha se desentendeu com o Primeiro-Ministro, ao mesmo tempo em que se apaixonou pelo cunhado, o Infante D. Pedro, terceiro filho varão de D. João IV. Ambos planejaram a derrubada do rei. O primeiro passo foi conseguir a demissão do Conde Castelo-Melhor, quase único sustentáculo de Afonso VI.

Em 1667, o Infante convenceu o monarca a abdicar a seu favor, e passou a governar como Regente sob o nome de Pedro II.

Em 1668, D. Pedro II casou-se com a cunhada, que obtivera de Roma o rescrito de anulação de seu casamento com Afonso VI, por falta de consumação.

Nesse mesmo ano, através da mediação da Inglaterra, assinou com a Espanha o tratado de paz, pelo qual era reconhecida oficialmente a independência lusa. O feito mereceu ao Regente a alcunha de *Pacífico*.

Em 1674, dissolveu as Cortes, por pretenderem fiscalizar as despesas públicas. Era mais um ato de seu espírito absorvente e ambicioso.

Em 1683, faleceu Afonso VI no Paço de Cintra, depois de ter estado desterrado na Ilha Terceira. D. Pedro II assumiu como rei.

Como símbolo de sua Regência, D. Pedro adotou uma insígnia, costumeiramente chamada de *BANDEIRA DE D. PEDRO II REGENTE*, para distingui-la da que escolherá como rei e que se chamará "Bandeira de D. Pedro II Imperador". À Bandeira do Regente dá-se também o nome de "Pavilhão Ordinário". Teófilo Braga a designa simplesmente como Pavilhão de D. Pedro II.

Descrição Analítica

A Bandeira se constitui de um campo "coticado em banda", sendo seis coticas de azul, cinco de vermelho e cinco de branco. Sobre elas assenta-se uma cruz de sable (preto), esquartelando o campo. No primeiro quartel, também por cima das bandas, aparece uma cruz de branco.

A banda é uma peça heráldica de 1ª ordem: parte em diagonal do ângulo superior direito (esquerdo do observador) para o inferior esquerdo. O inverso da banda é a contrabanda, diagonal da esquerda para a direita. Quando as bandas têm largura inferior aos intervalos que as separam, o campo diz-se bandado; quando têm a

mesma largura do intervalo, o campo diz-se coticado, como é o caso presente.

Antiga em heráldica, a banda conserva seu apreço ainda hodiernamente. Veja-se, por exemplo, a bandeira de Trinidad-Tobago, e, no Brasil, as do Pará e Paraná. A "contrabanda" aparece nas bandeiras do Congo-Kingshasa e da Tanzânia, e, no Brasil, na do Rio Grande do Sul.

Entretanto, é mais comum dividir o campo em *burelas*, isto é, faixas horizontais, de largura igual ao interstício que as divide, chamando-se, então, campo de burelado. Exemplos: bandeira dos Estados Unidos, da Grécia, da Libéria, do Uruguai e da Malásia, e, no Brasil, a bandeira provisória da República e as dos Estados de São Paulo, Piauí, Maranhão e Goiás.

Esta é a única bandeira em que uma cruz esquartela um campo coticado em banda. Também é o único exemplo de uma cruz em quartel assentada em coticas. Em todos os casos de campo coticado ou burelado em que aparece quartel, este interrompe a seqüência das coticas ou burelas, destacando melhor os símbolos que nele se põem. Exemplos: bandeiras do Uruguai, Grécia, Libéria, Togo, Malásia e Estados Unidos, e, no Brasil - Goiás, Maranhão, Piauí, S. Paulo, Sergipe e a bandeira provisória da República. Na bandeira em estudo, percebe-se como a não interrupção das coticas afeta a visibilidade da cruz em quartel, especialmente por se apresentar de prata, confundindo-se um tanto com a cotica deste metal.

O preto, repousando sobre o tricromo das coticas, fez com que a cruz se destacasse no conjunto, projetando agressividade comparativamente aos tons suaves do azul e do branco, e, até certo ponto, do vermelho, amortecido por entre os dois.

Significação Cultural

Numa análise geral, a primeira coisa que se observa é o respeito que teve D. Pedro, enquanto regente, para o pavilhão nacional, como representativo do rei. Embora tivesse abdicado, Afonso VI ainda estava vivo, e, sob este título, merecia que a sua bandeira permanecesse inalterada. É notável esta atitude de veneração pela bandeira-pátria que vimos notando desde o começo nos reis de Portugal.

Nota-se, em segundo lugar, a novidade de estrutura nesta bandeira para-histórica. Pela primeira vez é aproveitada a idéia das bandas como característica do pavilhão. Neste sentido, D. Pedro II, Regente, foi muito mais engenhoso, heráldicamente falando, que os Revolucionários de Évora.

Embora não se tenha interpretação oficial sobre o simbolismo desta bandeira, podemos aventar hipóteses, baseadas no contexto histórico, no temperamento de D. Pedro e no próprio *design* da peça.

Tenhamos em vista que as bandas eram faixas, geralmente de seda e em cores diferentes, constantes das insígnias atribuídas a oficiais do exército, a comissários de polícia, a vereadores de câmara, etc. Afonso XI, de Leão e Castela, por exemplo, havia instituído a Cavalaria da Banda, de cunho militar, cuja insígnia era uma faixa de seda vermelha atravessada do ombro direito ao

esquerdo. Criara também os corregedores, representantes do poder central das principais cidades. Em Portugal, os corregedores eram magistrados superiores com jurisdição sobre juízes menores. Ora, tendo em vista o período de crise, é possível que D. Pedro II tenha querido simbolizar nas bandas cobertas pela cruz preta sua intenção de limitar todos os poderes particulares em benefício de uma maior centralização, ou mesmo de anulá-los, como fez com as cortes.

Nesta linha de idéias, D. Pedro, à semelhança do que vimos sobre o Balsão dos Templários, dava duas informações aos subordinados: a cruz *preta* significa que tratarei os obstinados e rebeldes com rigor, e a cruz *branca*, que usarei de misericórdia e bom tratamento junto aos que colaborarem com os propósitos do Regente.

Cruz preta, que surge aqui pela primeira vez, só voltaremos a **encontrar, historicamente, na Alemanha**, e por duas vezes. A primeira, na insígnia de guerra de 1871 a 1918 (Enciclopédia Barsa, 1969, v. 3, lám. 4 entre as p. 24-25). A segunda, na Bandeira Nazista, de 1935 a 1945, na forma de cruz suástica. Em muitas outras bandeiras posteriores à de D. Pedro, mesmo em ocasião de guerra, a cruz é posta em esmalte diferente do sable. Vejam-se, por exemplo, as bandeiras espanhola e portuguesa usadas durante a guerra holandesa: são de goles (ibid.).

Não estaria fora de propósito também dar para a cruz de sable, aqui, um significado mais positivo, inscrevendo-se no simbolismo tradicional da cruz como sinal de feliz augúrio, de perfeição, de infinidade e de bênçãos. A cor não impede esta versão, pois ela aparece em fitas de muitas condecorações (Lello Universal, [193-?], v. 1, lám. entre as p. 619-620).

Bandeira de D. Pedro II Imperador

Contexto Histórico

Assumindo como rei, D. Pedro II adotou uma outra insígnia, conhecida como BANDEIRA DE D. PEDRO II IMPERADOR. Tudo indica que o *design* já estivesse pronto desde 1669, mas só após a morte de Afonso VI tenha o Regente hasteado oficialmente.

O documento autêntico desta bandeira é um manuscrito existente na Biblioteca da Ajuda.

Descrição Analítica

O pavilhão consta de campo verde, tendo ao centro o escudo português encimado pela coroa real fechada, na qual são visíveis agora quatro arcos, diferente de antes, quando apareciam apenas dois. A Cruz da coroa deixa de ter forma *latina*, como anteriormente, para assumir a da Ordem de Cristo, forma que conservará em bandeiras posteriores.

Nosso desenho difere do de outros autores, num pequeno detalhe: o fundo da coroa é o do campo, e não de sable.

Esta é a primeira e única vez em que aparece o verde como fundo exclusivo do escudo oficial de Portugal.

Significação Cultural

O que há de especial aqui é a cor verde, uma vez que todos os outros elementos foram aproveitados da tradição passada.

Salta aos olhos a presença desta cor em momentos difíceis para Portugal: A primeira vez na passagem da coroa da dinastia dos Borgonhas para a Casa de Aviz; depois, nos anos do "domínio" espanhol; uma terceira vez na derrubada dos Filipes e ascensão da Casa de Bragança; e agora, num impasse dentro da própria família bragantina.

É particularmente notável que D. Pedro tenha retirado a orla azul, lembrança da Padroeira do Reino e da própria Casa de Bragança, e tenha introduzido o campo verde. É possível que a medida tenha sido inspirada como homenagem aos combatentes de Évora.

A Cruz não significa a Ordem de Cristo, mas apenas que se trata de príncipe cristão.



Bandeira Real do Século XVII

Contexto Histórico

Nos anos de 1600 apareceu o pavilhão conhecido como *BANDEIRA DO SÉCULO XVII*.

Os autores que a comentam omitem a data e a origem de seu aparecimento. Terá sido obra, talvez, de D. Pedro II, a quem já devemos duas outras bandeiras.

Embora titulada do Século XVII, atravessou também o século seguinte, para desaparecer, como pendão oficial, nos inícios do Século XIX.

Descrição Analítica

Constitui-se a peça de fundo branco, no qual se assentam, próximo à haste, as armas da nacionalidade.

O escudo passa da forma clássica ou peninsular (português ou espanhol) para a forma samnítica (francês): a parte inferior terminando em ponta.

Das pontas do escudo, circundando-o, desce uma corrente de sable, da qual pende em vermelho a cruz da Ordem de Cristo.

No Século XVIII, desapareceu a corrente, e com ela a cruz em vermelho.

Na armas de Aveiro, no distrito homônimo, nas de Coimbra, Lisboa e Santarém, e ainda nas de Lille (França), vemos também correntes, ou melhor, colares, como o observado aqui (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 235, 591, v.3, p.71, 83; v. 4, p. 992).

Significação Cultural

O único elemento novo nesta bandeira é a corrente. É sobre ela que teceremos alguns comentários.

Em primeiro lugar, nota-se o caráter exótico da peça: até agora tínhamos visto o escudo português envolvido com a cruz de Aviz ou a da Ordem de Cristo, ou, ainda encimado com a coroa imperial ou real. Aqui no entanto, surge, *ex abrupto*, um elemento não ligado à Casa reinante ou a algum grupo influente da época. Por outro lado, o modo como a corrente se põe, não se pode identificá-la com nenhum dos "ornamentos externos" do escudo - timbre, virol, elmo, lambrequins, suporte, listel, etc. Esta originalidade, no contexto do pavi-

lhão português, revela-nos a mão do inovador e rebelde D. Pedro II, o mesmo que já havia adotado, como Regente, uma bandeira "coticada em banda", até então ausente da heráldica oficial portuguesa, e, como Rei, dera para o escudo luso, pela primeira vez, um fundo verde. Assim, D. Pedro II, destaca-se entre os governantes que mais externaram na heráldica os sentimentos e idéias de rebeldia e inovação manifestados na política de governo.

Se mais que corrente, víamos na peça um colar, teríamos aqui outra característica de D. Pedro II: sua independência da nobreza, e sua constante preocupação em dizer-lhes que o mais nobre dos nobres era ele, o rei. De fato, o colar fazia parte das insígnias da nobreza, inclusive de certas ordens honoríficas. O próprio D. Manuel I o usava em certas ocasiões.

Embora devamos contar também os elos que aparecem em pé, verticalmente, é curioso que sejam *quinze* os desenhados deitados, horizontalmente, levando-nos a sonhar um hipotético desejo do rei de substituir o simbolismo mariano em relação à Bandeira da Restauração: em vez da cor azul do manto de Maria, os *quinze mistérios* da vida de Cristo e N. Senhora.

Esta bandeira guarda ainda um outro significado: é a última vez em que aparece em pendão português a cruz da Ordem de Cristo. Foi o derradeiro esforço da Ordem em conservar seu antigo prestígio, como também o extremo ato de gratidão da Casa Real àqueles que foram força e riqueza na expansão do império português. Daí, a cruz passaria para a Bandeira do Principado do Brasil e para as armas do Império Brasileiro, desaparecendo ou sendo substituída pelo Cruzeiro do Sul, quando do advento da República.



Bandeira para a Índia e América

Contexto Histórico

Embora as conquistas portuguesas no além-continente se tivessem iniciado pela África e ali se tenha estabelecido forte centro de irradiação, de importância ainda hoje, todavia, no Século XVI, Portugal concentrou quase todos os seus esforços nas conquistas e descobertas da Ásia e do Brasil.

Vejam as etapas principais do trabalho português nestas suas duas grandes regiões coloniais:

1497 - A 8 de julho, Vasco da Gama partiu de Lisboa à procura do caminho para as Índias.

1498 - A 20 de maio, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, chegou a Calicut. Estava realizado o sonho de D. João II. Recebido pelo Samorim ou imperador do Malabar, antes com bom acolhimento, depois com frieza, e finalmente com perseguições, o navegador luso procurou fazer os primeiros contatos comerciais, voltando em agosto à capital do reino.

1505 - Após outras expedições, inclusive de Vasco da Gama, que atingiram Cochim, Cananor

e Couão, D. Manuel enviou como primeiro vice-rei Francisco de Almeida, homem de guerra e organizador notável. Orientado pelo princípio de que Portugal devia conseguir ali a supremacia dos mares mais que conquistas territoriais, procurou o novo governador controlar todo o Índico, o que realmente ocorreu, pela expulsão dos concorrentes coligados - turcos, egípcios e venezianos.

1509 - Assumiu o comando Afonso de Albuquerque, expoente de primeira linha na glória lusa. Pensava diferente do antecessor: queria mais terras para a Metrópole no além-mar. Empreendeu as jornadas vitoriosas em posições estratégicas, sobretudo Goa, Ormuz e Malaca. Negociou com os reis de Bengala, Pegu, Sião e Sumatra. A idéia era fundar vasto império português no Oriente, procurando garantir para Portugal o monopólio do comércio na área, tornando tributários de Lisboa os soberanos indígenas, colonizando terras pela fixação do colono português, que veio a mesclar-se com a população indígena.

1513 - Iniciaram-se as tentativas para a conquista de Diu e Damão, o que foi efetivado em 1534 e 1535, respectivamente. Em 1538, os portugueses rechaçaram os soldados turcos às portas de Diu. Oito anos depois, novo cerco, mas ainda uma vez venceram os portugueses.

Desse modo, na metade do Século XVI a bandeira portuguesa tremulava em Goa, Damão e Diu, Beçaim, Chaul, Onor, Barcelore, Mangalore, Cananor, Cranganor, Calumbo, Cochim, Curiate, Calicut, Ormuz, Malaca, Ternate, Tidore, Amboína, Solor, Timor, Macau, além das grandes possessões africanas.

O interesse de Portugal na região estava no comércio das especiarias da Índia. Entre outras: cravo, pimenta, noz-moscada, canela, baunilha e açúcar. Cobiçava também outras riquezas, como: madeiras especiais, tecidos finos e pedras preciosas.

O Século XVI não deveria terminar sem ver o início do declínio do poderoso império português na Ásia. O desastre de Alcácer-Kibir, os 60 anos de domínio espanhol, os novos concorrentes europeus na Índia, as rivalidades entre os próprios portugueses na região, e o interesse pelo Brasil açucareiro - funcionaram como causas da diminuição da presença lusa naquelas terras.

Ormuz em 1622, Ceilão em 1641, Coulão em 1663, Beçaim e Chaul em 1736 - pouco a pouco, uma a uma, foram caindo as fortalezas construídas com esforço entre sonhos.

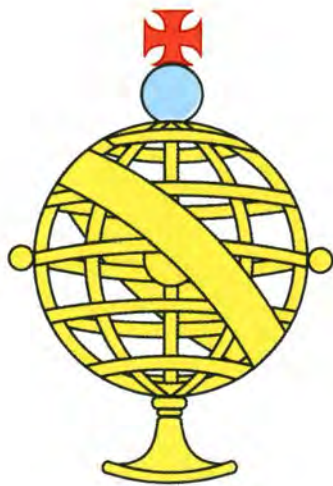
Afinal, o que restou das possessões na Ásia, além de Macau, foram as três "fortalezas" de Goa, Damão e Diu, que passaram a constituir a chamada Índia Portuguesa ou Estado da Índia. Goa, na costa do

Malabar, Damão na costa do golfo de Cambaia, e Diu na costa de Guzerate -formam um território descontínuo com área total de 4 142 km², da qual Goa detém quase 90%, ou seja, 3 806 km².

No começo do século passado, a Inglaterra conquistou as fortalezas da barra de Goa. Anos depois, houve sublevações, antes militares, depois da população indiana. Durante o governo de Oliveira Salazar reinou aparente calma. Em 1956, foi levada à ONU a questão dos territórios ultramarinos portugueses na África e Ásia. Portugal recusou-se a considerar colônias aquelas possessões, o que lhe valeu uma resolução contrária a este ponto de vista. A Índia então tomou a iniciativa de invadir o território goano, anexando as três regiões portuguesas.

Contemporaneamente ao trabalho na Índia, Portugal descobria e colonizava o Brasil. Após o descobrimento e as primeiras explorações assistemáticas, começou a colonização propriamente dita: expedição de Martim Afonso de Souza, a experiência das Capitânicas Hereditárias, o período de Governo Geral, seguida de dois Governos Gerais, as lutas contra os concorrentes europeus. No final do Século XVI, ao tempo do domínio espanhol em Portugal, expandiu-se o comércio exterior do Brasil. Como possessão lusa, o grande império do Brasil, ou da América, conforme também era chamado por simetria com o império da Índia, haveria de durar menos que as terras indianas. Em 1824, terminavam na Bahia as últimas esperanças de Portugal na América.

Para marcar a presença de Portugal nos dois impérios ultramarinos, foi elaborado um pavilhão particular, conhecido como *BANDEIRA PARA A ÍNDIA E AMÉRICA*.



Descrição Analítica

O fundo é branco, e nele se assentam três conjuntos de símbolos: o escudo português, a esfera armilar e a figura de um sacerdote jesuíta.

É característico do escudo sua forma em ponta, própria do chamado escudo francês. Isso parece indicar que a bandeira foi desenhada no Século XVII, época em que no pavilhão oficial o escudo assumira aquela transformação, se bem que não é de todo impossível pensar que o desenhista do Século XVI tenha sofrido influência francesa, sobretudo por não se tratar de bandeira representativa da nação. Por outro lado, a esfera armilar manuelina parece pedir o Século XVI, ainda que se possa falar em homenagem póstuma ao Venturoso.

A esfera manuelina aparece com uma modificação e dois acréscimos: a faixa central está em diagonal; encimam a esfera um globo azul e a cruz da Ordem de Cristo, em sua cor tradicional, o vermelho.

O sacerdote jesuíta está em sotaina preta, empunhando na mão direita uma cruz, e na esquerda um livro fechado. Cruz e livro aparecem em preto, por estética. As partes do corpo descobertas trazem a aparência própria: carnação, segundo preceito heráldico.

É contrária à heráldica a representação de corpo humano em escudos, a não ser que se trate de guerreiro armado de ponto em branco. Em tempo de D. Manuel, foi suprimido das armas dos *Farias*, a figura de Nuno Gonçalves. Mas nem sempre era se-

guido este ditame heráldico. Em meio-busto ou em corpo completo aparecem figuras humanas em armas de várias localidades de Portugal: Ferreira do Alentejo (Beja); Golegã (Santarém); Mourão (Viana do Castelo); Ourique (Beja); São Tiago do Cacém (Setúbal); Silves (Algarve) (Lello Universal, [193-?]), v.2, p. 1029, 1172; v.3, p. 334, 504, v. 4, p. 995, 1069). Fora de Portugal: nas antigas armas da Alemanha; nas atuais de Cognac, França; da Dinamarca; de Estocolmo, Suécia; do Cantão de Glaris, Suíça (ibid., v. 1, p. 79, 588; v. 2, p. 777, 991, 1164). Maurício de Nassau deu por brasão para a Câmara de Olinda "uma donzela mirando-se em um espelho, tomada de admiração pela própria beleza..." (Gaspar Barleus apud Araripe, 1891, p. 298-299), em escudos de algumas famílias do Brasil vemos também figuras humanas. Por exemplo, no dos *Carvalhos* três cabeças de índios; no dos *Silva Machado* um índio de corpo inteiro, depondo as armas (Matos, A. de, 1944, p. 6). Também em escudos de estados norte-americanos ocorre a mesma opção. Exemplificadamente: Delaware, Flórida, Idaho, Kentucky, Maine, Massachusetts, Virgínia, Virgínia Ocidental, Washington, Wisconsin.

Os missionários adotavam como um dos instrumentos de sua catequese o crucifixo: a figura de Cristo pregado na cruz. Aqui, por simplificação de desenho, aparece apenas a cruz.

O livro oficial da catequese eram os Evangelhos; daí mesmo o seu sinônimo: evangelização. Assim, temos nas mãos do sacerdote o *Livro dos Evangelhos*, embora a doutrina fosse apresentada em forma de *catecismo* (perguntas e respostas), método pedagógico até bem pouco preconizado.

Esta também é a primeira e única bandeira lusa em que se reúnem três conjuntos de símbolos: os da nação, os dos governantes e os de grupos influentes na época. Na história bandeirológica anterior, o que vimos foram exemplos de bandeiras apenas com o escudo português (Bandeira do Reino de Portugal, de D. João III, de D. Pedro Imperador), ou com símbolos outros (Bandeira de D. João I, Bandeira Real). Agora, surge um modelo que abarca tudo que era possível no campo da simbologia portuguesa: o escudo da nacionalidade, a esfera manuelina, a cruz da Ordem de Cristo e a figura de um padre jesuíta. Parece que o idealizador do emblema quis indicar a unidade da nação sobre a qual operavam os três poderes no momento: o político, o econômico-militar e o religioso. A idéia de juntar vários símbolos num único escudo permanecerá na heráldica portuguesa. Vejam-se, por exemplo, as armas da localidade Arcos de Vale de Vez, no distrito de Viana do Castelo, em que aparecem o escudo oficial, a esfera manuelina e a cruz da Ordem de Cristo (Lello Universal, [193-?], v.1, p. 163).

O fato de a cruz da Ordem de Cristo aparecer aqui em duplicata com a empunhada pelo missionário, de caráter evidentemente religioso, vem confirmar mais uma vez sua conotação profana no contexto da história e da economia portuguesa.

Descendo ao particular, o que caracteriza esta bandeira é a figura do jesuíta. Antes mesmo da independência de Portugal, precisamente no ano de 543, já havia *benedictinos* em Portugal, que sobreviveram à ocupação árabe e deixaram célebres conventos, como os de Lorvão, Porto, Tibães e Cucufate. Nos primeiros

Significação Cultural

Esta é a primeira bandeira portuguesa em referência a colônias ou territórios ultramarinos. Até agora encontramos pavilhões titulados a reis, ocorrências, ordem militar ou comércio marítimo. O máximo que tivemos, em termos de território ligado posteriormente a Portugal independente, foi a Bandeira do Reino de Portugal e *Algarve*. Agora aparece uma insígnia rotulada com os nomes de duas possessões do além-mar.

anos da Monarquia, no Século XII, predominaram os *Cônegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra* e os *Cistercienses*, estes com grande influência cultural, detentores de escolas e bibliotecas. No seu convento de Alcobaça, por exemplo, estava a maior biblioteca portuguesa da época. Nos séculos seguintes vieram os *franciscanos* e *dominicanos*, de ampla penetração na corte e nas altas camadas, mas também em atendimento ao povo e depois às novas terras descobertas ou conquistadas. Mas, sem dúvida, a ordem que maiores marcas deixou em Portugal foi a dos *jesuítas*.

Jesuíta é o nome popular dos membros da *Companhia de Jesus*, fundada em 1534 por Santo Inácio de Loiola. O nome *Companhia* indicava o cunho militar da ordem e as origens do seu criador. Foram os jesuítas os reformuladores e divulgadores dos chamados *Exercícios Espirituais*, ou seja, período intenso de meditação e planejamento de vida interior. Celebrizaram-se pela cultura, aplicada por ocasião do Concílio de Trento (1545-1553), nas disputas com os protestantes, na educação da juventude e nas missões estrangeiras. Inicialmente pensados para atuar no Oriente na conversão dos mouros, quando esta missão deixou de ser necessária, voltaram-se a consolidar a fé nos países latinos, a combater a heresia nos países germanos, a converter os índios nas novas terras.

Chamados a Portugal, em 1540, por D. João III, puseram-se a preparar novos membros para as conquistas portuguesas. Dedicaram-se também ao magistério fundamental e superior, compartilhando da orientação da Universidade

de Coimbra e dirigindo com exclusividade a de Évora.

Jesuíta foi São Francisco Xavier, que, em 1542, partiu para Goa, na expedição de Martim Afonso de Souza. Sua benemerência foi tão grande que o alcunharam de Apóstolo das Índias, tendo sido declarado oficialmente seu Protetor em 1748.

Neste tempo e ainda depois, Goa tornou-se o principal centro de irradiação das missões católicas na Ásia, com atuação nas Molucas, China e Japão. Ali foi posta a sede do Real Padroado Português do Oriente, abrangendo quatro dioceses na Índia, uma na Indochina, uma no Japão e três na China.

No Brasil, temos a marca indelével da obra dos filhos espirituais de Santo Inácio, representados nas figuras de Nóbrega, Anchieta e Vieira. O primeiro chegou em 1549, quando da vinda de Tomé de Souza, ao qual ajudou na fundação da cidade de Salvador. Teve atuação na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Além de catequizar os índios, defendia-os contra os abusos dos colonos. Aos portugueses aconselhou a não permanecer apenas no litoral, mas sobrepujar o desafio da Serra do Mar, penetrando sertão a dentro. Ele mesmo deu o exemplo vencendo o planalto de Piratininga, onde fundou, com Anchieta, a cidade de São Paulo.

José de Anchieta é o próprio símbolo da obra de catequese em nossa terra. Sua obra missionária, uma das mais sólidas atuações da Igreja no mundo indígena, foi acompanhada pela atividade literária, sendo considerado o iniciador da vida intelectual brasileira e fundador de nossa literatura. Foi declarado *Apóstolo do Brasil*.

Entre os grandes jesuítas com atuação no Brasil destaca-se também *Antônio Vieira*. Missionário, esteve sempre ao lado dos índios no Maranhão e na Amazônia. literato, constitui-se na maior figura intelectual luso-brasileira do Século XVII, deixando as obras *Sermões e Cartas* - dois monumentos de literatura barroca e ciência política. Mas é sobretudo como diplomata, homem político e futurólogo que convém focalizá-lo aqui. De passagem, já recordamos seu engajamento messiânico-político ao tempo de D. João IV. Agora lembráremos seus esforços de intermediário entre este monarca e seus representantes no Brasil na época; seu plano vitorioso de obter de D. João IV a aprovação de uma Companhia Comercial do Brasil, semelhante às holandesas.

Seu nome ficou indelevelmente ligado ao grande sonho do império universal jesuítico-português do Século XVII. Escreveu a tese *Esperanças de Portugal, quinto império do mundo, primeira e segundo vindas de El-Rei D. João IV*, na qual interpretava as Trovas de Bandarra e alguns textos bíblicos como profecia da ressurreição de D. João IV e do império entregue ao poder português sob linhas da *Weltanschauung* jesuíta. "O mito de um Quinto Império Português, em que se realizaria proximamente a conversão universal ao catolicismo romano e o advento final do Reino de Cristo na terra (o "Império Consumado de Cristo"), pode explicar-se pela confluência da condição de português com a de jesuíta. É uma paradoxal combinação do messianismo nacional - popularizado sob a forma de sebastianismo e de bandarismo - e do missionarismo sem fronteiras, tão caracte-

rístico da Companhia, e ainda, porventura, de messianismo judaico transmitido através dos cristãos-novos. Mas foi possível graças à aplicação do método alegórico e escolástico da interpretação das Escrituras, levada até um ponto e com uma liberdade tais que punham em risco a ortodoxia. Manifesta-se aqui uma das feições que mais nos impressionam em Vieira: a coragem do paradoxo - paradoxo que é uma espada de dois gumes, porque tanto fere o senso comum racionalista e burguês, como levou até à autodestruição as convenções da ideologia peninsular dominante na época do Autor" (Saraiva, Lopes, [195-], p. 508).

O ideal de Vieira seria talvez fazer para Portugal aquilo que a Companhia vinha operando já na América. De fato, de 1609 até 1767 processou-se no sul a experiência conhecida como *Estado Jesuíta do Paraguai*, uma espécie de república teocrática, com organização econômico-social de caráter coletivista. Quase politicamente independente, estava sob a égide espanhola. Chegou a nuclear mais de 300 000 guaranis, educando-os economicamente - na agricultura e na manufatura, e socialmente - na disciplina pessoal e moral familiar rígidas.

Valeria a pena recordar por último, no assunto, que ainda em nossos dias Fernando Pessoa quis ressuscitar o mito do Quinto Império, naturalmente em condições culturais totalmente diversas daquelas em que viveu o padre Antonio Vieira (ibid., p. 509).

O que quer que se pense sobre outros aspectos da Companhia de Jesus, inclusive aqueles que levaram os príncipes a pedir e obter de Clemente XIV, em 1773, a sua supressão, ela represen-

tou para Portugal forte sustentáculo em sua aventura marítima, e para o mundo latino-americano e parte do asiático o veículo de transmissão da cultura clássico-cristã. A atuação dos jesuítas, e, diga-se por justiça, também de outras ordens religiosas, trouxe, entre outras, a vantagem de nossa unidade religiosa, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, onde o grupo protestante radicado na Nova Inglaterra entrou logo em choques com o grupo católico irlandês localizado em Maryland.

Por tudo isso, tornou-se natural a criação de uma bandeira que recordasse toda esta gama de idéias e esforços, de fatos e de homens, num extenso segmento da história de Portugal. Nenhuma outra organização religiosa teve sua presença assegurada de maneira tão agressiva num pavilhão semi-oficial. Um monograma, um livro, uma cruz mesmo - não projetaria os jesuítas com efeito óptico tão poderoso como a figura humana aqui desenhada.

Diga-se também que o próprio fato da figura já mostra a força dos jesuítas na época. Vimos a resistência da heráldica em aceitar figuras humanas em sua simbologia. Diante do magno poder da Ordem caíam todas as pautas que obstaculassem sua maior projeção!

Ainda em pleno Século XX é possível notar esta influência da Companhia, em bandeiras. Guilherme de Almeida, por exemplo, via poeticamente na cor preta do bandeira de São Paulo a "sotaina do Padre Anchieta".

As características do desenho do sacerdote revelam fatos importantes. Observemos que o livro está fechado

e a cruz em evidência. Era a repetição da antiga tática da Igreja de, conforme vimos, apresentar antes o símbolo e depois a mensagem. O Evangelho continha o que devia ser acreditado e praticado. Mas para a mentalidade dos indígenas era preciso um símbolo fácil, que funcionasse, como todo símbolo, em termos de objeto mágico, operando por si mesmo, independente do ato intelectual da doutrina a ele subjacente. A eficácia do instrumento empunhado pelo sacerdote era tanto maior para os indígenas quanto vinha ele coincidir com aquele que já existia entre eles. Na América latina, inclusive no Brasil, os índios anteriores à catequese já conheciam o símbolo da cruz, como demonstram vários documentos (Goes, 1908, p. 36-40).

Faltaria apontar ainda o significado da esfera azul posta entre o símbolo manuelino e o da Ordem de Cristo. As fontes que consultamos foram omissas no particular. No entanto, diante daquilo que dissemos, parece que poderíamos pensar o seguinte: a esfera azul representa a "consagração", em seu sentido teológico, do ideal universal de D. Manuel. A esfera blau - símbolo do céu, espiritualiza, de certo modo, a de ouro - símbolo de riqueza. O sacerdote, apontando a cruz, é o instrumento da consagração.

Derradeira consideração. O escudo em ponta, dissemos, leva-nos ao Século XVII. Ora, a essa altura, o Estado da Índia já estava quase todo esfacelado, enquanto a colonização do Brasil, já equacionada, progredia rapidamente. Assim, embora o pavilhão tivesse em vista também a Índia, parece que a intenção primeira foi prestigiar a possessão da "América".

Bandeira do Principado do Brasil

Contexto Histórico

D. João IV chegou a pensar em tornar o Brasil sede do reino português, tema retomado mais tarde por D. João VI.

Por outro lado, o monarca, atendendo a sugestões de Vieira, criou a "Companhia de Comércio para o Estado do Brasil".

À época, os brasileiros, sob a chefia de João Fernandes Vieira, obtinham a grande vitória sobre os holandeses, no Monte das Taboas, Pernambuco.

Por último, começavam a despontar os primeiros sinais da neurose de Teodósio, filho de D. João IV. O juvenzinho, embora inteligente e culto, mas dado a excessos religiosos, pôs-se a pensar que o pai não o estimava e certamente tudo faria para prejudicá-lo em seus direitos.

Razões tão dispares, ainda que nem todas confessáveis, levaram o rei a conferir ao filho o título de "Príncipe do Brasil", título que desde então foi sempre usado pelos herdeiros presuntivos da coroa portuguesa. Por este ato, o Brasil era elevado à categoria de Principado. Com isto ficava ressaltado e recompensado o espírito valeroso dos brasileiros, e, ainda, era prestigiado o Brasil no momento em que seu comércio alcançava novo estágio.

Para comemorar o feito, D. João IV criou para o Estado, ou Principado do Brasil, armas particulares que passaram a integrar a chamada BANDEIRA DO PRINCIPADO DO BRASIL, dita também Bandeira do Comércio do Brasil.

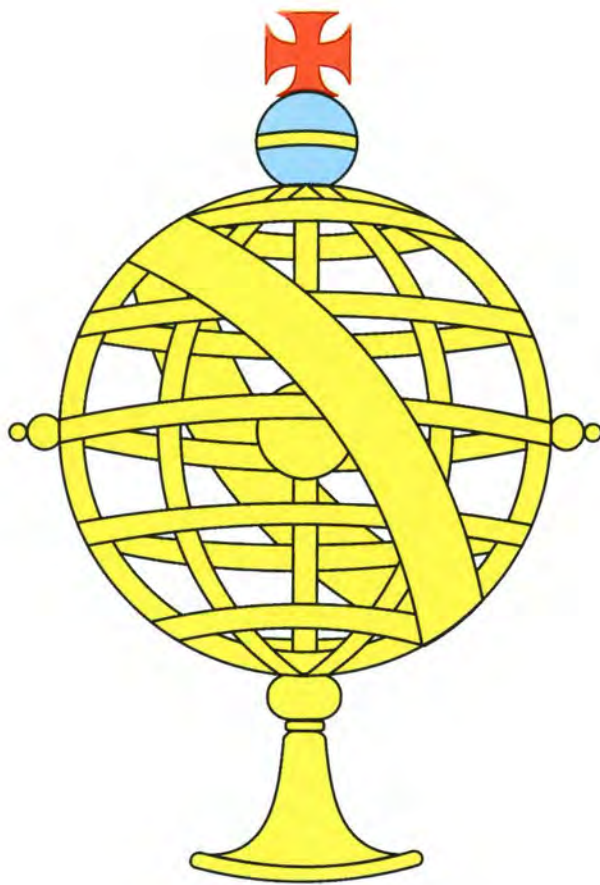
Há controvérsia sobre o nome oficial desta Bandeira. O Instituto Histórico e Geográfico, por ocasião da publicação de um mapa, examinando a dúvida de nomes, julgou melhor não aprovar o modelo que lhe foi apresentado (A história da bandeira do Brasil, 1941, p. 348).

Pereira Lessa chama-a de preferência Bandeira da Companhia de Comércio para o Estado do Brasil.

A Enciclopédia Barsa titula-a "Bandeira da Esfera (Comércio e Principado do Brasil)" (v. 3, lám. entre as p. 24-25).

Eduardo Prado nomeia-a como "Bandeira particular do Brasil" (ibid, lám. entre as p. 16-17).

Não se pode negar que a nova insígnia funcionou destacadamente como bandeira comercial; todavia parece-nos melhor o título de Bandeira do Principado do Brasil, perante a primeira e quarta razões aduzidas no início deste capítulo.



Descrição Analítica

A bandeira tem fundo branco, sobre o qual repousa a esfera armilar manuelina de ouro, encimada por um globo azul, com zona de ouro. Ao globo se sobrepõe a cruz da Ordem de Cristo, em seu esmalte tradicional - o goles.

Em nosso desenho, a faixa da esfera armilar aparece em perspectiva, forma adotada desde a Bandeira para a Índia e América, diferente da criada originariamente por D. Manuel, onde inexistia a perspectiva. Alguns autores, no entanto, conservam a forma primitiva.

Também para a cor da faixa do globo azul há uma diferença: preconizamos, juntamente com A história da bandeira do Brasil (1941, p. 352-353) o ouro, mais coerente com o metal da esfera armilar, e não a prata, ditada, em alguns autores, pelo desejo, talvez, de ver aí, com mais aproximação, o antecedente da parte central da atual bandeira brasileira.

A história da esfera armilar no mundo e em Portugal foi vista no Capítulo 2.8 - Bandeira Pessoal de D. Manuel. A Cruz da Ordem de Cristo foi peça prevalente em muitas das bandeiras até aqui consideradas. Uma e outra já estavam ligadas aos destinos do Brasil, uma vez que ambas vieram presidir o ato inaugural da nova terra. Ambas estiveram apostas à cruz de madeira que se levantou por ocasião da primeira missa, conforme nos relata Pero Vaz Caminha, explicitado ainda mais por

Southey: "Pregaram nela as armas de Portugal e a esfera, que era a divisa do rei D. Manuel" (Goes, 1908, p. 61). Por outro lado, a pequena esfera azul já fora introduzida na Bandeira para a Índia e América. De tal modo, que esta Bandeira do Principado recolhia elementos histórico-culturais já presentes em Portugal e no Brasil. A composição foi bem recebida, o que é atestado por documentos (bandeiras particulares, selos, moedas, etc.) que corriam o Brasil no período colonial.

Isoladamente, a esfera armilar está reproduzida na obra *La Connaissance des Drapeaux et Pavillons*, Haye, 1735, e também num mapa do reinado de Luís Felipe, impresso em Paris, com a designação de *Anciens drapeaux: du Brésil*, e em muitos outros mapas e documentos do Século XVIII.

Aparece nas moedas de dois vinténs que se cunharam em 1694, para correr em Pernambuco, Rio e Bahia.

Até meados de Século XVIII, era desenhada com todos os seus elementos acessórios: pé, eixo, globo azul e sobre este a cruz da Ordem de Cristo. Daquela época em diante, aparecem só as armilas. Nessa forma simplificada constará da Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, e da atual Bandeira Portuguesa.

Quanto à sua inserção na Bandeira do Estado da Guanabara: em 1565, Estácio de Sá dera por armas à cidade do Rio de Janeiro três setas, alusivas ao martírio de S. Sebastião, titular e padroeiro da cidade, conforme se lê em trechos da obra do Visconde de Porto Seguro (Goes, 1908, p. 64-65). Mais tarde, foi acrescentada a esfera armilar, como o foram em tempo mais posterior os outros elementos do brasão: o barrete frigio, a coroa mural, os golfinhos e os ramos ornamentais.

Significação Cultural

O realce inicial da bandeira está no fato de ser o primeiro pavilhão privativo da terra brasileira. Depois de uma bandeira *portuguesa* para a Índia e América - onde América significa Brasil, surge uma outra, *exclusivamente nossa*, indicando a importância que a Metrópole dava às terras cabralinas. Era o primeiro sinal de presença do Brasil, no campo político mundial, como parte integrante da nação lusa.

Esta bandeira perpetuou em símbolos o velho sonho de D. João IV de transformar o Brasil em centro do império português, longe da movimentada Europa. Pouco antes da independência angolana, o Príncipe D. Duarte Pius de Bragança, terceiro herdeiro da Coroa de Portugal, declarava-se pela transferência da capital portuguesa, de Lisboa para Angola, como única solução para unificar a comunidade lusa espalhada pelo mundo.

No Capítulo Bandeira Pessoal de D. Manuel vimos o que significava a esfera armilar, em geral e em referência a Portugal. Para nós em particular, ela vinha recordar o soberano em cujo reinado o Brasil fora descoberto. *Mutatis mutandis*, pode-se dizer da esfera armilar o que Lecoy de la Marche afirmou da flor-de-lis: "Ela não foi, na sua origem, o símbolo intencional e exclusivo da realeza em França, porém se tornou, por uma adoção quase involuntária e por um assentimento universal, a mais gloriosa insígnia dessa realeza e da nação que ela governou" (apud Goes, 1908, p. 63).

Sabendo-se como e para que surgiu a esfera armilar no mundo antigo, pode-se dizer que o Brasil iniciava sua heráldica própria com um elemento sério, extraído do mundo científico e marcado com uma gama densa de simbologia. O precedente haveria de orientar os futuros passos da ciência dos braços em nossa terra, ainda hoje prestigiada em plano universal.

Em 1910, por ocasião da reforma da bandeira portuguesa, alguns membros da Comissão que estudava a matéria queriam excluir a esfera armilar da projetada bandeira republicana. Diziam

que a peça representava lamentável referência ao símbolo pessoal de D. Manuel I. Adiantavam que sua presença na Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve era justificada por ser representação heráldica do Brasil. Entretanto, a Comissão terminou aprovando a inclusão, por considerar a esfera "padrão eterno do nosso gênio aventureiro e da nossa existência épica e sonhadora" não constituindo, assim, nem referência a D. Manuel, nem empréstimo à heráldica brasileira, mas unicamente representação da expansão portuguesa.

O simbolismo da Cruz da Ordem de Cristo ficou exaustivamente explicitado em capítulos anteriores, e a ela voltaremos mais adiante. O que se ressalta aqui é que para primeira bandeira exclusiva do Brasil foi pensada a introdução desse símbolo que presidiu a nossa descoberta, conquista e amplas faixas da colonização. Repita-se que ela guarda mais ligações culturais com os aspectos militares e econômicos do empreendimento brasileiro do que com as intenções catequizadoras do reino.

A esfera armilar passaria para a Bandeira Imperial do Brasil, mas ficaria ausente da Republicana. Hoje, duas únicas bandeiras a detêm: a de Portugal e a do Estado da Guanabara.

A problemática religiosa, porém, não fora esquecida. O globo azul estava ali, como já na Bandeira para a Índia e América, para lembrar as coordenadas supraterras da colonização. Intencionalmente ou não, o globo haveria de permanecer na bandeira republicana, como suporte das estrelas.

Na Bandeira para a Índia e América o globo aparecia sem descontinuidade do seu azul para que maior fosse o seu contraste de símbolo espiritual em relação ao tema político-econômico da esfera armilar. Aqui, no entanto, com a zona divisória do globo, dando realmente aspecto do planeta, mas em azul, parece que se quis mostrar a interdependência e integração das duas escalas de valores.

De qualquer modo, a abertura do globo preparou o antecedente histórico para a figura central de nossa bandeira republicana.

Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve

Contexto Histórico

Esta bandeira se inscreve nos antecedentes históricos seguintes:

1701 - Início da Guerra da Sucessão: disputa do trono espanhol entre o arquiduque da Áustria, depois Carlos VI, e o Conde d'Anjou, da França. A favor do primeiro uniram-se Áustria, Inglaterra, Holanda, Prússia e Sabóia; a candidatura do segundo era defendida pela França. Portugal pôs-se do lado da coligação, que, afinal,

em 1713, saiu-se vencedora, tendo o Conde assumido o título de Filipe V, nos termos do Tratado de Utrecht. A vitória deu vantagens a Portugal que obteve da França todos os direitos de comércio e navegação do Amazonas e a posse das terras ao norte desse rio.

1715 - D. João V, que recebera o trono em 1706, conseguiu a Colônia do Sacramento e reativou a agricultura no Brasil. Desmoronaram-se, no entanto, mais ainda, as possessões da Índia. Por outro lado, a megalomania do rei e as concordatas com a Santa Sé, realizadas à base de grandes somas, levaram o país à miséria.

1750 - Iniciou-se o governo de D. José: o Reformador, durante o qual se tornou famoso o Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, depois, Marquês de Pombal, o mais célebre dos estadistas portugueses. O despotismo real, instaurado pelo antecessor, chegou ao auge. Mas trouxe muita movimentação também. Depois de dois séculos de torpor, foram realizadas reformas no ensino, no exército, na agricultura, na

- indústria, no comércio. Distinguiu-se o dinamismo do Marquês na reconstrução de Lisboa, semidestruída pelo terremoto de 1755 e na reação contra a conspiração dos Távoras. Foi obra sua ainda a expulsão dos jesuítas das terras portuguesas.
- 1777 - Pela morte de D. José, assumiu o poder sua filha D. Maria I, a Piedosa, constituindo-se na primeira rainha de Portugal. Forçado pelos adversários, Pombal renunciou. Houve repressão às idéias liberais vitoriosas na França. Fundaram-se Academias e a Biblioteca Pública da Corte, hoje Biblioteca Nacional.
- 1792 - A rainha enloqueceu. A Regência passou para o filho, herdeiro da coroa, que mais tarde receberia o título de D. João VI. As nações européias, inclusive Portugal, coligaram-se contra a França.
- 1799 - Napoleão no governo da França.
- 1801 - O novo Imperador começou a pôr as nações contra a França.
- 1807 - Tratado de Fontainebleau: França e Espanha uniram-se e determinaram que a terra lusa seria riscada do mapa. Junot invadiu Portugal.
- 1808 - D. João VI, ainda Regente, partiu com a Família Real para o Brasil, deixando a Metrópole dirigida, por governadores e defendida militarmente pelo general inglês Beresford.
- 1815 - Foi criado por lei de 16 de dezembro o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Realmente, o que se fazia era estabelecer uma monarquia dual, porquanto o Algarve era simples categoria histórica, sem existência caracterizada em relação a Portugal.
- 1816 - Morreu D. Maria I, no Brasil. D. João VI foi aclamado rei.

Na qualidade já de soberano, D. João VI emitiu a Carta de lei de 13 de maio de 1816, com a epígrafe: "Dá armas ao Reino do Brasil e incorpora em

um só Escudo Real as Armas de Portugal, Brasil e Algarve".

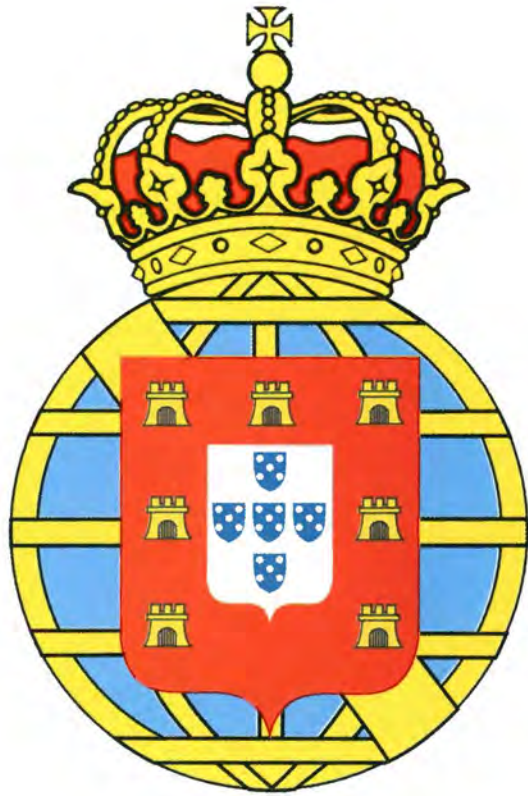
A parte essencial do documento reza o seguinte:

"Dom João, por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarve, d'aquém e d'além-mar em África, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem: Que tendo sido servido unir os meus Reinos de Portugal, Brasil e Algarve, para que juntos constituíssem, como efetivamente constituem um só e mesmo Reino: é regular e conseqüente o incorporar em um só Escudo Real das Armas de todos os três Reinos, assim da mesma forma, que o Senhor Rei Dom Afonso Terceiro, de gloriosa memória, unindo outrora o Reino do Algarve ao de Portugal, uniu também as suas Armas respectivas: e ocorrendo que para este efeito o meu Reino do Brasil ainda não tem Armas, que caracterizem a bem merecida preeminência a que me aprouve exaltá-lo, hei por bem, e me apraz ordenar o seguinte:

"I. Que o Reino do Brasil tenha por Armas uma Esfera Armilar de Ouro em campo azul.

"II. Que o Escudo Real Português, inscrito na dita Esfera Armilar de Ouro em campo azul, com uma Coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarve, e das mais Partes integrantes da minha Monarquia.

"III. Que estas novas Armas sejam por conseqüente as que uniformemente se hajam de empregar em todos os Estandartes, Ban-



deira, Selos Reais, e Cunho de Moedas, assim como em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes”.

Este novo escudo, colocado em fundo branco, passou a constituir a BANDEIRA DO REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVE.

Foi este pavilhão que tremulou na guerra contra Artigas, que terminou com a inclusão da Província Cisplatina ao nosso território. A ela se refere Gustavo Barroso neste trecho: “A 19 (de janeiro de 1817) a guarnição de Montevideu abandonava a praça, retirando-se para Canelones. O cabido renegou Artigas e entregou as chaves da cidade ao general Lecor, que a ocupou no dia 20, entrando nela triunfalmente, debaixo do pátio, ao repique dos sinos que anunciavam o *Te-Deum*. Arriava-se a bandeira artiguenha e arrancava-se das portas o escudo coroado de plumas, içando-se a bandeira do Reino Único e pregando no fecho dos arcos a esfera armilar, símbolo duma dominação de 11 anos, que deu àquele povo, no insuspeito dizer de Zorila, inteligência, respeito às leis, consideração aos costumes locais e manutenção dos funcionários civis e militares nos seus postos. Além disso, ordem, tranqüilidade e riqueza” (apud Nunes, 1939, p. 24; História do exército brasileiro, 1972, v. 3, p. 13).

Dela versejou J. R. da Costa Júnior:

Foi a nossa Pátria ocupada
Por três exércitos franceses;
Mas, por fim, foi libertada
Pelos anglo-portugueses.
E, depois de libertada,
Esta Pátria senhoril,
Eras Bandeira irmanada
De Portugal e Brasil”

(Costa Júnior, 1963, p.9)

Descrição Analítica

Sobre o campo branco assenta-se a esfera armilar de ouro em fundo azul, encimada pela coroa, em fundo vermelho. Na esfera repousa o tradicional escudo português.

Quanto à esfera, nota-se, além do fundo azul, diferente do que até agora ocorrera, a sua simplificação: foram retirados todos os elementos acessórios, permanecendo apenas as armilas. Por outro lado, a faixa não aparece em perspectiva, repetindo a forma original adotada por D. Manuel, mas diferenciando dos modelos da Bandeira para a Índia e América e da Bandeira do Principado do Brasil. Em si mesma, aparece aqui como puro ornato exterior, sem pé de igualdade com o próprio escudo.

A coroa, pela primeira vez, deixa de cair diretamente sobre o escudo, para inscrever-se na curvatura da esfera. Doutra parte, pela primeira vez também, é ressaltada por um fundo vermelho.

Significação Cultural

É curioso que ainda no Século XIX tenha havido uma distinção para o Algarve em relação ao restante de Portugal. O fato se explica por várias linhas de idéias. Historicamente, o Algarve foi o último território conquistado pelos portugueses aos mouros. Por outro lado, foi ali que o Infante D. Henrique estabeleceu a Escola de Sagres, responsável grandemente pelo ciclo das navegações lusas. Geograficamente, a região se separa do restante do país por altas montanhas; doutra parte, está voltada para o sul, quando o restante de Portugal olha para o Oeste. Climaticamente, é região subtropical, tipicamente me-

diterrânea. Culturalmente, identifica-se com as pautas e comportamento do norte da África, em vista de sua evolução histórica. No campo da heráldica, o Algarve fora o único, até então, a ter suas armas inscritas junto aos símbolos da Metrópole, se é que devemos acompanhar a versão popular a este respeito. Por tudo isso, explica-se que D. João VI tenha pensado no Algarve ao criar o título e a bandeira do Reino Unido, juntando o nome daquele território ao de Portugal e Brasil.

A inclusão do nome do Brasil na trilogia era natural, dada a presença da Família Real aqui, na ocasião e especialmente aos planos que sobre as **terras "americanas" faz a *intelligentsia* do monarca. Mas não deixa** de despertar a atenção a ausência do nome do Estado da Índia, que, embora reduzido de suas antigas dimensões, marcava a glória de Portugal no continente asiático.

Os termos da Carta Régia vieram oficializar a versão antiga e popular que enxergou no vermelho e nos castelos introduzidos por Afonso III símbolos do Algarve.

Depois de Afonso III, a idéia de se tomarem armas de além-mar voltou em 1485, quando, em Beja, a medida fora sugerida a D. João II por seus Conselheiros. O monarca não aceitou a sugestão (Mattos, A. 1936, p. 3). Agora, D. João VI repetia o conquistador do Algarve, superando o ponto de vista do criador da Bandeira Real.

No pensamento de D. João VI, a esfera armilar, embora adotada inicialmente como símbolo pessoal de D. Manuel, estava consagrada como elemento representativo do Brasil. Assim o entenderão alguns membros da Comissão de 1910 que elaborou a nova bandeira da República Portuguesa. No entanto, o pensamento oficial da Comissão foi o de que a adoção da esfera na

Bandeira republicana não implicava empréstimo à heráldica brasileira, uma vez que a figura indicava tradicionalmente a expansão portuguesa.

Comentando a esfera como símbolo do Brasil, afirma Armando de Mattos, autor português: "Isto é muito e é pouco; é tudo e é nada; é preciso e é vago. É muito, porque, se com a esfera se quis representar o Brasil, marcava-se o mundo inteiro, e não uma parte que muito nos interessava; é pouco, porque, na grande representação, se esbateu o sentido a registrar; é tudo, porque, de fato, para um povo como o nosso, que descobriu meio mundo e conquistou outro tanto, a única forma de o representar em toda a sua completa extensão, é com o próprio mundo, em qualquer dos seus simbolismos; e nada, porque, sob o ponto de vista heráldico, não passa, nas regras da armaria, de um ornato exterior, sem significado de responsabilidade; é preciso, porque o Brasil, especialmente, representa a nossa mais honrosa expansão atlântica, que é o verdadeiro sentido da posição portuguesa, no ambiente internacional; é vago, porque nos deixa na dúvida, se o Reino Unido de Portugal-Brasil é simplesmente restrito às duas potências atlânticas, ou se nessa designação entram todos os velhos senhorios da grei espalhados por esse mundo de Cristo" (1936, p. 5).

Verifica-se a ausência da Cruz da Ordem de Cristo. Não se pode apelar para a cruz da coroa. De fato, aí a cruz indica tratar-se de um príncipe cristão, segundo já anotamos. Na sua forma latina, começou a aparecer com D. Sebastião, assim está na Bandeira do Domínio Espanhol, conservando-se na da Restauração. A partir da Bandeira de D. Pedro II Imperador, assume a forma preconizada pela Ordem de Cristo, mas sem intenção de simbolizá-la.

Bandeira do Regime Constitucional

Contexto Histórico

Mesmo depois da paz com os franceses, D. João VI continuou a viver no Brasil, na sua idéia de criar aqui um "novo império". Portugal permanecia ainda sob a custódia militar do General Beresford.

As lutas com a França arrasaram os cofres públicos. O rendimento do Estado era absorvido pela Corte no Brasil. Por outro lado, mais e mais eram graves as influências dos ideais da Revolução Francesa. Daí, foi natural rebentar em 1817, uma conspiração, chefiada por Gomes Freire de Andrade, já famoso por sua atuação em Wagram e Moscou como membro da legião Portuguesa. O movimento tinha por finalidades principais: expulsar os ingleses e substituir o governo da Regência. Descoberta a intenciona, os conjurados foram condenados à pena capital.

Três anos depois - 24 de agosto de 1820 - sublevou-se a guarnição militar do Porto, apoiada depois por contingentes de Lisboa. Abolida a monarquia absolutista; instalada a Junta Governativa; convocadas as Cortes Constituintes para a promulgação da nova Constituição, jurada por D. João VI quando o Brasil já era independente há cerca de um mês.

Em 1821, D. João VI regressou a Portugal, onde viu reduzidos seus poderes reais.

Neste clima, a 21 de agosto, as Cortes, aprovando proposta do deputado Francisco Manuel Trogoso, decretaram um novo pavilhão conhecido como **BANDEIRA DO REGIME CONSTITUCIONAL**.

Foi a última bandeira lusa a tremular no Brasil em sua situação de dependência a Portugal.

Descrição Analítica

A bandeira tem o campo bipartido verticalmente em branco e azul, nas proporções de 58,34% e 41,66%, respectivamente. Pousando, parte no metal, parte no esmalte, está o escudo português na forma adotada pela Bandeira Real do Século XVII, apenas com modificação dos dois últimos castelos, que assentam verticalmente no escudo, e não, como antes, seguindo a curvatura da parte inferior. A coroa conserva o fundo vermelho, adotado na Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Longa e variada é a história do azul na bandeira portuguesa. Ainda com D. Henrique de Borgonha, era este o único esmalte do pavilhão do Condado. Proclamada a Independência, D. Afonso Henriques modificou o emblema, mas conservou o azul como exclusivo. A partir de Afonso III, o blau começou a esmaecer no complexo dos outros esmaltes, para alcançar mínima presença na Bandeira Real. Com a Restauração, foi, de novo, realçado na orla ditada por D. João IV. Tendo voltado à sua expressão mais simples na Bandeira Real do Século XVII, projetou-se, mais uma vez, mas sem alcançar grande realce, como fundo da esfera armilar na Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

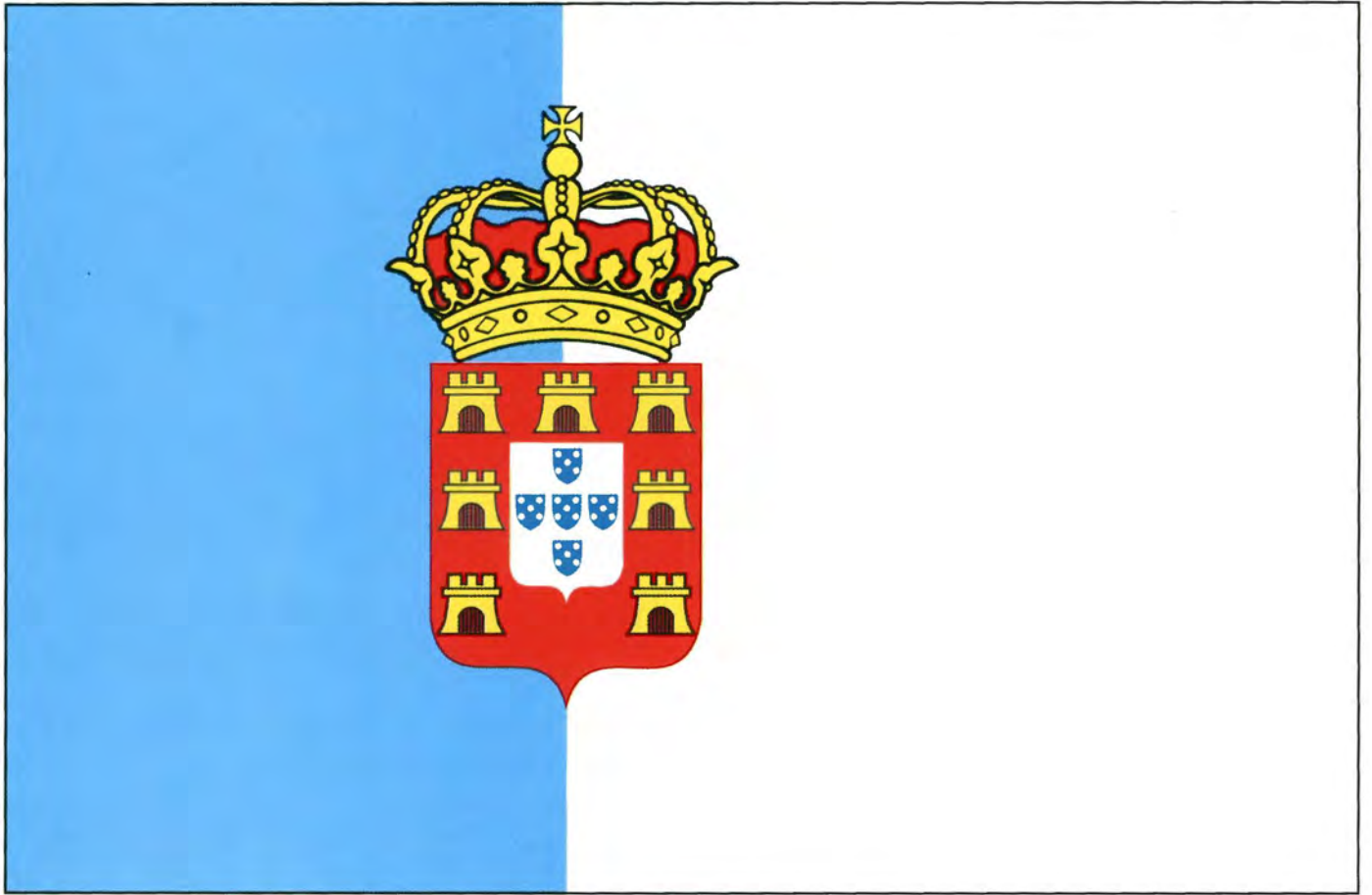
D. João VI, na mesma ocasião, revogava o decreto de 7 de janeiro de 1796 que prescrevia o escarlate e azul como laço nacional, mandando que passasse a ser doravante azul e branco "por serem aquelas que formaram a divisa da Nação Portuguesa desde o princípio da Monarquia em mui gloriosas épocas das suas Histórias" (Mattos, J., 1961, p. 65, nota 1).

Tinha essas cores - azul e branco - o topo que D. Pedro I e sua Guarda de Honra atiraram fora, na colina do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822.

Significação Cultural

Revelou-se aqui mais uma vez a tendência do espírito português em valorizar as origens da nacionalidade. Além de permanecerem com os antigos cinco escudetes e 30 besantes - "contando duas vezes o do meio" - quis o movimento constitucionalista tornar D. Afonso presente no realce do esmalte azul. Isso está manifesto nos diplomas legais que criaram a bandeira e o laço nacional.

O azul significava também, desde D. João IV e segundo opinião da já citada Comissão que em 1910 elaborou a bandeira republicana portuguesa, significava homenagem a N^{ra} Senhora, Padroeira do Reino desde o decreto de 25 de março de 1646.



Tivemos ocasião de notar que as bandeiras do novo Continente não se deixaram influenciar pela Tricolor da Revolução Francesa, cujo pensamento apressou a libertação das repúblicas americanas. Também agora, no caso da Bandeira do Regime Constitucionalista de Portugal, as Cortes e o povo luso ficaram imunes, em heráldica e na bandeira, do movimento revolucionário francês, embora lhe tenha bebido a essência cultural. No particular, foi tanta a independência lusa que, a exemplo das nações da América, puderam adotar o azul com sua conotação religiosa, alheia e até contrária aos próceres de 1793, entre os quais o blau fora aceita em força da tradição, oriunda de Carlos VII em 1429, e, em combinação com o branco, cores da Guarda Nacional de Paris.

Poder-se-ia perguntar, também aqui, se não houve interesse político dos Constitucionalistas em agradar o povo católico de Portugal, prestigiando a devoção mariana, numa atitude cultural tantas vezes milenar, desde Nabucodonosor passando por Asoka e Dario, até Constantino, atitude que, como lembramos em diversas ocasiões visava a procurar apoio popular para a nova conjuntura política.

Para nós brasileiros há um significado especial nesta bandeira: foi a última que hasteamos em nossa situação de dependência perante Portugal. Estávamos já preparados para a Independência. Meras formalidades nos prendiam à Metrópole. Mas, de qualquer maneira, ainda que apenas formalmente, dependíamos de Lisboa. E a bandeira era o sinal físico dessa situação. Por isso, quando olhamos a panóplia portuguesa, nossos olhos não deixam de reparar, com realce, para esta bandeira. Ela nos recordará sempre a época em que fazíamos os últimos ensaios gerais da Aventura histórica, cuja *mise-en-scène* ocorreria em breve no palco do Ipirangá.

Bandeira Imperial do Brasil

Contexto Histórico

A volta de D. João VI a Portugal em julho de 1821 precipitou os acontecimentos no Brasil. Os brasileiros não desejavam a separação pela separação. A união era sentimento e ideal de todos, que consideravam perfeitamente válido o reino dual que fora instituído. Mas quando esta união começou a representar a perda de algumas de nossas conquistas, e se via de uma hora para outra o término de nosso governo próprio, então já ninguém deteve a quebra de nossos laços com a Metrópole.

A 3 de junho de 1822, D. Pedro I convocou uma Assembléia Constituinte - ato preliminar da separação - para dar ao Brasil "as bases sobre que se deva erigir a sua independência".

A 1ª de agosto foi emitida a ordem de proibição de tropas portuguesas desembarcarem no Brasil.

Veio, finalmente, o desfecho: recusando obedecer a ordens das Cortes portuguesas trazidas por emissários, D. Pedro, a 7 de setembro, um sábado de céu azulado, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, proclamou a emancipação política do Brasil, num ritual que a tradição assim descreve: depois de proferir o brado *Independência ou Morte* e de ordenar *Laços Fora!*, arrancando do chapéu (ou do braço, segundo outros) o tope português, D. Pedro exclamou: "Doravante teremos todos outro laço de fita, verde e amarelo. Serão as cores nacionais".

Naquela mesma noite, no espetáculo de gala no teatro Ópera, de S. Paulo, D. Pedro, seu gentil-homem e os espectadores portavam no braço, laços de fita com as novas cores, ou, como especifica Joaquim Norberto de Souza Silva (1890, p. 245), "o tope verde dentro de um ângulo dourado com a legenda *Independência ou Morte*", gravada pelo ourives Lessa.

No dia 14 de setembro, D. Pedro regressou ao Rio, tendo demorado apenas cinco dias de viagem, façanha que, na época, constituiu demonstração do vigor e da impetuosidade do irrequeto príncipe.

No dia 18, firmava os primeiros três atos oficiais do Brasil independente, referendados por José Bonifácio, que **presidia nossa intelligentsia e preparara a emancipação**. No primeiro ato, o Imperador estabeleceu que todo português, europeu ou brasileiro, que abraçasse o novo sistema político do Brasil e estivesse pronto a defendê-lo, usaria, "por distinção" a flor verde dentro do ângulo de ouro, no braço esquerdo, com a divisa *Independência ou Morte*.

No segundo decreto, decidiu da conveniência de dar ao "Reino do Brasil" um

novo tope nacional e ordenou: "O laço ou tope nacional brasileiro será composto das cores emblemáticas: verde de primavera e amarelo de ouro, na forma do modelo anexo a este Decreto. A flor verde no braço esquerdo, dentro dum ângulo de ouro, ficará sendo a divisa voluntária dos Patriotas do Brasil, que juraram o desempenho da legenda *Independência ou Morte*, lavrada no dito ângulo" (Coleção de Leis do Brasil, 1822).

O terceiro Decreto criava a bandeira nacional:

"Havendo o Reino do Brasil, de que sou Regente e Defensor Perpétuo, declarado a sua emancipação política, entrando a ocupar na grande família das nações o lugar que justamente lhe compete, como nação grande, livre e independente, sendo por isso indispensável que ele tenha um escudo real d'armas, que, não só se distinga dos de Portugal e Algarve até agora reunidos, mas que sejam características deste rico e vasto Continente; e desejando eu que se conservem as armas que a este Reino foram dadas pelo Senhor Rei D. João VI, meu Augusto Pai, na corte de lei de 13 de maio de 1816; e ao mesmo tempo rememorar o primeiro nome que lhe fora imposto no seu feliz descobrimento, e honrar as 19 províncias compreendidas entre os grandes rios que são os seus limites naturais e que formam a sua integridade que eu jurei sustentar; hei por bem e com o parecer do meu Conselho de Estado determinar o seguinte: será, dora em diante, o escudo de armas deste Reino do Brasil, em campo verde, uma esfera armilar de ouro, atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois



ramos de plantas de café e tabaco como emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da nação. A bandeira nacional será composta de um paralelogramo verde, e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brasil”.

O Decreto foi publicado pelo senado da Câmara Municipal no - dia 21 de setembro (*idem*).

Além da bandeira da nação, havia a pessoal do Imperador, constituída de campo verde, no qual se assentava a coroa imperial de ouro. Içava-se no Paço da Quinta da Boa Vista, quando D. Pedro estava presente (Silva, J. 1890, p. 263-264).

Para os navios de guerra foi adotado um pendão azul, tendo ao centro cinco estrelas de prata, em forma de cruz. Foi criação do Ministro da Marinha, Conselheiro Cândido Batista de Oliveira (ibid., p. 263).

Quem foi o autor do desenho da bandeira imperial? Acreditou-se, por muito tempo, que o *design* tinha sido “da pura invenção do rei de armas da casa imperial, o distinto caligrafista [*sic*] Luiz Aleixo Boulanger, francês naturalizado, homem por extremo metódico e incansável em trabalhos estatísticos” (ibid., p. 247).

Ainda em 1890, Eduardo Prado escrevia que a bandeira fora feita por José Bonifácio e Pedro I (1903, p. 7-9), o que, naturalmente se refere à autoria intelectual. Pedro Calmon calca também a contribuição do **Patriarca no projeto da bandeira, no seguinte texto:**

“José Bonifácio fora poeta arcádico com o pseudônimo de Américo Elísio. D. Pedro fazia maus versos e boa música; era outro temperamento lírico. Que admirar,

assim, a estética especial e terna de Independência, a sua exterioridade teatral, o que teve ela de cênico, de alegórico, de ingênuo? Depois do grito do Ipiranga, em São Paulo, o príncipe se sentou a um piano e compôs o hino: melodia para o seu heroísmo... José Bonifácio, em seguida, imaginou a bandeira. O Império - escreveu - é “obra-prima do céu...” Inebriava-o o esmalte de suas matas. Sentia-lhe, nas entranhas minerais, os veios inexauríveis... Confabulou com Debret. E inventou o pavilhão nacional. Meteu um losango de ouro em campo verde, simbolizando as minas (não esquecia a sua mineralogia!) e a densa floresta tropical; circundou de estrelas, as províncias, a cruz de Cristo que desde 1500 abençoava o Brasil; encimou esse escudo com a coroa imperial, cópia da de Napoleão - e levou a sua bandeira ao Imperador. Recebeu-a D. Pedro com respeito. Apalpando esse pano bizarro compreendeu o Brasil: que nenhum resumo dele fora ainda mais completo do que a bandeira auriverde... Emblema poético engenhado por um naturalista para sintetizar a mais rica e viçosa terra do mundo” (Ribeiro, 1933).

No entanto, foi o próprio D. Pedro quem esclareceu o assunto. Um dia, Emílio Taunay, pai de Alfredo, Visconde de Taunay, conversava com o Imperador sobre como fora idealizada a bandeira. Refere Alfredo que D. Pedro afirmara na ocasião: o autor do desenho foi Debret, membro da Missão Artística Francesa contratada por D. João VI (ibid.).

Para Joaquim Norberto de Souza Silva, Emílio Taunay, “primava como paisagista e por isso conhecia melhor a combinação de cores do que Debret...” (*idem, ibidem*).

Para o antigo Presidente do Instituto Histórico, Debret era “pintor muito secun-

dário - haja vista um de seus mais falados quadros, como é o do juramento à constituição" (Ribeiro, 1933).

O projeto foi submetido à apreciação de Emílio Taunay, também artista e professor da Academia de Belas Artes, da qual era diretor. O futuro barão não concordou com o desenho do escudo intercalado no quadrilátero romboidal e com a cor verde em repetição, propondo que fosse substituída, no escudo e no forro da coroa, pelo vermelho. O Imperador não aceitou a sugestão, por ser o goles cor do escudo português, admitindo-o apenas como fundo da coroa. Mostrou-se intransigente quanto ao verde e amarelo, que dizia representarem "a riqueza e a primavera eterna do Brasil"! Tanto mais que o decreto já estava lavrado.

O que se passou entre D. Pedro e Taunay ocorreu também entre José Bonifácio, referendário do Decreto, e seu irmão Antônio Carlos. A conversa entre os dois Andradas "terminou trivialmente com uma explosão sarcástica" da parte do irmão do Patriarca (ibid.).

Para compor o pavilhão nacional, Debret se inspirou, evidentemente, em algumas bandeiras militares francesas do tempo da Revolução e da época napoleônica, reproduzindo delas o motivo ornamental em estilo império, constituído por um losango inscrito num retângulo. Com efeito, em geral apresentavam este desenho as bandeiras regimentais, adotadas depois da queda da Bastilha, as quais eram compostas de um losango branco, acompanhado de quatro triângulos azuis e vermelhos alternados e marcados com cruz branca, tendo no centro uma espada com barrete frígio, um báculo e uma pá, símbolos dos Três Estados, do Movimento, e a divisa *Vís unita maior nunc et semper* - a força unida é maior agora e sempre. ●

Outro exemplo com características diversas é o estandarte do 6º Regimento de Infantaria, de 1812, tempo de Napoleão, jogando ainda com as três cores da Revolução, que compõem também em disposição estética o losango. ■

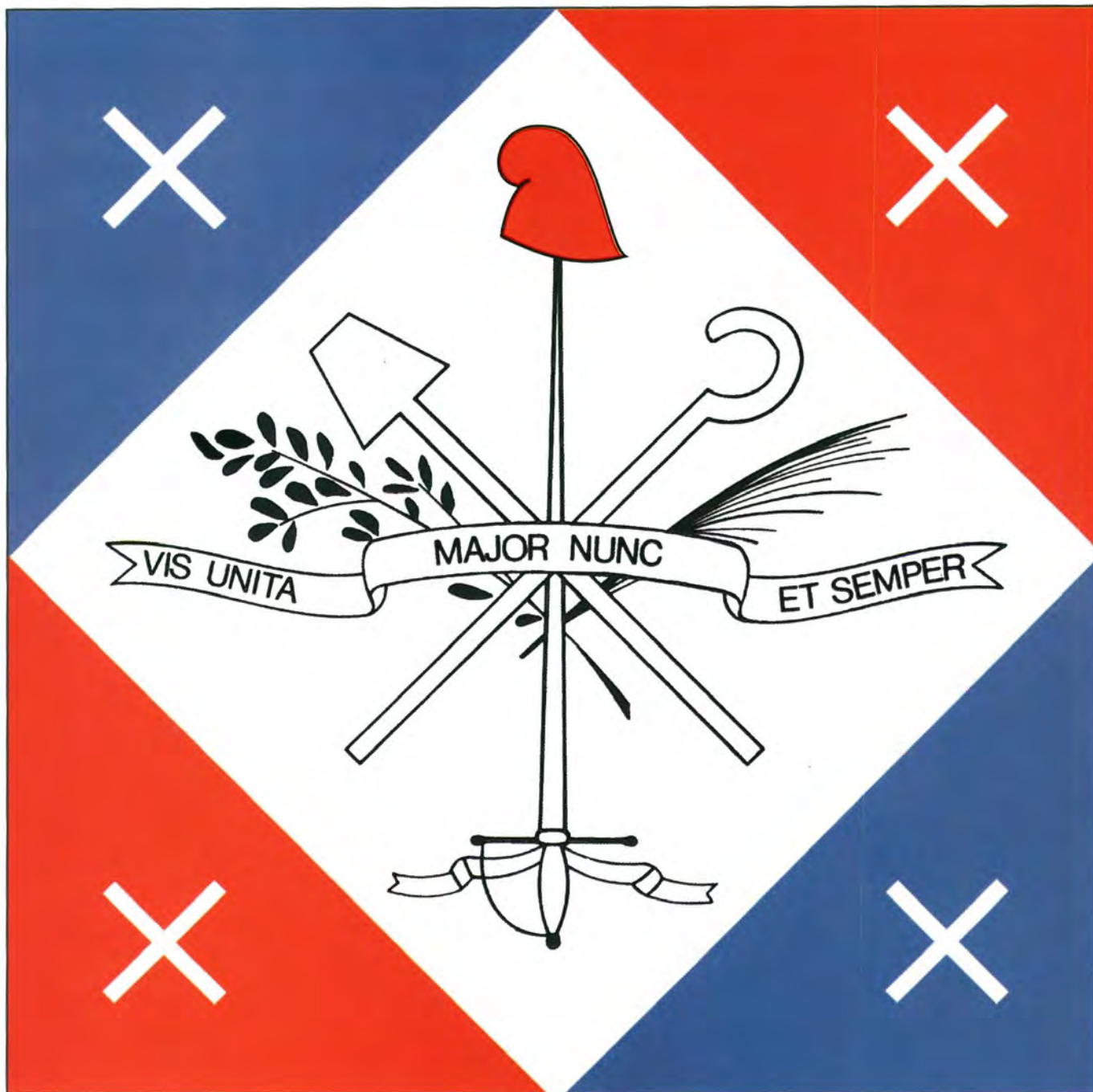
Desde o início, aliás, quando pensou em reformar as bandeiras regimentais, Napoleão falou, além de campo quadrado e redondo, na forma romboidal. Existem no Museu Histórico do Exército, em Paris, alguns desenhos dessas bandeiras (Hollander, 1902, p. 3-4).

A hipótese de que Debret teria se inspirado em bandeiras francesas é robustecida pelo fato de que as dimensões do losango levantado para a bandeira imperial atingem as margens do retângulo, destacando, nitidamente, quatro triângulos, exatamente como ocorria geralmente nas bandeiras regimentais francesas.

Proclamada a Independência, o povo desejava ardentemente pela *Aclamação* do Imperador. "Já em Minas Gerais, na cidade natal de Cláudio Manuel da Costa (Mariana), tinham soado os vivas de aclamação, e as mais cidades do Império ansiavam por lhe seguir o exemplo (Silva, J. 1890, p. 251).

D. Pedro adiava cada dia a festa, "por não estarem ainda prontas as bandeiras, sendo elas de difícil labor" (ibid., p. 250). Jocosamente, justificava o Príncipe: "Não me ponho em frota sem bandeira" (ibid., p. 250).

José Clemente, presidente da Câmara Municipal, dissuadiu D. Pedro de procrastinar mais ainda o ato "por causa da impaciência da opinião pública, que na ansiedade de consolidar a independência pretendia precipitar a sua sanção e fazer tumultuariamente a aclamação, o que ter-se-ia levado a efeito se o benemérito senado da Câmara não



● Bandeira do Regimento da Guarda Nacional - Revolução Francesa



■ Bandeira de 6º Regimento de Infantaria de Linha - Napoleão

tivesse tomado a providência de publicar o edital de 21 de setembro, anunciando que a aclamação se dispunha para ser feita solenemente no dia 12 de outubro” (Silva, J. 1890, p. 250-251).

De fato, foi nesta data realizada a cerimônia no antigo palacete do Campo de Santana, destruído depois, coincidentemente no dia da Proclamação de D. Pedro II - 23 de julho de 1841, por explosão de uma das peças de jogos pirotécnicos.

Por mais que se tivesse trabalhado, não ficaram prontas as bandeiras do novo Império. Por isso, foram hasteadas ainda as quinas portuguesas, o que aliás não causa muito estranheza, se pensarmos que no Decreto que criara o novo pavilhão José Bonifácio ainda se assinava como “do conselho de S.M. Fidelíssima el-rei D. João VI, de Portugal” (ibid., p. 244). Aqui e acolá, porém, havia a presença das novas armas brasileiras. Conseguiu-se também debuxá-las no teto do palacete onde se dava a aclamação. À noite, nos espetáculos de gala, mulheres com trajes verde-amarelos, “mais por patriotismo do que por bom gosto” (ibid., p. 252).

Também o senado da Câmara apresentou-se ao Imperador com seu novo estandarte em que estavam bordadas as armas imperiais (ibid.).

No dia 10 de novembro houve a cerimônia da bênção e distribuição das primeiras bandeiras. O local foi a Capela Imperial. Oficiou o ato o bispo D. José Caetano Coutinho. Presentes, além do Imperador, o Senado, a Câmara, Oficiais Militares, etc. D. Pedro ia recebendo os pavilhões e passando às mãos do Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, e este aos comandantes de tropas.

O primeiro a receber foi Caxias, então tenente-ajudante do Batalhão do Império. O imperador saiu depois ao Largo do Paço e falou aos regimentos sobre o significado daquela solenidade (íntegra do discurso apud Silva, J. 1890, p. 254-255).

Fora escolhido o dia 10 por ser, na época, festa da Apresentação de N^{ra} Senhora ao templo (hoje é no dia 21). D. Pedro aproveitou a data e ratificou a escolha da Imaculada Conceição como Padroeira do Brasil, já feita por D. João IV a 25 de março de 1646 em relação a Portugal e possessões.

Era costume da época fazer-se esta cerimônia da bênção e distribuição solene das bandeiras. A ele não fugiram, por exemplo, os próceres da revolução nativista de 1817, em Pernambuco, que, a 3 de abril, fizeram benzer não só as bandeiras, mas também os laços nacionais (História do exército brasileiro, 1972, v. 1).

Napoleão também dava muita importância ao ato da distribuição de bandeiras. Há um quadro de Luís Davi no Museu de Versalhes, representando a cerimônia de 5 de dezembro de 1804, no Campo de Marte, em Paris: Napoleão aparece distribuindo as Águias ao Grande Exército (Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 788). Diz o Major D'Odeleben, testemunha ocular, que as palavras do Corso por ocasião da entrega das Águias causavam mais impressão do que em qualquer outro momento (Hollander, 1902, p. 68-69).

A tradição continuou na Restauração (ibid., p. 148-60) e mesmo em tempos posteriores. Eduardo Detaille, francês, pintou a distribuição das bandeiras de 1881 em Long-Champ, no tempo de Jules Grévy, terceiro presidente da França (Lello Universal, [193-?], v. 2, p. 788).

A 13 de novembro, a nova bandeira foi saudada pelos navios de guerra estrangeiros surtos no porto, circunstância muito para notar, visto que a Independência não fora ainda reconhecida por nenhum país.

Tremulou na batalha de Pirajá, na Campanha Oriental, na guerra contra Rosas e na Guerra do Paraguai. Em referência a esta, existem muitos textos de Taunay, por nós já citados.

Logo depois de adotado, foi tema de poesias e canções. Nossos grandes poetas do tempo do Império a ela se referiram em grandes momentos de inspiração. Casimiro de Abreu, por exemplo, em *As Primaveras*, numa poesia dedicada a D. Pedro II:

Lá no Ipiranga do Brasil o Marte,
Enrolado nas dobras do estandarte
Erguia o augusto porte;
Cercada a fronte dos lauréis da glória
-Independência ou Morte!

À roda da bandeira sacrossanta
Um povo esperançoso se levanta
Infante e a sorrir!
A nação do letargo se desperta,
E - livre - marcha pela estrada
[aberta
Às glórias do porvir!

A respeito dela Castro Alves escreveu o verso mais bonito da literatura brasileira, segundo enquete pública:

AURIVERDE PENDÃO DE MINHA TERRA.

Com a ascensão de D. Pedro II, não houve modificação na bandeira decretada pelo pai. Assim, tivemos uma única bandeira durante os 67 anos de império, isto é, de 7 de setembro de 1822 a 15 de novembro de 1889.

Descrição Analítica

Usando em sua maior parte termos do Decreto, assim se descreve a Bandeira Imperial: um paralelogramo verde, no qual se inscreve um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o Escudo de Armas do Brasil, com os seguintes elementos: em campo verde, uma esfera armilar de ouro, atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circundada a esfera de 19 estrelas de prata em orla azul, e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados são abraçados por dois ramos de plantas de café e tabaco representados na sua própria cor.

Debret já havia composto para D. João VI uma bandeira semelhante à Imperial, entre 1820 e 1821, quando as

relações do rei ficaram tensas com as Cortes de Lisboa, e ele cogitou criar um Brasil-Reino independente. Assim se entende por que D. João VI, antes de partir para Portugal, teria dito a D. Pedro I: "Põe a mão na coroa, antes que algum aventureiro se apodere dela".

A forma reelaborada pelo pintor francês é singular e contrastante com os demais modelos internacionais, quase todos divididos em cruz ou cortados em faixas. O quadrilátero verde em composição com o losango amarelo é uma das originalidades que logo salta às vistas do observador: não há nem semelhança em nenhum outro pavilhão *nacional*. Na "República italiana" de 1800, entretanto, fora adotado um *design* parecido ao de Debret: um retângulo vermelho, um losango branco, um quadrado verde (Enciclopédia italiana, 1930, v. 6, p. 80-81). O mesmo ocorre em alguns estandartes de Estados norte-americanos; por exemplo, Arkansas, Delaware (Enciclopédia Britânica, p. 344-345). Estados do Brasil (Ceará, Mato Grosso e até certo ponto Santa Catarina) imitariam posteriormente a bandeira imperial no detalhe do paralelogramo e losango.

Os gregos conheciam os *rhomboidés*, monumentos em forma de losango, como o de Megara, referido por Plutarco (apud Bailley, 1967).

O uso freqüente do losango na heráldica francesa deu origem a vocábulos como losangé=coberto de losangos; losanger=dividir em losangos, etc.

Em Portugal, especialmente a partir de D. João I, as Armas das Damas eram postas em escudos com forma de losango; por isso mesmo foi chamado de escudo feminino.

Pelo Decreto de 18 de setembro, o losango deveria ser *inscrito* no retângulo, isto é, com os vértices tocando os lados dessa figura. No padrão oficial, de fato, aparecia assim. Mas houve deturpações: muitas vezes era desenhado *solto* no paralelogramo, e ora maior ora menor.

O *escudo* é o francês, escolhido para o pavilhão português desde a Bandeira Real do Século XVII. Pela primeira vez aparece, no entanto, o verde, em vez do vermelho, que vinha sendo adotado a partir da Bandeira Real de D. João II, por sua vez transformação da orla góles preconizada por Afonso III.

A *esfera*, após ter sido exclusiva de D. Manuel, fez parte da Bandeira para a Índia e América, depois, da do Principado do Brasil, vindo a integrar, com Dom João VI, a Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, tendo sido excluída pelo Regime Constitucionalista, e reconvocada pela República. Figurou, em cor azul, no coroa dos nossos dois Imperadores.

A *Cruz de vermelho* surgiu para símbolo da Ordem de Cristo; a seguir compôs a Bandeira Real, onde apareciam apenas as extremidades. Em tamanho reduzido, pertenceu à Bandeira Real do Século XVII, à Bandeira para a Índia e América, à do Principado do Brasil. Agora, ressurgia novamente, deixando aparecer somente as extremidades.

A *orla azul* é, quase em absoluto, uma novidade. O máximo que se pode assemelhar-lhe é o globo azul das Bandeiras para a Índia e América e a do Principado do Brasil. Mais distante ainda é o fundo azul da Bandeira do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

As *estrelas*, estas sim, aparecem aqui em caráter absoluto de estréia no mundo

heráldico *oficial* luso-brasileiro, apesar de símbolo muito antigo. *Oficial*, dissemos, porquanto estrelas já haviam sido adotadas em brasões de cidades portuguesas - Celorico da Beira, Ourique Penacova, Porto de Moz, Valença do Minho (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 516; v. 3, p. 504, 602, 723; v. 4, p. 1322). Por outro lado, no Brasil, três estrelas foram pensadas para a bandeira republicana de Pernambuco (1817).

Pelo Decreto de 18 de setembro deveriam constar 19 estrelas. Entretanto, nos últimos anos do Segundo Império, apesar de não ter havido nenhum outro ato oficial a respeito, a bandeira apareceu com 20 estrelas. Isso se explica pelas mudanças havidas na organização política do País: a Província Cisplatina foi desligada do Brasil, em abril de 1829, e foram criadas as duas Províncias do Amazonas e Paraná, em 1850 e 1853, respectivamente.

Pela primeira vez no Brasil pensaram em apor laurel ao escudo. A única vez em que na panóplia portuguesa apareceram ramos foi na Bandeira do Domínio Espanhol. Aqui temos o café e o fumo em suas cores naturais. Algumas vezes foram substituídos por carvalho e louro, inclusive nas antigas moedas de 100, 200 e 400 réis. Apesar das críticas, os dois tipos de vegetal continuaram nas Armas da República.

A 1^o de dezembro, 20 dias depois da cerimônia da bênção e distribuição das primeiras bandeiras, saiu um novo Decreto de D. Pedro I, substituindo a coroa real pela imperial: "hei por bem ordenar que a Coroa Real que se acha sobreposta no escudo das armas estabelecido pelo meu imperial decreto de 18 de setembro do corrente

ano, seja substituída pela Coroa Imperial, que lhe compete, a fim de corresponder ao grau sublime e glorioso em que se acha constituído este rico e vasto continente" (Coleção de Leis do Brasil, 1822).

A princípio a coroa era real, porque só mais tarde se resolveu dar ao País a denominação de Império. A 7 de setembro, D. Pedro foi aclamado, no Teatro da Ópera, em São Paulo, pelo padre Ildefonso Xavier Ferreira, com três "Viva o primeiro rei do Brasil", e, nos primeiros decretos, o Brasil era sempre designado pelas palavras "Reino do Brasil".

No reinado de D. Pedro I, usou-se muito na bandeira a coroa real em vez da imperial, mesmo depois do Decreto de 1^o de dezembro. No próprio padrão da bandeira imperial remetida a São Paulo, já depois do novo decreto, ainda se desenha a coroa real. Esta bandeira se encontra no Museu do Ipiranga, na capital paulista.

Pereira Lessa combate a idéia de Eurico de Goes de que o *pavillon* de que fala Debret no *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* seja a bandeira comercial do Brasil. De fato, nunca houve decreto que a instituísse. O termo *pavillon* teria sido usado para distinguir a bandeira de D. Pedro com coroa real (decreto de 18 de setembro), guardando-se a palavra *drapeau* para indicar a bandeira com coroa imperial (decreto de 1^o de dezembro).

O Decreto de 18 de setembro de 1822 previa para o losango "cor de ouro", e para o retângulo, simplesmente "verde", sem indicar matiz. Mas no decreto do mesmo dia, que estabelecia o "tope brasiliense", ficou particularizado "verde de primavera", confirmando-se o "amarelo de ouro" para o losango.

No projeto de Debret, o forro da coroa era verde. Por sugestão de Emílio Taunay, D. Pedro modificou para vermelho. No desenho trazido junto ao artigo *A história da bandeira do Brasil* (1941, p. 352-353), o fundo aparece verde. Mas o que prevaleceu mesmo foi o goles.

Ao lado dos encômios, houve muitas críticas à nova bandeira. Acharam-na de mau gosto, com infeliz combinação de cores. Apontou-se o defeito do escudo de apresentar *cor sobre cor* (a orla azul em campo verde), contra as regras da heráldica.

As críticas maiores vieram da parte de Joaquim Norberto de Souza Silva, então Presidente do Instituto Histórico. Eis algumas de suas opiniões: "O quadrilátero romboidal - força é confessá-lo - tem o seu quê de mau gosto" (1890, p. 249). "Para as bandeiras, principalmente adotadas nos vasos de guerra, convém a maior simplicidade. Não deve passar o desenho das linhas perpendiculares ou horizontais, representando as cores em largas faixas, para serem distinguidas ao longe" (ibid). "O desenho do escudo intercalado no quadrilátero romboidal, e a sua cor verde, em repetição, contra a opinião do barão de Taunay, que propunha a cor vermelha, a que se opôs D. Pedro pela semelhança com o escudo português, concorrem para que seja mais confusa e mal se distinga de longe, o que por certo não sucede à portuguesa, à francesa e a outras" (ibid). "Exceção feita do azul, do vermelho vivo e do branco, todas as mais cores ou mal se distinguem ou morrem ao longe" (ibid). As cores, especialmente o verde e o amarelo, são bonitas, "mas as disposições dessas cores que os pintores classificam de cruas e discordantes, mais se repelem pela junção brusca do que se harmonizam pela sua combinação branda, como as suas gradações

suavíssimas no Arco-íris. Daí uma originalidade desagradável pelo desenho que as limita" (ibid). "O efeito que produz esse azul sobre o amarelo é péssimo e de mau gosto, e a bandeira sem vida parece dissolver-se nos ares" (ibid., p. 265). "O círculo azul das estrelas deveria ser destacado por frisos de um vermelho vivo, pois o azul sobre o amarelo converte-se em verde" (ibid).

A complexidade de cores, prejudicando a percepção da bandeira a distância, era ponto geralmente comentado no tempo do império. Referimos até as palavras de Taunay, segundo as quais na Guerra do Paraguai, em determinada ocasião, nossas antigas bandeiras "foram substituídas por outras, cujas cores vivas se destacavam no céu formoso das campinas paraguaias" (1963, p. 59).

Foram apresentados vários projetos de reforma. Um deles foi de autoria de Cândido Mendes: previa um fundo de vermelho, no qual se assentava o escudo imperial. Sem dúvida, o goles teria sintetizado o fervor revolucionário da época, e por outro lado lograria satisfazer a tese dos que preconizavam esmaltes vivos para o pavilhão imperial. No mais, o projeto respeitava o complexo dos símbolos de nossa história, reunidos no escudo de armas. Mas não se levou adiante a idéia.

Um outro projeto mais complexo foi o de Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata. Preconizava três listras azuis e duas vermelhas, alternando-se entre si. Na primeira faixa azul, seis estrelas de prata, em dois grupos de três. Na primeira faixa vermelho, o desenho da coroa imperial em ouro. Na segunda azul: uma fileira continua de sete estrelas. Na segunda vermelha, o escudo imperial. Na terceira azul, seis estrelas como na primeira listra. Nota-se a preocupação com cores salientes, para efeito de visibili-

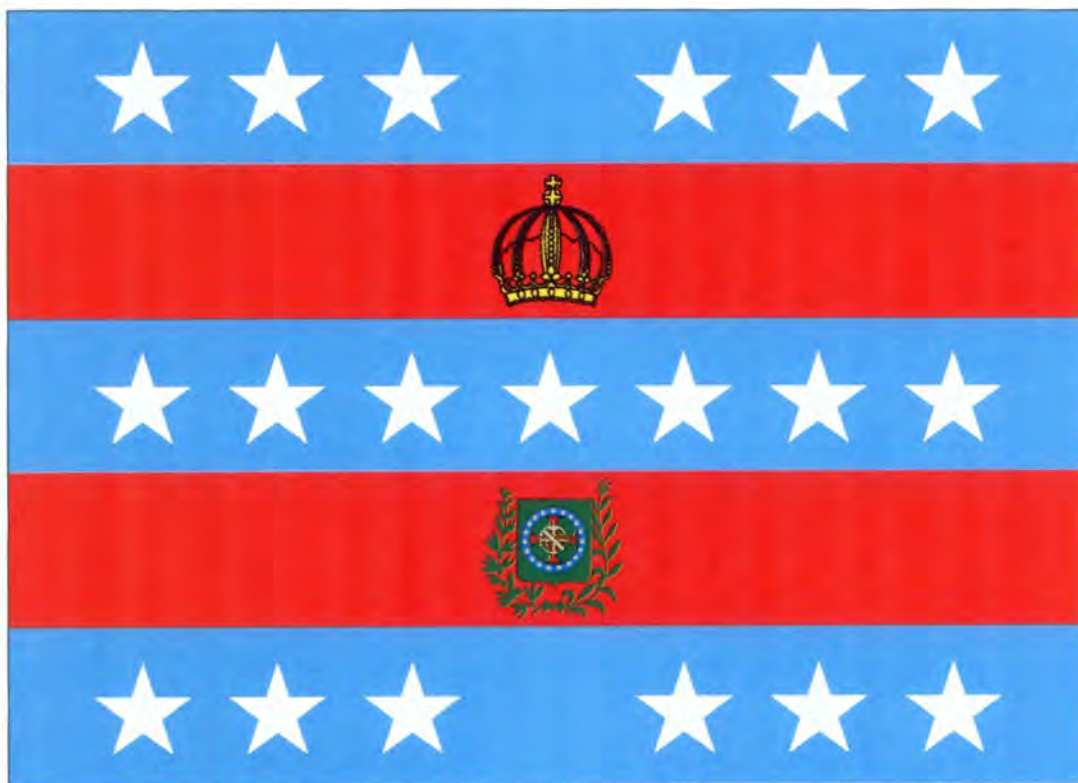
dade ao longe. Vê-se ainda a presença do vermelho-revolucionário, e o azul - característico da bandeira das nações católico-marianas da América do Sul. No mais, são os símbolos previstos no decreto para a bandeira imperial: escudo de armas incluindo a coroa, e as 19 estrelas, representativas das províncias

De um modo geral, pode-se dizer que o projeto de Cândido Mendes procurava aproximar-se da bandeira vermelha, não oficial, da Revolução Francesa; o do Barão do Rio da Prata sofria influência do pavilhão norte-americano. Mais tarde, quando da adoção da bandeira republicana, estas mesmas duas culturas revolucionárias voltarão a se enfrentar.

Significação Cultural

A primeira bandeira que representou com exclusividade nossa terra foi a do "Principado do Brasil". Mas nesta época éramos ainda dependentes de Portugal. Posteriormente, tivemos representação no próprio pavilhão da Metrópole - a Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Todavia, continuava nossa situação política de "colônia". Agora, porém, em 1822, surgia a primeira bandeira *nacional* - nossa primeira insígnia de *nação* livre. No dizer de Álvaro Maia, já citado, a bandeira "só exprime os seus fins, quando representa um estado soberano" (Maia, 1926, p. 39). Amenizamos

► Projeto de Bandeira Nacional do Barão do Rio da Prata



a expressão, substituindo o "só" por "excelentemente", "proeminentemente". De qualquer modo, sem voltarmos à discussão jurídico-filosófica da essência de bandeira, deve-se marcar este fato histórico em que tivemos pela primeira vez, como nação independente, um pavilhão exclusivo.

Diferentemente do que ocorreu com as possessões espanholas na América, a colônia portuguesa alcançou sua emancipação sem quebra de unidade territorial. Portugal soube, nas palavras de Adriano Moreira, "transpor para os trópicos a experiência histórica européia", de tal modo que, ao retirar-se, deixava um povo uno, congrassado por uma só cultura e pela "fidelidade dos vários grupos populacionais a essa unidade maior" (1961, p. 64). Esta última vitória portuguesa estava perenizada na bandeira única que tivemos para todo o universo territorial, agora livre, que descobridores, donatários, governadores e príncipes haviam construído ao longo de três séculos.

Apesar dos ânimos exaltados das Cortes portuguesas, a independência do Brasil foi feita sem derramamento de sangue e sem dramaticidade emocional. José Bonifácio, artífice de nossa emancipação, mesmo depois do "Sete de Setembro" ainda se assinava "do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor Rei D. João VI". Desse modo, não estranhamos que D. Pedro tenha composto um escudo de armas e tenha escolhido duas das cores não distantes da heráldica oficial da Metrópole. A Cruz da Ordem de Cristo - um símbolo quase oficial da nação portuguesa; a Esfera armilar - insígnia de D. Manuel, o poderoso rei da expansão lusa; a forma do escudo, a vigente em Portugal na época; o verde dos grandes momentos políticos da nacionalidade; o amarelo que desde 1250 coloria o pendão

do reino - tudo indicava a serenidade do Príncipe D. Pedro, que envidara todos os esforços no sentido de que o Brasil ficasse livre de Portugal, mas não inimigo.

Joaquim Norberto escreveu que a esfera armilar não devia ter sido colocada na bandeira imperial, pois, diz ele, "nenhuma significação tem para nós" (1890, p. 250). Responde Eurico de Goes: "Não obstante a consideração que o nome do escritor nos inspira, parece-nos que, diante da verdade histórica, da expressão do símbolo e também do merecimento estético, se acha a esfera armilar muito bem colocada no escudo imperial, e que assás importante significação tem ela para nós[...] Quando, acaso, não a quisessem venerar, por haver sido ela a divisa de el-rei D. Manuel - o ditoso monarca sob cujo reinado se descobriu o Brasil; quando, porventura, se apagasse a memória desse expressivo símbolo, que nos foi transmitido com a cruz alteada no litoral da baía Cabralia, a 1^a de maio de 1500; quando, se fosse possível, se viessem a desprezar esses inumeráveis monumentos do nosso passado [...], os quais falam, com sobeja e afetuosa eloquência, às nossas almas patriotas - bastaria o fato de haver D. João VI escolhido essa mesma esfera, a fim de formar, como formou, o emblema das armas do Brasil-Reino, para que a reverenciassem e a conservassem religiosamente, com um contínuo zelo" (Goes, 1908, p. 62-63). É de se notar ainda que D. Pedro não fez senão consagrar o uso universal que da esfera se fazia desde os tempos coloniais. Repetimos a analogia com a flor-de-lis em relação à França: a esfera não foi em origem símbolo intencional e exclusivo do Brasil, mas veio a sê-lo "por uma adoção quase involuntária e por um assentimento universal".

Uma das teses sobre a razão dos primitivos nomes do Brasil - Vera Cruz e Santa Cruz - diz que a designação se deu ao fato de a armada trazer o estandarte da Ordem de Cristo e de ter sido ele arvorado durante a Primeira Missa (Goes, 1908, p. 157-158). Entretanto, a Cruz da Ordem só entrou a fazer parte efetiva das armas do Brasil, agora, quando da Proclamação da Independência.

Sua simbologia está oficialmente interpretada no Decreto de 18 de setembro de 1822. Diz o documento que a Cruz foi posta nas armas "para rememorar o primeiro nome que lhe fora imposto no seu feliz descobrimento". Desse modo, sua introdução foi menos por motivo religioso do que por inspiração histórica.

Também o Decreto de 1^a de dezembro que criou a imperial ordem do Cruzeiro fala em "memória do nome que teve sempre este Império, desde o seu descobrimento, de - Terra de Santa Cruz" (Coleção de leis do Brasil, 1822).

Anteriormente, em 1817, a bandeira da revolução de Pernambuco ostentou uma cruz, para recordar os primitivos nomes do Brasil (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 56, pt. 2, p. 91).

Se oficialmente a Cruz lembra os nomes antigos de nossa terra, pode-se dizer, no entanto, que, de um modo geral, recorda o próprio descobrimento e toda a fase do Brasil-Colônia.

O significado das estrelas está indicado também no decreto de criação das armas: simbolizam as 19 províncias existentes então. Era mera transposição para os trópicos do que já se havia feito quando da Independência dos Estados Unidos da América, e a oficialização da idéia

dos pernambucanos de 1817 que adotaram três estrelas para símbolo das três províncias que inicialmente comporiam a projetada república - Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Metternich julgou, pelo primeiro relato da bandeira imperial, que as estrelas tivessem sido suscitadas por idéias republicanas, das quais era o mais ferrenho inimigo desde que o advento da Revolução Francesa o obrigou, ainda jovem, a deixar a Universidade de Strasburgo. Só se tranqüilizou quando lhe disseram que longe disso a bandeira era bem imperial, tanto assim que o amarelo tinha sido escolhido por ser o metal da Casa de Lorena, de que usa a Família Imperial da Áustria, de cujo Imperador, D. Francisco I, era filha D. Leopoldina, esposa de D. Pedro I. Na verdade, as estrelas, embora sugeridas pela bandeira da República dos Estados Unidos, em nada se ligava a idéias republicanas.

Se excetuarmos a Bandeira do Domínio Espanhol, esta é a primeira vez que no mundo luso-brasileiro oficial aparecem elementos da natureza vegetal, o que torna característica a bandeira do Império, também sob este aspecto.

Joaquim Norberto levantou críticas contra os elementos escolhidos: o fumo e o café. "Representa um deles um vício, e outro uma planta exótica, embora nos tenha enriquecido. Melhor seria a *cisalpiria echinata* dos botânicos ou o *ibirapitanga* dos índios ou o pau-brasil dos portugueses, que transmitiu o seu nome vulgar ao País; ou então cornucópias despejando gemas e pedras preciosas, como emblemas de nossa natural riqueza e opulência" (1890, p. 250).

Eurico de Goes concorda com a opinião do antigo Presidente do Instituto

Histórico e acrescenta: "Essas plantas não possuem significação digna possível, nem figuram, sequer, na série dos emblemas heráldicos, ou nas compilações de símbolos realizadas pelos competentes. É que elas não ressumbram certa distinção própria, não respiram certo ar de nobreza, não apresentam certo cunho característico, como por exemplo, o louro, o carvalho, e, principalmente, a palmeira. Que pensamentos nos podem despertar o café e o fumo, que não sejam os de um gozo muito relativo (e, até, para alguns, quanto ao segundo, assaz nocivo e bárbaro), ou os do fim econômico a que se destinam" (Goes, 1908, p. 77).

Talvez a maior crítica que se possa fazer aos dois elementos seja a seguinte: nenhum deles é exclusivo do Brasil, para poder representá-lo heráldicamente, e, quanto ao fumo, nunca representou produto principal da economia brasileira, à semelhança do açúcar, do ouro e do próprio café.

Após essas observações a respeito do simbolismo das figuras, façamos outras sobre o das cores, começando pelo verde. Antigamente, em todo o Ocidente, era este esmalte de uso escasso em bandeiras e brasões, sendo considerado menos nobre, o que se atribui geralmente à circunstância de ter sido muito vulgarizado entre os países não-cristãos. Ainda hoje mais de 30 nações afro-asiáticas têm cor verde em seus pavilhões. Na Europa, só Portugal, Itália, Hungria, Bulgária e Irlanda. Na América, apenas o Brasil, México, Bolívia e Jamaica. O fato de o Brasil fazer exceção ao costume significa a independência com que o Brasil trabalhou o seu pavilhão, sem preocupar-se com implicações ideológicas ou religiosas de suas opções heráldicas.

O amarelo predomina também nos países da África e da Ásia - mais de 20. Na Europa, apenas em nove. Na América, em seis, entretanto, o reduzido número não parece se prender, como o verde, a qualquer preconceito ou crença.

A combinação verde-amarela tinha, na Idade Média, significado pejorativo, sendo como tal muito vulgar nas vestes dos bobos de corte. Nas Cortes Portuguesas de 1821, na sessão de 14 de agosto, o deputado Manuel Gonçalves de Miranda propôs que as cores nacionais fossem verde-salsa e amarelo-ouro. A proposta foi rejeitada (D'Albuquerque, 1890, p. 27). Até hoje nenhum país na Europa ou na Ásia adotou o conjunto verde-amarelo. Na América, além do Brasil, temos a bandeira da Bolívia com faixas verde-amarelas, e a da Jamaica, em que os dois esmaltes aparecem em disposição especial. Na África, diversos países adotaram o bicromo; República Centro-Africana, Congo, Guiné, Málí, Senegal, Sudão, Toga, Etiópia, Gabão, Ruanda, além da República dos Camarões, Mauritânia e Daomé, em que as duas cores constam de maneira particular. Isso ressalta novamente a originalidade do Brasil em relação à panóplia euro-americana.

Perguntar-se-ia que motivos levaram D. Pedro a escolher o verde-amarelo para o pavilhão nacional. Em outras palavras, que quis representar o Imperador com este bicromo.

Alguns afirmam que no momento do "Grito", D. Pedro levava à lapela uma flor amarela com ramo verde, presente de uma dama paulistana - Domitila, a futura Marquesa de Santos, à qual se atribui papel saliente na conversão do Príncipe à causa nacional.

A estranheza da tese parece aliviar-se se tivermos presente que a Ordem da Jarreteira surgiu também de um fato acidental: em 1348, dançava Eduardo III com a Condessa de Salisbury, quando caiu a liga ou jarreteira desta. O fato causou natural hilaridade no salão. O rei zangou-se, exclamando: *Honni soit qui mal y pense* (vergonha sobre quem puser malícia nisto). Instituiu, então, a Ordem da Jarreteira, dando-lhe como divisa aquela frase, que passou também para o escudo da Grã-Bretanha.

No entanto, sem negar todo relacionamento afetivo de D. Pedro para com a famosa dama da sociedade paulista, esta interpretação galante parece-nos depor muito contra a seriedade do proclamador de nossa independência. Não seria de um momento para outro, e apenas por motivos tão pessoais, que D. Pedro, iria decidir as cores representativas da nação que acabara de gerar. O ardor amoroso do príncipe conquistador haveria de ficar satisfeito quando, no seu íntimo, passasse a considerar o losango - símbolo feminino, como lembrança de Domitila. As cores do Brasil deveriam ter fundamento mais seguro.

Outros pensam que o verde teria sido escolhido por ser a cor da Casa de Bragança, dinastia portuguesa desde 1640, a que pertencia D. Pedro I. O amarelo seria homenagem à Casa de Habsburgo-Lorena, da qual descendia D. Maria Leopoldina, consorte de D. Pedro I, o que não deixaria de causar lisonja ao orgulho de Metternick e aliciá-lo para a nossa causa política.

A tese foi defendida por Pereira Lessa, numa conferência realizada, a 18 de setembro de 1930, na liga da Defesa Na-

cional, baseada numa carta escrita em 1823 pelo Marquês de Resende, nosso Representante em Viena, e dirigida a José Bonifácio.

Quanto ao amarelo, nada obsta. Em relação ao verde, porém, devem-se fazer algumas considerações. As cores mais antigas de Bragança eram o azul, vermelho e branco. Estes são os esmaltes presentes na Bandeira de D. Pedro II Regente. Azul e branco dominam o pavilhão de D. João IV, que inaugurou a Casa de Bragança no trono português, o que ocorre também na Bandeira do Regime Constitucionalista. Mas, por outro lado, o verde esteve muito ligado à Casa, a partir de seu fundador, Nuno Álvares Pereira, cujo estandarte era de sinople. O próprio D. Pedro, II, quando rei, adotou o verde como campo da bandeira oficial, repetindo a opção dos Revolucionários de 1640, que puseram a dinastia no poder. Assim, os esmaltes azul, vermelho e branco pertencem, em origem, à Casa de Bragança, mas, na prática, alguns dos reis da dinastia não esconderam sua predileção pelo verde. Foi a esta predileção que teria obedecido D. Pedro I na escolha do sinople para a bandeira imperial.

Não parece improvável que D. Pedro, à semelhança do que fizera em relação às peças, também em relação às cores não quisesse se afastar muito dos modelos lusos. Sem pensar no verde do estandarte do lendário Viriato, o Príncipe poderia ter se inspirado no verde da cruz de D. João I, no campo verde da bandeira da Revolução de 1640 ou da de D. Pedro II Imperador. O amarelo, por outro lado, garantia sua presença na heráldica portuguesa oficial desde Afon-

so III (1250); por isso, talvez, Pedro I quis perpetuá-la em nosso pavilhão (Oliveira, 1907, p. 28).

Entretanto, não temos nenhum pronunciamento do Príncipe a respeito, a não ser sua persistência em conservar o amarelo e o verde por representarem - disse - "a riqueza e a primavera eterna do Brasil". A falta de maiores provas e de coerência para as outras interpretações, esta, a da visão telúrica, parece a mais adequada para indicar a inspiração de D. Pedro na escolha dos esmaltes de nossa bandeira. E bem feliz o foi, porque "nossa Pátria, tendo o próprio nome tirado da natureza, da madeira que constitui a primeira fonte de renda, - ou mesmo que assim não fosse, não poderia ter para símbolo outras cores mais significativas" (Nunes, 1939, p. 30).

O povo bem que entendeu logo a ligação das cores com a nossa rica natureza. À semelhança dos revolucionários franceses que, ao grito de Camilo Desmoulins, arrancavam folhas das árvores para distintivo do grande partido nacional, os brasileiros de 1822 adotaram o *croton variegatum*, que passaram a chamar "arbusto da Independência", constituído de folhas verdes com nervuras amarelas. Era usado, em dias feriados e em outras solenidades, na botoeira da casaca, depois que caiu a legenda "Independência ou Morte", do tope nacional (Silva J., 1890, p. 246). Joaquim Norberto relembra alguns versos de Antônio Cândido de Lima, relativos ao *croton*, que sua mãe cantava quando ele era criança:

Áurea cerúlea
Cor martirizada
Nossa divisa
Tem retratada.

.....
Cada folhinha

Em si encerra
O distintivo
De nossa terra.

.....
Tu és o emblema
Do brasileiro
Admirado
Do mundo inteiro.
(*ibid.*, nota 3).

Também o Partido Federalista, logo depois da Independência, tomou iniciativa semelhante: adotou a *sempre-viva*, formada de pétalas amarelas e estames e pistilos, verde-esmeralda (*ibid.*, p. 245).

Não podemos ocultar a íntima e entusiasmante satisfação de ver que a existência dos esmaltes verde e amarelo se prende à alta inspiração de D. Pedro diante da majestade exuberante de nossa natureza. Tem-se a impressão de que o brasileiro, neófito no gozo da liberdade, quis voltar ao estado de inocência pura dos antigos, alçando em suas mãos os ramos virgens das matas. O paralelogramo verde de nossa bandeira bem pode resumir experiências, no campo da simbologia, da parte de quase todos os povos que em folhas tiveram seu primeiro símbolo social. Toda a tradição cultural da humanidade em torno do culto da Árvore pareceu beijar o sinople de nosso pavilhão imperial. Como se não bastasse o verde do paralelogramo, foram-lhe acrescentados dois representantes do mundo vegetal - o fumo e o café - para substituírem ao vivo os primeiros ramos que em mãos dos antigos como bandeiras se agitaram. Honra-se, assim, a memória de D. Pedro que, com uma Pátria una, nos deu uma bandeira arrancada das próprias raízes da terra, sintetizando e eternizando milênios de história bandeirológica.

Bandeira Provisória da República do Brasil

Contexto Histórico

D. João VI não só reconheceu a Independência do Brasil mas também declarou D. Pedro herdeiro do trono português. Por sua morte, surgiu o impasse se o Imperador deveria ou não assumir o exercício do poder também em Portugal. A Carta Constitucional do Reino e a opinião pública brasileira impediram a absorção das duas coroas. Por isso, D. Pedro, ouvido os Conselheiros, renunciou à herança política do pai em favor de D. Maria II, sua filha.

Mas o Imperador não deixou de acompanhar de perto as lutas que logo surgiram em Lisboa entre liberais e miguelistas, o que muito desgostou aos brasileiros, que viam o seu chefe preocupado com problemas "alheios". A simpatia de D. Pedro sofria seu primeiro desgaste.

Vieram depois o fracasso na Guerra Cisplatina e as diversas tensões na área parlamentar, que se tornaram incontroláveis mesmo depois do extraordinário esforço do Marquês

de Barbacena, a quem o Imperador confiara a organização do governo.

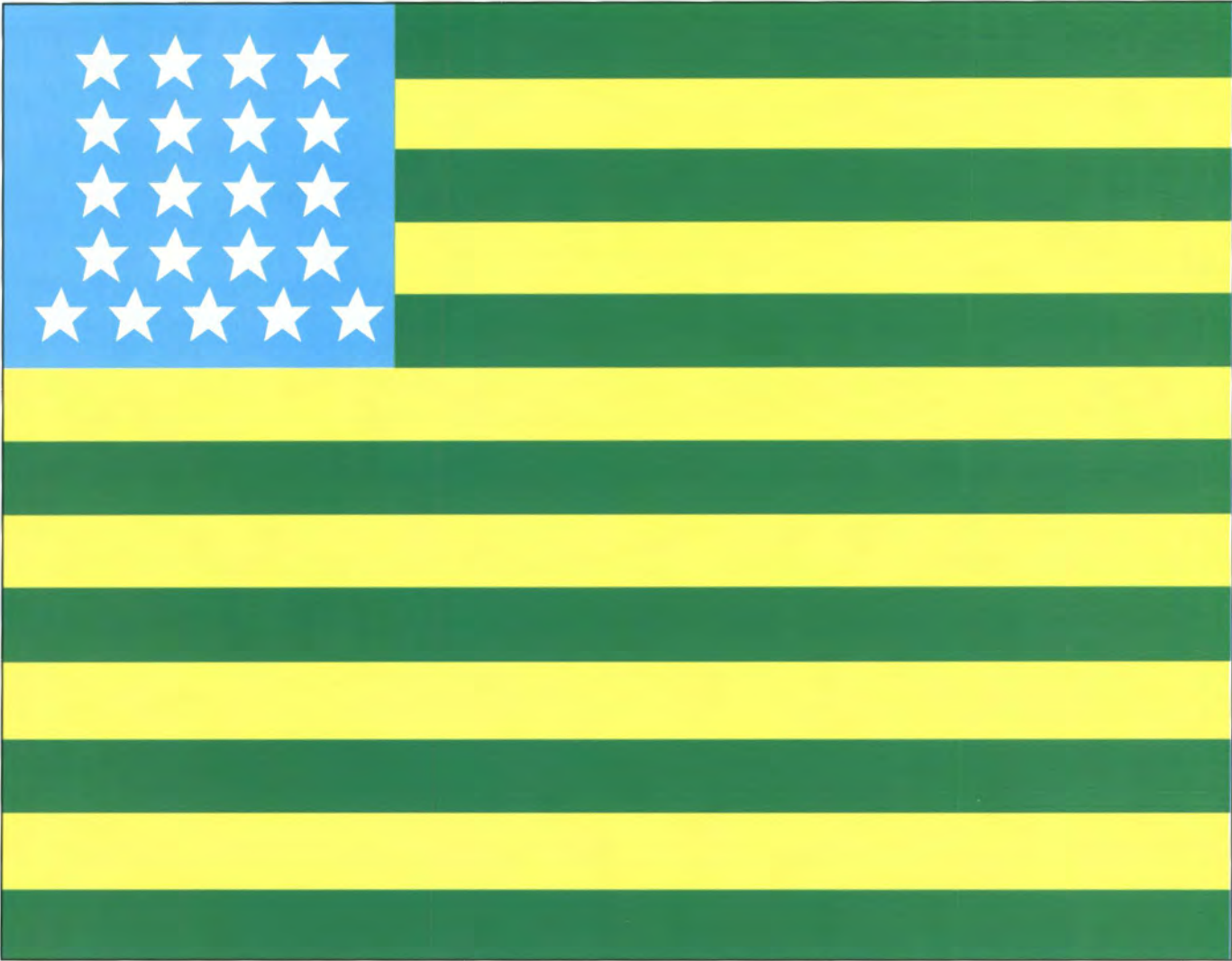
A 7 de abril de 1831, D. Pedro foi obrigado a abdicar em favor do filho, D. Pedro II, então com pouco mais de cinco anos. Durante a Regência, as crises continuaram, havendo até os mais exaltados que já queriam a República.

Num golpe branco dos liberais, foi antecipada a maioridade de D. Pedro II - 23 de julho de 1841, coroado um ano depois.

Iniciava-se um longo período de governo, à semelhança dos grandes reinados em Portugal. A instabilidade de outras nações sul-americanas causou movimentação também no Brasil: as questões no Prata e a Guerra do Paraguai impediram maior sossego para um progresso mais extenso.

Os últimos nove anos de D. Pedro II como monarca marcaram o apogeu do II Império: reforma eleitoral, ascensão do café como principal produto do País, colégios e faculdades - indicavam que a nação marchava para seu pleno amadurecimento.

Mas houve também os seus desgastes. A abolição da escravatura, a questão religiosa, a questão militar foram bem exploradas



pelos republicanos, em boa parte aderentes das doutrinas positivistas.

A propaganda aberta começou em 1870, com o chamado "Manifesto de 70", a fundação de jornais e clubes republicanos, cada um com bandeira própria.

A situação alcançara já seu ponto crítico, quando a atuação do gabinete Ouro Preto levou os líderes militares a unirem-se aos chefes republicanos de todos os matizes.

A 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, corporificando as idéias, os desejos e os planos de tantos, proclamou a República, aceita e instalada em todo o País num prazo relativamente pequeno de 15 meses.

Após a Proclamação, voltando os regimentos para os quartéis, os alferes enrolaram as bandeiras imperiais, que foram atiradas sobre uma carreta, sendo a seguir recolhidas aos armazéns do Exército.

A esta altura, José do Patrocínio (ou, segundo outros, o cidadão Francisco Gonçalves) hasteava na redação de "A Cidade do Rio" e depois na Câmara Municipal a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, a qual foi adotada pelo Governo Provisório, tendo sido usada por quatro dias e ficando conhecida como BANDEIRA PROVISÓRIA DA REPÚBLICA, descrita no Dicionário de Larousse como bandeira nacional do Brasil.

Não chegou a ser empregada pelas Forças Armadas. No entanto, foi posta no navio *Alagoas*, que transportou a Família Real para a Europa. A unidade então hasteada acha-se hoje no Museu Naval do Rio de Janeiro (4ª seção do catálogo de 1905, nº 285).

Nascida dos meios não-oficiais, esta bandeira interrompeu, por quatro dias, a sequência entre a bandeira imperial do Decreto de 18 de setembro de 1822 e a republicana do Decreto de 19 de novembro de 1889.

Descrição Analítica

Compõe-se a bandeira de 13 listras horizontais, sete verdes, e seis amarelas; no canto superior junto à tralha, um quadrado azul interrompendo as cinco primeiras faixas, no qual assentam 21 estrelas de prata, divididas em quatro grupos de quatro cada um, e mais um com cinco.

Não deixaram de aparecer modelos com as listras invertidas - sete amarelas e seis verdes; igualmente unidades com o campo preto, e até modificação no número das estrelas - 20, em vez de 21.

pavilhão da república norte-americana” (1894, p. 15).

Quando da Inconfidência Mineira, o símbolo americano já fora pensado como hipótese. Cláudio Manuel da Costa sugerira na ocasião que para a bandeira do movimento revolucionário se deveria dar preferência às armas da bandeira americana (Araípe, 1891, p. 299-300).

Um dos temores dos positivistas após a proclamação da República era o de que prevalecesse novamente o critério da imitação americana. Por isso mesmo se apressaram em compor um projeto bem distante da bandeira do “Lopes Trovão”.

Em si mesma, a bandeira quis conservar o máximo de aproximação simbólica com a imperial: o verde-amarelo conservaram aquilo que era essencial na criação de D. Pedro I: as cores - símbolo da nova nação. Além disso, permanecem outra originalidade do Imperador no campo da bandeirologia luso-brasileira: a presença das estrelas, representativas das Províncias, agora Estados.

Se houve servilismo da parte do grupo republicano que idealizou esta bandeira, houve equilíbrio e amadurecimento em adotar, mesmo provisoriamente, um conjunto simbólico tão próximo do regime imperial que acabavam de alijar.

Pode ter havido falta de originalidade, mas aqueles homens bem se colocam na linha dos soberanos portugueses que, no suceder das crises políticas, souberam respeitar os elementos primordiais da simbologia pátria.

Aprofundamos e louvamos o alto espírito daqueles republicanos que, sob um *design* de pavilhão estrangeiro, souberam remanejar e perpetuar a inspiração do Príncipe que nos fez nação.

Significação Cultural

Nota-se, de saída, a influência da bandeira estadunidense: 13 listras, de duas cores, cantoneira e estrelas com números correspondentes aos Estados federados. Com calor emocional, Miguel Lemos designou-a como “cópia servil do

Conclusões da Segunda Parte

1. A história de Portugal e do Brasil está resumidamente inscrita nos diversos modelos de bandeira ao longo de oito séculos.
2. Acidentalmente, notam-se algumas linhas da história de outros países da Europa, principalmente Espanha e Holanda, e um pouco menos da França e Inglaterra.
3. Além da bandeira oficial, houve em Portugal e no Brasil a preocupação com pavilhões que chamamos de para-históricos, ligados a pessoas, grupos ou fatos, como a Pessoal de D. Manuel, a da Ordem Militar de Cristo, da Índia e América, a do Domínio Espanhol, etc.
4. Durante oito séculos permaneceu, sempre o mesmo, em sua linha de máxima, o escudo de armas português, manifestando o amor dos dirigentes e do povo às suas tradições históricas.
5. A Cruz é elemento quase permanente na evolução bandeirológica: a azul de D. Henrique, a estilizada por cinco escudetes de Afonso Henriques, a da Ordem Militar de Cristo, a da Ordem de Aviz, a da Revolução de 1640.
6. A Esfera é outro elemento característico na gênese do pendão luso e do brasileiro: na bandeira de D. Manuel, do Principado do Brasil, da Índia e América, do Império Brasileiro.
7. Nas cores: presença constante do vermelho e amarelo desde Afonso III; insistência do azul e branco em meio às vicissitudes da política; aparecimento do verde especialmente em situações de crises políticas.
8. Nota-se a ocorrência de fatos esporádicos: por uma única vez aparecem *ramos* (Domínio Espanhol), *monograma* (Domínio Holandês), *coticas* (D. Pedro II Regente), *fundo verde em bandeira oficial* (D. Pedro II Imperador), *corrente* (Real do Século XVII), *figura humana* (Índio e América), *estrelas* (Provisória da República do Brasil).
9. Há ausência absoluta de representantes do reino animal irracional.
10. Aqui e acolá apareceram algumas tendências culturais da bandeirologia universal: a idéia de fixar na bandeira o momento da vitória (Afonso III); a influência de organismos sociais (Ordem Militar de Cristo, Ordem de Aviz e Companhia de Jesus); tentativa de apor motivos religiosos na bandeira para agradar o povo após movimentação política extraordinária (Regime Constitucional).
11. Como tendência tipicamente ibero-brasileira a aceitação de símbolos de nações vencidas, anexadas ou descobertas: D. Afonso III, os símbolos do Algarve; Filipe II, o escudo de Portugal.
12. Inversamente, D. Pedro I adotaria símbolos de Portugal, do qual acabava de libertar-se.

3



A Atual Bandeira do
Brasil

Preliminares

Introdução

Quem nos acompanhou até aqui, percebeu que fomos fazendo sucessivas alusões à bandeira atual do Brasil, conforme método que preconizamos e para o qual chamamos a atenção desde o início da obra.

Esses acenos serviram para ilustrar diretamente o assunto que estava em pauta, pondo em realce certas categorias mentais dos antigos quando comparadas com o que, séculos depois, viria a ocorrer nos trópicos americanos.

Serviram também para dar certa unidade ao livro, conservando a mente do leitor sempre voltada para nosso emblema maior.

Agora, porém, precisamos entrar em contato direto com nosso pavilhão, estudando-o em si mesmo, como o fizemos para as diversas bandeiras históricas.

Aqui, muitas vezes, o trabalho será inverso ao anterior: ao tratarmos da bandeira atual recordaremos vários padrões do mundo antigo relativos ao assunto em questão. Teremos a preocupação de apenas acenar, sinteticamente, ao que foi dito em termos de análise, com a vantagem, portanto, de não sobrecarregarmos, agora, o texto.

Divisão do Assunto

Esta terceira parte se divide substancialmente em cinco capítulos: contexto histórico, descrição analítica, significação cultural, crítica e projetos de reforma. Os três primeiros são simétricos ao trabalho da segunda parte. Os dois últimos são próprios desta parte.

No capítulo da *crítica*, elencaremos as principais observações que se fizeram contra o *design* adotado pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, para a nossa bandeira republicana. A seguir, apresentaremos os argumentos de defesa da parte de outros estudiosos.

No último capítulo, indicaremos os *projetos de reforma* da nossa bandeira apresentados em quase cinqüenta anos de debate parlamentar e popular.

Seguir-se-ão síntese da obra e textos literários sobre a bandeira.

Contexto Histórico

Algumas Advertências

Dentro desse esquema, o leitor perceberá que um mesmo *tema* voltará várias vezes, mas sob ângulo diferente. Por exemplo, o Cruzeiro do Sul. Na descrição analítica, diremos o que é no firmamento e na história da astronomia. Na significação cultural, o que representa na cultura universal e brasileira. Na crítica, as objeções que se levantaram contra sua presença na bandeira e contra seu significado para nós.

Na parte crítica, apontaremos o pensamento completo de cada contendor; muitas vezes usaremos literalmente seus textos, por serem, alguns, documentos históricos. De antemão, não estamos a favor desta ou daquela tese. Contribuiremos com nosso pensamento pessoal, sempre permitindo ao leitor a última conclusão.

Lembramos, mais uma vez, que a intenção do nosso trabalho não é fazer uma enciclopédia sobre a bandeira. Nosso intuito é armar esquemas histórico-culturais e neles inscrever a documentação pertinente mais expressiva, analisando-a, levantando hipóteses, tirando conclusões.

A Onda Antiimperial

Várias foram as causas ou fatos a determinarem que, ao romper da república, nossa bandeira imperial não só se modificasse, como se era de esperar, mas o fizesse de tal maneira a despertar críticas violentíssimas de brasileiros ilustres da época.

A primeira causa foi a onda *anti-imperial* que se abateu sobre os últimos anos



do segundo império. Os debates de boca e as arruaças abertas entre defensores da monarquia e republicanos haviam aceso tremenda chama de malquerença entre brasileiros. Seja suficiente citar apenas uma declaração e lembrar um fato.

A declaração é de Pereira Lessa. Tal era seu horror a tudo que sabia a império que chegou a chamar José Bonifácio de "falso patriarca".

Em desacato ao 7 de Setembro e a D. Pedro I disse ele: "6 e 7 de abril. Verdadeira data de nossa independência política, quando foi devolvido Pedro I para as plagas de onde veio, expulso pela tropa e pelo povo" (Lessa, 1934, p. 34).

O fato liga-se diretamente à bandeira. Em 1875, os monarquistas, em uma de suas manifestações contra os republicanos, irritaram-se sobremaneira quando viram entre eles um pano verde-amarelo, como se aquelas cores fossem exclusivas dos adeptos do império. O fato foi explicado em *A República*, jornal do grupo republicano: "A bandeira a que se aludiu não era, portanto, uma bandeira republicana; nenhum lema, nenhum símbolo, nenhuma alusão dava-lhe este caráter. Era pura e simplesmente um pano, com as cores nacionais, cores (*sic*) que como dissemos, em um dos manifestos, nos pertencem também, como brasileiros que somos" (apud Boeherer, 1954, p. 45).

Já que os monarquistas se apegavam tanto a esta bandeira, não era possível aos republicanos vencedores não quererem modificá-la ao máximo. Alguns chegaram até a pensar em abolir a bandeira como tal, julgando-a atributo do regime imperial. Predominou o bom senso, porém. No entanto, não fora aquela onda antiimperial, e teríamos na república uma bandeira mais próxima ainda da estabelecida por D. Pedro I.

Influência Positivista

A segunda causa foi a *influência do positivismo* nos dias da república nova, especialmente através do apostolado dos grandes líderes Teixeira Mendes e Miguel Lemos.

Do que era o movimento comtista naqueles idos, veja-se o resumo e, escrito por Álvaro Lins: "Para a Europa, com as suas tradicionais e sólidas organizações de cultura, o Positivismo, comtista foi apenas um sistema filosófico e a sua ação não saiu desse terreno científico. O comtismo religioso não teve repercussão nacional na França; ficou sempre limitado ao pequeno grupo de adeptos. Para a América do Sul, ao contrário, o Positivismo representou menos um instrumento de especulações filosóficas do que um sistema religioso, uma força de ação política e um movimento de organização social. E os positivistas americanos - os brasileiros, sobretudo - não estavam exagerando ou inventando; eram, sem dúvida, os intérpretes mais exatos e os seguidores mais obedientes da doutrina de Augusto Comte. Eles não dividiam a obra do filósofo com o fim de aceitar a primeira parte e repudiar a segunda, mas adotavam as duas com a mesma fé; e tem-se a impressão que sobre a última, de modo especial, recaíam as suas predileções. Aos jovens e inexperientes povos americanos, o Positivismo trazia uma concepção geral do mundo, uma verdadeira religião, uma nova classificação das ciências, um programa político de construção. Tinha todos os elementos de fascinação essa doutrina que era suscetível de explicação em termos filosóficos ou em fórmulas de vulgarização. Penetrou, e teve grande êxito, em muitos países da América do Sul, *sem que em nenhum lugar o seu êxito fosse maior do que no Brasil* (grifo nos-

so): *a Conaã do Positivismo*. Organizado ainda no Império, atingiu o verdadeiro sucesso por ocasião da Proclamação da República. Influuiu nas almas religiosas, agiu como movimento de rua, atuou no Congresso, teve representantes no governo, *impôs algumas fórmulas como a da Bandeira Nacional*" (grifo nosso) (Lins, 1962, p. 139-140).

Um depoimento de Eduardo Prado, embora suspeito por ser anti-republicano caloroso, revela ao vivo o que era a influência positivista naqueles tempos. Diz ele: "A igreja positivista está no Brasil com todos os privilégios e foros de religião oficial. É intolerante, dominadora, exclusiva, e o governo impõe a opinião dela, manifestada em suas divisas. *Ela regulou o pavilhão republicano* (grifo nosso), ela dá interpretações legais e religiosas dos atos do governo, nos editoriais do *Diário Oficial*" (apud Lins, op. cit., p. 140).

Uma declaração de José Veríssimo vai pelo mesmo caminho: "O positivismo oficialmente dominante, sob a égide do mais influente membro do Governo Provisório e dos seus lugares-tenentes imediatos, / ... / *facilmente conseguiu, não só a adoção do lema e da bandeira* (grifo nosso), como ainda a redação de alguns artigos da Constituição e o estabelecimento dos dias de festa nacional" (apud Goes, 1908, p. 215-216).

Uma palavra oficial de Teixeira Mendes, autor da bandeira, encerra a questão: "A realidade, escreve, é que a bandeira republicana do Brasil atesta a influência do positivismo na organização da República Brasileira e propaga essa influência onde quer que essa bandeira apareça" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13.02.1921).

Veremos que na estrutura da bandeira a única coisa que aparece como *evidente* influência positivista é a legenda *Ordem e Progresso*, decalcada na doutrina comtista.

Fuga ao Mimetismo

O terceiro fator a influenciar a nossa bandeira foi a *fuga positivista a qualquer imitação norte-americana*. Nas próprias palavras de Teixeira Mendes, os positivistas receavam que o "empirismo democrático fizesse adotar para a bandeira nacional uma imitação da dos Estados Unidos queriam "evitar que se instituisse um símbolo nacional com o duplo inconveniente de fazer crer em uma filiação que não existe entre os dois povos, e de conduzir a uma imitação servil daquela república" (Mendes, 1917, p. 376). E continua: "Era preciso que não perdêssemos as nossas tradições latinas e que o pensamento nacional se fixasse sobre a França como a nação em cujo seio se elaborou a regeneração humana e de cuja iniciativa depende fatalmente o termo do anarquia moderna" (ibid.).

A divisa *Ordem e Progresso*, do positivismo, já lembraria a França. Mas Teixeira Mendes, em seu romance francês,

quis até rebatizar o simbolismo de antigo elemento da bandeira imperial. Afirma ele: "A bandeira recorda também a nossa filiação com a França, o centro do Ocidente, e por esse lado nos prende a toda a evolução humana passada - ao mais remoto futuro. Com efeito, o campo verde que tudo domina não recorda só a nossa terra. Como diz Augusto Comte: 'Esta nuança convém aos homens do Porvir, por isso que caracteriza a Esperança, como o anuncia habitualmente por toda a parte a vegetação, ao mesmo tempo que indica a Paz; duplo título para simbolizar a *atividade pacífica*. Historicamente, ela inaugura a Revolução Francesa, pois que os sitiados da Bastilha não tiveram quase todos outros emblemas senão folhas subitamente arrancadas às árvores do Palais Royal, segundo a feliz exortação de Camilo Desmoulins'" (Mendes, 1889).

Os positivistas temiam que prevalecesse o sentimento inicial que adotara a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, calcada sob o modelo da norte-americana. Temiam que para a bandeira ocorresse a mesma influência estadunidense presente no nome primevo do novo regime - "República dos Estados Unidos do Brasil", proposto por Rui Barbosa "quando, à tarde de 15 de novembro não atinavam os membros do governo como haveriam de chamar a nova forma do Estado, que iam inaugurar" (Mangabeira, 1943, p. 41). E nosso sistema federativo não se aprofundou mais, ao espelho do que se verificava na América do Norte?!

Por tudo isso, esforçaram-se os positivistas por apresentar um *layout* que em nada lembrasse a bandeira norte-americana. A muito custo terão sofrido que permanecessem as estrelas, e como símbolos dos estados federados, idéia original das "Treze Colônias" da América Inglesa.

O Projeto de Teixeira Mendes

O projeto da nova bandeira republicana foi idealizado por Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração de Miguel Lemos. O professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia da Escola Politécnica, deu às estrelas a projeção desejada. O desenho foi executado por Décio Vilares. A tela original

encontra-se na Igreja Positivista do Brasil, Rio de Janeiro.

Para atrair mais simpatia e garantia de aprovação, os dois próceres do positivismo quiseram fazer entender que o criador do projeto fora Benjamin Constant. Algumas expressões de Miguel Lemos: "Emblema legado por Benjamin Constant à sua pátria" - "Ela constitui o legado deixado à sua pátria por Benjamin Constant" - "Proposta por Benjamin Constant ao Governo Provisório quatro dias depois da revolução" - "... Benjamin Constant, a quem devemos a bandeira republicana..." - "... a bandeira de Benjamin Constant..." (Lemos, 1894, p. 6,11,14-15,17). E quando parecia iminente a modificação da bandeira, em força dos debates parlamentares, Miguel Lemos se consolava dizendo: "Conservada, essa bandeira lembrará sempre os intuítos e os serviços daquele que fundou a República; banida, ela ficará, sob a guarda dos que não descreem do futuro, como um protesto contra a degeneração da obra do egrégio patriota e como um resumo do programa representado pelas elevadas e cívicas inspirações que o impelião a transformar, com o auxílio de um general prestigioso, uma sedição militar iminente em uma revolução republicana; ela voltará quando o espírito de Benjamin Constant voltar a presidir os destinos da República" (1894, p. 14).

Mas são os próprios chefes positivistas que historicam a origem do projeto, declarando expressamente que Benjamin Constant foi apenas o *intermediário* do projeto entre seus autores e o Governo Provisório. Palavras de Teixeira Mendes: "Resolvemos no dia 11 de Frederico (15 de novembro) dirigir uma mensagem ao governo revolucionário, e assentamos

em transmiti-la ao chefe do mesmo governo por intermédio de Benjamin Constant. / ... / Na nossa mensagem propúnhamos que o Governo Provisório adotasse a divisa *Ordem e Progresso*, conforme as indicações de Augusto Comte, por ser essa divisa o resumo da política republicana". E sobre a bandeira: "Resolvemos apresentar a Benjamin Constant um projeto que ele aceitou sem hesitação" (Mendes, 1917, p. 370,373,376).

É bem razoável que, diante das circunstâncias do momento, os chefes positivistas tenham procurado cobertura nas altas esferas para o projeto da bandeira. Pode-se pensar também que, por modéstia, não tenham querido aparecer na primeira linha da idéia. De suas qualidades morais nos dão testemunho pessoas insuspeitas como Eduardo Prado. Criticando os positivistas da época, fez questão de ressaltar: "Não nos referimos, está claro, aos dois chefes da seita positivista no Brasil, os srs. Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que sempre têm dado provas de desinteresse" (apud Lins, 1962, p. 140). João Camilo de Oliveira Torres classifica Teixeira Mendes como "o mais belo fruto cultural e moral do Positivismo e um dos orgulhos do Brasil" (ibid., p. 144).

Não é de se admirar também que tenha sido um só o autor ou o grupo a idealizar o símbolo maior da nacionalidade brasileira. Há muitos exemplos semelhantes em outras nações. A bandeira da Venezuela foi criada por Francisco Miranda, proclamador da independência. A da Austrália é projeto de um garoto de 14 anos, vencedor de um concurso realizado em 1901. E não foi D. Pedro e José Bonifácio com Debret que construíram o pavilhão do império!

A Luta Curial pela Aprovação

Benjamin Constant achou bom o projeto, julgando que se deveria dar maior realce ao Cruzeiro do Sul, o que foi feito. Outro homem forte que apoiava o modelo era Demétrio Ribeiro.

Contra o projeto estava, entre outros, Quintino Bocaiúva, segundo nos informa o próprio Teixeira Mendes: "Sabemos agora que a bandeira republicana teve também contra si as prevenções democráticas do sr. Quintino Bocaiúva, então Ministro do Exterior" (Mendes, 1917, p. 377).

Sobre a posição de Deodoro, discordam as informações. Há os dizeres de Teixeira Mendes: "Apresentado (o projeto) ao general Deodoro, disseram-nos na ocasião que ele o achara o melhor dos símbolos propostos" (ibid.). E contra eles os de Couto de Magalhães: "Constou que o Marechal Deodoro queria a continuação da bandeira nacional, com eliminação apenas da coroa. Isso é o que seria razoável" (Diário Popular, São Paulo, 18.12.1889). Damasceno repete Teixeira Mendes e traz a opinião também de Rui Barbosa: "Para mim, esta é a mais bela bandeira do mundo" (A Bandeira do Brasil, cujos originais se encontram na Biblioteca do Exército).

Já Miguel Lemos parece ter percebido melhor a luta em surdina que se processava. Afirma: "O duunvirato Deodoro-Lucena, que também projetou atentar contra a bandeira republicana" (1894, p. 13-14).

Pode-se pensar que Deodoro se tenha visto entre dois fogos, sem conseguir ditar prontamente sua decisão. O fato é, porém, que, rejeitando outros projetos, o chefe do Governo Provisório aprovou o modelo

apresentado pela Igreja Positivista, emitindo o decreto relativo, que tomou o número 4.

Lamenta Eurico de Goes a pressa com que tudo foi feito. "Se queriam organizar uma bandeira positivamente certa (e não positivamente errada, como a atual), /... / por que não constituíram ou nomearam uma comissão de homens capazes e responsáveis, para esse fim? /... / Ou, melhor ainda (a fim de acorçoar e desenvolver a emulação, justiceira e vantajosa para todos), por que não promoveram um concurso livre e sério, cuja discussão fosse pública, julgado por homens reconhecidamente notáveis e competentes, ou aprovado por um plebiscito, estabelecendo-se, como recompensa, um prêmio que estimulasse e estivesse à altura do objetivo?" (1908, p. 11-12). E em outro texto: "É para lastimar que o governo provisório sumariamente aprovasse o plano concebido e realizado no primeiro entusiasmo do momento, plano, aliás, feito a olho e, por assim dizer, sobre o joelho, sem atender às circunstâncias de ordem geral e aos resultados fatais que adviriam" (ibid., p. 217).

Diante do que dissemos anteriormente, não foi possível esse trabalho demorado. A idéia era apagar quanto antes as imagens do império, fazendo refulgir, de imediato, os símbolos do novo regime. Não fora assim que o governo provisório francês agira logo depois da abdicação de Napoleão, e este, de revés, quando voltou vitorioso a Paris? (Hollander, 1902, p. 137, 169-170).

Os republicanos de Portugal agirão com mais vagar. Proclamada a República a 5 de outubro de 1910, somente a 19 de junho do ano seguinte é que foi aprovado o novo símbolo, e após estudos de Comissão e intensa campanha jornalística (Mattos, J., 1961, p. 73, nota 2).

vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da Pátria;

Considerando, pois, que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da Pátria entre as outras nações;

Decreta:

Art. 1º - A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais - verde e amarelo - do seguinte modo: um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessado por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da direita para a esquerda, com a legenda - Ordem e Progresso - e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do CRUZEIRO, dispostas na sua situação astronômica, quanto à distância e ao tamanho relativos, representando os vinte Estados da República e o Município Neutro, tudo segundo o modelo debuxado no Anexo nº 1.

Art. 2º - As armas nacionais serão as que se figuram na estampa anexa, nº 2.

Art. 3º - Para os selos e sinetes da República, servirá de símbolo a esfera celeste, qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras - República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário. - Sala das sessões do Governo Provisório, 19 de novembro de 1889, 1º da República.

O Decreto traz estas assinaturas: Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório - Q. Bocaiúva - Aristides da Silveira Lobo - Rui Barbosa - M. Ferraz de Campos Sales - Benjamin Constant Botelho de Magalhães - Eduardo Wandenkolk.

A redação é de Rui Barbosa.

O Decreto Nº 4

É o seguinte o texto integral do Decreto nº 4 que estabeleceu os distintivos da bandeira e das armas nacionais e dos selos e sinetes da República.

"O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as

Descrição Analítica

As Primeiras Bandeiras

Durante algum tempo, os menos exaltados usaram as bandeiras imperiais, sem a coroa, enquanto não se fabricavam os novos modelos.

“Em Lisboa, dois oficiais da marinha brasileira, ignorando a mudança, arvoraram, a bordo do *Alagoas*, a bandeira das listras, que já não era a da nova República, no dia 8 de dezembro” (Prado, 1903, p. 4).

Tristão de Alencar Araripe (1891, p. 297) disse ter visto em 1890 na Bahia e em Pernambuco bandeiras diferentes em embarcações de guerra e mercantes: a do Decreto nº 4; a antiga imperial, com estrela vermelha no lugar da coroa; outra de campo branco (ou amarelo desbotado), com escudo imperial e estrela vermelha.

A primeira bandeira republicana foi bordada por D^a Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, e a segunda pela mesma senhora, em seda, tendo sido hasteada com solenidade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, segundo alguns, no dia de sua adoção oficial.

São particularmente lembradas as bandeiras executadas pela família de Benjamin Constant destinadas às Escolas Militar e Superior de Guerra, ocasião em que foram trocadas cartas de parte a parte (Mendes, 1917, p. 377-386).

A “Apreciação Filosófica”

A pedido de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, Teixeira Mendes escreveu para o *Diário Oficial* de 24 de novembro de 1889 uma descrição da bandeira que idealizara. Chamou o documento de “Apreciação Filosófica”.

Trata-se de um escrito da máxima importância para o nosso estudo, pois traz a palavra categorizada do autor do projeto, e, de outra parte, foi documento a que visaram a maior parte das críticas feitas à bandeira.

Dentro da terminologia preconizada por nós, o texto de Teixeira Mendes presta-se tanto para o capítulo *descrição analítica* como para o da *significação cultural*. Transcrevê-lo-emos na íntegra aqui, na *descrição analítica*, a ele nos reportando nos capítulos seguintes.

“Por Decreto nº 4, de 19 de novembro corrente, foi instituída a bandeira que simboliza a República dos Estados Unidos do Brasil. Tal símbolo coincide essencialmente com uma patriótica inspiração do denodado chefe do governo atual e

corresponde às tocantes emoções dos nossos soldados e marinheiros, ao mesmo tempo que traduz o conjunto das aspirações nacionais. Única parte da nação em que o culto fetichico, da bandeira foi sistematicamente mantido, a força pública de terra e mar, melhor do que qualquer outra classe de cidadãos, devia naturalmente sentir as condições a que tinha de satisfazer o novo emblema dos feitos e das esperanças da Pátria Brasileira. Uma descrição singela bastará para patentear as eminentes qualidades morais e políticas do pavilhão republicano do Brasil.

"Destinada a lembrar a fraternidade, base de todo o civismo, a bandeira deve ser um símbolo de amor antes de tudo. Contemplando-a, cumpre que os cidadãos sintam com energia todas as convergências sociais através das discordâncias individuais. Ela nos deve recordar o Passado donde proviemos, a Posteridade por que trabalhamos, e o Presente que forma o elo movediço dessas massas indefinidas das gerações humanas. Continuidade e solidariedade - isto é - a unidade na sua mais lato acepção, tal deve ser o seu primeiro característico.

"Reconhece-se, à vista destes motivos, que o símbolo nacional devia manter do antigo tudo o que pudesse ser conservado, de modo a despertar em nossa alma o mais ardente culto pela memória de nossos avós. Mas, por outro lado, ele devia também eliminar tudo quanto pudesse perturbar o sentimento da solidariedade cívica, por traduzir crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos. Devia finalmente incitar a mais fervorosa dedicação pelas gerações vindouras. Era, pois, evidente a necessidade não só de manter as cores e a disposição da primeira bandeira, mas também de substituir por novos símbo-

los os emblemas da monarquia. Foi justamente o que se fez."

Em seguida, Teixeira Mendes refere-se ao decreto de D. João VI, de 13 de maio de 1816, que criou as primeiras armas heráldicas do Brasil e transcreve a lei que criou a bandeira imperial, ambos citados páginas atrás. E prossegue:

"Como se vê, a continuidade histórica foi respeitada na criação do emblema imperial que manteve a esfera armilar de ouro e apenas mudou o campo de azul para verde. Ao mesmo tempo se nota que José Bonifácio se propôs recordar a filiação histórica do povo brasileiro, lembrando pelo primeiro nome dado ao Brasil os seus antecedentes coloniais, teve outrossim cuidado de simbolizar a independência e o concurso de todos os elementos americanos de origem portuguesa, por meio de uma orla azul com 19 estrelas de prata, combinando destarte as cores da antiga metrópole. A coroa era o característico peculiar da monarquia.

"Pois bem; o novo emblema devia significar os mesmos sentimentos e pensamentos, mas tinha também de traduzir as novas aspirações nacionais.

"Para satisfazer a esta dupla necessidade foi que se adotou a representação idealizada do aspecto do Céu na Capital dos Estados Unidos do Brasil, no momento em que a constelação do Cruzeiro do Sul se acha no meridiano, estampando-se na direção da órbita terrestre a legenda: - **Ordem e Progresso.**

"Este símbolo corresponde a tudo quanto o outro tinha de essencial. Ele lembra naturalmente a fase do Brasil-Colônia nas cores azul e branca que matizam a esfera, ao mesmo tempo que esta recorda o período do Brasil-Reino, por trazer à memória a esfera armilar. Desperta a lembrança da fé gloriosa dos nossos antepassados e o

descobrimto desta parte da América, não já por meio de um sinal que é atualmente um símbolo de divergência, mas por meio de uma constelação cuja imagem só pode fomentar a mais vasta fraternidade: porque nela o mais fervoroso católico contemplará os mistérios insondáveis da crença medieval, e o pensador mais livre recordará o caráter subjetivo dessa mesma crença e a poética imaginação dos nossos avós. Finalmente, foi mantida a idéia de representar a independência e concursos cívicos por um conjunto de estrelas.

"Suprimiram-se os ramos de tabaco e café porque sobrecarregariam o pavilhão com uma especificação que não mais corresponde à realidade, visto como não são os únicos objetos agrícolas do comércio do Brasil, além de ocuparem um lugar secundário no mesmo comércio, sob o ponto de vista moral.

"O verde e o amarelo da bandeira já representam suficientemente o aspecto industrial do Brasil, por isso que caracterizam o conjunto das produções da natureza viva e da natureza morta.

"Vejam agora como o novo emblema traduz as aspirações do presente.

"O povo brasileiro, como todos os povos ocidentais, acha-se vivamente solicitado por duas necessidades, ambas imperiosas, que se resumem nas palavras - Ordem e Progresso. Todos sentem, por um lado, que é imprescindível manter as bases da sociedade, mas todos percebem, também, que as instituições humanas são suscetíveis de aperfeiçoamento. Ora, acontecendo que o tipo da Ordem só foi até hoje fornecido pelo regime teológico e guerreiro passado, e que o Progresso tem exigido a eliminação, por vezes violentas, de certas instituições, o espírito público foi levado empiricamente a supor que as duas necessidades eram irreconciliáveis.

"Daí a formação de dois partidos opostos, um invocando para lema a Ordem e outro tomando para divisa o Progresso; partidos que se combatem com encarniçamento e que transformam as pátrias ocidentais em campos permanentes de batalha.

"No entanto, a Dinâmica social, fundada por Augusto Comte, para completar e desenvolver a Estática social fundada por Aristóteles, demonstra que as duas necessidades de Ordem e Progresso, longe de serem irreconciliáveis, por toda a parte se harmonizam. E ainda mais, o mesmo egrégio Pensador demonstrou que essa harmonia se dá na política e na moral em consequência da preponderância do amor. Na frase do fundador da Religião da Humanidade: - **O Progresso é o desenvolvimento da Ordem, como a Ordem é a consolidação do Progresso.**

"Pois bem, é essa conciliação da Ordem com o Progresso que todo o povo brasileiro sente, e sem a qual não poderia existir a verdadeira fraternidade; é essa conciliação que o novo símbolo prodamo. Progressistas e ordeiros podem hoje confraternizar; e essa confraternização é tanto mais sólida quanto a divisa foi hasteada após uma revolução progressista e triunfante. A nova divisa significa que essa revolução não aboliu simplesmente a monarquia; que ela aspira a fundar uma pátria de verdadeiros irmãos, dando à Ordem e ao Progresso todas as garantias que a história nos demonstra serem necessárias a sua permanente harmonia.

"Inscrita na zona dos planetas, a fórmula política nos recorda que essa conciliação da Ordem com o Progresso se patenteia desde os fenômenos matemáticos, como nos atesta o espetáculo astronômico. E ao mesmo tempo tem a vantagem de indicar que, assim como foi só a ciência quem pôde descobrir essa conciliação na mecânica e

no Céu, assim também é pelo estudo científico da sociedade que se consegue descobrir as condições da harmonia política e moral.

"Para terminar estas rápidas indicações, resta-nos fundamentar a maneira por que foi representada a esfera celeste. Para isso cumpre reconhecer em primeiro lugar que não se tratava de construir propriamente uma carta do Céu. Era preciso figurar um céu idealizado, isto é, compor uma imagem que em nossa mente evocasse o aspecto do nosso céu, bem como os sentimentos que a nossa evolução poética tem ligado a semelhante imagem. O relativismo estético e mesmo científico traça as regras a seguir em tal idealização.

"Figurou-se a esfera inclinada sobre o horizonte segundo a latitude do Rio de Janeiro, e assinalou-se o pólo sul pelo sigma do Oitante, que se tornou o símbolo natural do município neutro". Escolheram-se constelações astrais, com exceção do **Pequeno Cão**, que forneceu Proción para significar que a União Brasileira tem um Estado que se estende ao hemisfério norte. Esta constelação fica ao norte do Equador e ao sul da Edítica. As outras constelações escolhidas foram, além da do **Cruzeiro**, convenientemente destacado, o **Triângulo Astral**, o **Escorpião**, a **Virgem (Espiga)**, **Argos (Canopo)** e o **Grande Cão (Sírio)**. A Virgem tem parte no hemisfério norte e parte no hemisfério sul, estendendo-se aquela acima da Edítica. A sua estrela mais bela, a Espiga, pertence ao nosso hemisfério, e a essa estrela está ligada a memória da descoberta da precessão dos equinócios pelo fundador da astronomia, o imortal Hiparco. Ela não podia, pois, deixar de ser escolhida. Na bandeira ela está figurada acima do Edítica, para quebrar a monotonia do hemisfério boreal. Proción, que é a única es-

trela das escolhidas que está no hemisfério norte, não podia ser colocada acima da Edítica, porque a constelação está no sul dessa linha. A liberdade estética, pelo contrário, permitia colocar a **Espiga** acima da faixa representativa do zodíaco, por se tratar de uma constelação que tem parte acima e parte abaixo do plano da órbita terrestre, e de uma estrela que bastaria uma pequena variação da inclinação desse plano para transportá-la ao norte dele. Mas ela foi representada junto da faixa.

"Em resumo, o estandarte da República Brasileira simboliza o nosso Passado, o nosso Porvir e o nosso Presente; a nossa terra e o nosso céu; os feitos dos nossos pais e as nossas aspirações. Mas não é tudo. Ele recorda também a nossa filiação com a França, o centro do Ocidente, e por esse lado nos prende a toda a evolução humana passada - ao mais remoto futuro. Com efeito, o campo verde que tudo domina não recorda só a nossa terra. Como diz Augusto Comte: "Esta nuança convém aos homens do Porvir, por isso que caracteriza a Esperança, como o anuncia habitualmente por toda a parte a vegetação, ao mesmo tempo que indica a Paz, duplo título para simbolizar a atividade pacífica. Historicamente, ela inaugurou a Revolução Francesa pois que os sitiados da Bastilha não tiveram quase todos outros emblemas senão folhas subitamente arrancadas às árvores do Palais Royal, segundo a feliz exortação de Camilo Desmoulins."

"Esta recordação universal nos transporta à contemplação do protomártir de nossa liberdade nacional, o generoso Tiradentes, cujo temerário patriotismo foi denunciado no mesmo ano em que Paris inaugurava a regeneração humana."

Descrição Heráldica

Embora a nossa bandeira não se classifique entre as *heráldicas*, por não conter escudo, todavia, pode-se tentar dar-lhe uma descrição em termos heráldicos.

Escolhemos a feita por José Feliciano de Oliveira (1907, p. 80-81):

"Em campo de sinople losango de ouro, carregado no centro de um globo ou roel azul, com letras de sinople em faixa de prata, ondeando oblíqua da direita para a esquerda; e 21 estrelas, das quais cinco formam o Cruzeiro em pala (a passar no meridiano), e as mais lhe estão acostadas, sobrepujando-o ou sobrepujadas por ele, como em seguida se enumeram:

1ª) Triangularmente se acham três à esquerda e abaixo (*esquerda* heráldica e celeste) e uma pequenina, a *polar*, abaixo;

2ª) Mais à esquerda, oito da constelação de *Scorpius* e acima da faixa uma, a *Spica Virginis*; e

3ª) Abaixo da faixa e à direita, uma, *Proción*; outra mais abaixo, *Sirius*; e finalmente, mais abaixo, outra, *Canopus*, todas formando entre si um ângulo muito obtuso."

Visão Geral

Antes de entrarmos na descrição pormenorizada, apresentamos o quadro geral dos elementos que compõem a bandeira, dividindo-os em antigos e novos.

Os elementos antigos, aqueles já presentes no pavilhão imperial, são: o paralelogramo verde, o losango amarelo e as estrelas prateadas.

Os elementos novos, originais do modelo de Teixeira Mendes, são: a esfera azul, e dentro dela a faixa branca, a legenda e a nova disposição das estrelas, e, ainda, o losango *solto* no retângulo, em vez de *inscrito*, isto é, como já explicamos, tocando as bordas do retângulo.

O Retângulo e o Losango

Teixeira Mendes, em sua "Apreciação", não se detém em caracterizar o retângulo e o losango, talvez porque já eram por demais conhecidos através da bandeira imperial. Outros comentaristas republicanos, querendo fazê-lo, tergiversaram quanto a nomearem de *campo* o retângulo ou o losango, falando ora em campo de sinople, ora em campo de losango de ouro. Eurico de Góes percebeu lhes o embaraço e corrigiu em boa hora: "Não, senhores: o retângulo verde é um e o losango amarelo é outro. Se quiserem, há de ser: campo de sinople e losango de ouro" (1908, p. 235).

Estava longe dos autores do projeto fazerem uma bandeira dentro dos rigorosos cânones da heráldica. Comprovação evidente disso é que separaram *Armas de Bandeira*, criando uma figura central exclusiva da bandeira. Desse modo, nenhuma das três figuras geométricas pode ser considerada como *escudo*. Se esta tivesse sido a intenção, ao menos teriam observado o mínimo das exigências de um escudo: maior altura em relação à largura, que são proporções do corpo humano, a que o escudo guerreiro se destinava como elemento de proteção.

A Esfera

A esfera, inclusive com a zona oblíqua, é velho emblema já usado pelos antigos romanos. Na bandeira para a Índia e América e na do Principado do Brasil aparece um globo azul encimando a esfera manuelina. Figurou também na coroa de nossos dois imperadores.

Em si mesma, é apontada como esfera manuelina simplificada, isto é, sem as armilas, e acrescida da faixa branca.

Com estas duas modificações, como deve ser considerada e chamada? Esfera? Globo? Arruela? Besante? Eurico de Goes já notara "a confusão que (os autores e intérpretes da bandeira) fazem para atinar com o verdadeiro nome da figura central do pavilhão. Em tais aperturas, ela é ora roel ou arruela, ora pertence ao gênero bolas, ora é globo - três coisas diversas, na linguagem comum e mesmo em heráldica" (1908, p. 235). Em outro trecho, pergunta: "Será um globo, como querem alguns? Mas o globo heráldico, que representa o corpo esférico do mundo, tem a sua forma própria, o seu tipo característico, e ora se afigura em maciço, como uma esfera geográfica, ou como um globo crucífero, peculiar às realzas, ora aberto em círculos justapostos, como uma esfera armilar, porém, em todo caso, sempre um globo verdadeiro. Será então um roel ou uma arruela, como induzem noutra parte? Mas os roéis, como os besantes (embora os primeiros, para designar o francês *tourteaux*, sejam somente de cor e os segundos de metal), são considerados, pelos heraldistas mais competentes, como moedas ou peças monetárias e, ordinariamente, são menores e aparecem em número" (*ibid.*, p. 227). O assunto pode ser discutido teoricamente, mas o decreto já o resolveu na prática, chamando a peça de *esfera*.

Embora, como dissemos, a bandeira não tenha querido jungir-se às leis da ciência dos brasões, a esfera em azul sobre campo amarelo corrigiu o defeito heráldico da bandeira imperial em conter esmalte sobre esmalte - anel azul sobre o verde do escudo.

A Zona Branca

A zona é um velho símbolo, com fundas raízes, no passado. José Feliciano de Oliveira (1907, p. 68-69) nos fornece as seguintes informações: "Na antiguidade, é a zona ($\zeta\omega\nu\eta$), é o *balteus*, o *circulus*, *limbus* ou *cingulum* do esfera. O *Atlas*, que se vê no *Museu Nacional* de Nápoles, carrega uma esfera com um *circulus*. Na *Columna Antonina* ou de Marco Aurélio (Roma, *Piazza Colonna*), um gênio alado - gênio do Universo? -, tem na mão esquerda um globo com estrelas e uma faixa como a de nossa bandeira. E numa pintura de Pompéia se vê o globo com o *balteo* ou zona oblíqua, em posição exatamente igual à do pavilhão brasileiro (Darembert, Saglio, *Dictionnaire d'antiquités*, 1, 1ª parte; Rich, *Dictionary of Roman and Greek Antiquities*, 1874; ou edição francesa de Chéruel, 1859)."

Do ponto de vista heráldico, não se poderia considerar esta zona como *faixa*, que é sempre horizontal; será mais uma *banda* recurvada como o crancelim, ou uma *cotica*, ambas postas em diagonal.

O decreto diz que a zona é posta "em sentido oblíquo descendente da esquerda para a direita". Não é uma indicação heráldica; se fosse, a posição seria inversa da que se observa no modelo, uma vez que a direita em heráldica é a esquerda do observador e vice-versa.

Observa-se que esta faixa branca dá ao círculo azul a perspectiva esférica e permite a inscrição da legenda *Ordem e Progresso*.

A Legenda

Em letras verdes inscreve-se na zona branca a legenda *Ordem e Progresso*.

O lema completo de Augusto Comte é "o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim". O resumo para *Ordem e Progresso* foi feito por Miguel Lemos, como, aliás, já era corrente fazê-lo na França.

Nas palavras de Teixeira Mendes, este era o lema proposto pelo fundador do positivismo para as bandeiras ocidentais na fase atual.

Pelo intenso apostolado dos positivistas, a doutrina de Augusto Comte se andava vulgarizando nos últimos anos do império, inclusive há uma página da *Semana ilustrada*, de 11 de agosto de 1875, mostrando o Visconde do Rio Branco segurando as rédeas do carro ministerial, em que, entre outros símbolos, se vê o conselheiro João Alfredo hasteando uma flâmula com o lema *Ordem e Progresso* (Maia, 1926, p. 17).

O Céu

Dentro da esfera azul o projeto de Teixeira Mendes previu a colocação de 21 estrelas, mostrando o aspecto do céu do Rio de Janeiro nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro, instantes da Proclamação da República.

José Feliciano de Oliveira assim explicita: "O céu da bandeira, a 15 de novembro, torna-se inteiramente visível entre 6 e 7 horas da manhã e começa a desaparecer, quanto a *Sirius*, entre 9 e 10 horas. *Canopus* fica visível até 11 horas, e o *Cruzeiro* só desaparece ao findar do memorável dia. Assiste, pois, ao desenrolar completo de suas principais cenas, de suas emoções mais vivas. Esse mesmo espetáculo pode ser visto anualmente em abril, maio e junho, na primeira metade da noite. No mês de abril, deve-se observar no último terço da noite, entre 10 e 12 horas. Em maio e junho, de 6 às 10 horas. Deve-se observar cada vez mais cedo, de meia-noite às 6 horas da tarde, à medida que se avança de abril a junho. O espetáculo do céu começa todos os dias cerca de 4 minutos mais cedo ou meia hora mais cedo cada semana e 2 horas cada mês. Isto é, devido ao movimento aparente do Sol no eclíptica, de Ocidente para Oriente. Em verdade, é o Sol que se põe mais tarde e não é o espetáculo do céu que vem mais cedo. Este vem sempre à mesma hora e vai sempre encontrando o Sol uns 4 minutos mais vi-

sível, donde supor-se que *é mais cedo*, porque o tempo é medido pelo movimento diurno do Sol. Aí está mais uma *dificuldade*, mais um caso de *relativismo*, que precisam resolver no céu real os que no céu da bandeira não o admitem e repugnam. Tudo está em nossos hábitos. Se contássemos as horas por uma estrela *fixa*, teríamos um tempo *fixo*, mas com muitos inconvenientes práticos, estéticos, etc. (não ter horas certas de claridade, de noite, etc.). Se vissemos o espetáculo celeste na concavidade esférica somente, teríamos uma só imagem, mas com muitos inconvenientes teóricos, estéticos e mesmo práticos (falta de orientação, abstração deficiente, etc.)" (1907, p. 61-63).

Para manter a relação entre as estrelas foi escolhido o momento do dia sideral em que o Cruzeiro do Sul está em culminação superior, na vertical, de pé, próximo ao meridiano do Rio de Janeiro, local do fato histórico. As estrelas que estavam às 12 horas próximas do zênite figuram no centro do círculo azul.

Antecipando-se a futuras críticas dos "cientistas", Teixeira Mendes explicou em sua "Apreciação": "Não se tratava de construir uma *carta* do céu. Era preciso figurar um céu idealizado, isto é, compor uma imagem que em nossa mente evocasse o aspecto do nosso céu, bem como os sentimentos que a nossa evolução poética tem ligado à semelhante imagem".

O globo azul é apresentado como se o vissemos do infinito: está invertido, como se fosse visto num globo celeste ou através de um espelho. A posição invertida pode ser facilmente verificada pela observação da estrela "Intrometida" (a Épsilon) do Cruzeiro, que, olhada diretamente no céu, nos aparece sob a estrela Delta, da mesma constelação, à direita do observador, mas na bandeira encontrase à esquerda de quem a contempla.

As Estrelas

As estrelas que pertencem à bandeira desde o Decreto nº 4 são as seguintes:

Constelação	Estrelas	Grandeza	
Virgem	Espiga	1ª	
	Cão Menor	Prócion	1ª
	Cão Maior	Sírio	1ª
	Argos	Canopo	1ª
	Cruzeiro do Sul	Alfa	1ª
		Beta	2ª
Triângulo	Gama	2ª	
	Delta	3ª	
	Épsilon	4ª	
	Escorpião	Alfa	2ª
		Beta	3ª
		Gama	3ª
Oitante	Antares	1ª	
	Beta	3ª	
	Épsilon	2ª	
	Lambda	4ª	
	Kapa	3ª	
	Mü	3ª	
Oitante	Teta	2ª	
	Iota	3ª	
Oitante	Sigma	4ª	

Segundo a classificação dos astrônomos, as 17 estrelas mais brilhantes são: *Sírio*, *Canopo*, *Alfa do Centauro*, *Vega*, *Capela*, *Arturo*, *Rigel*, *Prócion*, *Aquernar*, *Beta do Centauro*, *Altair*, *Betelgeuse*, *Alfa do Cruzeiro*, *Aldebarã*, *Pólux*, *Espiga* e *Antares*. As grifadas constam da bandeira. Assim, vê-se que mais de um terço do "estado-maior" sideral foi fixado em nosso pavilhão.

Muito coisa se poderia dizer sobre cada uma destas estrelas. Contentamo-nos com algumas notas, ressaltando mais as principais, às vezes aproveitando as palavras de Teixeira Mendes em sua "Apreciação", apos-

tas aqui entre aspás. O Cruzeiro do Sul será comentado em item à parte.

A constelação de *Virgem* é um dos signos do zodíaco. Corresponde ao período de 24 de agosto a 24 de setembro. É a sexta a partir de *Áries*. "Tem parte no hemisfério norte e parte no hemisfério sul, estendendo-se aquela acima da eclíptica".

É constituída de 110 estrelas, das quais a mais brilhante é *Espiga*. Esta estrela encontra-se no prolongamento da maior das diagonais do quadrilátero da Urso Maior. Juntamente com outras estrelas, serviu de base a Hiparco, o fundador da astronomia, para determinar a precessão dos equinócios. "Está figurada acima da eclíptica, para quebrar a monotonia do hemisfério boreal". "A liberdade estética / ... / permitia colocar a *Espiga* acima da faixa representativa do zodíaco por se tratar de uma constelação que tem parte acima e parte abaixo do plano da órbita terrestre e de uma estrela que bastaria uma pequena variação da inclinação desse plano para transportá-la ao norte dele. Mas ela foi representada junto da faixa".

Prócion, da constelação do *Cão Menor* ou *Pequeno Cão*, é estrela do hemisfério norte. Foi essa estrela que caracterizou, entre os antigos egípcios, a aparição de *Sírio*, do *Cão Maior* (Nunes, 1939, p. 61). Única estrela pertencente totalmente ao hemisfério norte, "não podia ser colocada acima da eclíptica, porque a constelação está no sul desta linha".

Sírio - Os antigos povos do Egito adoravam, além do deus supremo, "uma série de deuses, mais ou menos poderosos, segundo certo número de graus e atributos. Aos olhos dos egípcios, os astros eram as almas destes seres divinos. Os animais venerados eram as imagens vivas das diversas divindades celestes. O cão representava o

deus *Sathis*, o juiz dos mortos, que figurava como *cinocéfalo*. Os gregos pronunciavam *Sathe* e *Sathis*, e desta palavra foi que se derivou o nome *Sírio*, estrela brilhante da *Canícula*" (Alfeu Diniz Gonçalves apud Nunes, 1939; Gonsalves, 1934, p. 4; Mason, 1962, p. 8). Era uma das estrelas mais estudadas pelos egípcios. Em referência a ela criaram o calendário em 4221 a.C. O nascer de *Sírio* correspondia ao dia 1º de *Tout* = 19 de julho (Daniken, 1970, p. 83). Descobriram-se placas com inscrições cuneiformes dirigidas ao Deus *Ninurta*, representado por *Sírio* (ibid., p. 80). O autor de *Eram os Deuses Astronautas?* admira-se dessa predileção pela estrela maior de nosso firmamento. "Admitamos - comenta ele - que os velhos astrônomos (egípcios) tinham tempo de sobra para observar o sol, a lua e as constelações durante anos e anos, até descobrir que, após cerca de 365 dias, todas as estrelas ocupam de novo o mesmo lugar. Mas não é, então, completamente destituído de sentido deduzir o primeiro calendário justamente de *Sírio*, uma vez que isso teria sido muito mais fácil com o sol e a lua e também levaria a resultados exatos? Provavelmente, o calendário de *Sírio* era uma estrutura fictícia, um cálculo de probabilidades, sem a possibilidade de prever exatamente o aparecimento da estrela: se a enchente do Nilo coincidia com o surgir de *Sírio* no horizonte, tratava-se de mero acaso. Nem todo ano havia uma enchente do Nilo; nem toda enchente do rio tinha início no mesmo dia do ano. Por que, pois, um calendário de *Sírio*? Haverá também aqui uma velha tradição? Haveria um texto ou uma promessa, cuidadosamente guardada pelos sacerdotes?" (ibid., p. 83).

Canopo - estrela gigante, 2 420 000 vezes maior, em volume, que o nosso sol, conforme estudos feitos em 1915, pelo astrônomo inglês Walkei. É a mais brilhante estrela da constelação de Argos ou *Navio*, hoje dividida em três seções: *Carena*, *Vela* e *Popa*.

A constelação do *Triângulo Austral* é de configuração regularíssima. Foi assinada especialmente pelo Mestre João na carta que do Brasil escreveu a D. Manuel a 1º de maio de 1500.

Duas das estrelas são de terceira grandeza, e uma de segunda.

Escorpião - compõe-se de 8 estrelas, formando o algarismo 3, invertido e alongado no seu ramo inferior. É a mais fulgurante constelação do hemisfério sul. Sua estrela maior, de 1ª grandeza, é *Antares*. É constelação do zodíaco, situada entre *Balança* e *Sagitário*, correspondendo ao período de 23 de outubro a 22 de novembro. A mitologia diz que Escorpião, por ordem de Diana, picou o calcanhar de Orion, que tentara violentá-la. Os antigos a chamavam de *Formidolosus*, tendo fama de fatídica.

Sigma do Oitante - Por conservar-se aparentemente imóvel, correspondendo quase ao pólo sul da esfera celeste, é considerada a nossa estrela polar do sul, em simetria com a polar do hemisfério boreal, conforme se pode ver (Lello Universal, [193-?], v. 1, p. 525).

A partir de 21 de abril de 1960, uma nova estrela foi introduzida no pavilhão, para representar mais um Estado que se criava, o da Guanabara, agora substituído, no simbolismo, pelo Mato Grosso do Sul. E a estrela *Alfard* de 2ª grandeza, da constelação *Hidra Fêmea*.

Outro acréscimo foi feito em 1962: a estrela *Gama*, de 3ª grandeza, também de *Hidra Fêmea*, para simbolizar o Estado do Acre.

O Cruzeiro do Sul

O Cruzeiro do Sul pertenceu antes à constelação do *Centauro*, ignorando-se a época em que foi assinalado independentemente dela. Muitas são as opiniões a respeito. Tentaremos aqui uma apresentação de síntese das várias teses.

O céu circumpolar austral, aproximadamente a uns trinta e poucos graus do pólo sul, permaneceu desconhecido até o fim da Idade Média. Entretanto, "a verdade da precessão dos equinócios que faz variar extraordinariamente a posição aparente do céu deu lugar a que Humboldt fizesse observar que 2 900 anos antes da Era Cristã devia ter cintilado sobre o horizonte de Berlim a nossa brilhante constelação do Cruzeiro" (Gonsalves, 1934, p. 5).

Os antigos a conheciam, e, segundo o mesmo astrônomo, no tempo de Ptolomeu, era visível em Alexandria, de cujo horizonte teria desaparecido, ainda por efeito da precessão dos equinócios (Prado, 1903, p. 19-20).

Idler, citado por Humboldt, supõe que a constelação chamada por Plínio (II,

69) *Caesaris Thronon* - Trono de César - é o nosso Cruzeiro do Sul, não tendo prevalecido a denominação.

Humboldt ainda observa que no tempo de Santo Atanásio e de São Basílio, no quarto século, os cristãos da Tebaida viam a Cruz do Sul (Prado, 1903, p. 20).

Há referências vagas, duvidosas, ao Cruzeiro do Sul na antiguidade e antes de sua inclusão oficial na astronomia: *Sula* (entre os hindus), *Catichillay* (antigos peruanos), *quatro stelle* (Dante), *cruz aurata* (poeta Stella), *la crus ou las guardas* (Mestre João), *mandorla* (Vespucci), *nova estrela* (Camões), *quatro estrelas em cruz* (Oviedo y Valdés) (Goes, 1908, p. 196).

A constelação é expressamente mencionada em Pigafetta, companheiro de viagem de Magalhães (1520); em Éden, escritor do reinado de Maria Tudor (1553-1558); em Blundeville, geógrafo inglês (1594); em Cristóvão d'Acosta, médico e botânico português do Século XVI (ibid.).

Segundo Humboldt, lê-se na *Arte de Navegar*, de Pedro de Medina, publicada pela primeira vez em 1545, que, desde meados do Século XVI, os viajantes serviam-se das alturas meridianas do Cruzeiro para determinar a latitude. Também por esta época (1551 ou 52), o piloto português anônimo, de que fala Ramúsio, menciona quatro estrelas em cruz, vistas em frente ao Rio do Ouro e a que então chamaram de Cruzeiro (ibid., p. 197).

Para o famoso astrônomo alemão, a primeira referência a esta constelação foi feita em 1515 ou 17, numa carta de Andrea Corsali a Juliano de Médicis, em que fala na "croce meravigliosa nel mezzo di cinque stelle" (Kosmos, v. 2, n. 2). Batista Pereira contesta a tese de Humboldt, afirmando que o sábio português João de Lisboa, já

em 1514, escrevia: "Um tratado de longitudes calculadas pelo Cruzeiro do Sul, do qual somente 14 anos antes Portugal tinha tido notícias pela carta a el-rei D. Manuel, em que Mestre João, físico da armada de Cabral, se lhe referia."

Uma das passagens de Dante que faria alusão ao Cruzeiro do Sul é a seguinte:

"lo mi volsi a man destra e posi-
[mente
All'altro polo, e vidi quatro stelle
Non viste mai fuor che alla prima
[gente.
Goder pareva il ciel di lor fiamelle.
O settentrional vedovo sito
Poi che privato sei di mirar quelle!"
(Purgatório, II, 22-27)

(Voltei-me à direita e observei o outro pólo, e observei quatro estrelas só vistas por aquela gente. O céu parecia gozar de suas chamas. O setentrional está viúvo porque privado de mirá-las).

Outra passagem: "le quatro stelle che vedemmo staman" (Purgatório, VIII, 85); (as quatro estrelas que vimos esta manhã).

Os melhores intérpretes excluem a possibilidade de que o autor da *Divina Comédia* se tenha referido ao Cruzeiro do Sul. Para alguns, as "quatro estrelas" seriam as quatro virtudes cardeais - prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Recentemente apareceu a teoria de que Dante teve conhecimento da constelação através de comunicação paracientífica. Esta é a opinião, por exemplo, de João Ribas da Costa, que apresenta o livro *Eram os Deuses Astronautas?*

Sobre a entrada oficial da constelação para a astronomia também discutem os autores. Alguns pensam que teria sido em 1603 com o atlas de Bayer; outros em 1679 com Agostinho Royer (Goes,

1908, p. 194-195), excluindo-se, desse modo, as assinalações de Pedro Plâncio, sábio holandês e teólogo calvinista (1594), e as de J. B. Vrient (1599), que são quase a reprodução das de Plâncio. Nos mapas de um e de outro vê-se o Cruzeiro completamente separado do Centauro, embora mal situado, devido à imperfeição das observações, fato que terá concorrido para desclassificar os documentos como introdutórios da constelação no mundo oficial da astronomia (*ibid.*, p. 197-198).

Quanto à *designação*, deve-se afastar, talvez, a possibilidade de que o nome *Cruzeiro do Sul* tenha provindo de navegadores cristãos do Século XIV, pois, ainda em 1627, deixou de figurar no projeto de substituição das constelações pagãs pelas cristãs, organizado por Júlio Schiller, muito embora conste aí a cruz do Cisne com o nome de Cruz de Santa Helena (Goes, 1908, p. 194). A data mais provável é 1667, e o autor do nome seria Royer (Gonsalves, 1934, p. 5).

O Cruzeiro do Sul não teve a celebridade que tem agora, segundo se pode deduzir de sua ausência do projeto de Schiller. "A grande celebridade dessa constelação provém, sobretudo, da sua forma e da sua situação no céu austral, porque, na realidade, ela é menos majestosa, menos vasta, menos bela e menos rica que a de Orion" (*Flammarion, Les étoiles et les curiosités du ciel*, Paris, 1882, p. 563).

Não é uma cruz perfeita, e, com o tempo, segundo observa Humboldt, "não conservará sempre a sua forma característica, porque as suas quatro estrelas caminham em sentido diferente, e com velocidades desiguais".

Não pertence apenas ao firmamento "brasileiro": paira sobre todos os povos que habitam o hemisfério austral.

Como símbolo figura também nas bandeiras da Austrália, Nova Zelândia, Papua e Samoa.

A estrela Alfa do Cruzeiro também chamada Estrela de Magalhães, a principal da constelação, passa no meridiano do Rio de Janeiro a 15 de novembro às 8h45min.

Diz-se Alfa do *Cruzeiro* para diferenciá-la de suas homônimas de outras constelações: Alfa do Centauro, de Bootes (Arturo), do Cocheiro (Capela), da Lira (Vega), do Eridano (Aquernar), de Orion (Betelgense), da Águia (Altair), do Cão Maior (Sírio), do Cão Menor (*Prócion*), da Hidra Fêmea (*Alfard*), de Virgem (*Espiga*), de Escorpião (*Antares*), do Triângulo Austral. As assinaladas e mais a do Triângulo Austral estão também na Bandeira. Assim, temos oito estrelas *Alfa* em nosso pavilhão.

Entre as 17 maiores estrelas consideradas de primeira grandeza pelos astrônomos, a estrela Alfa do Cruzeiro ocupa o 10º lugar. A ordem das dez primeiras é a seguinte: Sírio, Canopo, Alfa do Centauro, Capela, Arturo, Vega, Rigel, Aquernar, Procion e Alfa do Cruzeiro.

As outras estrelas do Cruzeiro chamam-se Beta, Gama, Delta e Épsilon. Esta última, por se achar fora das linhas da cruz, tem o nome popular de "Intrometida".

De acordo com o decreto, não deveriam ter o tamanho adotado, porque são de grandezas menores; a idéia de ampliá-las foi de Benjamin Constant, no sentido de dar maior realce ao Cruzeiro, no conjunto das constelações.

Heraldicamente, porém, não se considera como "peça principal" assim, não se pode dizer, como o faz José Feliciano, que as estrelas lhe estão *acostadas*, e sim, que o *acompanham*.

Significação Cultural

As Cores

Aparecem na bandeira quatro cores: o verde, o amarelo, o azul e o branco, dois esmaltes e dois metais, portanto. Além do que já falamos quando da descrição da bandeira imperial, mais algumas breves notas.

O decreto fala apenas em verde, sem especificação. Mas a tonalidade tradicional é a mesma da bandeira do império: a *primavera* ou *verde-esmeralda*.

Também para o amarelo não é indicado matiz. Continuou o do pavilhão de 1822. Na nomenclatura uma diferença: o decreto de 18 de setembro diz: "um quadrilátero romboidal cor de ouro"; o de 19 de novembro: "um losango amarelo". Dupla linguagem heráldica permissível.

O decreto fala em "esfera celeste azul", obrigando, assim, a que o azul seja *celeste*. O azul da bandeira republicana avanteja-se mais do que o da imperial, aproximando-a dos primeiros modelos da bandeirologia lusa, onde o blau predominava. A esfera, pousando diretamente no amarelo - esmalte sobre metal, evitou o inconveniente heráldico da bandeira imperial em que o azul da orla assentava no verde do fundo do escudo - esmalte sobre esmalte.

A legenda "Ordem e Progresso" é escrita em cor verde.

O Retângulo e o Losango

Juntamente com o círculo, o retângulo e o losango são os primeiros desenhos que a criança aprende a fazer, segundo informações da psicologia apresentadas no início da primeira parte deste livro. O homem primitivo já procurava expressar-se também pelas figuras mais simples da geometria.

Descobertas arqueológicas e estudos antropológicos nos mostram que, na Escandinávia, por exemplo, já na idade do bronze e na primeira idade do ferro, os homens se compraziam em gravar e pintar figuras geométricas (Martins, W., 1957,

p. 33). Entre os iroqueses americanos se adotavam os *Wampums*, elementos de comunicação, constituídos de colares de conchas justapostas, cujas combinações formavam modelos geométricos (ibid., p. 34).

Esses símbolos, oriundos da idade pura da humanidade e presentes nos sonhos das crianças de todos os tempos, bem poderiam ter permanecido na bandeira republicana por um propósito consciente de nossos homens de cantar nosso pavilhão nas raízes primitivas da natureza humana, dando a entender que o Brasil queria prender-se ao que havia de mais autenticamente natural na simbologia de todos os tempos, e, por outro lado, indicar a nova infância do país que se fazia república.

Que país poderá dizer que lhe são exclusivos o retângulo, o losango e o círculo, se estes padrões pertencem à cultura universal? Mensagem também de universalidade, portanto, a trilogia geométrica de nosso estandarte maior.

Toda vez que olharmos para a bandeira do Brasil poderemos ver subjacente a pureza dos homens adultos de outrora e a inocência, sempre viva, da criança num mundo que se revoluciona e se complica.

Toynbee se extasiava diante da permanente inclinação do homem para as formas geométricas. Em sua viagem ao redor do mundo em 1956-57, deteve-se a comentar o templo de Angkor, construção monumental combojiana do Século XII. Eis as suas palavras: "O Homem é um geômetra nato. Mesmo quando se expressa em curvas, como o fez nos telhados ondulados da Ásia Oriental e nas harmoniosas esculturas de Borobudur, suas linhas obedecem a leis matemáticas que são desconhecidas da Natureza; e ele a desafia francamente quando trabalha em retângulos. Angkor é talvez

o maior dos ensaios do homem em arquitetura retangular até hoje trazido à luz. É preciso usar palavras cautelosas, porque consta que jaz oculto na selva do Camboja do Norte um exemplar ainda maior e mais extraordinário do mesmo estilo de trabalho; e quando essa bela adormecida for revelada pela mão de algum arqueólogo libertador, Angkor talvez precise passar para o segundo lugar. Entrementes, não existe no mundo par visível. O "stupa" budista em Borobudur, na Java Central, é um poema lírico em pedra, fluindo ao redor do cume de um monte sob o acompanhamento musical de uma denteada cordilheira de montanhas de um lado e uma verde extensão de arrozais do outro.

Angkor não é orquestral; é monumental. É um poema épico que obtém seu efeito, como a *Odisséia* e o *Paraíso Perdido*, pela grandeza de sua estrutura, assim como pela beleza de seus pormenores. Angkor é uma epopéia em formas retangulares imposta sobre a selva combojiana. Dessas formas, as duas maiores são um par de lagos artificiais, o Baray oriental e o ocidental, que se equilibram um com o outro sem serem absolutamente simétricos. A segunda maior é Angkor, a cidade quadrada - um vasto quadrângulo com duas estradas axiais e quatro portões, no mesmo plano que um acampamento romano ou a Imperial Cidade de Pequim. A terceira maior, e a obra-prima do maravilhoso desenho, é o templo principal: Angkor Wat.

.....
"O Baray oriental está agora inteiramente seco e a gente passa por ele de automóvel sem ter consciência de estar atravessando o leito de um lago. Deste lado, os retângulos cheios de água são hoje representados pelo Sarah Srang, um lago

artificial que pareceria enorme em outro ambiente, e pelo Neák Poân, uma bacia com quatro tanques subsidiários nos pontos cardiais, capaz de fazer parecer pequenas as fontes de Versalhes, se fosse apanhada num tapete mágico e depositada ao lado delas. Esses retângulos cheios de água não são, porém, as mais freqüentes das variações em torno da forma padronizada de arquitetura em Angkor. Na maioria dos monumentos, a superfície de água é limitada a uma vala retangular, e a área quadrada ou oblonga de terra seca no interior proporciona o terreno para uma estrutura de maciça alvenaria. Em alguns dos monumentos, o trabalho em pedra está todo no nível do solo e o gênio do trabalho reside num gigantesco corredor axial através do qual a gente espreita como se estivesse olhando por uma picada através da floresta (essa ilusão é aumentada nas ruínas que ainda não foram limpas das árvores invasoras). Em outros monumentos, a alvenaria ergue-se em camadas retangulares, uma sobre a outra, até perfurar o céu num quincunce de pináculos em forma de pão de açúcar - quatro deles nos ângulos e o mais alto no centro. A rainha dessas montanhas quadradas construídas pelo homem é Angkor Wat. Se a Torre de Babel tivesse sido concluída, assim é que se teria erguido. [...]

Esta obra-prima da arquitetura do Século XII em solo cambojano é resposta a uma inspiração da Índia, mas o artista Khmer transformou em algo seu e original o que havia tomado emprestado. As formas exóticas que o gênio do Homem extraiu da pedra e o cálido brilho violáceo da própria pedra são realçados pelo radiante azul do céu. A gente poderia passar o resto da vida aqui sentado, absorvendo a beleza da cena. Poderá tudo isto ter sido de fato

construído sob um único rei? Dizem que cada rei da Camboja medieval aspirava construir uma Angkor, da mesma forma que cada faraó do Egito, nos dias do Velho Reino, aspirava construir uma pirâmide. Eu ainda não pus os olhos nas Pirâmides em Gizeh e, para um inglês, o Egito daqui por diante talvez seja uma terra proibida. Mas eu não me queixo. Ver Angkor e depois morrer. Ver Angkor e Borobudur no decorrer de uma única viagem, como eu tive a fortuna de fazer, é o mesmo que ter o antegosto da Visão Beática". (Toynbee, 1959, p. 96-99).

Em particular, o losango. Era o tipo de escudo próprio da mulher. D. Pedro I poderia ter escolhido como homenagem a D. Leopoldina, sua esposa, ou, em geral, à mulher brasileira, de atuação tão destacada nos grandes acontecimentos da nacionalidade. Para os positivistas de 89, foi oportuno conservá-lo, já para ater-se à tradição da bandeira imperial, já, sobretudo, para amparar uma das facetas da filosofia religiosa de Augusto Comte: o culto à Mulher, como símbolo da República e, sobretudo, da Humanidade.

Esse culto se materializava na senhora Clotilde de Vaux. Diariamente, Augusto praticava ritos meticulosos perante a poltrona em que se assentava a Madame em suas visitas das quartas-feiras, e explicava: essa poltrona "eu a erigi, mesmo durante a sua vida, e sobretudo depois de sua morte, em altar doméstico... Essa poltrona poderá preencher essa função enquanto seu estado de conservação o permita, com as flores que a minha santa colega fez para mim, e que eu sempre coloquei em um jarro, durante os nossos ritos públicos, embora há muito murchas" (apud Maritain, 1964, p. 301, nota 28).

Durante treze anos e meio, três vezes por dia, Comte praticou os exercícios

do culto prestado a Clotilde. "Logo depois de se levantar da cama, às cinco e meia, fazia ele uma oração de uma hora, que se compunha de uma comemoração e de uma efusão. A comemoração durava 40 minutos. Comte, ajoelhado diante da poltrona-altar, evocava a imagem de Clotilde, recitava versos em sua honra e revivia, pelo pensamento, segundo uma ordem cronológica, todo o ano de ventura que junto dela vivera. A efusão durava 20 minutos. Comte, ajoelhado perante as flores de Clotilde, evocava primeiramente sua imagem, recitando versos italianos. Levantava-se, em seguida, para se aproximar do altar, e de pé, dirigia à sua amiga invocações em que misturavam à linguagem dos místicos à expressão de seu amor. Dizia-lhe: "Um - união, continuidade; dois - arranjo, combinação; três - evolução, sucessão... o homem se torna cada vez mais religioso, - a submissão é a base do comando. - Adeus, minha casta companheira eterna. - Adeus, minha aluna querida e minha digna colega. Addio Sorella. Addio cara figlia. Addio casta sposa! Addio santa madre! Virgine Madre, figlia dei tuo figlio, addio". Depois, ajoelhava-se ainda e retomava, com os olhos abertos, algumas frases do início da comemoração. Enfim, de joelhos perante a poltrona-altar, recoberta com sua capa, invocava ainda Clotilde, falava-lhe e lhe repetia por três vezes: "Amem te plus quam me, nec me nisi propter te!" Às 10 e meia começava a mesma cerimônia por 20 minutos; era a oração do meio-dia... Enfim, à noite, nova comemoração, feita no leito, deitado, nova efusão e sempre as mesmas ações de graça, os mesmos versos, a mesma frase mística da Imitação de Cristo!" (Georges Dumas apud Maritain, 1964, p. 301, nota 28).

Clotilde representava "a humanidade sobre o pavilhão do ocidente" (Ibid.,

p. 302, nota 31). Frequentemente, Augusto Comte transformava "o Panteon parisiense em primeiro templo da Humanidade. Nele colocava as estátuas, os retratos e as inscrições de todos aqueles cuja memória será bendita pela posteridade. Sobre o altar central, resplandecia a imagem suprema: uma mulher de 30 anos com o filho nos braços. Perante o altar, o trono sagrado: em volta, as santas viúvas. Afluíam então os fiéis, gemia o órgão, sucedendo a uma harmoniosa orquestra. Elevava-se em seguida a voz grave do oficiante ajoelhado: Amem te plus quam me, salmodiava ele por três vezes, e de cada vez o coro, acompanhado pelos instrumentos, respondia: "Nec me nisi propter te" (Longchamps apud Maritain, 1964, p. 357, nota 67).

Comte tentou organizar com grande zelo apostólico o "proselitismo feminino". Cumprimentava um dos seus amigos, Audifrent, por "suas felizes tentativas positivistas junto às belas marselhesas" e lhe recomendava "digna propaganda feminina" de preferência aos "dignos tipos católicos" do sul, e declarava "ter-se tornado irrevogavelmente para a Humanidade, um órgão duplo, e assim se sentindo previamente o verdadeiro irmão, e se necessário for, o pai ou filho de toda mulher digna" (apud Maritain, 1964, p. 357-358).

No *Catecismo positivista* escreveu: "Foi por meio dela (a angélica interlocutora) que eu, enfim, me tornei, para a Humanidade, um órgão verdadeiramente duplo, como todo aquele que sofreu a influência feminina dominante" (ibid., p. 358, nota 68).

O amor a Clotilde melhorou a própria vida moral e espiritual de Comte. Nele, produziu-se um notável progresso à medida que, na segunda parte de sua carreira, dedicou-se a ser bom e a não viver senão para o amor de Clotilde e da Humanida-

de. Sua santa companheira, pelo menos no que lhe diz respeito, nele restaurou o sentido do tu. Georges Dumas anotou com emoção que Comte "se reconciliou com Arago que ele detestava, com sua família de Montpellier que ele não amava. Tal afeição inspirou a Sophie Bliot e a seu marido, que num momento de dificuldades financeiras esses dois criados vieram espontaneamente oferecer-lhe o que possuíam. Permaneceu casto, sóbrio e acabou por evitar os menores prazeres da mesa. Suprimiu a sobremesa para se mortificar, e todas as noites terminava a refeição por um pedaço de pão seco para pensar nos infelizes que morrem de fome... Viviam... com os olhos fixos em Clotilde, a alma voltada para ela, comungando com ela em suas orações cotidianas, em suas confissões, desfrutando o prazer de sentir sua imagem familiar acompanhá-lo por toda parte, e aplaudindo-se por ter transformado seus instintos sexuais em "estímulos necessários das mais eminentes afeições". Tudo isso é verdade. Poderia até mesmo o autor ter acrescentado, se fosse crente, que, afinal, quem sabe se o Deus que Comte tinha rejeitado, não se aproveitou das efusões altruístas, provocadas por sua adoração pela nova "Beatriz" e pelo seu culto da Humanidade, para nele fazer desabrochar, ocultamente, algum impulso da verdadeira caridade, insinuando-se, assim, de novo, em sua alma" (Maritain, 1964, p. 370).

Além de Clotilde de Vaux, Augusto Comte tinha outros anjos da guarda: Rosalie Boyer, sua venerável mãe e Sophie Biot, sua digna empregada erigida em filha espiritual. Dizia que a lembrança da mãe, "me levará sempre a fazer prevalecer, mais do que o fiz em minha juventude, a cultura contínua do sentimento sobre a da inteli-

gência, e mesmo o da atividade" (apud Maritain, op. cit., p. 359, nota 74).

Nesta ordem de idéias, é estranho que não tenha cultuado sua própria esposa, a quem chamou certa feita de "indigna" e contra a qual preparou, nas palavras de Maritain, "uma arma póstuma cuidadosamente envenenada" (ibid., p. 371). A arma foi a seguinte: em um *Pli cacheté* intitulado *Addition secrète ou testament d'Auguste Comte* revelava ele: "Que Mme. Augusto Comte, de solteira Caroline Massin, havia sido mulher pública antes de seu casamento", estendendo-se com a objetividade peculiar aos longos ressentimentos, sobre a ingratidão e a má conduta subseqüentes.

"Os testamenteiros deveriam romper os lacres e utilizarem-se dessa revelação contra Mme. Comte, caso esta recusasse concordar com as últimas disposições de seu marido" (Georges Dumas apud Maritain, op. cit., p. 371, nota 110).

Maritain faz um juízo, um tanto severo e exagerado, sobre a mística feminina do fundador do positivismo. Escreve: "Há qualquer coisa de bastante mesquinho, mas também, certamente, comovente, no culto cotidiano prestado por Augusto Comte a Clotilde de Vaux. Trata-se da idealização de um erotismo frustrado, acompanhada de uma autêntica depuração dos sentimentos e de uma visível renovação moral. Mas, na incorporação poética do fetichismo, exigida pela "regeneração final," não há nada senão de repugnante para o espírito. Os primitivos possuíam uma fé autêntica em mitos que, surgidos do inconsciente coletivo, como que lhes chegavam do fundo das idades e de um passado mais divino do que o tempo. Os fiéis da religião positiva, eles, sabem perfeitamente que as coisas por eles adoradas são 'existências puramente fictícias,

cuja instituição subjetiva' não é 'de modo algum duvidosa.' O espetáculo do Grão-Sacerdote da Humanidade aquecendo seus instintos simpáticos e os de seus discípulos ao fogo de suas próprias afabulações laboriosamente combinadas, e oferecendo seu coração e os corações de seus discípulos a seres imaginários por ele deliberadamente inventados, - é um índice admirável das degradações a que pôde ser exposta a inteligência humana durante o Século XIX" (Maritain, 1964, p. 355).

Muitas vezes nossas idéias são maiores do que nós mesmos. Frequentemente não sabemos aderir ao vigoroso impulso das idéias que concebemos. Há casos em que somos até incongruentes perante a beleza do mundo ideal que sonhamos. Nem por isso, haverão de negar os homens o valor em si dessas nossas idéias. Assim, no caso de Augusto Comte, ninguém pode afastar o fascínio e o reboço que a Mulher sempre representou na História. E mais ainda no mundo de hoje em que a Mulher cada vez mais se conscientiza de seu papel na aventura humana. Qualquer incoerência ou exagero em que, Comte tenha ocorrido no "culto à Mulher", é-lhe devido o fato de ter enriquecido o majestoso panorama de nossa cultura feminina. Quanto aos positivistas de 89, a glória de terem conservado o losango, de tal modo a fazer de nossa bandeira a única que exalta a missão social da mulher no mundo contemporâneo.

É bem justo pensar-se, extra-oficialmente, o losango como símbolo da Mulher e da Humanidade, concretizada na Pátria. José Feliciano de Oliveira, por exemplo, comenta que o losango, próprio das senhoras e donzelas "é mui adaptado a nossa Pátria -Mater querida, Dama de nossos pensamentos, a quem devemos amar e servir, como cidadãos cavaleiros" (1907, p. 79).

A Esfera Azul

No pensamento dos criadores e primeiros comentadores da bandeira republicana, o globo azul está em referência com a tradicional esfera armilar manuelina. Teixeira Mendes fala em "por trazer à memória a esfera armilar". Miguel Lemos: "se bem que não existisse na antiga bandeira, tem aí um antecedente, a esfera armilar conservada desde o tempo colonial" (1895, p. 10). José Feliciano de Oliveira: "A orla azul, estelar, distendeu-se, alargou-se e cobriu a esfera armilar, conservando-lhe a faixa, que se tornou translúcida" (op. cit., p. 10).

Sendo substitutiva da peça manuelina, a esfera azul lembra Portugal, nosso descobridor e colonizador. Lembraria também o grande monarca D. Manuel, sob cujo reinado, se deu a descoberta.

Do mesmo modo, seria a substituição da esfera que constou na Bandeira para a Índia e América e na do Principado do Brasil.


Evidentemente, não podemos exigir a estrutura da esfera armilar. Vale aí a intenção concretizada numa estilização. Em antigos escritos nórdicos encontramos o disco ou o globo (sem armilas) como símbolo do mundo ou da soberania, em pé de igualdade simbólica com a esfera manuelina.

A Zona Branca



A zona branca é uma idealização do zodíaco e, mais particularmente, da eclíptica. Para que se entendam muitos assuntos a seguir, transcrevemos abaixo o verbete *Zodíaco*, de autoria do Prof. Aristóteles Orsini, da Universidade de São Paulo, (Enciclopédia Barsa, 1969, v. 14, p. 171).

"Zodíaco. Faixa da esfera celeste pela qual se movem o Sol, a Lua e os planetas. É formado por 12 constelações: Peixes, Carneiro, Touro, Gêmeos, Caranguejo, Leão, Virgem, Balança, Escorpião, Capricórnio e Aquário. A linha central do zodíaco é a eclíptica, trajetória do Sol em seu movimento anual aparente em torno da Terra. O zodíaco estende-se até 8° para cada lado desta linha, e cada constelação zodiacal corresponde a 30° contados sobre ela. A eclíptica é inclinada em relação ao equador celeste; o ângulo desta inclinação, que representa a chamada obliquidade da eclíptica, varia com o tempo. Em fins de 1962, a obliquidade era de 23°27'. A eclíptica e o equador celeste cortam-se em dois pontos, chamados pontos equinociais: o ponto gama e o ponto libra. O Sol, no seu movimento aparente de translação passa pelo ponto gama no dia 21 de março de cada ano. É o equinócio do outono para o

Hemisfério Sul, e o equinócio de primavera para o Hemisfério Norte. Afastando-se do ponto gama, para E., o Sol atinge sua declinação máxima, para o N., nos dias 22 ou 23 de junho. É o solstício de inverno. Nos dias 22 ou 23 de setembro, o Sol cruza de novo o equador passando pelo ponto libra. É o equinócio de primavera. A partir do ponto libra, o Sol, sempre sobre a eclíptica, começa a afastar-se do equador celeste, atingindo seu afastamento máximo nos dias 21 ou 22 de dezembro: solstício de verão. No dia 21 de março, o Sol volta a passar pelo ponto gama depois de 365,2422 dias, o que corresponde a um ano trópico. Percorrendo a eclíptica em um ano, o Sol parece projetar-se, cada mês, sobre uma constelação do zodíaco. A Astrologia [...] atribui um signo a cada constelação do zodíaco e que representa também o signo do mês correspondente. Há 22 séculos, quando Hiparco descobriu a precessão dos equinócios, o Sol ao cruzar o equador celeste, em março, encontrava-se sobre a constelação de Áries - o Carneiro, que passou a ser o signo do mês de março. O movimento de precessão dos equinócios deslocou os pontos de cruzamento do equador celeste com a eclíptica. O ponto gama (1 ponto de Áries) recuou para a constelação dos Peixes e o ponto libra (2º ponto de Áries) deslocou-se da constelação da Balança (Libra) para a constelação de Virgem. Assim, não há mais correspondência entre as constelações do zodíaco e os signos dos vários meses do ano, embora na Astrologia o signo de março continue a ser Áries".

Para que se tenha um resumo óptico do assunto apresentamos três figuras: a primeira representando todo o zodíaco  a segunda, a Balança, mostrando a



eclíptica abaixo do equador  a terceira, Virgem, indicando a eclíptica acima do equador .

Teixeira Mendes fala indistintamente em zodíaco e eclíptica. De fato, ambos estão ligados numa relação de compreensão, podendo, por sinédoque, trocarem-se os termos mutuamente.

José Feliciano de Oliveira, no entanto, talvez para responder a objeções levantadas contra a posição de algumas estrelas na bandeira, escreveu:

"A faixa planetária não é a eclíptica: é o zodíaco, e sua largura se estende por uns 18 a 20 graus. A eclíptica, se aí estivesse representada, devia ser a linha intermédia, que não pode ser traçada, a riscar a legenda. Só por isso as estrelas, que estão situadas nas proximidades da eclíptica, podiam passar para cima ou para baixo da zona, conforme as conveniências estéticas do desenho. Essa liberdade nos permitiu ter na bandeira a estrela *Spica* (a *alpha Virginis*) acima da faixa, e assinalar visivelmente que temos ao Norte o Estado do Pará, como abaixo a estrela *Procion*, de uma constelação boreal (*Canis Minor*), pode simbolizar o Amazonas. Assim se afasta mais uma censura do folheto de E. Prado. Acresce ainda que a zona planetária, o zodíaco, é uma faixa ideal. Seguindo o contorno das constelações zodiacais, teríamos uma faixa muito ondulada, muito irregular, com larguras que ultrapassariam 30 graus. Assim, a faixa da esfera celeste pode ondular obliquamente da direita para a esquerda e melhor representar nosso rio Amazonas, nosso "equador visível" (1907, p. 41).

Representando o zodíaco e a eclíptica a esfera azul demonstra a posição acentuadamente austral de nosso País.

Nestas condições, a esfera trouxe para a bandeira nacional a síntese de um dos capítulos mais populares da astronomia solar. O que quer que se pense dos fundamentos científicos da Astrologia, não podemos negar que, no Brasil, jornais, revistas, rádio e televisão mostram e potenciam o interesse que amplas camadas da população ligam ao "seu horóscopo". Mesmo os que não acreditam, lêem, sem compromisso, os avisos e ordens, as cautelas e planos, as ameaças e promessas, "ditadas" pelos astros "do dia". Mesmo sem crença astrológica, é confortante ver camadas de juventude, nesta *Era de Aquário*, esperançosas por um mundo a galope em busca da paz.

Segundo simbolismo da faixa. Na última citação de José Feliciano de Oliveira, lê-se a opinião segundo a qual a zona branca poderia simbolizar também o rio Amazonas. Em outro trecho do livro (*ibid.*, p. 13) diz o mesmo escritor: "O Amazonas, o equador visível, corre em direção que nos é lembrada pela faixa da bandeira". O simbolismo é ampliado para indicar todo o Brasil e todo o continente através das ligações fluviais principais.

A idéia de um complexo fluvial na América do Sul vem dos fins do Século XVIII. Desde então pensou-se em "estabelecer uma comunicação fluvial ininterrupta, desde o Orenoco (já ligado ao Negro pelo Cassiquiare) ou desde o Essequibo, passando através da rede amazônica, até ao rio da Prata. Ao norte, a ligação se faria entre o Essequibo (quem sabe se não seria preferível o Rupanani? [...]) e o rio Branco, pelo Tacutu; ao sul, entre o Alegre, um dos braços do Guaporé, e o Aguapeí, afluente do Jauru [...] que deságua no Paraguai [...]" (Goes, 1908, p. 260).

Eurico de Goes (1908, p. 260-261), que não aceita esta simbologia, concorda entusiasticamente com o plano. Diz ele: "Conquanto haja muitos pontos do Brasil em que ligações como essa se possam fazer, a bem do progresso e da grandeza da nossa terra, que tanto e tanto precisa de vias de comunicação, seria incalculável benefício o conseguirem, quanto antes, o privilégio desse grandiosíssimo e vantajosíssimo projeto, e iniciarem logo o serviço, muito embora o houvessem malogrado, em parte, tentativas feitas em fins do Século XVIII..."

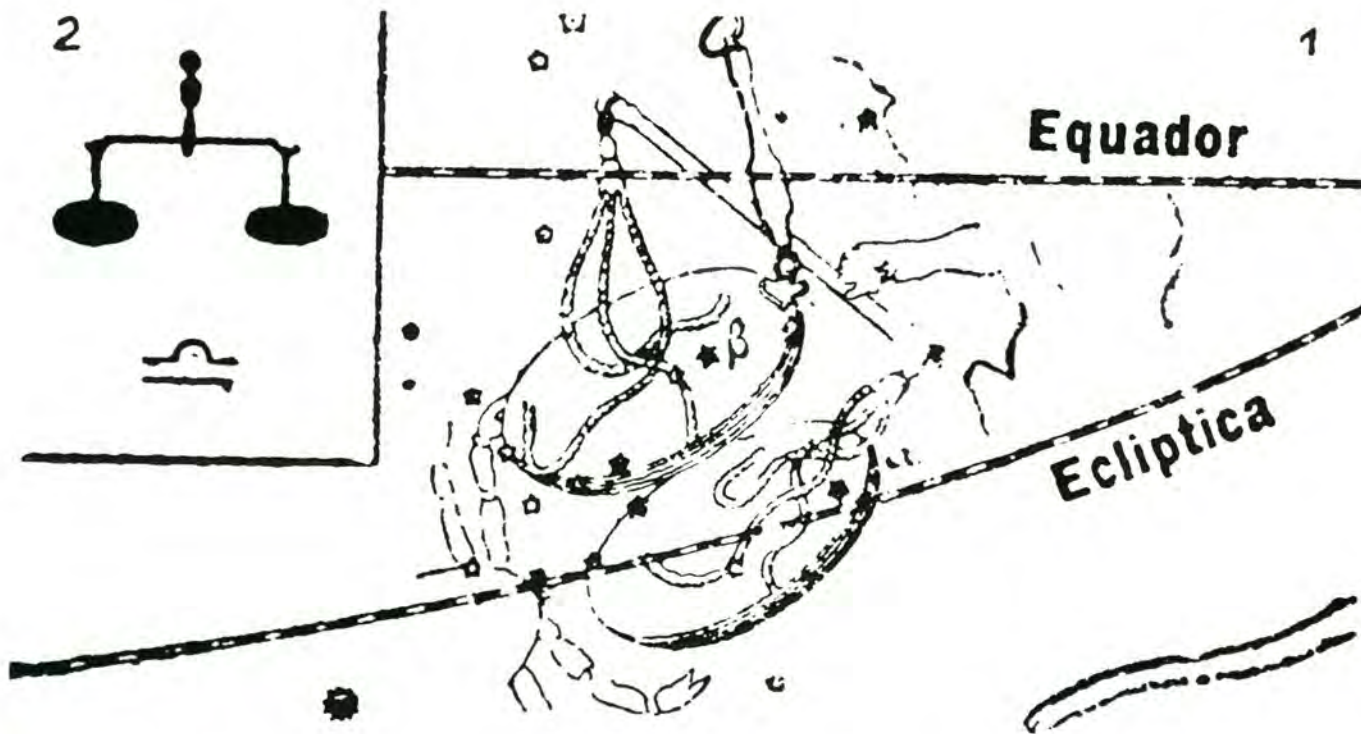
No ano de 1972, o assunto voltou a ser discutido e então em bases mais concretas. Pelos jornais ficamos a par de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - estava interessado no projeto junto aos governos do Brasil, Venezuela e Colômbia. No dia 25 de janeiro, o sr. Luís Enrique Oberto, chefe da delegação venezuelana à conferência do Comitê de Governadores do BID, afirmou que, antes mesmo da concessão de financiamentos pelo BID e outros organismos internacionais, o projeto já poderá ser adiantado, com a realização de obras no âmbito interno de cada um dos países interessados, isto é, pela Venezuela, na região do Orenoco, pelo Brasil, no Amazonas, e pela Colômbia, no rio Negro (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26.01.1972). O presidente do BID, sr. Antônio Ortiz Mena, examinou o plano com o máximo interesse,, considerando-o de suma importância para a América Latina, em vista de seu caráter multinacional. Deu a entender que, uma vez comprovada a viabilidade de sua execução nos rios Orenoco, Negro e Amazonas, o plano poderia ser ampliado, atingindo outros rios do continente. A área em questão é uma

das mais ricas e inexploradas da América do Sul, em conseqüência do difícil acesso. Com a ligação fluvial seria acelerada a colonização, o que contribuiria para absorver o desemprego nos países beneficiados (ibid., 22.01.1972). Por ocasião da publicação dessas notícias, apareceu também a informação de que já em maio de 1968 uma expedição inglesa em veículo Hovercraft atravessou de Manaus à ilha da Trindade, via rio Negro, canal Cassiquiare e rios Ventuari e Orenoco. Na ocasião, o equador foi pela primeira vez transposto por veículo Hovercraft nas proximidades de Waupés (O Globo, Rio de Janeiro, 07.02.1972).

Terceiro simbolismo da faixa. Para o Papa Inocêncio III, citado por Bernardes in *Nova Floresta*, III, 387, a zona significaria também a caridade de Cristo. José Feliciano de Oliveira, que traz a informação, julga que tal simbologia quadra bem ao lema de nossa bandeira (1907, p. 69). Realmente, no pensamento de Comte, a caridade, o amor, está intrinsecamente ligado à ordem e ao progresso.

Quarto simbolismo. A zona em diagonal, constituindo-se em heráldica uma *banda*, tem mais conotação civil, por sua ligação com o *cavaleiro*, do que a faixa, em situação horizontal, mais representativa do cingulo militar. Assim sendo, a bandeira deixou a marca do desinteresse dos militares republicanos que não quiseram representar-se na bandeira, nem ao menos neste detalhe técnico, permitindo que a faixa em diagonal homenageasse o Homem Civil de 89 que trabalhou pelo advento da república.

Estas são as mensagens, oficiais ou não, da linha branca, de rara beleza, na beleza azul de nosso céu simbólico.



● Constelação da Balança

(Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 1427).



● Constelação de Virgem

(Lello Universal, [193-?], v. 4, p. 1389).

A Legenda

Muita rica para considerações é a legenda *Ordem e Progresso*, colocada no coração de nossa bandeira. Abordaremos aqui alguns aspectos no que tem de objetivo para a nossa cultura. No capítulo seguinte, aparecerão outras notas.

Pela legenda *Ordem e Progresso* e por algumas datas redigidas positivisticamente, criou-se na Europa o boato de haver o Brasil substituído a religião católica pela positivista (Goes, 1908, p. 267). Os franceses tinham um precedente histórico, que referimos na primeira parte: os "bárbaros", no caso os francos, convertendo-se ao cristianismo, haviam depositado seus estandartes aos pés da cruz, símbolo da religião que passaram a adotar. Assim, para os "francos" de 1889, os brasileiros estariam ariando sua bandeira "católica" da cruz da Ordem de Cristo, passando a viver na mística de Augusto Comte, numa atitude exatamente inversa daquela de Clodoveu na cidade de Reimis, quatorze

séculos antes. Da mensagem que a 29 de janeiro de 1891 dirigiram ao Congresso Nacional os positivistas franceses, entre os quais Lafitte, consta a declaração: "Aderentes de uma doutrina que tomou por divisa -Ordem e Progresso - ficamos admirados da maneira tão notável pela qual se consumou, não dizemos vossa revolução, mas vossa evolução" (apud Anais, 1905, v. 3, p. 123).

Ninguém mais categorizado do que Teixeira Mendes para nos dar a interpretação oficiosa do célebre dístico. Eis a sua explanação: "O povo brasileiro, como todos os povos ocidentais, acha-se vivamente solicitado por duas necessidades, ambas imperiosas, que se resumem nas palavras - Ordem e Progresso. Todos sentem, por um lado, que é imprescindível manter as bases da sociedade, mas todos percebem, também, que as instituições humanas são suscetíveis de aperfeiçoamento. Ora, acontecendo que o tipo da Ordem só foi até hoje fornecido pelo regime teológico e guerreiro passado, e que o Progresso tem exigido a eliminação, por vezes violenta, de certas instituições, o espírito público foi levado empiricamente a supor que as duas necessidades eram irreconciliáveis. Daí a formação de dois partidos opostos, um invocando para lema a Ordem, e outro tomando para divisa o Progresso; partidos que se combatem com encarniçamento e que transformam as pátrias ocidentais em campos permanentes de batalha. No entanto, a Dinâmica social, fundada por Augusto Comte, para completar e desenvolver a Estática social fundada por Aristóteles, demonstra que as duas necessidades de Ordem e Progresso, longe de serem irreconciliáveis, por toda a parte se harmonizam. É ainda mais, o mesmo egrégio Pensador demonstrou que essa harmonia se

dá na política e na moral em consequência da preponderância do amor. Na frase do fundador da Religião da Humanidade: - O progresso é o desenvolvimento da Ordem, como a Ordem é a consolidação do Progresso. Pois bem, é essa conciliação da Ordem com o Progresso que todo o povo brasileiro sente, e sem a qual não poderia existir a verdadeira fraternidade; é essa conciliação que o novo símbolo proclama. Progressistas e ordeiros podem hoje confraternizar; e essa confraternização é tanto mais sólida quanto a divisa foi hasteada após uma revolução progressista e triunfante. A nova divisa significa que essa revolução não aboliu simplesmente a monarquia; que ela aspira a fundar uma pátria de verdadeiros irmãos, dando à Ordem e ao Progresso todas as garantias que a história nos demonstra serem necessárias à sua permanente harmonia. Inscrita na zona dos planetas, a fórmula política nos recorda que essa conciliação da Ordem com o Progresso se patenteia desde os fenômenos matemáticos, como nos atesta o espetáculo astronômico. E ao mesmo tempo tem a vantagem de indicar que, assim como foi só a ciência quem pôde descobrir essa conciliação na mecânica e no Céu, assim também é pelo estudo da sociedade que se consegue descobrir as condições da harmonia política e moral" (Mendes, 1889).

Outro que estava próximo dos acontecimentos e das idéias que cercaram os primeiros dias da República é José Feliciano de Oliveira. A ele a palavra para alguns comentários sobre o assunto. "Ordem e Progresso, traduzindo solidariedade e continuidade é Pax et Labor, é Paz e Prosperidade, é também Caridade e Trabalho, porque os afetos benévolos geram, cimentam a ordem social, como o trabalho a desenvolve em um continuado progresso" (1907, p. 6). "A Or-

dem - base, início de todo Progresso - resulta sempre do trabalho digno, esforçado de cada um e da reunião de todos os esforços independentes. A legenda, que na faixa ou banda se inscreve, coroa desse modo a final simbolização de nossa ideal bandeira. O mesmo lugar em que se acha gravada concorre para aumentar a veraz intensão do emblema. Com efeito, é preciso que o progresso mais e mais se harmonize com a ordem. Um novo estado social deve ser um aperfeiçoamento, em que se conservem, melhorados, os elementos estáveis da sociedade. Fora disso, temos somente um desgarrado liberalismo, um anarquismo iconoclasta, feroz, ou um conservatorismo ferrenho, uma obscura retrogradação. É preciso que o progresso constantemente seja compatível com a ordem mais estável. É isso mesmo que nos ensina decisivamente, inelutavelmente a existência planetária, que *ab aeterno* se desenrola na faixa da legenda característica. Na existência planetária, de que humanamente, subjetivamente somos nós *magna pars*, é lei essencial a coexistência, a compatibilidade do movimento, da progressão com o arranjo, com a constituição do sistema que se move, que progride. É lei que Galileu descobriu, vitalíssima lei, que era preciso logicamente instituir, se não existisse naturalmente. O fato de anualmente viajarmos em translação no Espaço, a perulstrar as constelações zodiacais, e sem nada sofrer em nosso arranjo terrestre, aí está perenemente mostrando que o movimento se concilia com a existência, que o progresso se harmoniza com a ordem. Ora, exatamente na faixa zodiacal da legenda é que essa viagem se realiza e se efetua a conciliação. Dela só têm consciência plena os estudiosos alumiados, que não desdenham observar o céu, como viajantes de um imenso

navio, a olhar, horizonte em fora, os asterismos distantes. Esta conciliação é comprovada pela existência e progressão dos demais planetas, que convivem com a terra nessa imensa região celeste. Outras bandeiras e divisas colimaram o mesmo fim. Nenhuma, porém, logrou realizá-lo com esse idealismo intenso, profundo e tão dilatado, que nos prolonga até ao mais longínquo porvir” (Oliveira, 1907, p. 66-67).

José Feliciano de Oliveira transcreve o discurso que, em 1906, o diplomata brasileiro dr. Gabriel de Toledo Piza pronunciou perante o *Maire* e o vice-presidente da Câmara de Comércio do Havre em Paris. Apresentamo-lo em nossa tradução: “Permiti, senhores, dizer-vos que nossa jovem marinha é digna de vossa simpatia e de vossa cordialidade. A bandeira que ela conduz por todas as partes e que amamos profundamente tem soberba inscrição, que devemos ao gênio mais poderoso de vossa filosofia e ao coração mais nobre e mais generoso que viu nascer vosso belo e grande país: a França. Esta inscrição é uma promessa solene feita a nós mesmos e ao mundo, promessa plena de deveres e de responsabilidade. É a promessa de sempre trabalhar em paz e de produzir para nosso bem-estar e para o bem-estar do mundo. É, senhores, uma promessa carregada de deveres e uma nobre sugestão feita com a consciência mais profunda de nossa situação e de nossa responsabilidade diante do passado e diante do futuro. Hoje, graças ao progresso da razão nacional, tornamo-nos República: República presidencial, leiga e liberal, votada à paz e ao trabalho. Nosso ideal é humano, puramente humano, mas por isso mesmo grande, nobre e belo. Nossa fé demonstrável está traduzida na inscrição de nossa bandeira: Ordem e Progresso, a ordem como condição essenci-

al do progresso, o progresso como desenvolvimento natural e espontâneo da ordem. Ao lado destas duas palavras há a maior e a mais poderosa de todas: o amor, o amor por princípio e a ordem por base, o progresso por finalidade. Esta fórmula, que amamos do âmago do coração, nossa marinha o conduz pelo mundo inteiro, fazendo-a ser amada por todos em suas viagens de instrução. Ela a oferece como garantia de nosso progresso moral e de nossa vontade de contribuir, na medida de nossas modestas forças, para o bem dos contemporâneos e da posteridade. Queremos, com efeito, senhores, a ordem e o progresso, não pela guerra, que é elemento de destruição social, mas pela paz, que nos proporciona a ocasião de cultivar nossas nobres faculdades, e pelo amor, que é sentimento criador, orgânico e generoso. Fizemos, portanto, uma promessa: mas uma promessa cheia de responsabilidade e de deveres; pusemos um ideal: mas um grande e sublime ideal. Queremos o trabalho sob todas as formas, em meio à paz; queremos o progresso sob todos os aspectos: material, intelectual e moral. Queremos trabalhar pela grandeza de nossa Pátria e para o bem da Humanidade” (1907, p. 91-92).

Segundo Ivan Lins, o que o dístico pretende indicar é que a Ordem aferrada à Estática e o Progresso inspirado na Dinâmica, longe de serem antagônicos, podem e devem harmonizar-se “porquanto nas palavras do fundador da Sociologia ‘o progresso é o desenvolvimento da ordem, assim como esta é a consolidação daquele’, o que significa que não se pode romper bruscamente os laços com o passado e que toda a reforma política, para frutificar, há de tirar os seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado” (apud Damasceno, A Bandeira

do Brasil, cujos originais se encontram na Biblioteca do Exército).

Bulhão Pato em dois versos traduz Ordem por Caridade e Progresso por Trabalho:

"Na fraternal bandeira a legenda
[sagrada

A história do porvir - Trabalho e
[Caridade"

(apud Oliveira, 1907, p. 6).

Do complicado livro do Ferrão, *Ordem e Progresso*, conseguimos sacar esta definição: "Ordem e Progresso é: sábia disposição do conjunto de todas as atividades e criações humanas, proporcionando o bem-estar geral e seu desenvolvimento, pela comunhão consciente do espírito humano com o espírito de harmonia fundamental, princípio dominante da natureza e modelos que ela nos proporciona" ([19--?], p. 6).

Talvez o maior comentário concreto que se fez sob a inspiração da famosa legenda seja a obra de Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, em dois volumes. Pelos títulos dos capítulos, percebemos algo do seu conteúdo: *A República de 89 e a Ordem Social Brasileira - A República de 89 e o Progresso Cultural no Brasil - e a Ordem Étnica e o Progresso de Miscigenação e a Ordem Econômica - e o Progresso Industrial - e a Ordem Religiosa - e o Progresso Católico*.

Artigos e editoriais de jornais de vez em quando glosam também o dístico de nossa bandeira, em referência à conjuntura atual. A título de exemplo, eis o final do editorial *Continuidade*, do *Jornal do Brasil*, de 4 de julho de 1971: "A própria noção de progresso é inseparável de continuidade: sem continuar o que começa, ninguém progride. O Brasil começou a andar numa direção clara em 1964 e tomou muitas decisões certas. Tem de prosseguir. Alguns resultados demoraram, mas temos

hoje um patrimônio valioso, feito de numerosos êxitos e de dados expressivos que atestam um novo período de desenvolvimento fecundo. No plano político também chegou a hora de colher resultados, ampliar a confiança e firmar a estabilidade duradoura, capaz de retirar de sua própria continuidade o alento para novas e decisivas vitórias, naquele salto de qualidade a que a maioria da nação se sente credenciada a tentar."

Podemos ainda comentar a legenda considerando, em separado, cada uma das duas palavras que a compõem. Inicialmente, o termo *Progresso*.

Entre as muitas críticas que Durkheim moveu a Montesquieu, algumas das quais improcedentes, está a de que o autor de *O Espírito das Leis* não conheceu a noção de progresso. Durkheim, como Augusto Comte, afirmava o progresso enquanto grau sucessivo de complexidade e superioridade de umas sociedades sobre as outras. Para eles, no quadro das categorias positivistas, o progresso seria atestado por dados *quantitativos*. De fato, em ciência e técnica, por exemplo, acumulam-se, conservam-se e se transmitem, de geração e geração, as conquistas dos homens, dando-se, desse modo, o progresso, embora não se deva simplificar tanto, uma vez que certos elementos da ciência não se somam, e na técnica, algumas vezes, o progresso está em substituições. Mas há certos domínios em que o progresso não é mensurável. A arte, por exemplo, foge à acumulação. Cada período da história artística traz criações qualitativamente novas e intransmissíveis. Não podemos dizer para as artes, como o fazemos para a ciência e a técnica, que marchamos para um melhor ou pior, a não ser que queiramos introduzir juízos de valor. O

mesmo devemos dizer para a economia. Se esta consistisse só em adotar medidas para uma melhor distribuição das riquezas, então para ela se aplicaria a noção de progresso, sem a implicação daqueles juízos. Mas ela não tem apenas este objetivo; está-lhe reservado também conseguir para todos uma condição mais humana. Ora, esta condição humana é constituída de muitos elementos. A economia, em seus esforços, pode obter melhor um ou outro dos elementos, e pode mesmo deixar de lado alguns. Ao analisar a eficácia da economia, não se sabe se o juízo emitido sobre sua atuação em referência a algum daqueles elementos coincide com o que se emite em relação a outro. Nessas condições, torna-se difícil falar em progresso econômico. As opiniões se extremam assustadoramente. Para Bernanos e outros profetas da civilização ocidental, estamos regredindo, pois mais e mais sufocamos o homem; enquanto para Marx é agora que a humanidade entrou em sua verdadeira história, por ter descoberto a forma perfeita de economia - a socialista e a da sociedade sem classes (Aron, 1963).

Ainda modernamente, o tema do progresso continua sobremaneira controvertido. Eis, por exemplo, a colocação de Lewis Mumford, professor de humanidades na Universidade de Stanford, Estados Unidos: "Um tema havia em torno do qual se congregavam os doutrinadores do Século XIX: era a conquista da natureza e a libertação da humanidade por meio da invenção mecânica. Mesmo aqueles que não aceitavam o tema realizavam o melhor de sua energia como por efeito dele; pois quem quer que ousasse negar a importância da melhoria introduzida pela máquina reduzia-se à insignificância. Emily Dickinson, bem defen-

dida e protegida pela sebe que fechava o seu jardim de Amherst, compôs todavia um poema sobre a locomotiva. William Morris, fugindo para o mundo heróico das sagas, tomou por seu ponto de partida as cidades industriais cobertas de fumo nas quais trabalhava. Isso abriu uma nova brecha na personalidade humana; desde a introdução do cristianismo, foi talvez esse o primeiro período durante o qual os extrovertidos tinham um *idolum* e um padrão social em perfeita correspondência com suas necessidades pessoais; e precisamente a possibilidade que tinha cada qual de aplicar toda sua vida na exploração sistemática da natureza é que alargava a brecha entre os extrovertidos e os introvertidos, contribuindo para a melancolia, para a impotência sombria e cismarenta, para esse misto de medo e desdém com que os representantes do mundo interior, os artistas e os poetas, recebiam a nova raça de filisteus que, no escritório de contabilidade como na fábrica, tão à vontade e cheios de glória se sentiam".

.....
 "Trabalhar sem desfalecimentos da manhã à noite, multiplicar as possibilidades e ampliar os serviços da máquina, produzir mais tecidos de algodão e mais instrumentos e ferragens, tais eram os objetivos do esforço utilitário."

.....
 "Ora, reunir os homens para trabalharem como um corpo coeso, sem atritos excessivos e sem nenhum objetivo individual a não ser a cooperação no próprio processo do trabalho, é uma das grandes tarefas de toda e qualquer sociedade: a escravidão, a mecanização, a organização corporativa, o sistema fabril, tudo são tentativas empíricas de solução do mesmo problema, o qual, com exceção de pequenos grupos que se apro-

ximam da unidade familiar primitiva, nunca foi resolvido com êxito dentro dos limites humanos. O simples aumento no volume ou escala da operação faz aumentar o número de unidades humanas empregadas e tende, em última análise, para a mecanização destas mesmas unidades, o que é um processo degradante e desumano. É este o grande problema da sociedade política; e mais do que nunca no período que veio remover os obstáculos que se levantavam contra a organização em grande escala. Procurando não tomar conhecimento do problema político dentro da fábrica e da mina, os organizadores do sistema fabril admitiam o direito incontestável do capitalista ao governo exclusivo no domínio da produção. Daí andarem de mãos dadas a coerção e a organização mecânica, como por uma providência divina. E o resultado disso? É o que foi expresso em termos clássicos pelo Papa Pio XI em *Quadragesimo Anno*: "O trabalho físico... tem sido em toda parte transformado num instrumento de estranha perversão; porque a matéria bruta deixa a fábrica enobrecida e transformada, enquanto os homens se corrompem e degradam." O chefe da Igreja de Roma assim mostrava ter uma compreensão muito mais realista do tributo que o homem paga pelo progresso mecânico do que a que tinha o exuberante Mark Twain; este último deixou-se tomar de tal encanto pelo aspecto das máquinas, que não teve olhos para ver o que se passava no interior dos homens ou, sequer, em seus rostos macilentos e sombrios." (Mumford, 1958, p. 340-341, 348-349).

Keysserling, num artigo antiprogresso, admite que, apesar de tudo, o progresso é fonte de equilíbrio e maturidade. Sua tese, neste aspecto, é bem desenvolvida. Mas ele mesmo a resume assim: "No Paraíso, o ho-

mem recebeu o título honorífico de Senhor da Criação e, por certo, segundo podemos afirmar hoje, bastante prematuramente. Mas esta promessa procedia, contudo, duma intuição exata. O homem pertence àquele tipo de seres que não pode desenvolver todas as suas potências senão numa situação privilegiada. A maioria dos animais vive numa completa insegurança; a sua vida é dura e os seus bons instantes são raros. Contudo, a ninguém ocorre considerá-los pobres ou proletarizados. É que estão perfeitamente inseridos no modelo necessário da sua vida. O homem, dotado de instintos pouco seguros, não possui nem a força do leão, nem a armadura do crocodilo, nem a velocidade do gamo, nem a organização técnica que a aranha tem nas suas vísceras; só no momento em que a sua inteligência consegue suprir suas imperfeições gênicas, atinge o equilíbrio no conjunto da natureza, equilíbrio que é um dom natural de todos os animais. Por isso, a idade da técnica deu, ou está em vias de dar, pela primeira vez, ao homem, a sua posição normal. A era técnica representa, pois, o primeiro período de maturidade vital no animal-homem, que basta para explicar o alento que impele todos os homens para a tecnicização, e a inaudita força animal que se despendeu para alimentar este alento (1964, p. 320-321).

O mesmo filósofo e ensaísta alemão, já no primeiro quartel do século, chamava a atenção para a participação de todos nas conquistas do progresso. Assim se expressa: "A evolução propriamente dita começou por indivíduos privilegiados, por castas privilegiadas e, mais tarde, por classes privilegiadas. Mas hoje todo a gente aspira à mesma situação privilegiada, pois graças aos processos da ciência parece possível, em princí-

pio, chegar a esse ponto. Daqui o impulso formidável das massas em todos os países. Nos nossos dias, o fenômeno histórico mais importante é o assalto que os povos de cor fazem ao branco privilegiado: muito naturalmente, tais povos querem adquirir as mesmas prerrogativas. Mas no Ocidente, há já muito tempo, é este o sentido vital, verdadeiro e profundo, da aspiração à democracia, por um lado, e do papel, cada vez mais invasor, que desempenha o progresso técnico, por outro. Um país em que toda a gente fosse privilegiada deveria, necessariamente, ser organizado de modo diferente daquele por que o é um país em que só o rei ou a nobreza contam. Para alcançar aquela mesma liberdade de que os gregos e os romanos gozaram, graças à instituição da escravidão, e para a dispensar ao mesmo tempo a toda a gente, não existe senão um meio: a substituição da mão-de-obra pela máquina, onde quer que não seja indispensável a livre iniciativa do indivíduo" (Keysserling, 1964, p. 321-322).

Miguel Reale desenvolve o tema da socialização do progresso dentro do quadro específico do Brasil nestes termos: "Em uma das passagens decisivas de *Os Sertões*, que é o poema da autoconsciência nacional, Euclides da Cunha esculpia esta advertência: 'A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos'. Eis aí uma alternativa cuja atualidade impressionante basta para determinar a linha mestra de uma política inspirada no real conhecimento de nossa terra e de nossa gente. Nas nações de cultura já sedimentada, com uma densa população cobrindo espaços territoriais restritos, o progresso, ou melhor, os novos cabedais de realizações permitidos pela ciência e pela

técnica também representam um valor inestimável, pois é óbvia a necessidade fundamental de melhoria nas condições existenciais do homem -mas aquele aperfeiçoamento não está ligado decisivamente, como em nossa pátria, ao problema da unidade mesma do povo, às suas possibilidades de solidariedade e continuidade históricas. No Brasil o problema é decisivo. Território imenso para uma população rarefeita; gânglios culturais dispersos que, de longe em longe, se comunicam através de pequenas elites; grupos raciais distintos que, apesar do nunca assaz louvado sentimento de igualdade, condicionam comportamentos particulares inconfundíveis; economia em pleno arrojo e expansão, sem uma clara delimitação das tarefas privadas e públicas, o Estado e os indivíduos procurando superar, de repente, a rotina conatural aos estágios do subdesenvolvimento; costumes múltiplos e maneirismos de falar, quando não verdadeiros dialetos se formando no subsolo da língua pátria, que vai cada vez mais se enriquecendo de pujantes influências regionais; e a terra, a terra outrora contemplada como uma enternecedora paisagem, e que se quer possuir, agora, na compreensão plena de seus valores negativos e de suas possibilidades favoráveis, incorporando-a como momento do processo social de trabalho, à luz de uma política nacional de integração diversificada e dinâmica. Basta um relancear de olhos ao mapa do Brasil para afirmar-se em nosso espírito a lição indeclinável deste imperativo de conduta: encurtar distâncias, não apenas geográficas, mas históricas; alargar as fronteiras da civilização até que elas se confundam com as fronteiras da pátria; fazer com que coincidam os dois *Brasis*, ou os vários *Brasis* que se justapõem ou se confrontam na horizontalidade descontínua

do Território Nacional. O homem brasileiro está diante do dever de multiplicar-se para poder emparelhar-se com a terra e dominá-la, aceitando-lhe tanto as primícias como os rudes desafios, pois o primeiro dever de um povo é manter-se à altura do património territorial que Deus lhe destinou, plasmando formas de vida em contato imediato com as peculiaridades de suas circunstâncias. Diante da tragédia paradoxal que nos oferece um território imenso, dotado de "espaço vital" gigantesco, mas onde se agitam populações torturadas pela fome, torna-se manifesto o imperativo da socialização do progresso, a fim de que este não continue sendo o monopólio de uma minoria afortunada nem a característica privativa das glebas do litoral. Eis aí um dado inamovível que deita raízes profundas na consciência nacional, condicionando toda a política de desenvolvimento, a qual, por isso mesmo, não pode ser convertida em bandeira de estatização totalitária, modelada ao sabor de ideologias incompatíveis com o nosso ser histórico" (Reale, 1963, p. 175-176).

Vê-se, portanto, quão atual e quão diretamente nos toca a meditação do tema do progresso. Em especial, conforta-nos perceber que os dois *Brasis* ou vários *Brasis*, de que fala o ilustre filósofo e jurista, já marcham para um único BRASIL, através de fórmulas governamentais concretas como, exemplificadamente, a SUDENE, a SUDAM, o PROTERRA, o PRODOESTE, o PROVALE, que estão levando aos quadrantes do País não só as possibilidades de participação na riqueza nacional mas também e sobretudo condições de desenvolvimento total da pessoa humana.

A outra palavra da legenda é Ordem. Vocábulo denso de significados e car-

regado de múltiplas conotações ideológicas. Sua história parece acompanhar os segmentos todos da movimentação da humanidade. Identificando-a com a lei, traçar-lhe-íamos semântica através dos séculos com resumo de um trabalho de Roscoe Pound. Analisando a teologia da lei, escreveu ele: "Se nos voltarmos para as idéias que foram obtidas no pensamento consciente sobre a finalidade da lei, poderemos reconhecer três que persistiram com êxito na história legal, e uma quarta que principia agora afirmando-se. A primeira e a mais simples dessas idéias é que a lei existe a fim de manter a paz numa determinada sociedade; para manter a paz em todas as circunstâncias e a qualquer preço. Essa é a concepção do que se poderia designar período de direito primitivo. Coloca a satisfação da necessidade social de segurança coletiva, equacionada em seus mais baixos termos, como sendo o propósito essencial da ordem jurídica. No que diz respeito à lei, e desde que esta funcione, outras necessidades individuais ou sociais podem ser ignoradas ou mesmo sacrificadas àquela".

.....

"Os filósofos gregos chegaram a conceber a segurança geral, em termos mais amplos, e a finalidade da ordem jurídica, como preservação do *status quo* social. Pensaram em manter a segurança geral de um modo mediato, através da segurança das instituições sociais. Conceberam a lei como um recurso para manter cada homem em sua respectiva e determinada raia da sociedade, evitando assim atritos com seus semelhantes.

A virtude na qual insistiam era *sophrosyne*: conhecer os limites que a natureza fixa para a conduta humana e conservar-se dentro deles. O vício que denunciaram foi *hybris*, ruptura intencional dos

limites - transgressão premeditada das fronteiras socialmente fixadas. Esse modo de pensar seguiu-se à substituição da organização política da sociedade em cidade-Estado pela organização por afinidades e parentescos. As afinidades organizadas eram ainda poderosas. Uma aristocracia dos organizados por parentesco e conscientes do parentesco, por uma parte, e a massa dos que tinham perdido ou cortado seus laços de afinidade, ou tinham vindo de fora por outra parte, estavam em luta contínua para a hegemonia social e política. Ao mesmo tempo, o indivíduo politicamente ambicioso e o aristocrata dominante e arbitrário estavam continuamente ameaçando a organização política, jamais suficientemente estável, mas através da qual a segurança geral obtinha proteção, mesmo precária que fosse. A principal necessidade social, que nenhuma outra instituição social poderia satisfazer, era a segurança das instituições sociais, de modo geral. Na forma de manutenção do *status quo* social, esta foi a concepção grega, logo a romana e medieval, da finalidade da lei".

"Na Idade Média, a primitiva idéia de lei, designada apenas para manter a paz, operou seu retorno com o Direito germânico. Mas o estudo do Direito romano ensinou, realmente, uma versão romana da concepção grega, e a ordem legal foi uma vez mais concebida como a manutenção ordenada do *status quo* social. Essa concepção respondeu às necessidades da era medieval, em que os homens tinham sido aliviados da anarquia e da violência dominantes em relações de serviço e proteção, e uma organização social que classificou os homens em termos de tais relações, solicitando-lhes que se mantivessem em suas funções como esta-

va determinado. Onde os gregos concebiam uma sociedade estacionária, corrigida de tempos a tempos com referência a sua natureza e ideal, a Idade Média pensou numa sociedade estacionária, assente na autoridade e determinada por costume e tradição. Para uns e outros, o direito era um sistema de preceitos vigentes para manter essa sociedade estacionária tal como era".

"A transição para o mais recente modo de pensar pode ser observada nos teólogos-juristas espanhóis do Século XVI. A teoria jurídica por eles proposta era a de limites naturais de atividade, nas relações recíprocas dos indivíduos, isto é, limites para a ação humana que exprimem o ideal racional do homem como criatura moral e lhe foram impostos pela razão. Essa teoria diverge, significativamente, da idéia dominante na antiguidade clássica, embora passe com o antigo nome. Os gregos pensaram num sistema de limitação das atividades do homem, a fim de que cada indivíduo pudesse ser mantido no lugar para que estava melhor preparado por natureza - o lugar onde pudesse realizar uma forma ideal de suas capacidades - e, assim, conservar a ordem social tal como estava, ou como ficaria depois de feito um novo e definitivo arranjo. Os juristas da Contra-Reforma, no Século XVI, sustentaram que as atividades dos homens estavam naturalmente limitadas e, por conseguinte, que o direito positivo podia e devia limitá-las no interesse das atividades de outros homens, visto que todos os homens têm liberdade de arbítrio e capacidade para se dirigirem a finalidades conscientes. Onde Aristóteles pensou em desigualdades suscitadas pelo diferente valor dos homens individuais e de suas distintas capacidades para

as coisas que a ordem social exigia, esses juristas pensaram numa igualdade natural (isto é, ideal), envolvida na liberdade idêntica da vontade e no igual poder de emprego consciente das faculdades próprias, inerentes a todos os homens. Assim, a lei não existia para manter o *status quo* social, com todas as suas restrições arbitrárias sobre a vontade e o emprego das capacidades individuais; existia, outrossim, para manter a igualdade natural, que freqüentemente era ameaçado ou abalado pelas restrições tradicionais sobre a atividade individual. Sendo essa igualdade natural concebida, positivamente, como igualdade ideal” de oportunidade para fazer coisas, podia facilmente tornar-se uma concepção de livre auto-afirmação individual, quanto à coisa desejada, e de ordem jurídica, no sentido de uma ordem vigente para tornar possível o máximo de auto-afirmação, num mundo que abundava de recursos inexplorados, terras não-desenvolvidas e forças naturais não-domadas. A última idéia tomou forma no Século XVII e prevaleceu por mais dois séculos, culminando no pensamento jurídico do século passado”.

.....

“No final do século passado e princípio do atual, desenvolveu-se um novo método de pensar. Os juristas começaram a pensar mais em termos de necessidades, desejos ou expectativas humanas do que de vontades humanas. Principiaram a cogitar que o que lhes competia fazer não era simplesmente igualar ou harmonizar vontade, mas, se não pudessem igualar, pelo menos harmonizar a satisfação de necessidade. Começaram a pesar, equilibrar e reconciliar pretensões, necessidades, desejos ou expectativas, tal como antes haviam equilibrado ou reconciliado vontades. Começaram a pen-

sar no finalidade da lei, não como um máximo de auto-afirmação, mas como um máximo de satisfação de necessidades. Assim, por certo tempo, conceberam o problema da ética, da jurisprudência e da política como sendo, principalmente, um problema de avaliação; um problema de encontrar critérios para julgar o valor relativo de interesses. Na jurisprudência e na política, os juristas viram que devemos somar aos problemas práticos a possibilidade de se tornarem efetivos os interesses, através de ação governamental, judicial ou administrativo. Mas a primeira questão era sobre as necessidades que deveriam ser reconhecidas - dos interesses a serem reconhecidos e garantidos. Tendo inventariado as necessidades, pretensões ou interesses que se afirmaram e para os quais se pretende obter cobertura legal, teremos que avaliá-las, selecionar aquelas cujo reconhecimento é viável, determinar os limites dentro dos quais lhes será dada efetividade, tendo em vista outros interesses reconhecidos, e averiguar até que ponto podemos fazê-los efetivos por lei, em face das limitações inerentes de uma ação legal concreta. Esse modo de pensar pode ser observado, oculto sob diversas terminologias, em mais de um tipo de jurista do século atual”.

.....

“Para os fins de compreensão do Direito atual, contento-me com uma imagem em que se dê satisfação ao máximo que for possível do todo de necessidades humanas, com um mínimo de sacrifícios. Contento-me em considerar a lei como instituição social para satisfazer necessidades sociais - as pretensões, exigências e expectativas implícitas na existência da sociedade civilizada -, efetivando tantas quantas sejam possíveis com o menor sacrifício, na medida em que

tais necessidades possam ser satisfeitas ou tais pretensões efetivadas por uma ordenação da conduta humana, através de uma sociedade politicamente organizada. Para os fins presentes, fico satisfeito em ver na história do Direito o registro de um reconhecimento e satisfação cada vez mais amplos e contínuos das necessidades, ou exigências, ou desejos humanos, através do controle social; uma concretização mais envolvente e mais eficaz dos interesses sociais; uma eliminação contínua, cada vez mais completa e efetiva, de desperdícios e atritos no desfrutar humano dos bens da existência -em resumo, um equipamento social continuamente mais eficiente" (Pound, 1965, p. 41-46, 49-50, 54).

Algumas vezes, no desejo de harmonizar as necessidades, a ordem exige o sacrifício de algumas vontades. Sacrifício que, embora real, funciona como intermediário de um próximo benefício. Nem todos os indivíduos, porém, estão suficientemente esclarecidos e preparados para os ritmos normais das conquistas humanas. Gregório Marañón descreveu o impasse do homem desejoso de liberdade, frente ao reconhecimento das vantagens da ordem que a limita. Apresentamos, em tradução nossa, um trecho do seu pensamento: "A execução do gesto rítmico, mantido pela música ou pelo canto, indispensável em todo movimento de massas, condiciona, por isso mesmo, o reflexo da disciplina, da perda da personalidade, absorvida pela massa organizada. Ora, esta sensibilidade ante o ritmo é significativa do sentido primitivo que tem o espírito da multidão disciplinada; primitivo, e por isso mesmo, inferior, porque, sem dúvida, as fases iniciais da vida estão sujeitas ao ritmo; enquanto o progresso vital equivale a libertar-se dele e a atuar com movimentos

livres e, de certo modo, desordenados, embora sempre, na normalidade civilizada, subordinados a uma hierarquia. A civilização dá a cada homem certo 'direito à desordem', presente maravilhoso, como o dos príncipes de As Mil e Uma Noites, que, se usa com imprudência e não gota a gota, nos pode envenenar. São poucos, sim, são poucos ainda os seres humanos capacitados para administrar este 'direito à desordem' sem prejuízo para a coletividade; e por isso, ao cabo de alguns anos de liberdade sobrevém a revolução, que é sempre uma intoxicação de liberdade, seguida inexoravelmente de seu antídoto específico, a disciplina ao chefe, que a multidão mesma acata como medicina salutar. O que Le Bon chama 'sede de submissão' da massa é este instinto de voltar ao ritmo primitivo e necessário, saneador da desordem e criador de novas liberdades" (Marañón, 1966, p. 59-60).

Em outro texto, Marañón continua a elucidar o tema: "Esse contágio do gesto, que a humanidade atual nos oferece em tão ampla escala, é um sinal favorável ou adverso, um sinal de avanço ou retrocesso para etapas primitivas de nossa evolução? Se julgamos o fenômeno com critério histórico e não político, temos de reconhecer duas coisas: as etapas da vida pública assinaladas pelo império de um desses gestos costumam ser etapas de pouco denso nível cultural, de regressão evidente para a mentalidade gregária, ancestral. O gesto coletivo é ritmo; o ritmo é primitivismo. Porém, ao lado disso, que é verdade, devemos consignar também: esse retrocesso comum, doloroso, é muitas vezes necessário para a saúde futura da coletividade. O retroceder na marcha dos povos, como nas dos indivíduos, significa algumas vezes vontade recalcitrante de

não seguir, desprezo ao instintivo, biológico, ao progresso, cujo serviço é um mandato sagrado que cada homem recebe ao entrar a formar parte da vasta humanidade. Porém, outras vezes retroceder quer dizer retificar um caminho errado ou tomar alento para saltar com mais ímpeto para a frente. Há seres humanos a quem isto nos dói, como nos doeria fazer uma mutilação para salvar a vida de um enfermo grave. Contudo, temos que admitir sua necessidade e colaborar nobremente para sua realização com nossa própria submissão. Esta é a situação do mundo atual. O uso imoderado e egoísta dessa parcela de 'direito à desordem' que os tempos de liberdade concedem ao cidadão tem conduzido à fase revolucionária em que, rotas as inibições criadas pela civilização, cada indivíduo gesticula por sua conta, em nome de um ideal, muitas vezes santo - como a diminuição da injustiça e uma melhor repartição do bem-estar -, porém sem levar em conta que tudo que é útil nasce de uma pauta, de uma medida e nunca da confusão. As coisas mais justas, mais santamente justas, se pedem com os meios mais bárbaros; e então surge o chefe que impõe à multidão desordenada seu gesto, o seu, único para todos; um gesto civil ou uma disciplina militar; e conduzido pelo gesto, como o rebanho pelos gritos do pastor, o complexo humano se prepara para continuar anos depois, enobrecido pelo castigo, a história da liberdade" (Marañón, 1966, p. 66-68).

Não há contradição entre os dois valores - a ordem e o progresso. É sem sentido a frase de Goethe "Prefiro a injustiça à desordem", tão criticada por Lecomte du Noüy, porquanto a injustiça, por si, já é uma desordem. Não há ordem nos países de grande potencial econômico, com am-

plas condições de atendimento em todas as áreas da população -trabalho, educação, cultura, saúde, lazer, etc.-, mas onde os membros não gozam de liberdade política. Por outro lado, a liberdade política, sozinha, não garante a ordem, se ao povo estão barradas aquelas áreas.

Augusto Comte parece ter percebido a aparente antinomia das escolas de valores, e por isso apontava um terceiro elemento como solução: o amor. Sua fórmula completa, como recordamos e como se acha no *Catecismo Positivista*, é "O Amor por princípio, a Ordem por base, e o Progresso por fim". O padre de Lubac observa que "Comte podia bem ter alguma ilusão sobre o caráter da 'harmonia' que ele quisera realizar, em consequência do altruísmo sincero que o animava. Nadava em plena utopia. Nem por isso deixa de ilustrar, sem querer, essa verdade muito freqüentemente desconhecida, que a caridade sem a justiça se transforma fatalmente em opressão e arruína o caráter humano que ela deveria enobrecer" (apud Maritain, 1964, p. 376). Maritain acrescenta: Devemos, neste ponto, a Augusto Comte uma lição que convém guardar e que toca no que há de mais profundo nos problemas da moralidade humana. Pois, sem dúvida, o primeiro preceito da lei moral é o amor. Sem o amor, a lei moral, por mais santa que seja, só consegue agravar nossa miséria. E a própria moral tende a um regime superior, no qual o amor se torna o único regulador da ação" (p. 376-377). Comte mostrava "a importância fundamental da boa vontade, da bondade, do sentido da comunhão humana, a necessária preponderância do coração e a primazia do amor, o fato de que sem o amor as melhores coisas só servem para

nos tornar piores, e que o amor está no início e no termo de nosso progresso moral..." (ibid., p. 364).

Perguntar-se-ia então: por que os criadores da bandeira republicana não apuseram logo a trilogia completa: *Ordem-Progresso-Amor*? Talvez por serem os dois primeiros de natureza visível, palpável, enquanto o amor é imponderável; *ordem e progresso* seria campo próprio da política; o amor pertence mais à moral. Estamos, porém, com José Feliciano de Oliveira, que pensa a zona como símbolo do amor, segundo a interpretação de Inocêncio III. Desse modo a ordem e o progresso teriam sido expressas em letras e o amor em símbolo.

Estes seriam os comentários a fazer dentro da filosofia de Augusto Comte e no contexto do momento histórico em que nasceu a bandeira republicana. Extrapolando para a interpretação lírica, poética, sentimental, poderíamos ver extrinsecamente no lema *Ordem e Progresso* a presença da língua portuguesa, instrumento de que nos servimos para traduzir os nossos sentimentos e aspirações.

Álvaro Maia colocou assim a simbologia: "Sociologicamente, o idioma é o fio luminoso estendido entre os primeiros homens e a raça, que borbotou de sua fusão étnica e social no murmuroso rio do tempo: as palavras, hoje proferidas em dias tranquilos, foram gritos de combate, hosanas à liberdade, *fiat lux* descobridor e civilizador às bocas dos guerreiros, dos oradores e dos catequistas. Um pavilhão qualquer é completo quando simboliza o céu, a raça, a terra a história. A língua transmite o canto, a cor, a forma, a vibração, o entusiasmo e a serenidade dessa história. Desse modo, só é verdadeiramente integral o pavilhão que ostenta palavras em uso pelo povo. Vendo-o,

o estrangeiro, em países longínquos, soletra três vocábulos de nosso idioma, sem indagar de seitas, e, em certos momentos emocionais (o pavilhão à popa de um navio é um deles), quem murmura, mesmo baixinho, está rezando" (Maia, 1926, p. 19).

Como em outras ocasiões, devemos atenuar o "só", e dizer "proeminentemente", porque, do contrário, apenas estariam no rigor de conceito de bandeira as do Brasil, da Arábia Saudita e do Sikkim, as únicas a terem legendas. Mas, por outro lado, devemos conscientizar-nos da riqueza de nosso pavilhão que, recordativo de tantos elementos geográficos, históricos, políticos, fixou também a lembrança de nossa língua, "a última flor do lácio".

Deve-se louvar a atitude dos positivistas de não terem imaginado uma legenda em francês ou outro idioma estrangeiro, como era costume na época, inclusive em Portugal. A Inconfidência Mineira adotara um lema em latim: *Libertas quae sera tamen*. E também nesta língua foi o dístico que Tristão Alencar Araripe propusera em seu projeto de reforma: *In hoc signo vinces*.

Poder-se-ia ter pensado para a bandeira a legenda *Independência ou Morte*? De um lado haveria suas conveniências. "Esse lema, de tanta recordação, não levantaria protestos, e impediria mesmo se acoisasse de positivista a bandeira, devido àquelas palavras de Comte" (ibid., p. 18).

D. Pedro simpatizava com este lema. Na pequena Proclamação que dirigiu aos "honrados paulistanos", no dia seguinte à independência, disse o imperador: "A divisa do Brasil deve ser - *Independência ou Morte*. Sabei que, quando trato da causa pública, não tenho amigos, e validos em ocasião alguma". A 10 de novembro, quando fez a entrega das primeiras bandeiras nacio-

nais: Quando a Pátria precisa ser defendida, e o exército tem por divisa - *Independência ou Morte*, a Pátria descansa tranqüila, e os inimigos assustam-se, são vencidos, e a glória da nação redobra o brilho”.

Até que o tope nacional ficou em uso entre os brasileiros, conservou-se a lembrança e a mística da divisa de nossa independência (Silva, J., 1890, p. 245). Desaparecido o costume, perdeu-se também a vivência emocional da mensagem do dístico.

Por isso, por ocasião do aparecimento da bandeira republicana, a resistência que se fez a *Ordem e Progresso* se apoiava mais em sua origem positivista do que no valor do tradicional *Independência ou Morte*. Em termos de passado, o brado de D. Pedro seria mais consentâneo para figurar em nosso pavilhão. Mas tendo em vista o futuro, sempre mais estaria desatualizado, dada a marcha irreversível da humanidade de hoje para o diálogo e a harmonia, quando já soam com ecos de caverna quaisquer conceitos de conotação bélica. Filiada, em origem, a um grupo particular da nação, a divisa *Ordem e Progresso*, em 83 anos de presença e de culto, tornou-se filha adotiva de milhões de brasileiras, que, realistas, se integram nas novas pautas políticas do país, e, dinâmicos, participam dos novos sulcos abertos rumo ao seu completo e já pregustado desenvolvimento.

E Libertas quae sera tamen? Responde Teixeira Mendes: “A única razão para não a adotar agora é que ela não define o conjunto da política republicana moderna. A liberdade é uma condição e não um fim; a liberdade é a condição fundamental justamente da *Ordem e do Progresso*. A divisa atual absorve, portanto, espontaneamente, a legenda dos gloriosos inconfidentes” (apud Prado, 1903, p. 87-88).

Embora os inconfidentes entendessem a liberdade em sua multiforme significação, o aspecto mais em vista era o político, a emancipação da coroa portuguesa. Quando do advento da república, o Brasil já estava de há muito separado de Portugal. Desse modo, havia uma defasagem entre liberdade em 1789 e liberdade exatamente cem anos depois. Com os inconfidentes a liberdade estava em processo; com os republicanos, já era conquista alcançada.

Em todo o caso, a legenda das Alterosas não desapareceu completamente da heráldica brasileira. Está presente nas armas do Acre, talvez para dizer que, também ele, alcançava “a liberdade” de ser Estado.

Tristão de Alencar Araripe, num projeto de bandeira, propunha a divisa *In hoc signo vinces*, a mesma adotada por Constantino contra Maxêncio no Século IV. Além de sua exterioridade alógena, a completa falta de fantasia, de ir buscar em museu, também estrangeiro, uma mensagem para nação tão jovem. Ademais, sabemos que, apesar de referir-se ao símbolo do cristianismo, é uma legenda autenticamente política e a serviço da ambição. Salvando-se o respeito à crença religiosa, a idéia de Alencar Araripe estava pejada de elementos negativos. Evidentemente, não podia concorrer com *Ordem e Progresso*, mesmo sendo esta de inspiração positivista, e num país católico.

Quando do Centenário de nossa Independência, em 1922, Jorge V, da Inglaterra, em mensagem de saudação ao Presidente da República do Brasil, baseou suas palavras na famosa legenda, dizendo que tal frase deveria constituir o programa de todos os povos (Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], de 13.09.1922). Agora, cinquenta anos depois, voltamos a comemorar a Independên-

cia. Bem justo que dentro das solenidades, para as quais quisemos contribuir com este livro, bem justo que se focalize bem a mensagem perene da divisa de nossa bandeira. Há milhões de interesses ligados aos ideais de ordem nos quadrantes da pátria. Mas há também os milhões de esperanças vinculadas àquilo que a nação pode oferecer em termos de maior distribuição da riqueza, de mais ampla participação nas decisões políticas, de mais pleno gozo nos fatores que enobrecem e desenvolvem a pessoa humana. Há sobretudo um trabalho a fazer: a catequese do amor e da boa vontade, no sentido de que todos, mas especialmente as camadas mais jovens da população, não esmoreçam perante o longo caminho que o progresso deve percorrer, e não procurem apressá-lo violentando os valores da ordem.

Ronald de Carvalho, na constatação de que havia tão poucos literatos a exaltar os primeiros passos da América para o desenvolvimento, escreveu aquele vibrante poema *Toda a América*, tão apto a entusiasmar-nos pelo que já vamos alcançando. Transcrevemo-lo parcialmente, mudando América por Brasil.

Onde estão os teus poetas, Brasil?
 Onde estão eles que não compreendem os teus meios-dias volup-
 [tuosos,
 as tuas redes pesadas de corpos
 eurrítmicos, que se balançam nas
 [sombras úmidas,
 as tuas casas de adobe que dormem
 [debaixo dos cardos,
 os teus canaviais que estalam e se
 [derretem em pingos de mel,
 as tuas solidões, por onde o índio
 [passa, coberto de ouro, entre reba-
 [nhos de cabras,
 as tuas matas que chiam, que trilam,

[que assobiam e fervem,
 os teus fios telegráficos que enervam
 [a atmosfera de humores humanos,
 os martelos dos teus estaleiros,
 os silvos das tuas turbinas,
 as torres dos teus altos fornos.
 O fumo de todas as tuas chaminés,
 E os teus silêncios silvestres que
 [absorvem o espaço e o tempo?
 Onde estão os teus poetas, Brasil?
 Onde estão eles que se não de-
 [bruçam sobre os trágicos suores
 [das tuas sestas bárbaras?
 No teu sangue mestiço crepitam
 [fogos de queimadas,
 Juizes, tribunais, leis, bolsas, con-
 [gresso, escolas, bibliotecas,
 tudo se estilhaça em clarões, de re-
 [pente, nos teus pesadelos irreme-
 [diáveis,
 Ah! como sabes queimar todos esses
 [troncos da floresta humana,
 e refazer, como a Natureza, a tua
 [ordem pela destruição!
 Onde estão os teus poetas, Brasil?
 Onde estão eles que não vêem o
 [alarido construtor dos teus
 portos,
 onde estão eles que não vêem essas
 [bocas marítimas que te alimentam
 [de homens,
 que atulham de combustível as for-
 [nalhas dos teus caldeamentos,
 onde estão eles que não vêem
 [todas essas proas entusiasmadas,
 e esses guindastes e essas gruas
 [que se cruzam,
 e essas bandeiras que trazem a
 [maresia dos fiordes e dos golfos,
 e essas quilhas e esses cascos vete-
 [ranos que romperam ciclones e
 [pampeiros,

e esses mastros que se desarticulam,
 e essas cabeças nórdicas e medi
 [terrânicas, que os teus mormaços
 [veio fundir em bronze,
 e esses olhos boreais encharcados
 [de luz e de verdura,
 e esses cabelos muito finos que
 [procriarão cabelos muito crespos,
 e todos esses pés que fecundarão
 [os teus desertos!

Cassiano Ricardo imaginou que, apesar de tantas realizações práticas na área governamental, o homem desesperançado ainda acha letra morta os decretos e leis, os planos e projetos que se levantam. Escreveu, então, a poesia *O erro de cada dia*, que repõe um tema de meditação:

O homem da lei decreta
 que não haja mais fome,
 que não haja mais frio,
 que sejamos irmãos,
 uns dos outros
 Datilograficamente.

Nada mais angélico do que a sua íntima
 convicção de que dirige o acontecimento.

No outro dia decreta
 que não haja mais sede,
 que não haja mais crime,
 que me queiras bem.
 Que é isto o que quer dizer
 amai-vos uns aos outros.

Mas o seu decreto
 é escrito sobre areia,
 no papel, na onda,
 na asa da borboleta,
 no teu coração – enigma
 que não se comove.

E o mundo continua
 pagando o mesmo erro, o mesmo
 da manhã imemorial.

E há dores ilegais,
 e há lágrimas ilegíveis,

E há principalmente,
 o teu coração enigma
 que não se comove.

Numa época como esta, de tanto movimento e transformações, em que muitas vezes a ambição dos mais espertos turva o trabalho lento dos generosos, é preciso que se levante bem nítida a bandeira da Esperança. Olavo Bilac louva toda a carreira da humanidade em suas invenções e descobertas. Mas coloca acima de todos os grandes gênios aquele que sabe sempre encontrar e transmitir novas razões de viver e esperar. É o tema de seu soneto *Benedicite!*:

Bendito o que, na terra o fogo
 [fez e o teto;

E o que uniu a charrua ao boi
 [paciente e amigo;

E o que encontrou a enxada; e o
 [que, do chão abjeto,

Fez, aos beijos do sol, o ouro
 [brotar do trigo;

E o que o ferro forjou; e o pig
 [doso arquiteto

Que ideou, depois do berço e do
 [lar, o jazigo;

E o que os fios urdiu; e o que
 [achou o alfabeto;

E o que deu uma esmola ao pri
 [meiro mendigo;

E o que soltou ao mar a quilha, e
 [ao vento o pano;

E o que inventou o canto e o que
 [criou a lira;

E o que domou o raio; e o que
 [alçou o aeroplano...

Mas bendito, entre os mais, o que,
 [no dó profundo,

Descobriu a Esperança, a divina
 [mentira,

Dando ao homem o dom de su
 [portar o mundo!

O Céu

A presença do "céu" em nossa bandeira já era um comentário coreografado para o lema *Ordem e Progresso*. De fato, as estrelas fazem parte daquele universo, sempre em movimento, sempre em progresso, mas que conserva permanentemente a ardem das distâncias e das atrações. Teixeira Mendes já o dissera: "Essa conciliação de Ordem e Progresso se patenteia desde os fenômenos matemáticos, como nos atesta o espetáculo astronômico" (Mendes, 1889).

No entanto, o significado primordial do "céu" em nosso pavilhão é outro. Oficialmente, o decreto não refere a sua simbologia como tal, conforme o faz para as

estrelas. Mas Teixeira Mendes, autor do projeto, afirma explicitamente que "se adotou a representação idealizada do aspecto do Céu na Capital dos Estados Unidos do Brasil, no momento em que a constelação do Cruzeiro do Sul se acha no meridiano". De maneira mais genérica escreve ainda: foi levantada "uma imagem que evocasse em nossa mente o aspecto de nosso Céu". E finalmente: "Figurou-se a esfera inclinada sobre o horizonte segundo a latitude do Rio de Janeiro".

Os homens de 89 penetravam assim na grande corrente cultural que pervade toda a história da bandeirologia universal e que recordamos algumas vezes no decorrer deste nosso trabalho: a tendência em fixar nos pavilhões momentos de vitória. O documento mais antigo de bandeira - o *Estandarte de Ur*, de 3500 a.C. - apresenta grupos de prisioneiros, como perene recordação do êxito bélico do rei. No Egito, encontramos a *Tabuleta de Maquilagem* de Narmer, em que, entre outras formas, simboliza-se o monarca, talvez Menés, abatendo um inimigo; no canto direito superior, o mesmo rei, em forma de gavião hórus, segurando numa corda algum país vencido, e pousando sobre seis flores de loto, representativas de seis mil prisioneiros. Mais tarde é Dário: no marco em honra de Ahura Mazda, o deus da luz, numa rocha a cinquenta metros de altura, fez gravar-se a si mesmo vencendo os "reis da mentira", os feiticeiros medos, que aparecem com as mãos atadas e presas um ao outro por uma corda. A inscrição era formal: o quadro foi esculpido para memória dos feitos do Grande Rei. Em Portugal, temos Afonso III adotando símbolos do Algarve como recordação dos castelos mouros vencidos. Napoleão mandará bordar nos estandartes

militares nomes das cidades em que este ou aquele regimento esteve vitoriosamente empenhado ●

Mas há uma diferença: enquanto todos estes exemplos nos mostram figurações de vitórias bélicas, com derramamento de sangue, o pavilhão dos republicanos de 89 caracteriza uma vitória pacífica, incruenta.

Alceu Amoroso Lima explanou várias vezes esta tendência do povo brasileiro em transpor pacificamente as diversas etapas de sua história e do seu desenvolvimento. Eis trecho de um seu artigo - *A Encruzilhada* - escrito em setembro de 1961:

"Um dos maiores ensinamentos de toda a nossa História é precisamente o da solução incruenta das maiores crises de nossa evolução política. A começar pela maior delas, precisamente essa independência que hoje comemoramos. Passamos, praticamente sem sangue, do regime colonial ao regime nacional em 1822. Passamos, praticamente sem sangue, do regime imperial ao republicano em 1889. Passamos, praticamente sem sangue, em 1930, da primeira à se-

gunda República. E nesta, da mesma forma, através das várias vicissitudes - Revolução Constitucionalista, Estado Novo, Estado Democrático. Alguns consideram esse fato como prova daquilo que Mário de Andrade procurou satirizar através do seu *Macunáima*, "O herói sem nenhum caráter". A mim me parece exatamente o oposto. É a prova do nosso caráter. Do que há de mais profundo, de mais autêntico, de mais puro em nosso caráter nacional. A paz não é, para nós, uma simples palavra vã ou a simples negação de um estado de luta. É um estado de alma, é uma inclinação do temperamento coletivo, é uma lei profunda da nossa sociologia histórica. O humanismo brasileiro assenta, precisamente, nessa capacidade de varar as crises coletivas com o mínimo de violência. O *pardón* é inconcebível em nossa terra, a não ser trazido por aventureiros internacionais que desvirtuem o nosso sentimento de Pátria. A Pátria, para nós, é a casa, a família, a paisagem, a amizade, a compreensão, o diálogo. O ódio, a blasfêmia, a vingança, a guerra civil ou estrangeira, as revoluções sangrentas, são momentos de exceção, logo superados pelo nosso inveterado e invencível sentimento de civilidade, de civismo, de civilização. Podemos derramar o sangue, se forçados, em defesa do que temos de mais sagrado em nossa vida. Mas *jamais* faremos do sangue um símbolo de nossa nacionalidade. Nem em nossa bandeira. Muito menos em nossos costumes. Jamais em nossos corações" (Lima, 1964, p. 65-66).

Exatamente um ano depois, setembro de 1962, lembrou "a realidade histórica de que há uma sabedoria do coração em nosso povo, que se comunica, nas horas graves, às próprias elites e nos traça caminhos do bom senso que a própria lógi-

● Bandeira do 39º Regimento de infantaria de linha (1813/1814)



ca desconhece. Esse o sentido do meu invariável otimismo, apesar de todos os pesares. Da minha resistência ao pânico. Da minha confiança no humanismo brasileiro" (Lima, 1964, p. 105-106).

E já depois do Movimento de Março de 1964: "... a Revolução ficou rapidamente vitoriosa, em circunstâncias que a colocam na linha da nossa mais autêntica evolução histórica. Ficou provada, uma vez mais, a lei fundamental de nossa historiografia política: a solução incruenta de nossas crises mais graves. Jantava Austregésilo de Ataíde em uma embaixada, quando o rádio anunciou o Manifesto do Governador Magalhães Pinto. "É a guerra civil", comentaram, apreensivos, os embaixadores presentes. O nosso amigo, porém, penetrante conhecedor da nossa História e da nossa gente, contestou: "Não temam. Tudo se resolverá bem, à brasileira."

E assim foi desta vez, como tem sido sempre em nosso passado. [...] Temos tido também as nossas lutas cruentas e guerras civis que duraram mais de decênio, como a dos Farrapos, campanhas sangrentas como a de Canudos, repressões violentas como as coloniais, para mostrar que o sangue de nossa gente também esquenta e corre. Mas é a exceção, que confirma a regra. Se alguma coisa devemos cultivar em nosso caráter nacional, e preservar em nossa História, como típica de nosso humanismo brasileiro, é precisamente essa tendência inata às soluções pacíficas das nossas mais graves crises políticas. Mesmo com os tanques nas ruas... É a marca do nossa gente, da nossa História, da nossa civilização. Cultivemo-la com carinho. E o 30 de Março a confirmou uma vez mais" (ibid., p. 222).

Uma outra diferença entre os estandartes históricos que gravaram cenas de vi-

tória e o pavilhão da república: o nosso é o único em recorrer ao "céu" para simbolizá-las. Há prisioneiros, há flores de loto, há castelos, há nomes de cidades vencidas -mas estrelas, esta é a primeira vez que encontramos em pavilhões para recordar momentos vitoriosos. Qualquer coisa que se diga desse "céu" imorredouro, ficará o lance genial dos positivistas em ir buscar no firmamento, no palácio universal da luz, os testemunhos de uma ocorrência histórica. Poderá mudar o calendário, em vez de 15 de novembro poder-se-á dizer 15 de Frederico ou 8 de Von Braun; no entanto, toda vez que se formar no céu, sobre o Rio de Janeiro, aquele conjunto de constelações gravadas em nossa bandeira, saberemos que é o *dia da prodamação de nossa república*. Dentre em breve já não haverá ninguém nascido antes de 15 de novembro de 1889; mas, no céu, restarão sempre expectadores do magno acontecimento. Dario mandou gravar seu marco nas alturas inacessíveis de uma rocha; o mesmo fez Diogo Cão, em 1484, em relação às armas de Portugal. De certo modo, queriam que a lembrança ficasse fora do alcance dos mortais. Os republicanos foram mais longe: apelaram para as estrelas.

As estrelas não foram colocadas de *qualquer modo*, e sim obedecendo-se a uma ordem *científica*, num esforço de retratar a mesma posição que ocupam no firmamento, embora em forma estilizada.

Neste aspecto, os autores da bandeira colocar-se-iam na linha dos antigos que procuraram gravar na terra resultados de suas observações celestes. Nas montanhas da região asiática de Kohistan, encontra-se um desenho em caverna, reproduzindo as posições exatas dos corpos celestes, executado há 10 000 anos (Däniken, 1970,

p. 42). Entre o legado cultural pré-inca, descobriu-se o *Grande ídolo*, monólito de sete metros, pesando vinte toneladas. Bellamy e Allan, estudiosos do achado, julgam que os símbolos inscritos no corpo do ídolo retratam o estado do céu, a nosso redor, há 27 000 anos passados. Teriam sido gravados também como documento para as gerações futuras (apud Däniken, 1970, p. 34). No Templo de Copán, em Honduras, os 52 degraus da escadaria correspondem ao ciclo dos 52 anos do calendário maia (ibid., p. 72-73). Os motivos pictóricos das alturas magdalenianas e aurignacianas, interpretadas até 1965 como tendo significação religiosa ou mágica, são apontados agora como consignações de observações científicas, pelo dr. Marshack, de Nova Iorque.

Em resumo, "enquanto o mundo for mundo, o aspecto da bandeira lembrará os fundamentos celestes e terrestres de nossa querida pátria. Nenhum 15 de novembro passará sem que o céu aí paire sobre nós, como indefectível bênção, como sacro testemunho, a rever nossos progressos, com a rapidez serena de uma regularidade exemplar. Nele temos o ideal modelo por que devemos mais e mais pautar a regularização de nossos atos privados ou cívicos, de nossas funções coletivas, de nossas relações universais ... " (Oliveira, 1907, p. 63-64). Símbolo eminentemente moderno, nosso pavilhão se insere também na linha pedagógica das insígnias gregas, onde a juventude aprendia a assimilar as grandes linhas da filosofia de vida do Estado. Muito haveria de ganhar o Brasil se em todas as escolas do primeiro grau, em lições teóricas e ao vivo perante o firmamento, fossem inculcados o conhecimento do "céu" de nossa bandeira e as lições morais que ele inspira!

As Estrelas

A contemplação das estrelas foi sempre uma constante no desenrolar da história da humanidade. Poder ir às estrelas e não apenas vê-las da terra foi sempre um grande sonho em todos os tempos. Logo cedo, por efeito de permanentes observações, foram

descobertas as linhas principais da atividade dos seres celestes.

Ao longo do itinerário deste livro, encontramos tantas vezes estrelas na meditação e no emprego em bandeiras de povos antigos. Hoje, em número variado, elas se acham nos pavilhões dos Estados Unidos, Honduras, Venezuela, Chile, Panamá, Bulgária, Argélia, Senegal, Somália, Togo, Tunísia, Birmânia, China Popular, Filipinas, Iraque, Israel, Jordânia. Estão em mais da metade dos Estados do Brasil: Acre, Alagoas, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Mato Grosso do Sul.

Os positivistas tinham vários motivos para conservarem as estrelas na bandeira. Em primeiro lugar, havia o culto do Fundador aos astros, considerados "anexos subjetivos ou objetivos" do "planeta humano" (apud Maritain, 1964, p. 354, nota 50). Depois, a ordem das estrelas no céu serviria como primeiro comentário à legenda. E ainda: algumas das estrelas, em particular, representariam este ou aquele ideal republicano. Fora do clima positivista, era oportuno conservá-las para harmonizar a bandeira com o Hino Nacional, mantido pelos republicanos, e que fala de estrelas. Acidentalmente, teriam grande arma na mão para provar que estavam respeitando a tradição, mantendo as estrelas do pavilhão imperial, embora em disposição diferente.

Se excetuarmos a Austrália, Nova Zelândia, Papua e Samoa, onde há também o Cruzeiro do Sul, nenhuma outra bandeira, fora a do Brasil, utilizou estrelas caracterizadas, identificáveis no céu. Em caráter absoluto, a bandeira brasileira é a única a retratar mais de uma constelação.

As Estrelas e os Estados

O decreto de 19 de novembro diz expressamente que as estrelas simbolizam os Estados e o Município Neutro do Brasil. Seguia a idéia do pavilhão imperial, que, por sua vez, já o recebera da bandeira norte-americana

O diploma legal não discrimina entre as estrelas, qual a que simboliza este ou aquele Estado da Federação.

Teixeira Mendes, em sua *Apreciação Filosófica*, refere-se à atribuição de alguns Estados a determinadas estrelas: "Assinalou-se o pólo sul pelo Sigma do Oitante, que se tornou o símbolo natural do município neutro. Escolheram-se constelações austrais, com exceção do Pequeno Cão, que forneceu Prócion, para significar que a União

Brasileira tem um estado que se estende ao hemisfério norte”.

A determinação de um Estado para cada estrela foi arbitrada posteriormente. Evidentemente, não era possível conservar a coerência entre tamanhos de estrelas e superfície dos Estados, e por outro lado, a ordem das constelações no céu e a seqüência geográfica dos Estados.

Apresentamos abaixo a relação completa das estrelas, incluindo as seis colocadas depois de 1889, acompanhadas de cada um de seus afilhados. Apomos a grandeza das estrelas para comparação com a superfície dos Estados.

1. Espiga	1ª Pará
2. Prócion	1ª Amazonas
3. Sírio	1ª Mato Grosso
4. Canopo	1ª Goiás
5. Alfa	1ª Minas Gerais
6. Beta	2ª R. G. do Sul
7. Gama	2ª São Paulo
8. Delta	3ª Estado do Rio
9. Épsilon	4ª Sergipe
10. Antares	1ª Bahia
11. Beta	3ª Maranhão
12. Lambda	2ª Piauí
13. Teta	2ª Ceará
14. Épsilon	2ª Pernambuco
15. Kapa	3ª Santa Catarina
16. Mü	3ª Espírito Santo
17. Jota	3ª Alagoas
18. Alfa	2ª Paraná
19. Beta	3ª Paraíba
20. Gama	3ª R. G. do Norte
21. Sigma	5ª Distrito Federal
22. Alphard	2ª Mato G. do Sul
23. Gama	3ª Acre
24. Beta	2ª Amapá
25. Gama	4ª Rondônia
26. Delta	2ª Roraima
27. Épsilon	3ª Tocantins

Nota-se o esforço de fazer escalonar os Estados de acordo com a grandeza astronômica das estrelas. A desproporção mais evidente é o caso do Maranhão, para quem se apontou uma estrela de 3ª grandeza, quando sua superfície é maior do que a de São Paulo e Rio Grande do Sul, para os quais são indicadas estrelas de 2ª grandeza. Os deslocamentos geográficos são mais extremos nos casos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas e Paraná. Para o Distrito Federal teve-se de ocorrer a uma estrela de 5ª grandeza, porque se precisava de uma estrela polar para o simbolismo preconizado. Só uma estrela polar, ao redor da qual as outras parecem girar, seria capaz de significar o município neutro, centro das demais Unidades da Federação.

A figuração das estrelas em constelações formando um conjunto determinado do céu é muito mais sugestiva do que a mera apresentação de estrelas sem individualidades e sem nexo de ligação. Desse modo, a bandeira republicana brasileira ganhou em riqueza, acima do simbolismo da norte-americana e da nossa imperial.

José Feliciano de Oliveira expressou assim este tema: Na bandeira de 89 “socialmente, politicamente se quer representar o fenômeno da *independência* e do *concurso*, onde entram unidades que existem à parte, mas concorrem para um fim comum. É o que nos define um admirável princípio de Aristóteles - a separação dos esforços e sua convergência necessária. Nenhuma existência coletiva, social é possível sem o labor convergente de todas as unidades responsáveis, que tiram desse concurso independente o melhor quinhão de sua dignidade. Ora, as estrelas *independentes* em suas órbitas ou centros, constantes em seus aspectos e em sua aparente equidistância, convergem todas para

formar o conjunto harmônico da esfera celeste. Simbolizam, pois, o que na Pátria temos, o que temos na Sociedade: simbolizam as unidades, os Estados independentes e o concurso de todos para um real conjunto, um fim comum. Mas tal simbolismo só é perfeito quando as estrelas estão em constelações, quando, solidariamente, em suas *posições* relativas, constituem no céu um conjunto definido, como no aspecto de nossa bandeira. Não estão aí "separadas e dispersas", mas convergentes e harmônicas na formação de um determinado aspecto, com um fim determinado. São independentes, têm até movimentos, mas tudo em modo a não alterar o conjunto essencial. A orla azul da antiga bandeira não era um complexo espontaneamente definido, um definido aspecto essencial, imutável, onde as estrelas circularmente convergissem. Ali havia artifício, embora mui digno: aqui há uma eviterna realidade cósmica".

.....

"O estrelado pendão americano baseia-se em artifício análogo ao do império brasileiro. Em ambos prevaleceu a igualdade das estrelas, artificialmente encerradas em uma zona circular ou em um retângulo, que, por si, como *prisões* ou *cercaduras*, não simbolizam independência nem assinalam um concurso definido. Em nossa bandeira, as estrelas, desiguais em brilho, em grandeza, desde logo mostram que há Estados desiguais em territórios. Não os individualizam, porque todos estão unidos numa só federação, para a qual concorrem em sua real *independência*. Este conjunto as estrelas desiguais claramente simbolizam, porque não estão aí gravadas por causa de sua desigualdade, mas pelo *concurso* necessário com que formam constelações de um céu impercível" (Oliveira, 1907, p. 65-68).

Particularidades de Algumas Estrelas

Evidentemente, nenhuma das estrelas foi escolhida sem algum motivo particular. Mas é claro também que há uma hierarquização de importância no significado de cada uma.

Veremos aqui os casos de maior intensidade cultural.

Ninguém estranha a escolha da constelação de Virgem numa bandeira preparada por positivistas. Se o losango já oferecia toda a sustentação para uma ampla simbologia feminina, não deixava de ser uma figura escolhida pelos próceres da independência. Tornava-se imperioso anotar um emblema original para reforçar a presença da mulher em nosso pavilhão.

Mas agora a mulher já não seria representada em referência a Clotilde de Vaux, e sim em ligação com Astréia, deusa dos pagãos, e com Nossa Senhora, santa dos cristãos.

Astréia era filha de Júpiter e de Têmis, ou de Astreu e da Aurora, segundo outros. Descida do Olimpo, veio habitar na terra; mas os crimes dos homens forçaram-na a regressar ao céu, onde foi transformada na constelação de Virgem, compondo o zodíaco. Representada com a balança em u'a mão, e a espada na outra, era tida como deusa do comércio e da justiça.

Em particular, uma das estrelas da constelação - a *Espiga*, precisamente a que foi selecionada para nosso pavilhão, é símbolo da agricultura, e como tal "não podia deixar de estar figurada na nossa bandeira" (Gonsalves, 1934, p. 4).

Na antiga Pérsia, por entre o rigor monoteísta de Zoroastro, apareceu uma deusa por exceção: Anahita, protetora da agricultura. Toynbee assim descreve e assim exalta a presença da divindade naquele reino: "Nos baixos relevos da era sasaniana, surpreende encontrar a deusa Anahita ocupando seu lugar ao lado de Osmuzd, que é o próprio Deus, e de seu derrotado adversário Ahriman. Os imperadores sasanidas eram rígidos zoroastrianos e o Zoroastrianismo é,

em teoria, uma religião severamente monoteísta. O Adversário não é par do Deus e, além do Adversário, nenhuma outra divindade é deixada em campo. Elas são sublimadas em atributos de Osmuzd ou são degradadas para a categoria de demônios. Quando os iranianos chegaram tão perto do monoteísmo, por que dele se afastaram novamente? E por que ocorreu duas vezes o mesmo afastamento? Os achaemenides posteriores parecem ter readmitido a adoração de Anahita, como fizeram os sasanidas depois deles. Por que, de todo o panteão pagão, Anahita foi escolhida para reocupar um lugar que nenhum bom zoroastriano deveria estar disposto a conceder-lhe? Não é por acaso que Anahita foi a divindade pagã favorita. Anahita é a deusa da água; sem água não pode haver agricultura e sem agricultura não há população. Zoroastro era um devoto da Agricultura e, por via de consequência, era um devoto de Anahita também, embora sem dúvida tivesse recusado reconhecer a força do argumento. A consorte do Deus hindu Shiva é chamada Parvati, Nossa Senhora das Montanhas, e a deusa persa Anahita poderia com propriedade usar o mesmo título. Na Pérsia, a água é o presente das montanhas para o Homem. As montanhas atraem as nuvens carregadas de chuva e guardam a água da chuva em seu seio. A água jorra de fontes e, então, chega a vez de o Homem desempenhar o papel de criador. O Homem precisa conservar cada gota da água vital, para que não se perca pela evaporação, e ao mesmo tempo precisa levá-la até longas distâncias, sob um sol tórrido, desde a encosta árida da montanha até o fértil solo da planície. No decurso de cinco ou seis mil anos, o Homem iraniano

encontrou para esse problema uma solução que é tão engenhosa quanto trabalhosa".

.....

Salve, portanto, a exuberante Anahita, Grande Mãe dos Medas! Mas salve vós também, etérea deusa, cujo nome não conheço, a rainha de toda a terra sedenta que as águas mágicas de Anahita não alcançam! Vossa magia, deusa desconhecida, é maior do que a dela, pois, da rocha seca e da poeira crestada, sabeis como criar beleza. Vossas são as flores silvestres que constituem a glória do deserto persa: malvarosa silvestre, cardos azuis brilhantes, asfódelo branco e aquela espinhosa moita cuja fragrância supera o olor do néctar e da ambrosia. Nem mesmo os oleandros e as azaléias nos leitos dos rios de Anahita, cobertos de junco, se compararam aos vossos adoráveis trabalhos. Salve, rainha da seca, três vezes salve!" (Toynbee, 1959, p. 197-198, 200).

A idéia não era estranha no Brasil. Durante o domínio holandês em Pernambuco, Maurício de Nassau, segundo referimos, constituíra um brasão que continha, entre outros símbolos, a figura da virgem Astréia, com a espada e a balança, indicando a justiça e as transações comerciais.

Como símbolo da agricultura, poderia representar concretamente o Progresso; por isso, quis-se, sem sucesso, retirar uma das oito estrelas de Escorpião e substituí-la por Régulo, da constelação de leão, que seria colocada acima da faixa sobre a palavra Ordem, à semelhança da Espiga que está sobre a palavra Progresso (Goes, 1908, p. 206).

A constelação da Virgem, representada pela Espiga, invocaria ainda o tema da Virgem-Mãe, pertencente também ao ideário positivista. Na verdade, Comte possuía seu culto da Virgem-Mãe. "Essa é para ele a

suprema utopia. Corresponde, como um "limite ideal", à nossa paradoxal aspiração a elevar a mulher -na medida em que ela tem por missão dar a vida a um novo membro da humanidade - acima das concupiscências do instinto sexual, embora destinado esse à perpetuação da vida. Por outras palavras, e em uma linguagem mais comtiana, a função da mulher, se fosse dispensada das 'brutalidades do homem' e do amor carnal entre ela e um indivíduo masculino, se tornaria mais altruística, transformando-se em uma pura função de interesse social, 'tanto por sua origem e seu exercício como por seu resultado'. (Se a inseminação artificial fora conhecida no tempo de Comte, ele a teria sem dúvida saudado como uma irrevogável etapa em direção a sua utopia. E poderíamos imaginar o novo poder espiritual, dirigindo com seus conselhos o emprego generalizado do processo, com vistas ao melhoramento eugênico do Grande-Ente.)" (Maritain, 1964, p. 356-357).

Comte julgava que a religião de Deus seria substituída pela religião da Humanidade. "Graças ao desprezo pela exatidão histórica, naturalmente peculiar a toda filosofia da história, que reconstrói o passado a golpes de leis necessárias estava Comte convencido de que essa substituição começara, na Idade Média, com o culto da Virgem, imagem da Humanidade. "Após ter esboçado, de modo admirável, o culto da Mulher, prelúdio necessário à religião da Humanidade - determinou realmente o sentimento feudal, no século das Cruzadas, a alteração que sofreu o monoteísmo ocidental, quando a Virgem nele tendeu a substituir-se a Deus" (ibid., p. 353, nota 39).

Também fora dos arraiais positivistas, a constelação é vista como representação da

Virgem-Mãe, mas agora a Virgem por excelência: "ela nos faz lembrar Maria Santíssima, a bondosa Mãe de todos os brasileiros..." (Santos, 1933, p. 13).

Para os positivistas não interessava externar a possibilidade de *Espiga* conter a significação que acabamos de expor. A simbologia da estrela marchou então para outra área. Diz Teixeira Mendes, autor e intérprete doutrinário da bandeira: "A Virgem tem parte no hemisfério norte e parte no hemisfério sul, estendendo-se aquela acima da Eclíptica: A sua estrela mais bela, a *Espiga*, pertence ao nosso hemisfério e a essa estrela está ligada à memória da descoberta da precessão dos equinócios pelo fundador da astronomia, o imortal Hiparco. Ela não podia, pois, deixar de ser escolhida" [grifo nosso].

É notável como sendo exatamente a constelação que "tem parte no hemisfério norte e parte no hemisfério sul", não foi escolhida para indicar que o Brasil tem terras que se estendem nos dois hemisférios, passando esta simbologia para *Prócion*, "a única estrela das escolhidas que está no hemisfério norte". Esta simbologia geográfica para *Espiga* encontra-se textualmente excluída, quando Teixeira Mendes afirma que "na bandeira ela foi figurada acima da Eclíptica, para quebrar a monotonia do hemisfério boreal".

É observável também que o motivo essencial para sua escolha tenha sido o fato de estar ligada à precessão dos equinócios, a ponto de Teixeira Mendes concluir com aquelas palavras grifadas por nós. Sem dúvida, o grande capítulo da astronomia solar não podia deixar de ser sensível a um discípulo de Augusto Comte, que se apresentava como o instaurador da ciência moderna.

Desse modo, mitologia, culto cristão, ideal científico irmanam-se na simbologia popular e oficiosa da fértil estrela da imaculada constelação.

Para *Prócion*, então, "única estrela das escolhidas, que está no hemisfério norte", deixou-se o papel de "significar que a União brasileira tem um Estado que se estende ao hemisfério norte". Aqui, houve um dos grandes cochilos de Teixeira Mendes, explorado a mais não poder pelos "inimigos" do projeto. O Brasil, de fato, tem dois estados, e não apenas um, com território em ambos os hemisférios - o Pará e o Amazonas. A significação ficaria expressa assim: *Prócion* indica que o Brasil possui terras que se estendem em um e outro hemisfério, situação que na América só se repete na Colômbia e no Equador; na Ásia, apenas na Indonésia; na África, em seis países: Somália, Quênia, Uganda, Zaire, Congo e Gabão,

Para *Sírio* nada foi dito de especial na "Apreciação" de Teixeira Mendes. No entanto, sua importância cultural não é menor do que a de *Espiga* ou *Prócion*. Além de ser a estrela mais brilhante do céu entre as que foram descobertas até agora, traz-nos a memória um grande fato do passado, hoje com interesse atenuado - a enchente do maior rio do mundo, e outro fato ainda vivo em nossos dias - a instituição do calendário.

Canopo, da constelação de Argos ou Navio, lembra remotamente a lenda dos argonautas, ou seja, estória de príncipes que empreenderam viagem a Cólquida, com o fito de se apoderarem do Tosão de Ouro, isto é, do carneiro com lã de ouro, possuidor da Razão, da faculdade de falar e de percorrer o espaço por onde quisesse. À lenda estão ligados vários nomes da mitolo-

gia grega, destacando-se Argos, o construtor do navio; Castor, filho de Júpiter; Deucalião, o Noé pagão; Esculapio, médico da expedição; Hércules, o super-herói; Jasão, chefe do grupo; Laocoonte, que se opusera a entrada do cavalo grego em Tróia; Orfeu, o músico; Pólux, irmão de Castor; Teseu, o herói ateniense.

Mais próximo de nós, Canopo recorda os primeiros navegantes portugueses que aqui chegaram, procurando também eles um novo velo de ouro. Ainda nos inícios do Século XVIII, os portugueses de Recife, além de *Mascates*, eram chamados de *Mainheiros* (História do exército brasileiro, 1972, p. 2).

O *Escorpião*, como e o caso também de *Virgem*, tem o seu significado particular, por ser um dos signos do zodíaco, presidindo, segundo a Astrologia, a sorte dos nascidos entre 23 de outubro e 22 de novembro. Numa época de pluralismo filosófico e num país de sincretismo religioso, nossa bandeira aceita e homenageia a todos aqueles que crêem na influência dos astros em suas vidas.

O *Sigma do Oitante*. Na astronomia chinesa, "os corpos celestes mais importantes eram as estrelas polar e as circumpolares, que não nasciam nem se punham. Consideravam a primeira como o imperador dos céus, porque nunca se movia, ao passo que as circumpolares eram os príncipes, e as demais estrelas os áulicos e os cortesãos. Em consequência disso, as medidas chinesas sobre as posições dos corpos celestes diferiam das ocidentais, anteriores aos tempos modernos, pelo fato de se basearem na esfera celeste, com seu pólo imóvel, em lugar de o fazerem com referência à terrestre, com seu observador fixo" (Mason, 1962, p. 59).

Esta simbologia orientou também a escolha do Sigma do Oitante para a nossa bandeira. O Decreto nº 4 não particularizou nenhuma estrela como símbolo deste ou daquele estado; distinguiu apenas os "vinte estados" do "Município Neutro".

Teixeira Mendes, porém, afirmou expressamente: "Assinalou-se o pólo sul pelo Sigma do Oitante, que se tornou o símbolo natural do município neutro".

A comparação se estabelece nestes termos: assim como as estrelas volteiam, aparentemente, em torno do Sigma do Oitante, da mesma maneira todos os estados vivem em relação com o Distrito Federal, pólo político da nação.

Note-se que até 1960 o Sigma do Oitante simbolizava a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Agora, o simbolismo passou para Brasília, tendo sido escolhida uma outra estrela para o Estado do Rio de Janeiro.

Alphonsus de Guimarãens Filho deu-nos a sua impressão poética do "mínusculo" astro, nossa estrela polar:

Na estrada do Acaba-Mundo,
somentemente a estrela polar.

Vi a morte: fui ao fundo.

Na estrada do Acaba-Mundo,
nenhum mar.

Nenhum mar? Nenhum deserto.

Nenhum sopro, nem luar.

longe, os anjos. Muito perto,
o mundo a meus pés aberto.

Nenhum mar.

Volta e meia a estrela ria.

De mim? De ti? Do luar?

O luar não existia.

Eu, morrera. E a noite fria...

Somentemente a estrela polar.

○ Cruzeiro do Sul

Muitos foram os significados que se apontaram para o Cruzeiro do Sul, que na bandeira ocupa lugar de destaque entre as demais constelações, segundo sugestão de Benjamin Constant. Analisemos alguns.

Primeiro significado - "A situação geográfica da capital brasileira (na época a cidade do Rio de Janeiro) e o céu de nossa Pátria" (Oliveira, 1907, p. 38). O "céu" foi colhido no momento em que o Cruzeiro do Sul passava pelo meridiano do Rio de Janeiro, podendo assim representá-lo geograficamente. O Sigma do Oitante representa o Rio de Janeiro politicamente falando, isto é, como Distrito Federal que era na época. — É também figura representativa do nosso céu, porque, de fato, é constelação característica do hemisfério sul. Assim também o entenderam a Austrália, a Nova Zelândia, Papua e Samoa, opondo o Cruzeiro em seus pavilhões. Ainda na área geográfica, a constelação poderia indicar nossos *climas*, porque culmina no zênite correspondente à latitude média da região brasileira.

Segundo significado - "O nome primitivo da terra de Santa Cruz. (É mais: foi visto e desenhado pelos descobridores)" (ibid.). Qualquer opinião que se tenha sobre a cronologia do Cruzeiro do Sul na história da astronomia, o certo é que hoje, independente de os descobridores o terem visto ou não, ele relembra os primeiros nomes do Brasil: Vera Cruz e Santa Cruz.

Terceiro significado - "Aproximadamente a hora da proclamação da República"

(ibid.). Como se disse acima, o "céu" foi desenhado no momento em que o Cruzeiro passava pelo meridiano do Rio de Janeiro, para fixar-se perenemente o instante preciso do nascimento da República.

Quarto significado - "A separação da Igreja que podia conceder uma inviolabilidade e uma hereditariedade para sempre desligadas do novo regime (agora de direito, como de fato estiveram abolidas no regime antigo) (ibid.). No decreto, e na 'Apreciação' de Teixeira Mendes nada é dito sobre esse significado. Mas, de fato, a retirada da Cruz da Ordem de Cristo pode indicar a nova filosofia política que se instaurava com a separação oficial de Igreja e Estado, segundo um dos primeiros decretos da República. Oficial, dissemos, porque com o 15 de Novembro "começava uma união real, baseada nos fatos e não na lei, que iria redundar em proveito da vida religiosa e da vida política. [...] O próprio princípio da separação radical entre a Igreja e o Estado, da Constituição de 1891, entendido por vezes de modo restrito por certos exegetas, passava a um princípio de "colaboração" entre os dois poderes, para o bem comum, introduzido pela Constituição de 1934 e incorporado desde então à vida política do país, sem conflitos nem rivalidades ou superposição de poderes" (Alceu de Amoroso Lima, Enciclopédia Barsa, v. 4, p. 147).

Quinto significado - "A lembrança da Cruz de Aviz, substituída por D. João II, e da Cruz de Cristo, que flutuava nos galões, nas caravelas que descobriram nossa terra (Oliveira, 1907, p. 38). Teixeira Mendes, na "Apreciação" diz que nosso pavilhão "desperta a lembrança da fé gloriosa dos nossos antepassados e o descobrimento desta parte da América, não já por meio de

um sinal que é atualmente um símbolo de divergência, mas por meio de uma constelação cuja imagem só pode fomentar a mais vasta fraternidade: porque nela o mais fervoroso católico contemplará os mistérios insondáveis da crença medieval e o pensador mais livre recordará o caráter subjetivo desta mesma crença e a poética imaginação de nossos avós”.

Essas palavras serão comentadas mais profundamente no capítulo seguinte. Mas desde agora se mostra a coragem, diríamos mais, o atrevimento de Teixeira Mendes em chamar a fé católica de “crença medieval” e de “poética imaginação de nossos avós”, esquecido de que esta fé teve início no ano primeiro da nossa era e foi distintivo de glória de grandes sábios, inventores, cientistas, homens das armas e das letras, da política e da diplomacia; fé que salvou o patrimônio da cultura greco-romana e integrou os milhões de bárbaros na civilização ocidental.

Isto, e muito mais que diremos adiante, para aliviar a tensão que estas palavras causam em todo brasileiro educado na religião cristã. Feita a ressalva, fique o significado que se quis dar: a substituição da Cruz da Ordem de Cristo. José Feliciano de Oliveira o confirma em outro texto: “O Cruzeiro substitui aí a cruz de Cristo da bandeira antiga, e com reais vantagens. Esta cruz já fora expelida das quinas portuguesas em 1495, por D. João II, que a substituiu por uma cruz de escudos e de moedas. Nossa substituição foi mais nobre: por uma cruz da terra - mui nobre e veneranda - demos uma cruz celeste, sem dúvida mais elevada, mais excelsa e maravilhosa” (1907, p. 14). É ainda: “A Cruz de Cristo, sempre veneranda, ainda mais se elevou nas celsitudes da nova esfera, e o *lignum vitae*

da terra transformou-se em um emblema celeste” (ibid., p. 37-38).

Sexto significado - A esfera, nas bandeiras luso-brasileiras, significava o mundo, universalmente tomado. O Cruzeiro do Sul, substituindo-a, quis indicar apenas o hemisfério sul, onde se encontra o Brasil na quase totalidade de seu território. É opinião encontrada em Armando de Mattos, escritor português: “Algo de novo vem substituir definitivamente a esfera: são cinco estrelas, uma constelação. É o Cruzeiro do Sul” (1936, p. 5).

Sétimo significado - A transformação das “quinas” portuguesas, ainda na interpretação poética do mesmo autor: “Simbólica sagrada para os portugueses e brasileiros, o Cruzeiro do Sul, que, à semelhança das quinas de Portugal, é de prata em campo azul, distingue honrosamente as armas nacionais do Brasil, do Portugal Novo, que do outro lado do Atlântico só honra o velho tronco dos seus antepassados. Dir-se-ia que as “quinas” portuguesas subiram tão alto no céu da glória de oito séculos de história que, lá do alto, ao abrigo protetor da portuguesa Cruz de Cristo, se transformaram num cruzeiro ideal, que sempre guiou o gênio da raça, e para sempre ficou como o fecho de abóbada de toda a nossa obra de civilização gigante. O cruzeiro que os portugueses vêem nas quinas e as quinas que os brasileiros vêem nas estrelas daquela constelação são os mais sagrados motivos de união moral e mental, que, desde sempre e para sempre, ligam simbolicamente as pátrias portuguesa e brasileira, num mesmo sonho de grandeza de uma e mesma grande civilização” (ibid., p. 6-7).

Olavo Bilac sentiu a beleza de nossa constelação maior. Eis suas palavras na famosa Oração à Bandeira: Cruzeiro do Sul: “E

o teu Cruzeiro do Sul é a nossa história: as nossas tradições e a nossa confiança, as nossas saudades e as nossas ambições; viu a terra desconhecida e a terra descoberta, o nascer do povo indeciso, a inquieta alvorada da Pátria, o sofrimento das horas difíceis e o delírio dos dias da vitória; para ele, para o seu fulgor divino, ascenderam, numa escalada ansiosa, quatro séculos de beijos e de preces; e pelos séculos em fora irão para ele a veneração comovida e o culto feiticeira das multidões de brasileiros que hão de viver e lutar.”

Em nossos dias, Vinícius de Moraes experimentou também o fascínio do Cruzeiro do Sul, dedicando-lhe uma estrofe no seu poema *Pátria Minha*:

“Ah, pátria minha, lembra-me uma
noite no Maine, Nova Inglaterra,
Quando tudo passou a ser infinito
[e nada terra
E eu vi *alfa* e *beta* de Centauro
escalarem o monte até o céu.
Muito me surpreenderam parado
[no campo sem luz
À espera de ver surgir a Cruz do
[Sul
Que eu sabia, mas amanheceu

Para encerrar, a terna lenda da origem do Cruzeiro do Sul, de nosso literato contemporâneo Giuseppe Mazzoni; extraída de seu livro *A História da Vida De Outros Contos*:

O Divino artista trabalhava na sua grande oficina, construindo o Universo. Das suas mãos saía o que existe de belo e grandioso.

Fez o céu e lhe deu várias cores: desde o verde ao violeta; desde o amarelo ao vermelho... e o aureolou com o arco-íris...

Fez as nuvens e as contornou com pinceladas de ouro e prata.

Cortou a luz em muitos pedacinhos e estrelou o firmamento...

[Milhares e milhares de anjos o auxiliavam na construção: os Querubins, os Serafins e muitos outros pequeninos...

Amassou esmeraldas e *cobalto* com suas mãos e delas saíram os oceanos.

De uma composição que somente Ele conhecia, modelou os continentes. Fez os Andes, os Cárpatos, os Apeninos, o Himalaia...

Traçou sulcos enormes, onde correm o Amazonas, o Mississipi, o Danúbio, o Nilo, o Volga...

Salpicou a terra com fragmentos de luz e de arco-íris e desabrocharam as flores com centenas e centenas de matizes diversos...

O Senhor trabalhava... Trabalhava, sem parar e sem cansar, na sua Obra maravilhosa!...

Quando tudo estava quase acabado, lembrou-se de assinar seu trabalho, como hoje fazem os artistas, nas suas telas e nas suas estátuas. E cortando a luz fez quatro estrelas maiores e mais luminosas que as outras, as quais seriam a rubrica do autor... Uma delas, porém, ficou com uma das pontas um pouco imperfeita; e o Senhor fez outra para substituí-la, e colocou as quatro grandes estrelas, em forma de cruz, no firmamento, a qual ficou justamente sobre uma das regiões que os homens iriam chamá-la Sul...

O primeiro dia começava a morrer... Uma escuridão, ainda transparente, envolvia tudo... As estrelas brilhavam contentes de luz...

Um anjo de cabelos loiros, de olhos grandes e muito verdes, aproximando-se do Senhor, com as asas semicerradas, perguntou:

– Senhor, por que fizeste a noite?

– Para a grandeza do contraste... respondeu o Divino - Somente o contraste põe em relevo aquilo que se imagina não existir... Vês aquela estrela, sobre a minha mesa de trabalho... a brilhar?...

– Vejo.

– Pois ela desapareceria e deixaria de ser estrela se não existisse a noite... Quando os anjos viessem fazer a limpeza da oficina, ela se perderia entre os destroços e as sobras dos materiais de construção.

E se dirigindo para a estrela que brilhava, disse:

– É mesmo uma pena! Havia pensado em fazer de ti um grande astro, no entanto não saíste tal... Mas corrigirei o meu erro.

E, aparando-a, transformou-a numa estrela pequenina...

Ela, ao ver-se reduzida a uma simples estrelinha, disse, gotejando lágrimas de luz:

– Senhor!... Disseste-me que eu haveria de figurar entre as outras que compõem a linda cruz de luz que fizeste, e agora me transformaste numa estrelinha igual às outras!... Eu, que fui feita para ser grande, agora vou perder-me no meio dessa imensidão que é tão cheia de astros! Ninguém olhará para mim, ninguém!...

– Não, disse Deus, aqueles que nasceram destinados a ser grandes, serão ou permanecerão ao lado dos grandes, mesmo quando um descuido qualquer do Criador os torne pequeninos...

E tomando a pequena estrela entre os dedos, a colocou no meio da bela cruz de luz, que os homens iriam chamá-la Cruzeiro do Sul.

O Cruzeiro do Sul é o nome de Deus escrito com estrelas...

De Volta às Estrelas

Däniken, admirado pelo contato permanente dos antigos diante das estrelas, pergunta: "Por que se associavam às estrelas tantas imagens de deuses primitivos?" (1970, p. 120-121). Antes de responder, diremos que não são apenas os homens de outrora a se embevecerem diante do espetáculo encantador de um céu estrelado. Todo este nosso livro mostrou a constante preocupação da humanidade em meditar sobre os "pequenos" luzeiros do firmamento, em cultuá-los, em retratá-los em seus emblemas. Há como que uma inconsciente e irreversível caminhada para as alturas, onde há tanta luz e tanta amplitude, que, pouco a pouco, se vão tornando obsoletos e irracionais nossos métodos de conquista por um maior "lugar ao sol", por um mais extenso "espaço vital". A cidade de Cellamare, na Itália, inscreve em seu brasão o mote: *Caeli amor* - o amor ao céu. Ana d'Áustria, esposa de Luís XIII, adota por símbolo uma

estrela, com a divisa: *Coelo haeret, terris lucet* - está suspensa nos céus e brilho na terra. Dante, após sair dos horrores do Inferno, a primeira coisa que observa são as estrelas: "E saímos então a rever as estrelas" (último verso do *Inferno*). Shakespeare estava freqüentemente pensando no céu: "Estas benditas candelas da noite" (*O Mercador de Veneza*, II, I). "Os ardentes círios do firmamento" (*Titus Andronicus*, IV, II). Amado Nervo: "Em suma, deixa que se perca tudo: sempre haverão de restar-nos as estrelas!" Antônio Augusto Soares Passos: "Sois acaso as lâmpadas sagradas do belo umbral divino?" (*O Firmamento*). Enfim, todos, grandes nomes e gente mais modesta, se vêem atraídos pelo fascínio estelar. Por que? - repomos a pergunta do autor de *Eram os deuses astronautas?*

A resposta vem de Olavo Bilac. Feliz coincidência de que o astro e o civismo se tenham unido no mesmo homem para torná-lo autor do Hino à Bandeira e Poeta das Estrelas. Olavo Bilac, que em sua poesia de nosso símbolo acústico deixou de fazer referência ao *amarelo*, mas não esqueceu o *Cruzeiro do Sul*, Olavo Bilac nos responde por que a humanidade se embevece diante daquilo que chamamos de palácio universal da luz. É o seu conhecido soneto *Via Láctea*:

"Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!" E eu vos direi,
[no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez des-
[perto
E abro as janelas, pálido de es-
[panto...
E conversamos toda a noite, en-
[quanto
A via láctea, como um pálido aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudoso e

[em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto
Dizeis agora: "Tresloucado amigo,
Que conversas com elas? Que sen-
[tido
Tem o que dizem, quando estão
"[contigo?"
E eu vos direi: "Amai para enten-
[dê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender
[estrelas.

Jules Supervielle coloca na boca das estrelas um grave lamento para nossa meditação nos momentos de devaneio e de interiorização: "Mas a estrela diz para si mesma: Eu tremo; se ninguém pensa em mim, eu deixo de existir" (apud Dupré, 1959, p. 204, n. 3931).

Esta é a mensagem também das estrelas que cobrem nosso pavilhão. Elas querem ser criaturas vivas, querem comunicar-se conosco. Segundo confessou o *Pequeno Príncipe*, elas não desejam ser apenas luzes que guiam os viajantes, objetos de estudo dos cientistas, aparências de ouro para o homem de negócio. Elas querem ser possuídas como até então ninguém o fez. Astros habitados pelo pensamento e pela ternura dos homens. Especialmente, ainda na linguagem de Saint-Exupéry, elas aspiram a que nos transportemos para lá e nos ponhamos a sorrir. Se ao menos um homem habitar uma das estrelas, isto é, se ao menos um homem se lhe assemelhar pela grandeza de espírito e luminosidade de coração, se ao menos um homem habitar uma das estrelas e se puser a sorrir, todos os outros olharão para o céu e pensarão que as estrelas sabem sorrir, sabem trazer felicidade.

Verde-amarelo - No capítulo *Bandeira Imperial do Brasil*, tratamos especialmente dos significados históricos do bicromo verde-amarelo, significados que são geralmente ignorados pela maioria das pessoas, porquanto nos acostumamos, desde os primeiros anos escolares, a identificar estas cores como símbolos de nossa natureza vegetal e mineral.

E, de fato, por respeitadas que sejam as referências históricas das duas cores, o que D. Pedro I confessou mesmo foi seu entusiasmo por nossas florestas e nossas riquezas do subsolo, representadas pelo ouro.

Com o advento da República, mais e mais se perderam aquelas referências, dentro da onda antiimperial dos primeiros dias do novo regime, passando a se ver no verde-amarelo, quase com exclusividade, nossas plantas e espigas, nossa madeira e minas de ouro, nossa vegetação e nossos minérios, “nossa indústria viva e morta” (Oliveira, 1907, p. 37).

Que outra nação arrancou, com tanta felicidade, as cores existentes na natureza da pátria e fixou-as na bandeira? É, sem ufanismo, a bandeira em que a simbologia se manifesta mais *natural*, mais encarnada no próprio solo. Projetando-se com o ímpeto de toda força telúrica, o verde-amarelo independe de situações políticas quaisquer que sejam.

Verde - Esmalte que nos acompanhou ao longo de toda a panoplia luso-brasileira: nos estandartes dos lusos, de Nuno Álvares Pereira, de D. João I, dos Revolucionários de 1640, de D. Pedro II Imperador, no pendão de Fernão Dias Paes Leme, em nossa bandeira imperial.

Dentro do próprio texto oficioso de Teixeira Mendes, a bandeira republicana

As Cores

Resta-nos comentar a simbologia das cores de nossa bandeira republicana. Fallo-emos nesta ordem: algumas notas comuns ao bicromo verde-amarelo; comentários sobre o verde e sobre o amarelo, em separado; o bicromo alvo-anil; o azul e o branco em particular.

"recorda também a nossa filiação com a França, o centro do Ocidente, e por esse lado nos prende a toda a evolução humana passada - ao mais remoto futuro. Com efeito, o campo verde que tudo domina não recorda só a nossa terra. Como diz Augusto Comte: "Esta nuance convém aos homens do Porvir, por isso que caracteriza a Esperança, como o anuncia habitualmente por toda a parte a vegetação, ao mesmo tempo que indica a Paz, duplo título para simbolizar a atividade pacífica. Historicamente, ela inaugurou a Revolução Francesa, pois que os sitiados da Bastilha não tiveram quase todos outros problemas senão folhas subitamente arrancadas às árvores do Palais Royal, segundo a feliz exortação de Camilo Desmoulins". Por isso também é verde o fundo da bandeira religiosa do positivismo.

Mas para os positivistas o simbolismo do verde como retrato de nosso solo era algo muito oportuno, pois consentâneo com o fetichismo telúrico de Augusto Comte, para o qual "urna inalterável trindade" dirige "nossas concepções e nossas adorações, sempre relativas, primeiramente para o Grande-Ente, em seguida para o Grande-Fetichismo, enfim para o Grande-Meio". O Grande-Fetichismo é a Terra que nos alimenta e que convém considerar como animada por uma vontade cega, mas inegavelmente benéfica. "Nossas homenagens nela glorificam... a sede ativa e benfazeja cujo concurso voluntário, embora cego, é sempre indispensável à suprema existência" (apud Maritain, 1964, p. 354). Falava Comte também de um "bosque sagrado" que um dia, profetizava ele, rodearia a Catedral de Notre Dame de

Paris, transformada em grande Templo ocidental, "onde a estátua da Humanidade terá por pedestal o altar de Deus" (ibid., p. 357).

Com ou sem este apoio dos positivistas, nossa vegetação ganhou auras de campeão no simbolismo do verde da bandeira. O luxuriante reino vegetal, a natureza viva, as nossas imensas florestas equatoriais impressionaram, desde cedo, os nossos descobridores. Caminha abriu a série. O seu célebre "dar-se-á nela tudo" foi como que a abertura da grande enciclopédia que se haveria de escrever sobre a riqueza de nosso solo. Pero de Magalhães de Gândavo, no prólogo do Tratado de Terra do Brasil, impresso em 1576, assim se expressa: "Minha intenção não foi outra senão denunciar em breves palavras a fertilidade e a abundância da terra do Brasil...". Fernão Cardim (1540-1625) mostra-se sensível ao encanto na natureza brasileira: "Tem uns dias formosíssimos, tão aprazíveis e salutíferos que parece estão os corpos bebendo vida". Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) escreveu a sua obra *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587 na intenção de manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Todos os Santos e os demais Estados do Brasil"

Américo Vespucci, numa carta a Laurentio Peter Francisci de Médici, escreveu: "Se no mundo há algum paraíso terrestre, sem dúvida deve estar não muito longe destes lugares" (Fac-símile de 1887 na Biblioteca Nacional de Paris, apud Oliveira, 1907, p. 13).

Nada fala tão alto desse entusiasmo dos descobridores pela vegetação do que o

próprio fato de terem arrancado de uma das árvores - o pau-brasil - o nome para a nova terra. Isso se torna tanto mais notável quando comparado com a toponímia de outros países da América. Ora são nomes indígenas: Guiana, Peru, Chile, Paraguai, ora nomes europeus: Colômbia, Venezuela, Bolívia, Cisplatina (Nemésio, 1952).

A partir da baloiçante e vívida vegetação, esparramam-se outras nuances simbólicas. A começar pelo clima. "O clima nosso, ligado à posição astronômica, e nossa natureza viridante, nossa primavera constante, estão aí simbolizados na predominância do verde" (Oliveira, 1907, p. 13).

É também figura da juvenildade do Brasil em relação aos países euro-asiáticos. "O teu verde dá cor da esperança, é a perpétua mocidade de nossa terra e a meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre as nossas praias" (Olavo Bilac, *Oração à Bandeira*).

Funciona como proteção moral de nossos sertanistas e soldados. No teu verde, eu vejo o escudo heráldico dos titãs da raça que escreveram outrora, pelo esforço de um braço e de uma fé, com o mais vivo do sangue arterial, no relevo do solo atormentado do sertão desconhecido, a epopéia dos bandeirantes, dilatando o Brasil para os brasileiros, vencendo a morte com a vitória assombrosa de si mesmo, para subirem em pós, pela escada do amor e da bondade, no mais glorioso triunfo humano, a serra verde das esmeraldas verdes, em que Fernão Dias Paes Leme, na marcha heróica do exército primitivo da civilização brasileira, realizou o mais formidável duelo travado entre o homem e a natureza, na aspereza do chão bruto e sel-

vagem, onde "cada folha exalava um queixume e uma pupila má chispava em cada furna" para levar na febre heróica da conquista audaz, dos tesouros avaros das pedras de Cortez, o pavilhão, sem mácula e sem medo, dos Magos descobridores imperecíveis do berço nutriz dos homens fortes de Santa Cruz" (Silva, 1937, p. 5).

Os heróis catarinenses de 1739 tiveram a idéia de concretizar este simbolismo, apondo em seus uniformes o peitilho verde, fazendo com que o regimento, criado pelo Brigadeiro Silva Paes, recebesse a alcunha de "Barriga Verde" (*História do exército brasileiro*, 1972, v. 3, p. 3).

Também o mar. E por que não? O mar que terá inspirado o verde da primeira bandeira lusa através do dragão adotado por Viriato; o mar que trouxe nossos descobridores e colonizadores; o mar que funciona como elemento de saúde, lazer e união para milhões de brasileiros nas manhãs pujantes de fim-de-semana e de férias; o mar, o mar moderno, o mar economicamente poderoso, o mar das 200 milhas. Olhando para o retângulo de nossa bandeira podem cantar, cearenses e toda a nação, as mais belas palavras que já se escreveram em prosa sobre o mar: "Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba. Verdes mares, que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros".

O verde indica também nossa inserção dentro dos lineamentos essenciais da cultura universal. Se o verde presidiu o nascer da bandeira, quando brotou das matas de egípcios e mesopotâmicos, e atravessou toda a história da bandeirologia,

consagrando-se no pavilhão da Revolução Francesa, que viria a influenciar tantas outras bandeiras; se o verde foi adotado como tendência do homem a seguir as lições que a natureza nos fornece - lições de ordem, progresso, paciência, renovação, colaboração, beleza, liberdade - era preciso que o Brasil se imergisse nesta gama de valores. Integrado politicamente no sistema *pan-americano*; alicerçado culturalmente nas trilhas de comportamento ocidental, o brasileiro participa antropologicamente dos padrões fundamentais da civilização humana.

Finalmente, o verde é aí uma lição que norteia o impasse em que hoje se encontra a ecologia frente às exigências dos planejamentos econômicos. O problema ecologia-economia vem sendo ventilado quotidianamente em conferências, reuniões governamentais e amplo material na imprensa. Eis, por exemplo, como o coloca Walder de Góes: "A diferença decisiva entre as nações, quanto às suas possibilidades para o futuro, tende a ser avaliada segundo a quantidade e a qualidade de seus recursos naturais e o tipo de uso que fazem deles. As perspectivas do Brasil podem ser examinadas a partir desse pressuposto e da constatação de que somos poderosamente dotados, mas ainda algo perdulários e negligentes nas relações com a natureza. Esse ângulo de visão repele o economismo e o ecologismo e pede, para o país, uma política que proponha a eliminação da exploração dos recursos segundo o critério de utilidade imediata, historicamente prevalente, e o estabelecimento de procedimentos capazes de promover a coexistência harmoniosa entre os objetivos do desenvolvimento econômico e o imperativo da conservação do meio ambiente natural. O controle dos processos de intervenção nas florestas é o mais sério

desafio à consciência ecológica nacional. A destruição florestal no Brasil continua fazendo recordes, calculando-se atualmente em 350 mil quilômetros quadrados por ano com o abate de 350 milhões de árvores. Nos últimos 50 anos, a máquina, o facão e a caixa de fósforo devastaram cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados de florestas, reduzindo para pouco mais de 3,5 milhões a reserva que, originariamente, era de 5,2 milhões. Mesmo assim, o Brasil é o maior País florestal do mundo, depois da União Soviética" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05.03.1972).

Euclides da Cunha encontrava-se na fronteira, numa comissão de limites. Um dia, comemorando certa data cívica, os peruanos realizaram uma festa, em que havia muitas bandeiras. Esqueceram a do Brasil. Nosso homem de letras, delicadamente, comentou: os amigos prestaram uma homenagem especial ao Brasil, pois a nossa bandeira está representada por estas palmeiras e árvores (apud Maia, 1926, p. 8). Se cortarmos as árvores, quem inventará nossa amabilidade para explicar esquecimentos desse jaez!

Amarelo - Além de sua possível ligação histórico-heráldica com a Casa de Lorena, homenagem que D. Pedro teria feito à sua consorte D. Leopoldina, o amarelo, na expressão formal do primeiro Imperador e na adoção de todos os brasileiros, simboliza prevalentemente a nossa natureza morta, o reino mineral, o ouro. Prende-se, especificamente, à apoteose de nossos Bandeirantes em busca de preciosos metais no Centro-Oeste do País. Mas recorda, também, a epopéia de nossos clarividentes e destemidos homens que tentaram colocar um fim na exploração estrangeira de nosso ouro e de cuja luta surgiu o Protomártir de nossa Independência. Modernamente, assume amplo interesse,

como sinal e fator de esforços que governo e povo empreendem para valorizar e aproveitar as nossas riquezas naturais.

Na inspiração poética, significa também o astro-rei. Orfeu ouro é o sol que nos alimenta e excita, pai das nossas searas e dos nossos sonhos, nume da fartura e do amor; fonte inesgotável de alento e de beleza" (*Olavo Bilac, Oração à Bandeira*). "No teu amarelo, eu vejo a expressão plástica da luz do nosso sol, que fez do corpo e do sangue do homem brasileiro a silhueta iluminada do Apolo redivivo, deslizando entre o azul abençoado do teu manto celeste e a verdura estrelada dos teus campos, nas rodas de ouro do carro do teu triunfo, porque teve, no seu grande destino, a ventura de nascer numa terra como a tua; sol quente e fecundo que caldeou o amálgama do nosso corpo, mantendo e renovando a seiva exuberante do sangue, na circulação criadora e triunfal da vida; sol que encheu de brilho os nossos olhos, quando, ainda no berço, os abrimos, admirados e atônitos, para a incidência da luz; sol que nos despertou, no roseiral da boca, a florescência do primeiro sorriso, diante do prestígio do reflexo do primeiro esplendor da claridade de uma gota pequenina de orvalho, reluzindo no cálix de uma flor, como sopro da própria divindade, resguardando no seio cristalino, em miniatura do globo, a imensurável energia construtora dos nossos mares e dos nossos rios; sol que se derrama em caudal, numa torrente incontida, pelas entranhas profundas da nossa terra, no esbanjamento de ouro; ouro vivo nas pepitas humildes, quais princesas encantadas e adormecidas na obscuridade do leito das nossas águas e das nossas montanhas; ouro que refulge no íris cintilante das asas vencedoras dos nossos pássaros; ouro que resplandece no diadema

imperial dos paus d'arcos em flor dos nossos prados; ouro que sobe pelas raízes garimpeiras das nossas florestas, dourando troncos, dourando galhos e dourando folhas, para emergir, no alto, da concha vermelha e encantadora de uma flor, como um sorriso de Pluto, transfigurado, pelo condão da magia misteriosa da nossa flora, na aleluia delicada de um fruto de ouro..." (Silva, 1937, p. 3-5).

Álvaro F. Salgado estende um pouco o diapasão: "É a cor do sol, da intensidade luminosa, da irradiação do ouro, da maturação, do outono, do vigor intelectual, da plenitude da vida, da glória resplandescente; simboliza - poder, riqueza, opulência, fé, firmeza, autoridade, preeminência, sabedoria, munificência, grandeza majestosa - como querem os vates de todos as eras" (*O Dia*, Rio de Janeiro, 15.11.1970).

Azul-branco. O bicromo alvo-anil esteve no nascedouro do Condado Portucalense e ao longo de quase toda a história bandeirológica luso-brasileira, inclusive no último pendão português que tremulou entre nós, a do Regime Constitucionalista de 1821. Por isso, pôde dizer Teixeira Mendes que nossa bandeira "lembra naturalmente a fase do Brasil-Colônia nas cores azul e branco".

Na bandeira imperial o bicromo se conservou na orla azul machetada de estrelas de prata.

Na bandeira republicana, orla e estrelas se transfiguraram numa disposição mais vistosa e original.

Embora o positivista Teixeira Mendes não fosse nada metafísico ou teológico, hoje nós podemos ver no azul nossos anseios de espiritualizar nossa vida, lembrando que os valores morais são mais importantes no conjunto global de nossos planos. Desde a Bandeira para a Índia e América, passando pela

do Principado do Brasil, o globo azul é a chamada permanente das alturas para nós, preocupados com os problemas da terra. É o dedo de Platão apontando para "cima", em contraste com o esquema "terreno" de Aristóteles, na feliz idéia do pintor.

Poeticamente, o azul "é o céu que nos abençoa, inundado de soalheiras ofuscantes, de luas mágicas e de enxames de estrelas" (*Olavo Bilac, Oração à Bandeira*). "É o mesmo azul inimitável da paleta divina, com que o Artista onipotente e eterno idealizou a maior criação do seu Poder, maravilhando a poeira dos nossos olhos com a refulgência da tela grandiosa com que pintou o nosso Céu, dentro da iluminura da luz soberba, que brilha, palpita e canta no mesmo estremecimento jubiloso da vida sagrada das origens" (Silva, 1937, p. 5-6).

É notável como houve possibilidade estética de deixar a marca do branco em nossa bandeira. Em plano filosófico-religioso, recorda as teorias taoísta e sufista, que determinaram a escolha da bandeira branca do imperador chinês e da dinastia muçulmana dos Omíades e Alids, segundo notificamos na primeira parte do livro.

Politicamente, o branco sintetiza nossos anelos de paz e de concórdia, fazendo do nosso pavilhão o permanente aviso de que estamos, em atitude de parlamentório.

Psicossocialmente, é o otimismo, virtude do homem e do povo amadurecido. Bem indica o espírito de simplificação revelado no bem entendido "jeitinho" do brasileiro. Somos daqueles que, sabendo do número enorme de movimentos musculares necessários para mostrar na face o rancor, em comparação com os poucos que abrem o sorriso, ao menos por economia de esforço fisiológico, preferimos sempre sorrir, sempre ver o lado bom das coisas.

A Serviço da Paz

Dragão, salamandra, leão, espada, alfange, tridente - são outras tantas figuras que caracterizavam ou caracterizam ainda muitas das bandeiras. Por outro lado, não

são poucos os pavilhões onde estão presentes o vermelho e o preto, cores da guerra e da morte.

Na bandeira brasileira, o que temos? As pacíficas estrelas do céu e cores as mais suaves, desde a bandeira imperial, “insígnia de primavera, sem o vermelho do sangue, amorosa e inocente, sugerindo a cobiça dos que mineram os cascalhos e a beatitude dos que pedem sombra no recesso da grande mata; pendão idealista; limpo de ódios históricos” de intenções agônicas, de desesperos épicos; retalho de natureza, mancha doirada, e numa constelação o cruzeiro das caravelas; [...] destinada [...] a não se separar mais da emotividade nacional, penhor de união, de integridade e de glória; sinal de uma suprema esperança americana içado nos pórticos de um país cósmico...” (Pedro Calmon apud Ribeiro, 1933, p. 222).

Desse modo, nosso pavilhão se inscreve no quadro, que traçamos, das bandeiras a serviço da paz. Nada há nele que indique pretensões contra terceiros ou aqueles momentos em que fomos obrigados a deles defender-nos. Pavilhão nacional, está referto de mensagem para o mundo inteiro. Oriundo de situação histórica, é atual ainda no século da energia nuclear e das viagens espaciais. Marcado no calendário do tempo, tem no bojo um conjunto de células culturais realimentáveis em perpétuo. Até mesmo a lança da haste, outrora instrumento de guerra, é aqui, na serenidade dos símbolos e das cores, “o vértice de aço de um triângulo que aponta para o céu, como duas mãos postas invocando ao Supremo Construtor dos Mundos que verta sobre nós, como bênçãos de glória, as cintilações das estrelas” (Rocha, 1919, p. 18).

Críticas

O Grande Clamor

Para nós, hoje, distante há tantos anos, parece descabida e até risível a polêmica que se levantou em torno do pavilhão republicano. Devemos lembrar, porém, da situação política em que surgiu, quando era forte a corrente dos monarquistas e exaltados os

ânimos dos republicanos. Acrescente-se a outra antinomia positivismo-catolicismo e o quadro ficará explicado. Certas críticas foram mais de caráter subjetivo ou de interpretação. Ordem e Progresso, por exemplo, duas palavras limpas traziam o pecado original de pertencer ao positivismo. O Cruzeiro do Sul, lídima expressão da beleza do céu setentrional, era condenado por pretender substituir a Cruz da Ordem de Cristo, o que aparecia como a vitória da religião de Comte sobre a de Anchieta.

À época, a Bandeira estava na ordem do dia, aqui e acolá, ao longo do Século XIX, e ainda por muito tempo, houve como que um processo de revisão contra os pavilhões nacionais, após cada mudança de governo ou regime. Na França, por exemplo, subiam e desciam modelos de pavilhões, com o suceder-se de Napoleão e seus adversários à frente dos destinos do país. Bonaparte, em pessoa, se interessava por projetos de bandeiras até para os regimentos (Hollander, 1902, p. 2-3, 5-6, 9-10).

Antes de qualquer outra palavra, devemos ter presentes que todos aqueles que combateram a nova bandeira republicana confessavam sua intenção de estar prestando ou de quererem prestar um serviço à pátria, e especificamente à própria bandeira.

Mais ainda. Lamentavam que a bandeira estivesse sendo pomo de discórdia. A questão da bandeira, dizia um "continua a desunir os brasileiros e concorre para humilhar a todos nós" (Goes, 1935, p. 10). Goes Monteiro, em uma das sessões que estudava a viabilidade da reforma da bandeira, afirmou que estava gostando da discussão, mas se via invadido de tristeza por verificar, mais uma vez, que a bandeira, símbolo de união, estivesse dividindo os brasileiros (apud Goes, 1935 p. 68).

Mesquinhez e Ofensas

Apesar do nível intelectual e da posição social dos contendores, é estranho que tenham descido a manifestarem mesquinhez e a lançarem-se ofensas mutuamente.

Teixeira Mendes grafou *Hyparco*, e Eduardo Prado o corrigiu para *Hipparcho*, transcrição latina certa do grego *ἵππάρχου* e (Prado, 1903, p. 34, nota 3).

Ao *Synius*, do Positivista, surge a correção *Sirius*, do Monarquista (ibid.). O primeiro escreve *Argo*, o outro aponta *Argus* (ibid., nota 1). A "Apreciação" dizia que a bandeira *recordava* o passado, o presente e a posteridade. Correção de Eduardo Prado: "*Recordar* quer dizer: tornar a trazer à memória, É verbo que só se aplica ao passado. É impossível recordar a *posteridade*, pois a posteridade é coisa futura" (ibid., p. 7, nota 1).

O lado oposto não perdia também oportunidade. José Feliciano de Oliveira, por exemplo, anotava: "E. Prado diz que foi em 1612, no Atlas de Brayer. Deve ser Bayer e o Atlas deve ser sua *Uranometria*, publicada em 1603" (1903, p. 57). Eurico de Goes, herdeiro e advogado do pensamento de Eduardo Prado, preocupou-se em responder a esta minudência (1908, p. 194-195).

No campo das ofensas, apenas um exemplo. De Eurico de Goes: "No rol desses possessos, desses energúmenos ou desses delirantes, atacados de bandeirofilia, surgiu um sr. F. P. Lessa, F. Pereira Lessa ou Dr. Francisco Pereira Lessa, de assinatura bastante variável, com o seu gênio abespinhado e o seu feitio de vilão..." (1935, p. 12).

Os Defensores

Entre os defensores da bandeira, destacaram-se, naturalmente, os seus idealizadores - Teixeira Mendes e Miguel Lemos, cujo perfil intelectual e moral já foi traçado e cujo pensamento vem sendo exposto desde o início.

A seguir, os nomes de José Feliciano, que respondeu ao livro de Eduardo Prado e a quem replicou Eurico de Goes; e Francisco Pereira Lessa, que travou a grande luta com este último.

Outros empenhados a favor do projeto foram Alípio Bandeira, Barbosa Lima, Eurico Coelho, Germano Hasslocher, Lauro Sodré...

Vozes Contrárias

Grande é a lista de homens famosos do Brasil que se opuseram ao projeto. Citamos alguns em ordem alfabética: Afonso Celso, Ciro Costa, Couto de Magalhães, Domício da Gama, Eduardo Prado, Eurico de Goes, Felisberto Freire, Floriano de Brito, José Veríssimo, Júlio Maria, Lacerda de Almeida, Leão Veloso, Medeiros e Albuquerque, Mário Melo, Miguel Melo, Osório Duque Estrada, Pedro Moacir, Quintino Bocaiúva, Ramiz Galvão, Santos Dumont, Visconde de Taunay, Sampaio Dória, Sílvio Romero, Wenceslau Escobar, além dos que encontraremos no capítulo seguinte, quando tratarmos dos projetos de Reforma.

Medeiros de Albuquerque, por exemplo, definiu nossa bandeira numa frase que se tornou *slogan* na época: "letreiro descabido sobre uma astronomia errada" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09.05.1933).

Santos Dumont não desfraldava a bandeira nacional em suas experiências, contentando-se apenas com uma flâmula verde e amarela. E explicava: é uma bandeira sectária; "longe de exprimir o pensamento geral da nação brasileira, é o emblema de uma seita e nada mais" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 27.11.1906).

Rui Barbosa, depois do aparecimento do livro de Eduardo Prado, *A Bandeira Nacional* (1903) e do de Eurico de Goes, *Os Símbolos Nacionais* (1908), nunca se quis aventurar a defender o modelo de Teixeira Mendes e o decreto que ele mesmo redigira. Em 1908, recusou convite que lhe endereçou uma "comissão republicana" para propor ao Senado "um voto de congratulações em hon-

ra da data da adoção da bandeira atual" (Ribeiro, 1933, p.96-97). O pedido fora enviado por Lauro Sodré. Rui não compareceu ao Senado naquele dia - 19 de novembro, telegrafando: "Exatamente por se tratar de deliberação de que fui parte, julgo não me caber a posição de órgão dessas congratulações, nas quais o meu entusiasmo poderia passar por defesa de nossa responsabilidade, se não louvor em boca própria" (O País, 20.11.1908). Também se esquivava da posição contrária. A mocidade acadêmica de S. Paulo, em 1907, enviou-lhe uma moção, que, em essência, mostrava a incoerência da República que consagrara o princípio da liberdade de pensamento e consciência, mas gravara no pavilhão nacional o lema *Ordem e Progresso*, "que é, reconhecidamente, simbolização duma seita filosófica". Terminava pedindo a eliminação da legenda. O apelo não foi atendido. (apud Ribeiro, 1933, p.95-96). Privadamente, porém, a Águia de Haia parecia alimentar idéias contrárias à bandeira, se bem que o texto mais comprobatório desta assertiva seja de uma época em que Rui combatia as limitações que Floriano andava impondo às liberdades públicas. Eis o texto. Aludindo a uma república do Prata, sarcasticamente doutrinou e comparou: "O primeiro magistrado nacional era um presidente. Não se usava, confessemos, o talismã de *Ordem e Progresso*, porque Comte *nondum natus erat...*" (ainda não tinha nascido) (Cartas da Inglaterra, 1ª edição, p. 252).

Como os universitários paulistas, também os do Rio Grande do Sul reagiram vigorosamente contra a nova bandeira.

Nos primeiros dias de sua adoção, os cariocas apelidaram-na de *melancia*. Outros a chamaram de bandeira *marca cometa*, pela semelhança com o rótulo de uma bebida - o fernet Branca, que se dizia estomacal (Goes, 1908, p.217-218).

A Posição da Igreja

O bispo do Rio de Janeiro recusou benzer a nova bandeira, explicando que a divisa pertencia a uma seita. A bênção fora solicitada pelo comandante do 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Miguel Lemos reconheceu o direito de sua excelência recusar exercer o ministério em objeto que julgou contra sua consciência; mas não concordou com "as suas palavras quando aludiu a emblemas ou símbolos positivistas" (Lemos, 1894, p.9-10).

O eclesiástico se baseava no Decreto nº 4.390, da Sagrada Congregação dos Ritos, órgão da Santa Sé, que permite benzer bandeiras profanas, contanto que "não pertençam a sociedades manifestamente contrárias à religião católica, ou àquelas cujos estatutos sejam reprovados, ou cujas

insígnias ou vexilo contenham algum emblema por si proibido ou reprovado" (apud Radó, 1961, v.1, p.150). Mais do que por rigor de interpretação, o bispo deixou-se levar pela impressão anti-religiosa que a bandeira inicialmente suscitou.

Em abril de 1908, a mesma reação católica se repetiu em outro contexto. O fato foi narrado, anos depois, em entrevista, pelo abolicionista e propagandista republicano Manuel Miranda. O repórter anotou assim:

"Em abril desse ano, deu-se um incidente grave que levantou protestos de toda a mocidade, em defesa da Bandeira, dessa mesma Bandeira Republicana que aí está! Rezava-se missa por alma de um oficial da Marinha, com catafalco armado no centro da sede da matriz da Candelária. Como sempre se faz nessas ocasiões, os colegas do morto pretenderam cobrir o catafalco com a bandeira nacional. A isso, porém, se opôs, tenazmente, o vigário da matriz, provocando tal atitude uma formidável celeuma." (O Globo, Rio de Janeiro, 10.04.1933).

Em 1933, a situação estava mudada. O mesmo periódico, coincidentemente no mês de abril, pôde abrir esta grande manchete: "Irmanadas a bandeira de S. Jorge e a bandeira republicana de 1889!", e est' outra menor: "Ao clarim da alvorada hasteou-se a nossa bandeira na fachada do templo da rua da Alfândega". Entre os comentários, o jornal observava que o fato era "solene desmentido de que a bandeira republicana é sectariamente anticatólica" (O Globo, Rio de Janeiro, 24.04.1933).

Hoje, é comum vermos a bandeira nacional aposta ao lado direito (esquerdo do observador) do altar-mor das igrejas, onde normalmente se conserva o Tabernáculo, com as hóstias consagradas. A bandeira do país perto de Deus, como nas pristinas eras!

Impressões do Exterior

Em 1906, José Feliciano de Oliveira fez uma conferência sobre o Brasil no *Hotel des Sociétés Savantes*, em Paris,

ocasião em que algumas pessoas chamaram a nossa bandeira de *drapeau merveilleux* (Oliveira, 1907, p.9). O conferencista pensou que as palavras tivessem seu sentido natural e fossem fruto de sinceridade. Eurico de Goes, porém, lança a dúvida do valor do julgamento. "Partindo de pessoas competentes, isso poderia explicar apenas por uma requintada amabilidade ou por uma finíssima ironia. Inclina-mo-nos mais a segunda hipótese..." (Goes, 1908, p.262).

Não é preciso, contudo, pôr o veneno no entusiasmo de Feliciano de Oliveira, para mostrar que houve no Exterior julgamentos negativos a respeito de nossa bandeira. Uma crônica de Clovis Hughes comentava que o Brasil, não contente de ter humilhado o Imperador, "voltou-se contra os planetas, as constelações, Escorpião, Sagitário, Peixes Celestes, contra tudo que está acima de nós, na sarabanda do infinito". E após outras ironias, terminava: "Augusto Comte tem apenas um grupo restrito de fiéis em seu país, e, apesar disso, revoluciona as estrelas no Brasil" (La France, 13 jan. 1890 apud Goes, 1908, p.268).

Alguns brasileiros se queixavam da situação vexatória por que dizia passarem, quando estrangeiros faziam comentários desairosos a nossa bandeira. Eis, por exemplo, trechos de uma correspondência de Domício da Gama, vinda de Paris: "...aqui estão todos convencidos de que o governo tinha mais que fazer do que se ocupar com substituições das armas nacionais e da bandeira, e que foram os jornalistas [...] que compuseram a nova bandeira, de uma estética tão precária, e desenharam as armas nacionais, que são, como heráldica, um escândalo. Não há no mundo inteiro nação civilizada, cuja bandeira e cujas armas não possam ser lidas e desenhadas sem modelo, pela sim-

ples descrição heráldica. Nós saímos da regra, ainda nisto. Não é um escudo d'armas o que o Brasil tem: é uma marca, um rótulo bem combinado como geometria, mas absurdo como brasão. Quem compôs ate pensou que em heráldica o ouro é diferente do amarelo. E a bandeira, de um deplorável efeito decorativo, põe em embaraços heraldistas e astrônomos, igualmente. Um astrônomo do Observatório disse que fizemos mal em entender a nossa revolução ate as regiões celestes e que a arrumação das constelações na bola azul, cintada de - Ordem e Progresso -, da nossa bandeira nova e pretensiosa, desconcerta aos que supunham ter uma idéia exata de como brilham para os Brasileiros do Cruzeiro do Sul os lumes de ouro.

"Se a colocação das estrelas no nosso belo firmamento subordinou-se ao bel-prazer dos nossos compositores de pendões e escudos de armas, por que não distribuíram logo as 21 no fundo azul, como nos céus de papel pintado? Aos que me fazem tais questões respondo que não se pode exigir inteira correção nas coisas feitas às pressas, que em tais circunstâncias são sempre os mais ignorantes que são os mais audazes em apresentar os seus bons ofícios e que a decoração externa da República foi confiada a pessoas pouco entendidas, a gente que os sapateiros chamam de barbeiros e os barbeiros de sapateiros. Replicam-me que não era talvez muito urgente a substituição dos móveis no campo dos escudos nacionais e a isso não sei que objetar" (Gazeta de Notícias, 16.03.1890).

Aluizio de Azevedo, quando nosso Embaixador na Itália, enviou a Eurico de Goes uma carta, datada de 21 de novembro de 1909, em termos muito mais

dramáticos que os de Domício da Gama. Eis um trecho: "É preciso viver cá fora, como me acontece há muitos anos, para bem poder avaliar quanto nos prejudica aos olhos do estrangeiro aquela vergonhosa caricatura de armas e pavilhão com que temos de representar a Pátria, quando em verdade o tal arremedo de bandeira, pelo seu desgracioso arranjo nas cores e na disposição dos pseudos símbolos, nem sequer aproveitaria cabalmente para um teatro de mágicas, servindo de emblema a qualquer país fantástico e ridículo, feito à imitação dos que Swift deu a Guliver. Cada vez que tenho de arvorar a bandeira nacional à frente da chancelaria a meu cargo, confesso que sinto calafrios, porque de antemão estou prevendo certas perguntas entaladoras... isso ainda não falhou por onde tenho andado a arrastar a carroça consular" (apud Goes, 1935, p.19-20).

Otto Prazeres, ainda em 1933, disse que, estando no Exterior, notava a parcimônia com que aparecia a nossa bandeira, mesmo em festas brasileiras. Um fabricante explicou: "A bandeira é complicada demais. Sua fabricação consome um capital enorme. Uma custa o preço de dez bandeiras francesas..." (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29.04.1933).

João Saldanha, descrevendo uma sua viagem pela Ásia em 1950: "Passamos por Tsi-tsilhar, Tsar-lan-dun, Pô-hê-tu, Mukden e fomos para Achdung, fronteira da Coréia. Em todos os lugares lá estava nossa bandeira. Era sempre a mesma e pude notar apenas um pequeno detalhe: as palavras Ordem e Progresso estavam rigorosa e simetricamente bem-feitas. Apenas um detalhe, as letras, todas de cabeça para baixo" (ibid., 13.06.1979).

O Livro de Eduardo Prado

Sem dúvida, os dois grandes nomes da oposição ao modelo de Teixeira Mendes foram Eduardo Prado e Eurico de Goes. Eduardo Prado conservou-se monarquista convicto até o fim da vida. De seus escritos contra a República destacam-se *A Ilusão Americana*, cuja edição foi apreendida, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* e *A Bandeira Nacional*, que nos interessa aqui.

Escrita em Paris em 1890, a obra só foi publicada doze anos depois, quando o autor já havia falecido, antes de completá-la: deixou, de fato, de escrever a parte ideológica (Goes, 1908, p. 176). José Feliciano de Oliveira diz que o livro estava inteiramente acabado (1907, p. 34).

O livro só veio a ter publicidade e fama a partir de 1906, quando José Feliciano de Oliveira o leu e o refutou em obra de igual título. Feliciano afirma que a bandeira não era assunto da inteira competência de Eduardo Prado (1907, p. 4); que o monarquista já se estava encaminhando para reformular suas opiniões, quando "colheu-o a morte nessa fase benéfica, simpática e bem fecunda..." (ibid.).

Diz ainda que "são tantas as falhas, os enganos do folheto de E. Prado que confirmam largamente o que eu disse no prefácio: a publicação desse livrinho foi um mau serviço que prestaram à sua memória" (ibid., p. 28). E acrescenta: "Tenho certo constrangimento em alongar estas notas. A es-

tima que nos últimos tempos da vida de Eduardo Prado começava a cimentar-se entre nós — pelo amor às coisas pátrias - leva-me a deplorar que estes reparos tenham que ser feitos a seu livrinho póstumo” (ibid., p. 43).

Mas o ilustre paulista teve também os seus defensores, e, entre os maiores, o maior de todos, Eurico de Goes. A Eduardo Prado, Goes atribui os maiores méritos e tece grandes elogios pela “erudita e vigorosa crítica desenvolvida contra o pavilhão positivista e pseudobrasileiro, de 1889...” (Goes, 1935, p. 5). Esclarece: “Não só como amigos da memória de Eduardo Prado, como pelo fato de nos havermos apoiado no seu trabalho, e, ainda, como interessados na boa orientação da opinião pública, parece que nos assiste o dever de desfazer os artifícios industriosamente forjados para o falseamento da verdade, os quais, a permanecerem desse modo, apenas poderão estabelecer o maior caos no espírito do povo” (Goes, 1908, p. 130). E ainda: “Declaramos que nos comprometemos, desde já, a provar que o livro de Eduardo Prado, longe de haver sido um mau serviço prestado à sua memória (como disseram), foi, não só um bom serviço, que contribuiu para mais realçar o brilho do seu nome, como ainda um ótimo serviço prestado à própria Pátria” (ibid., p. 131-132).

Para além do mérito intrínseco, o livro de Eduardo Prado figurará sempre na galeria das obras famosas do Brasil, a primeira que se escreveu cientificamente sobre a nossa bandeira. Dela decorreram estudos probatórios e de refutação; ao seu redor movimentou-se uma polêmica de muitos anos. Tudo isso contribuiu para conscientizar-nos mais de nosso pavilhão, amando-o melhor. Documento que sofre correções, o livro de Eduardo Prado terá aqui o tratamento que toda peça clássica merece!

O “Delenda” Bandeira de Eurico de Goes

Eurico de Goes foi deputado estadual na Bahia, sua terra natal. Mas ficou mais conhecido como Diretor da Biblioteca Pública Municipal de S. Paulo, período em que publicou os seus livros sobre a questão da bandeira, três grandes gritos de “delenda” ao nosso pavilhão de 89.

O primeiro é *Os Símbolos Nacionais*, em 1908, a propósito do projeto de Celso de Souza apresentado à Câmara em 1905, constituindo-se também resposta implícita ao livro de José Feliciano. Foi elogiado como obra crítica, científica, histórica e literária por dezenas de jornais e escritores da época, entre estes Afonso Taunay, Alberto de Oliveira, Araripe Júnior, Clóvis Bevilacqua, Coelho Neto, Inglês de Souza, José Veríssimo, Luis Murat, Max Fleiuss, Oliveira Lima, Sílvio Romero, Teodoro Sampaio. E no estrangeiro, por Barlet, Flammarion e Papus. “É uma das obras mais lúcidas, mais bem feitas, melhor argumentadas, mais sérias, mais ilustrativas da literatura brasileira de cerca de quatro séculos a esta parte” (Sílvio Romero apud Goes, 1935, p. 199). A obra deu-lhe entrada no Instituto Histórico Brasileiro, na Sociedade Astronômica da França e em outros institutos científicos nacionais e estrangeiros. Pereira Lessa, seu inimigo na polêmica, reconhecia-lhe o valor (Lessa, 1934, p. 4).

O segundo livro de Eurico de Goes *Bandeira Positivista*, nascido de uma polêmica contra o escol dos positivistas do país, iniciada pela *A Noite* e ultimada pelo *Jornal do Commercio*, do Rio, que se prolongou de novembro de 1920 a março de 1921. A obra, porém, só apareceu em 1927.

O terceiro livro - *Bandeiras e Armas do Brasil* - surgiu quando dos debates sobre os símbolos nacionais na Constituinte de 1933.

2. Erros de astronomia
3. Uma legenda positivista
4. Caso especial do Cruzeiro do Sul
5. Simbologia sem fundamentos
6. Inobservâncias heráldicas
7. Falhas na aplicação do Decreto

Nossa intenção aqui é de historiador. Fotografamos o que aconteceu naqueles graves dias em que espíritos exaltados, de um lado, aumentavam suas lentes de observação sobre o modelo, vendo-o todo errado e decretando, ao fim, o seu banimento total; e de outro, espíritos também exaltados, apertando o diafragma, impossibilitando de ver falhas que toda obra humana contém. Escrevemos com a liberdade do fotógrafo que prepara a máquina no ponto ideal de uma boa chapa, sem distorção de luminosidade, foco ou distância.

Como ao longo de todo este livro, também aqui deixaremos falar os documentos, criticando-os, segundo as leis do pensamento, deixando a última conclusão ao espírito do leitor.

Esta parte, como todo o trabalho, é uma reflexão teórica de aprofundamento leal sobre a problemática de nossa bandeira, com intenções de levar mensagem de conhecimento e amor, e não ocasião, e muito menos incentivo para que se levante novamente a questão da reforma da bandeira.

Faço minhas as palavras de Janari Nunes: "Continuo dentro de meu ponto de vista de que tudo o que se refere à bandeira deve conduzir à união e não à desavença" (1939, p.2).

As Sete Críticas Maiores

Podemos reunir em sete pontos tudo aquilo que foi levantado contra o projeto de Teixeira Mendes, tendo em vista principalmente os trabalhos de Eduardo Prado e Eurico de Goes. São eles:

1. Desprezo da tradição

Desprezo da Tradição

A primeira objeção que se fabricou contra a bandeira adotada em 1889 foi a de que ela desprezou a história de nosso país e a tradição de nossa bandeirologia.

Eduardo Prado nos inícios do seu livro constrói em dois lindos períodos literários a essência da objeção: "A bandeira e as armas da nação, símbolos da Pátria, até aquele dia, foram mudadas. Entendeu-se que a Pátria também tinha mudado" (1903, p. 3).

Eurico de Goes se estende mais longamente no mesmo argumento:

"Tais emblemas devem abranger, numa síntese luminosa e constante, o passado, o presente e o futuro desse povo. Tais emblemas precisam indicar, na sua impassibilidade augusta e inspiradora, aos filhos duma mesma terra venerável, donde estes filhos vêm, o que são e para onde vão..."

"Esse fim altíssimo e vibrante, porém, só se consegue com o culto da Tradição, que, no admirável expressar dum saudoso

brasileiro, é a força, a luz, o ensino e a manifestação mais sagrada das raças, a cadeia que assegura a solidariedade das gerações (Eduardo Prado). Assim como se vincula tudo na Natureza, no viver dos povos tudo se vincula! Sem procurarmos manter esse fluido misterioso, que nos deve sempre e sempre unir e estimular - a tradição - poderemos ser tudo o que quiserem, menos brasileiros! O culto, cuidadoso e constante, do passado histórico estabelece a coesão nacional: o desprezo, porém, acarreta o abatimento. Só são grandes povos aqueles que possuem e sabem honrar um grande passado. Venerar o passado é um dever sacrossanto, é uma condição de existência indispensável para as massas. Um povo que renuncia ao seu passado é como uma criatura que repele as mais caras reminiscências: ambos não vivem propriamente: porque, na vida, não são, apenas, as esperanças que nos atraem; são, também, as recordações que nos avigoram...

"É sabido que os povos, como as famílias, possuem os seus foros de nobreza. O que estabelece, nesse ponto, a distinção entre eles são as suas insígnias, os seus brasões de armas. O Brasil também tem, naturalmente, os seus emblemas..." (1908, p. 30).

Um outro texto desce a concretizações:

"Possuindo o Brasil, quando se proclamou a república, um escudo de armas, reunidas e determinadas, ao tempo da Independência, com o duplo fim de se conservarem e exprimirem os símbolos representativos da sua história e do seu ideal político, sendo a nova forma de governo a evolução ou a sucessão daqueles estados anteriores; e, demais, atendendo à vida íntima do país, em que não conviria houvesse rompimentos bruscos, mas ligações suaves - parece óbvio que se deveriam manter os símbolos primitivos,

compatíveis com a nova fase, e apenas rejeitados aqueles que fossem contrários à república. Entretanto, assim não aconteceu: O espetáculo, que nos salteou foi deveras contristador: sob a impiedade crua de destinados iconoclastas, acabrunhadamente vimos então ruírem muitas lembranças, ainda vivas e amáveis, do nosso passado glorioso! Esse fato faz-nos recordar as belas e sentenciosas palavras escritas por Michelet, acerca dos motivos que ocasionaram a abolição da Ordem dos Templários: "Tal acontecimento não é mais do que um episódio da guerra perpétua que mantém um contra o outro o espírito e a letra, a prosa e a poesia. Nada é tão cruel e ingrato como a prosa quando não reconhece as velhas e veneráveis fórmulas poéticas, sob o amparo das quais se desenvolveu. No entanto, compare-se o que sucedeu em França, país que tantas vezes procuramos imitar: 'No palácio do Eliseu, a habitação dos presidentes da república, conservam-se ainda hoje nos ricos reposteiros o monograma de Napoleão III, e nas respectivas galerias a coroa imperial, símbolo da monarquia. É que aqui ninguém julga necessário destruir estas reminiscências históricas e estas obras d'arte, para garantir a república ou dar provas de bom republicanismo'. São palavras textuais do dr. Campos Sales, nas suas *Cartas da Europa*, que convidam à ponderação.

"Mas existem, porventura, símbolos tais que a Tradição nos legou e que a Posteridade tem obrigação de conservar? Incontestavelmente! E quais foram, em suma, os símbolos pátrios abolidos ou, antes, desprezados, sem razão plausível, pela república? A cruz do ordem de Cristo e a esfera armilar de D. João VI.

"E por que, com o advento da república, foram esses emblemas eliminados, os-

tensivamente, das armas, da bandeira, enfim, de todos os novos documentos e monumentos oficiais? Talvez por um capricho momentâneo, talvez por má compreensão das causas, talvez por intolerância política e religiosa (as mais nefastas das intolerâncias, cujos turbilhões, de vez em quando, se agitam e se engolfam na História), talvez por inconsciência, talvez por ingratidão...

"Relativamente à esfera armilar, os criadores e defensores da bandeira atual não fazem muito cavalo de batalha, para explicarem a supressão de tal símbolo. Do que por aí consta sobre a matéria, deve-se chegar à indiscutível e sábia conclusão de que a esfera foi suprimida, simplesmente porque... foi suprimida!

"Quanto à cruz da ordem de Cristo, então, sim: *hoc opus, hic labor est!*... O singelo emblema idolatrado, esse, foi expressamente excluído, porque (declamam) não era possível tolerar-se numa república federativa, onde é preciso haver plena liberdade de cultos! É um símbolo de divergência" (apostoliza um estrênuo paladino da Religião da Humanidade)! É 'um ponto de divergência' (doutrina um outro estudioso discípulo de Comte)! (Oliveira, 1907). A diferença, como se vê, é apenas de meras palavras, mas a causa da repulsa permanece a mesma... Mas por que semelhante censura dialética, que, afinal, degenera em birra franca, em decidido combate a ferro e fogo? Por que a cruz é um símbolo cristão? Nesse caso, a prevalecer tal argumento, não será também um símbolo, um ponto ou um letreiro de divergência, com muito maior razão, o lema positivista *Ordem e Progresso*, adotado na bandeira? Não exprimira essa legenda o esbulho inadmissível de uns, que representam a maioria, e um direito adquirido, em favor de outros, que cons-

tituem uma diminuta agremiação revolucionária? Que privilégio esquisito é esse, em prol dos positivistas em particular, e que violenta extorsão"o é essoutra, feita aos brasileiros em geral?" (Goes, 1908, p.31-33).

Os adversários do projeto perguntavam: se foi conservado o Hino Nacional do tempo do Império, por que não ocorreu o mesmo com a Bandeira, retirando-se, é claro, e como propuseram Deodoro e outros, a coroa imperial? (ibid., p.216).

Mostravam também o exemplo de muitas nações que conservaram seus símbolos através de tantas vicissitudes de sua história. Citam-se alguns casos. A bandeira da Inglaterra: mesmo depois da separação da Irlanda do Sul, a bandeira inglesa continuou com a cruz de S. Patrício, que representava a Irlanda desde a união dos dois países em 1801. No seu brasão dominam duas divisas em língua estrangeira: *Dieu et mon droit* e o já citado *Honni soit qui mal y pense*. A dos Estados Unidos: é a mesma, desde a primeira de 1777, apenas com o aumento do número das estrelas que vai crescendo à proporção que novos estados vão ingressando na Federação. A da Turquia: vem sendo adotado desde 1453, ano da queda de Constantinopla. A República Sul-Africana, embora tenha saído

da Commonwealth, mantém na bandeira a miniatura do pavilhão inglês. A cidade de Paris ainda hoje tem no seu brasão as antiquíssimas flores-de-lis e o navio. Em Portugal, anotamos várias vezes, a tendência sempre foi conservar o máximo dos emblemas antigos, e quanto a escudetes e besantes, persistem desde o início da nacionalidade, e os castelos desde 1250. Portugal-República deteve na bandeira: a esfera armilar manuelina; os castelos de ouro de Algarve; os escudetes azuis, carregados dos besantes, de Afonso Henriques.

Tentemos uma linha de diálogo com os adversários do projeto. Toda a tradição que eles dizem violada prende-se afinal à abolição da Cruz da Ordem de Cristo e da esfera armilar manuelina. Ora, estes símbolos não pertencem originariamente ao Brasil. São importações de Portugal. Só foram conservados na bandeira imperial, porque a nossa independência se deu, felizmente, sem derramamento de sangue e dentro do esforço, até o limite justo, de conservar elos de união com a antiga Metrópole. Símbolos nacionais propriamente ditos foram os criados por D. Pedro I: o bicromo verde-amarelo e as estrelas em fundo azul. Ora, estes elementos foram mantidos na bandeira republicana: o verde-amarelo, integralmente; o restante em nova disposição.

A objeção do Hino Nacional é válida sob certo aspecto, De fato, era-se de esperar que a onda antiimperial levasse de roldão também o Hino, que vinha do Império. Mas há um elemento que enfraquece a comparação: a bandeira já era objeto de "briguinhas" entre monarquistas e republicanos, conforme indicamos nos inícios desta terceira parte. Por outro lado, a referência às estrelas, e ao Cruzeiro do Sul, contida no Hino, era incentivo ideal, para estabelecer ligação cultural entre os dois símbolos - o visual e o acústico.

Ao elenco de países conhecidos pela manutenção de suas bandeiras pode-se contrapor a série dos que continuamente as vêm modificando. Um dos motivos da Revolução de 1830 foi a obstinação de Carlos I, da França, em manter a bandeira branca. A mesma obstinação foi um dos motivos pelos quais o Conde de Chambord, em 1873, não foi elevado ao trono francês. Após a abdicação de Napoleão, o Gover-

no Provisório, a 1^a de abril de 1814, estabeleceu:

"Todos os emblemas, aspas e escudos d'armas que caracterizaram o governo de Bonaparte serão suprimidos e apagados onde quer que estejam presentes" (apud Hollander, 1902, p.137). Em contrapartida, ao deixar a ilha de Elba, dois dias depois, Napoleão já preparava um decreto restabelecendo a tricolor e as águias - antes mesmo de sua vitória sobre Paris (ibid., p.169-170).

Fora da França. O Nacional Socialismo alterou totalmente a bandeira alemã. A República de Weimar chegou a modificar até as cores e disposição do antigo pavilhão imperial. As dinastias da Espanha; cada uma, foram mudando as cores nacionais em 1785; Carlos III adotou o amarelo e vermelho; em 1931, com a Revolução, foi acrescentado o roxo, que veio a desaparecer logo depois.

Os republicanos tiveram a *intenção* de conservar a essência da bandeira imperial. Nas palavras de Teixeira Mendes, a idéia foi harmonizar o binômio continuidade -solidariedade. De um lado, manter do antigo pavilhão tudo o que pudesse ser conservado, de modo a despertar em nossa alma o mais ardente culto pela memória de nossos avós; daí, terem sido mantidas as cores e na sua disposição anterior. Por outro lado, eliminar tudo quanto pudesse perturbar o sentimento de solidariedade cívica, por exemplo, crenças que não são partilhadas por todos os cidadãos; daí, terem sido substituídos os emblemas da monarquia.

Miguel Lemos confirma: o emblema central "não pertence ao positivismo; foi imaginado para conciliar a necessidade de reatar o novo estandarte ao passado com o simbolismo tradicional que vê na constelação austral, acima mencionado, o signo de nossa nacionalidade".

E De Roure: "Penso, porém, que o intuito do Governo Provisório foi manter a tradição do Brasil independente; porquanto, se tivesse de ir mais para trás de 1822, teria de manter a cor branca e não as cores verde e amarela adotadas pelo decreto de 18 de setembro de 1822..." (1907, p. 2).

Afinal, se o propósito não fosse manter a tradição, os positivistas, com o poder que tiveram para decidir no assunto da bandeira, teriam imaginado logo um pavilhão tricolor, à semelhança da francesa, ou outro bem afastado do modelo imperial.

Mas a intenção dirigia-se apenas para a essência, não incluindo o acessório. O que é essencial numa bandeira são as suas cores características, representação permanente do país. Tudo o mais é acessório em referência a um regime ou época passageira. Em nosso caso, essencial era o bicromo verde-amarelo, formando as duas figuras geométricas; acessório, o conjunto central. O mesmo D. Pedro I mudou a coroa real pela imperial, menos de três meses depois do decreto que adotara a primeira.

É o próprio Eurico de Goes quem o afirma: "O que distingue as nações, em geral são as cores ou as *disposições das cores*, o arranjo ou modo de apresentar delas, nas bandeiras ou pavilhões. Os escudos ou os brasões de armas, ou outros símbolos sintéticos, podem ou não figurar nas bandeiras. Em desde que figurem, nas *bandeiras*, eles são sempre acessórios em comparação às cores. Qualquer ornato central de bandeira, pois, mesmo que se trate de armas nacionais (este grifo é nosso), é secundário com referência às cores características da nacionalidade" (Goes, 1935, p.175).

É argumento que poderia ter calado, porque desfavorece a sua tese de que os positivistas "mudaram" a bandeira impe-

rial. Notável é que, do outro lado, Pereira Lessa se insurja contra esta concepção que viria fortalecer sua posição. Afirma categoricamente: "é o principal, por ser sempre o escudo, o brasão de armas nacional" (Lessa, 1934, p.12). Devemos distinguir: o escudo de armas, como tal, é símbolo de igual direito ao lado do pavilhão; mas dentro dele, é acessório. No confusão do momento, os dois polemistas não entenderam que estavam entregando armas um ao outro.

Aquela intenção de Teixeira Mendes, concretizada integralmente em referência às cores e à sua disposição -retângulo e losango - estendeu-se também ao conjunto central, somente que agora com certas estilizações de desenho e interpretações culturais.

Os defensores da bandeira republicana afirmaram que os símbolos de agora são os mesmos da imperial, embora transfigurados: a Cruz da Ordem de Cristo no Cruzeiro do Sul; a esfera armilar no globo azul; a orla estrelada nas estrelas em forma de céu.

Os "adversários" não aceitam esta interpretação. "Não há esfera armilar sem armilas, ou círculos. [...] É necessário um esforço de imaginação para o espírito figurar a antiga esfera armilar, à vista da bola azul da nova bandeira do Brasil" (Prado, 1903 p.18). "É um disparate dizer que a bandeira atual da república é a mesma que nos foi dada pelo decreto de 18 de setembro de 1822" (Goes, 1908, p.149).

Que pensar destas duas posições? Nota-se de novo o esforço dos positivistas em mostrarem suas intenções de tradicionalismo. O clima existente na época, porém, não permitia aos monarquistas enxergar qualquer aproximação entre os símbolos antigos e os novos. Hoje não nos causa dificuldade concordar em que as

novidades trazidas substituem culturalmente os emblemas da bandeira imperial, embora sob *design* estilizado. A *significação* da Cruz, da Esfera e das Estrelas "em orla" passou para o Cruzeiro, o Globo e as Estrelas em céu".

As três modificações não visavam apenas a substituir culturalmente os simbolismos antigos; queriam também e sobretudo introduzir os novos valores que a república se propunha defender e realizar. Plantada nas figurações antigas, a nova bandeira era símbolo de uma nova dinâmica sociopolítica.

Os positivistas superaram o grande impasse que surge todos as vezes que queremos conciliar tradição e renovação. Foram certamente felizes em resolver a dificuldade dentro do contexto cultural americano, diferente do europeu, traçado assim por Vitorino Nemésio. "Na conduta da ação histórica ao longo de cerca de 1 000 anos de mundo lavrado e assunto, não há dúvida de que, até há pouco mais de um século, foram as nações européias a direção e o ímpeto. Há menos de meio milênio, frente a elas e por algumas delas lançados, erquem-se os fundamentos, e já em nosso tempo os alçados de um novo tipo de nações historicamente intensivas, dotados de um poder de propulsão e de uma virtualidade de incremento que as suas primeiras grandes realizações mal deixam entrever. São as nações americanas.

"Enquanto as nações européias têm como lei espiritual a contínua referência à troncalidade caseira do mundo antigo e cristão, que as alenta e comove a pressão do futuro, as nações americanas estabelecem a sua legalidade sob um imperativo

adômico, que as convida a sentirem-se sem ascendência efetiva, filhas do querer singular no solo privativo, obras de uma confluência humana que a Europa, por assim dizer, apenas disparou, e que um espaço continental apenas polvilhado de uma humanidade primitiva e de duas grandes civilizações tardias e efêmeras - a Incaica e a Asteca - e no mais inteiramente apartado, virgem, novo, - informou e está fundindo com a cumplicidade de um tempo histórico *sui generis*: pois ao contrário do tempo histórico europeu, horizontalmente processivo, o tempo americano opera em campo estrangeiro e originalmente atrativo e integrante. Este modo de sentimento das nações americanas parece todavia mais circunstancial que profundo. É a sua maneira tática de afirmação e de plano. Para conduzir livremente a sua própria existência, a América tem de construir o seu ser histórico como autodeterminado e comovido desde o íntimo. Há pouco mais de um século emancipada da tutela da Europa, a América responde a sobrevivência do sentimento e do ademã paternal do velho continente com a sua mocidade livre e autônoma, a sua força ingente, o seu perfil tenso que já abre uma larga incisão mundial no futuro. E pode dizer-se que se a inquietação europeia e feita do peso de um passado que o presente já não tem a quem verdadeiramente transmitir, bem como tecida da angústia em que tem de a si própria conservar-se, a inquietação americana e premida pelo excesso virtual de um futuro para o qual não extrai da sua memória histórica estrito todo o assento e firmeza que lhe quisera dar" (Nemésio, 1952, p.9-10).

É o mesmo Vitorino Nemésio que retoma o excitante tema, nestas palavras: "Não há um brasileiro criado e formado

por um marinheiro reinol, senão nuclearmente um português que a América transforma em brasileiro dando-lhe terra e vida, ensinando-o a humanar no sangue primitivo que em si tinha e no que ele próprio trouxera pecaminosamente nos porões dos negreiros sujeito à 'quebra' como a água e o vinho das barricas! Não há um pai português e um filho brasileiro, mas um mesmo homem histórico que meio milênio de viagens, de plantações, de minas, de lucro, de doutrina, de guerra, teto e amor, praticamente entregou a um destino próprio e pessoal, e que, em nome do *fiat* do Deus uno encarnado no extremo ao *mare nostrum* para o gesto do '*ite et docete*', estava, creio eu, sempre aberto aos europeus que cá cheguem e queiram viver e procriar à lei das 'terras da tarde'. Este e o nexa inquebrantável entre Portugal e Brasil no processo da história universal. Contra o seu íntimo urdume já nada pode a nação agente iniciadora: nada pode também a nação agente iniciada. A história tem isto de seu, que é querida nos homens que a fazem pela vontade espiritual que a expande e coordena" (ibid., p.28).

De maneira admirável, os positivistas deram aquele salto qualitativo na interpretação da História. Do velho Cícero partira a frase que se tornou axioma durante séculos e séculos, de que a história e a mestra da vida, como se a devêssemos repeti-la sempre, sem uma contribuição criadora. "Observação mais detida e refletida, no entanto, mostra que, em cada época, se reescreve a explicação do passado. É um quadro que sucessivamente cada geração retoca e melhora, no qual reconstitui e elabora sua interpretação, fruto de suas descobertas, informações e dados. Mas fruto sobretudo de seu 'estado de espírito'. Poder-se-ia contestar que essa adição de

retoques e mera resultante das pesquisas historiográficas. Engano, amigos. O fenômeno é muito mais sutil: deriva de um aprofundamento da consciência social no processo histórico, que se não decompõe em 'presente' e 'passado', mas é o desenvolvimento orgânico das relações humanas. A cada etapa, dispomos de mais recursos materiais e espirituais para compreensão do pretérito, do qual a atualidade e a expressão madura. As contradições embrionárias de ontem se expandiram nas formas sazoadas de hoje. E o que ontem era adulto socialmente, hoje é senil e ameaça decompor-se, resistindo e embaraçando o advento de novas formas de vida institucional" (Menezes, 1962, p.53-54)

A bandeira imperial, embora criada no Brasil e para o Brasil, teve a influência direta de um português - D. Pedro, e de um francês - Debret, além de ter surgido num contexto histórico prevalentemente português, e com esforço de não cortar violentamente o cordão umbilical com a antiga Metrópole. Era necessário, na república, um pavilhão mais tipicamente *brasileiro*, aberto para grandes horizontes, aqueles em que todo homem de qualquer país reconhece a essência dos lineamentos da cultura universal.

Não se fale, pois, em desprezo da tradição, e sim em absorção de antigos valores dentro de um novo quadro de idéia em que seriam eternos. Não se fale em corte desastroso de nossa cultura frente às lições que aprendemos oportunamente com os portugueses e sim em sublimação de certos fatores que vinham processando nossa tempera espiritual e que agora, com a República, alcançava um novo clímax, não último, porque a evolução humana continua, mas já decisivo para compor-nos e enobrecer-nos diante das grandes nações.

Erros de Astronomia

A segunda grande crítica refere-se ao modo como foi representado o "céu" na bandeira. O livro de Eduardo Prado é dedicado, em grande parte, a mostrar o que chama erros astronômicos da bandeira. Eurico de Goes foi-lhe ao encalço, escrevendo também centenas de páginas sobre o assunto.

Tornar-se-ia muito prolixo arrolar tudo o que foi elaborado na matéria. Por isso, traremos apenas para cá aquilo que nos parece essencial. Doutra lado, como se trata de objeto eminentemente técnico, deixaremos falar os especialistas, de um e outro lado da polêmica.

A seqüência será esta: Questão de fundo - Objeções particulares - As estrelas em si. Antes o texto da crítica de um dos adversários do projeto; depois, a resposta de um dos seus defensores; aqui e acolá nosso pensamento.

Questão de fundo - Foi Eduardo Prado o primeiro a pôr o problema, com certa prolixidade e bastante fundamentação científica, das falhas astronômicas contidas em nossa bandeira. Seu pensamento está contido em trecho do livro *A Bandeira Nacional*, constituindo peça histórica no assunto. Transcrevemo-lo na íntegra; colocando no fim as estampas ou mapas a que se refere o texto.

"Embora o decreto tenha força de lei e a opinião do autor da *Apreciação Filosófica* seja muito valiosa, podemos afirmar e demonstrar que a bandeira não representa o aspecto do céu do capital do Brasil, nem quando a constelação do Cruzeiro do Sul está no meridiano, nem em momento algum.

O aspecto do céu é graficamente reproduzível por meio de cartas celestes que representem esse aspecto.

Ora, o astrônomo inventor da bandeira traçou um céu que é o avesso do céu do Rio de Janeiro. E isso por quê? Porque o astrônomo se serviu, para o desenho, não de uma carta celeste, que esta, sim, reproduziria o aspecto do céu visto da terra, mas de um *globo celeste*, sem atender a que quem tem diante dos olhos uma dessas esferas se supõe não na terra, que é ima-

ginada no centro, ou no âmagô desse globo, mas fora e muito fora, não só do nosso sistema solar, mas até muito longe das mais afastadas estrelas e nebulosas.

Que se entende por aspecto do céu? É o céu como nós o vemos da terra. Ora, quem olha para uma esfera celeste, não vê o céu como ele é visto da terra. A bola estrelada da bandeira e do selo da República foi reproduzida de um globo celeste e, por isso, não representa o céu do Rio de Janeiro como os fluminenses (os cariocas) o vêem, isto é, no seu aspecto visível. A bola representa o céu do Rio de Janeiro como ninguém ainda o viu: mostro-o invertido, estando a oeste as estrelas que no horizonte daquela cidade estão a este, ficando à esquerda o que no céu se vê à direita. É positivamente o avesso do céu.

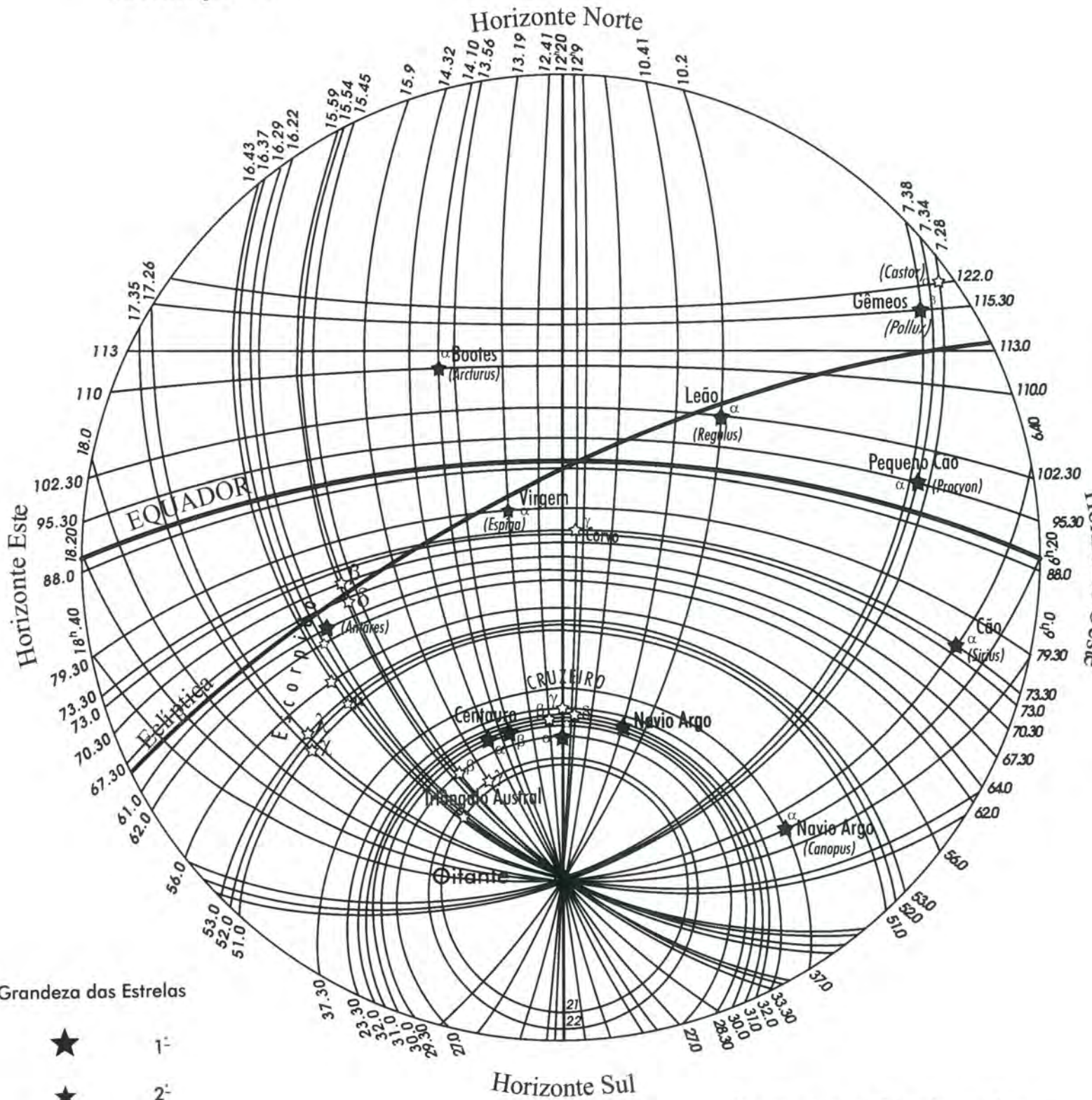
A posição verdadeira das estrelas escolhidas para a bandeira e de algumas outras de maior importância, quando a constelação do *Cruzeiro* está no meridiano do Rio de Janeiro, será pelo leitor encontrada na estampa nº 5. As ascensões retas e os círculos de latitudes estão indicados, de sorte que não só as 21 estrelas escolhidas, como as outras, estão representadas com a maior exatidão.

Quando se diz - o aspecto do céu entende-se o céu segundo a carta celeste de um ponto e num momento dados.

Augusto Comte queria limitar o estudo da astronomia ao nosso sistema planetário, abandonando a astronomia estelar. Os inventores comtistas da nova bandeira, para reproduzirem o aspecto do céu ultrapassaram os mais remotos domínios da astronomia estelar e, penetrando pelo espaço infinito, de lá pintaram o céu do Rio de Janeiro às avessas.

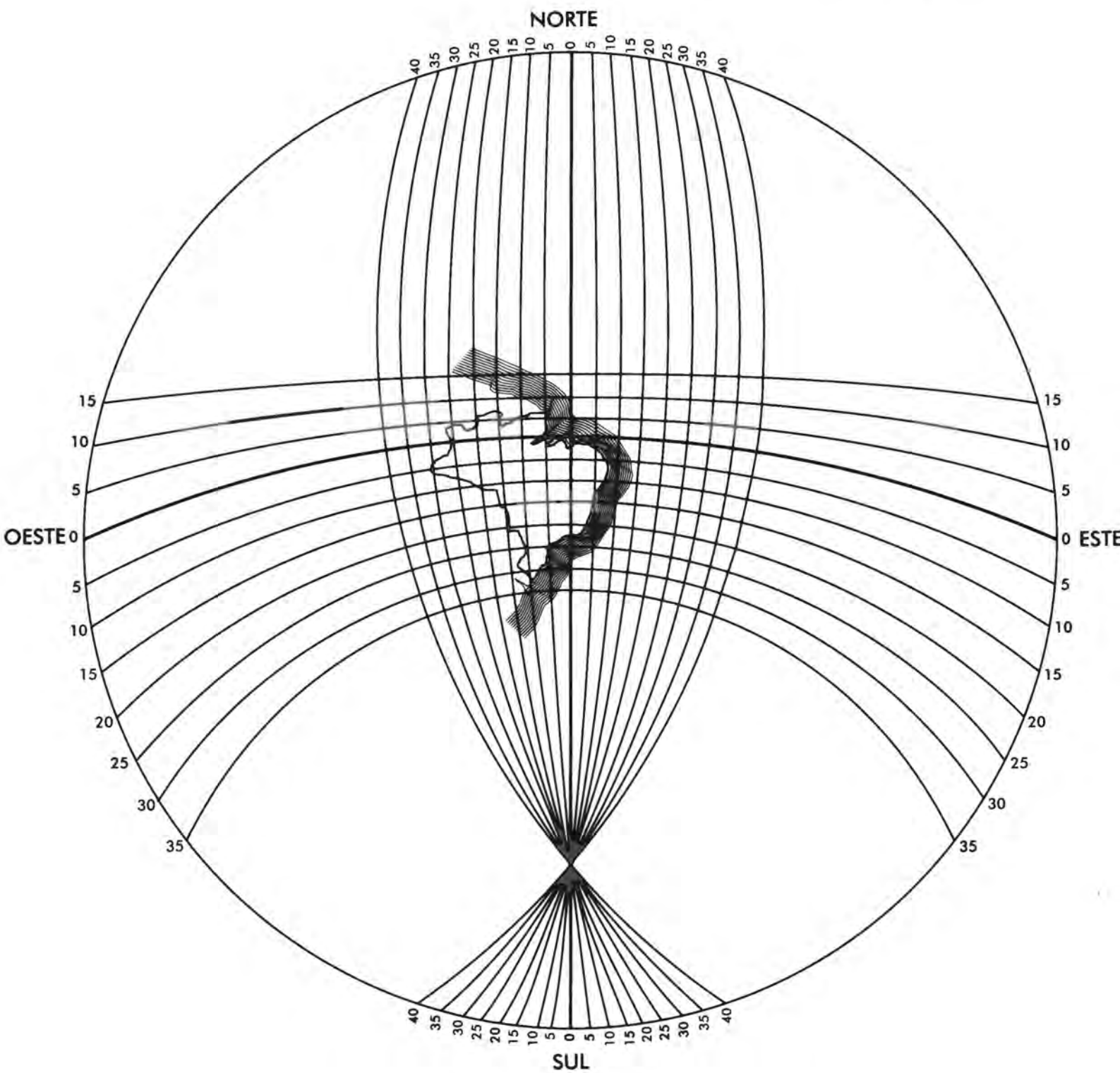
A estampa nº 7 mostra as posições exatas das 21 estrelas escolhidas para a ban-

Estampa V



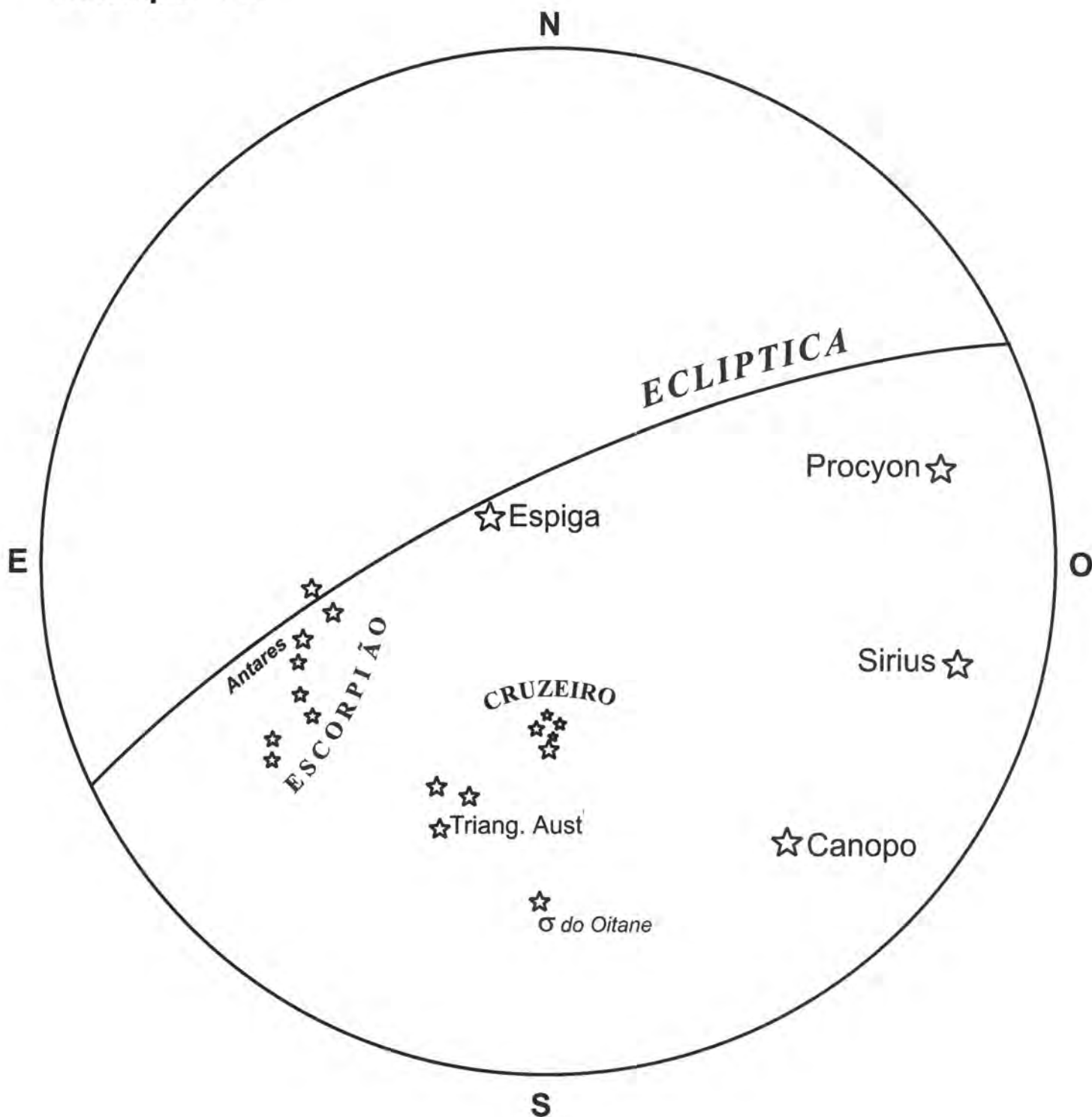
Projeção estereográfica sobre o plano do horizonte do Rio de Janeiro estando o Cruzeiro do Sul sobre o meridiano

Estampa VI



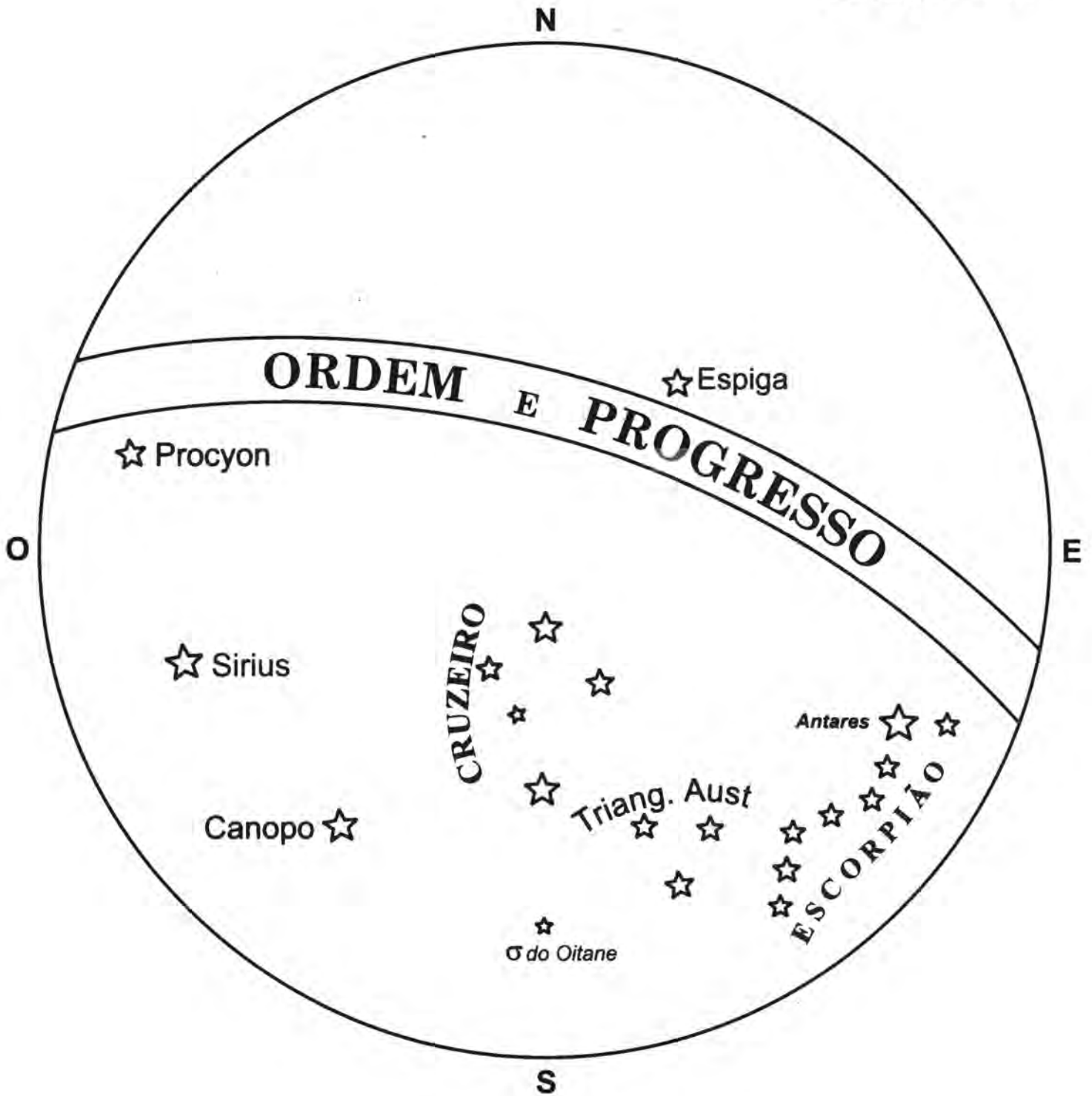
Esboço da carta do Brasil
Projeção estereográfica sobre o horizonte do Rio de Janeiro

Estampa VII



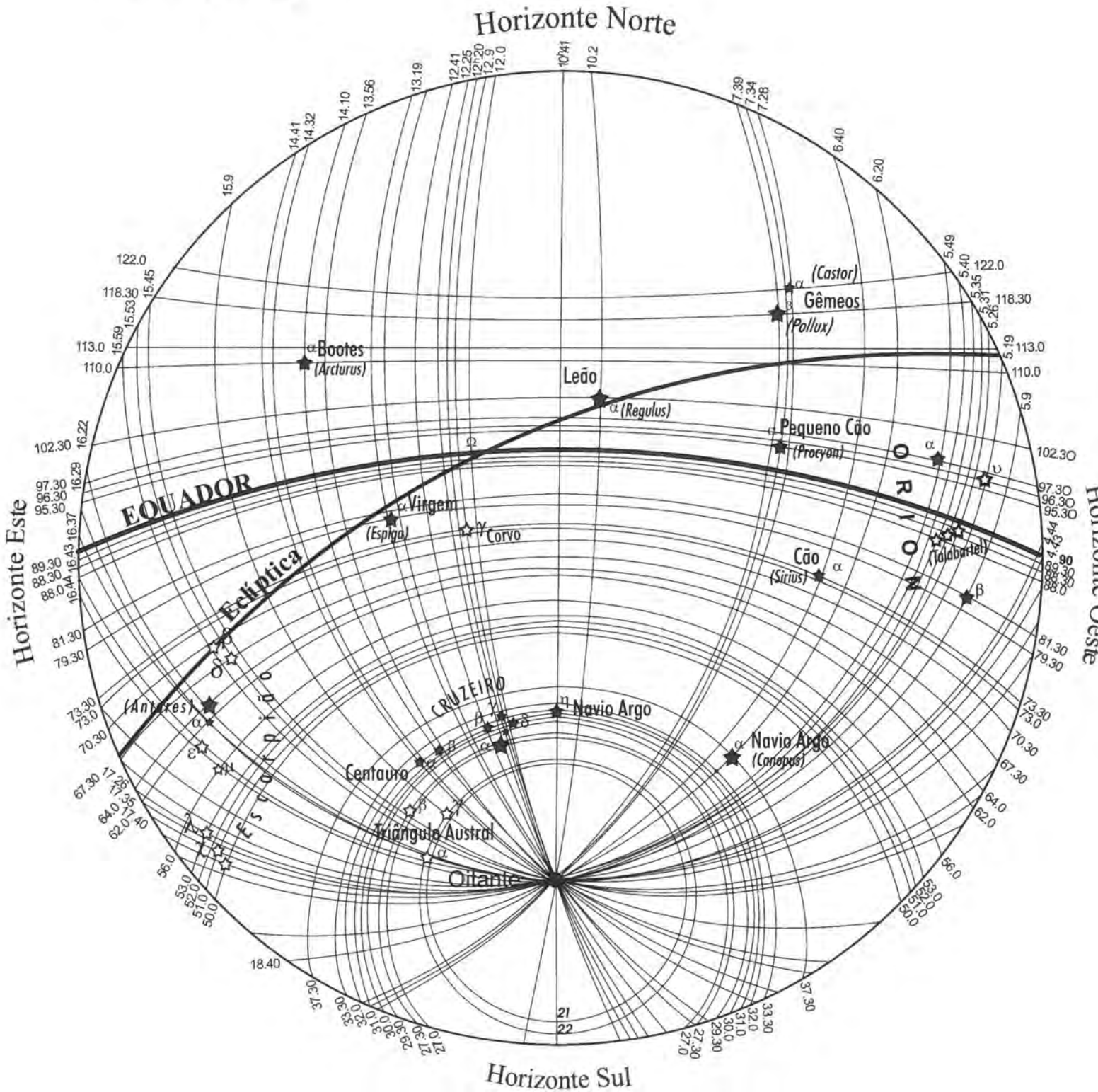
Carta mostrando as posições exatas das 21 estrelas escolhidas para a bandeira, estando o Cruzeiro do Sul sobre o meridiano do Rio de Janeiro

Estampa VIII



Reprodução do modelo adotado para a bandeira

Estampa IX



Projeção estereográfica sobre o plano do horizonte do Rio de Janeiro estando η do Navio sobre o meridiano

deira, estando o Cruzeiro do Sul sobre o meridiano do Rio de Janeiro e como os fluminenses as vêem nesse momento. Essa carta é a mesma que a nº 5, sem os meridianos e sem os paralelos, sendo suprimidas das constelações todas as estrelas que não figuram na bandeira e no selo das armas do Governo Provisório. A estampa nº 8, impressa em papel transparente, é a reprodução do modelo adotado para a bandeira. Compare o leitor esta estampa com a nº 7 e verá que as estrelas do modelo oficial não estão colocadas como todo o mundo as vê do Rio de Janeiro; não estão conforme o aspecto do céu. Admitindo-se, mesmo, a inversão, não estão certas nem as suas posições nem as suas grandezas, e está também errada a projeção da faixa com que se pretendeu representar a Eclíptica volte o leitor à estampa nº 8 e aplique-a sobre a nº 7, e verá que nem as estrelas nem a Eclíptica coincidem. Se estivessem certas, deveriam coincidir perfeitamente com a carta anterior (I). (Aqui Eduardo Prado interrompe o texto com uma Nota que também transcrevemos):

(I) Aos leitores não familiarizados com as cartas celestes causará estranheza que, nas de nºs 5, 7 e 9, o horizonte Oeste fique à direita e o horizonte Leste à esquerda, estando o espectador voltado para o Norte - isto é, que nessas cartas se dê o contrário do que se observa nas cartas terrestres, como, por exemplo, na nº 6.

A razão é simples: as cartas celestes representam o aspecto do céu, isto é, a visão que dele temos, suspenso sobre nossas cabeças. Se, pois, inclinarmos, ou suspendermos uma dessas cartas, orientando-a convenientemente, teremos à nossa direita, quando voltados para o Norte, o horizonte Este e à nossa esquerda o horizonte Oes-

te, como sucede nas cartas terrestres colocadas horizontalmente sobre a nossa mesa. Se, porém, colocarmos uma carta do céu sobre a nossa mesa, isto é, se colocarmos em plano inferior a nossos olhos a reprodução do que está em plano superior, é claro que a posição do horizonte ficará invertida. É por essa razão que as duas cartas nº 5 (celeste) e nº 6 (terrestre) podem ser aplicadas uma sobre a outra, e se ajustam perfeitamente, coincidindo os seus horizontes. Se nos colocássemos no verso da carta nº 6, estaríamos no centro da terra e, por isso, veríamos a sua superfície projetada sobre o céu, se a superfície fosse transparente; se nos colocássemos no verso da carta nº 5, estaríamos fora de todo o sistema estelar conhecido, vendo o céu não como é visto do nosso planeta, mas como é representado em um *globo celeste*.

Os mapas nºs 5 e 9 representam com exatidão o aspecto do céu do Rio de Janeiro, ou, antes, a posição de certas estrelas naquele céu; o nº 5, no momento escolhido pelo decreto, isto é, quando o Cruzeiro está no meridiano; o nº 9, certas constelações num momento dado, que julgamos mais propício para a feitura de uma bandeira astronômica. Todas as estrelas compreendidas nesses mapas são visíveis na latitude do Rio de Janeiro. O ponto negro que marca o centro do círculo é o que, no céu, fica sobre a cabeça do habitante do Rio de Janeiro. A circunferência forma o horizonte daquela capital, declarado nos três mapas com as designações: Horizonte Norte - Horizonte Sul - Horizonte Este - Horizonte Oeste.

O Rio de Janeiro está a $22^{\circ}, 54' 24''$ de latitude ao sul do Equador; o pólo Sul da abóbada celeste, ali, fica elevado $22^{\circ}, 54' 24''$ acima do horizonte Sul e a

abóbada parece girar em torno desse ponto, por efeito do movimento diurno da rotação da terra.

Se a cidade estivesse sobre o Equador, os dois pólos ficariam justamente sobre os dois horizontes Norte e Sul; como, porém, está ao sul do Equador, o pólo Sul está acima do horizonte, e ir-se-ia elevando gradualmente para quem viajasse em direção do Sul, ao passo que baixariam no horizonte Norte as estrelas mais próximas desse pólo.

Quanto às belezas do nosso céu austral, é muito útil para o distinto conhecimento delas a obra de Proctor: *The Southern Skies, a plain and easy guide to the constellations of the Southern Hemisphere, etc., etc.* London, 1889.

(Prosegue o texto de Eduardo Prado, interrompido com a Nota):

O aspecto do céu do Rio de Janeiro continua, pois, a não ser o que tanto o Decreto nº 4 como o sr. Teixeira Mendes quiseram fazer, e, se a bandeira quis representar este aspecto, a bandeira está errada. Está errada na direção da Eclíptica, nas grandezas, nas posições das estrelas, de todas as estrelas, sem excetuar uma só. Teriam estas de realizar viagens de centenas de milhares de séculos, para, obedecendo ao decreto e ao sr. Teixeira Mendes, irem tomar na bola azul as posições que lhes foram designadas ditatorialmente.

Há no Rio de Janeiro um observatório astronômico que poderia ter sido consultado, desde que se pretendia pôr em contribuição os astros. O Governo Provisório preferiu, porém, desfraldar aquele documento de ignorância, que, correndo mundo e flutuando no estrangeiro, dará uma idéia tão ridícula, quão injusta, do nosso adiantamento" (Prado, 1903, p. 38-45).

A seguir, Eduardo Prado apresenta a sugestão de como deveria ter sido o céu de nossa bandeira:

"Para representar exatamente o aspecto do céu do Rio de Janeiro, com as estrelas escolhidas, na sua verdadeira posição astronômica no momento em que está sobre o meridiano o *Cruzeiro*, fizemos gravar a carta nº 5, que bem mostra o erro da bandeira.

Admitida a idéia de uma bandeira astronômica, o autor dessa bandeira deveria escolher outro momento. Seria esse momento aquele em que a estrela π do *Navio Argo* passa pelo meridiano do Rio de Janeiro.

Esse momento seria, sem dúvida, preferível, pois estaria então acima do horizonte a belíssima constelação de Orion, o *Gigante do Céu*, cantado por Píndaro, os *Três Reis Magos*, ou *Três Marias* da poesia e das lendas populares e que os próprios índios do Brasil conheciam e a que chamavam *Ararapary*.

O astrônomo oficial teria, então, de escolher 21 estrelas, todas do maior brilho e todas visíveis, o que, além de mais belo, seria, como já observamos, um símbolo de igualdade entre os diferentes estados.

Veja o leitor a estampa nº 9, representando essas estrelas no céu, no momento em que η do *Navio* está sobre o meridiano do Rio de Janeiro.

Haveria, nesse momento, a escolher as seguintes estrelas, todas da maior beleza:

6 em Orion: α , ou *Betelgueze*; γ , ou *Bellatrix*; β , ou *Riegel*; e as três do *Talabarte* - δ , ϵ , e ζ

1 no Maior Cão: α , ou *Sirius*;

1 no Menor Cão: α , ou *Procyon*;

1 no Leão: α , ou *Regulus*;

1 na Virgem: α , ou *Espiga*;

1 no Navio Argo: α , ou *Canopo*;

4 no Cruzeiro: α , β , γ e δ

2 no Centauro: α e β ;

3 no Triângulo Austral: α , β e γ ;

1/21 no Escorpião: α , ou *Antares*.

O céu do Rio de Janeiro, quando η do Navio está sobre o meridiano, é tão rico, que haveria até para escolher essas 21 estrelas necessidade de deixar de lado outras, não menos brilhantes, como *Arcturus*, *Castor* e *Pollux*, e não se precisaria recorrer a estrela alguma.

Mas nenhuma combinação, nem mesmo essa, uma vez adotada a infeliz idéia da roda, ou bola azul na bandeira, tornaria menos feia a pretendida *idealização* do céu fluminense e a representação inexata e inestética dos Estados do Brasil por meio de estrelas dispersas caprichosamente, mas com pretensões de estarem nas suas posições astronômicas.

Julgamos ter, no entanto, demonstrado que, como astronomia, a bandeira é um conjunto de erros: 1ª) É o reverso do céu, cujo aspecto se quis representar, 2ª)- As estrelas não estão nas suas verdadeiras posições e a faixa representativa da Eclíptica está erradamente traçada (Prado, 1903, p. 56-60).

O documento de Eduardo foi muito bem preparado e fundamentado. Não há dúvida de que, a rigor, algumas de suas objeções poderiam receber resposta. Mas isto nos levaria para um campo estritamente técnico, que foge à índole histórico-cultural deste trabalho. Todavia, no geral, sua posição é válida e merece todo o respeito. Os próprios defensores da bandeira reconhecem que houve algum deslize na representação do céu e que da crítica de Eduardo Prado se poderia tirar algum proveito corrigindo-se o desenho anexo ao Decreto nº 4.

Mas todo o arcabouço da crítica cai por terra, se considerarmos qual é o céu que se quis representar. Os criadores e primeiros comentadores da bandeira com uma simples declaração derrubam, na prática, sem entrar no mérito da questão, todas as objeções. Ouçamo-los.

Antes mesmo que fosse feita qualquer crítica, Teixeira Mendes, como que prevendo o que viria acontecer, expressou-se assim na *Apreciação*: "Não se tratava de construir propriamente uma carta do céu. Era preciso figurar um céu idealizado, isto é, compor uma *imagem que em nossa mente evocasse o aspecto do céu* (grifo nosso), bem como os sentimentos que a nossa evolução poética tem ligado a semelhante imagem. O relativismo estético e mesmo científico traça as regras a seguir em tal idealização".

Em *Bandeira Nacional* (1890, p. 2), explicando os desarranjos das estrelas na bandeira, escreveu Teixeira Mendes: "O nosso concidadão *Manuel Pereira Reis*, a quem foi mostrado o desenho, ponderou que, tratando-se de um símbolo, era descabida a preocupação de conservar o rigor de uma carta celeste. Eis como se foi levado ao arranjo que prevaleceu".

José Feliciano de Oliveira: "Fora longo refutar outros pretendidos erros astronômicos, de que está inçada a bandeira, no dizer do opúsculo citado. Para confutar a mor parte, basta dizer que se baseiam na pretensão de ser a esfera da bandeira uma carta celeste, com precisão maior do que a permitida em cartas daquele tamanho, ou naquela infinita escala.

Aí só há, só pode haver posições relativas, disposições gráficas, de desenho. É isso o que diz o decreto de 19 de novembro de 1889, no mesmo trecho citado pelo

crítico: 'as estrelas estão dispostas na sua situação astronômica, quanto à distância e ao tamanho relativos'..." (Oliveira, 1907, p. 40-41).

E mais além: "Vê-se que em qualquer caso fora impossível traçar artisticamente o céu de 15 de novembro, sem modificar os rigores das cartas celestes. Aliás, quem conhecer estas sabe que não há aí nenhum rigor constante. Nas cartas de Dien, antes da revisão de Flammarion, faltava a nossa *Canopus*; e a *alpha* do Centauro, que desejam pôr na bandeira, estava 15 graus afastada de sua posição real.

Todos os anos o quadriculado de círculos, que nas cartas assinalam os astros, passa sobre todos, de Este para Oeste, e lhes altera as coordenadas (em ascensão reta, o aumento, o erro passa de três segundos horários e em declinação atinge a uns 20 segundos de arco).

Esta modificação é devida ao movimento de precessão dos equinócios. Esse movimento, em uma dúzia de milênios (não são necessários milhões de anos), faz que muitas constelações do sul passem para o norte e vice-versa" (ibid., p. 47-48).

Objecções particulares - O texto de Eduardo Prado, embora muito mais reduzido do que as dezenas de páginas que Eurico de Goes escreveu, tem todavia certa unidade e oferece aquilo que chamamos questão de fundo. Já o antigo Diretor da Biblioteca Municipal de S. Paulo é dispersivo, o que se explica pela natureza de seus escritos: obra de combate ou de respostas a situações do momento, no calor da polêmica. Difícil colher um seu texto sistemático e que não toque aqui e acolá em posições pradianas. Por outro lado, evitamos de citar-lhe textos literais, porque normalmente vêm carregados de ofensas, impróprias num debate sério.

Um dos seus temas refere-se à projeção estereográfica do céu. Eis como o situa:

"Asseveram mais, categoricamente, contra os principais estabelecidos, que o pseudocéu da bandeira está dentro das vantagens da projeção estereográfica e mantém todas as distâncias angulares!!! Só uma taca-nha ignorância ou um desmedido atrevimento poderá pretender tal cousa. Que é projeção estereográfica? É a perspectiva da esfera sobre o plano de um dos seus círculos máximos, supondo-se o ponto de vista situado no pólo desse círculo. Ordinariamente se restringe a representação à parte oposta àquela sobre a qual se imagina estar situado o ponto de vista. Os pontos da esfera celeste são referidos pela sua declinação e pela sua ascensão reta, do mesmo modo que, na superfície terrestre, os respectivos pontos se determinam por meio da latitude e longitude geográficas. Quais são as propriedades da projeção estereográfica? 1ª - Os ângulos se mantêm os mesmos, tanto na figura que se quer projetar como na sua projeção. 2ª - A projeção duma circunferência qualquer da esfera é sempre uma outra circunferência. Destes dois princípios resulta a seguinte consequência: qualquer figura existente na superfície da esfera tem por projeção uma figura semelhante. Além disso, a escala dessa projeção varia do simples para o dobro, a partir do centro para as bordas; isto é, nas bordas, os objetos se projetam, mais ou menos, em verdadeira grandeza, ao passo que, para o centro, há uma redução das superfícies na razão de 1 para 4, em virtude de estarem as dimensões na razão de 1 para 2.

Ora, no modelo oficial da bandeira não foram observadas essas prescrições. Antes de tudo, esse desenho absolutamente não é a reprodução do que se vê no céu, no momento escolhido: na maioria, as cons-

relações foram excluídas, outras impiedosamente deformadas, outras aumentadas em tamanho, outras diminuídas, outras postas fora do lugar! Para mostrar a infelicidade da bandeira, na representação das constelações, basta ver que o Escorpião, apesar de haver concorrido com oito estrelas (justamente o número das constelações escolhidas), ficou horrivelmente mutilado e contrafeito, a ponto de perder, por completo, a sua forma característica e similar, antes, uma lagarta ou uma lombriga... O Cruzeiro, que, em relação às outras constelações da bandeira, deveria ser muitíssimo menor, foi figurado muitíssimo maior, não obstante estar situado no centro do desenho, isto é o contrário do que fora mister observar numa projeção estereográfica! O Triângulo, que é bem maior do que o Cruzeiro, foi representado incomparavelmente menor! A Espiga, da Virgem, que tem uma declinação (austral) de $10^{\circ}40'34''$ (1907), quando a de Prócion (boreal) é de $5^{\circ}27'48''$ (1907), foi atirada, aos trambolhões, para cima da faixa e ficou, ainda, mais ao norte do que essa última estrela! A distância que, no céu, ou numa projeção estereográfica, vai de Canopo a Sírio é muito mais considerável do que a de Sírio a Prócion: na bandeira, porém, essas distâncias parecem até medidas a compasso, visto como são exatamente iguais!

De que modo, pois, foram mantidas as distâncias angulares?! Querem, ainda, mais uns dois ou três exemplos?

A distância que existe entre α e γ do Cruzeiro é três vezes menor do que a compreendida entre α do Cruzeiro e γ do Triângulo; ao passo que, na bandeira, a primeira dessas distâncias é muito maior que a segunda! O espaço que medeia entre α do Cruzeiro e σ do Oitante é cerca de

quatro vezes maior do que o existente entre α e γ do Cruzeiro; enquanto na bandeira aquele mesmo espaço é menor! A distância que se nota entre Canopo e α do Cruzeiro é sete vezes maior do que a que se observa, ainda, entre α e γ do mesmo Cruzeiro; e na bandeira é quase igual!" (Goes, 1908, p.179-181).

Quanto à disposição das estrelas, responde José Feliciano de Oliveira: "Satisfazer gostos individuais na disposição das 21 estrelas fora tarefa insana e impossível. Só as oito estrelas de *Scorpius* admitem 40 320 permutações ou ordens diferentes. Se, por exemplo, me consultassem a respeito, eu as reduziria a sete, e, em lugar da oitava, poria *Regulus* de Leo, a fazer um pouco de simetria com *Spica*, acima da faixa, à esquerda. *Regulus* (o rei jovem) ficaria sobre a *Ordem*, assinalando-a simbolicamente, com *Spica*, de outro lado, a sinalar o *Progresso*, como símbolo das searas, da maturação, do desenvolvimento agrícola... Mas tudo isso se reduz a simples melhoria de uma partezinha da forma. E que vale ante a significação do fundo, ante a constância do símbolo?" (1907, p. 64).

Quanto à projeção: existem muitas maneiras de fazer a projeção do céu, especialmente quando não se trata de adistingi-la aos rigores científicos. O projetista optou por uma.

José Feliciano de Oliveira defende assim a projeção celeste adotada na bandeira: "A mais grave acusação que se faz à bandeira republicana é dizer-se que o céu aí projetado é mui belo mui significativo, mas está errado. E está errado porque uma especial projeção estereográfica do céu dá uma figura inversa da que se gravou na bandeira.

"Ora, essa projeção estereográfica sobre o horizonte só dará tal imagem para quem estiver em nosso *nadir* e de lá possa,

através, da terra, contemplar o nosso hemisfério celeste, a 15 de novembro. Assim, tal figura seria exata e cômoda para nossos antípodas, quando olhassem para baixo, para *nosso lado*. Para nós, a imagem cômoda e exata é a que representa o céu refletido num espelho, como na superfície horizontal de um lago.

"Nós aí olhamos comodamente para baixo e contemplamos o céu de nossa bandeira, como nos dias de eclipse se vê o sol numa vasilha cheia de água. O que no céu estava antes à direita, quando o contemplávamos de frente, no espelho aquoso está naturalmente à esquerda, quando para este nos voltamos. Mas, se, olhando o espelho, imaginarmos o espetáculo do céu que aí se reflete, tudo estará em seus lugares; é uma questão de relatividade: o que no céu está à esquerda, a gente na figura vê à direita, etc.

"Basta atender a que na heráldica e nas cartas celestes se representam assim mesmo as direções, os sentidos. Veja-se o *Mappa do Céu* construído pelo dr. *Pereira Reis*; veja-se o *Atlas* do dr. *Cruis*, que em redução o tem reproduzido no *Almanaque Garnier*.

"Essa imagem tem o mérito de forçar o espectador a usar melhor, mais relativamente de sua razão. Força-o a ser consciente, a melhor orientar-se. Assim não acontecerá mais o que vi no antigo *Batalhão* de voluntários paulistas, em 1893: muita gente não sabia voltar-se depressa para a direita e para a esquerda...

"No caso da projeção estereográfica, na superfície horizontal de um lago, só quem estivesse no fundo e no centro teria a imagem proposta no opúsculo do dr. E. Prado." (Oliveira, 1907, p. 39-40).

Não satisfeito, comenta ainda: "Preciso esclarecer melhor essa parte essencial de nossa bandeira e afastar geralmente certas objeções. Esta nota poderá também esclarecer as dúvidas que os globos celestes despertam às vezes, mesmo aos homens de letras. Não é só a bandeira que sofre objeções *desorientadas* ou com *ponto de vista errado*. Também um globo celeste, numa livraria daqui, foi certa vez malsinado de errôneo e o livreiro teve que se socorrer de minha defesa. Tudo se resolvia no mau, no errado ponto de mira do censor. Desde *Aratus*, o célebre poeta astrônomo que Cícero traduziu, agitou-se a questão de se olhar o ideal conjunto da esfera pelo exterior convexo ou pela concavidade interior. *Hiparco*, ao comentar o livro de *Aratus*, alvitra que o segundo aspecto é mais cômodo. Mas os globos modernos são geralmente feitos para se ver pela convexidade, pelo exterior, e dão o espetáculo do céu como se acha em nossa bandeira.

"Mas nesse caso não é mister que o espectador esteja no infinito. Tratam-se de direções visuais que, embora venham do ilimitado, do *infinito*, podem ser atalhadas em qualquer ponto de seu percurso. Para interceptá-las, nem é necessário subir até ao mundo da lua. Bastará ficar no contorno de nossa atmosfera e aí se desenhará o espetáculo que nos dão os globos celestes." (p. 45).

Outro tema dos adversários do modelo projetado por Teixeira Mendes: o céu está invertido. Antão de Vasconcelos, por exemplo, disse que a bandeira está "de pernas para o ar", visto o Cruzeiro do Sul dever estar acima do Equador, indicado - em sua opinião - pela faixa. Chegou a consultar a Sociedade *Astronômica* da França, que respondeu: "O senhor tem toda razão, o

pavilhão do Brasil, com a Cruz do Sul acima da banda equatorial, está invertido para os habitantes do Brasil. Logicamente, os habitantes do hemisfério austral deveriam colocar o sul em cima" (apud Lemos, 1894, p. 21-22).

Miguel Lemos responde: "A faixa... não é o equador, mas a eclíptica. Este erro foi repetido pelo órgão da Sociedade Astronômica de França, naturalmente por culpa de seu infeliz informante..." (p. 22, nota 5).

Note-se que Antão de Vasconcelos omitiu um trecho da resposta da entidade francesa, que é este: "Todavia, o desenho pode justificar-se, porque é costume representar o globo terrestre com o norte em cima, para significar que a civilização partiu do hemisfério boreal" (apud Lemos, 1894, p. 27).

Ninguém melhor do que o autor da projeção do céu de nossa bandeira para comentá-lo. Eis, então, as palavras de Manuel Pereira Reis, lente de Astronomia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro:

"Os habitantes da terra devem ver o globo terrestre de um mesmo modo. Foram os habitantes do hemisfério norte os que, considerando a terra em primeiro lugar, colocaram-na sempre vista com o pólo norte para cima. Esta disposição verifica-se em todas as cartas geográficas que até hoje tenho visto, de qualquer dos hemisférios; mesmo em geral nas plantas topográficas. A carta do Brasil tem sido publicada por diversas vezes pelo governo, sempre com o pólo sul para baixo; e ninguém até hoje levantou censura alguma. As cartas de todas as províncias até 1889, e depois as dos Estados, têm sempre seguido esta disposição. Se nas cartas terrestres esta colocação tem sempre sido invariavelmente respeitada, não vejo razão de espécie alguma para que em relação ao céu seja ela alterada.

"Desde 1881 que professo astronomia na Escola Politécnica. Todas as vezes que tenho de figurar na pedra a esfera celeste, faço-o sempre colocando o hemisfério norte para cima; declarando ao auditório que assim procedo não só porque é uma disposição universalmente aceita, como porque é um sinal de homenagem que o hemisfério sul presta ao hemisfério norte, de onde tudo recebeu.

"Quanto ao parecer da Sociedade Astronômica de França, para mim não merece consideração. Os franceses credores de veneração são os que contribuíram para a fundação da astronomia: nem todos os contemporâneos são sempre merecedores de acatamento.

"Se o pólo sul fosse na bandeira colocado para cima, eu lavraria meu protesto de acordo com o modo de proceder no curso de astronomia da Escola Politécnica. A lógica que deve impor a colocação do pólo sul para cima da bandeira da República deve também servir para a carta geográfica do Brasil. Entretanto, o sr. Antão de Vasconcelos nunca reclamou para este caso; nem tão pouco a Sociedade Astronômica de França nunca reclamou para as cartas geográficas do hemisfério sul publicadas na França.

"Quanto a mim, tudo isto não passa de pura e simples oposição à República - Manuel Pereira Reis, lente de astronomia da Escola Politécnica, março 14, 1893" (ibid., p. 25-26).

Post-Scriptum. - Relidos os documentos que precedem, depois de recopiados para serem impressos neste jornal, tivemos curiosidade de ler na revista - *L'Astronomie* - o texto reproduzido pelo sr. A. de Vasconcelos. Uma referência do parecer do sr. Cruls, em que este atribui ao órgão da Sociedade Astronômica de França palavras

que não se liam no comunicado do sr. Vasconcelos, fez-nos suspeitar qualquer alteração. Com efeito, tendo obtido o número correspondente da mencionada revista, qual não foi o nosso espanto verificando que o adversário da bandeira nacional havia suprimido uma frase inteira, colocada entre as duas por ele reproduzidas!

A frase intermédia suprimida é a seguinte: "*Cependant le dessin peut se justifier, parce qu'on a l'habitude de représenter le globe terrestre avec le Nord en haut, la civilisation étant venu de l'hémisphère boréal.*" (traduzido acima).

E então?... Como qualificar semelhante procedimento?... Bom meio, na verdade, de confundir os ignorantes!

Quanto a nós, apenas diremos que, se menos confiados na boa-fé do comunicante, houvéssemos verificado logo a falsificação do texto, da resposta dada pela revista da Sociedade Astronômica, teríamos poupado aos srs. Pereira Reis e Cruls o enfado de interporem parecer sobre tal questiúncula, e nos teríamos limitado a restabelecer o texto truncado.

Era quanto bastava para que o público pudesse formar o seu juízo (Lemos, 1894, p. 26-27).

Eis o teor do "Parecer" de L. Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, em carta a Tasso Fargozo (*sic*), intermediário de Miguel Lemos na consulta:

"Sr. Dr. Tasso Fargozo (*sic*)

"Respondendo à vossa carta em que pedis manifeste minha opinião acerca da orientação dada à projeção do hemisfério celeste na bandeira nacional, por ter-se afirmado ser ela errada, e havendo mesmo a Sociedade Astronômica de França declarado ser ilógica a mesma orientação, apresso-me em satisfazer o vosso pedido,

restringindo-me estritamente aos termos da consulta.

"Sou de parecer que não têm fundamento as supraditas críticas.

"Com efeito, pela descrição da referida projeção, vê-se que ela representa o aspecto da abóbada celeste no momento em que a constelação do Cruzeiro passa no meridiano, achando-se, portanto, nesta ocasião, simultaneamente o pólo abaixo e a eclíptica acima da mesma constelação, supor, pois, o norte na parte superior da projeção e o sul na parte inferior, é simplesmente adotar as convenções usadas para os mapas geográficos. E tanto assim é que a própria Sociedade Astronômica de França o deixou entender quando disse que o desenho podia justificar-se, pois que se tinha o hábito de representar o globo terrestre com o Norte acima.

Quanto a querer, na projeção, colocar o pólo sul acima, teria a desvantagem de apresentar o céu em posição inversa àquela em que o vemos, pois que, não sendo, na latitude do Rio de Janeiro, o Cruzeiro uma constelação circumpolar, nunca vemos esta abaixo do pólo, na sua passagem meridiana, e sempre acima." (L. Cruls apud Lemos, 1894, p. 24-25).

José Feliciano de Oliveira põe assim a resposta à objeção da inversão dos pólos: "Convém aqui dissipar a objeção dos que notam que os pólos na bandeira estão invertidos. Achem que o pólo sul devia estar para cima e o pólo norte para baixo. Ora, na projeção da bandeira o pólo norte não pode estar em lugar nenhum, porque não existe. Está sob o horizonte, a uma distância igual à latitude do Rio de Janeiro. Se aí o quiséssemos projetar estereograficamente, onde iria ele cair? Os que sabem um pouco estas cousas podem ver que ficaria fora da Terra, no

prolongamento da meridiana, onde se encontrasse com o raio visual que vinha do *nadir*, passando pelo dito pólo..." (1907, p. 47).

E pondo o problema em relação ao Cruzeiro do Sul: "Se prevalecesse a inversão do pólo, o Cruzeiro ficaria também invertido, ficaria no meridiano inferior, como se fosse uma constelação circumpolar, o que não se observa inteiramente em região alguma do Brasil" (p. 49).

Anotamos ainda duas objeções de Eurico de Goes. A primeira: não foram escolhidas as estrelas mais brilhantes do céu. Objeção sem sentido, porque, na verdade, ao estão o verdadeiro "estado-maior" delas; depois, a necessidade de simbologia exigiu a presença de estrelas menores. Pereira Lessa é mais desabrido: "Se fôssemos escolher estrelas pelo brilho, como pensa, teríamos escolhido o sol, quando o motivo foi outro" (1908, p. 13).

A segunda objeção: "E tanto é nosso aquele trecho de céu (?) que figura na bandeira, como a outra face oposta que aí se não representa, essa, justamente, a mais bela e a mais rica região celeste, em que mirificamente esplende o incomparável gigante Orion, com o seu lucífero cortejo... Eis uma demonstração de que um céu não se reparte: um céu é todo inteiro!" (Goes, 1908).

As constelações, visíveis para os habitantes do Rio de Janeiro, que não foram colocadas na bandeira são estas: Gêmeos, Leão, Libra e Sagitário. Estão cobertas pela faixa. Não eram necessárias para o simbolismo do céu, enquanto a faixa o era para o significado que se lhe quis atribuir.

Algumas estrelas em particular - Teixeira Mendes escrevera em sua *Apreciação*: "A sua estrela mais bela, a *Espiga*, da *Virgem*, pertence ao nosso hemisfério, e a essa estrela está ligada à memória da descoberta

da precessão dos equinócios pelo fundador da astronomia, o imortal Hiparco. Ela não podia, pois, deixar de ser escolhida". Eduardo Prado faz a seguinte crítica: "Se a razão que obrigou o autor da bandeira a escolher a *Espiga* é o ter aquela estrela servido para a descoberta da precessão dos equinócios por Hiparco, igual razão havia para a escolha de *Regulus*, α da constelação do *Leão*, brilhantíssima estrela, que aquele astrônomo observou para fazer a sua descoberta. E, se o autor da bandeira queria uma constelação setentrional para indicar que o Brasil tem *um* Estado (aliás, dois) estendendo-se ao norte do Equador, tinha à mão (se assim se pode dizer, tratando-se de estrelas) *Regulus*, do leão, que, para ser contemplado, reunia dois títulos: o de estar ligado à memória de uma grande descoberta e o de estar ao norte do Equador" (1903, p. 50-51).

O autor do projeto da bandeira explicou: "Na bandeira, ela (a *Espiga*, da *Virgem*) está figurada acima da Eclíptica, para quebrar a monotonia do hemisfério boreal". E sobre Prócion: "única estrela das escolhidas que está no hemisfério norte, não podia ser colocada acima da Eclíptica, porque a constelação está no sul dessa linha". Eduardo Prado comenta: "Quando chegou nesse ponto, o autor da bandeira olhou para a parte superior da sua bola azul e viu aquele campo deserto, achou-o monótono e teve muita razão. E quando a gente acha monótono o hemisfério boreal, que deve fazer? Pega delicadamente de uma estrela e deita o dito astro no referido hemisfério; e, para isso, pede-se uma estrela emprestada ao vizinho hemisfério austral. O autor da bandeira, tendo feito este empréstimo estelar, olhou de novo para a bola e achou que estava bem. Infelizmente, não

descansou, porque continuou depois, a dedo, a desarranjar os astros" (1903, p. 51).

Explicação de Teixeira Mendes: "A liberdade estética, pelo contrário, permitia colocar a *Espiga* acima da faixa representativa do Zodíaco, por se tratar de uma constelação que tem parte acima e parte abaixo do plano da órbita terrestre, e de uma estrela que bastaria uma pequena variação na inclinação desse plano, para transportá-la ao norte dele. Mas ela foi representada junto à faixa."

Crítica de Eduardo Prado: "O autor da bandeira teve a idéia de fazer uma bandeira científica, um estandarte astronômico. Diante dessa obra desgraciosa, pesada, inestética por todos os títulos, o seu autor resolveu introduzir a liberdade estética entre os astros, que, a princípio, começara a querer dispor com todo o rigor astronômico e de acordo com a ordem do Governo Provisório, que era positiva, pois o decreto mandava que as estrelas aparecessem *todas nas suas posições astronômicas*. A bola estrelada, que já não era astronomia, porque, como demonstramos, estava errada, e que nunca será arte, porque é tudo quanto há de mais desgracioso e antiartístico - a bola, com o empréstimo da *Espiga*, removida, por ordem superior, de um hemisfério para outro, perdeu até as aparências de ser coisa atinente à astronomia. O seu lugar é na indústria do papel barato.

A *Apreciação Filosófica*, se queria por força e à última hora povoar o deserto hemisfério com uma estrela isolada, não precisava mudar do seu caminho a inocente α da *Virgem*. Se o autor da bandeira tivesse obedecido ao decreto, colocando as estrelas nas suas posições astronômicas, e não as tivesse desarranjado, β do *Escorpião* ficaria, naturalmente, e sem esforço, nem li-

berdade estética, por cima do plano da Eclíptica. Veja-se a carta nº 5. Tomasse (α de Bootes (*Arcturus*), belíssima estrela, que, estando ao norte do Equador e da Eclíptica, realizaria a dupla intenção de que fala a *Apreciação*: - de indicar que o Brasil tem território ao norte do Equador e de quebrar a monotonia do hemisfério boreal, que a *Apreciação* julgou ficar mais interessante com a emigração da *Virgem* deslocada.

A *Apreciação* procura desculpar a liberdade, dizendo que foi apenas uma pequena variação. No globo celeste de que se serviu o autor da bandeira para inscrever no losango amarelo a sua bola, ou, antes, rodela azul salpicada de estrelas, essa variação pareceu pequena. Nem chegava, talvez, a meia polegada, acreditamos. Mas, no espaço celeste, são outras as proporções: o movimento próprio secular da estrela *Espiga*, ou α da *Virgem*, que todos os dias se afasta de nós, produz-se na direção da constelação do Corvo. O autor da bandeira não só deslocou a estrela, como fê-la mudar de direção, levando-a para perto de *Arcturus*, 7° ao sul desta estrela, e, depois de ter assim desencaminhado, em pleno céu, a *Virgem*, fê-la fazer, fora do rumo, uma viagem, na qual, levando-se em conta o movimento próprio da *Espiga* e o espaço a percorrer, teria a pobre estrela de levar 35 000 séculos, ou 3 500 000 anos.

E a *Apreciação* insiste na insignificância da alteração feita no céu, dizendo, por fim, que, apesar da mudança, a *Espiga* ficou perto da faixa!" (Prado, 1903, p. 52-56).

Aqui, não há necessidade de discutir muito, porque são os próprios defensores da bandeira a reconhecerem o engano da colocação da *Espiga*. José Feliciano de Oliveira, por exemplo: "No modelo anexo ao decreto,

essa estrela não foi colocada muito exatamente pelo desenhista, embora guarde a posição relativa" (1907, p. 59).

Como ficou dito por Eduardo Prado, a estrela *Arcturo*, da constelação de Bootes, preencheria as duas intenções marcadas para *Espiga-Virgem*: indicar territórios brasileiros no norte e quebrar a monotonia do hemisfério boreal na bandeira. Mas os positivistas se entusiasmaram com a *Virgem*, tão adequada a simbolizar aspectos religiosos do pensamento comtiano, embora nada tenha a *Apreciação* declarado a respeito.

José Feliciano de Oliveira, aceitando a tese de Eduardo Prado, procura justificar um pouco a escolha de Teixeira Mendes: "Desse modo se explicará mais uma vez o caso da estrela *Spica* acima da faixa (fazendo-a subir na direção de seu máximo círculo). *Spica* foi escolhida por estar ligada à descoberta da precessão por Hiparco e é a mais importante das que nesse cálculo entraram, pois nele serviu desde Timocaris até Ptolomeu. *Regulus* de Leo só serviu depois com Ptolomeu, quando com *Spica* já Hiparco fizera essencialmente a descoberta" (1907, p. 48).

Teixeira Mendes: "Escolheram-se constelações austrais, com exceção do *Pequeno Cão*, que forneceu *Prócion*, para significar que a União Brasileira tem um Estado que se estende ao hemisfério norte". Eduardo Prado: "O autor da bandeira devia aprender pouco de Geografia do Brasil. Não há menino de escola neste país que ignore que o Brasil tem dois Estados cujos territórios se estendem ao norte do Equador. Olhe o autor da *Apreciação Filosófica* para qualquer mapa do seu país e verá que o Pará e o Amazonas têm territórios ao norte da linha equinocial. Seria, portanto, preciso esco-

lher, do hemisfério norte, não *uma* estrela, mas duas, representando o Estado do Pará e o Estado do Amazonas. Podiam ser *Regulus*, *Arcturus*, *Castor*, *Pollux*, ou outras estrelas do hemisfério norte. O autor da bandeira, evidentemente, teve aqui a confusa e vaga idéia de querer representar tão-somente as estrelas compreendidas dentro dos meridianos e paralelos celestes correspondentes aos meridianos e paralelos terrestres que passam pelos pontos extremos das fronteiras e da costa do Brasil. Mas, então, seria preciso excluir todas as 21 estrelas escolhidas, como verá claramente o leitor aplicando o mapa nº 6 com a projeção do território brasileiro sobre o mapa nº 5, que é o do aspecto do céu do Rio de Janeiro no momento, e com as estrelas escolhidas pelo decreto e pelo autor da bandeira. Graças à transparência do papel, verá o leitor, das 21 estrelas escolhidas, uma somente, a *Espiga*, da *Virgem*, que está compreendida no espaço do céu correspondente ao plano do território. Seria preciso, então, excluir as 20 outras estrelas, e seria lógico: se as do norte do Equador celeste foram excluídas, porque o Brasil apenas se estende alguns graus ao norte do Equador terrestre, então se eliminem da bola azul da bandeira todas as estrelas circumpolares e, com mais razão, o minúsculo σ do Oitante, tão arbitrariamente feito "símbolo natural do Município Neutro", pois o Brasil não chega ao pólo Sul; eliminem-se também as estrelas de Leste e de Oeste, inclusive as do multistelífero Escorpião, pois, no momento escolhido, elas não estão dentro dos limites que o autor da bandeira se impôs, ao Norte, e que deveria também adotar para o Sul, para o Oeste e para o Leste. O decreto e a *Apreciação* falam em aspecto

do céu. Se quiseram dar esse aspecto, todas as estrelas compreendidas no horizonte do Rio de Janeiro podiam ter sido escolhidas" (1903, p. 46-49).

Nada também a dizer aqui. O autor do projeto cochilou em matéria primária de geografia. Só temos a fazer uma coisa: traduzir as palavras de Teixeira Mendes assim: "para significar que a União Brasileira tem territórios que se estendem ao hemisfério norte", segundo já anotamos.

A segunda parte da proposição de Eduardo Prado liga-se à sua crítica de fundo já exposta, aceita e comentada.

Teixeira Mendes escreveu: "Assinalou-se o pólo Sul pelo σ do Oitante que se tornou o símbolo natural do Município Neutro". Eduardo Prado criticou: "Por que o insignificante σ do Oitante é o símbolo natural do Município Neutro? O Rio de Janeiro não está no pólo Sul. Mais perto do pólo, acham-se os Estados de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Será por ser o σ do Oitante a estrela menor de todas as que figuram na bandeira?" (1903, p. 46).

Aqui quem dormiu foi o monarquista. Essencialmente, o Sigma foi escolhido por fornecer base *natural* para o símbolo que se preconizava: assim como as estrelas parecem girar ao redor do Sigma do Oitante, assim também as Unidades da Federação agem no eixo do Distrito Federal, município neutro.

Não deixou de ser oportuno também escolher uma estrela de 5ª grandeza para simbolizar o diminuto território do Rio de Janeiro.

Não se confunda como o faz Eurico de Goes (1908, p. 153) e como já refutamos a situação *política* do Rio de Janeiro - na época Município Neutro, e sua situação geográfica. A primeira é indicada pelo Sigma; a segunda, pelo Cruzeiro do Sul.

Sobre Sírio, Prócion e Canopo se expressou José Feliciano de Oliveira: "Não é preciso justificar a presença na bandeira das três máximas estrelas, que ladeiam o Cruzeiro, à esquerda (ou à direita, para quem as observa diretamente no céu). Ser-me-ia fácil, com pouca erudição, descrever o mérito dos três astros que lembram intimamente a civilização egípcia - *alma Mater* da civilização humana. *Sirius* ou *Sothis*, a *rubra Canicula* de Horácio, a *Estífera*, liga-se a *Procyon*, que a precedia nas plagas nilóticas, e a *Canopus*, o piloto de Osíris" (1907, p. 49).

Eurico de Goes critica essa posição, que poderia ser considerada; mas termina com uma frase infeliz: "E, afinal, que tem a civilização egípcia com a bandeira do Brasil?..." (1908, p. 193). Poeticamente, fizemos várias vezes relacionamento do verde de nossa bandeira com os ramos verdes que pela primeira vez no Egito se alçaram em mãos de homens como símbolo de um grupo social. Culturalmente, quem resiste ao fascínio da história e da evolução do Egito! Sentimos que aqueles primeiros homens colocaram delineamentos científicos e culturais que o homem moderno depurou e desenvolveu. Quem não sente tentações de grandeza ao considerar uma pirâmide! Quem não experimenta projetos de eternidade ao refletir sobre uma múmia! Mais perto no tempo, como esquecer os sulcos que os árabes cavaram na alma ibero-americana! E dentro do nosso tema específico: não foi em contato com os árabes, no Oriente, que Portugal desenvolveu sua heráldica; e não foram os sarracenos que trouxeram, dentro da Península, ampla influência para a bandeirologia! A lembrança da civilização egípcia em nossa bandeira é, ainda, permanente gratidão e afeto para a simpática colônia árabe integrada na comunidade brasileira.

A objeção inicial era uma questão de fundo. Criticou-se o próprio fato da existência de um dístico na bandeira, contra o costume recente de outras nações.

Teixeira Mendes, em carta ao Diretor do *Diário Oficial*, no dia seguinte ao da publicação da "Apreciação", isto é, 25 de novembro de 1889, escreveu: "Quanto ao fato de ter a nossa bandeira nacional uma legenda, e não simples cores e emblemas, ser-me-ia fácil mostrar que a lógica científica assim o exige; porque, para evocar com a máxima intensidade os sentimentos e os pensamentos, é preciso o concurso das *imagens* e dos *sinais*. Ora, nenhum sinal é mais eficaz do que os termos da linguagem humana, que são ao mesmo tempo visuais e fônicos" (apud Prado, 1903, p.86-87).

Se se levarem em conta apenas as bandeiras como existem hoje, e apenas as nacionais, notamos que, de fato, a legenda causa estranheza em nosso pavilhão, embora concordemos com as palavras de Teixeira Mendes. Na realidade, hoje só existem três bandeiras nacionais com legenda escrita diretamente no pavilhão (com legenda escrita no escudo que entra na bandeira existem dezenas); as três são: Arábia Saudita, Sikkim e Brasil. Ruanda tem somente a letra R.

Considerando-se o problema dentro da história completa da bandeirologia ibero-americana, então veremos que os positivistas estavam seguindo ou restaurando um costume bem nosso.

De fato. Na bandeira de Colombo, de 1499, vemos as iniciais dos nomes dos Reis Católicos: F(ernando) e Y(sabel).

Quando da criação do 1º Governo-Geral, no Brasil, D. João III instituiu uma bandeira própria para o acontecimento. É o chamado "Azul celeste pendão colonial", no qual se lê a inscrição *Sic illa ad arcam reversa est* (assim ela voltou à arca), circulando uma

Uma Legenda Positivista

Embora importante, as duas objeções relativas ao "desprezo da tradição" e aos "erros de astronomia" não chegaram a catalisar a opinião pública. Os interesses se voltaram mais para a legenda Ordem e Progresso e para a exclusão da Cruz da Ordem de Cristo. Diremos agora da primeira, depois, da última.

pombinha, alusão ao episódio bíblico do pós-dilúvio (Gên. 8, 11).

O decreto de 20 de março de 1863 mandava que os navios portugueses de guerra inscrevessem no pavilhão a expressão: "A Pátria honrai que a Pátria contempla". A 30 de junho de 1911, a regulamentação do decreto de 19 de junho, que criou a bandeira republicana portuguesa, mandou colocar nas bandeiras militares o verso camoniano: "Esta é a ditosa Pátria minha amada".

Em todas as bandeiras militares norte-americanas anteriores à Independência, exatamente do ano 1747, há legenda e quase todas em latim (*Encyclopaedia americana*, 1944, v. 11, p. 310-311).

Ainda hoje, boa parte dos pavilhões estaduais do América do Norte conservam legenda: Arkansas, Califórnia, Idaho, Kansas, Kentucky, Luisiana, Iowa, Dakota do Norte, Oklahoma, Carolina do Norte, Oregon, Dakota do Sul.

Rosas, no auge de seu absolutismo na Argentina, inscreveu na bandeira nacional o lema *Federação ou Morte*, contradizendo, por sinal, sua política unitária.

No Brasil Holandês, não tivemos o monograma da Companhia das Índias Ocidentais, combinado com referências ao nome de Maurício de Nassau!

E a propósito da Inconfidência Mineira comentava Teixeira Mendes: "Limitar-me-ei a recordar que o emprego das fórmulas nas bandeiras é tão espontâneo, que os primeiros cidadãos que sonharam a independência de nossa nacionalidade projetaram uma bandeira com a divisa *Libertos quae sera tamen*. Se o Brasil se houvesse separado de Portugal em 1789, em vez de fazê-lo em 1822, o pavilhão nacional teria contido essa legenda" (apud Prado, 1903, p. 87).

Ainda em nossos dias, fora do mundo ibero-americano. Em 1972, passou pelo parlamento italiano projeto de lei que alterava a bandeira nacional, entre outras coisas, acrescentando a inscrição *República Italiana*. Não vingou.

Mas a crítica maior contra a legenda foi devida a sua origem positivista, em contraste com a religião da maioria do povo brasileiro. As objeções são muitas e da parte de muitos. Vejamos algumas.

Eurico de Goes: "Com referência à legenda comtista, rotulada na suposta faixa representativa do zodíaco, achamo-la pascasiamente inerte e decorativa. É uma fórmula vã, como muito bem foi considerada por um reputado sábio estrangeiro que nos estudou, Élisée Reclus. A ordem e o progresso não são as únicas aspirações nacionais, nem constituem privilégio algum nosso, visto como essas idéias, e também as de liberdade e igualdade, amor e união, paz e concórdia, dever e direito, soberania e justiça, tradição e glória, etc., devem ser comuns a todos os povos: e nem por isso precisam eles de inscrevê-las nas bandeiras! Demais, semelhante letreiro, que algo tem de reclamista e contraproducente - manifesto produto da pequena grei positivista -, além de extravagante e desastrado, não merece firme repulsa em face da Constituição que nos rege? Não atenta ele, de um modo permanente, com mais ou menos insolência, contra os sentimentos religiosos da maioria dos brasileiros? Porventura não são esses sentimentos bastante suscetíveis e, em toda a parte, muitíssimo respeitáveis? Onde, pois, a necessária e expressa liberdade de cultos solemnemente proclamada e garantida pelo nosso estatuto principal? Acaso não representa esse dístico, entre o governo e o

positivismo, certa dependência vexatória ou certa aliança escandalosa? Como se poderá manter assim, no país, eficazmente, a 'união perpétua e indissolúvel', que serve de pedra angular ao pacto fundamental? Constituirá esse pavilhão, na verdade, um símbolo nacional, como pretendem os seus obstinados defensores, ou, antes, um símbolo revolucionário? Em caso de guerra, se ainda subsistir essa bandeira partidária e odiosa, será dado a todos os brasileiros combaterem juntos, unidos qual um só corpo, o inimigo comum, sem o menor apoucamento de ânimo?" (1908, p.12-13).

Julgava Eurico de Goes que a legenda não tinha razão de ser por quatro razões:

- 1ª) agradará a alguns, mas não a todos;
- 2ª) como ideal, não basta a uma nação;
- 3ª) é uma banalidade dispensável e até ridícula, pois não passa duma sentenciosa ênfatuação; e
- 4ª) torna-se odiosa, atenta a sua origem intolerante, desprezando símbolos históricos e tradicionais e recalçando sentimentos gerais de um povo, em favor duma seita reduzida.

Farias Brito lamentava que os positivistas tivessem podido "impor a inscrição de sua seita como lema de nossa bandeira" (1966, p.132).

Silvio Romero: "Realmente, foi duma infelicidade sem par a lembrança da faixa escrita no pavilhão nacional, exposto assim ao ridículo do próprio povo, sempre tão sensato e certo em seus juízos. *Marca cometa...* foi o brado geral... O *provisório* quis emendar a mão, porém o positivismo armado não deixou. E ficou a

bandeira com o lema banal de *Ordem e Progresso*, duas coisas que existem na Rússia e na Turquia, e o povo não é feliz porque falta-lhe a liberdade" (apud Goes, 1908, p.218).

Aluizio Azevedo: "... O desgracioso e antipático enigma pitoresco que nos impingiram por bandeira os devotos de Clotilde Devaux (*sic*)..." (apud Goes, 1935, p.19).

A grande luta de Góis Monteiro em 1933, na subcomissão de reforma da bandeira, era pela retirada da legenda. Na reunião de 17 de abril proclamava:

- é uma legenda religiosa;
- foi introduzida não por vontade do povo brasileiro, mas por vontade exclusiva dos positivistas, que influíram sobremaneira no governo provisório de 89;
- "O lema positivista tende à desagregação"; e
- entrou na nossa bandeira "por influência dos tenentes de então..." (Diário de São Paulo, 18.04.1933).

Tendo sido criticado como se quisesse reformar toda a bandeira acrescentou: "O que propus foi pura e simplesmente a retirada do dístico que nos tem coberto de ridículo" (Correio da Manhã, 18.4.1933).

Solano Carneiro da Cunha na mesma subcomissão manifestava-se também pela supressão (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28.04.1933).

Múcio leão: "Suprimamos o *Ordem e Progresso* da bandeira. Essa inscrição pertence a uma corrente filosófica, corrente que dominou nos primeiros momentos da República, mas que depois se dissolveu por completo. Se havia razão para que a adotássemos outrora, hoje só há razão para que a apaguemos" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22.04.1934).

Afonso Arinos: Duas longas orelhas ficariam melhor, como símbolo da nossa nacionalidade, que o lema *Ordem e Progresso*, inscrito em nossa bandeira. Nem se diga que não há precedente de semelhante honra para a honesta, laboriosíssima e nunca assás louvada classe dos cargueiros, pois cargueiros são as lhamas e alpacas que figuram nas armas de um ou mais países sul-americanos" (apud Goes, 1935, p.33-34).

Alceu de Amoroso Lima: Os adoradores de Clotilde de Vaux "transformaram nosso auriverde pendão num desastrado símbolo positivista" (carta a Eurico de Goes, 27.3.33, *ibid.*, p.40).

Temístodes Cavalcanti e Castro Nunes, entre outros, na subcomissão e alhures, diziam não ser contrários à retirada do lema *Ordem e Progresso*, mas que o assunto não estava amadurecido na opinião pública. Tratava-se de uma questão que afetava o sentimento nacional; por isso eram favoráveis a que a modificação fosse submetida a um plebiscito (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28.04.1933).

De Roure foi mais realista. Disse que a questão era secundária. "É deixá-la (a bandeira) como está, pedindo ao Deus dos católicos ou à Deusa dos positivistas que torne verdade o lema nela inscrito" (De Roure, 1907, p.1).

Qual foi a atitude do povo? Nada mais concreto para o percebermos do que o fato ocorrido nos primeiros anos de vigência da nova bandeira. "Constando que uma casa estrangeira, a loja de camas da rua da Assembléia, 71, de Luís Seabra Coelho, tinha entre as tabuletas uma imitação do bandeira nacional, em que fora substituído por um dístico infamante a inscrição patriótica *Ordem e Progresso*, um grupo numeroso de populares exaltados

dirigiu-se à referida casa para, dizia ele, vingar a afronta. Lá chegando, não achou mais a escandalosa tabuleta, que fora prudentemente retirada. Em compensação verificou que toda a frente da casa de negócio estava coberto de lâminas de zinco, onde as mais torpes palavras (que surpreende que não tivessem ainda sido vistas pela polícia) se podiam ler de mistura com a data 15 de novembro. Possuído de justo furor, o povo invadiu a loja, exigindo energicamente a tabuleta insultuosa para a nossa bandeira. Como a dita tabuleta não pudesse ser encontrada, como não pôde também ser encontrado o dono do estabelecimento, o povo investiu contra as bambinelas arriadas e, servindo-se delas como escadas, arrancou todas as tabuletas onde figurava a data da revolução e as reuniu para as entregar à polícia. Durante a investida da casa de negócio não foi feito o mínimo dano às mercadorias expostas. Com o comparecimento da polícia, representada pelo sr. dr. Correia Dutra, 2º delegado, e Luciano de Oliveira, subdelegado do 1º distrito do Sacramento, cessou o tumulto, seguindo o povo em marcha com uma bandeira desfraldada a saudar o marechal Floriano Peixoto. Na Intendência Municipal o povo estacionou por um momento, sendo a bandeira vivamente aclamada entre vivas à República Brasileira e ao marechal Floriano Peixoto. No Palácio Itamarati, unindo-se ao préstito popular, uma considerável multidão que lá o esperava acolheu entre as mais vivas saudações a chegada da bandeira. Diversos oradores usaram então da palavra, para dar conhecimento ao Chefe da Nação da miserável afronta contra a qual haviam protestado, declarando que a vinham trazer imaculada, porque lhe não

podiam chegar as desfeitas miseráveis, como aquela contra a qual o povo lavrara protesto e confiava à sua guarda como o emblema glorioso da pátria a que tão nobremente se tem consagrado o ilustre marechal. Subindo ao salão principal do palácio uma comissão de populares, foi novamente saudado o Presidente da República com as mais ardentes demonstrações de entusiasmo, sendo pelo capitão Alexandre Leal entregue nas mãos do marechal Floriano a bandeira nacional que se passeara em triunfo. Respondendo às manifestações de que foi alvo, o ilustre Chefe da Nação disse que o povo devia esquecer a injúria irresponsável de um indivíduo naturalmente sem consciência de pátria, nem de respeito social, e declarou que os brasileiros podiam contar que a bandeira da República, a bandeira nacional, encontraria nele um defensor enquanto em seu coração restasse vida. Os oradores populares pronunciaram-se a favor da manutenção da atual bandeira, bandeira da fundação da República, bandeira de Benjamin Constant, a única que se devia manter como emblema da nossa revolução. Nas palavras que pronunciou o Presidente da República, tanto quanto lhe era permitido por suas atribuições constitucionais, S. Ex.^o. afirmou seu voto pessoal no sentido de conservar-se o pavilhão nacional conforme o instituiu o Governo de 15 de Novembro” (Diário de Notícias, 08.09.1892).

Sobre o detalhe da atitude tomada por Floriano, o mesmo periódico *-Diário de Notícias* - esclarecia em sua edição do dia 16 seguinte: “Havendo sido baseada em notícia que demos a afirmação do ilustre sr. Miguel Lemos, a respeito do opinião do Sr. Vice-Presidente do República, manifestada

ao povo no dia 7 de setembro corrente, sobre a bandeira nacional, e sendo agora essa afirmação contestada, carecemos dizer que fomos apenas eco do convicção com que se retiraram do palácio Itamarati os manifestantes do referido dia 7. Propriamente declaração do parecer não nos constou que houvesse da parte do sr. Floriano. Respeitando a discrição responsável de que tem sempre dado mostras o Chefe da Nação, os populares julgaram-se habilitados a supor, desde que o sr. marechal Floriano expressamente não se pronunciava a favor da mudança da bandeira, alteração impugnada pelo povo - que esta reserva equivalia a um voto pessoal dentro da compreensão perfeita do regime presidencial -contra a mudança. Daí a nossa notícia. É verdade que, nessa discreta reserva, podia-se conter igualmente um sentido contrário à interpretação que lhe deu o povo. Mas não era natural que o povo reconhecesse sentido diverso do que lhe atribuiu; o mesmo povo que no Itamarati ouvira o sr. marechal Floriano, comovido, e no meio da mais profunda comoção dos circunstantes, protestar que defenderia até à morte a bandeira nacional - tendo na mão exatamente a bandeira nacional, a que se quer discutir; a que representantes insuspeitos da opinião popular iam entregar ao nobre Chefe da Nação como à mais forte guarda, rogando-lhe que a defendesse das agressões tumultuárias da dialética, como a defenderia dos assaltos da guerra; a que acabava de ser desfeiteada, talvez pela imprudência de se admitirem dúvidas a seu respeito, como o glorioso símbolo da mais bela das revoluções; aquela que, se os instintos de veneração do nosso povo não estão educados para acatar unanimemente, como um emblema histórico, irremediável, devia ao menos querer que a nossa pátria, depois que foi duplamente sagrada pelo

ultraje internacional e pelo sangue, nas ruas de São Paulo, e porque a reprovava com um voto imundo um estrangeiro da rua da Assembléia, desta grande capital, chamado, se bem nos lembra... Legião. Se a interpretação dos populares foi errônea, pode-se-lhes absolver o engano como uma culpa venial do entusiasmo. Nós, por nossa parte, fazendo sem prevenções a nossa notícia, segundo a convicção desse entusiasmo, não parece que tenhamos andado incorretamente."

O que se deve pensar de tudo isso? São várias as observações a fazer. Incontestavelmente, a legenda é positivista, resume um dos princípios básicos da doutrina de Augusto Comte e foi pensada e proposta para a bandeira pelos seus discípulos do Brasil. José Feliciano de Oliveira ainda tentou relacioná-la com antigos dísticos de governantes portugueses (1907, p. 28). Mas foi, com acerto, refutado por Eurico de Goes (1908, p. 219-221).

Não é por aí que se deve marchar. O que se deve dizer é que a legenda, embora de origem positivista em sua formulação lingüística, representa, em última análise, um postulado de ciência social, e, portanto, de valor universal. "A ordem e o progresso já constituíam aspirações dos povos livres muito antes de nascer o fundador da Igreja Positivista" (De Roure, 1907, p. 1). Para não ir muito longe no histórico do binômio, basta lembrar que o padre Antônio Feijó, nosso homem forte da Regência, tinha um mote semelhante: *Sem ordem não há progresso* (O Globo, Rio de Janeiro, 07.04.1933). No Maranhão, em 1861, havia uma folha com o título *Ordem e Progresso*, órgão do partido progressista redigido por Joaquim Serra, Gentil Braga e Belfort Roxo (Oliveira, 1907, p. 76, nota 16).

Teixeira Mendes, em carta ao diretor do *Diário Oficial*, datada de 25 de novem-

bro de 1889, um dia depois de sua *Apreciação*, respondia a um jornalista que se insurgira contra a divisa:

"Não há verdade que não tenha sido dita por um certo homem, pela primeira vez. Só se pode combater razoavelmente uma máxima, demonstrando que ela é falsa e não corresponde à situação. Assim, para rejeitar a fórmula - *Ordem e Progresso* -, para acusá-la de ser uma imposição do governo republicano, o jornalista, aliás, anônimo, devia demonstrar que o povo brasileiro não quer ordem nem progresso, ou quer mais alguma coisa além do que resumem estas duas palavras, ou quer justamente o contrário do que elas exprimem. Basta pôr a questão nestes termos, para fazer realçar a verdadeira origem moral das objeções apresentadas.

"A aceitação da fórmula - *Ordem e Progresso* - implica tanto a conversão à Religião da Humanidade, como a aceitação da lei da gravitação descoberta por Newton implica a adoção das teorias metafísicas do eminente pensador inglês, ou o reconhecimento da supremacia do amor proclamada por São Paulo implica a aceitação do Catolicismo. Para ser coerente, o jornalista devia também promover a rejeição do chão verde de nossa bandeira nacional, porque esse é também o fundo da bandeira religiosa do Positivismo.

"O ter sido formulada por Augusto Comte a divisa republicana dos tempos modernos a ninguém deve causar surpresa. São só os Aristóteles, os São Paulos, os Confúcius, os Maomé, os S. Bernardos, os Descartes, os Leibniz, os Augustos Comtes, etc., que podem sistematizar as aspirações de sua época. Augusto Comte, é um pensador, cujo mérito não é mais matéria de mínima dúvida. Pode rejeitar-se o conjunto de sua doutrina, e bem pequeno é o

número dos que a seguem hoje. Mas muitos aspectos isolados dela fazem parte integrante da civilização de nosso tempo" (apud Prado, 1903, p.82-84).

Miguel Lemos, que se poderia dizer co-autor do projeto da bandeira, aduziu também a mesma observação:

"Resta a divisa - Ordem e Progresso. Esta, é verdade, foi formulada, explicada e proposta aos povos e governos ocidentais por Augusto Comte. Segue-se daí, porém, que ela não possa ser aceita por quem não seja positivista? Certamente que não. O que essa divisa exprime está ao alcance de todos de um modo sintético e o admiti-la não supõe a aceitação de determinado sistema filosófico ou religioso. Tal fórmula resume as aspirações comuns a todos os nossos concidadãos, sem distinção de crenças religiosas, e por isso mesmo nenhuma outra poderia traduzir melhor a unificação cívica de todos os brasileiros, como deseja o Sr. Bispo.

"Pelo fato de ter Augusto Comte fundado uma doutrina filosófica e religiosa, seria absurdo pretender que nenhum dos princípios por ele formulados ou demonstrados possa ser aceito pelo conjunto dos homens, embora se reconheça a verdade de tais princípios. A aceitação de tais lemas não importa de forma alguma a adesão ao sistema correspondente; do mesmo modo que o admitirmos hoje as verdades ensinadas na antiguidade por um Aristóteles ou um Arquimedes não envolve necessariamente a aceitação das idéias filosóficas ou religiosas peculiares a esses dois sábios.

"A questão, portanto, não é saber se o autor desta ou daquela descoberta, se o formulador deste ou daquele princípio, é ao mesmo tempo o fundador de um sistema religioso; o que cumpre examinar é se,

abstraindo desta circunstância, o princípio considerado é ou não aceitável, se deve ou não ser incorporado ao capital intelectual de nossa espécie.

"Ora, posta a questão nestes termos, ninguém de boa fé e suficientemente esclarecido poderá sustentar, como, aliás, o temos demonstrado freqüentes vezes, que a aceitação oficial da divisa - Ordem e Progresso e sua inscrição na bandeira nacional constituam por si um ato de adesão ao sistema positivista; e, portanto, ninguém pode caracterizar semelhante divisa, qualificando-a de emblema de uma seita" (Lemos, 1894, p.10-11).

José Feliciano de Oliveira comentou também esta tese:

"Se o Fundador do Positivismo as conjuntou em universal divisa política, foi justamente porque nessas palavras a evolução humana melhor influiu as acepções políticas que se deviam assinalar. Aceitou, sistematizou fatos reais, ao alcance ou na esfera de todos os homens ativos e sem distinção de cultos religiosos.

"As palavras *sociologia* e *altruísmo*, que Augusto Comte especialmente construiu, e que têm por isso um cunho positivista, são hoje aceitas geralmente, em diversas línguas, sem adesão ao credo positivo. Por que, pois, se revoltar contra a divisa política, feita com palavras comuns, de sentido universal? Só um deslize vulgar de triste ignorância ou a malevolência de um partidário cego poderá atribuir ao lema da bandeira um simbolismo sectário, que o torne inaceitável a quem não seja positivista.

"Os partidários de credos diversos aceitam o *calendário gregoriano*, com as *férias, feiras* ou *festas* da semana; aceitam os inventos de seus adversários quaisquer e vivem à custa das gerações heréticas, judaicas ou pagãs, que na vida os precederam. Por

que não aceitar na bandeira o que na vida real ninguém pode rejeitar?" (1907, p.76-77).

Mutatis mutandis, ao caso se aplicariam as palavras de Tristão de Ataíde relativas aos feitos espaciais dos russos que, na época em que o artigo foi escrito, levavam vantagens sobre os americanos:

"Assim também os regimes políticos durante os quais, e não pelos quais, são realizados esses feitos. Quem hoje diminui os feitos gloriosos dos navegadores portugueses ou espanhóis, pelo fato de terem sido realizados na época em que seus países eram governados por regimes absolutistas? Daqui a cinco séculos o regime soviético será tão anacrônico como as monarquias absolutas dos tempos de Colombo ou Vasco da Gama. Nem por isso os feitos deles serão menos presentes e admirados hoje e em todos os tempos" (Lima, 1964, p.51-52).

"O fato de ter o Volkswagen sido fabricado durante o regime hitlerista, nem diminuiu o Volkswagen, nem prestigiou Hitler..." (ibid.).

Dentro desta linha específica de idéias, isto é, a diferença que se deve fazer entre o lema em si e a aceitação da doutrina que o inspirou, o povo também se manifestou, através de um jornal:

O Lema

"Foi em torno do "Ordem e Progresso", encarado em 1889 como expressão de ascendência comtista em desafio à fé católica da quase totalidade do povo brasileiro, que surgiu o debate cujos ecos se traduzem agora na tentativa de mudança da bandeira. Se porventura aquele lema tivesse uma significação sectária, a sua eliminação evidentemente se tornaria necessária, diante da sua incompatibilidade com o próprio princípio da liberdade religiosa, que viria a ser

violado pela forma mais absurda com um desacato aos sentimentos da enorme maioria da Nação. Mas se o lema é de origem positivista e se não se pode mesmo pôr em dúvida que a sua inscrição na bandeira obedeceu à influência dos comtistas ortodoxos que representaram papel proeminente na revolução de 1889, hoje aquele sentido sectário ficou completamente obliterado.

"A este propósito convém observar que as características das bandeiras e escudos, bem como os lemas inscritos não têm valor pela sua significação literal ou mesmo pela que tinham no momento em que foram adotadas. Um golpe de vista sobre as origens dos emblemas heráldicos de todo o gênero basta para evidenciar esta verdade. A preocupação de levar em conta o valor intrínseco das expressões simbólicas ou da sua incoerência com a situação atual acarretaria frequentes mudanças nas bandeiras, escudos, etc.

"Um simples exemplo basta para mostrar como, nesse assunto, a única consideração que prevalece é a do culto das tradições e dos feitos que através dos tempos se identificaram com o símbolo, imprimindo-lhe prestígio e tornando-o expressivo da vida perpétua da nacionalidade. A Inglaterra tem como lemas do seu escudo régio duas frases em francês ali inscritas ao tempo da dinastia normanda quando aquele idioma era a língua oficial da corte. Séculos de anglicanização que fizeram com que a grande maioria dos ingleses se tornasse incapaz de traduzir aqueles lemas e as guerras mais cruentas com a França, nunca fizeram com que surgisse a idéia de substituir o *Dien et mon droit* e 'Hony soit qui mal y pense'.

"O nosso *Ordem e Progresso* está na mesma situação. Não pertence mais ao formulário do ceticismo comtista e é hoje para todos os brasileiros o lema autêntico da

nação, a despeito do desmentido que os fatos possam trazer de quando em vez ao sentido lógico daquelas palavras. O argumento religioso cai por terra em face da atitude assumida pela Igreja Católica, não somente abençoando com as fórmulas rituais o nosso pavilhão, como até permitindo que ele se incorpore à sua iconografia, como acontece no caso da imagem de Nossa Senhora do Brasil, que se acha na igreja da Cruz dos Militares.

Debatido

"Aquela imagem venerada no tempo a que se ligam grandes tradições militares brasileiras é um símbolo da identificação da nacionalidade representada pelo seu Exército e pela Marinha com a grande força espiritual à cuja sombra foi criada e desenvolvida a civilização em nossa terra.

"A bandeira nacional que já recebeu a homenagem do patriotismo de mais de uma geração está também consagrada pela sua associação a uma das expressões mais características da fé católica do povo brasileiro" (A Nação, 12.04.1933).

Além do aspecto filosófico-religioso, a divisa avançava também um problema político. Álvaro Maia o colocou assim em seu livro de tese:

"Alega-se, portanto, um lema sectário e perturbador, porque a *transição orgânica* da humanidade, concebida por Augusto Comte, passou por três fases, sendo a última a da constituição das *pátrias normais*, ou *mátrias*, de um a três milhões de habitantes. Ora, o lema *Ordem e Progresso* pertence à primeira fase, *ditadura monocrática*, alheia à fé positiva. Sendo assim, acentuam os críticos, o desmembramento do Brasil está na legenda da própria bandeira, assim como na posição das estrelas, que deviam ser equidistantes, significando

igualdade de direitos dos Estados representados" (Maia, 1926, p. 16-17).

Os jornais de 1933, época do grande debate pela reforma da bandeira, preocuparam-se também com este aspecto da legenda. Eis como o propôs *A Nação*, a 13 de abril de 1933: "Há em tudo apenas um equívoco. O povo argumenta, com alegações sentimentais, e o general Góis Monteiro viu no caso apenas a idéia, em toda a sua pureza. O Brasil, em verdade, surpreendido com a proclamação da República, mais surpreendido ficou ainda com a novidade do "Ordem e Progresso". No entanto, sagrada a bandeira, todos ficaram a adorá-la, como a adoramos até hoje, sem ler o lema, ou sem lhe compreender a origem sectária, acessível apenas às elites, e ao grupo dos idealistas e pensadores da marca de Benjamin Constant. Condenar-se no entanto, como ato lesivo do patriotismo, a lembrança do general Góis Monteiro, fora o mesmo que condenar também, por absurda, a idéia dos positivistas, que fizeram a bandeira com o intuito de alterá-la mais tarde, de acordo com a evolução da pátria e do regime. Ordem e Progresso foi fórmula imposta por considerar-se que éramos então uma ditadura monocrática, como dizem os sectários. Mas, a lógica da doutrina, quando evoluímos para uma ditadura moderada, aconselhou e aconselha que no avesso se inscreva outro lema, qual o de "viver para outrem" e tudo pressupõe ainda que, num futuro imaginado pelos comtistas, cessado o regime das pátrias, ou trocado pelo das "mátrias", deve ser a mesmíssima bandeira, já modificada, substituída por uma terceira figurando o conjunto dos triângulos ou retângulos das "mátrias" sob mais uma legenda, isto é, a do "viver às claras". O

grande erro do general Góis Monteiro, se não foi o de temer tais mutações, foi de certo o de pretender agitar idéias num assunto em que só se agitam os sentimentos”.

O artigo, não assinado, faz-se acompanhar de duas ilustrações, dois croquis de nossa bandeira: um mostrando o lema *Ordem e Progresso*, próprio para a fase atual da humanidade; outro, com *Viver para Outrem*, adequado para a fase sucessiva.

Era esta ideologia política que mais assombrava os juristas liberais da época e que os levou a combater a doutrina comeana. A Rui Barbosa “coube o papel de derrotar o Positivismo na sua principal batalha, naquela em que se decidiria o seu destino: a Constituição de 1891” (Lins, 1962, p.143). E com Rui lutava a Faculdade de Direito de São Paulo. No norte do país, também, “coube às Faculdades de Direito, e em especial à Faculdade do Recife do tempo de Tobias (Barreto), concorrer de modo decisivo para limitar a expansão da filosofia nos meios culturais brasileiros” (Hermes Lima apud Lins, 1962, p.143).

Dizia Dom Bosco que se devia aceitar um bom conselho mesmo partido do demônio. Sem chamar os positivistas de demônios, mas aceitando a sua divisa como um conselho, devemos concluir: filósofos, juristas e religiosos estavam atentos para que o positivismo não tomasse conta do Brasil; o povo também. Mas o povo, que tem sua filosofia própria, soube ver no lema *Ordem e Progresso* fator positivo para o comportamento da nacionalidade. Esquecendo a sua fonte, as massas populares podiam ter permanentemente diante dos olhos uma divisa que as levava, dentro da ordem, a participar das grandes etapas do progresso do Brasil... Um lema de valor pedagógico afinal, como outrora na Hélade tantos símbolos o foram!

O Cruzeiro do Sul pela Cruz da Ordem de Cristo

O Cruzeiro do Sul em nossa bandeira e outro dos elementos mais criticados pelos adversários do projeto de Teixeira Mendes. Como para o caso da legenda, aqui também o fundo da questão é de natureza subjetiva, de crença, embora haja elementos de ordem diversa, especialmente a tese de que à constelação estariam ligados os primitivos nomes do Brasil.

Eurico de Goes levanta uma primeira objeção, *astronômica* no tempo e no espaço. “...a Terra, andando inclinada sobre o seu eixo, como um pião em movimento, vai mudando, na sua passagem, as perspectivas do céu, o que faz com que se avistem, no hemisfério norte, muitas constelações que somente se viam no do sul, e vice-versa. E, uma vez que com o tempo varia a posição do equador, claro está que as ascensões retas e as declinações das estrelas igualmente variam. Daqui a 13 000 anos, por exemplo, o Cruzeiro do Sul será visto na Europa, como lá o foi outrora. / ... / Daqui a 50 000 anos /.../ o Cruzeiro estará *inteiramente deslocado*, porque as suas estrelas se dirigem para pontos diferentes e com velocidades desiguais” (1908, p.186-187).

A idéia do objetante é a de que chegará um tempo em que os brasileiros haverão de estranhar o Cruzeiro do Sul na bandeira

por não vê-lo no céu. A isso responde Álvaro Maia: "Esse argumento é singular e não merece ser discutido, por imaginar cálculos para daqui a 130 e a 500 séculos: se não houver algum desvio na harmonia das esferas. Os vindouros, reagindo a fatalidade que fragmenta as grandes nações, se o Brasil permanecer Brasil, na mesma unidade rática e territorial, durante 50 000 anos, terão motivos ainda mais fortes e concludentes para venerar a bandeira e o Cruzeiro do Sul, imortalizado por muitos capítulos de nossa história" (1926, p.21).

A segunda objeção de Eurico de Goes: o Cruzeiro do Sul está mal colocado na bandeira, isto é, no meridiano, porque "às 11 horas da manhã do memorável 15 de Novembro / ... / há muito que ele havia passado pelo meridiano e francamente descambava para oeste. A constelação que, com mais vantagem, isso poderia significar seria o Centauro, cujos lumes plenamente dominavam o meridiano, nessa ocasião; β já tinha passado, e α se achava junto dele. Entretanto, este importantíssimo grupo estelar nem ao menos foi posto na bandeira" (1908, p.162).

Não se pode marcar no relógio a hora exata da proclamação da República, ato que se vinha preparando há muito. Mesmo dentro da manhã de 15 de novembro é difícil dizer: *agora* foi proclamado o novo regime. Por isso, pode-se dizer que o Cruzeiro do Sul estava no meridiano do Rio de Janeiro quando foi declarado o regime republicano.

Ainda que houvesse grandes diferenças de horas, não seria por causa de uma pauta temporal que se iria perder a felicidade de projetar no céu de nossa bandeira uma das mais famosas constelações na astronomia moderna. O cientifismo do estudioso, válido em outras áreas, cegou-o para os line-

amentos culturais básicos que presidiram a escolha de nossos símbolos.

Terceira objeção: Os defensores do projeto haviam dito que, se prevalecesse a inversão dos pólos, colocando-se o do sul para cima, o Cruzeiro do Sul ficaria também invertido, como se fosse uma constelação circumpolar, no meridiano inferior, fato esse, diz-se, que não se observa inteiramente em nenhuma região do Brasil, "Enganam-se redondamente" responde Eurico de Goes. Conquanto na latitude do Rio de Janeiro, nem na de São Paulo, por exemplo, o Cruzeiro não seja uma constelação circumpolar, nem, portanto, apresente o aspecto a que aludem, o mesmo não se dá no extremo sul do Brasil, em que essa constelação se mostra completamente invertida, no meridiano inferior. Há, pois, uma região do Brasil, embora pequena, em que se observa o Cruzeiro desse modo, ao contrário do que tão categoricamente asseveram" (ibid., p.192).

Aqui o caso de dizer com os latinos: *ubi maior, minus cessat* - onde entra o maior, cessa o menor. A posição do Cruzeiro deveria adequar-se ao modo de vê-lo, da maior parte dos brasileiros, mesmo sabendo que em alguma parte - *pequena* - as coisas ocorrem diversamente.

Contudo, Eurico de Goes não era contrário à colocação do Cruzeiro na bandeira, e sim ao significado que se lhe quis dar. Pereira Lessa não o entendeu bem e criticou a dupla posição do ilustre estudioso em referência à constelação: no começo do século era contra; em 1933, a favor (Lessa, 1934, p.13). Eurico de Goes explicou:

"Eu não me insurgi, propriamente, contra o Cruzeiro do Sul, que não deixa de ser uma bela constelação, embora haja outras mais belas e tão belas. Porém contra o as-

pecto infeliz ou a pretensa representação astronômica da bandeira positivista, que nos deram. E também por quererem, à força, que o Cruzeiro do Sul recorde, especial ou simbolicamente, a descoberta do Brasil. Não há incoerência nenhuma em fazê-lo aparecer, ultimamente, numa combinação de figuras embemáticas ou de símbolos, para exprimir não o *descobrimento*, mas a fase *republicana* da nossa pátria, em cujas armas e em cuja bandeira ele é figurado com destaque" (Goes, 1935, p.175-176).

Pereira Lessa está com a razão. De fato, Eurico de Goes combatia a própria presença do Cruzeiro, como o provam as objeções acima e como confirmam estas suas palavras: "Só se deve atribuir a um capricho curioso e a um academismo exagerado o fato de quererem, a todo o transe, arrancá-lo das alturas do céu e colocá-lo, arbitrária e insuladamente, na bandeira improvisada, uma vez que tal constelação não pertence, apenas, ao nosso firmamento, nem das que nele brilham é, de certo, a principal" (Goes, 1908, p.16). Depois, principalmente em 1933, é que o escritor se dedicou mais à crítica do simbolismo do Cruzeiro.

Qual é este simbolismo? São diversos. Em primeiro lugar, afirma-se que o Cruzeiro lembra na bandeira os primitivos nomes do Brasil: Vera Cruz e Santa Cruz. A coisa se teria passado assim: os descobridores teriam visto no céu o Cruzeiro, e lhes teria vindo a idéia de chamar a nova terra de Vera Cruz e depois Santa Cruz. À objeção de que nem Pedro Álvares Cabral nem outro da comitiva viram a constelação responde-se: não só foi vista, mas também descrita pelo Mestre João em carta de 1^a de maio de 1500 a D. Manuel.

A Carta do Mestre João, já de si famosa, mais se tornou após a polêmica que

em torno dela se travou entre defensores e adversários do modelo da bandeira traçado pelos positivistas. O original do documento está em Lisboa, na Torre do Tombo (*Corpo Chron.*, parte 3^a maço 2, nº 2). Há fac-símile e cópias em muitas obras, inclusive na 1^a edição da *História de Varnhagen*.

Pereira Lessa é o nome para dizemos da importância dessa carta para o assunto. Transcrevemos o trecho de sua monografia sobre *Escudo e Brasão de Armas*, publicada na Revista do Clube Militar, e que ele incluiu na sua obra *A Bandeira de 22 e a de 89*. Por suas palavras se vê toda a batalha empreendida contra Eurico de Goes, inclusive o clima emocional em que se desenvolvia a disputa.

"Só mesmo a percebida má vontade contra o glorioso pavilhão republicano, que apoda de "errado, ridículo, banal, horrível, etc.", e que só os iludidos, os ignorantes é que podem querer a conservação da Bandeira como está, desconhecendo que Rui Barbosa, a cujo respeito, justamente, diz que "... entre os primeiros das nações foi o primeiro", a considerou como "a mais bela bandeira do mundo", é que negará o valor da carta de Mestre João.

"Não será preciso, para compreender o valor dessa carta, ter esmiuçado, mas estudado atentamente, honestamente, a viagem de Cabral ao Brasil.

"Relatando essa viagem, há dois documentos célebres, únicos até agora conhecidos: a carta de Caminha, que tanta luz veio fazer sobre ela, e a de Mestre João, físico-mor de D. Manuel, e também astrônomo. Aquela descreve a terra e esta o céu do grandioso Brasil. Ora, a carta de Mestre João refere-se quase ao Cruzeiro do Sul,

muito embora o iracundo inimigo da Bandeira Nacional negue o que todo mundo vê, dizendo que ela, "absolutamente, não possui para o caso a importância que lhe querem emprestar" e mais: "conquanto esse curioso cosmógrafo (ele assim qualifica o astrônomo da esquadra porque Capistrano classifica essa carta de *lenga-lenga* confusa), nem uma só vez se refira à Cruz do Sul, Cruzeiro do Sul ou, simplesmente, Cruzeiro, no texto fala das estrelas "de la crus", embora na gravura venham elas assinaladas com o nome de "las guardas"!

"Só com muita má vontade, como sempre demonstra, discutindo apaixonadamente a feitura da Bandeira Nacional, se poderá esconder que essa - *la crus* - outra coisa não era que o Cruzeiro, porque, dando aquele nome às estrelas que então faziam parte da constelação do Centauro, só se podiam os portugueses referir ao Cruzeiro do Sul.

"Há ainda nessa carta estas palavras: "solamente mando a vossa alteza como estan situadas las estrelas del."

"Ninguém duvidará, vendo o esquema, onde está assinalado o Cruzeiro, que estas estrelas del são as que formam o Cruzeiro, sendo certo, podemos afirmar e conosco todos os que não sejam cegos ou movidos por uma excessiva má vontade, que Mestre João se esqueceu de acrescentar a palavra sul, quando copiou o rascunho que, certamente, fez dessa carta.

"O professor Luciano Pereira da Silva, da Universidade de Coimbra, a cargo de quem ficou "A Arte de Navegar dos Portugueses", na monumental "História da Colonização Portuguesa do Brasil", astrônomo de verdade e competência indiscutível no assunto, quando é muito discutida a do ilustre insultante da Bandeira Nacional, em que pese

aos títulos de sócio de sociedades astronômicas, diz que: "Acima, junto da rubrica, está o Cruzeiro do Sul, com duas estrelas na direção do pólo, que são as *guardas*." Os grifos são meus. E acrescenta: "A constelação, que tão célebre se havia de tornar, recebe no texto da carta já o nome de Cruz." Entretanto, o autor de "Os símbolos nacionais", que teve como resposta de sua infeliz catilinária a grandiosa "Festa à Bandeira" (qualificada por ele de "farsa espetaculosa... patriotada ou comédia, promovida pelo então deputado pelo Ceará, o valoroso republicano e erudito general Tomás Cavalcante, meu particular amigo, nega tudo isso, pelo simples gosto de negar, não vendo razão de ser do Cruzeiro do Sul na Bandeira Nacional e no Brasão de Armas, como nosso legítimo símbolo, quando essa designação foi dada pelos portugueses, que foram os primeiros que estudaram e até organizaram o "Regimento do Cruzeiro do Sul", em 1511, trabalho este de João de Lisboa, encontrado e descrito no "Tratado da Agulha de Marear", daquele ano.

"Aos portugueses se deve o seu assinalamento, com essa designação, porque eles foram os primeiros que desceram o Atlântico, o chamado mar-oceano, e tendo necessidade de um ponto de referência, para que lhes servisse de guia, por terem perdido as Ursas, ficadas para trás, encontraram esse guia no Cruzeiro do Sul, que também lhes indicava as horas da noite, tomando a haste do Cruz como ponteiro. As referências feitas por Mestre João não podem ser incluídas entre as *vagas*, como diz o sr. Goes, e que são: a *Catichillay*, dos índios peruanos, a *sula*, dos hindus, a *crux aurata*, de Stella, as *quattro stelle*, de Dante, nem a *mandorla*, de Vespuccio, cuja carta é posta em dúvida. Quanto a *croce meravigliosa*, de

Andréa Corsalis, citada na carta ao duque João de Medicies, em 1515, é o próprio Cruzeiro do Sul, que veio a conhecer na viagem feita, em navio português, para Cochim. Atualmente, o Cruzeiro do Sul já foi excluído da Divina Comédia pelos estudos feitos pelo professor Angelitti, da Universidade de Palermo, em sua obra sobre a astronomia dantesca, demonstrando que as tais *quattro stelle* eram as *Chamas* da constelação de Ara, ou estrelas fictícias imaginadas pelo poeta, como nos ensina o professor Luciano Pereira da Silva.

"Mais extraordinário é que o erudito sr. E. de Goes escreveu: "Todos os navegantes que, antes e depois de Cabral, naturalmente viram esse grupo de estrelas que, do mesmo modo, e até com mais prioridade, teria de simbolizar todas as descobertas anteriores realizadas por essas plagas além..."

Mais, quais foram os navegantes conhecidos que passaram o sul do trópico de Câncer antes de Cabral?

Fácil é a resposta: os portugueses, e outros houve, alguns pobres desgarrados, estes não fizeram menção do Cruzeiro.

Diz ele também que Camões alude a Orion e não ao Cruzeiro e cita a estrofe 85 do canto VI.

Camões nessa estrofe não se pôde referir ao Cruzeiro, não só nos dois primeiros versos:

"Mas já a amorosa estrela cintilava Diante do sol claro no horizonte",

porque o Cruzeiro não se compõe só de uma estrela e não brilha diante do "sol claro", sendo essa "amorosa estrela" o planeta Vênus, a boeira, ou estrela d'Alva, que é a única que brilha ante o "sol claro" pela manhã, como também com maioria de razão no sexto verso:

"De quem foge o ensífero Orion", o qual, claramente, se refere a Orion, mesmo

porque não se pode aplicar esse Orion ao Cruzeiro, por isso que a esquadra de Vasco do Gama acercava-se de Calecut e há muito que o Cruzeiro fora assinalado, isto é, desde a costa ocidental da África, quando ela descia para transpor o cabo então chamado das Tormentas.

"Ele ouviu cantar o galo, mas não sabe onde.

"Mas, se Camões não alude nessa estrofe ao Cruzeiro, e seria um contrasenso se o fizesse, refere-se a ele na estrofe 14 do canto V, quando desciam os portugueses a costa ocidental da África, como acima disse, e desta opinião são todos os comentadores camoneanos:

*"Não visto de outra gente, que
[ignorantes
alguns tempos esteve incerta dela" ...*

O certo e incontestável, para aqueles que honestamente lêem, é que foram os portugueses os primeiros que viram e assinalaram essas cinco estrelas então pertencentes à constelação do Centauro. Formaram com elas uma nova constelação a que deram o nome de Cruzeiro e delas se serviram depois como ponto de referência.

"Ora, provado como fica haver sido a expedição de Cabral a primeira a referir-se à *la crus*, pela carta de Mestre João, carta hoje de um valor inestimável, embora *lenga-lenga confusa*, não é aberrante figurar o Cruzeiro do Sul na nossa Bandeira e muito menos havemo-lo tomado como emblema nacional, colocando-o no nosso Braço de Armas. É note-se: não é de agora, não foi de ontem, não foi a República quem primeiro o assinalou oficialmente. Já no 1º Império D. Pedro o consagrou, para comemorar-lhe a fundação, na Ordem do Cruzeiro, e o 2º Império inscreveu-o nos selos postais de 300 réis da emissão de

1888, circundando-o com 20 estrelas” (Lessa, 1934, p.15-21),

Sobre o assunto escreveu Eurico de Goes: “Não sabemos por que insistem em querer que o Cruzeiro do Sul simbolize, à força, o descobrimento do Brasil e o seu primeiro nome. Ele não foi descoberto, nessa ocasião, com o Brasil. / ... / Todos os cronistas e historiadores que conhecemos fundam em outros motivos a procedência da primitiva denominação dada à nossa terra, e nenhum deles alude ao Cruzeiro. / ... / Há três opiniões diferentes sobre a origem ou razão de ser do primeiro nome dado ao Brasil. A primeira é dos que dão como causa a festa religiosa na ocasião comemorada pela Igreja / ... / Outro sistema de interpretação é dos que apresentam, como origem do nome, a própria *crux* de madeira erguida em Porto Seguro pelos descobridores / ... / O terceiro modo de ver, finalmente, é dos que atribuem o primitivo nome do Brasil à *bandeira* da cruz da ordem militar de Cristo, a qual foi o estandarte alçado durante aquelas cerimônias. / ... / É incontestável, pois, à vista dessas interpretações, que o Cruzeiro do Sul, de modo nenhum, se liga ao descobrimento do Brasil, nem ao seu primitivo nome. / ... / Quanto à conhecida carta do bacharel mestre João / ... / absolutamente não possui, para o caso, a importância que lhe querem emprestar. Os mesmos que ora o invocam, como um monumental documento astronômico, esquecem-se de que, outrora, o atacaram fortemente, acusando até o pobre mestre João de persistir em querer discriminar, em volta do pólo sul, as constelações e estrelas que só estavam distribuídas nas proximidades do pólo norte (sic)!” (1908, p. 153-154, 156-159).

Mesmo que a argumentação de Pereira Lessa seja válida para provar que Mes-

tre João viu e descreveu o Cruzeiro do Sul, não temos nada de oficial ou entre historiadores que ligue a constelação aos primeiros nomes do Brasil.

Mas nada impede que a partir de 1889 se tenha considerado o Cruzeiro do Sul como elemento recordativo daqueles nomes. Os símbolos recordam, em parte, aquilo que queremos. Que outro país tem no céu uma constelação que a todo momento está lembrando os primeiros instantes de seu nascimento e até os seus primitivos nomes!

Nas camadas populares esta questão do Cruzeiro do Sul em ligação com a nossa antiga toponímia não despertou muito interesse, mesmo porque se desenvolveu em torno de um dado de difícil averiguação, qual seja a carta do Mestre João.

O que moveu o povo foi a impressão de que o Cruzeiro do Sul, substituindo a Cruz da Ordem de Cristo, estaria ofendendo a crença da quase totalidade da população brasileira.

Teixeira Mendes fora infeliz em afirmar que a Cruz era *símbolo de divergência*. O chefe positivista dissera na *Apreciação* que a bandeira devia eliminar tudo quanto pudesse perturbar o sentimento de solidariedade cívica, por traduzir crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos. Mas caiu em contradição quando após ao pavilhão uma legenda que, *em sua formulação lingüística*, era de inspiração positivista, religião de uma ínfima parcela de brasileiros. E mais. Em 1921, publicou: “A realidade é que a bandeira republicana do Brasil atesta a influência do positivismo na organização da República Brasileira e propaga essa influência onde quer que essa bandeira apareça” (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13.02.1921).

"Que privilégio esquisito é esse, pergunta Eurico de Goes, em prol dos positivistas em particular, e que violenta extorsão é essa, feita aos brasileiros em geral?" (1908, p.33).

E Eduardo Prado: "Não compreendemos por que a cruz será no Brasil símbolo de divergência. Há naquele país (Prado escreve de Paris) quatorze milhões de cristãos (escreve em 1890). O brasileiro é batizado com o sinal da Cruz e, no seu descanso final, dorme no seu túmulo à sombra da cruz. / ... / É ínfima a minoria não cristã no Brasil. Demais, a cruz da Ordem Militar de N.S.J.C. tem na bandeira, além da significação religiosa, a alta significação histórica e patriótica de ter sido o símbolo representado na bandeira que o primeiro descobridor português hasteou no Brasil. O Governo Provisório conservou para os militares a cruz verde e florenciada da ordem de São Bento de Aviz, e nenhum militar tem divergido, até hoje, recusando-a. Ainda ninguém rejeitou essa condecoração, tão larga e fraternalmente, a pretexto de divergências teológicas. "Por que é que um símbolo é apagado da bandeira como emblema de discórdia e ao mesmo tempo é pregado ao peito dos soldados como insígnia de honra?" (1903, p.26-28).

No grande debate de 1933, apareceu no *Correio da Manhã* (25.04.1933) esta observação de um leitor cujo nome não foi manifestado:

"Para justificar a eliminação, nos emblemas pátrios, da cruz da Ordem de Cristo, que pairou tutelarmente sobre a nacionalidade, desde o sacrifício da primeira missa, em Porto Seguro, no ano de 1500, até a quartelada do campo de Santana, a 15 de novembro de 1889, o chefe da Igreja Positivista do Brasil, sr. Raimundo Teixeira Mendes, pontificou em sua *Apreciação fi-*

losófica sobre a bandeira nacional: "O símbolo nacional deve eliminar tudo quanto pode perturbar o sentimento da solidariedade cívica, por traduzir crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos."

"Ora, todos sabem que a desastrada zona oblíqua com o letreiro *Ordem e Progresso*, introduzida pelos sacerdotes daquela igreja na bandeira da República, vem constituindo, há mais de 40 anos, um verdadeiro pomo de discórdia, um motivo constante de rixas, protestos, discussões e dissensões, uma causa permanente, em suma, de "perturbação do sentimento da solidariedade cívica", por traduzir uma crença ou doutrina professada apenas por meia dúzia de cidadãos, dentre os 40 milhões de habitantes que povoam o Brasil.

"Logo, de acordo com o próprio critério adotado pelos comitistas para repudiar a cruz de Cristo, por eles considerada "um símbolo de divergência", deve o lema *Ordem e Progresso* ser eliminado quanto antes do pavilhão nacional, para que cesse de vez o contínuo alarido feito em torno de um emblema, que todos querem reverenciar sem restrição alguma."

O povo em geral, pela declaração de Teixeira Mendes, ficou formalmente ciente de que a eliminação da Cruz se prendia a motivos religiosos. Os intelectuais ligaram esta declaração a todo o comportamento de Augusto Comte diante da religião.

Ainda cedo Comte perdeu a fé de seus pais. É ele mesmo quem o diz no testamento: "Desde os 13 anos, espontaneamente me afastei de todas as crenças sobrenaturais" (apud Maritain, 1964, p.385). E numa carta a seu pai: "A partir dos 14 anos deixei, naturalmente, de crer em Deus" (ibid.).

Afirma Maritain: "Sabe-se que, desde o despertar de sua vocação filosófica, o

que se propunha Augusto Comte era reorganizar o Ocidente, substituindo o cristianismo, cuja falência fora manifestada pela Revolução Francesa, por um sistema completo de vida intelectual, moral e religiosa. 'A humanidade não foi feita para habitar ruínas, como dissera Saint-Simon, e disso estava Comte persuadido. Gostaria de repetir que só se destrói o que se substitui.' A finalidade em mira era portanto prática, e mesmo religiosa desde o início. Sabe-se também que, para proceder a uma operação de tal amplitude, Augusto Comte, que tinha lido muito Joseph de Maistre, tomou por modelo essa 'obra-prima política de sabedoria humana', que foi o catolicismo medieval, particularmente o do Século XII. Além disso, fazia Comte da Idade Média uma idéia consideravelmente simplista. Por um lado, ignorando o que é a unidade transcendente da fé teológica, e que diversidade admite e até fomenta no plano das pesquisas racionais, atribuiu Comte à Idade Média uma completa homogeneidade intelectual que jamais existiu. Por outro lado, acreditava que a Igreja Católica, ao tempo em que imprimia sua forma à cristandade medieval, não tinha outra meta final senão a organização política da terra e o advento de uma teocracia temporal superiormente articulada (graças à distinção dos dois poderes)" (Maritain, 1964, p. 298-300).

Seu juízo sobre o cristianismo era o mais severo: "Já agora abandonada espontaneamente a sua corrupção natural, a crença monoteísta, quer cristã quer muçulmana, cada vez mais merece a repulsa que seu aparecimento inspirou durante três séculos aos mais nobres espíritos práticos e teóricos do mundo romano. Não podendo então julgar o sistema senão em face da doutrina - não hesitavam eles em repelir, como inimiga do gênero humano, uma religião provisória que colocava a perfeição em um celeste

isolamento. O instinto moderno reprova ainda mais uma moral que proclama as inclinações benevolentes como estranhas à nossa natureza, uma moral que desconhece a dignidade do trabalho, chegando a fazê-lo derivar de uma maldição divina, e que erige a mulher como fonte de todo mal" (apud Maritain, op. cit., p.339, nota 113).

Chamava os cristãos e deístas em geral de *escravos de Deus*: "Em nome do passado e do futuro, os servidores teóricos e os servidores práticos da humanidade chegam para assumir dignamente a direção geral dos negócios terrestres, para constituírem enfim a verdadeira providência moral, intelectual e material - excluindo irrevogavelmente da supremacia política todos os diversos escravos de Deus, católicos, protestantes ou deístas, como sendo ao mesmo tempo atrasados e perturbadores (ibid., nota 116).

Não admitia nem mesmo a coexistência das várias modalidades de fé. Foi "o maior adversário do pluralismo e o último arauto - mas no momento em que ela se tornava ateuista - da idéia própria ao regime sacral, segundo a qual a unidade da fé é uma pré-condição indispensável da unidade política. Foi com o fito de restaurar a unidade na comunidade política e na civilização temporal, em caminho para a anarquia, e com o intuito de fundar uma cristandade sem Cristo, ainda mais perfeitamente una do que a cristandade medieval, que Comte empreendeu estabelecer sobre novas bases a unidade intelectual entre os homens. Tratava-se, primeiramente, de uma unidade de convicção filosófica. e, em seguida, de uma unidade de crença religiosa. Para isso é que precisou "ser", sucessivamente *Aristóteles e São Paulo* (ibid., p.229).

Em resumo: a atitude de Augusto Comte perante o cristianismo é clara; por outro lado, Teixeira Mendes confessou ex-

pressamente que a substituição da cruz se dava por motivos religiosos, e precisamente por sua ligação com a fé cristã. Pontos indiscutíveis.

Todavia, a rigor, a cruz da bandeira imperial, abolida, estava para muito além do cristianismo. De fato, sem precisar dizer que ela é "o mais antigo e universal dos símbolos religiosos" (Lejeal, 1892, p.109), sem referir-nos à sua existência antes de Cristo (Goes, 1908, p.35-36); encontrada nas costas da Noruega e no norte da Suécia apud Martins, p. 33); entre civilizações indígenas da América antes do advento do cristianismo (Goes, 1908, p.36-38); no Brasil antes da chegada dos portugueses (ibid., p. 38-40); sem referir que está presente em bandeiras ou em armas de países onde convivem povos de raças e cultos diversos; sem precisar lembrar nada disso, basta recordar o que dissemos tantas vezes sobre a Cruz da Ordem de Cristo em Portugal: não era um símbolo eminentemente religioso: era a insígnia de uma ordem militar com finalidades prevalentemente econômico-políticas. E mais: o decreto de 18 de setembro de 1822 que criou o pavilhão imperial disse expressamente que a cruz estava ali para "rememorar o primeiro nome, que lhe fora imposto no seu feliz descobrimento". Aliás, o mesmo já fora feito em 1817, quando os pernambucanos criaram uma bandeira ostentando uma cruz, para recordar os primitivos nomes do Brasil.

Assim, embora a cruz em si represente hoje por excelência a religião cristã, é mais sob o prisma histórico e patriótico que ela estava na bandeira imperial. Não havia, pois, razão para a sua exclusão da bandeira republicana, se a finalidade era evitar sinais de divergência.

Fica no entanto uma lição: os positivistas afrontaram toda a consciência re-

ligiosa de uma nação; uma pequena minoria conseguiu tirar do emblema maior do pátria um sinal considerado popularmente como presença do cristianismo. É uma lição para dirigentes, religiosos e civis: o poder que têm as minorias quando subestimadas, especialmente se está esquecida a doutrina que sustenta o comportamento da maioria. Não admira muito países católicos como a Polônia, Tchecoslováquia, Hungria terem caldo sob governo que utiliza métodos teoricamente alheios aos ensinamentos de Cristo? Não devemos dormir em louros de "maior país católico" e de "povo democrático por instinto". A qualquer momento, um grupo audacioso poderá estar agindo para impor, como os positivistas fizeram, novos delineamentos fundamentais em nosso pavilhão, atestando um novo estado de coisas no plano político.

Caídos do poder nos primeiros meses da República, os positivistas deixaram na bandeira o marco de sua presença. O povo brasileiro dos tempos posteriores abriu mão da questão: deixou que lá ficassem os símbolos positivistas e recriaram, de fato, a nova simbologia do Cruzeiro do Sul. O que foi essencial foi conservar a fé, embora não prática muitas vezes; o essencial foi trilhar sempre pelo caminho pacífico do Evangelho, inclusive sabendo coexistir com crenças as mais diversas.

E para que não se perdesse na heráldica nacional a presença da Cruz, Brasília adotou em seu brasão uma Cruz original: feita de uma caderna de setas de ouro. Esta Cruz, altaneira na capital do país, bem resume todo o significado cultural da cruz que dominou nossos mares nas caravelas dos portugueses; da cruz de madeira da primeira missa em terra firme; da cruz de estrelas que brilharam em nossos céus.

No campo da simbologia, vejamos apenas duas: a primeira, relativa as estrelas como símbolos dos Estados; a segunda, às cores azul e branco como lembrança do nosso período colonial.

Na *Apreciação* Teixeira Mendes escrevera: "Foi mantida a idéia de representar a independência e o concurso cívicos por um conjunto de estrelas". Eduardo Prado rebate: "Na bandeira de 1822 existia, com efeito, a bela e poética idéia de representar as antigas províncias por estrelas. Presidiu, porém, à execução dessa idéia o pensamento de representar a união harmônica das províncias por outras tantas estrelas iguais, dispostas em círculo, isto é, na mais perfeita simbolização da ordem e da igualdade, figuradas pela continuidade e pela equidistância do centro. Na bandeira dos Estados Unidos vê-se o mesmo pensamento, e as estrelas que nela figuram os Estados da União são estrelas iguais em grandeza, como são iguais em direitos os Estados, e essas estrelas estão dispostas simetricamente no paralelogramo azul, justa imagem da boa ordem e da União Federal. "Na bandeira do decreto de 19 de novembro, os Estados do Brasil são representados por estrelas e há no campo azulado do hemisfério austral estrelas de primeira, de segunda e terceira grandeza e até uma, σ do OITANTE, que é invisível a olho nu. Foi desprezado o dogma fundamental de toda organização federativa, isto é, o da igualdade de direitos e de autonomia de todos os Estados federados.

"Na bandeira, as estrelas não estão figuradas de modo a representarem a união e a harmonia. Separadas e dispersas, como estão, figurariam, antes, não só a desigualdade, como a desunião e a desordem.

Simbologias sem Fundamento

No decorrer das críticas até agora consideradas, foram aparecendo observações paralelas a respeito de outros tipos de "enganos" presentes em nossa bandeira, enganos referentes à simbologia, à heráldica e ao próprio texto do Decreto nº 4.

Quanto à idéia de independência figurada por um conjunto de estrelas, nas suas posições astronômicas, segundo diz o decreto, é claro que esta representação astronômica e inflexível indica, antes, uma rigorosa subordinação a leis fatais e imutáveis, como são as da ordem cósmica, do que a independência, de que fala o sr. Teixeira Mendes" (Prado, 1903, p.29-31).

Subjacente à nova disposição das estrelas, alguns quiseram ver simbolizada, novamente, a idéia de Augusto Comte sobre as "pequenas pátrias" ou mátrias, e daí indicar constante ameaça à integridade nacional.

Somente o calor da polêmica e o temor de ver em tudo presença comitiana deixaram de ver na criação de Teixeira Mendes uma das mais belas originalidades em bandeirologia: a representação do céu por meio de uma constelação. Além de conservar a tradição das estrelas da bandeira imperial, tivemos um quadro mais natural, aquele que cada dia observamos no firmamento.

Quanto à objeção da ameaça de "pequenas pátrias", a idéia de estrelas maiores e menores atestava, ao contrário, que, embora diferentes em território, os Estados formavam, com iguais direitos, uma só Federação.

A outra crítica no campo da simbologia refere-se às cores azul e branca. Dissera Teixeira Mendes: "Este símbolo (a bandeira republicana) corresponde a tudo quanto o outro tinha de essencial. Ele lembra naturalmente a fase do Brasil-Colônia nas cores azul e branca que matizam a esfera..."

Eduardo Prado comenta:

"As cores azul e branca só são as da bandeira portuguesa, desde 1830, em vir-

tude do decreto da Regência, chamada da Terceira, datado de Angra, a 18 de outubro daquele ano, isto é, oito anos depois da independência do Brasil, 15 anos depois de o Brasil ser elevado a reino, 22 anos depois de o Brasil, de fato, deixar de ser Colônia, pela chegada da família real, em 1808.

"A cor da bandeira portuguesa, tanto em Portugal como nas colônias, foi, antes e depois de 1500, a cor branca. Não é, pois, possível lembrar a fase colonial do Brasil pelas cores branca e azul, que nunca foram as dessa colônia e são as de Portugal, somente desde 1830" (ibid., p.11-13).

Toda a nossa segunda parte mostrou uma série de bandeiras lusas com a predominância do azul e branco. Entretanto, vejamos a refutação completa de José Feliciano aos dizeres de Eduardo Prado: "Leia-se o III vol. dos *Opúsculos* de Herculano, leiam-se as *Crônicas* de Garcia de Rezende e de Rui de Pina, leiam-se os comentários de Garcez aos *Lusíadas* (em 1731) e se verá como as cores nacionais de Portugal sempre foram o azul e o branco. Não ficaram tais depois de um decreto de 1830, como pretende o opúsculo de E. Prado.

"A autoridade de E. Prado está vogando para increpar nossa bandeira de um tão vulgar erro histórico. Junto por isso, ao de Camões, esta meia dúzia de testemunhos, para provar que o azul e o branco sempre foram as cores nacionais de Portugal:

"1º) Os mais antigos crônicas, em que se narra a famosa batalha de Ourique - donde veio a lenda que Camões descreve - são dois do meado ou fins do Século XV. A. Herculano publicou-os no *Portugaliae Monumenta Histórica*, vol. 1,

pág. 26, e parece que uma compilação da mesma época lhes serviu de fonte, ou dos cronicões tirou a mesma narrativa. No primeiro cronicon - o que parece baseado em documento mais antigo - e na compilação vem igualmente descrito o pendão de Afonso I, segundo a forma que nos dão as oitavas de Camões.

"2ª) Olivier de la Marche, em suas *Memórias* (apud *Herculano*), por volta de 1492, assinala as diversas transformações por que passou o brasões d'armas de Portugal. Antes de tudo refere que o conde Henrique tinha um escudo branco. A. A. Teixeira de Vasconcelos, diz em seu livro *Les contemporains: Le Portugal et la Maison de Bragançe*: "*Le comte Henri ne portait qu'une croix d'azur.*" O escudo que nessa obra vem é de prata e carregado com uma cruz em aspa. Olivier, em segundo lugar, descreve a reforma de Afonso I, que pôs no escudo branco cinco escudetes azuis. Quanto aos besantes ou arruelas, como impropriamente lhes chama Herculano, conta Olivier uma inverossímil história para explicar sua adjunção em aspa. A bordadura (e não orla) do escudo vermelho, em que estão os castelos, foi D. Fernando (?) quem a acrescentou. Finalmente D. João I fez a quarta alteração, juntando às armas portuguesas os braços floreteados da cruz de Aviz (que era verde, segundo refere Garcia de Rezende).

"3ª) Rui de Pina e Garcia de Rezende referem que D. João II, em 1484-1485, tirou a cruz verde da ordem de Aviz e endireitou os dois escudetes laterais, que estavam "atravessados", horizontais, o que "parecia cousa de quebra". A cruz heráldica dos escudetes (e não em aspa, como a dos besantes), ficou então

perfeita e capaz de substituir a virente cruz de Aviz. Eis aí como uma cruz de escudos e de moedas substituiu, *para um Rei católico*, uma cruz de Cristo". (No caso de nossa bandeira, como já vimos na primeira parte, foi uma cruz do céu que superou uma cruz da terra).

"4ª) Inácio Garcez Ferreira, em seus eruditos comentários aos *Lusíadas*, publicados com o poema em 1731 e 1732 (Nápoles e Roma), confirma a descrição de Camões. Aí se diz que D. Sancho (1154-1211) variou o complicado brasão de Afonso I. Essa modificação, no fundo, era a eliminação de uma cruz, de uns cordões e besantes em cercadura, como vêm nas gravuras do citado livro de Teixeira de Vasconcelos. Afonso III (1210-1279), quando ganhou o Algarve - que tinha por armas um escudo vermelho semeado de castelos de ouro -, pôs sobre este o escudo de Portugal, em modo que o cercavam os áureos castelos (em número de 18, diz Teixeira de Vasconcelos); Afonso IV (1291-1357) os reduziu a oito; "e, por último, D. João II, a sete, tomando também por empresa um pelicano ferindo o peito para sustentar com seu sangue os filhos, e este mote: *Pela Lei e pela Grei.*"

"5ª) A esses testemunhos, que já passam de meia dúzia, acrescentarei um legal e sancionado pelo antigo presidente do Instituto Histórico, Comendador Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Apesar de sua conhecida fidelidade monárquica, o Comendador J. Norberto criticava o "mau gosto" e a "má colocação" dos símbolos da bandeira imperial. No estudo que publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 53, encontrou à página 244 esta nota: "... o laço português foi criado pelas cortes portuguesas, por lei de 23 de agosto de 1821, sancio-

nada por D. João VI. Era formado das cores Azul e Branca, *por serem as da divisa da nação desde o princípio da monarquia.*"

"Esse era o tope que D. Pedro I, nas margens do Ipiranga, arrancou de seu chapéu, segundo narra o Major Canto e Melo, testemunha ocular (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 41). D. Pedro I, ou D. Pedro IV de Portugal, foi ainda quem nas pugnas civis arvorou o retângulo argênteo-cerúleo, em vez da bandeira branca do exército de D. Miguel (Vid. A. T. Vasconcellos, *op. cit.*). Esse ato e o decreto de 1830 nada mais fizeram que dar emprego às cores nacionais, estendendo seu uso além do brasão d'armas, *em que sempre estiveram.*

"A bandeira portuguesa foi sempre caracterizada pelas *quinas*, pelo brasão d'armas.

Das *Quinas e castelos o pendão*, ou ... *das Quinas a bandeira*, diz Camões (canto IV e VIII) e dizem, repetem muitos outros escritores (Vide F. de Sá de Miranda, *Obras*, 1784 e 1804; André de Rezende, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1790; e *Cenáculo, Cuidados Literários*, 1791).

"Mas não precisamos de estranho testemunho para demonstrar que o Brasil português é representado na bandeira pelas cores azul e branca. Basta ver na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo 56, 2ª p., pág. 122) a descrição e o desenho da bandeira republicana de Pernambuco (1817) (3). É um retângulo cortado horizontalmente em duas metades, uma azul e outra branca. Na superior, a azul, brilha um áureo astro-rei sob um Íris branco, amarelo e vermelho. Três estrelas de prata, sobre o Íris, representavam os três Estados (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), que entravam na confederação. Na

metade branca, estava uma cruz vermelha para indicar o primitivo nome do Brasil.

"Desta exposição finalmente se colige que o azul e o branco foram as cores nacionais de Portugal, desde o modesto início *do condado portugalense*, em fins do Século XI. As armas do conde borgeinhão eram em escudo branco uma cruz de azul: tal é a conclusão a que também chegam D. Nunes do Leão (*Crônicas*, I, 1774, 96) e o professor Barbosa de Bettencourt (*Subsídios para a leitura dos Lusíadas*, p.79). Antes do meado do Século XVI, o erudito Rezende, nas *Antiquitates Lusitaniae* (1790, I, 272), assim dizia de Afonso Henriques: "*ipse qui eatenus (até a batalha de Ourique) NIVEO SCUTO utebatur, insígnia commentus est... IN ARGENTEO scuto CAERULEAM crucem formavit... scuta quinque per ipsam crucem distinxit*" ... E continua nos próprios termos adotados por L. de Camões, que em A. de Rezende achou o mesmo título de seu poema, como já o demonstrou a erudita Senhora D. Carolina Vasconcelos (*op. cit.*, 1790, tomo 2, p.197 e 264). Logo depois, Abrahão Ortelio, reproduzindo Oliverio de Marca (*Oliverius a Marca* ou *Olivier de la Marche*), assim descreve as armas de Portugal: "*pimo... dypeum ARGENTEUM... postea... quinque CAERULEOS dypeos impositos: deinde his singulos dypeis quinque ARGENTEOS orbiculos additos*" ... (V. *Cenáculo, Cuidados*, p.364).

Esta é, pois, a tradição erudita, a tradição camoneana: - a tradição constante em Portugal. Nas mesmas vicissitudes por que passou o pavilhão português, as cores azul e branca sempre dominaram alternada ou conjuntamente (Oliveira, 1907, p.29-34).

Inobservâncias Heráldicas

Eurico de Goes levantou uma série de inobservâncias heráldicas presentes em nossa bandeira. Todo o capítulo IX de seu livro *Os Símbolos Nacionais* (1908) é dedicado ao assunto. Ressaltamos algumas objeções concretas: os símbolos da bandeira não são universais (p. 228-229); a maior parte das estrelas aparece em ponto (parte inferior mais desenvolvida) do que em chefe (parte superior mais desenvolvida) (p. 228); as estrelas estão desordenadas, quando em heráldica tudo é ordenado, simétrico (p. 228); duvida se seja heráldico o globo azul (p. 227-228). Em outro de seus livros, afirma: "O Brasil afastou-se da norma dos povos cultos; e nem a sua bandeira nem as suas falsas armas podem ser escritas heráldicamente e convencionalmente reproduzíveis, pelos traços ou indicações que os franceses denominam *hachures* e os italianos *trateggi*" (Goes, 1935, p. 124).

Não nos delongamos muito nesta matéria, porque já sabemos que não foi intenção de Teixeira Mendes adstringir a bandeira aos rigores da ciência dos brasões. Nem mesmo escudo quis colocar, para afastar qualquer propósito heráldico. Nem mesmo observada foi a indicação de *direita e esquerda* como as entende a heráldica, isto é, ao contrário do que se entende normalmente.

Isso sem falar que a própria heráldica permite armas à *enquerre*, ou seja, aquelas armas desenhadas propositadamente contra as regras da heráldica, para obrigar as pessoas a *inquirir* por que razão foram escolhidas assim, irregulares, violando a ciência dos brasões. Neste caso, os autores deixariam larga margem de criação e interpretação aos brasileiros de todas as épocas, quando observassem a bandeira.

Falhas na Aplicação do Decreto

Para Eurico de Goes, o próprio desenhista da bandeira, Décio Vilares, pecou quando traduziu para o desenho os dizeres do Decreto nº 4, que criou a bandeira republicana. Ficamos apenas no campo das estrelas.

Diz o objetante que o decreto exigia que as estrelas fossem "dispostas na sua situação astronômica quanto a distância e ao tamanho relativos" e isso não foi observado (Goes, 1908, p. 171). Mostra defeitos na reprodução de Escorpião, do Cruzeiro, do Triângulo e da Espiga (p. 181-182); defeitos na reprodução das distâncias de Canopo a Sírio, de Alfa à Gama do Cruzeiro, de Alfa do Cruzeiro ao Sigma do Oitante, de Alfa do Cruzeiro a Canopo (p. 181).

Para Eduardo Prado, "as únicas estrelas que um astrônomo (e as bandeiras não devem ser feitas para os astrônomos) poderia colocar na esfera da Bandeira e do Selo, depois de ler atentamente o decreto e a *Apreciação Filosófica*, seriam as cinco seguintes:

- σ do OITANTE (estrela insignificante);
- α do PEQUENO CÃO (Prócion);
- α da VIRGEM (Espiga);
- α do NAVIO ARGO (Canopo); e
- α do GRANDE CÃO (Sirius).

"As 16 estrelas que faltam para completar as 21, deixou-as todas no vago a *Apreciação Filosófica*, pois as três outras constelações indicadas constam, como todas as constelações, de muitas estrelas. O modelo nº 1, anexo ao decreto /... /veio esclarecer um pouco este ponto obscuro.

Pela estampa litografada, ficamos sabendo que foram escolhidas as seguintes estrelas:

Do CRUZEIRO: α , β , γ , δ , ϵ – cinco estrelas.

Do TRIÂNGULO AUSTRAL α , β , γ – três estrelas.

Do ESCORPIÃO, não é possível, pela estampa, verificar quais sejam as estrelas escolhidas, tão erradas estão as posições, conforme demonstraremos. Supomos que devem ser estas, começando do norte: β , δ , α (Antares), τ , ϵ , η , κ , λ . Em todo caso, o ESCORPIÃO é a constelação dominante, pois ela só forneceu mais da terça parte do número total das estrelas" (Prado, 1903, p.35-36).

Os pontos principais da discussão suscitada pelo desenho do céu na bandeira estão resumidos no *Questionário* que Eurico de Goes propôs ao dr. Henrique Morize, lente da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e Diretor do Observatório Nacional, e a que o cientista respondeu. O texto foi publicado no livro de Eurico de Goes, *A Bandeira Positivista*, 1927, p.70-75, foi lido para a subcomissão de Anteprojeto Constitucional, na sessão de 27 de abril de 1933 (*A Nação*, 28.04.1933; Goes, 1935, p.74; Ribeiro, 1933, p.100-101). Ei-los:

"1ª) Obedece o modelo oficial da bandeira, anexo ao Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, à letra desse decreto, quando exige que a bandeira seja 'pontuada por 21 estrelas, entre as quais a da constelação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronômica, quanto a distância e ao tamanho relativos'? -2ª) A estrela Espiga, ou *alpha* da constelação da Virgem, acha-se colocada na sua verdadeira posição, ou foi deslocada, do hemisfério austral para o boreal? - 3ª) Não é o Cruzeiro do Sul, no céu, menor do que o Triângulo Austral, e não se encontra, na bandeira, figurado

maior? - 4ª) Mantém o Escorpião o aspecto característico que possui no céu, de enorme ponto de interrogação, como os tentáculos a convergirem ou a irradiarem da estrela Antares, ou está, no modelo oficial, deformado ou mutilado? - 5ª) A estrela *sigma* do Oitante, a nossa polar do sul, que nem figura no *Atlas Celeste* do sr. L. Cruls e que brilha na bandeira, é visível sem auxílio de aparelho, para as vistas normais? - 6ª) Astronomicamente, que virá a ser a 'zona branca', a que se refere o decreto e que o modelo inscreve - zona que uns dizem constituir a eclíptica e outros o zodíaco? E, sendo a eclíptica uma linha e o zodíaco uma faixa de um certo número de graus, não se acha a lista em que se lê a legenda, a querer figurar uma cousa ou outra defeituosa e desproporcionadamente representada?"

Eis o parecer do sr. Henrique Morize, datado de 22 de dezembro de 1920:

"1ª Quesito: É difícil responder de maneira absoluta a este quesito, porquanto, sendo impossível a representação exata, numa superfície plana, das figuras traçadas sobre a esfera, é forçoso recorrer a um sistema de projeção, o qual permite essa representação, mas com alterações mais ou menos notáveis. Para poder opinar com acerto sobre o grau de exatidão das figuras estelares representadas no círculo da bandeira, seria preciso conhecer o tipo de projeção adotado, mas a lei não menciona indicação alguma a este respeito. Entretanto, é habitual, em casos análogos, empregar a projeção *estereográfica sobre o plano do horizonte*, e é muito provável que esta haja sido a adotada. Nesta hipótese, o Cruzeiro, além de exagerado em tamanho, está visivelmente deslocado,

pois sua estrela mais boreal, *gamma*, se acha representada quase no zênite, quando na realidade ela culmina na distância zenital de $33^{\circ}46'$. Não há, portanto, correspondência entre a posição da estrela e a exigida pela lei, para a sua representação na bandeira. - 2ª Quesito: - A declinação de *alpha Virginis* é de $10^{\circ}45'S$. Mas, parecendo haver sido traçado no círculo azul o zodíaco sob forma de uma zona branca, convinha verificar se, por acaso, a posição dessa estrela não tinha sido referida à eclíptica, em vez do equador, o que poderia fazê-la passar para Norte. Calculei, pois, a sua latitude e sua longitude, e encontrei para a primeira coordenada a latitude de $2^{\circ}3'$ a Sul, no dia 15 de novembro de 1889. Assim sendo, ela deveria ficar escondida pela faixa, que suponho representar o zodíaco, porque este se estende por 8° a Norte e outro tanto a Sul da eclíptica. Figurando a Norte, na bandeira, a Espiga não ocupa a sua posição real. - 3ª Quesito: - A maior dimensão da constelação do Cruzeiro é o comprimento da linha entre as estrelas *alpha* e *gamma*, a qual, dirigida quase exatamente de N. para S., é praticamente de 6° . A maior dimensão do Triângulo é a que se estende entre as estrelas *alpha* e *gamma*, situadas quase no mesmo paralelo, à distância de $8^{\circ}29'$, superior, portanto, à maior dimensão do Cruzeiro, enquanto que, no modelo oficial, esta relação foi invertida. - 4ª Quesito: - A forma da constelação do Escorpião tal como se vê no 'modelo debuxado no Anexo nº 1' do Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, difere bastante do aspecto da constelação vista no céu, em consequência da adição de algumas estrelas e da supressão de outras. - 5ª

Quesito: - A estrela *sigma Octantis* tem o brilho de 5,5, e, portanto, é visível a olho desarmado, apenas excepcionalmente, com céu muito claro e por uma vista aguda. - 6ª Quesito: - A zona branca a que se refere o decreto não pode deixar de ser a representação do zodíaco, embora com largura menor do que deveria ser, pois o zodíaco tem 16° de largo, isto é, cerca de duas vezes e meia mais que o comprimento NS do Cruzeiro, o qual, entretanto, apresenta na bandeira um comprimento aproximadamente duas vezes maior que a largura da zona branca."

Aponta ainda Eurico de Goes falhas nas tonalidades das cores, especialmente o verde-primavera e o amarelo-ouro (p. 149), e também diferenças na disposição do losango.

Já afirmamos que são os próprios "amigos" do projeto a reconhecerem algumas das falhas indicadas pelos objetantes (Oliveira, 1907, p.59). O descuido vinha de longe. Em Portugal, vimos que havia diferenças no número de escudetes, besantes e castelos dentro do período de governo de um mesmo rei. No Brasil, no tempo do Império, houve muita variedade do laço nacional, ocorrendo disputas por causa disso, até provocar o decreto do ministro do império José Lino Coutinho, pondo fim à questão, fixando tamanho, forma, e até a posição no chapéu (Silva, 1890, p.246). Em outras nações se verificava também o mesmo. Napoleão, em carta de 30 de novembro de 1811, queixava-se: "A parte das bandeiras dos regimentos é hoje um grande caos" (apud Hollander, 1902, p.33). O próprio Hollander confirma: "os regulamentos não eram observados" (p. 33).

Observação Final

Neste final de capítulo, repitamos o que dissemos inicialmente: os homens que levantaram estas críticas estavam imbuídos de grande amor à Pátria e de respeito à bandeira como tal. Seu desejo sincero era prestar algum serviço que pudesse ressaltar mais a importância e a beleza de nosso pavilhão.

Por outro lado, de suas críticas brotou maior aprofundamento da história e significado de nossa bandeira, levando a questão aos jornais e à tribuna do Congresso. O povo saiu lucrando, pois lendo os textos de ambas as partes, penetrou no âmago de nossa bandeira e ficou armado a responder a qualquer objeção que contra ela se levantasse, ou aceitar, explicando, este ou aquele deslize que se contém em toda obra saída da mão do homem.

Hoje ela está aí, mais gloriosa do que nunca, porque agora já ninguém pensa em modificá-la. Cientes de que nada é perfeito, orgulhamo-nos de que nossa bandeira contenha lineamentos fundamentais da cultura humana, segmentos de nossa história e projetos permanentes de realizações futuras.

Projetos de Reforma

Introdução

Num clima de tantas críticas, era natural que pululassem, com mais ou menos oportunidade, afastando-se mais ou menos do modelo do Decreto nº 4, projetos de reforma de nossa bandeira.

Duas foram as épocas em que dominaram as tentativas de reforma: no período de 1889 a 1908, e em 1933, durante a Assembléia Constituinte.

Os projetos não ficaram apenas em palavras ou em campanha jornalística. Penetraram rigorosamente em plena área parlamentar, tendo exigido ingentes trabalhos de uma das subcomissões da Assembléia Constituinte de 1933.

Congressistas e intelectuais em geral apresentaram este ou aquele projeto, certos de estarem contribuindo para a solução do que parecia um problema na época. Entre os não parlamentares, destacou-se a atividade de Eurico de Goes.

Vamos passar em resenha algumas das propostas, reafirmando que nossas considerações se fixam na área do historiador, não intencionando, com este capítulo, que se reponha, na prática, o assunto da reforma de nossa bandeira.

O Projeto de Júlio Ribeiro

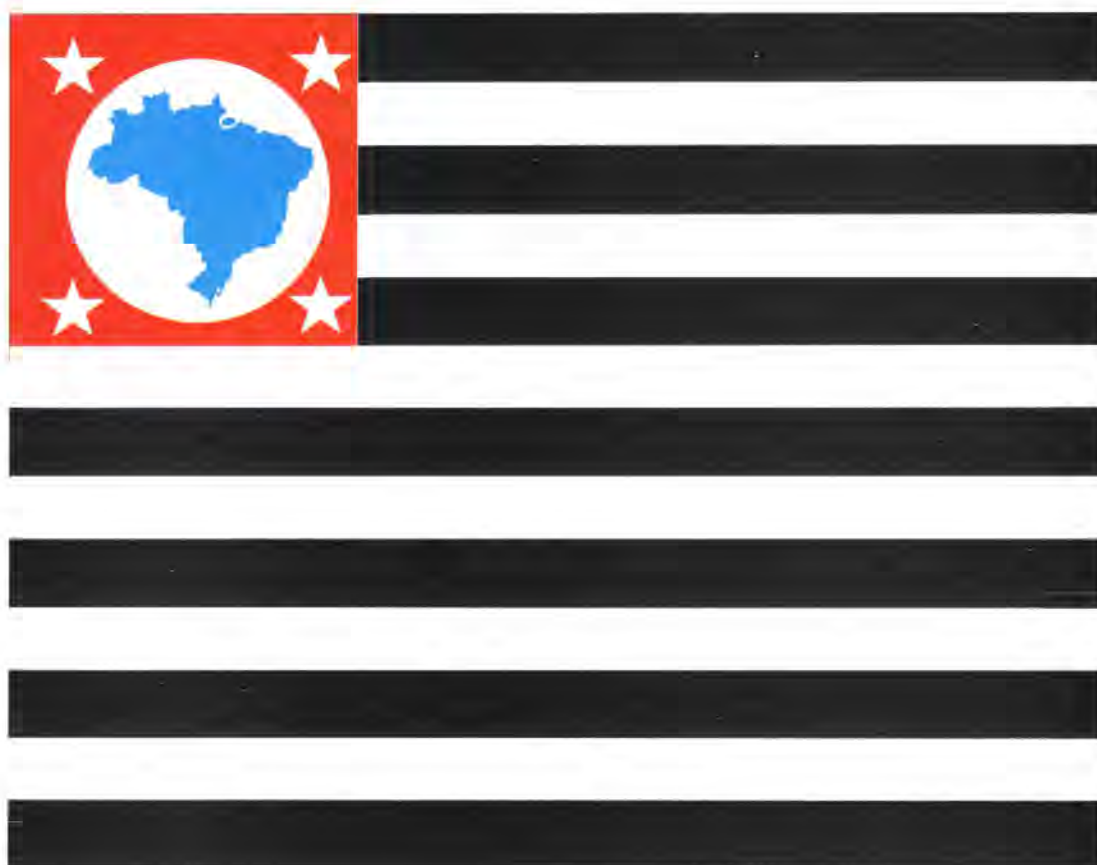
Mais que projeto de reforma, a proposta de Júlio Ribeiro é um dos modelos de bandeira republicana, aparecido antes de 15 de novembro de 1889.

No dia 16 de julho de 1888, o escritor publicou em *O Rebate*, jornal de propaganda republicana, um artigo em que combatia a bandeira imperial e apresentava um novo padrão, que, transformado em bandeira, foi hasteado no Palácio do Governo no dia da Proclamação da República. Apareceu também em vários pontos da capital paulista nos quatro primeiros dias do novo regime.

Júlio Ribeiro, filho de pai norte-americano, compôs um modelo decalcado na

bandeira estadunidense: 13 listras horizontais, pretas e brancas, alternadamente, quebradas as cinco primeiras, por um pequeno quadrado de vermelho, sobre o qual se assentam quatro estrelas, e em cujo centro de branco inscreve-se o mapa do Brasil. (O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 02.02.1972) ■

No pensamento do autor, as cores preto, branco e vermelho queriam simbolizar as três raças componentes do Homem Brasileiro. As quatro estrelas resumem e figuram o Cruzeiro do Sul. Para Guilherme de Almeida, no entanto, o preto e branco representam a - sucessão do dia e da noite, e o vermelho o sangue. As estrelas, os quatro pontos cardeais. A interpretação do poeta prevaleceu no decreto que oficializou a bandeira, em 1946, como emblema do Estado de São Paulo.



■ Projeto de Júlio Ribeiro - Atual Bandeira do Estado de São Paulo

O Projeto de Floriano Peixoto

Já relatamos a manifestação popular de 7 de setembro de 1892, que foi terminada diante do marechal Floriano Peixoto, então Vice-Presidente da República.

Na manhã de 9 de setembro, Miguel Lemos telegrafou aos Governadores dos Estados: "Floriano respondendo manifestação popular declarou ser contrário mudança bandeira. Peço publique!" (Lemos, 1894, p. 32). Também o *Correio da Manhã*, através de um dos seus correspondentes, enviou telegrama aos chefes de governo estadual, com termos iguais aos de Miguel Lemos (ibid., p. 20).

Vimos páginas atrás que não houve declaração explícita do Vice-Presidente, mas apenas atitude discreta, interpretada como favorecendo aos manifestantes.

Floriano se manifestaria num telegrama aos comandantes de corpos de exército, propondo a substituição da atual bandeira republicana pela antiga imperial, encimada apenas por uma estrela no lugar da coroa (Anais da Câmara, 1908, v. 2, p. 161). É este o que se pode considerar projeto de reforma, de Floriano Peixoto.

Floriano dizia que "como simples cidadão" não concordava com a bandeira, como governante, manifestava-se contrário à mudança. Mas sua amizade com Valadão e a plena liberdade que este teve de trabalhar por um outro projeto, que veremos adiante, deixavam a impressão de que, mesmo como governante, queria a reforma da bandeira (Lemos, op. cit., p. 19-20).

Projeto de Alencar Araripe

Tristão de Alencar Araripe propunha como brasão da República o mesmo imperial, com as modificações: supressão da coroa, substituída por uma estrela vermelha e a inscrição *In hoc signo vinces*. Para a bandeira: a mesma auriverde com o brasão acima descrito (Araripe, 1891, p. 283).

A idéia da estrela, como símbolo da unidade pátria, fora feliz. Já a inscrição foi de pouca originalidade e deixava a confusão, se o *signo* era a cruz da Ordem de Cristo ou a estrela do novo regime.

Projeto de Silva Jardim

Silva Jardim propunha o seguinte modelo: três listras horizontais preto, vermelho e branco, simbolizando as nossas três

raças; sobre o vermelho escudo imperial, rodeado de cana e café, indicando a cultura do Norte e do Sul; no centro, o globo, atravessado pela âncora, sinais do comércio e da força marítima; sobre o escudo: o barrete frígio, símbolo da república e representação do proletariado

Nota-se o esforço de representar as diversas forças vivas da nação, além dos elementos étnicos subjacentes.



Projeto de Rio Branco

Projeto do Barão do Rio Branco: três listras em diagonal: vermelho, branco e preto; no branco: escudo azul com 21 estrelas de prata na bordadura; no escudo maior, gravado outro escudo menor de verde, com a esfera armilar de ouro sobre a cruz de Cristo, tal como a do escudo imperial; como timbre, um sol nascente de ouro ●

Lopes Trovão se recusou a apresentar este projeto à Constituinte de 1890.

Pelos projetos de reforma, vemos que as mudanças, em relação à bandeira imperial, eram muito mais radicais, do que o esquema de Teixeira Mendes, porquanto aboliam até as cores nacionais verde e amarelo.

Nota-se também nos três a cor vermelha, e não o amarelo para simbolizar o nosso índio, como que negando a hipótese da origem asiática do indígena brasileiro.

● Projeto do Barão do Rio Branco (sem as estrelas)



Projeto de Oliveira Valadão

As propostas anteriores não chegaram a penetrar na área legislativa. Assim, propriamente dito, jurídico e constitucional, o primeiro projeto foi o do deputado Oliveira Valadão, subscrito por mais 14 deputados: Garcia Pires, Belarmino Carneiro, Rodrigues Fernandes, Líbero Badaró, Felisberto Freire, Nogueira Paranaguá, Pires Ferreira, Retumba, Índio do Brasil, Carlos de Campos, Leite e Oiticica, Novais Melo, Augusto Montenegro, Paula Guimarães.

Com data de 1 de setembro de 1892 e sob o nº 185, o projeto preconizava o seguinte modelo: retângulo verde e losango amarelo, como a imperial e a do Decreto nº 4; ao centro, as armas da república previstas no decreto que criou a

bandeira republicana; o azul celeste substituído pelo azul marinho. Essencialmente, eram retirados o céu e a inscrição Ordem e Progresso, que tantas críticas estavam levantando (Anais da Câmara, 1892, v.5, p.24).

Valadão concordava em que a bandeira em vigor estava cientificamente delineada e que exprimia aquilo a que melhor pode aspirar um povo, mas achava que, apesar de tudo, não era adequada: - "Ela é, e será *ainda por muito tempo*, considerada como bandeira de uma seita digna do maior respeito pela elevação de seus princípios, mas que está longe de ser a da maioria dos brasileiros" (apud Lemos, 1894, p.15-16). Acreditava que mais tarde, se bem que daqui a muito tempo, a bandeira viria a ser a da maioria dos brasileiros" (ibid., p. 16). Ao que Miguel Lemos objetava: "Mas se havemos de retomar um dia a bandeira de Benjamin Constant, para que mudá-la, agora?" (ibid., p.17).

Oliveira Valadão, além de deputado, era militar, secretário e amigo pessoal de Floriano Peixoto, então Presidente, o que fazia pensar que agia em nome do Marechal. Essa procuração extra-oficial é a única maneira de explicar como pôde Valadão dirigir-se a todos os comandantes de batalhão e chefes de guarnição indagando de sua opinião sobre a matéria.

Telegrafou a todos os governadores estaduais, pedindo-lhes com urgência que se manifestassem sobre a projetada reforma. Explicava que a consulta indicava seu desejo de que o projeto fosse encaminhado de acordo com a opinião nacional; lembrava que havia quem opinasse pela bandeira hasteada a 15 de novembro no paço municipal, isto é, a bandeira do Clube Republicano, que funcionou como oficial nos quatro primeiros dias da República (ibid., p. 14-15).

Miguel Lemos telegrafou também aos governadores, informando-os de dados omitidos por Valadão, principalmente a manifestação popular de 7 de setembro de 1892, em que Floriano se teria pronunciado contrário à mudança (ibid., p. 18).

Apesar de o chefe positivista não ter pedido resposta, vários chefes de governo estadual quiseram manifestar-se. Eis as palavras centrais de alguns: "Espero que esse projeto sacrílego não passará" (Barbosa Lima-Pernambuco) - "Aqui todos esperam primeiro congresso República não queira nodoar-se adotando medidas retrógradas e antagônicas com o nosso regime, como mudança bandeira" (Tenente Machado - Santa Catarina) - "Sou contrário qualquer mudança bandeira nacional" (Bezerril - Ceará) - "O Governador, secretários de Estado, grande número de amigos militares e paisanos estão do vosso lado na manutenção da atual bandeira da República" (Serejo - Amazonas) (apud Lemos, 1894, p. 18-19, 21; Maia, 1926, p. 15).

A Escola Superior de Guerra, com longo documento, datado de 16 de setembro de 1892 e assinado por 52 Oficiais, expressou seu repúdio à tentativa de reforma. Eis o texto:

"As graves reações provocadas pelo projeto, em si mesmo mais ridículo do que odioso, com que levemente se pretende profanar a memória do Fundador da República Brasileira, mascarando por uma imitação empírica e servil a verdadeira filiação histórica de nossa nacionalidade, acabam de romper fatalmente com o firme propósito de que há muito havíamos formado, no intuito de manter um silêncio sistematicamente convencionado em face de todas as veleidades oriundas de nossa verbiagem inconsciente, preposta a uma politicagem indecente e corruptora.

"Patriotas como os que mais o são, sentindo entristecidas as dificuldades de todas as naturezas que se antolham ante o magno problema da reorganização da Pátria, fazíamos o possível para evitar intervenções que pudessem dar pasto às declarações caluniosas e hipócritas de nossos gratuitos desafetos.

"Certos, finalmente, de que a imutabilidade filosoficamente constatada da evolução humana não comporta o capricho e as manchas de nenhuma individualidade, quaisquer que sejam as paixões dominantes, esperávamos, na triste expectativa dos momentos angustiosos, que a marcha irrevogável dos nossos destinos determinasse uma ordem mais digna e mais adstrita à superioridade moral de nossa raça.

"Nessa situação encontrou-nos o projeto com que hoje se pretende esmagar as aspirações unânimes das pátrias brasileiras, colocando-nos em uma posição equívoca e desgraçadamente ridícula perante o mundo.

"Aqueles que compreendem a significação exata do que a linguagem humana exprime pelo vocábulo -Dever-; aos que sabem medir a grandeza moral do objeto amado; finalmente, aqueles que conhecem o culto da extremada veneração que dedicamos à memória de Benjamin Constant, o único homem de estado brasileiro que soube honrar dignamente a sua pátria (*sic*), a partir do eminente José Bonifácio, a esses não parecerá estranhável a nossa atitude perante os conflitos possíveis a que pode dar lugar o desvairamento daqueles que desde já responsabilizamos por todas as conseqüências deste ato de degradação moral.

"Assim, pois, unanimemente solidários, como em todos os momentos decisivos, certos de que defendemos os altos interesses humanos, repelindo energicamente

a extrema ousadia de paixões desenfreadas, tendo de nosso lado, secundando-nos no cumprimento de nosso dever, a atitude passiva, porém francamente simpática da elite da população brasileira, vimos em linguagem de gente que desconhece e odeia os subterfúgios das tricas parlamentares e as sutilezas peculiares aos flexíveis políticos desonestos, motivar a atitude que a nossa dignidade nos impõe.

"Em primeiro lugar, protestamos corajosamente contra o caráter leviano e altamente criminoso desse projeto, que ameaça esfacelar a pátria, decompondo-a em dois campos rivais, e quiçá fomentando conflitos materiais insuperáveis, no momento mesmo que é estrito dever de todo cidadão honesto afastar os mais simples embaraços que possam complicar a nossa situação intelectual e socialmente revolucionária.

"Absolutamente injustificável, ostensivamente retrógrado e anárquico ao mesmo tempo, esse projeto e seus autores merecem a repulsa de nossos sentimentos e a suprema condenação de nossos pensamentos.

"Em segundo lugar, o nosso modo de encarar a instituição normal da bandeira de uma nacionalidade não nos permite reconhecer competência em quem quer arrogar-se o direito de fazer invenções a seu talante.

"Assembléia ou chefe de Governo não tem absolutamente atribuições neste sentido. Em cada época, a bandeira resume as aspirações triunfantes, e surge naturalmente com a revolução que impôs o ascendente legal delas. É por isso que a nossa bandeira só podia ser normalmente instituída, como felizmente o foi, pelo chefe eminente da revolução de 15 de novembro.

"Por outro lado, é simplesmente monstruoso arrogarem ao símbolo da Re-

pública o grande defeito de conter em sua divisa as aspirações daquilo que a bacharelize desastrada chama de seita. Esse mesmo motivo procederia, aliás, para repelir a própria República, pelo fato de também ter sido fundada pelo mesmo cidadão que de há muito fazia alarde de seus sentimentos positivistas. Mas se compreende a natureza hipotética dessa suposição, que de nenhum modo conviria aos membros desse mesmo Congresso que fez a apoteose de Benjamin Constant, proclamando-o Fundador da República Brasileira e modelo de virtudes aos seus futuros presidentes. Dada a natureza positivista das aspirações do eminente brasileiro, que outra orientação poderia ele dar à política republicana de nossa pátria? A qualquer homem honesto pode, pois, admirar que o nosso mestre inscrevesse na bandeira que ele nos legou a divisa que de fato correspondia à plenitude de seus sentimentos patrióticos? Ou esperavam que Benjamin Constant tivesse a conduta de qualquer ambicioso vulgar, aceitando a definição de Talleyrand sobre a significação dos vocábulos?

"Tudo isso não pode ser reputado coisa séria, e se a parlamentarice de nossos charlatões políticos não nos fosse bastante conhecida, seria o caso de termos um pouco mais de consideração, visto tratar-se então de um caso constatado de patologia cerebral.

"A bandeira republicana pode, pois, abrigar em sua sombra protetora todos os brasileiros honestos; ela pode, pois, constituir-se o centro de convergência de todos os brasileiros que sabem ser dignos, venerando a memória de seus maiores compatriotas. Ela não pode, sim, abrigar paixões pouco dignas, porque sintetiza a grandeza moral de um homem a cujo rasgo de civismo devemos o acontecimento político

que mais honra nossa Pátria; ela não pode também abrigar aqueles que abusam da falsa e dinheiros à posição que devem ao esforço social e à condescendência habitual de Benjamin Constant para desrespeitar indignamente a sua memória.

"Agora, se por uma dessas aberrações morais a que desgraçadamente a humanidade está sujeita, esse projeto merecer a sanção legal de todos os nossos poderes constituídos, a bandeira republicana que possuímos, feita e mimo das filhas do nosso mestre, ficará sendo o estandarte de nossa Escola, e guardá-la-emos religiosamente até que dias mais felizes nos permitam colocá-la sob a guarda de um Governo honesto, que tenha em si mesmo o impulso bastante nobre para saber amar a memória sagrada do Fundador de nossa República, não permitindo jamais os insultos que vão se tornando habituais.

"Eis aí às claras, cumprindo o nosso dever, satisfeita a nossa indignação, e esclarecidos os nossos desígnios" (apud Lemos, 1894, p.33-36).

De outro modo, manifestou-se ainda a Escola Superior de Guerra. O governador da Paraíba, dr. Álvaro Machado, pôs-se a favor do projeto. Os alunos, então, sob a presidência do dr. Gomes de Castro, dirigiram ao governante o telegrama: "Pêsames vossa conduta questão bandeira. Degenerado discípulo Benjamin Constant, sempre subserviente aos poderosos! Assinados: Villeroy, Gomes de Castro, Guabiru, Meira, Nogueira, Alberto Peixoto" (ibid., p.32).

O Clube Republicano do Rio Grande do Sul, em documento de 16 de setembro de 1892, com 36 assinaturas, emitiu também o seu protesto:

"Nós, rio-grandenses abaixo-assinados, vimos apresentar ao povo brasileiro e aos po-

deres governamentais a manifestação dos nossos sentimentos e das nossas idéias em relação ao magno assunto que se debate agora em todo o País, isto é, o projeto apresentado por um deputado ao Congresso Federal e que tem por fim a reforma do bandeira da República.

"Para todos aqueles que procuram compenetrar-se do mais puro republicanismo e do real sentimento da Pátria, é certamente doloroso que tenham de rebater, de momento a momento, golpes cruéis atirados às instituições mais patrióticas, mais úteis e, finalmente, mais sociáveis, que se estabeleceram sob as primeiras e melhores inspirações do governo republicano; mas ainda mais revoltam-se as nossas almas quando esses sacrílegos golpes brutalmente dirigidos por homens que, se dizendo, só hoje, republicanos, procuram as primeiras funções públicas, para, afinal, iludindo os deveres pátrios, mostrando-se assim incapazes de merecer o título de cidadãos, tentarem por todos os meios demolir o que há de mais são, belo e sagrado no grandiosa obra da transformação política da Pátria Brasileira.

"Entretanto, se todos os antigos republicanos que ocupam as posições oficiais tomassem resolutamente a atitude que os deveres republicanos e as exigentes aspirações destes lhes impõem, se o chefe supremo da nação compreendesse que ele é o mais responsável dos cidadãos, e, deixando o seu procedimento dúbio e incorreto, afirmasse clara e terminantemente as suas opiniões a respeito dessas graves questões ultimamente levantadas sobre as nossas instituições, com certeza essas aves daninhas da República, não ousariam estender as suas aguçadas garras sobre as criações esplêndidas da revolução. Não intimidada, contudo, aos verdadeiros republicanos esse desejo, aliás, pueril e impatriótico, de reformismo

retrógrado que anima atualmente alguns retardatários da república e esses renegados dos princípios e das ações brilhantes aceitas e efetuadas pelo incomparável movimento de 15 de novembro de 1889. Nós, apesar de tudo, a despeito dessas vontades desagradadas, anti-republicanas, e contrárias à ordem e ao progresso das sociedades, estaremos sempre em guarda, prontos a profligar energicamente e a combater por todos os meios de que dispusermos e que forem compatíveis com a dignidade de cidadãos, todos os atos, quer dos poderes públicos, quer de outras corporações, quer individuais que tenham por fim atacar as instituições já consagradas pela opinião esclarecida e pelo bom senso popular.

"Entre essas consideramos dignas do maior respeito, da mais intemorata defesa, a que estabeleceu a completa liberdade espiritual, o decreto que determina os grandes dias de festa nacional e de confraternização humana, e o que apresentou a bandeira do República dos Estados Unidos do Brasil, a mais bela e mais significativa que tenha concretizado todas as tradições gloriosas de um povo, todas as circunstâncias de sua existência própria, e as suas brilhantes aspirações de futuro. Ela sintetiza, assim, por meio dos emblemas históricos, da representação dos seres celestes que mais emocionam, especialmente a alma brasileira e mesmo a americana, a desejada fraternidade universal, pelo ascendente do civismo, expresso na legenda que nenhum digno republicano poderá rejeitar sem dar uma prova de que não deseja a paz e a liberdade indispensáveis tanto ao governo como à sociedade.

"Essa esplêndida legenda - Ordem e Progresso -, a constelação do Cruzeiro com as outras estrelas, formam o símbolo do passado, do presente e do futuro da Confederação Brasileira; a constelação e o conjunto

dos astros que a circundam relembram continuamente a imagem do céu do Brasil, que desde os primeiros momentos da sua descoberta pelos nossos antepassados portugueses, até hoje, tem inspirado todas as imaginações poéticas, e concretizam o sentimento pátrio; a divisa indica verdadeira política moderna, sob a inspiração da qual o venerando e grande cidadão Benjamin Constant fundou, irrevogavelmente, a República no Brasil.

"Por todas essas considerações e pelas nossas convicções firmes e ardentes, nós, rio-grandenses republicanos, obedecendo às inspirações dos melhores sentimentos sociais e pela sagrada memória de Benjamin Constant, o egrégio Fundador da República, declaramos resolutamente que para nós também é irrevogável o decreto com que o grande cidadão criou a sacrossanta bandeira nacional.

"Finalmente, tornaremos desde já responsáveis perante a República aqueles que tentarem qualquer ataque contra essa sublime criação, que ainda constitui atualmente a única epopéia, o único monumento digno da heróica revolução que, tão-somente, comemorou eminentemente a enorme crise francesa que iniciou a regeneração total do sociedade humana.

"Ordem e Progresso" (apud Lemos, 1894, p.37-39).

Enquanto isso, o projeto fazia seu caminho na área parlamentar: chegou a passar em terceira discussão no Senado e devia ser enviado à Câmara dos Deputados. Em dado momento pareceu vencedor, a ponto de Miguel Lemos escrever:

"Conservada, essa bandeira lembrará sempre os intuítos e os serviços daquele que fundou a República; banida, ela ficará, sob a guarda dos que não descreem do futuro, como um protesto contra a degene-

ração da obra do egrégio patriota e como um resumo do programa representado pelas elevadas e cívicas inspirações que o impelião a transformar, com o auxílio de um general prestigioso, uma sedição militar iminente em uma revolução republicana; ela voltará quando o espírito de Benjamin Constant voltar a presidir os destinos da República" (Lemos, 1894, p. 14).

Mas também dentro do Congresso a idéia teve fortes opositores, inclusive com atos de certa violência. Um deputado quebrou a socos um quadro, emoldurado, representando as modificações preconizadas, exposto no salão da Câmara (De Roure, 1907, p. 5).

Pouco a pouco, a oposição foi ganhando terreno. Quando Valadão propôs à Câmara que a Mesa se encarregasse, durante as férias, de obter de todas as Municipalidades e Assembléias de Estados do Brasil sua opinião sobre a mudança da bandeira, a proposta nem chegou a ser incluída na ordem-do-dia.

Nas sessões de 16, 17 e 24 de setembro foi formalmente atacado pelo deputado Beviláqua.

Enviado à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, de lá nunca mais retornou.

O projeto de Oliveira Valadão guardará seu significado histórico por ter sido o primeiro, numa época de insegurança e de polêmica a se dirigir ao lugar certo: o Congresso, e na linguagem formal e respeitosa própria da sede. Foi o primeiro a auscultar a opinião pública sobre o nosso pavilhão. Especialmente, serviu para mostrar que, ainda naqueles dias conturbados, tão próximos ao vexame que os positivistas causavam, o povo, embora católico, adotou espontaneamente o pavilhão idealizado em meio ao que se dizia seita religiosa contrária ao cristianismo.

Projeto de Celso de Souza

Com o número 50, apareceu em julho de 1905 o projeto do deputado Celso de Souza, subscrito ainda por Carneiro de Resende, Carlos Ottoni, Valois de Castro e Leite Ribeiro.

Deixando intatos o retângulo e o losango, propunha a reprodução do Cruzeiro do Sul, circunscrito por dois círculos concêntricos, dentro dos quais apareciam as estrelas regulares e representativas dos Estados, tudo em fundo azul (Anais da Câmara, 1905, v. 3, p. 123; ilustração a cores em De Roure, 1907, p. 6).

Como se vê, a tônica era derrubar o "céu" e apagar a divisa positivista.

Nunca teve parecer de nenhuma das Comissões da Câmara.

Primeiro Projeto de Eurico de Goes

Sem grandes repercussões em meio ao povo e sem muitas discussões em plenário parlamentar, o projeto de Celso de Souza suscitou o livro de Eurico de Goes *Os Símbolos Nacionais*, publicado em 1908, e no qual se expõe, além de muitas críticas ao pavilhão republicano, um novo projeto de bandeira, que chamamos aqui de 1^a Projeto de Eurico de Goes, para diferenciar de um outro do mesmo estudioso, que surgirá em 1933.

Sobre retângulo verde e losango amarelo inscrito, assenta uma grande estrela de prata, de cinco pontas (simbolizando o Brasil-República), no centro da qual se vê um anel azul circulado por 21 estrelas de prata (indicando o Brasil-Império), e dentro deste, uma esfera armilar de ouro (presença do Brasil-Reino), sobreposta à cruz vermelha da Ordem de Cristo (recordação do Brasil-Colônia) (Goes, 1908, p.80-81).

Do ponto de vista histórico, este foi o único projeto de verdadeiro mérito, o único inspirado numa orientação sensata, baseado num estudo aprofundado e consciencioso do matéria.

Do ponto de vista estético não pareceu satisfatório a muita gente, além do que, e principalmente, desfigurava a fisionomia central da bandeira com a qual o povo já estava familiarizado.

Projeto de Coelho Rodrigues

É de 1906 e tomou o número 43. Apresentado no Senado pelos parlamentares Coelho Rodrigues, barão de Ladário, Francisco Machado, Leandro Maciel, Almeida Barreto.

Texto: "Até o dia 12 de outubro próximo vindouro, o Poder Executivo fará eliminar da Bandeira Nacional, do *Diário Oficial* e dos atos e edifícios públicos, onde esteja inscrita, a divisa *Ordem e Progresso*, adotada por ocasião da aliança do Governo Provisório com a religião de Augusto Comte. Nas moedas, a mesma divisa será substituída pela seguinte: *Lei e Liberdade*".

Não há referência nenhuma nos *Anais do Senado*, de 1906. As informações acima foram colhidas no artigo de De Roure.

Projeto De Wenceslau Escobar

Foi apresentado à Câmara, sob o número 77, datado de 8 de junho de 1908, tendo como autor o deputado Wenceslau Escobar.

Texto: "Art. 1^o - Fica suprimida da bandeira nacional a zona branca com a legenda - Ordem e Progresso. Art. 2^o - Revogam-se, etc." (Anais da Câmara, 1908, v. 2, p.161).

Justificando o projeto, disse Escobar, da tribuna da Câmara: não são só as cores verde e amarelo que recordam as nossas lutas.... etc. como diz o decreto. Não! São também o escudo, a esfera armilar, etc. Por isso, deviam ter tirado apenas a coroa e colocado o barrete frígio, clássico emblema da República. Para não operar reforma radical, continua o deputado, proponho só a supressão da zona branca com a inscrição *Ordem e Progresso*. "Por essa forma, a Nação, e principalmente a força armada, não terá a guardar um estandarte com a divisa de uma seita" (Anais da Câmara, sessão de 08.06.1908).

Este foi o único projeto parlamentar que teve as honras de um parecer, apre-

sentado, na sessão de 19.11.1908 (quando se iniciava a primeira comemoração anual da bandeira em todo o País), pelo deputado Germano Hassiocher e subscrito também pelos seus colegas de Comissão de Constituição e Justiça, Frederico Borges, Luis Domingues, Henriques Borges, Álvaro de Carvalho e Pedro Viana. O parecer, elaborado para desagravo à bandeira, constitui dissertação filosófica para demonstrar que a divisa *Ordem e Progresso* não é um lema positivista, terminando por opinar pelo arquivamento do projeto (Anais da Câmara, 1908, v.12, p.20). No mesmo dia, no Senado, Lauro Sodré também pronunciou inflamado discurso de desagravo: uma revolução a criou, só outra revolução a mudará.

Manuel Miranda, velho abolicionista e republicano, em entrevista, recordava em 1933 o que foram aqueles idos de 1908, quando o povo reagiu ao novo projeto de reforma, da parte de Escobar: "Tenho ainda bem na memória como o País todo se moveu contra essa tentativa, manifestando-se por todos os seus órgãos de representação, notadamente por meio de afirmações categóricas das classes armadas. A Câmara, coletividade legislativa que mais formalmente representava o povo, incorporou-se a reação. O deputado Germano Hasslocher lavrou, então, um parecer, como membro da Comissão de Legislação e Justiça, fulminando o projeto. E este parecer foi aprovado em plenário memorável, não por votação, mas por aclamação!" (O Globo, Rio de Janeiro, 10.04.1933).

Nem mesmo Eurico de Goes gostou do modelo: "O projeto de Wenceslau Escobar [...] ao meu ver, não resolve a questão, porque conserva um céu que jamais foi e será céu, e porque continua a apresentar uma imagem falsa e inconveniente da Pátria brasileira" (Goes, 1908, p.12).

Projeto de Solano Carneiro da Cunha

Em 1933, época de nova Assembleia Constituinte, surgiram outros projetos de reforma da bandeira. O primeiro deles é de autoria de Solano Carneiro da Cunha, e foi apresentado à subcomissão encarregada do assunto.

Texto: "Art. 1º - Fica adotada a bandeira nacional instituída pelo decreto de 19 de novembro de 1889, com as seguintes alterações: - a) substituição do carta astronômica por uma orla estrelada na parte interna do globo azul e em toda a sua circunferência, com tantas estrelas quantos são os Estados que compõem a União; b) uma estrela no centro do globo, como símbolo da capital do Brasil; e c) os ângulos do quadrilátero romboidal tocarão os lados do retângulo verde. Parágrafo único - A bandeira comercial será a mesma de que trato este artigo, mas sem estrelas dentro do globo azul" (apud *A Nação*, 09.04.1933, onde se encontra também a ilustração da bandeira projetada, em preto e branco).

2º Projeto de Eurico de Goes

Eurico de Goes aproveitou o ensejo em que o assunto da bandeira era ventilado na subcomissão de Anteprojeto Constitucional, para apresentar novo esquema de reforma do nosso pavilhão.

Era assim constituído: retângulo verde e losango amarelo; no centro: a cruz, vermelha, aberta em branco; dentro dela, a bola azul, com as estrelas nas margens, circundando o Cruzeiro.

Em relação ao seu primeiro projeto, novidade era a exclusão da esfera e da estrela grande, e a presença do Cruzeiro do Sul. Explicou Eurico que o Cruzeiro não podia ser tirado, pois já pertencia à alma do povo e "recordaria, ainda, a interferência dos nossos irmãos positivistas, reincorporados, dessa maneira, no sentimento uno e coletivo da Pátria" (Goes, 1935, p. 132-133).

Foi apresentado oficialmente à subcomissão por Góis Monteiro. O autor do projeto ofereceu-se a vir, de São Paulo, ao Rio, por própria conta e sem remuneração, para auxiliar a Comissão, o que foi aceito (ibid., p. 59-60). Compareceu, realmente, a 27 de abril, e expôs as suas idéias. Veio armado de quatro grandes mapas celestes: dois estrangeiros -(Schurig e Hickmann) e dois nacionais (Cruls e coronel Primio) (ibid., p. 102).

Durante sua palestra, houve discussões com dois jovens acadêmicos -Nelson Nogueira e Nei Palmeira -que defendiam a manutenção da bandeira de 89. Houve verdadeiras cenas de comicidade, comentadas pelos jornais no dia seguinte (ibid., p. 74, 79-80, 99).

○ Projeto de Luís Sucupira

Foi também apresentado à Comissão o Projeto número 240, de Luís Sucupira, inspirado, diz o autor, em Eurico de Goes.

Indicava: retângulo e losango, como a bandeira de Teixeira Mendes; "estrela branca de cinco raios, na qual se inscreve uma orla azul celeste, com tantas estrelas brancas quantos são os Estados do Brasil, e, por fim, adaptadas, entre a orla, a esfera armilar de D. João VI e a cruz de Cristo" (apud Goes, 1935, p.144).

Projeto Mansueto Bernardi

Mansueto Bernardi, diretor da Casa da Moeda, pelejou em prol da mudança do escudo e da bandeira nacionais. Escreveu o livro "Bandeira Nacional e Bandeiras Estaduais". Dirigiu-se por carta a Eurico de Goes, incentivando-o a continuar na batalha, sugerindo enviar o seu pronunciamento à Comissão de Anteprojeto Constitucional. Terminou por apresentar, ele próprio, à Comissão um projeto de reforma.

Seu esquema era original: uma moeda de tostão orlada de prata, no campo do losango de ouro da bandeira. A idéia do "tostão" parece ter sido de Eannes de Souza.

O projeto pecava contra toda a nossa história e tradição bandeirológica. Cometeria também o erro de colocar metal sobre metal - a prata da orla da moeda sobre o ouro do losango.

Não teria deixado de ser uma lembrança da tese que interpreta os besantes da bandeira de D. Afonso Henriques, como símbolo do poder da nova nacionalidade em cunhar moedas.

Por ironia da história, o Cruzeiro que queriam abolir permaneceu na bandeira em suas significações maiores, e, desde 1942, está a representar, de quebra, a moeda oficial do País.

A Subcomissão e os Projetos

Em 1933, foi dirigida ao chefe do Governo Provisório uma representação escrita, de milhares e milhares de senhoras, de vários Estados do Brasil, pedindo, a bem da generalidade da crença do povo brasileiro e de motivos sentimentais e constitucionais, a imprescindível reforma do bandeira nacional.

O Governo atendeu, nomeando uma subcomissão de Anteprojeto Constitucional para estudar a matéria. Eram seus membros, entre outros, Afrânio de Melo Franco, Temístocles Cavalcanti, Góis Monteiro, Agenor de Roure, João Mangabeira, Castro Nunes, Otto Prazeres, Carlos Maximiliano, Solano Carneiro da Cunha (Goes, 1935, p. 60, 62, 69, 71).

Quem teve por primeiro a idéia de apresentar projeto de reforma foi Solano Carneiro da Cunha, que, depois, pela celeuma levantada, recuou, tendo então o general Góis Monteiro assumido a liderança e com tal vigor que passou a ser considerado como primeiro a introduzir o assunto (O Globo, Rio

de Janeiro, 07.04.1933). Nas palavras de Eurico de Goes, o General "se tomou, nos tempos que transcorrem, o mais galhardo, o mais eficiente e o mais brilhante paladino da recomposição da malograda e combatida bandeira a nós imposta" (Goes, 1935, p. 18).

Apesar do bombardeio de críticas e projetos, os membros da Comissão, em geral, sustentaram o princípio da manutenção da bandeira. João Mangabeira, na sessão de 27 de abril de 1933: "A Bandeira é o símbolo do povo, da tradição e traduz o sentimento brasileiro. Não importa que o lema seja sectário. Ele representa hoje a tradição da República. Fiquemos, pois, com a tradição" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 28.04.1933; Goes, 1935, p.69).

O comentário de Agenor de Roure foi mais longo:

"As bandeiras, como símbolos das Nações, deviam resultar apenas de combinação de cores, como são as da maioria dos países mais civilizados. As cores, por si só, caracterizam a nacionalidade. Em qualquer ponto do Globo Terrestre, um brasileiro que reunisse dois pedaços de pano verde e amarelo teria denunciado logo a nacionalidade. Nem seria preciso que houvesse losango amarelo em campo verde.

"Por isso mesmo que a bandeira deve ser imutável, há erro sempre que se procura torná-la também símbolo de formas de governo monárquico ou republicano: deve representar a Nação, sob qualquer regime político. [...]

"Mudar a bandeira é renegar o passado, é abolir a história. *Modificá-la*, como consequência da mudança da forma de governo, torna-se necessidade sempre que ao *símbolo nacional* se alia o símbolo do regime político. Não é o nosso caso atual. Tivemos, em 1890 (*sic*), o bom senso de não

nos separarmos da tradição, por termos abandonado o governo monárquico: conservamos as cores verde e amarela, que recordam a Independência e a fundação do Império ou da Pátria Brasileira; e conservamos a disposição dessas cores em quadrilátero verde com o losango amarelo. Devíamos ter parado aí, suprimindo o que havia de complicado na nossa bandeira. Não o fizemos; e, ao contrário, aumentamos a complicação, tornando-a de difícil confecção e criando a única bandeira *que tem avesso*, porque tem o lema - *Ordem e Progresso*.

"Temos, pois, desde 1822, errado sempre. Fizemos a primeira bandeira com o símbolo da nacionalidade, isto é, com as cores verde da primavera e amarelo do ouro, conforme o decreto de 18 de setembro, logo após a Independência. Sobre esse símbolo nacional, por si só suficiente como representação da Pátria, pusemos vários outros: o café e o fumo, a esfera armilar, a cruz, a coroa imperial e as estrelas. Símbolos sobre símbolos, tornando o pavilhão brasileiro de difícil confecção.

"Fizemos a segunda bandeira também com vários símbolos superpostos. Mas, é a nossa bandeira há 43 anos, como a outra foi a da Monarquia por espaço de 68 anos. Bandeira. Bandeira não se muda. Um povo não recomeça a sua existência pelo fato de mudar de regime político. Ao contrário, assenta o seu futuro sobre a base do passado, com todos os seus erros. O da bandeira foi um dos nossos maiores erros, desde 1822, porque, simbolizando a Pátria Brasileira, não devia conter símbolos parciais superpostos, sob o pretexto de melhor caracterizá-la. As cores bastavam...

"Mas, é a nossa bandeira!

"Se, entretanto, a maioria da comissão estiver de acordo em modificá-la, proporei

que a alteração se limite à supressão do lema - *Ordem e Progresso*, que traduz uma linda aspiração universal, mas não tem significação alguma especial em relação ao Brasil. Sou, de qualquer modo, pela conservação do *Cruzeiro*. Já está, que aí fique a lembrar eternamente a Terra de Santa Cruz. O *Cruzeiro* simboliza melhor a Unidade Nacional do que as 21 estrelas. Está no nosso Céu e deve ficar na nossa bandeira..." (De Roure, 1907).

Carlos Maximiliano não era favorável à mudança: "Se entretanto, disse na subcomissão, prevalecer a preliminar contrária ao meu voto, prefiro, como os alemães, voltar ao passado, restaurar a bandeira vitoriosa da Independência e do Império, com a eliminação da coroa" (ibid.).

Temístocles Cavalcanti era do parecer que se devia submeter o assunto a um plebiscito (ibid.).

A subcomissão terminou seus trabalhos aprovando que fosse incluído no anteprojeto um dispositivo sobre a bandeira, nos seguintes termos:

- o verde e o amarelo sejam as cores permanentes da nossa bandeira, podendo ainda ser criada uma bandeira comercial;
- conservação do *Cruzeiro do Sul*; e
- caberá à Assembléia Constituinte determinar a forma específica do pavilhão (Goes, 1935, p.75-76).

Julgando muito vago o documento, o deputado Solano Carneiro da Cunha, perguntou: - Mas, senhor Presidente, como é que fica a bandeira? (apud Goes, 1935, p.76-77).

A Assembléia Constituinte, a 31 de maio de 1934, confirmou *in totum* a bandeira de 1889, que até hoje permanece inalterada, à exceção do acréscimo de mais estrelas para indicar o aparecimento de novos Estados da Federação.

Conclusões da terceira parte

1. A atual bandeira do Brasil foi inspirada em princípios positivistas, mas hoje o grande público não estabelece a ligação.
2. Seu autor principal foi Raimundo Teixeira Mendes, chefe da Igreja Positivista do Brasil. A projeção do céu é do astrônomo Manuel Pereira Reis. O desenho, de Décio Vilares.
3. Foi criada oficialmente por Decreto nº 4 do Governo Provisório do República do Brasil, a 19 de novembro de 1889.
4. Em essência - as cores - conserva o modelo da bandeira imperial.
5. Como novidade, foram introduzidas: a representação do céu, a zona branca e a inscrição *Ordem e Progresso*.
6. O globo azul tenciona substituir a esfera armilar; o Cruzeiro do Sul, a Cruz da Ordem Militar de Cristo; o céu, a orla estelar do pavilhão imperial.
7. A legenda é o resumo da frase de Augusto Comte: "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim".
8. A disposição das estrelas reproduz o aspecto do céu do Rio de Janeiro na manhã da Proclamação da República.
9. Entre as constelações, destaca-se a do Cruzeiro do Sul.
10. Das figuras geométricas, a mais característica é o losango, que não recebeu interpretação oficiosa de Teixeira Mendes, mas que pode ser considerado lembrança do papel exercido pela Mulher na vida e no pensamento do fundador do positivismo.
11. A zona branca é dita explicitamente símbolo do zodíaco, e, particularmente, da eclíptica. Pode ter também outros significados, especialmente o do rio Amazonas.
12. A legenda *Ordem e Progresso* despertou forte reação por sua origem positivista.
13. Sem negar-lhe inspiração positivista, devemos reconhecer que o dístico está carregado de ensinamentos para os brasileiros de todos os tempos e de permanente atualidade para qualquer cultura.
14. O simbolismo do céu, como momento exato da Proclamação da República, reata o Brasil à corrente cultural mais antiga da história bandeirológica, aquela que inspira eternizar em emblemas os momentos vitoriosos do grupo.
15. As estrelas, em si, ligam-nos também a costume dos mais antigos.

16. A simbologia Estrela-Estado veio-nos dos Estados Unidos da América, e já fora aproveitada pela bandeira imperial.
17. A estrela Espiga, além de significar o Estado do Pará, indica oficiosamente que o Brasil possui territórios que se estendem de um a outro hemisfério. Pode ser interpretada também como nova presença da Mulher e da Virgem-Mãe - a cultuada por Comte e a dos católicos.
18. O Sigma do Oitante é símbolo do Distrito Federal: assim como as estrelas circumpolares giram em redor do Sigma do Oitante, assim também os Estados agem politicamente em volta do Distrito Federal.
19. O Cruzeiro do Sul detém vários simbolismos: a situação geográfica do Rio de Janeiro; os nomes primitivos do Brasil; a hora aproximada da Proclamação da República; a separação da Igreja do Estado; a Cruz da Ordem Militar de Cristo e a da de Aviz; o hemisfério sul; as quinas portuguesas.
20. O verde e o amarelo, além de seus significados históricos, indicam nossa riqueza viva e mineral.
21. Segundo Teixeira Mendes, o verde simboliza ainda nossa filiação à França, porque foi a cor que inaugurou a Revolução Francesa.
22. Indica ainda o verde nossa inserção dentro dos delineamentos essenciais da cultura universal através da permanente inclinação do gênero humano para esta cor.
23. O azul e o branco ligam-nos a Portugal e repõem a época do Brasil-Colonial.
24. O azul representa nossa posição espiritualista no contexto da civilização cristã-ocidental.
25. O branco, nossos anseios e nossa tradição de paz.
26. O projeto de Teixeira Mendes provocou grande clamor em diversas áreas do povo brasileiro, cujo consciência católica se viu ofendida diante de um pavilhão dito sectário.
27. Das vozes contrárias, no campo privado, destacaram-se os estudos de Eduardo Prado e Eurico de Goes.
28. A Igreja reagiu também, mas terminou assimilando a nova insígnia.
29. No exterior, os embaixadores muitas vezes tiveram que ouvir críticas e motejos contra aspectos externos de nossa bandeira.
30. As objeções principais contra o modelo foram as seguintes: desprezo da tradição; erros de astronomia; caráter positivista da legenda; o Cruzeiro do Sul como lembrança dos primitivos nomes do Brasil e como substituto da Cruz; algumas simbologias sem fundamento; inobservâncias e heráldicas; falhas na aplicação do Decreto nº 4.
31. Para os adversários do projeto, o desprezo da tradição era manifesto na exclusão da esfera armilar e da Cruz da Ordem Militar de Cristo. Ao que se responde: os dois símbolos foram apenas substituídos pelo globo e pelo Cruzeiro, respectivamente.
32. A crítica contra o "céu" da bandeira seria válida, se a intenção dos criadores do projeto tivesse sido dar-nos uma carta astronômica científica; mas o propósito não foi este, e sim apresentar-nos um céu estilizado, sujeito a algumas das simbologias preconizadas.
33. À objeção de que a legenda é positivista, responde-se: critiquemos, aceitando ou rejeitando o valor do binômio, independente de sua origem. O fato de se aceitar a legenda não indica que aceitamos toda a doutrina de Comte.
34. Sobre a crítica ao Cruzeiro do Sul: mesmo que os descobridores portugueses não tenham observado a constelação em nosso céu, hoje ela lembra os primitivos nomes do Brasil. Segundo: sem concordar que a *Cruz de Cristo* fosse, no Brasil, sinal de divergência, devemos dizer ainda que a Cruz em questão era a da

Ordem Militar de Cristo, prenhe de conotações políticas, embora Teixeira Mendes a considerasse em seu contexto religioso. O Cruzeiro foi, então, feliz alternativa. Hoje ele é o signo da nacionalidade.

35. A objeção de que o azul e branco não são as cores originais de Portugal não se sustenta, perante a farta documentação da tese.
36. Sem entrar no mérito das críticas no campo da heráldica, responde-se que Teixeira Mendes não

quis adstringir o modelo aos rigores da ciência dos brasões.

37. A indicação de algumas falhas na aplicação do decreto é válida.
38. Foram apresentados ao Congresso Nacional vários projetos de reforma da nossa bandeira, principalmente no período de 1889 a 1908, e em 1933, durante a Assembléia Constituinte. Foram estudados, considerados, mas terminou vingando a idéia da manutenção *in totum* do pavilhão de 89.



A Bandeira do Brasil,
Resumo e Exaltação de História
e Cultura Humana

Síntese

Na primeira parte deste livro procuramos traçar o perfil da bandeira como tal, tentando penetrar fundo em seu conceito. Foi instrumento para isso o estudo da história da bandeira em suas origens mais remotas, quando passamos em resenha o que houve no assunto nas civilizações do Egito e da Mesopotâmia, da China, da Pérsia e dos Povos Bíblicos, da Grécia e de Roma. Damos um salto qualitativamente novo, assimilando as contribuições medievais do cristianismo, da barbárie e do islamismo para o desenvolvimento da bandeira. Acompanhamos os fatos modernos da Revolução Francesa, da Independência dos Estados Unidos, da Commonwealth e das Revoluções russa e chinesa. Observamos o que ocorreu nos países latino-americanos e contemporaneamente no Oriente Médio. Para melhor compreender o conceito de bandeira, estudamos a etimologia do nome, seus vários sinônimos e a sua essência. Encontramos a bandeira como símbolo de um grupo étnico e, prevalentemente, da Pátria. Abeeramos-nos das finalidades cumpridas pela bandeira através dos séculos: companheira de caça e festas, baliza de guerra, veículo de comunicação, fator de paz.

Na segunda parte, trabalhamos sobre as chamadas Bandeiras Históricas Luso-Brasileiras, traçando-lhes o contexto histórico, a descrição analítica e a significação cultural. Portugal nos apareceu em toda a sua aventura interna e ultramarina, gerador de povos em cinco continentes. Vimos surgir as primeiras insígnias exclusivas do Brasil, numa marcha lenta e natural para o pavilhão definitivo que criamos em 89.

Em todo o desenrolar das duas primeiras partes, fomos tendo sempre presente a atual bandeira do Brasil. Mas a ela dedicamos em especial a terceira parte, apresentando aqueles mesmos três itens - contexto, descri-

ção e significação - e acrescentando mais dois específicos - críticas e projetos de reforma.

Percebemos durante o trabalho que a história da bandeira é história da humanidade, porque, de fato, colhe, em cada época, a essência cultural vigente em cada época aqui ou acolá. Observamos também como algumas tendências culturais vêm influenciando a história, a representação gráfica e a significação da bandeira em cada país.

Precisaríamos então saber quais destas tendências estão presentes na atual bandeira do Brasil, que elementos fundamentais da história e da cultura humana ela encerra e consagra. É o que procuraremos fazer nesta síntese.

Nossos olhos voltam-se para a bandeira, e verificam que diante de suas cores e de seus emblemas desfilam sinteticamente padrões histórico-culturais estudados analiticamente no itinerário do livro.

O Verde

O verde de nosso pavilhão traz-nos à memória o primeiro objeto que funcionou como bandeira; os ramos arrancados às árvores por um grupo de primitivos em instantes de espontânea alegria. O fenômeno teria ocorrido pela primeira vez entre os egípcios, mas foi constante em outros povos da antiguidade. Na Mesopotâmia havia até o culto à Árvore Sagrada. Segundo a Bíblia, é sob a Árvore da Vida que se inicia a história da humanidade. Mesmo em Roma, o termo *manípulo* faz-nos fotografar, distantes no tempo e no espaço, soldados portando feixes de folhas verdes amarrados em suas lanças.

Entre os muçulmanos, em meio às disputas das várias dinastias pela herança espiritual e política do Profeta, venceu o verde dos Fatímidas, que se oficializou como cor do Islão.

Os lusos nascem sob o signo do verde, pois esta foi a cor do dragão desenhado no estandarte de Viriato. Posteriormente o mesmo esmalte voltará nas bandeiras de D. João I, de Nuno Álvares, dos Revolucionários de 1640 e de D. Pedro II Imperador.

No Brasil, especialmente, além de seus significados históricos, o verde nos lembra o estandarte dos Bandeirantes, a nossa filiação com a França, a juvenildade do País e o imenso mar, literariamente verde na pena de José de Alencar.

O Amarelo

Além de seus significados históricos, especialmente a lembrança dos castelos do pavilhão luso, por sua vez ligado à Casa de Castela, e da Casa de Lorena, a que pertencia D. Leopoldina, esposa do Proclamador

de nossa Independência, o amarelo representa nossa riqueza mineral, e, nesta linha, a aventura de nossos Bandeirantes em busca do ouro.

Por recordar Castela e Lorena, o amarelo é a lembrança de nosso período imperial, única exceção dentro do continente americano, onde os países passaram de Colônia a República.

É poeticamente representação do Sol, o astro que nos garante condições essenciais de sobrevivência.

Em combinação com o verde, irmaniza-nos com os povos africanos, que, na maior parte, escolheram para a bandeira o bicromo auriverde.

O Azul

Juntamente com o branco, leva-nos aos inícios do Condado Portucalense e da nacionalidade lusa.

Homenageia Nossa Senhora, o mais emotivo tema da teologia, e da história do cristianismo, e padroeira de Portugal e do Brasil.

Inserire-nos, ao lado do branco, no esquema bandeirológico latino-americano, onde predomina o bicromo alvo-anil.

O Branco

Traz-nos as filosofias taoísta e sufista sobre Deus como plenitude do ser e do poder, à semelhança do branco, plenitude das cores.

Traduz nossos contínuos desejos e nossa tradição de paz, inserindo-nos oportunamente na nova fase da humanidade que aspira à união planetária, ao ecumenismo religioso e ao respeito pelas diversas opções ideológicas de cada povo.

A Ausência do Vermelho e do Preto

Por contraste, a exclusão do vermelho e do preto confirma a simbologia do branco. Nada há em nossa bandeira que recorde guerras, agressões, ameaças, insegurança; é realmente "pendão idealista, limpo de ódios históricos, de intenções agônicas, de desesperos épicos" (Pedro Calmon).

Assim, está bem próxima da "bandeira" dos primitivos, numa época em que os estandartes só se levantavam para coreografar a caça e festejar os deuses.

As Formas Geométricas

O retângulo, o losango e o círculo prendem-nos à fase do desenvolvimento intelectual e artístico do homem primitivo e das crianças de todos os tempos. De repente, perante estas figuras, como que ressurgem

das cavernas os primeiros seres vivos, demonstrando sua natureza humana no transbordamento externo de imagem interior. Hoje, o homem continua a transformar em desenhos suas imagens interiores; mas agora são figuras mais complicadas, algumas desnecessárias, como as armas; outras, úteis, como o desígnio de avião, carro, nave espacial, instrumentos cirúrgicos, utensílios domésticos, etc. Para que se perpetuasse através dos séculos a ingenuidade dos primitivos, as crianças continuam a desenhar hoje, por primeiro, retângulos, losangos e círculos. Lição antropológica das mais válidas esta, que nos recorda as figuras geométricas da bandeira.

O Losango

O losango, em particular, é a representação da Mulher em sua tarefa de mãe, irmã, esposa e filha. É a presença das mulheres brasileiras que lutaram pela nossa Independência. É o símbolo natural da nova campanha feminista. É recordação, também e de novo, da principal Mulher do cristianismo.

A Esfera

Símbolo antigo do mundo, une-nos diretamente a Portugal através de D.Manuel, sob cujo reinado se descobriu o Brasil. Primeiro emblema que foi dado, em caráter exclusivo, quando a Colônia foi elevada a Principado. Lembra-nos a Roda, da temática budista. Aprofunda nossa consciência planetária. Põe-nos ao lado da ONU que quis ser simbolizada por uma projeção do Universo.

O Céu

A idéia de fazer o céu recordar o instante da vitória republicana liga-nos a corrente cultural muito antiga. O Estandarte de Ur, a Tabuleta de Maquilagem de Narmer, o Marco de Dario, os Castelos de Afonso III, os Nomes de Cidades de Napoleão - todos foram pensados para recordar êxitos bélicos. O Brasil foi mais feliz, porque seu símbolo de vitória sobrepôs-se a um movimento incruento.

Este céu significa ainda toda a nossa formação cultural, na esteira de valores cristão-ocidentais. É aviso aberto e contínuo a todos quantos pretendam levar-nos por caminhos de categorias materialistas, entendendo como tal a negação da presença e da evolução de um princípio interior, diferente da matéria, que nos impulsiona para perfeições cada vez mais ascendentes.

As Estrelas

Símbolo espontâneo, logo catado do céu para estandartes de povos bem antigos. Símbolo atual para os sonhos dos cientistas futurólogos.

Como representação dos Estados, lembra nossa ligação com os Estados Unidos da América, que por primeiro colheu estrelas para simbolizar Unidades da Federação. Mas por outro lado, exalta os republicanos que souberam recriar o simbolismo, "desarranjando" as estrelas uniformes numa "ordem" nova de coisas.

A *Espiga de Virgem* é mais uma vez presença feminina e estímulo à agricultura. Junto com Escorpião, homenageia os que crêem na força dos astros no nosso destino pessoal.

O *Sigma de Oitante* traz de volta o multissecular simbolismo da estrela polar como representação do Poder Central, ao redor do qual giram os outros setores da nacionalidade. É sinal permanente de nossa organização federativa.

Sírio, Canopo e Argo - aviva-nos toda a civilização egípcia, presente em muitas de nossas categorias culturais e científicas. *Argo* em particular é nossa homenagem aos marinheiros portugueses que aqui aportaram e nos fizeram nação. É a presença de nosso mar, agora agigantado com a nova política governamental das "Duzentas Milhas".

O Cruzeiro do Sul

Lembra os primeiros nomes de nossa terra. Indica que a maior parte do Território Nacional encontra-se no hemisfério sul. Na bandeira, é a eterna gratidão do povo brasileiro para com os missionários católicos que nos trouxeram um arcabouço cultural tão forte que unificou nossa nação num só País. Pode ser considerado estilização das Quinas Portuguesas como estas são outro arranjo do Cruzeiro, segundo os termos que apusemos no frontispício do livro. É a recordação da Cruz da Ordem Militar de Cristo que financiou a viagem dos nossos descobridores. É nesta linha, homenagem ao primeiro deles, Pedro Álvares Cabral.

A insistir-se em que representa a separação da Igreja do Estado, teremos aqui o contrário do que normalmente aconteceu na história, quando homens cruéis, após vitórias sangrentas, quiseram acobertar-se sob símbolos religiosos, como a dizer que exerciam a tarefa sangrenta em nome dos deuses. A vitória republicana foi limpa, não precisou de aval religioso, nem por outro lado a religião necessitou comprometer-se com a nova situação para sobreviver.

A Zona Branca

Resumo de um dos capítulos centrais da astronomia solar. Presença do rio Amazonas, como o maior rio do mundo, e como um dos componentes da projetada interligação de bacias fluviais na América do Sul.

A faixa em diagonal indica que a nossa terra proclama diante de todas as nações o postulado aceito de que o exercício do poder não constitui privilégio e decorre de mandato nacional na forma histórica em que se inscreve. A conotação civil do símbolo, usado em escudo de cavaleiros, diferentes da faixa horizontal, representação do soldado, eterniza aqui o lúcido testemunho do desinteresse com que agiram os militares de 1889 na passagem do Império para República.

Ordem e Progresso

Síntese de um sistema filosófico que por algum tempo foi bem aceito em certas áreas da Europa e da América, especialmente no Brasil. Homenageia o que, de reta intenção, quiseram fazer pelo País os grandes expoentes do Positivismo no fim do século: Benjamin Constant, Demétrio Ribeiro, Teixeira Mendes, Miguel Lemos.

Dístico sempre atual, de natureza pacífica e prenhe de dinamismo. Divulga e perpetua uma lição pedagógica, à semelhança dos símbolos gregos.

É uma convocação geral aos brasileiros para a arrancada concreta, e irreversível pelo nosso desenvolvimento. *Ordem* não significa ditadura, significa decisão e visão clara dos problemas, na faixa de uma cultura e na conservação de uma história. *Progresso* não indica riqueza para os indolentes, indica meta ascendente para os insones e valorosos.

Representa o culto que temos pela nossa língua. Um dos três únicos casos no mundo em que o idioma nacional se injeta na estrutura simbólica da pátria, alegrando olhos e ouvidos de brasileiros, especialmente quando no Exterior.

Uma bandeira assim não pode ser considerada como projetada por um só indivíduo. É toda a história da humanidade que contribuiu para que tivéssemos este pavilhão denso de significados e lições. É especialmente "obra coletiva, símbolo perfeito que é da nacionalidade passada, presente e futura" (Polli Coelho).

As pirâmides do Egito são tidas como da autoria deste ou daquele Faraó. Mas pela sua grandeza dificilmente podem ter sido construídas no espaço de uma só vida. O que pode ter ocorrido é que Quéops e outros

tenham apagado os nomes dos antecessores, apossando-se sozinho da glória da empresa. Assim também, a bandeira. Foi produzida remotamente nos florestas do Egito, na realza européia, na corte de Lisboa, nas matas e solo do Brasil, nos abismos do Céu e nos caminhos do Amazonas. Pertence a povos rudes, a reis, a intelectuais, a militares, eclesiásticos e artistas. Cada um está presente com uma fração de participação.

As bandeiras são como as estátuas do poema de Pablo Neruda: "são o que fomos, somos, nós todos, nossa fonte que mirava as ondas, nossa matéria às vezes interrompida, às vezes continuada na pedra semelhante a nós". "Nossas mãos," continua Neruda, golpearão a pedra até lavrá-la, dando-lhe a energia que possa subsistir, sem gastar-se os nomes que não existem, e assim de uma vida a uma morte, amarrados no tempo como uma só mão que ondula, elevamos a torre calcinada que dorme".

Da autoria de todos, a todos pertence a bandeira. Cada brasileiro é detentor de um pedaço da bandeira. É sua união que forma a integridade do pavilhão e da pátria, como simbolicamente pensou Siqueira Campos no conhecido episódio do Forte de Copacabana em 1922: retalhou uma bandeira nacional em 29 frações e as distribuiu aos soldados sublevados.

Cada brasileiro, na intimidade do lar, todo dia, se lembra da grandeza que tem na bandeira. Eduardo Prado, em página crítica, disse que o desenho do céu da bandeira é próprio para ser visto "não na terra, que é imaginada no centro, ou no âmago desse globo, mas fora e muito fora, não só do nosso sistema solar, mas até longe das mais afastadas estrelas e nebulosas". Uma bandeira, portanto, que enfrenta o que de mais abissal se possa imaginar. É uma bandeira, que fotografou por antecipação a imagem que os homens terão quando chegarem aos novos continentes siderais. É "sinal de uma suprema esperança americana içada nos pórticos de um país cósmico" (Pedro Calmon).

Mas haverá também um recanto para o culto coletivo de toda a nação. Em Brasília, na Praça dos Três Poderes, ficará perenemente hasteada uma Bandeira Nacional. Na base do mastro, as palavras:

SOB A GUARDA DO POVO BRASILEIRO, NESTA PRAÇA DOS TRÊS PODERES, A BANDEIRA SEMPRE NO ALTO, A VISÃO PERMANENTE DA PÁTRIA.

Hino à Bandeira

Olavo Bilac

Salve, lindo pendão da esperança,
Salve, símbolo augusto da paz.
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.

Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.

Contemplando o teu vulto sagrado
Compreendemos o nosso dever,
E o Brasil por seus filhos amado,
Poderoso e feliz há de ser.

Sobre a imensa Nação brasileira
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre, sagrada bandeira
Pavilhão da justiça e do amor.

Oração à Bandeira

Olavo Bilac

Bendita sejas, Bandeira do Brasil!

Bendita sejas pela tua beleza! És alegre e triunfal. Quando te estendes e estalas a viração, espalhas sobre nós um canto e um perfume: porque a viração, que te agita, passou pelas nossas florestas, roçou a toalha das nossas cataratas, rolou no fundo dos nossos grotões agrestes, beijou os píncaros das nossas montanhas e de lá trouxe o bulfício e a frescura que entrega ao teu seio carinhoso. És formosa e clara, graciosa e sugestiva. O teu verde da cor da esperança, é a perpétua mocidade da nossa terra e a meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre as nossas praias. O teu ouro, é o sol que nos alimenta e excita, pai das nossas searas e dos nossos sonhos, nume da fartura e do amor; fonte inesgotável de alento e de beleza. O teu azul é o céu que nos abençoa, inundado de soalheiras ofuscantes, de luas mágicas e de enxames de estrelas. E o teu Cruzeiro do Sul é a nossa história: as nossas tradições e a nossa confiança, as nossas saudades e as nossas ambições; viu a terra desconhecida e a terra descoberta, o nascer do povo indeciso, a inquieta alvorada da Pátria, o sofrimento das horas difíceis e o delírio dos dias da vitória; para ele, para o seu fulgor divino, ascenderam, numa escalada ansiosa, quatro séculos de beijos e de preces; e pelos séculos em fora irão para ele a veneração comovida e o culto feiticista das multidões de brasileiros que hão de viver e lutar!

Bendita sejas, pela tua bondade! Cremos em ti; por esta crença, trabalhamos e penamos. À tua sombra, viçam os nossos sertões cavados em vales meigos, riçados em brenhas fecundas, levantados em serras majestosas em que se escondem torvelins de existências e tesouros virgens; fluem as nossas águas virgens e vertentes em que circulam a nossa soberania e o nosso comércio, agora derramados em correntes generosas, agora precipitadas em rebojos esplêndidos, agora remansadas entre selvas e colinas; e sorriem os nossos campos, cheios de lavouras e de gados, cheios de casais modestos, felizes no suado labor e na honrada paz. E sob a tua égide, rumorejam as nossas cidades, colmeias magníficas em que tumultuam ondas de povo e em que se extenuam braços, e se esfalfam corações, e ardem cérebros, e resfolegam fábricas, e estrugem estaleiros e vozeiam mercados, e soletram escolas, e rezam igrejas.

Bendita sejas, pela tua glória! Para que seja maior a tua glória juntam-se na mesma labuta, a enxada e o livro, a espada e o escopro, a espingarda e a trolha, o alvião e a pena. Para o teu regaço piedoso, elevam-se, como uma oblata, os aromas dos jardins e os rolos de fumo das chaminés: e sobe o hino sacro de todas as nossas almas, ressoando o nosso esforço, o nosso pensamento e a nossa dedicação - vozes altas e concertadas em que se casam o ranger dos arados, o chiar dos carros de bois, os silvos das locomotivas, o retumbar das máquinas, o ferver dos engenhos, o clamor dos sinos, o clangor dos clarins dos quartéis, o esfuziar dos ventos, o ramalhar dos matas, o murmurejo dos rios, o regougo do mar, o gorjeio das aves, todas as músicas secretas da natureza, as cantigas inocentes do povo e a serena harmonia criadora das liras dos poetas!

Bendita sejas, pelo teu poder: pela esperança que nos dá; pelo valor que nos inspiras, quando, com os olhos postos em tua imagem batalhamos a boa batalha, na campanha augusta em que estamos empenhados; e pela certeza da nossa vitória que canta e chispa no frêmito e no lampejo das tuas dobras, ao vento e ao sol!

Bendita sejas, pelo teu influxo e pelo teu carinho que inflamarão todas as almas, condensarão numa só força todas as forças dispersas no território imenso, abafarão as invejas e as rivalidades no seio da família brasileira, e clarão coragem aos fracos, tolerância aos fortes, firmeza aos crentes e estímulo aos desanimados! Bendita sejas! E, para todo o sempre, expande-te, desfralda-te, palpita e resplandece como uma grande asa, sobre a definitiva pátria que queremos criar forte e livre: pacífica, mas armada; modesta, mas digna; dadivosa para os estranhos, mas antes de tudo maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lírica, mas escudada de energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de Exército destro e de Marinha aparelhados, para assegurar e defender a nossa honra, a nossa inteligência, o nosso trabalho, a nossa justiça e a nossa paz!

Bendita sejas, para todo o sempre.

BANDEIRA DO BRASIL!

O Dia da Bandeira

Clóvis Ribeiro e
Medeiros de Albuquerque

Julgamos útil deixar consignados neste trabalho alguns apontamentos sobre a instituição do Dia da Bandeira.

Esta comemoração foi feita, pela primeira vez, em São Paulo, a 19 de novembro de 1906, na Escola Normal, por iniciativa do professor José Feliciano e, nos anos seguintes, se repetiu em todas as escolas públicas paulistas.

Em 1908 constituiu-se no Rio de Janeiro uma comissão especialmente incumbida de promover a festa da bandeira em todo o Brasil. Foi então distribuído em todos os Estados um manifesto que era datado de 15 de novembro de 1908 e estava assinado por Lauro Sodré, Tomás Cavalcante, A. J. Barbosa Lima, Tasso Fragoso, Leôncio Corrêa, Lindolfo Azevedo, A. R. Gomes de Castro, A. de Oliveira Sampaio, José Beviláqua, Olavo Bilac, Alípio Bandeira e Manuel Miranda. A idéia foi bem recebida em toda a parte e desde aquele ano a criação da bandeira é festivamente comemorada em todos os Estados a 19 de novembro.

Por que se escolheu para essa comemoração a data de simples adaptação da bandeira ao regime republicano e não a da sua criação verificada a 18 de setembro? Explica-o o papel saliente que tiveram os positivistas nessa campanha pela abolição do lema *Ordem e Progresso* do nosso pavilhão. A instituição do Dia da Bandeira a 19 de novembro representou, pois, um desagravo à bandeira adotada pela revolução de 1889 e então alvo de ataques violentos.

Numa reminiscência de seus tempos de estudante publicada por Maurício de Lacerda no *O Imparcial* de 23 de novembro de 1922 recorda-se de um incidente ruidoso ocorrido em 1908, e que foi o fator determinante da primeira festa da bandeira realizada no Rio de Janeiro no dia 19 desse mesmo ano:

"Georgino Avelino, Teixeira Mendes, eu e mais outros, saboreando um café ali no Geremias, acabávamos de ler no extinto *Século* algumas linhas berrantes sobre o "desaforo" do padre que na Candelária se negara, nas exéquias de estudantes navais, cobrir o catafalco com o pavilhão republicano, salvo se lhe velassem o dístico "sectário": *Ordem e Progresso*.

Empalidecemos de indignação. Era, nem havia dúvida, uma questão de classe; pois se tratava de estudantes da marinha. Era mais até, como se verificava com a bandeira republicana, uma questão nacional! Mais ainda: filosófica! Não se combatia assim a liberdade de crenças restaurando a intolerância clássica da Igreja?

E todos cheios de santo ardor cívico, pensamos logo numa sessão, ali no Centro (Centro Acadêmico), com discursos cheios de "Vossa Excelência", de arroubos, retórica, doutrinação e descompostura grossa, mas todos limpos de alma, de intenção, de caráter, como jamais deveria nem pude ver nunca mais em minha vida.

Fez-se a sessão. Era antes de 15 de novembro. Fala-se em desagrar a bandeira naquele dia, mas Teixeira Mendes, alma espartana e entusiástica, a que desgostavam adiamentos, e Georgino, naqueles doces tempos meu quase-irmão mental, propõem que não, o ultraje fosse logo alimpado em público e raso de modo retumbante.

E se assentou então que o presidente do Centro Acadêmico, Ari Fialho, cercado da mesa com Kirk e nós outros, empunhasse a bandeira mesmo da janela do "centro" ao dia seguinte e, no largo, depois de convocados os estudantes e o povo, todos em procissão cívica, fossem cantando a Marselhesa, junto da Câmara, na Cadeia Velha, que hoje rui, de onde o despotismo arrancara para o cadafalso o glorioso Tiradentes, e sob as sacadas coloniais da soberania legal, assim cantássemos nós, a voz da rua e das escolas, mas sempre a voz da pátria e das nações, o hino de nosso amor imorredouro à liberdade e de nossa fé no pavilhão que a simbolizava eternamente em nossos corações, todos em alvorada naquele tempo.

E assim se fez. Ao dia seguinte, não muitos, mas uma multidão de acadêmicos, mãos nas mãos, em filas, rodeando a bandeira da terra de Santa Cruz, descíamos, entoando o cântico dos homens livres e das pátrias imortais, a rua da Assembléia, como talvez o povo nos dias solenes em que os reis eram frutos de aclamações semelhantes naquela via pública pela hora do Fico, e numa ovação quente, de mocidade e de energia da raça, acolhíamos na sacada, cercados de outros deputados - Barbosa Lima.

Este ali estava, tendo resistido ao convite do padre Calois, para que não atendesse aos sectários da manifestação e nos exclamava, com as barbas, a voz, o gesto e o talento do velho tribuno: 'Concidadãos!'

Estremecemos. Um frêmito. Uma revoada de palmas.

E continuou: 'É consolador o espetáculo da juventude cheia de amor cercado o estandarte da pátria.'

Um só grito, todos os chapéus, todos os corações ao ar, aos pés da tribuna.

E o discurso saudado ao terminar com frenesi pelos estudantes arrancava da mole imensa e ardendo como lava que escorresse pelas ruas provindo dalgum vulcão, só ali revelado no seio da nacionalidade, uma mensagem a Tomás Cavalcante, aplaudindo a supressão do representante brasileiro no Vaticano e concitava a Câmara a apoiá-lo nesse justo desagravo ao gesto do 'brutamonte da Candelária'.

E o préstito depois se moveu ao grito de "ao Palácio do Cardeal", em direção ao morro da Conceição. Pelas ruas todos se descobriam à primeira bandeira festejada assim no País. Dos bondes e sacadas, palmas e beijos, flores e até lençinhos, que acabavam de enxugar as primeiras gotas de entusiasmo dos lindos olhos de mulher patricia, caíam sobre aquelas cabeças todas moças e todas descobertas, a que não coroara nenhum laurel, é verdade, mas também não cruciara nenhuma coroa de espinhosas desilusões.

Nos quartéis e nas guardas, as sentinelas arrebatadas apresentavam àquela bandeira, sem ordem nem instruções, as armas, e os soldados respeitosos lhe perfilavam a melhor continência, enquanto as cornetas tocavam marcha batida como se fora um soberano a passar.

No palácio do cardeal não houve forças à espera. Apenas o delegado Lessa, também estudante na época, apelando para o espírito de camaradagem, e a liberdade de crenças que tanto amávamos, evitou a demonstração talvez exagerada daquela multidão.

Volvemos ao Centro Acadêmico, quando um padre junto à Tinturaria Pavão quase é linchado pela massa aos gritos de viva a bandeira, e que só foi evitado porque com ela própria Georgino, Teixeira, Ari, eu e outros o protegemos falando ao povo.

Ao recolher o préstito, com a Marselhesa ainda pendurada nos lábios, Belizário de Souza, como nos confessou depois, quase se deixa arrastar na vaga que por ele passa alçando o pavilhão num burburinho de fé.

Recolhemos. Parecia-nos ter revivido grandes dias de nossos avós de 89. E dias depois, na festa da bandeira, projetada daquele desagravo, era ainda o Centro Acadêmico que dava os oradores de praça, para comemoração a que, já então, quebrando o caráter de repulsa necessária, para se lhe dar a de consagração imprescindível, se associavam o governo e o povo, todas as classes, as guarnições e o próprio clero do Brasil.

Eis como se escreveu o primeiro capítulo da comemoração à Bandeira Republicana."

(apud Nunes, 1939, p. 123-126)

A Festa da Bandeira

Ao realizar-se pela primeira vez, em 1908, a festa da Bandeira, na Capital Federal, a comissão promotora dessa patriótica solenidade fez distribuir por todo o Brasil este manifesto:

“Concidadãos - A bandeira da nossa Pátria é, certamente, adorada por todos os brasileiros. Não há coração de patriota que não sinta, ao contemplá-la, esse nobre alvoroço que nos despertam os grandes símbolos nacionais.

Diante dela cessam todas as divergências partidárias para ficar somente, e bem nítida, a imagem da Pátria, que nos abriga a todos e em todos nós confia.

Desde a mera extensão territorial, cujas remotas fronteiras concentra num pequeno espaço, até aos mais afastados labores dos maiores e as mais longínquas esperanças dos vindouros - tudo invocamos em presença da bandeira, tocados e ungidos de respeito, de entusiasmo e de amor. Como não ser assim, se ela nos liga tão intimamente ao passado e ao futuro, traduzindo ao mesmo tempo os feitos dos nossos avós e as suas e nossas esperanças em relação à posteridade?

Por uma feliz inspiração, sempre e cada vez mais abençoada, a continuidade histórica, figurada no nosso pavilhão, vai além dos escassos limites da nacionalidade, abrange no mesmo sentimento de veneração o concurso geral da humanidade, sem a qual nenhuma pátria existiria, e lança o voto das suas aspirações à posteridade inteira, sem distinção de país.

Esse santo laço simultaneamente filial e paterno, por isso que nos prende às gerações de que descendemos e àquelas que de nós hão de sair, é o mais sagrado penhor da fraternidade verdadeiramente universal, que o lema - ordem e progresso - tão sabiamente traduz.

Ora, diante de um tal símbolo, que, além dessas sugestões morais, dispõe ainda das qualidades estéticas mais adequadas à representação de nossa terra, por um lado, e por outro a do céu, que nos cobre, justamente no momento da grande revolução pacífica de que proveio a República, não há certamente coração de patriota, que, preocupado com as agruras do presente, por toda a parte angustioso, assim na nossa Pátria, como no resto do planeta, não se volte para o passado e para o futuro.

Para o passado, com um sentimento de profunda gratidão, certo de que maiores seriam os males da atualidade, sem os esforços, as lutas e os sacrifícios dele; para o futuro, desvendando através dos tempos a

alvorada das nossas esperanças, visto que os esforços, as lutas e os sacrifícios do presente visam sobretudo à felicidade do futuro.

Mas, se tudo isto é certo, não menos certo é que os sentimentos humanos, ainda os mais nobres, precisam do culto para seu desenvolvimento. Ama-se mais aquele amor que mais se cultiva e, para amar verdadeiramente bem, por mais dedicado que seja o coração amante e por mais digno que seja o objeto amado, é necessário nunca perder de vista as práticas do culto.

Eis a explicação da festa da bandeira, cujo programa encontrareis abaixo.

Passa a 19 do corrente o 19º aniversário da criação do estandarte da República, e os republicanos brasileiros aproveitam essa data para realizar uma manifestação cívica em todo o Território Nacional ao nosso consagrado pavilhão. Para essa caríssima festa convidamos, de modo especial, todas as senhoras e todos os cidadãos, patrícios e estrangeiros, de qualquer região, de qualquer partido, de todas as classes, confiados em que o nosso apelo fraternal encontre por toda a parte as mais simpáticas disposições. E abrigados à sombra protetora da Bandeira, em cujo campo encontramos, segundo o consenso universal, a própria representação da esperança, voltamo-nos para esse dia, que se tornará memorável, antefruindo contritamente as santas emoções do amor da Pátria.

Capital Federal, 15 de novembro de 1908, - 20º da República Brasileira. - A Comissão: Lauro Sodré - Tomás Cavalcante - A. J. Barbosa Lima - Tasso Fragoso - Leôncio Corrêa - Lindolfo Azevedo - A. R. Gomes de Castro - A. de Oliveira Sampaio - José Beviláqua - Olavo Bilac - Alípio Bandeira - Manuel Miranda."

(apud Gomes, 1941, p. 11-13)

Festa da Bandeira

Coelho Neto

Dia da bandeira, ou melhor - dia da transfiguração.

A metamorfose que se operou na bandeira, à qual hoje prestamos culto, todos, desde a criança de colo até o ancião que já se averga ao arrimo, tornou-a mais bela e mais grandiosa.

Alijando de si as coisas da terra adotou as do céu, conservando da primeira apenas as cores: o verde da fertilidade e o ouro da riqueza - o aspecto da superfície e o fulgor das entranhas. Mudou-se-lhe a coroa em um mundo, as folhagens floridas transformaram-se em estrelas e, para orientar-se, tomou dois guias: um, na serenidade, a Ordem; outro, no entusiasmo, o Progresso. Tal é a bandeira nova que tudo envolve, protege e glorifica.

Ei-la desfraldada ovante no templo máximo da Cidade e, como aqui, nesta hora, deve ela estar trapejando airosamente onde quer que lateje um coração brasileiro, dentro das nossas lindes ou fora, no mar largo, e se, porventura, já nas asas se levantou o "Jaú", que nos traz, desde Gênova, um pugilo intrépido de jovens, ela panejará gloriosa nas alturas.

Mas, não basta aclamá-la, como aqui fazemos, é necessário cercá-la de veneração e respeito.

Que direis se vísseis um falso crente, ou tartufo, lançar mão sacrílega da cruz para com ela, a pretexto de defender a religião, sair deprestando, violando lares, incendiando campos e povoados, tresmalhando rebanhos, espalhando o terror e a morte onde passasse, infamando, assim, o próprio emblema sagrado com o tornar cúmplice de crimes? Tal procedimento não poderia ser por vós aceito como de homem de fé, mas sim como de profanação da mesma religião.

O culto da bandeira deve ser feito com honestidade e veneradamente. É no trabalho assíduo, no estudo, na prática das virtudes, na convivência cortês e no respeito à Lei que ele se revela. Símbolo de amor, e, por isso mesmo, de união, não pode, não deve a bandeira provocar dissídios e ser insígnia de rebeldia. Ela é a flor da Paz e só se acende em flama devastadora quando, como a labareda, que empenachava, outrora, o facho belicoso, arrasta após si as forças aguerridas para defesa ou desafronta da Pátria.

Vede o significativo e formoso cerimonial do hasteamento ou exaltação da bandeira. Para que ela se eleve direita e alta convém que o mastro seja linheiro e, quanto mais alto for, tanto mais ela aparecerá.

Esse mastro é um símbolo. Na sua retidão, é o caráter; na sua resistência, é a força; na sua altura, é o brio e a ousadia que suspende a bandeira não é senão a solidariedade, o esforço de todos, por isto vistes andarem unidas as duas mãos do que realizou, há pouco, triunfalmente, o surto do glorioso pano. Curvai o mastro e a bandeira rogará em terra, derrubai-o e vê-la-eis humilhada e maculada.

O dia de hoje, não é somente o da bandeira, senão o dos símbolos.

Enquanto aqui nos achamos congregados em ato de religião, como em igreja, segue uma procissão patriótica a caminho do cemitério do Catumbi para, tardiamente, embora, realizar um preito de justiça. E qual é ele? A inauguração do monumento à memória de Francisco Manuel, autor do Hino Nacional.

Aqui, é o símbolo que se vê; o hino é o símbolo que se ouve. Um é como a chama; outro é a claridade e o calor; um é o gesto que acena; outro é a voz que incita; os dois completam-se formando uma expressão única - a Pátria. Diante deles, brasileiros, façamos votos para que o novo governo possa realizar com serenidade o que dele ansiosamente esperamos.

Tenha o Brasil dos seus filhos o amor manifestado em trabalho, em concórdia, no respeito à Lei e, com o concurso prestimoso e dedicado dos que vêm ter a esta terra tão bela, tão sã, tão forte, tão agasalhadora, dentro em breve ele será grande no seu prestígio quanto o é no seu território.

Brasileiros, diante da bandeira que, palpitando no espaço, parece traçar sobre nós a bênção maternal e ao som do hino que nos comove e exalta, juremos unir-nos irredutivelmente para grandeza e glória do Brasil!

(apud Gomes, 1941, p. 89-91)

Glorificação à Bandeira

Eudides da Cunha

Terminados os trabalhos da Comissão Mistá Brasília-Peruana, já nos aprestávamos para deixar o rincão agreste, onde plantamos o marco definitivo da nossa fronteira, quando recebi convite do comandante Buenano para um banquete oferecido à "Comissão Brasileira"; compareci com os meus companheiros.

Foi no barracão de um caucheiro peruano, tipo altanado, de arrogância agressiva, que nos olhava com soberba atrevida. Fomos recebidos com uma salva de rifles e aclamações estrondosas. Introduzidos no recinto todo empavesado de bandeiras, flâmulas e galhardetes, com troféus de armas nas paredes como a tenda de um caudilho, Buenano deu-nos as boas-vindas, e, tomando-nos a frente, guiou-nos ao salão onde se estendia lauta e graciosamente ornada de plantas silvestres a mesa do festim.

Ainda que eu já estivesse afeito à ostentosa prodigalidade daquelas "senhores" sertanejos, o que então vi surpreendeu-me sobremodo.

Era o abarrotamento agravado pela abundância das garrafas, ameaças de excessos sempre de conseqüências graves entre homens como os que ali tínhamos. E eu olhava aquele cenário de intemperança quando senti tocarem-me no braço e logo uma voz sussurrar-me, trêmula e surda:

Onde está a nossa bandeira?

Voltei-me de golpe. Era um dos meus homens. Encarei-o severamente, com o que mais incendi porque, elevando a voz insistiu:

Procure aí a nossa Bandeira. Estão todas, menos a nossa.

Passei um olhar vagaroso pelo recinto e dei razão ao homem. Remordi-me, fechando nervosamente o punho. Compreendendo, porém, a inconveniência de um arrebatamento, mascarei a ira com um sorriso e tratei de acalmar a minha gente, que já cochichava disposta a retirar-se com escândalo em protesto contra a cilada afrontosa.

- Calma! - segredei ao mais árdego. Não sairemos daqui sem a desagravo. Nada de nos mostrar ofendidos. Deixem o caso por minha conta.

Ao "Champagne" levantou-se o comandante Buenano e, em palavras cheias de louvor, ofereceu-nos o banquete, como homenagem prestada ao Brasil, tão nobremente representado naquele trecho do território peruano, sob o teto de um desbravador de florestas e civilizador de casibos e pampas.

Tomei a taça para agradecer. O coração lateja-me no peito, aos esbarros; o sangue parecia estourar-me as têmporas. Comecei quase sem voz. Súbito, porém, inflamando-me em entusiasmo, de olhar fito em uma *dracena* que ocupava o centro da mesa com as suas folhas malhadas de auriverde, disse, com ardor raro em homem frio como eu:

- Agradeço, pelo Brasil, a homenagem que lhe prestais, senhores. Mas o que, principalmente, nela me comove, mais do que as vossas formosas palavras, senhor comandante Buenano; mais do que as vossas aclamações, amigos peruanos; mais do que a imponência deste festim de concórdia, é a demonstração singular de destaque com que destes realce às cores da nossa insígnia nacional.

Para reunirdes aqui em assembléia simbólica as nações com as quais estamos ligados por amizade, recorrestes aos regatões, a armazéns e lojas adquirindo bandeiras pagas em moeda. Para representar o Brasil fostes buscar o símbolo da floresta que é o empório de Deus.

E assim nô-lo dais como o próprio país que ele representa, vivo e com suas raízes, tomado do solo fértil, como o sacerdote para inflamar a lenha no altar não se servia de lume terreal, mas dos próprios do sol, que é o esplendor máximo, o centro mesmo da vida, em uma palavra: a LUZ.

Entre todas as bandeiras que aqui panejam, a nossa, graças ao vosso delicado engenho, é a única que vive, porque a fostes buscar, não em balcão de comércio, mas na terra criadora e na claridade solar. E, apontando a *dracena* - disse altivamente: Ei-la viva na planta aformoseada com as cores que temos sempre diante dos olhos, não só porque as vemos na terra e no céu, em esperança e esplendor, como por havê-las adotado a Pátria glorificando-as na sua Bandeira. Obrigado pelo Brasil.

No silêncio que se fizera estrondaram as palmas e Buenano, verdadeiramente comovido, avançou de onde estava e, estendendo-me a mão, exclamou:

- Bravo! O Senhor compreendeu a intenção de nós outros. Foi isso mesmo que pretendemos fazer...

Abraçamo-nos ao estrondo de vivas ao Brasil e ao Peru. Voltei-me para os meus homens: tinham todos os olhos flamejantes mas o fogo não era tanto que secasse as lágrimas que lhes corriam, em fios, pelas faces à flor de enternecido sorriso.

E foi assim que, no deserto, repeli uma afronta ou corrigi um descuido, fazendo com que a premeditada humilhação se transformasse em glória e exaltação da nossa Bandeira.

(apud Nunes, 1939, p. 127-129)

O Culto à Bandeira no Sertão do Brasil

Amílcar Botelho de Magalhães

Através de tudo que vi e que irei aos poucos referindo, guardo até hoje com veneração as impressões da sinceridade e do entusiasmo com que Rondon sistematicamente prestava culto ao pavilhão nacional. Para o local do acampamento não era só indispensável a água corrente, mas, com igual força de necessidade palpitante, o mastro da bandeira!

Fossem os acampamentos de construção da linha, onde às vezes permanecíamos durante uma semana, ao sabor da marcha progressiva da *ponta do fio*; fossem os acampamentos de reconhecimento e exploração, de efêmera duração de 24 horas e às vezes de uma só noite... ao primeiro clarão do dia, ao som dos clarins ou das cornetas, erguia-se lentamente a Bandeira pelo mastro rústico, ereto e *linheiro*, em presença do chefe, dos oficiais e do contingente militar... Este exemplo de civismo ainda mais avultava em meu espírito, porque eu refletia na distância imensa que nos separava dos centros civilizados; porque as dificuldades de todo gênero para atender às necessidades mais elementares da vida, como a alimentação e o tratamento da saúde alterada, arrastam naturalmente o homem mais enérgico a considerar supérfluo tudo quanto lhe vem aumentar a fadiga, e a abandonar todas as práticas - até mesmo as de fundamento religioso - que se não destinem à satisfação exclusiva das necessidades materiais.

Muitas vezes, ao termo de penosa marcha de exploração, os expedicionários alcançavam, já noite escura, o ponto escolhido para acampar; vinham todos cansados, oficiais e praças, desistindo alguns da refeição, tais eram as imposições do corpo ao almejado repouso... Parecia que naquela noite sem luar, num solo enlameado pela chuva inclemente, as únicas ordens seriam: armar barracas, comer e dormir... Mas não, as ordens eram sempre iguais às da véspera e o foram sempre as do dia seguinte... Desenhava-se o caminhamento com os dados colhidos durante o serviço de levantamento; se "havia céu" pela madrugada lá estavam o chefe e seu ajudante a observar as estrelas; escalava-se o homem que deveria cortar a *árvore linheira* (tão longe às vezes encontrada...) que teria de descascar e ficar defronte da barraca do chefe, à luz da fogueira... E, se o escalado, receoso de se internar na floresta povoada de lendas indígenas, por preguiça ou pouca diligência, apresentava um pau muito torto... recebia ordem de voltar à mata para a necessária substituição!

Tardasse embora o seu regresso... Lá estava ao alvorecer o mastro da bandeira, ereto e *linheiro!*...

No meio daquelas imensas florestas, isolado cinquenta e cem léguas dos núcleos de povoação mais próximos do sertão, quantas vezes meditei profundamente diante do simples fato do hastear da bandeira! Ao quadro já de si empolgante por causa da moldura juntava-se em meu cérebro a análise dos *detalhes* que me acudiam à mente, para deduzir do esforço másculo do rude caboclo a rebuscar alta noite a haste retilínea no coração da floresta, a rizeza de aço que era mister possuir para mover e dominar toda aquela máquina humana.

(apud Nunes, 1939, p. 131-132)

Oração à Bandeira

Olegário Mariano

Bandeira do Brasil! - símbolo de esperança e de glória, eu te saúdo no grande dia da tua consagração!

Cantam em ti as harmonias de todos os pássaros da nossa terra, desde o Uirapuru da selva amazônica ao Quero-quero vigilante das coxilas dos Pampas! Vejo renascer do teu panejamento verde, amarelo, como Vênus Afrodite das águas - as iaras desencantadas das lendas brasileiras. Sinto brilhar em ti as pepitas de ouro e esmeralda que as mãos calejadas e sangrentas dos Fernão Dias e dos Borba Gato arrancaram das entranhas das serras e das fumas. Na vanguarda de todos os heroísmos tens sido a bandeira única, enfunada aos ventos bravios, a reter nas suas dobras como os búzios guardam a voz eterna dos oceanos, o eco longínquo dos uivos das feras, ou o bramido das pororocas e das cachoeiras, ou o galopar desenfreado dos corcéis selvagens, o retinir das lanças, o espoucar das metralhas ou o silvo agudo da flecha ervada que o sopro hercúleo dos pulmões dos aborígenes arremessava das zarabatanas tapuias.

Na paz ou na guerra, és um símbolo de esperança e de glória!

Ao rufar dos trocenos ou dos tambores, alertada pelos clarins ou pelas tubas, pelos boréis ou pela voz pacífica dos homens, és sempre uma bênção do céu desdobrada sobre as nossas cabeças intranquílias.

A ti devemos a flama que arde em todos os nossos corações. És uma palma de palmeira que não pára de oscilar ante as calmarias e ante as tempestades, no afã contínuo e paciente de acender o braseiro da nossa fé no Brasil de amanhã, o Brasil que deixou de ser promessa para ser realidade, que deixou de ser semente para ser fruto, que deixou de ser passado para ser presente e futuro, presente promissor, futuro fecundo na abastança, luminoso na inteligência, tranqüilo e respeitado dentro do seu largo espírito de paz e de concórdia. E porque és bela e és nossa, eu bendigo a primeira mão que bordou as duas estrelas em campo azul e o primeiro soldado que te ergueu ao topo do primeiro mastro, pondo-te em contato com as altas atmosferas, puras e transparentes como a alma do teu povo, do povo que se orgulha de ti, que trabalha por ti, que sofre por ti - farrapo de firmamento em que as cinco chagas do Cruzeiro sangram como as de Jesus Cristo sobre a epiderme calcinada das três raças que fizeram na sua fusão miraculosa, a unidade, o espírito, a bravura de uma grande Raça.

Deus te guarde, bandeira do Brasil!

(apud Gomes, 1941, p. 117-118)

A Bandeira

Coelho Neto

Não há religião sem Deus nem Pátria sem Bandeira.

Prestar culto à Bandeira é venerar o espaço e o tempo nos limites geográficos duma nação e neles a raça e tudo que ela representa e abrange.

Venera-se na Bandeira o espaço pelo amor à terra maternal.

Venera-se nela o tempo pelo culto ao passado, donde ela vem; no amor do presente, a que ela assiste e na ânsia pelo futuro para o qual ela acena desfraldada no mastro.

Honra-se a raça pelo respeito religioso que se deve aos mortos construtores e semeadores; pela solidariedade que se deve aos vivos, colaboradores na obra do engrandecimento nacional, e pela confiança com que esperamos os que hão de vir continuar a construção em que trabalharam os que são hoje terra, e em que trabalham nós.

Que é bandeira? É um pano e é uma nação, como a cruz é um madeiro e é toda uma fé.

No culto da Bandeira encerram-se todos os nossos deveres, desde os que nos são ditados pelo amor até os que nos são prescritos pela Lei.

Assim como nos descobrimos diante do sacrário, que encerra a hóstia, que é o símbolo de Deus, descubramo-nos diante da Bandeira, que é o símbolo da Pátria.

(apud Gomes, 1941, p. 151-152)

Saudação à Bandeira

Coelho Neto

A flor é a essência do vegetal - uma concentração como a hóstia.
Há nela o princípio e o fim.

Na primavera é perfume - exala oscilando na haste: é um turbulo
cuja brasa é o sol.

Pouco a pouco, murchando, dá a impressão da morte como a
larva que se imobiliza para a metamorfose, e, no outono, transforma-se:
muda o perfume em saibo e é o fruto e, quase sempre, no coração do
fruto, aparecem o principal e os juro da semente para a reprodução da
flor e a morte perpetua a vida à maneira do sol, que, baixando no ocaso,
espalha na tristeza violácea do céu as cores núncias da madrugada.

Na flor há terra e céu - seiva e luz, húmus e calor, água das fontes
e orvalho das nuvens.

A parte da terra seca, fenece e torna à terra; a parte do céu
expande-se. Assim a flor tem corpo e alma.

No seu cálice mimoso - maravilhosa eucaristia - contém-se toda
uma criação: pode gerar apenas tenro arbusto e pode frondejar em densa
e vasta floresta.

A flor anuncia uma região. Ao vê-la, diz-se-lhe a origem: a terra
em que brilhou, o clima que lhe deu alento - se é da zona tépida, se é
do meio adusto, se é dos confins nivosos.

Flor é síntese - resumo da vida - um todo numa parcela.

Assim és tu, Flor augusta da minha pátria, nascida d'árvore da Liber-
dade, oh! bandeira formosa que palpita na haste ereta dos mastros e passas,
levada em triunfo pelo vexilário, entre espinhos das lanças e das baionetas.

Assim és tu, altaneiro pendão da minha terra - uma parte e a
imagem do todo: um símbolo, que é a nossa nacionalidade.

Trazes da terra a ferocidade no verde e no ouro e ainda, alijando
da tua carola um efêmero brasão senhorial, substituíste-o por um pouco
de azul onde resplandescem as estrelas da constelação crucial.

Em ti, Flor veneranda, concentra-se a nossa glória.

Ver-te é sentir a Pátria, oh! Verônica do meu Brasil.

Aqui, exaltada por todos, tremulando às brisas impregnadas do
olor agreste das selvas ou do cheiro salino do oceano, és o penate na ara
doméstica.

Ver-te longe, além das fronteiras natais, é ter presente a Pátria como,
no apelo da alma em êxtase, ante uma imagem divina, tem-se a visão do céu.

És pura! Ainda te não poluiu o orvalho purpúreo das nuvens trágicas da guerra, não te abrumaste ainda no fumo das batalhas, não te rasgaram estilhas de granadas nem pontas agudas de ascumas.

Tens crescido na paz, na mesma leira feliz em que medram as searas.
Bendita sejas sempre nesse doce viver.

Onde quer que assista um brasileiro aí tens a tua haste e viças. Ornas o palácio e enfeitás a choupana, corres o largo mar nos mastros dos couraçados, surges nos portos no topo dos batéis mercantes e, à doce e perfumada sombra das árvores, acenosas, sobes, os rios mansos no deslize das pirogas ágeis.

Auriverdejas em insígnia ao peito dos patriotas e os infantes, em dias festivos trazem-te à mão e acenam ao Futuro com as tuas cores de esperança, riqueza e fé - verde, ouro e azul estrelado, entoando glorio-samente o hino que o poeta escreveu para a tua panegíria.

Não guias a marcha das hostes como Flor de martírio, passas como emblema da Força, que és, Força de ação fecunda, como a da flor, geradora do pão que nutre e do linho que veste, portadora dos germes, desde o pequenino que se desfaz em fragrância e morre, até o dos troncos que se afrontam com o raio e desafiam sobranceiramente os séculos.

Tens uma conquista, a maior e a mais bela das idades humanas - a do azul. Não ameaçaste fronteiras terrenas espavorindo a gente humilde que fertiliza a leira - invadiste o Além, em tom de paz. Deixaste a planície sulcada de rios, deixaste a montanha coroada de neves e, norteando em rumo ousado, nunca d'antes proejado, subsiste, ascendeste entrando à região inacessível só transitada por Elias no carro de chamas e por onde vogam as nuvens e as aves girovagam.

Conquistaste o espaço e, lá acima, no intermúndio iante, com a terra aos pés e coroada d'astros, como a Virgem, fizeste pairar a Pátria, na barca do navegador aéreo, o primeiro que respirou onde respiram as águias e investiu com os ventos no desamparo do vácuo; o primeiro que desfraldou uma bandeira onde jamais fora chantada outra insígnia senão a oriflora do sol e o alvo e sereno balsão dos luares.

Bandeira da minha terra, que já foste o pavilhão do infinito, salve! É que sempre o dia da tua exaltação seja, como o de hoje, de festas, de amor, sem lembrar angústias, só falando de glórias tranqüilas e de esperanças suaves aos velinhos de ontem e aos infantes de amanhã.

Flor bendita e formosa, símbolo da minha terra, auriverde e azulado pendão brasileiro.

(apud Gomes, 1941, p. 69-72)

A Nossa Bandeira

Júlia Lopes de Almeida

Verde, da cor dos mares e das florestas que embelezam a nossa terra desde a serra de Roraima até à barra do Chuí; azul, como o céu infinito em que abre os braços lúcidos o Cruzeiro do Sul; dourada, como o sol que alegra o espaço e fecunda os campos, a nossa bandeira retrata nas suas cores as supremas maravilhas do universo!

Filhos do sul ou filhos do norte, qual de nós não estremecerá de orgulho à sua glória? Qual de nós não vibrará de entusiasmo ao senti-la aclamada pelos outros povos? Qual de nós não se comoverá vendo-a desfraldada em país estrangeiro, ou não sentirá capaz das maiores audácias para a defender de uma afronta e livrá-la de uma derrota?

A nossa bandeira é como um pálido confraternizador sobre a cabeça de todos os brasileiros. Unamo-nos para honrá-la na sua grandeza e para que ela seja sempre para nós, além do símbolo da Pátria, o símbolo do Bem, da Razão, da Justiça. Só é inatingível o que é impecável, só é forte o que é puro. São as virtudes do povo que tornam a sua bandeira respeitada; são os seus trabalhos, os seus empreendimentos, o poder de sua inteligência, a inteireza de seu caráter e a magnanimidade do seu coração que lhe dão prestígio diante de todo o mundo.

Assim, esforçemo-nos para que à sombra de nossa bandeira só nasçam e se desenrolem belas ações. Que ela pacifique gentes inimigas, quer tremule nos mastros sobre as águas inquietas, quer penda nas cidades sobre os telhados abrigadores do homem; que ela, que tem na cor a sugestão da esperança, sorria ao estrangeiro em doce acolhimento, acenando-nos a todos para um futuro bonançoso e amplo.

Irmãos do norte! Irmãos do sul, amigos! Unamo-nos em torno da nossa bandeira; que os elos que nos ligam néio se dessoldem nunca, para que seja grande a sua glória o poderosa a sua Força!

(apud Gomes, 1941, p. 52-53)

Oração à Bandeira

Fernando de Magalhães

Bandeira de minha terra:

Sobes, para o tope azul, ao bafejo dos ventos, desfaldas glórias e acenas esperanças quando estrugem os acordes do hino da Nação. Recordas no entusiasmo das consagrações a bravura de teus mortos e a nobreza de teus fastos. Refletes a natureza em sua eterna formosura de redenção e de liberdade.

Na hora de tua exaltação, bandeira do Brasil, cada qual olha para o passado em ato de reconhecimento pelo que ele produziu de mérito e de exemplar, ensinando o otimismo justo, trânsito dos vaticínios afortunados.

Por ti, bandeira do meu berço, guardaremos uma fé transbordante nos destinos de nossa gente. Por ti, todos sentirão o consolo do trabalho e lutarão pela utilidade da vida. Por ti, o enlevo da terra exuberante e o amor do povo tranqüilo dissiparão, nos dias radiosos da história, as nuvens de apreensão e de mágoas. Por ti, a harmonia encantadora das coisas celebrará a concórdia prometedora dos homens.

Bandeira do Brasil, envolve-nos nas tuas promessas deslumbrantes. Só assim saberemos morrer na silenciosa tarefa de preparar a Pátria feliz e abundante.

(apud Gomes, 1941, p. 26-27)

Culto à Bandeira

*(Saudação lida nas Escolas
da Capital da República)*

O culto à bandeira é a síntese eloqüente do amor à pátria. Prestar-lhe a homenagem do nosso respeito e do nosso carinho, é alguma coisa mais do que a simples observância de uma obrigação banal: é o mais nobre e alevantado cumprimento de um dever cívico, que, ao mesmo tempo, honra ao cidadão e dignifica a Pátria.

A 19 de novembro de 1889 decretou o governo provisório o tipo definitivo da nossa bandeira. E de então para cá, ela tem sido a representante das nossas aspirações mais caras, ou aqui, acompanhando a nossa ascensão para a luz, ou aquém dos mares, nos memoráveis festins do progresso, da concórdia, e da paz, em que se tem proclamado o amor dos povos como a base da felicidade universal.

Quando ela passa, soberba e garbosa, ao centro dos batalhões em marcha, ou se desfralda à popa dos navios de guerra ou mercantes, ou hasteada nas escolas, ou nos edifícios públicos ou particulares - é sempre o mesmo cântico soberbo, que o hino nacional debulha em notas frementes de energia e de entusiasmo.

É conhecido o episódio do estrangeiro ilustre, que assistindo, certa vez, a uma cerimônia em modesto recanto da terra francesa, ficou extasiado de ver um grupo de meninos, cujas almas pareciam criadas apenas para as alegrias, para os arruídos, para as folganças, erguerem-se em um instante, trêmulos e comovidos, para ouvirem de pé e descobertos, em religioso recolhimento o hino ao pavilhão tricolor. E o estrangeiro teve esta frase em presença daquelas crianças: "Pátria assim amada não pode morrer na história!"

Quando, mais tarde, tiverdes voltado para as páginas da história a vossa atenção solícita, dela estudando os feitos épicos e os heroísmos imortais, vereis como este símbolo augusto, que é a bandeira - pedaço flutuante da alma da pátria - opera os milagres mais estupendos, ou mordida dos fogos inimigos, entre o fumo espessadas metralhas, à sinfonia estranha da guerra, ou quando, como um riso luminoso e puro, palpita e tremula ovante sobre as conquistas pacíficas e maravilhosas do espírito humano.

- Culto à bandeira! Estas singelas palavras dizem tudo da celebração que hoje se faz. Bem se vê que é uma festa evocadora da Pátria, pois aqui, como em toda a vastidão territorial da República, estamos cheios

dos mesmos pensamentos, unidos pelas mesmas simpatias, a vibrar dos mesmos ideais. Estes dois cultos - o da Pátria e o da Família - nasceram juntos no mesmo instante. E tão inseparáveis são estas duas religiões - a do lar e a da terra - que o homem antigo, quando se desplantava do seu torrão e buscava pátria nova em outros climas, não prescindia de conduzir consigo um sinal das velhas aras, levando uma fagulha da pira sagrada.

É preciso proclamar sempre, com a insistência de um alto apostolado, principalmente a vós, almas infantis, esperanças do futuro, alegrias do presente, que vindes álares tomar esta assoberbante, mas gloriosa tarefa de viver: é preciso proclamar que só vive plenamente a alma que viver professando com fervor o grande culto em que se resumem todos os cultos capazes de edificar adoradores: o culto da Pátria, que se inicia na glorificação da bandeira!

Erguei bem alto o símbolo máximo das nossas afirmações cívicas; amai o nosso lindo e magnífico Brasil: e nesse amor condensareis todos os estos do vosso coração, toda a vossa capacidade de amar!

(apud Gomes, 1941, p. 80-82)

Pátria ... Bandeira

Félix Pacheco

Não há no mundo duas expressões mais fortes, nem mais comoventes do que essas: A morada comum, o solo irmão e unido, em que afundamos e confundimos as nossas raízes, o céu igual, que nos cobre e que nos beija, reclama, de todos, o mesmo devotamento abnegado e gera e suscita um só e idêntico e unânime entusiasmo, do qual, espontânea, brota a maravilhosa flor, alimentada na tradição e na glória da idade extinta, para perfumar outros anelos do porvir.

Mas esse profundo amor, que tudo ao redor de nós nos comunica, a coesão instintiva da raça, precisa concretizar-se em um símbolo menos irreal, e esse é então, a Bandeira. Casam-se assim a fé e o dever, estabelecendo uma segurança de destino e afirmando de modo alto aquilo que se chama, e ninguém ouse negar-nos, o espírito da nacionalidade.

É esse espírito, obliterado longos anos no torpor e na modorra enfermiza de nossos erros, que acorda, agora, no Brasil, e refulge outra vez como um clarão, levantando as almas e encarreirando-as pela estrada longa e purificadora, em que cada um possa receber o banho lustral da idéia nova, que não significa um arremesso de imprudência, mas a tranquilidade calma e eficiente, sem a qual não há povo nenhum seguro de seu futuro.

(apud Gomes, 1941, p. 77-78)

A Bandeira do Brasil

Dom Aquino Correia

Como é linda assim boiando
No fulgor do etéreo anil,
Como um zéfiro tão brando
A bandeira do Brasil!

Oh! que de encantos descerra
Na minha alma juvenil
O pendão da minha terra,
A bandeira do Brasil!

Vi sorrindo em grande gala
Mil pendões de cores mil:
Mas nenhum o mimo iguala
Da bandeira do Brasil!

Nossos pais eu vi curvando
A cabeça já senil,
Ao passar abençoando
A bandeira do Brasil!

És da Pátria a doce imagem
És um manto senhoril,
És de mãe uma roupagem,
Oh! bandeira do Brasil!

É por isso que no peito
Vou gravar com o buril
O retrato mais perfeito
da bandeira do Brasil!

Que jamais iníquas obras,
Que jamais um ato vil
Manche as tuas puras dobras,
Oh! bandeira do Brasil!

(apud Gomes, 1941, p. 42-43)

Versos à Bandeira

Reis Carvalho

Vencendo a intriga rasteira
De retrógrados sofistas,
Sem ciência e sem moral,
Mais bela surges, bandeira,
E mil aplausos conquistas
No dia do teu natal.

Da pátria sagrado emblema,
Em que o Brasil se figura
Nas fantasias da cor,
Desfraldas o grande lema,
Que te dá mais formosura,
Que te dá mais esplendor.

O pavilhão do Cruzeiro,
Esse auriverde estandarte
Do poeta da Abolição,
Fica mais belo e altaneiro,
Tem mais ciência e mais arte
Com a positiva inscrição.

Exprime todas as fases
Por que passou nossa história,
Nosso contínuo marchar:
As descobertas audazes,
Da independência a vitória,
A República sem par.

Símbolo do pátrio laço,
Que mil famílias abriga
Em nosso imenso País,
Relembra o culto do Espaço,
Que à Humanidade religa
Por toda a Terra feliz.

Salve! bandeira bendita,
Que recordas o Passado,
Todo o nosso evoluir!
A legenda em ti inscrita,
O teu painel desdobrado,
São o fanal do Porvir!

(apud Gomes, 1941, p. 73-74)

A Bandeira da Pátria

Daltro Santos

Eis o augusto estandarte, em que a Pátria memora
As batalhas da guerra e as conquistas da Paz;
Pendão de ouro fecundo e esmeralda vivaz,
Em cujo campo azul o Cruzeiro demora.

Ao vê-la, o nosso amor ao Brasil se afervora
E a noção do dever mais nítida se faz,
Todo o nosso Passado imortal nele jaz,
Por ele em todos nós o Porvir se elabora.

Vede-o audaz, desfraldado ao sol e alteado ao vento,
E a fronte erguei, feliz, ufana desta glória
Feita de amor, de luz, de esperança e de alento!

Que esse Lábaro excelso é toda a nossa História:
É cultura e trabalho, é força e incitamento,
É um canto de Paz e um toque de Vitória!

(apud Gomes, 1941, p. 68)

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E. P. C. *Bandeiras históricas do Brasil*. Rio de Janeiro : Gabinete Fotocartográfico, 1961. 8 f.

AMEAL, João. *História de Portugal*. 2. ed. rev. Porto : Tavares Martins, 1942. 861p.

ARARIPE, T. de A. Brasões do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 283-302, 1891.

_____. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 213-294, 1887.

ARON, R. *Termos de sociologia contemporânea*. Lisboa : Presença, 1963.

BAENA, V. S. de. *Índice heráldico ou descrição completa das armas de todas as famílias que em Portugal tiveram e registraram cartas de braço de armas*. Lisboa : Typ. Universal, 1872.

BAILLEY, M. M. *Abrégé du dictionnaire grec-français*. Paris : Hachette, 1967.

BANDEIRA, Alípio. *A bandeira nacional* : artigos epizódicos dos Snrs. Major Alípio Bandeira e S. Vieira Souto, acompanhados de uma carta do Snr. R. Teixeira Mendes e outra do Snr. F. S. Rodrigues de Brito Filho, coligidos e mandados imprimir por um grupo de republicanos. Rio de Janeiro : Pap. Tip. Marques, Araújo, 1921. 74 p.

BARROS, João de. *Década primeira da Ásia de João de Barros*. : dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente e novamente dados à luz e offerecida ao senhor João Bristows. Lisboa : Of. de Pedro Ferreira, 1752. 208 f.

BASILE, R. *Dicionário etimológico dos vocábulos portugueses derivados de árabe*. Rio de Janeiro : J. do Valle, [1943?]. 192 p.

BÉNAC, H. *Dictionnaire des synonymes*. Paris : Hachette, 1968.

BERNARDI, M. Bandeira nacional e bandeiras estaduais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v. 111, n. 4, 160-198, 1928.

BIANCO, Z. *Astrologia e astronomia*. Turim, 1905.

BODMER, F. *O homem e as línguas*. Porto Alegre : Globo, 1960.

BOEHRER, G. C. A. *Da monarquia à república* : história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). [Rio de Janeiro] : Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954.

BOUILLÉ, L. de. *Les drapeaux français de 507 à 1872*. Paris : J. Dumaine, 1872.

BOUTON, V. M. *Nouveau traité des armoiries* : ou la science et l'art du blason expliqués. Paris : E. Dentus, 1887.

BRAGA, Rubem. *Crônicas de guerra*. 2. ed. Rio de Janeiro : Ed. do Autor, 1946.

BRILIANT, S., NEDONCELLE, M. *Apologétique*. Paris : Bloud & Gay, 1948.

BRITO, Raimundo Farias. *Inéditos e dispersos*. São Paulo : Grijalbo, 1966. 550 p.

BUENO, F. S. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Acadêmico, 1958.

_____. *Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa*. São Paulo : Saraiva, 1967. 7 v.

CALDAS AULETE, Francisco Júlio. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Delta, 1966. 5 v.

- CAMINHA, Pero Vaz de. *Corte a El-Rei D. Manuel*. São Paulo : Dominus, 1963.
- CAMPOS, A. J. Senna. *Com a FES na Itália*. Rio de Janeiro : Imprensa do Exército, 1972.
- CAMPOS, C. de M. *História do judaísmo antigo*. São Paulo : Autores Reunidos, 1961.
- CÂNDIDO DE FIQUEIREDO, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. 14. ed. Lisboa : Bertrand, 1949. 2 v.
- CARLYLE, T. *História da revolução francesa*. São Paulo : Melhoramentos, 1962.
- CARVALHO, A. R. de. A bandeira federal brasileira. *Revista de Ensino*, n. 2, jun. 1903. 147 p.
- CERAM, C. W. *Deuses, túmulos e sábios*. 5. ed. São Paulo : Melhoramentos, 1956.
- 5.000 vignettes françaises fin-de-siècle. [Paris] : J. J. Pauvert, 1966.
- COMTE, Auguste. *Cris de guerre et devises des états de l'Europe*. Paris : H. Simon Dutreville, 1852.
- CORREIA, L. *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1939.
- COSTA JÚNIOR, J. R. da. *Bandeiras de Portugal e a sua história*. [S.l.] : Vila Real, 1963.
- CRUZ, B. da. *Infante Dom Henrique*. Rio de Janeiro : Olímpica Ed., 1960.
- D'ALBUQUERQUE, A. M. S. *O laço da nação portuguesa*. Coimbra : Imprensa Independência, 1890.
- DANIKEN, E. von. *Eram os deuses astronautas?* São Paulo : Melhoramentos, 1970.
- DANTAS, Júlio. *La part de l'élément français dans la fondation de la nationalité portugaise*. Lisboa : Institute Français au Portugal, 1938.
- DEBRET, J. B. *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'en 1831 indusivement...* Paris : Firmin Didot Frères, 1834-1839. t. 3.

- DERMENGHEM, E. *Maomé e a tradição islâmica*. Rio de Janeiro : Agir, 1957.
- DE ROURE, A. A bandeira nacional. *Kosmos* : revista artística, científica e litteraria, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, mar. 1907.
- D'ESCHAVANNES, J. *Armorial universe* : précédé d'un traité complet de la Science du Blason. Paris : L. Curmer, 1844-1848.
- DICTIONAR francez - romín. Bucuresti : Stiintifica, 1959. 844 p.
- DIEZ, F. C. *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*. 4. Ausg. Bonn, 1878.
- DOMINGUES, Eduardo J. P. *O dicionário do Sr. Nascentes e o Rew*. Rio de Janeiro : Pimentá de Mello, 1937.
- DU CANGE, Charles du Fresne. *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. Paris : Librairie des Sciences et des Arts, 1937-1938. 10 v. A primeira edição é de 1678.
- DUPRÉ, P. *Encyclopédie des citations*. Paris : Trévise, 1959.
- ENCICLOPÉDIA Barsa. Rio de Janeiro : Encyclopedia Britannica Ed., 1969. 16 v.
- ENCICLOPEDIA Italiana. Milão : Treccani, 1930. 35 v.
- ENCYCLOPAEDIA Americana. Nova Iorque : Encyclopaedia Americana, 1944. 30 v.
- FARIA, A. Afonso Henriques. In: DEZ fundadores de nacionalidades. Lisboa : Clássica, 1957.
- FERRÃO, V. A. de. *A ordem e progresso*. Rio de Janeiro : Litografia Fluminense, [19--?].
- FERREIRA, J. *História da literatura portuguesa*. Porto : Domingos Barreira, [194-].
- FERRERO, G. *I simboli in rapporto alla storia e filosofia del diritto, alla psicologia e alla sociologia*. Torino : Fratelli Bocca, 1893.
- FICHTER, J. H. *La sociologie*. Paris : Ed. Universitaires, 1960.
- FIGUEIREDO, F. *Manual da origem verdadeira do Conde D. Henrique*. Lisboa : F. L. Ameno, 1789.

- FONSECA, C. de. *O culto da bandeira* : conferência lida aos alunos do Instituto Profissional Souza Aguiar, a 19 de novembro de 1912. Rio de Janeiro : Jornal do Commercio, 1913. 17 p.
- FONSECA, F. de. *A descoberta do Brasil*. Lisboa, 1900.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário do Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro : J. Olímpio, 1957. 5 v.
- FREITAS, A. S. de. *As repúblicas hispano sul-americanas*. Rio de Janeiro, 1945.
- GARAUDY, R. *Do anátema ao diálogo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1966.
- GOES, E. de. *A bandeira positivista*. [S.l. : s.n.], 1927.
- _____. *Bandeiras e armas do Brasil*. São Paulo : Paulista, 1935.
- _____. *Os símbolos nacionais*. São Paulo : Escolas Profissionais Salesianas, 1908.
- GOIS, Damião de. *Chronica do sereníssimo senhor rei D. Manoel*. Lisboa : Of. de Miguel Manescal da Costa, 1749. 609 p.
- GOMES, Francisco. *O dia da bandeira*. São Paulo : Anchieta, 1941. 222 p.
- GONÇALVES, J. J. *O islamismo na Guiné portuguesa* : ensaio sociomissionológico. Lisboa, 1961.
- GONSALVES, A. D. *A bandeira do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934.
- GOYCOCHEA, L. F. de C. *Uma biografia da bandeira nacional do Brasil* : ensaio lido à guisa da conferencia no Club Sociocrático Descartes e na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, nos dias 15 e 19 de novembro de 1949... Rio de Janeiro, 1950. 42 p.
- GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa : Editorial Enciclopédia, [1936-60]. 40 v.
- GUELFICAMAJANI, P. *Dizionario araldico*. 2. ed. ampl. corr. Milano : U. Hoepli, 1921. 816 p. (Manuali Hoepli).
- GUILLAUME, P. *Manual de psicologia*. São Paulo : Nacional, 1967.

A HISTÓRIA das bandeiras do Brasil. *Cultura Política* : revista mensal de estudos brasileiros, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 347-352, nov. 1941.

HISTÓRIA do exército brasileiro. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1972. 3 v.

HOLLANDER, O. *Nos drapeaux et étandards de 1812 à 1815*. Paris : Berger-Levrault, 1902.

HORNUNG, C. P. *Designs & devices*. Nova Iorque : Dover, 1946.

HOROWITZ, I. L. *La idea de la guerra y la paz en la filosofía contemporánea*. Buenos Aires : Galatea : Nueva Visión, 1960.

JUNG, C. G. *El hombre y sus símbolos*. Madrid : Aguilar, 1969.

JUNGMANN, J. A. *El sacrificio de la misa*. Madrid : Católica, 1953.

KANNICK, P. *The flag book*. New York : Barrows, 1957.

KEYSERLING, H. Progresso. In: OS INTELLECTUAIS e a política. Anot., prep. e organ. de Romeu de Melo. Tradução de Manuel Frazão. Lisboa : Presença, 1964. 367 p. (Perspectivas, 5).

LAFFON-MONTELS, M. *Les étapes du capitalisme de Hammourabi e Rockefeller*. Paris : Payot, 1938.

LANDRIOT, Jean F. *Le symbolisme*. Paris, 1866.

LAROUSSE du XX Siècle. Paris : Larousse, 1929. v. 6.

LECOY DE LA MARCHE, Albert. *Les sceaux*. Paris : Maison Quantin, [1889].

LEJEAL, G. Le culte de la croix avant Jésus-Christ. *Revue Encyclopédique*, Paris, v. 2, 1892.

LELLO Universal : novo dicionário enciclopédico luso-brasileiro. Porto : Livraria Lello, [193-?].

LE MOS, Miguel. *Câmara dos Deputados* : carta. Rio de Janeiro : Tip. do Apostolado Positivista do Brasil, 1895. 1 p.

_____. *A questão da bandeira*. Rio de Janeiro : Igreja Positivista do Brasil, 1894.

- LERNE, Max. *Civilização norte-americana*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1960. 4 v.
- LESSA, F. Pereira. *A bandeira de 22 e a de 89*. Rio de Janeiro : Sauer, 1935. 53 p.
- _____. *As bandeiras históricas*. Rio de Janeiro : Gráfica Guarani, 1940. 47 p.
- LIMA, A. A. *Revolução, reação ou reforma*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1964.
- LINS, A. *A glória de César e o punhal de Brutus*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1962.
- LUGAR del primer enarbolamiento de la bandera argentina : informes de la Comisión Investigadora de los antecedentes de los símbolos patrios y de la Academia Nacional de la Historia. Buenos Aires : D. Cersosimo, 1942. 72 p.
- MAC GEORGE, A. *Flags : some account on their history and usages*. London : Black, 1881.
- MACHADO, C. de S. Oliveira. *Textos portugueses medievais*. 2. ed. Coimbra : Coimbra Ed., 1967.
- MAGNE, A. *Glossário da Demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1967. v. 1.
- MAIA, A. B. *A bandeira nacional como simbolo e emblema da pátria* Manaus, 1926. Tese. (Concurso para provimento da cadeira de Instrução Moral e Cívica) - Gymnásio Amazonense Pedro II, 1926. 40 p.
- MALIK, C. *A luta pela paz*. Rio de Janeiro : Zahar, 1965.
- MANGABEIRA, I. *Rui : o estadista da república*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1943.
- MARANÓN, G. *Ensayos liberales*. 6. ed. Madrid : Espasa-Calpe, 1966.
- MARCHESINI, G. *Il simbolismo nella conoscenza e nela morale*. Torino, 1901.
- MARITAIN, I. *A filosofia moral*. Rio de Janeiro : Agir, 1964. 103 p.

MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal*. 8. ed. Lisboa : Parceria Antonio Maria Pereira, 1913. 2 v.

MARTINS, W. *A palavra escrita*. São Paulo : Anhembi, 1957.

MASCARENHAS, J. F. *Da origem à evolução das armas portuguesas : sua crítica*. Coimbra : Coimbra Ed., 1941.

MASON, O. S. F. *História da ciência*. Porto Alegre : Globo, 1962.

MATOS, A. de. *Comentário à margem da heráldica brasileira*. Coimbra : Coimbra Ed., 1944.

MATTOS, Armando de. *Evolução histórica das armas nacionais portuguesas*. Porto : F. Machado, 1939. 138 p.

_____. *O simbolismo heráldico das armas nacionais do Brasil*. Porto : Imprensa Moderna, 1936.

MATTOS, Carlos de Meira. *Bandeiras históricas do Brasil*. [S.l.] : Centro Militar de Estudos, 1951.

MATTOS, J. d'A. *As gloriosas bandeiras de Portugal*. Porto : F. de Mattos, 1961. 93 p.

MELLO, T. de. *Efemérides nacionais*. Rio de Janeiro, 1881.

MENDES, R. Teixeira. A bandeira nacional. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 323, p. 1-2, 24 nov. 1889.

_____. *A bandeira nacional da República dos Estados Unidos do Brasil : histórico*. Rio de Janeiro : Serviço de Publicidade da Imprensa Nacional [1890]. 2 p. Transcrito do Diário Oficial de 24 nov. 1889.

_____. *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro : Igreja Positivista do Brasil, 1917. v. 1.

MENEZES, D. *Termos de política e filosofia*. Rio de Janeiro : DASP, 1962.

MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro : Saga, 1965.

MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg : Carl Winter Universitäts, 1968. 1204 p.

- MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1946*. São Paulo : Max Limonad, 1953. v. 5.
- MIRA Y LOPEZ, Emílio. *Psicologia geral*. São Paulo : Melhoramentos, 1967.
- MOREIRA, A. *O ocidente e o ultramar português*. Rio de Janeiro : Pongetti, 1961.
- MORTILLET, G. de. *Le signe de la croix avant le christianisme*. Paris : C. Reinwald, 1866. 182 p.
- MOSON, O. S. F. *História da ciência*. Porto Alegre : Globo, 1962.
- MUMFORD, L. *A condição de homem*. Porto Alegre : Globo, 1958.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário do língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1961-1966. 3 v.
- NEF, J. U. *Alicerces culturais da civilização industrial*. Lisboa : Presença, 1964.
- NEMÉSIO, V. *Portugal e o Brasil na história*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1952.
- NACK, E., WÄGNER, W. *Grécia*. Barcelona : Labor, 1960.
- _____. *Roma*. Barcelona : Labor, 1960.
- NUNES, J. G. *Bandeira do Brasil : história, simbolismo, glórias e leis*. Rio de Janeiro : Bloch, 1939. 158 p. (Biblioteca militar).
- OLIVEIRA, José Feliciano de. *A bandeira nacional*. São Paulo : Typ. A. Siqueira & Comp., 1907. 99 p.
- PAZ, J. A. A propósito de símbolos nacionais. In: *RENOVAÇÃO nacional*. [S.l. : s.n.], 1970.
- PÉRATÉ, A. *L'archéologie chrétienne*. Paris : Librairie Réunies, [1892?]. 368 p. (Bibliothèque de l'enseignement des beaux - arts).
- POLIANO, L. M. *Ordens honoríficas do Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1943.
- POLLI, D. Coelho. A bandeira do Brasil. *Boletim do Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil*, n.1, p. 5-10, 1955.

- POUND, R. *Introdução à filosofia do direito*. Rio de Janeiro : Zahar, 1965.
- PRADO E. *A bandeira nacional*. São Paulo : Escola Typográfica Salesiana, 1903. 89 p.
- QUIROGA, A. *La cruz en América*. Buenos Aires, 1901.
- RADÓ, P. *Enchiridium liturgicum*. Roma : Herder, 1961. 2 v.
- REALE, M. *Pluralismo e liberdade*. São Paulo : Saraiva, 1963.
- RECLUS, É. *Estados Unidos do Brasil : geographia, ethnographia, estatística*. Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1900. 488 p.
- REY, M. *Histoire du drapeau, des couleurs et des insignes de la monarchie française*. Paris, 1837. 2 v.
- RIBEIRO, C. *Brasões e bandeiras do Brasil*. São Paulo : São Paulo Ed., 1933. 387 p.
- ROBERT, P. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris : Presses Universitaires, 1953. 6 v.
- ROCHA, Pinto da. *Culto à bandeira nacional*. Rio de Janeiro : Maçonaria Brasileira, 1919.
- ROPS, Daniel. *História da igreja de Cristo*. 2. ed. Porto : Tavares Martins, 1960. 724 p.
- RUNCIMAN, S. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro : Zahar, 1961.
- RUSSELL, Bertrand. *Princípios de reconstrução social*. São Paulo : Nacional, 1958.
- _____. *Retratos de memória*. São Paulo : Nacional, 1958.
- SALGADO, Plínio. O dia da pátria. In : **RENOVAÇÃO nacional**. [S.l. : s.n.], 1968.
- SANTOS, A. G. dos. *Bandeira do Brasil*. São Paulo, 1933.
- SARAIVA, F. R. dos S. *Novíssimo dicionário latino - português*. Rio de Janeiro : Garnier, [1881]. 1297 p.

- SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 4. ed. Porto : Porto Ed., [195-].
- SHAPINO, H. L. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1966.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. A bandeira nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 53, p. 243-266, 1890.
- SILVA, Vieira da. *Oração à bandeira*. São Luís do Maranhão : Imprensa Oficial, 1937.
- SKEAT, W. W. *An etymological dictionary of the English Language*. Oxford : Clarendon Press, 1956.
- SMITH, C. H., TAYLOR, G. R. *Flags of all nations*. New York : Crowel, 1950.
- SOROKIN, P. A. *Les théories sociologiques contemporaines*. Paris : Payot, 1938.
- SOUSA, A. C. de. *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa : Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749. 14 v. A partir do v. 5 foi publicado pela oficina Silviana.
- SPALDING, T. O. *Dicionário de mitologia greco-latina*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1965.
- TAUNAY, A. d'E. . *A retirada de Laguna*. São Paulo : Melhoramentos, 1963.
- TEILHARD DE CHARDIN, Pierre. *O fenômeno humano*. São Paulo : Herder, 1965.
- THOMAS, H. *Maravilhas do conhecimento humano*. 3. ed. Porto Alegre : Globo, 1964. 2 v.
- _____, THOMAS, D. L. *Vida de estadistas famosos*. Porto Alegre : Globo, 1944.
- TOMMASEO, N. *Dizionario della Lingua Italiana*. Torino : Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1929. 6 v. A primeira edição é de 1861.
- TOYNBEE, A. *De leste a oeste*. São Paulo : Ibrasa, 1959.

- TOYNBEE, A. *Guerra e civilização*. Lisboa : Presença, 1963. 170 p.
- TRESMONTANT, C. *Introducción al pensamiento de Teilhard de Chardin*. Madrid : Taurus, 1965.
- TRIBOLATI, F. *Grammatica araldica*. Milão, 1904.
- UTRO SANTOS. *Símbolo da pátria*. Rio de Janeiro, 1937.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, Visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo : Melhoramentos, [1927-36]. 5 v.
- VEGA, V. *Diccionario ilustrado de frases célebres y citas literárias*. 2. ed. Barcelona : Gili, 1952.
- VERGEZ, A., HUISMAN, D. *A composição filosófica*. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1970.
- VERNEUIL, M. P. *Dictionnaire des symboles, emblèmes et attributs*. Paris : Librairie Renouard : H. Laurens, [19--?]. 191 p.
- VIANA, F. F. M. *A bandeira*. Rio de Janeiro : Tip. do Jornal do Commercio, 1917.
- VICTORINO, E. *Dicionário de idéias afins*. Rio de Janeiro : Jornal do Brasil, 1948.
- VITERBO, J. de S. R. de. *Elucidário das palavras, termos e frases, etc.* 2. ed. Lisboa : A. J. Fernandes Lopes, 1865. t. 1.
- WARTBURG, W. von. *Französischen etymologischen wörterbuch*. In : BEHRENS-festschrift : Dietrich Behrens zum siebzigsten geburtstag dargebracht von schülern und freuden. Jena, Leipzig : W. Gronau, 1929. 327 p. Supplementheft 13 der Zeitschrift für französische sprache und litteratur.
- WEBER, A. *História de la cultura*. México : Fondo de Cultura Económica, 1965.

A Bandeira do Brasil

Raízes Histórico-Culturais

Apresenta estudo sobre a origem e evolução histórica das bandeiras como expressão permanente de cultura em todos os povos, desde a antigüidade até as idades moderna e contemporânea.

Discorre sobre o contexto histórico, a descrição analítica e a significação cultural das bandeiras luso-brasileiras, bem como da atual bandeira do Brasil, destacando, também, as observações polêmicas sobre o modelo adotado para o pavilhão republicano, em 1889, além dos projetos de reforma apresentados desde sua criação. Inclui, ainda, textos literários relacionados à exaltação da Bandeira Nacional e a bibliografia consultada.

Constitui valioso trabalho de pesquisa, oferecendo, através dos comentários efetuados sobre cada pavilhão, uma visão abrangente dos momentos histórico-culturais de Portugal e da construção de nossa nacionalidade.

ISBN 85-240-0733-8



9 788524 007330